Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0010396-28.2019.5.15.0131

PARA ACESSAR O SUMÁRIO, CLIQUE AQUI

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 25/03/2019
Valor da causa: R$ 83.269,92

Partes:
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
ADVOGADO: VITOR MANFREDINI
ADVOGADO: ENEIDA RUTE MANFREDINI
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA
ADVOGADO: ANA PAULA MASCARO TEIXEIRA ALVES
RÉU: E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA - EPP
RÉU: MILTON VIDA DA SILVA
RÉU: WALMIR VIDA DA SILVA
RÉU: EMERSON VIDA DA SILVA
PERITO: EVANDO PEREIRA BARRETO
TERCEIRO INTERESSADO: ELISABETH AMARAL DA SILVA

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP.

NATALIA GAMA CRUZ, brasileira, casada, desempregada, portadora do RG nº 28.663.854 CPF/MF nº 313.210.128.10, CTPS 00867, série 00282, residente e domiciliada na Rua seis, n. 121, apto. 43, TO 28, Jd. TEM Alto, Campinas/SP, CEP 13064.845, por seus procuradores, com escritório na cidade de Campinas-São Paulo, sito à Rua Dr. Antônio de Castro Prado, n. 396, Taquaral, CEP: 13.076.130, Telefone (19) 3252.4794, E-mail: manfredini.adv@aasp.org.br, que esta subscrevem, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, ajuizar a presente

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

Reclamada: **ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA,** empresa privada inscrita no CNPJ/MF sob n. 45.779.006/0001-47, estabelecida a Rua Manoel Fernandes dias, n. 126, Jd. Novo Campos Elíseos, Campinas-SP, CEP: 13058.210

E face a

Reclamada: **E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA** (nome fantasia Ambiente Vida), empresa provada inscrita no CNPJ/MF sob n. 09.462.901/0001-70, estabelecida a Av. Presidente Juscelino, n. 543, Jd. Novo Campos Elíseos , Campinas-SP, CEP: 13060.858, pelos fatos e fundamentos que passa a expor:

DOS FATOS:

A Reclamante foi contratada para prestar serviços a 1ª reclamada em 02/01/2018, na função de auxiliar de vendas, último salário R$ 1.440,00 (um mil e quatrocentos e quarenta reais) por mês, tendo pedido demissão, baixa em CTPS em 27/02/2019.

Recebia premiações conforme atingia as metas, o que deve ser incluso nas verbas salarias, tendo inclusive, duas premiações em aberto, as quais bateu a meta e não recebeu o pagamento, conforme documentos anexos.

Ocorre que a Reclamante prestava serviços tanto para a 1ª reclamada Engesel (sócio proprietário Emerson Vida da Silva) quanto a 2ª reclamada E. Vida (sócio proprietário Emerson Vida da Silva), o que era possível graças à natureza de seu trabalho, televendas.

Como ambas tem o mesmo sócio proprietário, ambas fazem parte de grupo econômico e devem arcar solidariamente com a presente ação.

GRUPO ECONÔMICO

A reclamante prestou serviços para ambas as reclamadas do mesmo grupo econômico, deverão ser condenadas a pagar os créditos trabalhistas de forma solidária, conforme previsão contida no artigo 2º , parágrafo 2º da CLT, que define claramente:

> **"Art. 2º** - Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.
>
> (...)
>
> **§ 2o** Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico, serão responsáveis solidariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego." (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017)

PRÊMIO E INCORPORAÇÃO EM VERBAS SALARIAIS

Além do salário a reclamante sempre recebeu "prêmio" por cumprir metas de vendas, cujos valores em média era de R$ 1.088,35 (um mil, oitenta e oito reais e trinta e cinco centavos), **de forma habitual** cujos valores incorporam suas verbas salariais a que faz jus a Reclamante.

Assim, o insculpido no **artigo 457, § 1º, da CLT**, segundo o qual as verbas com habitualidade integram o salário do empregado para todos os efeitos legais.

Portanto, faz jus a Reclamante a integração dos valores de prêmio em seu salário, repercutindo no cálculo das horas extras, horas "in itinere", intervalo intrajornada, domingos e feriados, adicional noturno, aviso prévio, férias+1/3, 13º salário e FGTS+40%, pelo que se requer seja indenizada a reclamante nas seguintes verbas trabalhistas, pelo que segue:

Diferença salarial do período trabalhado de 02/01/2018 a 27/02/2019, no valor de R$ 15.236,90 (quinze mil, duzentos e trinta e seis reais e noventa centavos);

Diferença no aviso prévio no valor de R$ 1.088,35 (um mil, oitenta e oito reais e trinta e cinco centavos);

Diferença de 13º salário 11/12 avos de 2018 no valor de R$ 997,65 (novecentos e noventa e sete reais e sessenta e cinco centavos);

Diferença de 13º salário 02/12 avos de 2019 no valor de R$ 181,40 (cento e oitenta e um reais e quarenta centavos).

Faz jus ainda a Reclamante ao recebimento do valor dos prêmios,:

. do mês dezembro/2018 no valor de R$ 948,41 (novecentos e quarenta e oito reais e quarenta e um centavos),

. do mês de janeiro/2019 no valor de R$ 1.645,52 (um mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), conforme comprovam os inclusos documentos.

FÉRIAS NÃO RECEBIDAS

A Reclamante gozou as férias no período de 26/12/2018 a 24/01/2019, (conforme documento anexo), porém **não recebeu o pagamento das férias e do 1/3 constitucional.** De acordo com a Súmula 450 do TST, a reclamante tem direito a receber em dobro com 1/3 constitucional:

"Súmula nº 450 do TST

FÉRIAS. GOZO NA ÉPOCA PRÓPRIA. PAGAMENTO FORA DO PRAZO. DOBRA DEVIDA. ARTS. 137 E 145 DA CLT. (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 386 da SBDI-1) - Res. 194/2014, DEJT divulgado em 21, 22 e 23.05.2014

É devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal."

Portanto, faz jus ao recebimento das férias gozadas e não recebidas, incorporado do valor do prêmio por ser habitual (R$ 1.088,35) no valor total de R$ 6.742,26 (seis mil, setecentos e quarenta e dois reais e vinte e seis centavos).

FGTS DO PERÍODO TRABALHADO

As reclamadas, para burlarem a legislação trabalhista **não fizeram os depósitos do FGTS** da Reclamante durante toda a relação jurídica, conforme documento anexo.

Assim, faz jus a reclamante ao recebimento de forma indenizada e/ou depósito em conta da reclamante na CEF do valor do FGTS, incorporado do valor do prêmio, no valor total de R$ 2.916,70 (dois mil, novecentos e dezesseis reais e setenta centavos).

Consoante prevê a Súmula 461 do C. TST, o ônus da prova quanto as diferenças de FGTS é da reclamada, portanto, de rigor seja a mesma compelida a comprovar o correto recolhimento, sob pena de condenação nos valores devidos, de forma indenizada.

"Súmula nº 461 do TST FGTS. DIFERENÇAS. RECOLHIMENTO. ÔNUS DA PROVA - Res. 209/2016, DEJT divulgado em 01, 02 e 03.06.2016

É do empregador o ônus da prova em relação à regularidade dos depósitos do FGTS, pois o pagamento é fato extintivo do direito do autor (art. 373, II, do CPC de 2015)."

DOS SALÁRIOS

Conforme comprovam os inclusos documentos anexos, as reclamadas não efetuaram corretamente os pagamentos dos salários da reclamante, o fizeram de forma parcelada em dias e valores diversos, fato que prejudicou a reclamante em cumprir com suas obrigações, pois dependia do salário para sobreviver, o que gera indenização por dano moral.

Cumpre-nos informar que os pagamentos identificados nos extratos bancários da Reclamante (doc. anexo), são os feitos pela empresa Engesel e por Larissa Vida da Silva Klene, filha do sócio proprietário das 02 reclamadas.

Portanto, comprovado o pagamento dos prêmios, os quais foram habituais e incorporam as verbas salariais da reclamante.

3. INFRAÇÕES À CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

Multa de 6,75% do salário normativo de R$ 1.408,44, pelo não pagamento de férias no prazo (artigo 145 da CLT), previsto na cláusula 11ª da Convenção Coletiva da Categoria, documento anexo.

Portanto, faz jus a reclamante em receber o valor de R$ 5.989,41 (cinco mil, novecentos e oitenta e nove reais e quarenta e um centavos), de multa, referentes a 63 dias de atraso no pagamento das férias.

4. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS

Faz jus a reclamante ao recebimento do valor de R$ 590,12 (quinhentos e noventa reais e doze centavos) referentes a participação nos lucros ou resultados, conforme previsão contida na cláusula 63ª da Convenção coletiva de Trabalho, documento anexo.

5. DOS DANOS MORAIS DECORRENTES DO DESRESPEITO COM OS DIREITOS DO RECLAMANTE

Como amplamente exposto à Vossa Excelência, a Reclamada diversas vezes descumpriu com a lei e a CCT, negando os benefícios garantidos por elas. Pagava o salário quando queria, de forma dividida, não se importando com os compromissos assumidos pela Reclamante perante terceiros.

O faz pois são poucas as pessoas que sabem seus direitos e que podem ter acesso a eles via judiciário, tendo assim lucro ao lesar seus empregados.

Isto posto, o Reclamante usa-se do intuito punitivo e coercitivo do dano moral para requerer a Vossa Excelência a condenação da Reclamada em valor não inferior a R$ 10.000,00 (dez mil reais) de danos morais, visando desincentivar a prática do mesmo com outros empregados.

6. DA MULTA DO ARTIGO 467 DA CLT

Caso as Reclamadas não efetuem o pagamento das verbas INCONTROVERSAS em primeira audiência, deverão ser condenadas ao pagamento das mesmas, acrescidas de 50%, nos termos do artigo 467 da CLT, no valor de R$ 29.756,88 (vinte e nove mil, setecentos e cinquenta e seis reais e oitenta e oito centavos).

7. DA MULTA DO ARTIGO 477 DA CLT

Conforme narrado acima, tendo a 1ª Reclamada descumprido com as suas obrigações rescisórias, sendo assim, requer o pagamento de um salário, no maior valor, com fulcro no artigo 477 da CLT, no valor de R$ 2.642,98 (dois mil, seiscentos e quarenta e dois reais e noventa e oito centavos).

8. DA JUSTIÇA GRATUITA

O Reclamante requer a **concessão dos benefícios da Justiça Gratuita, uma vez que é pessoa pobre na acepção jurídica da palavra**, não podendo arcar com as despesas do processo sem prejudicar o sustento de sua família (declaração em anexo), **a mesma encontra-se desempregada**.

9. DA REPARAÇÃO DE DANOS - HONORÁRIOS

Excelência, em caso de êxito na presente Reclamatória, neste tópico vale destacar que as Reclamadas devem ser condenadas ao pagamento dos honorários advocatícios, com base na teoria da reparação integral do dano, consubstanciada nas normas dos artigos 402 e seguintes do Código Civil.

Assim, embora não se negue a plena eficácia do *jus postulandi nos* dias de hoje, é certo que o princípio da liberdade, característico de todo e verdadeiro Estado Democrático de Direito - artigo 1°, caput da CF/88, concede a possibilidade para que qualquer indivíduo ingresse em Juízo pelo modo que melhor lhe aprouver, da assistência judiciária em seu sentido mais amplo à contratação de advogado particular.

Assim sendo, se o Reclamante ingressa em juízo por meio de profissional habilitado, obtendo sucesso na demanda, não é plena a justiça se a ele é negado o pedido de honorários advocatícios.

Nesta linha, o pagamento de honorários advocatícios ao caso em testilha nada mais é do que conceder a cada o que lhe é devido por direito e nada mais além!

Nesse passo, cumpre destacar que, após o advento do novo Código Civil, os honorários advocatícios perderam sua condição de "ônus da sucumbência", bastando, para tanto, interpretar o que diz a regra de seu artigo 389, *in verbis*:

> "Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado".

Ou seja, reafirmando o que acima é destacado, desconsiderar que o Reclamante já teve de assumir a título de gastos com a contratação do Profissional do Direito só para promover sua Reclamatória - e que certamente será subtraído de seu futuro crédito trabalhista - implicaria violar os princípios elementares do próprio Direito. Aliás, vale ressaltar nesta oportunidade o recente Enunciado 53 editado ao final da 1ª Jornada de Direito Material e Processual na Justiça do Trabalho, ocorrido em 23 /11/2007:

> "REPARAÇÃO DE DANOS - HONORÁRIOS CONTRATUAIS DE ADVOGADO." Os artigos 389 e 404 do Código Civil autorizam o Juiz do Trabalho a condenar o vencido em honorários contratuais de advogado, a fim de assegurar ao vencedor a inteira reparação do dano."

Não diferente é o entendimento deste E. TRT da 15ª Região.

> "REPARAÇÃO DE DANOS; HONORÁRIOS CONTRATUAIS DE ADVOGADO; POSSIBILIDADE. Embora inegável a plena eficácia do *iuspostulandi* nos dias de hoje, cumpre ponderar que os honorários advocatícios poderão vir a ser concedidos no âmbito da Justiça do Trabalho, desde que a parte Reclamante assim o postule, independentemente de qualquer comprovação documental. Essa é a inteligência disposta não só nos artigos 389 e 404, ambos do (atual) Código Civil, mas também na redação do Enunciado 53, editado na Primeira Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho, ocorrido em 23/11 /2007. (TRT da 15ª Região, Processo n° 196/2008-127-15-00-3-RO, Des. Gerson Lacerda Pistori)."

Portanto, como previsto nos artigos 389 e 404 do CC/2002, requer a Vossa Excelência a CONDENAÇÃO da Reclamada em Honorários Advocatícios, a serem arbitrados no importe não inferior a 10%. Colocar valor 4.633,64 (quatro mil, seiscentos e trinta e três reais e sessenta e quatro centavos).

10. DOS RECOLHIMENTOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

Requer o Reclamante que os recolhimentos previdenciários e fiscais exigíveis (artigo 43, da Lei n. 8.212/91 - com redação dada pela Lei n. 8.620/91 - e artigo 46 da Lei n. 8.541/92, respectivamente) sejam suportados pelas Reclamadas, exclusivamente, sem qualquer dedução do valor devido à parte contrária, por aplicação do artigo 186 do Código Civil.

11. DA EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS

Requer o Reclamante à expedição de ofícios ao Ministério Público do Trabalho, Delegacia Regional do Trabalho, Receita Federal, INSS e CEF, denunciando as irregularidades apontadas e apuradas, para as sanções administrativas cabíveis.

12. DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, não tem a reclamante outra alternativa a não ser interpor a presente ação trabalhista e pleitear a proteção de seus direitos, requerendo a V. Exa. conceder, determinar e requerer:

1) A intimação das reclamadas na pessoa de seu representante legal no endereço retro mencionado, para, em querendo, oferecerem contestação aos direitos ora postulados, sob pena de revelia e confissão, bem como para acompanhar o feito até seu final, quando ver-se-á condenada ao pagamento do valor principal que deverá ser atualizado e acrescido de juros, contados da data do evento lesivo, além dos honorários advocatícios e custas.

2) A juntada do Contrato Social das reclamadas, desde sua constituição até última alteração.

3) Requer que as reclamadas sejam compelidas a carrear aos autos todos os Recibos de Pagamento feitos a reclamante, bem como os cartões de ponto, nos termos dos artigos do NCPC, aplicável subsidiariamente ao Processo do trabalho;

3.1) requer s condenação das reclamadas solidariamente, nas verbas trabalhistas;

3.2) requer declaração das Reclamadas como grupo econômico;

3.3) requer a desconsideração da personalidade jurídica das reclamadas;

4) requer a condenação das reclamadas na Diferença salarial do período trabalhado de 02/01/2018 a 27/02/2019, no valor de R$ 15.236,90 (quinze mil, duzentos e trinta e seis reais e noventa centavos);

4.1) Diferença no aviso prévio no valor de R$ 1.088,35 (um mil, oitenta e oito reais e trinta e cinco centavos);

4.2) Diferença de 13º salário 11/12 avos de 2018 no valor de R$ 997,65 (novecentos e noventa e sete reais e sessenta e cinco centavos);

4.3) Diferença de 13º salário 02/12 avos de 2019 no valor de R$ 181,40 (cento e oitenta e um reais e quarenta centavos).

5) requer sejam condenadas as Reclamadas ao valor dos prêmios: do mês dezembro /2018 no valor de R$ 948,41 (novecentos e quarenta e oito reais e quarenta e um centavos). Do mês de janeiro/2019 no valor de R$ 1.645,52 (um mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), conforme comprovam os inclusos documentos.

6) requer sejam condenadas as reclamadas no valor das férias gozadas e não recebidas, incorporado do valor do prêmio por ser habitual (R$ 1.088,35) no valor total de R$ 6.742,26 (seis mil, setecentos e quarenta e dois reais e vinte e seis centavos), com a dobra.

7)) requer sejam condenadas as reclamadas no valor do FGTS, incorporado do valor do prêmio, no valor total de R$ 2.916,70 (dois mil, novecentos e dezesseis reais e setenta centavos), pelo período trabalhado;

8) requer sejam condenadas as reclamadas na multa prevista na cláusula 11ª da Convenção trabalhista, no valor de R$ 5.989,41 (cinco mil, novecentos e oitenta e nove reais e quarenta e um centavos), referentes a 63 dias de atraso no pagamento das férias.

9) requer sejam condenadas as reclamadas no valor de R$ 590,12 (quinhentos e noventa reais e doze centavos) referentes a participação nos lucros ou resultados;

10) a condenação das Reclamadas ao pagamento de indenização à título de danos morais a Reclamante, em quantia não inferior a R$ 10.000,00 (dez mil reais), como forma de compensar o descaso sofrido;

11) A condenação da Reclamada ao pagamento da multa do artigo 467 da CLT no valor de R$ 29.756,88 (vinte e nove mil, setecentos e cinquenta e seis reais e oitenta e oito centavos);

12) multa do artigo 477 da CLT, no valor de R$ 2.642,98 (dois mil, seiscentos e quarenta e dois reais e noventa e oito centavos);

13) Requer a CONCESSÃO dos benefícios da Justiça Gratuita a Reclamante, por estar desempregada, não podendo arcar com o pagamentos das custas e despesas processuais;

14) a CONDENAÇÃO da Reclamada em Honorários Advocatícios, no importe de R$ 4.633,64 (quatro mil, seiscentos e trinta e três reais e sessenta e quatro centavos);

15)a CONDENAÇÃO da Reclamada ao pagamento dos recolhimentos fiscais e previdenciários;

16)DETERMINAR a expedição de ofícios ao MPT, DRT, RF, INSS e CEF;

17)A desconsideração da personalidade jurídica das Reclamadas, para caso as mesmas não consigam suprir com os futuros pagamentos desta demanda, seus sócios o façam;

13. DOS REQUERIMENTOS

Requer ainda, seja a Reclamada notificada através de seus respectivos representantes legais para que, querendo, compareçam em audiência a ser designada, e acoste com a respectiva defesa, todos os documentos impeditivos, modificativos ou extintivos postulados, sob pena de serem admitidos como verdadeiros os fatos articulados, tornando-se preclusa a eventual prova em contrário, se tais documentos forem preexistentes a esta reclamatória.

Pretende provar o alegado por todos os meios de provas admitidas em direito, em especial pelo depoimento pessoal do representante legal da Reclamada, sob pena de confissão, oitiva de testemunhas, juntada de novos documentos que se fizerem necessários e demais provas pertinentes, as quais ficam desde já requeridas.

Finalmente requer a TOTAL PROCEDÊNCIA DA AÇÃO em todos os termos citados.

Dá-se à presente o valor de R$ 83.269,92 (oitenta e três mil, duzentos e sessenta e nove reais e noventa e dois centavos), para todos os efeitos legais.

Termos em que.

Pede deferimento.

Campinas, 25 de março de 2019.

VITOR MANFREDINI **ENEIDA RUTE MANFREDINI**

OAB/SP 390.855 **OAB/SP 128.909**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

SP

VALIS

NOME
NATALIA GAMA CRUZ



DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
28663854 SSP/SP

CPF
313.210.128-10

DATA NASCIMENTO
14/08/1984

FILIAÇÃO
PELOPEDAS DE TOLEDO RA
MOS SOBRINHO
ANA LUCIA GAMA

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.
AB

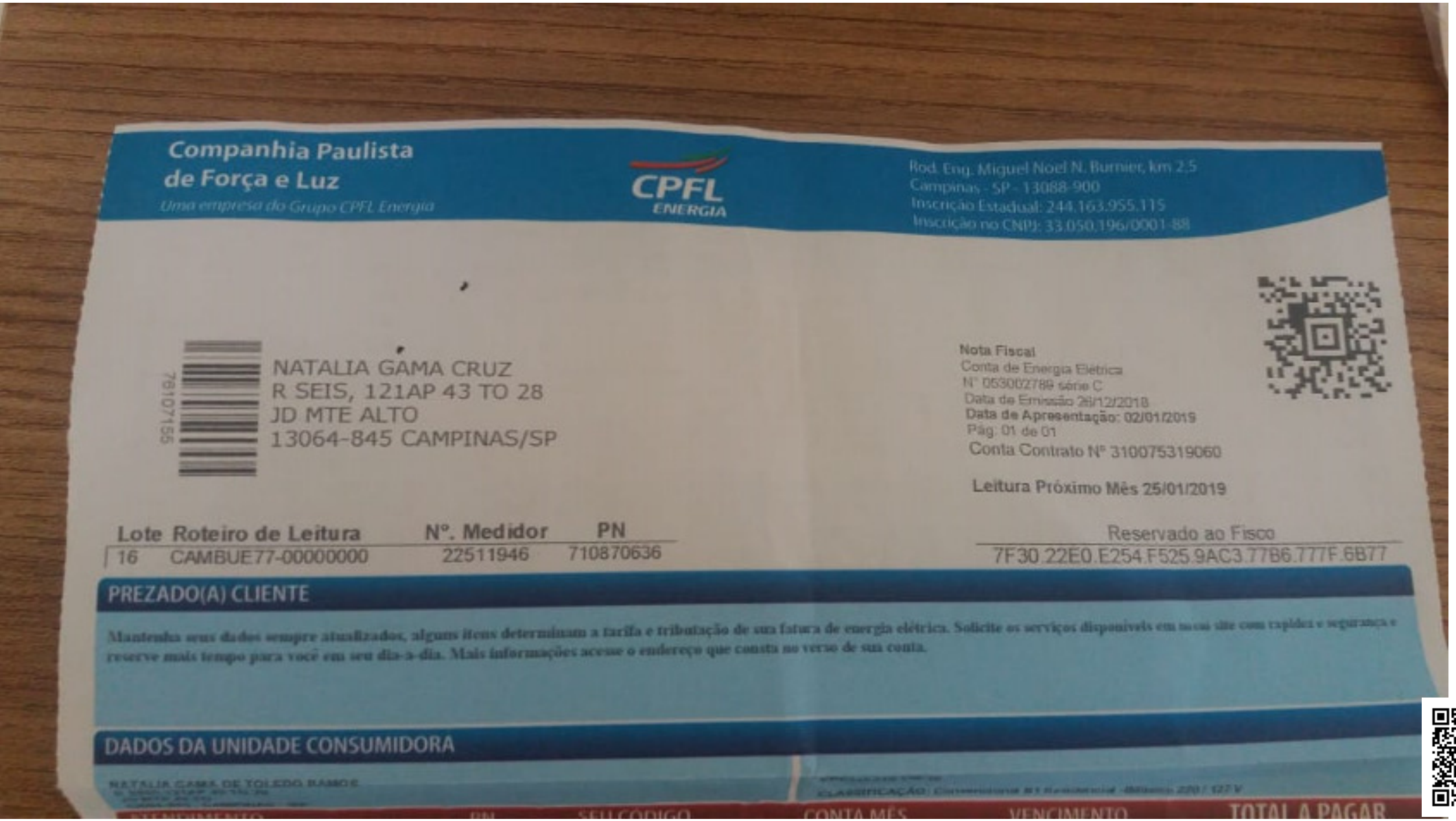
Nº REGISTRO
04186703744

VALIDADE
02/09/2022

1ª HABILITAÇÃO
14/09/2007

VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
15031540 25

Assinado eletronicamente por: VITOR MANFREDINI - 25/03/2019 16:44:18 - 0d94c80
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19032516315087700000104043667
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 19032516315087700000104043667
ID. 0d94c80 - Pág. 1



Companhia Paulista de Força e Luz
Uma empresa do Grupo CPFL Energia

CPFL ENERGIA

Rod. Eng. Miguel Noel N. Burnier, km 2,5
Campinas - SP - 13088-900
Inscrição Estadual: 244.163.955.115
Inscrição no CNPJ: 33.050.196/0001-88

NATALIA GAMA CRUZ
R SEIS, 121AP 43 TO 28
JD MTE ALTO
13064-845 CAMPINAS/SP

Nota Fiscal
Conta de Energia Elétrica
N° 053002789 série C
Data de Emissão 26/12/2018
Data de Apresentação: 02/01/2019
Pág. 01 de 01
Conta Contrato Nº 3100753190 60

Leitura Próximo Mês 25/01/2019

Lote	Roteiro de Leitura	Nº. Medidor	PN
16	CAMBUE77-00000000	22511946	710870636

Reservado ao Fisco
7F30.22E0.E254.F525.9AC3.77B6.777F.6B77

PREZADO(A) CLIENTE

Mantenha seus dados sempre atualizados, alguns itens determinam a tarifa e tributação de sua fatura de energia elétrica. Solicite os serviços disponíveis em nosso site com rapidez e segurança e reserve mais tempo para você em seu dia-a-dia. Mais informações acesse o endereço que consta no verso de sua conta.

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

NATALIA GAMA DE TOLEDO RAMOS

CLASSIFICAÇÃO: Comercial B1 Residencial - Bifásico 220 / 127 V

ESTABELECIMENTO	PN	SEU CÓDIGO	CONTA MÊS	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR

Assinado eletronicamente por: VITOR MANFREDINI - 25/03/2019 16:44:19 - c968a59
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19032516315973900000104043707
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 19032516315973900000104043707
ID. c968a59 - Pág. 1

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE: NATALIA GAMA CRUZ, brasileira, casada, desempregada, portadora do RG nº 28.663.854 e CPF/MF nº 313.210.128-10, residente e domiciliada na Rua Seis, n º 121, AP 43 Torre 28, Jardim Monte Alto, CEP 13064-845, Campinas/SP.

OUTORGADOS: ENEIDA RUTE MANFREDINI, brasileira, advogada, divorciada, inscrita na **OAB/SP sob nº 128909** e **VITOR MANFREDINI,** brasileiro, solteiro, advogado inscrito na **OAB/SP n. 390.855,** ambos com escritório na cidade de Campinas-São Paulo, sito à Rua Dr. Antonio de Castro Prado, n. 396, Taquaral, CEP: 13.076.130, Telefone (19) 3252.4794 e 3253.5082, E-mail: *manfredini.adv@aasp.org.br*

PODERES: Pelo presente instrumento (a/o) OUTORGANTE(S) acima qualificado outorga(m) ao(s) advogado(s) supra nomeado(s) os mais amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula "ad judicia", para representá-lo(s) em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo(s) nas contrárias, seguindo-se umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo ainda ao(s) outorgado(s) poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos, ou acordos, receber e dar quitação, representar o(s) outorgante(s) em audiência de conciliação de acordo, com as disposições dos artigos contidos no Novo Código de Processo Civil, podendo dito(s) procurador(es) substabelecerem tais poderes a outrem, com ou sem reservas de iguais, especialmente para distribuir ação trabalhista perante seus antigos empregadores.

Campinas, 11 de março de 2019.

_____

Campinas, 11 de março de 2019.

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

NATALIA GAMA CRUZ, brasileira, casada, desempregada, portadora do RG nº 28.663.854 e CPF/MF nº 313.210.128-10, residente e domiciliada na Rua Seis, n º 121, AP 43 Torre 28, Jardim Monte Alto, CEP 13064-845, Campinas/SP, declaro para os devidos fins e para quem possa interessar, que sou pessoa pobre na acepção jurídica da palavra e tendo que ingressar em Juízo e não podendo arcar com as custas processuais sem prejuízo do sustento de minha família, requeiro a V.Exa., os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA.

Por ser a expressão da verdade, assino o presente para que surta seus jurídicos efeitos.

_____

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

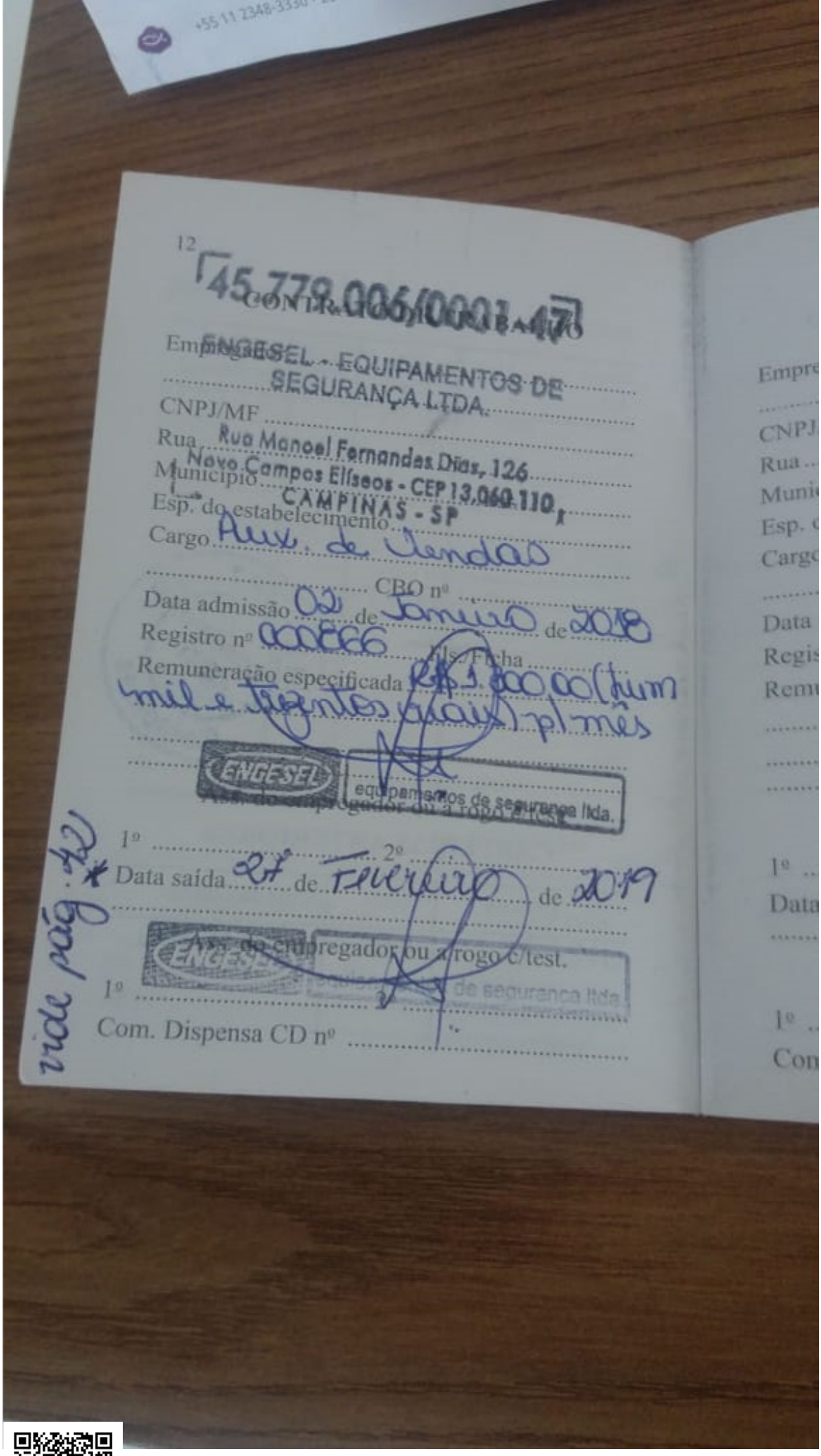
Continuação

Número 00867 Série 00282 SP

Natália Jamar Cruz

ASSINATURA DO PORTADOR

Assinado eletronicamente por: VITOR MANFREDINI - 25/03/2019 16:44:20 - b58a40c
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19032516322727700000104043831
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. b58a40c - Pág. 1
Número do documento: 19032516322727700000104043831



12

CONTR. 045.778.006/0001-47

Empregador ENGESEL - EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA.

CNPJ/MF

Rua Rua Manoel Fernandes Dias, 126

Município Novo Campos Elíseos - CEP 13.060-110

Esp. do estabelecimento CAMPINAS - SP

Cargo Aux. de Vendas

CBO nº

Data admissão 02 de Janeiro de 2018

Registro nº 000666 Fls./Ficha

Remuneração especificada R$ 1.300,00 (hum mil e trezentos reais) p/ mês

ENGESEL equipamentos de segurança ltda.

Assinatura do empregador ou a rogo e/test.

1º 2º

Data saída 27 de Fevereiro de 2019

ENGESEL equipamentos de segurança ltda.

Assinatura do empregador ou a rogo e/test.

1º 2º

Com. Dispensa CD nº

vide pág. 42

42

ANOTAÇÕES GERAIS

(Atestado médico, alteração do contrato do trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)

CONTRATO DE TRABALHO

ADMITIDO SOB CONTRATO DE EXPERIÊNCIA POR PRAZO DETERMINADO (CONFORME PACTO ASSINADO), COM DURAÇÃO DE 30 DIAS, PODENDO O REFERIDO PRAZO SER PRORROGADO POR UMA ÚNICA VEZ.

CAMPINAS, 3 DE janeiro DE 2018

ENGESEL EQUIPAMENTOS SEGURANÇA LTDA.

Último dia efetivamente trabalhado foi 25/01/19

ENGESEL equipamentos de segurança ltda.

Assinado eletronicamente por: VITOR MANFREDINI - 25/03/2019 16:44:20 - b58a40c
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19032516322727700000104043831
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. b58a40c - Pág. 3
Número do documento: 19032516322727700000104043831

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADOR

01 CNPJ/CEI	02 Razão Social / Nome			
45.779.006/0001-47	ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA			
03 Endereço (logradouro, nº, andar, apartamento)				04 Bairro
R MANOEL FERNANDES DIAS, 126				JD. NOVO CAMPOS ELÍSEOS
05 Município	06 UF	07 CEP	08 CNAE	09 CNPJ/CEI Tomador / Obra
CAMPINAS	SP	13060-858	1413-4/01	45.779.006/0001-47

IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHADOR

10 PIS - PASEP	11 Nome				
12770983247	NATALIA GAMA CRUZ				
12 Endereço (logradouro, nº, andar, apartamento)				13 Bairro	
R OCTAVIO CHINELATO, 00045 - LT A				VL AEROPORTO	
14 Município	15 UF	16 CEP	17 Carteira de Trabalho (nº, série, UF)		18 CPF
CAMPINAS	SP	13052-223	00867 / 00282 / SP		313.210.128-10
19 Data de nascimento	20 Nome da mãe				
14/08/1984	ANA LUCIA GAMA				

DADOS DO CONTRATO

21 Tipo de Contrato

Contrato trabalho por prazo indeterminado

22 Causa do Afastamento

Rescisão contratual a pedido do empregado

23 Remuneração Mês Anterior Afast.	24 Data de admissão	25 Data do Aviso Prévio	26 Data de afastamento	27 Cód. Afastamento
1.440,00	02/01/2018	25/01/2019	25/01/2019	53

28 Pensão alimentícia (%) (TRCT)	29 Pensão alimentícia (%) (Saque FGTS)	30 Categoria do trabalhador
0,00	0,00	01 - Empregado

31 Código Sindical	32 CNPJ e Nome da Entidade Sindical Laboral
10114202515-6	46.118.477/0001-77 - SIND. TRAB. IND. VESTUARIO CAMPINAS E REG.

DISCRIMINAÇÃO DAS VERBAS RESCISÓRIAS

VERBAS RESCISÓRIAS

Rubrica	Valor	Rubrica	Valor	Rubrica	Valor
50 Saldo de 1 dias Sal. (líquido de 0 faltas acrescidas do DSR)	48,00	51 Comissões	0,00	52 Gratificações	0,00
53 Adicional de Insalubridade 0,00%	0,00	54 Adicional de Periculosidade 0,00%	0,00	55 Adicional Noturno 0,00 horas 0%	0,00
56.1 Horas Extras horas %	0,00				
57 Gorjetas	0,00	58 Descanso Semanal Remunerado (DSR)	0,00	59 Reflexo do DSR sobre Salário Variável	0,00
60 Multa Art. 477, § 8º/CLT	0,00	61 Multa Art. 479 CLT	0,00	62 Salário Família	0,00
63 13º Salário Proporcional 1/12 avos	120,00	64.1 13º Salário Exercício /12 avos	0,00	65 Férias Proporcionais 1/12 avos	1.882,76
66.1 Fér. Venc. Per. Aquis. / / a / / /12 avos	0,00	67 Férias Vencidas (Reflexo/Dobra)	0,00	68 Terço Constitucional de Férias	40,00
69 Aviso-Prévio Indenizado	0,00	70 13º Salário (Aviso-Prévio Indenizado)	0,00	71 Férias Aviso-Prévio Indenizado	0,00
99 Ajuste do saldo devedor	0,00			TOTAL RESCISÓRIO BRUTO	2.090,76

DEDUÇÕES

Desconto	Valor	Desconto	Valor	Desconto	Valor
100 Pensão Alimentícia	0,00	101 Adiantamento Salarial	0,00	102 Adiantamento de 13º Salário	0,00
103 Aviso Prévio Indenizado	1.440,00	104 Indeni. Art. 479 CLT	0,00	105 Empréstimo em Consignação	0,00
112.1 Previdência Social	13,22	112.2 Previdência Social - 13º Salário	9,80	114.1 IRRF	0,00
114.2 IRRF sobre 13º Salário	0,00	115.1 Arredondamento Anterior	0,56	TOTAL DAS DEDUÇÕES	1.463,38
				VALOR RESCISÓRIO LÍQUIDO	627,38

Assinado eletronicamente por: VITOR MANFREDINI - 25/03/2019 16:44:20 - fa98c3b
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19032516324032200000104043876
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. fa98c3b - Pág. 1
Número do documento: 19032516324032200000104043876

GESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA

DISCRIMINAÇÃO DAS VERBAS RESCISÓRIAS (RELATÓRIO PARA CONFERÊNCIA)

Data: 05/02/2019

0001 - ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA

Mês: 01/2019

000866 - NATALIA GAMA CRUZ

Pág.: 0001

Admissão: 02/01/2018 **Aviso Prévio:** 25/01/2019 **Afastamento:** 25/01/2019

Aviso Misto? NÃO **Projeção do Aviso:** 27/02/2019

Evento	Descrição	Ref.	Vencimentos	Descontos
0492	COMPLEMENTO DE FERIAS	0,00	1.762,76	0,00
1270	13º SALARIO	1,00	120,00	0,00
1290	FÉRIAS PROP. IND. RESCISÃO	1,00	120,00	0,00
1450	1/3 FÉRIAS RESCISÃO	0,00	40,00	0,00
1470	SALDO SALÁRIO RESCISÃO	1,00	48,00	0,00
5660	ARREDONDAMENTO ANTERIOR	0,00	0,00	0,56
5690	INSS S/ 13º SALÁRIO	8,00	0,00	9,60
8900	DESCONTO DE AVISO PRÉVIO	1,00	0,00	1.440,00
9860	I.N.S.S	8,00	0,00	13,22
TOTAL BRUTO / TOTAL DAS DEDUÇÕES			2.090,76	1.463,38
LÍQUIDO À RECEBER				627,38

Assinado eletronicamente por: VITOR MANFREDINI - 25/03/2019 16:44:20 - fa98c3b
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19032516324032200000104043876
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. fa98c3b - Pág. 2
Número do documento: 19032516324032200000104043876

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR

01 CNPJ/CEI	02 Razão Social / Nome
45.779.006/0001-47	ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA

TRABALHADOR

10 PIS - PASEP	11 Nome			
12770983247	NATALIA GAMA CRUZ			
17 Carteira de Trabalho (nº, série, UF)	18 CPF	19 Data de nascimento	20 Nome da mãe	
00867 / 00282 / SP	313.210.128-10	14/08/1984	ANA LUCIA GAMA	

CONTRATO

22 Causa do Afastamento
Rescisão contratual a pedido do empregado

24 Data de admissão	25 Data do Aviso Prévio	26 Data de afastamento	27 Cód. Afastamento	29 Pensão alimentícia (%) (Saque FGTS)
02/01/2018	25/01/2019	25/01/2019	SJ1	0,00

30 Categoria do trabalhador
01 - Empregado

31 Código Sindical	32 CNPJ e Nome da Entidade Sindical Laboral
10114202515-6	46.118.477/0001-77 - SIND. TRAB. IND. VESTUARIO CAMPINAS E REG.

Foi prestada, gratuitamente, assistência na rescisão do contrato de trabalho, nos termos do artigo n.º 477, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sendo comprovado neste ato o efetivo pagamento das verbas rescisórias especificadas no corpo do TRCT, no valor líquido de R$ 627,38 é parte integrante do presente Termo de Homologação

As partes assistidas no presente ato de rescisão contratual foram identificadas como legítimas conforme previsto na Instrução Normativa/SRT nº 15/2010

Fica ressalvado o direito de o trabalhador pleitear judicialmente os direitos informados no campo 155 abaixo

Cps, 15 de Fevereiro de 2019

150 Assinatura do Empregador ou Preposto
WALMIR VIDA DA SILVA
CPF 098.995.108-15

151 Assinatura do Trabalhador
NATALIA GAMA CRUZ

Natália Gama Cruz
152 Assinatura do Responsável Legal do Trabalhador

153 Carimbo e Assinatura do Assistente

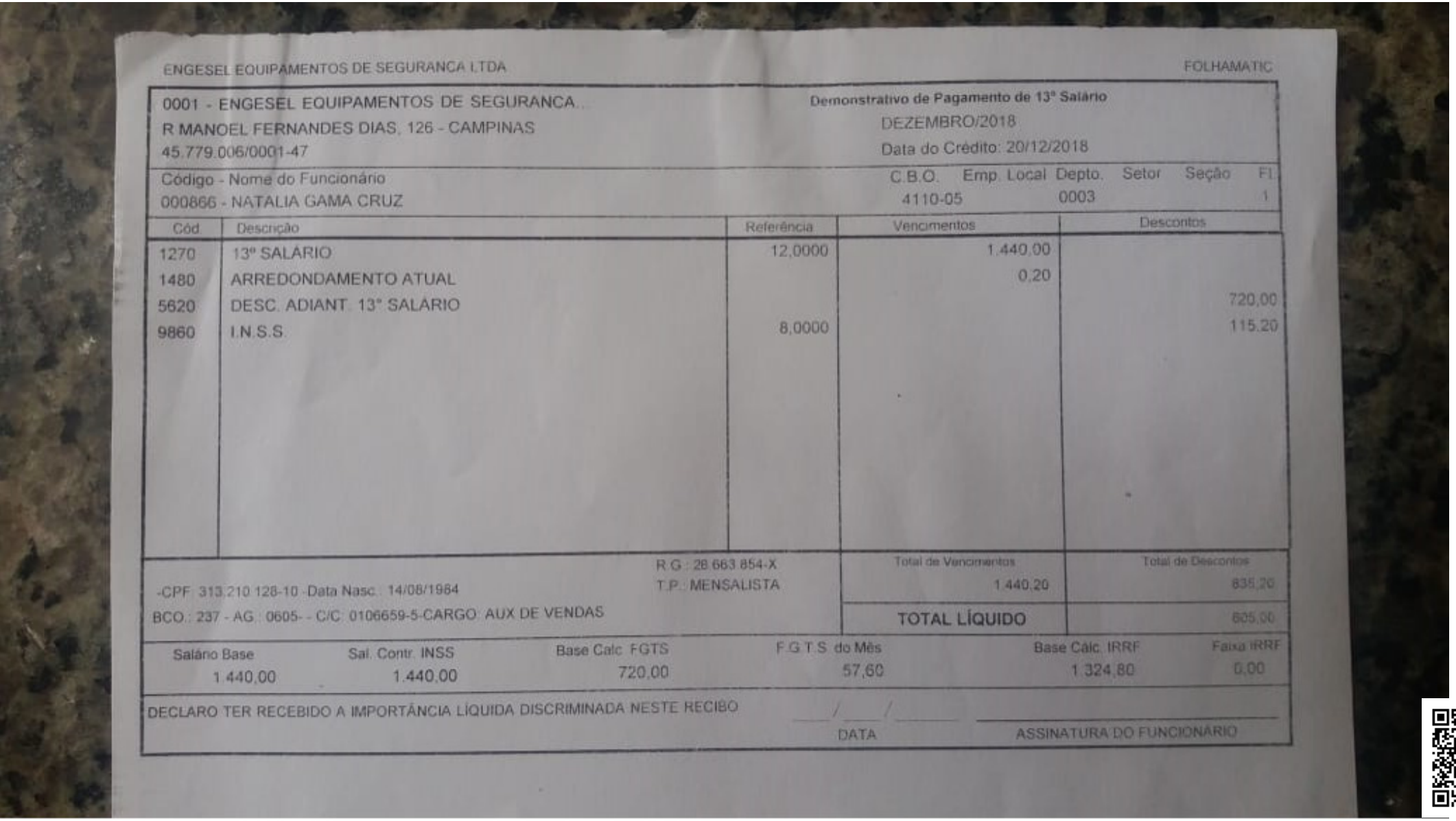
154 Nome do Órgão Homologador

155 Ressalvas

156 Informações à CAIXA:

A ASSISTÊNCIA NO ATO DA RESCISÃO CONTRATUAL É GRATUITA

Pode o trabalhador iniciar ação judicial quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho (Inc. XXIX, Art. 7º da Constituição Federal/1988).



ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA — FOLHAMATIC

0001 - ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA.
R MANOEL FERNANDES DIAS, 126 - CAMPINAS
45.779.006/0001-47

Demonstrativo de Pagamento de 13° Salário
DEZEMBRO/2018
Data do Crédito: 20/12/2018

Código - Nome do Funcionário	C.B.O.	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	Fl.
000866 - NATALIA GAMA CRUZ	4110-05			0003			1

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
1270	13° SALÁRIO	12,0000	1.440,00	
1480	ARREDONDAMENTO ATUAL		0,20	
5620	DESC. ADIANT. 13° SALÁRIO			720,00
9860	I.N.S.S.	8,0000		115,20

-CPF: 313.210.128-10 -Data Nasc.: 14/08/1964
R.G.: 28.663.854-X
T.P.: MENSALISTA
BCO.: 237 - AG.: 0605- - C/C: 0106659-5-CARGO: AUX DE VENDAS

Total de Vencimentos	Total de Descontos
1.440,20	835,20
TOTAL LÍQUIDO	605,00

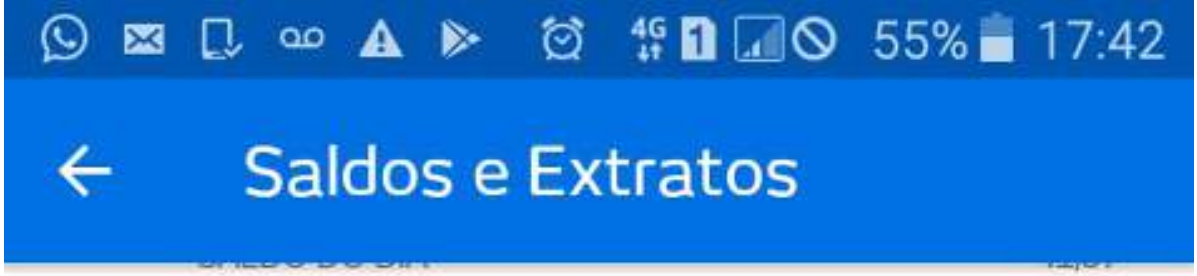
Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Calc. IRRF	Faixa IRRF
1.440,00	1.440,00	720,00	57,60	1.324,80	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

___/___/_____ DATA

_____ ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

Assinado eletronicamente por: VITOR MANFREDINI - 25/03/2019 16:44:21 - ffdcd1f
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19032516324475100000104043893
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 19032516324475100000104043893
ID. ffdcd1f - Pág. 1



08/01	DOC CREDITO AUTOMATICO* LARISSA VIDA DA SILVA KLEINE Docto 0816997	560,00
	CARTAO VISA ELECTRON SUPERMERCADOS JL Docto 0344431	-11,23
	SALDO DO DIA	590,64
10/01	TRANSF CC PARA CC PJ ENGESEL EQUIP DE SEGURANCA LTDA Docto 2350750	600,00
	PAGTO ELETRON COBRANCA PORTO SEGURO ADMINISTRADORA DE C Docto 0000039	-351,97
	PAGTO ELETRON COBRANCA PAG COBR VIA BDN Docto 0000040	-668,00
	CARTAO VISA ELECTRON BIROSCA DO CARLAO Docto 0026374	-15,00
	CARTAO VISA ELECTRON DROGASIL 577 Docto 0100276	-46,71
	CARTAO VISA ELECTRON SUPERMERCADO ITAJ Docto 0100353	-14,84
	CARTAO VISA ELECTRON SUPERMERCADOS JL Docto 0297367	-2,89

Assinado eletronicamente por: VITOR MANFREDINI - 25/03/2019 16:44:21 - 802f751
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19032516331081800000104043989
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. 802f751 - Pág. 1
Número do documento: 19032516331081800000104043989



55% 17:42

Saldos e Extratos

08/01	DOC CREDITO AUTOMATICO* LARISSA VIDA DA SILVA KLEINE Docto 0816997	560,00
	CARTAO VISA ELECTRON SUPERMERCADOS JL Docto 0344431	-11,23
	SALDO DO DIA	590,64
10/01	TRANSF CC PARA CC PJ ENGESEL EQUIP DE SEGURANCA LTDA Docto 2350750	600,00
	PAGTO ELETRON COBRANCA PORTO SEGURO ADMINISTRADORA DE C Docto 0000039	-351,97
	PAGTO ELETRON COBRANCA PAG COBR VIA BDN Docto 0000040	-668,00
	CARTAO VISA ELECTRON BIROSCA DO CARLAO Docto 0026374	-15,00
	CARTAO VISA ELECTRON DROGASIL 577 Docto 0100276	-46,71
	CARTAO VISA ELECTRON SUPERMERCADO ITAJ Docto 0100353	-14,84
	CARTAO VISA ELECTRON SUPERMERCADOS JL Docto 0297367	-2,89



54% 17:44

Saldos e Extratos

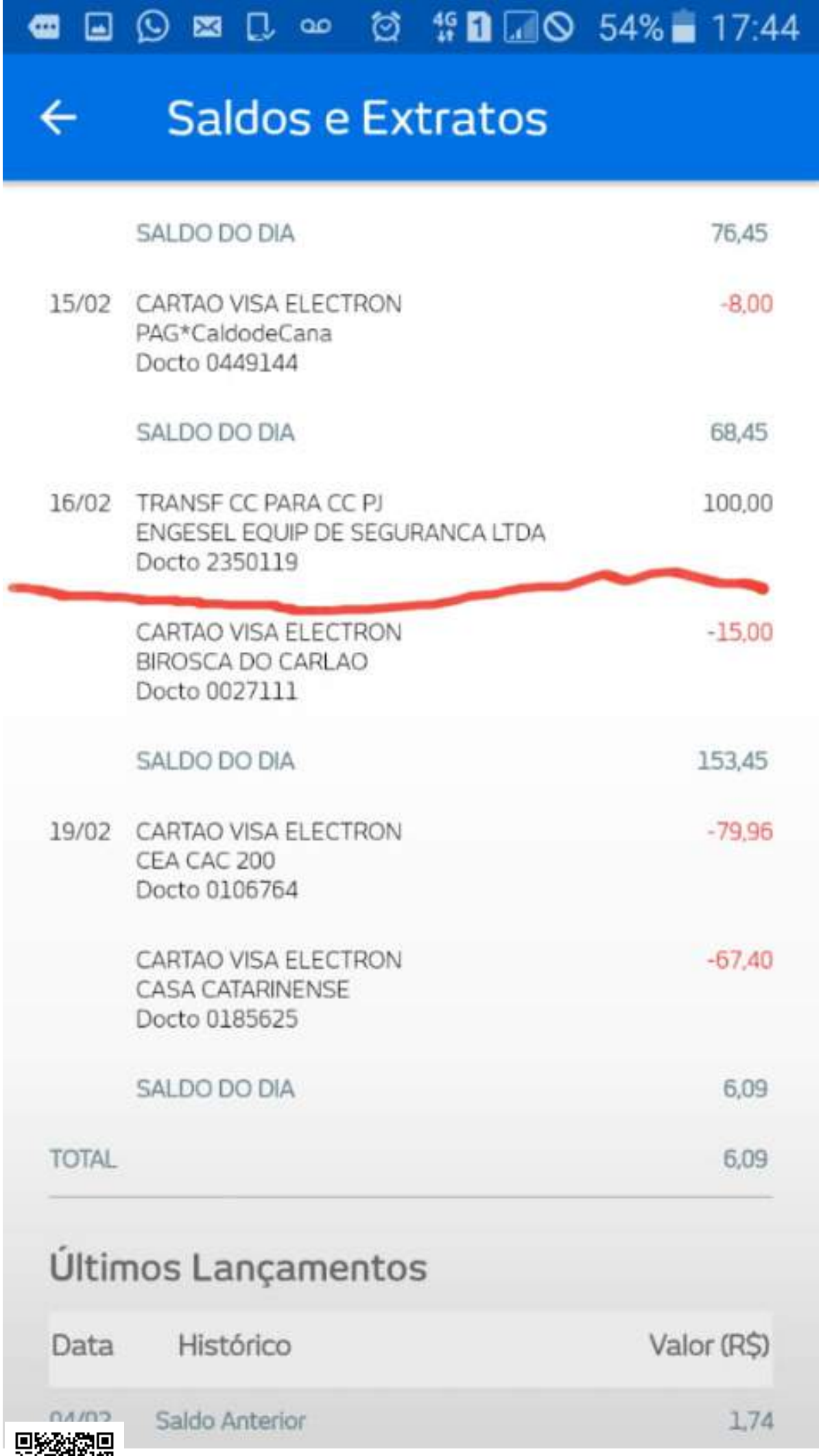
	TRANSF CC PARA CC PJ ENGESEL EQUIP DE SEGURANCA LTDA Docto 2350570	376,00
	CARTAO VISA ELECTRON NAIR TERESINHA RO Docto 0102984	-43,50
	SALDO DO DIA	411,52
02/02	CARTAO VISA ELECTRON DROGASIL 577 Docto 0020208	-71,99
	CARTAO VISA ELECTRON POSTO PRESIDENTE Docto 0020312	-30,00
	CARTAO VISA ELECTRON BIROSCA DO CARLAO Docto 0026822	-17,00
	CONTA DE LUZ B.D.N.-CPFL/SP Docto 2975031	-97,18
	CONTA DE AGUA E ESGOTO B.D.N.-SANASA-CAMPINAS/SP Docto 2985994	-113,43
	SALDO DO DIA	81,92
05/02	CARTAO VISA ELECTRON DROGARIA VIANA & Docto 0427798	-5,90
	CARTAO VISA ELECTRON SUPERMERCADOS JL	-21,08



54% 17:44

← Saldos e Extratos

07/02	TRANSF CC PARA CC PJ ENGESEL EQUIP DE SEGURANCA LTDA Docto 2350855	616,00
	SALDO DO DIA	617,97
08/02	SAQUE C/C BDN Ag00605maq003506seq0271508021935 Docto 3506715	-100,00
	SAQUE C/C BDN Ag00605maq007642seq0032608021933 Docto 7642326	-250,00
	CARTAO VISA ELECTRON AUTO POSTO PRECIS Docto 0833619	-60,00
	SALDO DO DIA	207,97
09/02	TRANSF CC PARA CC PJ ENGESEL EQUIP DE SEGURANCA LTDA Docto 2350839	300,00
	CARTAO VISA ELECTRON BIROSKA DO CARLAO Docto 0753790	-18,00
	SALDO DO DIA	489,97
14/02	CARTAO VISA ELECTRON AUTO POSTO PATROPI Docto 0017103	-20,00
	CARTAO VISA ELECTRON SUPERCENTER CAMPINAS Docto 0027151	-82,00



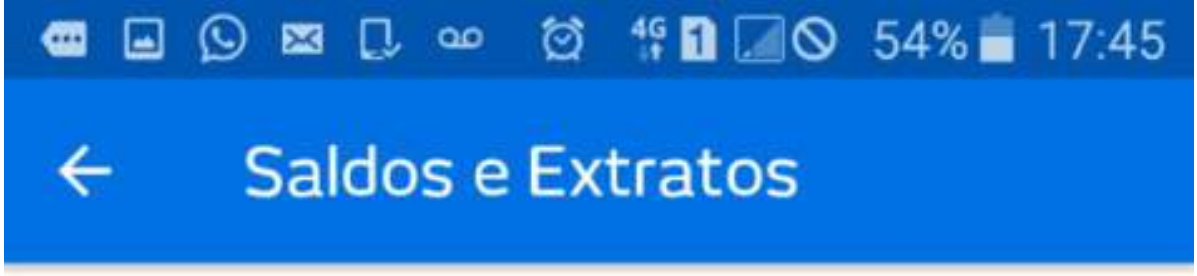
54% 17:44

Saldos e Extratos

	SALDO DO DIA	76,45
15/02	CARTAO VISA ELECTRON PAG*CaldodeCana Docto 0449144	-8,00
	SALDO DO DIA	68,45
16/02	TRANSF CC PARA CC PJ ENGESEL EQUIP DE SEGURANCA LTDA Docto 2350119	100,00
	CARTAO VISA ELECTRON BIROSCA DO CARLAO Docto 0027111	-15,00
	SALDO DO DIA	153,45
19/02	CARTAO VISA ELECTRON CEA CAC 200 Docto 0106764	-79,96
	CARTAO VISA ELECTRON CASA CATARINENSE Docto 0185625	-67,40
	SALDO DO DIA	6,09
TOTAL		6,09

Últimos Lançamentos

Data	Histórico	Valor (R$)
04/02	Saldo Anterior	1,74



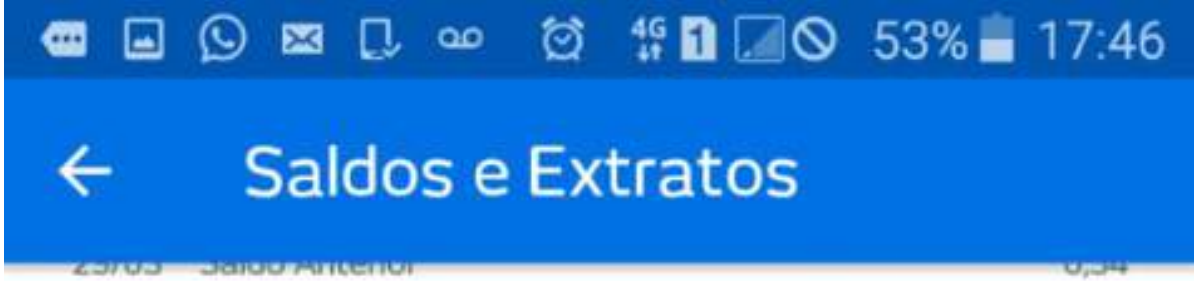
07/03	DOC CREDITO AUTOMATICO* LARISSA VIDA DA SILVA KLEINE Docto 0577770	1.191,30
	RENDIMENTOS Poup Facil-Depos A Partir 4/5/12 Docto 0703994	0,02
	ESTORNO DE RENDIMENTOS * POUP FACIL-DEPOS A PARTIR 4/5/12 Docto 0004135	-0,02
	SALDO DO DIA	1.191,39
08/03	CARTAO VISA ELECTRON BIROSCA DO CARLAO Docto 0027744	-14,50
	CARTAO VISA ELECTRON PANIFICADORA E LANCH Docto 0577564	-14,90
	SALDO DO DIA	1.161,99
09/03	CARTAO VISA ELECTRON PANIFICADORA BIER Docto 0937444	-3,00
	SAQUE C/C BANCO24HORAS 00031304 09031033 Docto 0903178	-40,00
	SALDO DO DIA	1.118,99
12/03	SAQUE C/C BDN Ag00605maq001836seq0005512031229 Docto 1836055	-60,00



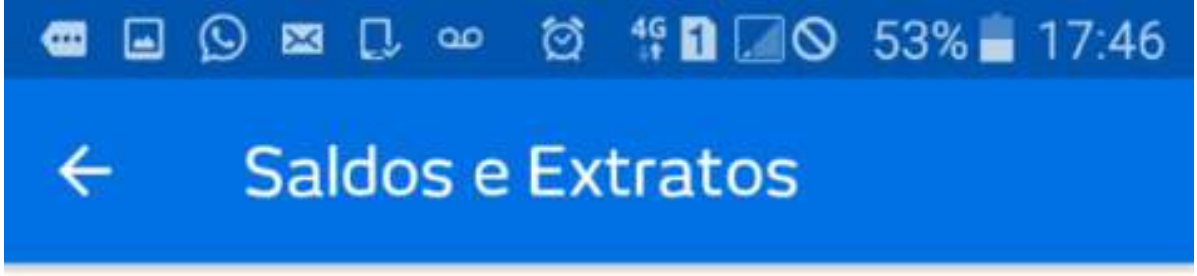
54% 17:45

← Saldos e Extratos

16/03	DOC CREDITO AUTOMATICO* LARISSA VIDA DA SILVA KLEINE Docto 0047215	200,00
	SALDO DO DIA	202,41
19/03	DOC CREDITO AUTOMATICO* LARISSA VIDA DA SILVA KLEINE Docto 0326852	300,00
	CARTAO VISA ELECTRON PAG*MariaElianaDosSa Docto 0158804	-20,00
	CARTAO VISA ELECTRON JUAREZ LUCAS S SUPER Docto 0206791	-22,00
	CARTAO VISA ELECTRON BIROSKA DO CARLAO Docto 0665518	-6,00
	CARTAO VISA ELECTRON SUPERMERCADOS JL Docto 0898972	-11,80
	SALDO DO DIA	442,61
20/03	PAGTO ELETRON COBRANCA PORTO SEGURO ADMINISTRADORA DE C Docto 0000041	-352,57
	CONTA DE LUZ B.D.N.-CPFL/SP Docto 2973031	-86,91
	SALDO DO DIA	3,13



03/04	TED-TRANSF ELET DISPON REMET.LARISSA VIDA DA SILV Docto 3231073	289,91
	PAGTO ELETRON COBRANCA UNIMED Docto 0000042	-171,57
	CARTAO VISA ELECTRON SUPERMERCADO ITAJ Docto 0030412	-48,86
	SALDO DO DIA	69,82
04/04	CARTAO VISA ELECTRON DROGASIL 577 Docto 0040189	-28,54
	CARTAO VISA ELECTRON PANELA DE FERRO Docto 0133909	-4,00
	SALDO DO DIA	37,28
05/04	TED-TRANSF ELET DISPON REMET.LARISSA VIDA DA SILV Docto 5263416	364,92
	CARTAO VISA ELECTRON BIROSKA DO CARLAO Docto 0756049	-10,50
	SALDO DO DIA	391,70
06/04	TED-TRANSF ELET DISPON REMET.LARISSA VIDA DA SILV Docto 6964621	788,00



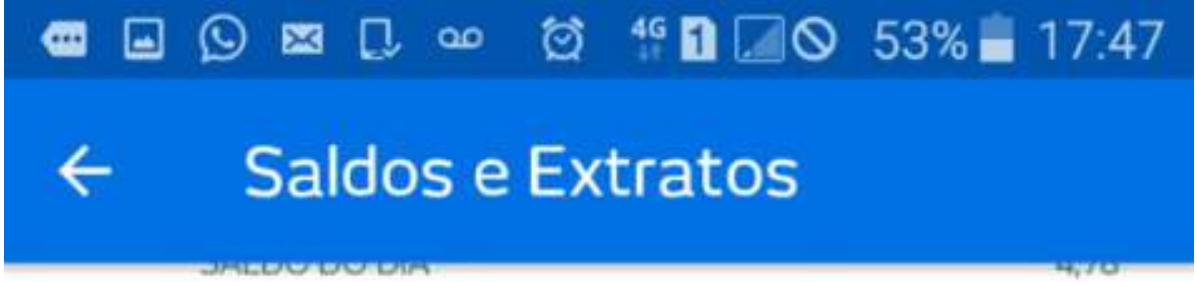
06/04	TED-TRANSF ELET DISPON REMET.LARISSA VIDA DA SILV Docto 6964621	788,00
	CARTAO VISA ELECTRON NAIR TERESINHA RO Docto 0104030	-47,50
	CARTAO VISA ELECTRON NAIR TERESINHA RO Docto 0104031	-6,00
	CARTAO VISA ELECTRON BIROSKA DO CARLAO Docto 0756131	-15,00
	SALDO DO DIA	1.111,20
09/04	CARTAO VISA ELECTRON SUPERMERCADOS JL Docto 0057319	-16,55
	CARTAO VISA ELECTRON DROGASIL 577 Docto 0070287	-46,71
	CARTAO VISA ELECTRON SUPERMERCADO ITAJ Docto 0090295	-23,71
	CARTAO VISA ELECTRON GSP LANCHONETE Docto 0138702	-70,90
	CARTAO VISA ELECTRON SUPERMERCADOS JL Docto 0142348	-1,98



53% 17:46

Saldos e Extratos

13/04	TED-TRANSF ELET DISPON REMET.LARISSA VIDA DA SILV Docto 3785097	500,00
	CARTAO VISA ELECTRON Uber Do Brasil Tecno Docto 0318662	-12,96
	CARTAO VISA ELECTRON BIROSKA DO CARLAO Docto 0854208	-17,00
	SALDO DO DIA	554,13
16/04	PAGTO ELETRON COBRANCA CONSORCIO Docto 0000043	-351,47
	CARTAO VISA ELECTRON PAG*BolhasDeSabao Docto 0068948	-25,00
	CARTAO VISA ELECTRON DROGASIL 577 Docto 0140149	-74,18
	CARTAO VISA ELECTRON LOJAS RENNER FL 1 Docto 0150179	-62,80
	CARTAO VISA ELECTRON PAG*EveliBrinque Docto 0221102	-30,00
	CARTAO VISA ELECTRON Uber Do Brasil Tecno Docto 0321018	-5,90
	SALDO DO DIA	4,78



27/04	TED-TRANSF ELET DISPON REMET.LARISSA VIDA DA SILV Docto 4602507	700,16
	SALDO DO DIA	704,94
30/04	CARTAO VISA ELECTRON PAG*BarMargia Docto 0038673	-23,00
	CARTAO VISA ELECTRON SUPERCENTER CAMPINAS Docto 0110082	-99,98
	CARTAO VISA ELECTRON FRUTAS BEL Docto 0169007	-47,50
	CARTAO VISA ELECTRON LA PANQUECA DOM PEDR Docto 0172795	-24,80
	CARTAO VISA ELECTRON LESSA E LUIZ SUPERME Docto 0280306	-16,53
	CARTAO VISA ELECTRON MAGIC GAMES EMPREEND Docto 0281089	-15,00
	CARTAO VISA ELECTRON DROGASIL 577 Docto 0290044	-61,38
	CARTAO VISA ELECTRON SUPERMERCADO ITAJ Docto 0290262	-42,26

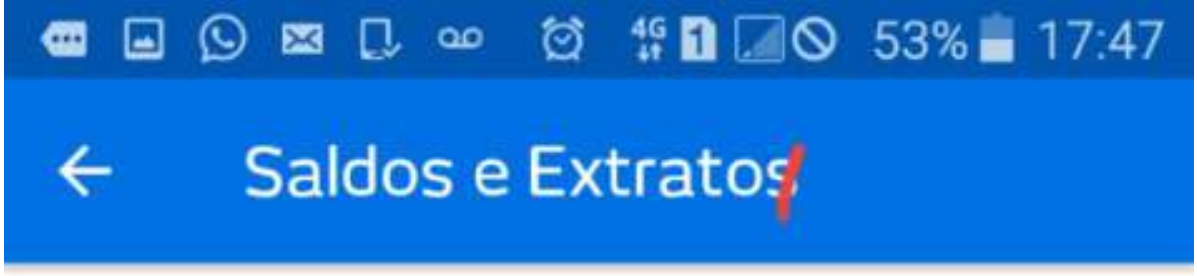


53% 17:47

Saldos e Extratos

	TRANSF CC PARA CC PJ ENGESEL EQUIP DE SEGURANCA LTDA Docto 2350114	600,00
	CARTAO VISA ELECTRON LILI PRESENTES Docto 0156212	-16,40
	CARTAO VISA ELECTRON BIROSKA DO CARLAO Docto 0940794	-6,00
	SALDO DO DIA	721,33
04/05	CARTAO VISA ELECTRON SHIMOZONO & FUKUS Docto 0366838	-8,70
	CARTAO VISA ELECTRON DROGARIA VIANA & Docto 0945246	-34,10
	SAQUE C/C BANCO24HORAS 00036109 04051208 Docto 0405861	-100,00
	SALDO DO DIA	578,53
07/05	TRANSF AUTORIZ ENTRE AGS Marcos Cineas de Castro Alcantar Docto 0399819	-155,00
	CARTAO VISA ELECTRON DROGASIL 577 Docto 0060358	-22,12
	CARTAO VISA ELECTRON GSP LANCHONETE	-66,10

Assinado eletronicamente por: VITOR MANFREDINI - 25/03/2019 16:44:21 - 802f751
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19032516331081800000104043989
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. 802f751 - Pág. 12
Número do documento: 19032516331081800000104043989



08/05	TED-TRANSF ELET DISPON REMET.LARISSA VIDA DA SILV Docto 4386875	680,00
	SALDO DO DIA	1.015,31
09/05	SAQUE C/C BDN Ag00605maq001836seq0959009051251 Docto 1836590	-360,00
	CARTAO VISA ELECTRON SUPERMERCADO ITAJ Docto 0090309	-34,28
	CONTA DE LUZ B.D.N.-CPFL/SP Docto 2977031	-89,74
	CONTA DE AGUA E ESGOTO B.D.N.-SANASA-CAMPINAS/SP Docto 2985994	-163,73
	SALDO DO DIA	367,56
10/05	PAGTO ELETRON COBRANCA PORTO SEGURO ADMINISTRADORA DE C Docto 0000044	-350,52
	SALDO DO DIA	17,04
11/05	TED-TRANSF ELET DISPON REMET.LARISSA VIDA DA SILV Docto 7545336	600,00
	CARTAO VISA ELECTRON BIROSKA DO CARLAO Docto 0044934	-10,50



Saldos e Extratos

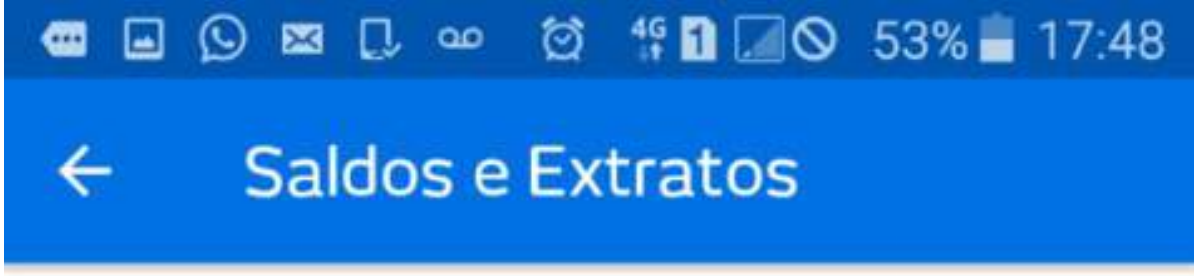
12/06	TED-TRANSF ELET DISPON REMET.LARISSA VIDA DA SILV Docto 4397607	200,00
	SALDO DO DIA	202,40
13/06	CARTAO VISA ELECTRON POSTO PRESIDENTE Docto 0028048	-30,00
	CARTAO VISA ELECTRON SHIMOZONO & FUKUS Docto 0071492	-13,90
	CONTA DE LUZ B.D.N.-CPFL/SP Docto 2974031	-107,29
	SALDO DO DIA	51,21
14/06	CARTAO VISA ELECTRON DOCEZAN Docto 0083297	-6,45
	CARTAO VISA ELECTRON BIROSKA DO CARLAO Docto 0577337	-6,00
	CARTAO VISA ELECTRON BAZAR E FOTO PARA Docto 0633651	-8,00
	SALDO DO DIA	30,76
15/06	TED-TRANSF ELET DISPON REMET.LARISSA VIDA DA SILV Docto 7799831	200,00
	TARIFA BANCARIA	-28,80



53% 17:48

← Saldos e Extratos

07/06	TED-TRANSF ELET DISPON REMET.LARISSA VIDA DA SILV Docto 9657303	404,00
	DEPOS ENTRE AGS DINHEIRO O PROPRIO FAVORECIDO Docto 1490046	110,00
	CARTAO VISA ELECTRON DROGASIL 577 Docto 0070084	-22,35
	CARTAO VISA ELECTRON LOJAS AMERICANAS Docto 0628732	-26,27
	SALDO DO DIA	465,43
08/06	CARTAO VISA ELECTRON LESSA E LUIZ SUPERME Docto 0080268	-15,68
	CARTAO VISA ELECTRON BARREIRINHAS COME Docto 0533819	-10,54
	SALDO DO DIA	439,21
11/06	SAQUE C/C BDN AG00605MAQ003506SEQ0717510062136 Docto 3506175	-300,00
	CARTAO VISA ELECTRON LESSA E LUIZ SUPERME Docto 0100262	-11,50
	CARTAO VISA ELECTRON SUPERMERCADO ITAJ Docto 0100312	-53,92



15/06	TED-TRANSF ELET DISPON REMET.LARISSA VIDA DA SILV Docto 7799831	200,00
	TARIFA BANCARIA CESTA FACIL ECONOMICA Docto 0010618	-28,80
	CARTAO VISA ELECTRON LESSA E LUIZ SUPERME Docto 0150303	-76,88
	CARTAO VISA ELECTRON PANIFICADORA VITO Docto 0414185	-6,50
	CARTAO VISA ELECTRON SUPRITEL Docto 0414813	-8,00
	CARTAO VISA ELECTRON BARREIRINHAS COME Docto 0534078	-12,74
	SALDO DO DIA	97,84
18/06	CARTAO VISA ELECTRON PAG*MariaElianaDosSa Docto 0154287	-30,00
	CARTAO VISA ELECTRON PAG*Pryscilamoraes Docto 0167219	-15,00
	CARTAO VISA ELECTRON Uber Do Brasil Tecno Docto 0329391	-15,72



19/06	TED-TRANSF ELET DISPON REMET.LARISSA VIDA DA SILV Docto 9798029	400,00
	SALDO DO DIA	402,12
20/06	DEP DINH C/C S/CART BDN AG00318MAQ030921SEQ03202 Docto 0921202	90,00
	TRANSF FDOS DOC-E H BANK DEST.Thiago Andre Rosa Cruz Docto 1830315	-300,00
	CARTAO VISA ELECTRON POSTO PRESIDENTE Docto 0200279	-30,00
	CARTAO VISA ELECTRON BIROSKA DO CARLAO Docto 0352241	-6,00
	CARTAO VISA ELECTRON SUMUP *LANCHESESTRE Docto 0378594	-10,00
	CARTAO VISA ELECTRON BAZAR ECONOMIA Docto 0868341	-7,99
	DOC/TED INTERNET DOC ELETRONICO Docto 1830315	-9,70
	SALDO DO DIA	128,43
21/06	CARTAO VISA ELECTRON TENDA ATACADO Docto 0210461	-77,50



53% 17:48

Saldos e Extratos

Docto 0868341

	DOC/TED INTERNET DOC ELETRONICO Docto 1830315	-9,70
	SALDO DO DIA	128,43
21/06	CARTAO VISA ELECTRON TENDA ATACADO Docto 0210461	-77,50
	SALDO DO DIA	50,93
22/06	CARTAO VISA ELECTRON SHIMOZONO & FUKUS Docto 0072821	-8,30
	CARTAO VISA ELECTRON LESSA E LUIZ SUPERME Docto 0220284	-23,05
	SALDO DO DIA	19,58
25/06	CARTAO VISA ELECTRON CAMPINAS SHOPPING Docto 0013110	-18,00
	SALDO DO DIA	1,58
29/06	TRANSF CC PARA CC PJ ENGESEL EQUIP DE SEGURANCA LTDA Docto 2350354	38,50
	SALDO DO DIA	40,08
TOTAL		40,08

Assinado eletronicamente por: VITOR MANFREDINI - 25/03/2019 16:44:21 - 802f751
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19032516331081800000104043989
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. 802f751 - Pág. 18
Número do documento: 19032516331081800000104043989



52% 17:49

← Saldos e Extratos

13/07	TED-TRANSF ELET DISPON REMET:LARISSA VIDA DA SILV Docto 3541425	200,00
	TARIFA BANCARIA CESTA FACIL ECONOMICA Docto 0020718	-28,80
	SALDO DO DIA	239,79
16/07	CARTAO VISA ELECTRON REDE OBA HORTIFRUT Docto 0150051	-27,02
	CARTAO VISA ELECTRON N R C MODAS E ACESS Docto 0212011	-41,00
	CARTAO VISA ELECTRON AMCC FEIRAS Docto 0698285	-125,00
	CARTAO VISA ELECTRON POSTO TAGUA Docto 0757161	-26,00
	SALDO DO DIA	20,77
17/07	CARTAO VISA ELECTRON BIROSKA DO CARLAO Docto 0847700	-13,50
	SALDO DO DIA	7,27
19/07	CARTAO VISA ELECTRON BIROSKA DO CARLAO Docto 0847782	-6,00



52% 17:49

Saldos e Extratos

05/07	TRANSF CC PARA CC PJ ENGESEL EQUIP DE SEGURANCA LTDA Docto 2350904	978,00
	SALDO DO DIA	978,03
06/07	CARTAO VISA ELECTRON PAG*BarMargia Docto 0614590	-14,00
	SALDO DO DIA	964,03
10/07	SAQUE C/C BDN Ag07216maq082731seq0076410071243 Docto 2731764	-500,00
	CARTAO VISA ELECTRON LESSA E LUIZ SUPERME Docto 0070461	-4,98
	CARTAO VISA ELECTRON MC DONALDS CSC Docto 0090507	-55,90
	CARTAO VISA ELECTRON PADARIA ESQUINA LUZI Docto 0277759	-19,30
	CARTAO VISA ELECTRON SUPERMERCADO PAGUE M Docto 0413786	-35,46
	CARTAO VISA ELECTRON BIG FRANGO NA BRA Docto 0594995	-6,90
	CONTA DE AGUA E ESGOTO R DN-SANASA-CAMPINAS/SP	-179,74

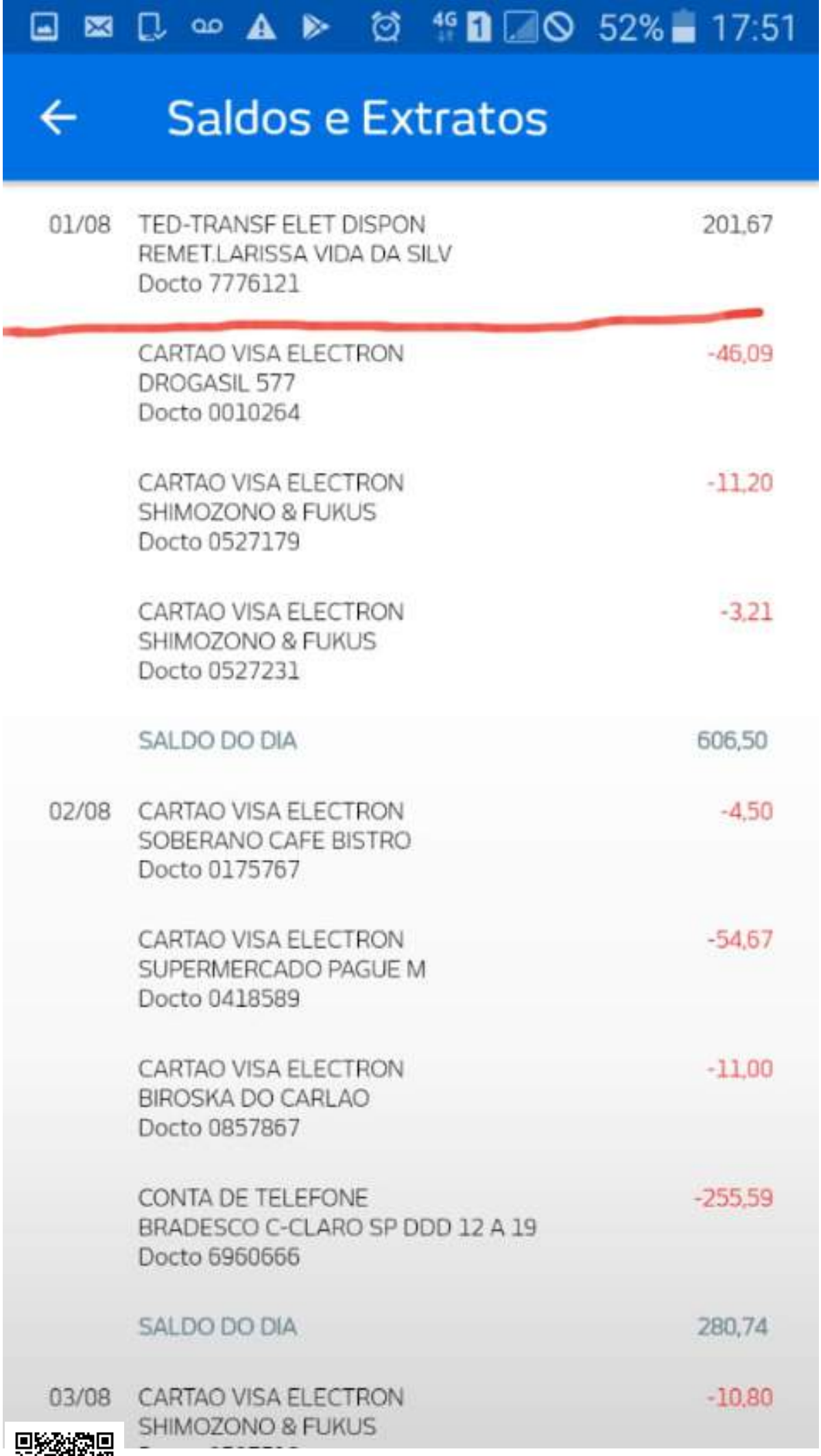


52% 17:49

Saldos e Extratos

20/07	DOC CREDITO AUTOMATICO* LARISSA VIDA DA SILVA KLEINE Docto 0907855	100,00
	SALDO DO DIA	101,27
23/07	CARTAO VISA ELECTRON ATACADAO 105 AS Docto 0856424	-100,00
	SALDO DO DIA	1,27
24/07	TRANSF CC PARA CC PJ ENGESEL EQUIP DE SEGURANCA LTDA Docto 2350691	228,73
	CARTAO VISA ELECTRON DROGASIL 577 Docto 0240227	-37,87
	SALDO DO DIA	192,13
25/07	SAQUE C/C BDN Ag00605maq001836seq0461325071300 Docto 1836613	-20,00
	CONTA DE LUZ B.D.N.-CPFL/SP Docto 2974031	-171,64
	SALDO DO DIA	0,49
27/07	TRANSF CC PARA CC PJ ENGESEL EQUIP DE SEGURANCA LTDA Docto 2350830	300,00
	SALDO DO DIA	300,49

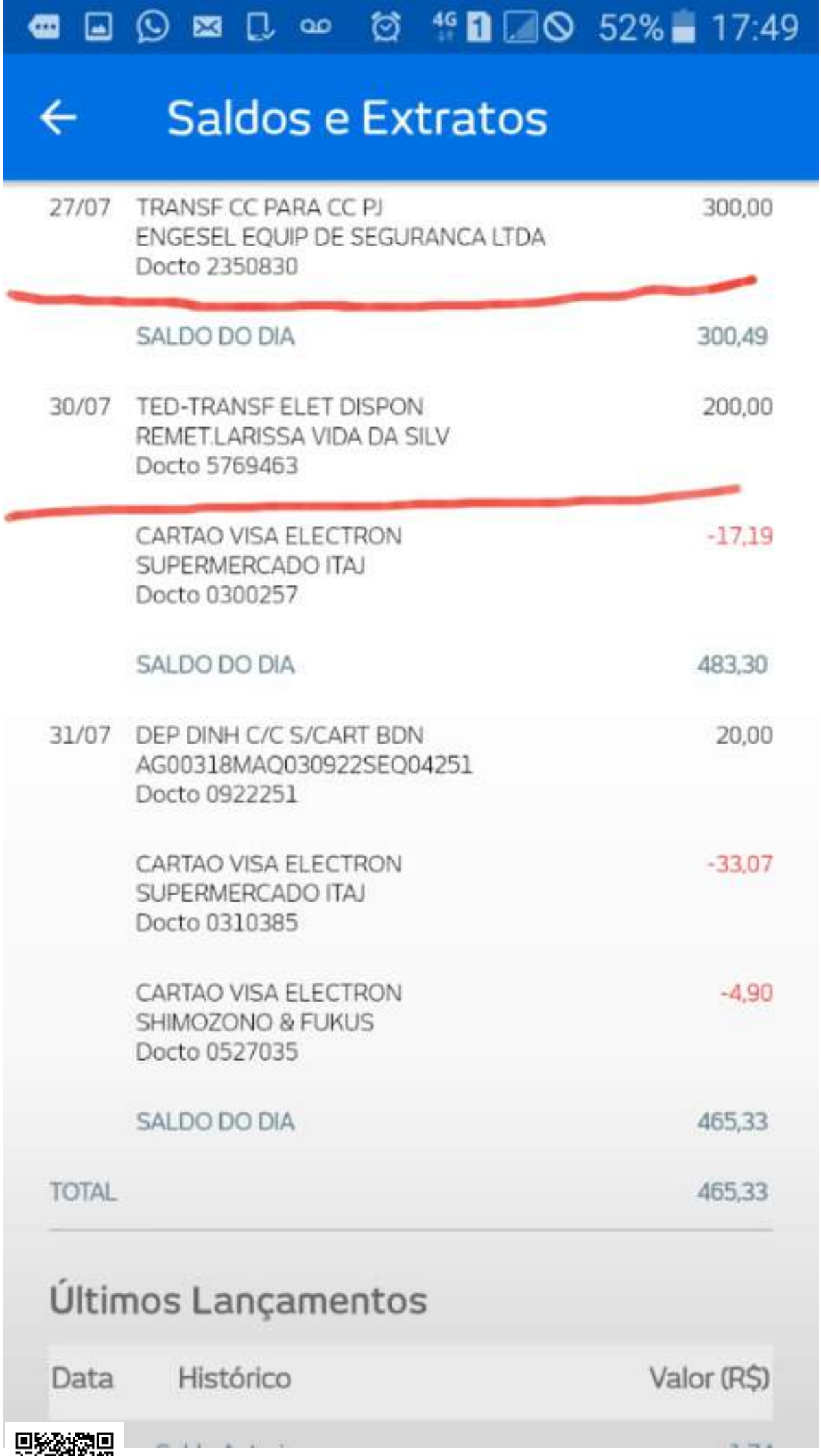
Assinado eletronicamente por: VITOR MANFREDINI - 25/03/2019 16:44:21 - 802f751
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19032516331081800000104043989
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 19032516331081800000104043989



52% 17:51

Saldos e Extratos

01/08	TED-TRANSF ELET DISPON REMET.LARISSA VIDA DA SILV Docto 7776121	201,67
	CARTAO VISA ELECTRON DROGASIL 577 Docto 0010264	-46,09
	CARTAO VISA ELECTRON SHIMOZONO & FUKUS Docto 0527179	-11,20
	CARTAO VISA ELECTRON SHIMOZONO & FUKUS Docto 0527231	-3,21
	SALDO DO DIA	606,50
02/08	CARTAO VISA ELECTRON SOBERANO CAFE BISTRO Docto 0175767	-4,50
	CARTAO VISA ELECTRON SUPERMERCADO PAGUE M Docto 0418589	-54,67
	CARTAO VISA ELECTRON BIROSKA DO CARLAO Docto 0857867	-11,00
	CONTA DE TELEFONE BRADESCO C-CLARO SP DDD 12 A 19 Docto 6960666	-255,59
	SALDO DO DIA	280,74
03/08	CARTAO VISA ELECTRON SHIMOZONO & FUKUS	-10,80



52% 17:49

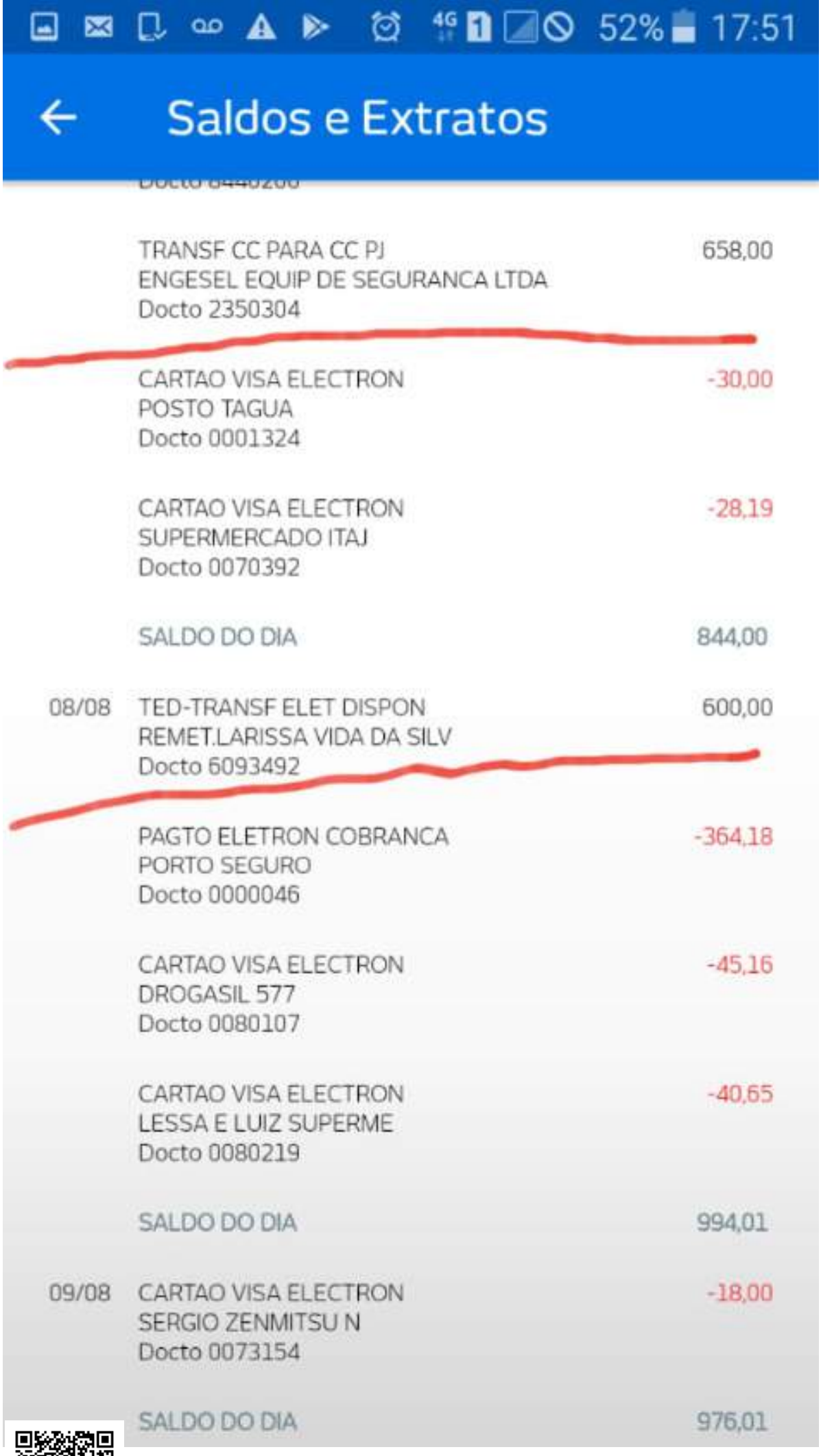
Saldos e Extratos

27/07	TRANSF CC PARA CC PJ ENGESEL EQUIP DE SEGURANCA LTDA Docto 2350830	300,00
	SALDO DO DIA	300,49
30/07	TED-TRANSF ELET DISPON REMET:LARISSA VIDA DA SILV Docto 5769463	200,00
	CARTAO VISA ELECTRON SUPERMERCADO ITAJ Docto 0300257	-17,19
	SALDO DO DIA	483,30
31/07	DEP DINH C/C S/CART BDN AG00318MAQ030922SEQ04251 Docto 0922251	20,00
	CARTAO VISA ELECTRON SUPERMERCADO ITAJ Docto 0310385	-33,07
	CARTAO VISA ELECTRON SHIMOZONO & FUKUS Docto 0527035	-4,90
	SALDO DO DIA	465,33
TOTAL		465,33

Últimos Lançamentos

Data	Histórico	Valor (R$)

Assinado eletronicamente por: VITOR MANFREDINI - 25/03/2019 16:44:21 - 802f751
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19032516331081800000104043989
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. 802f751 - Pág. 23
Número do documento: 19032516331081800000104043989



52% 17:51

Saldos e Extratos

	TRANSF CC PARA CC PJ ENGESEL EQUIP DE SEGURANCA LTDA Docto 2350304	658,00
	CARTAO VISA ELECTRON POSTO TAGUA Docto 0001324	-30,00
	CARTAO VISA ELECTRON SUPERMERCADO ITAJ Docto 0070392	-28,19
	SALDO DO DIA	844,00
08/08	TED-TRANSF ELET DISPON REMET.LARISSA VIDA DA SILV Docto 6093492	600,00
	PAGTO ELETRON COBRANCA PORTO SEGURO Docto 0000046	-364,18
	CARTAO VISA ELECTRON DROGASIL 577 Docto 0080107	-45,16
	CARTAO VISA ELECTRON LESSA E LUIZ SUPERME Docto 0080219	-40,65
	SALDO DO DIA	994,01
09/08	CARTAO VISA ELECTRON SERGIO ZENMITSU N Docto 0073154	-18,00
	SALDO DO DIA	976,01



51% 17:52

← Saldos e Extratos

05/09	TRANSF CC PARA CC PJ ENGESEL EQUIP DE SEGURANCA LTDA Docto 2350360	400,00
	PAGTO ELETRON COBRANCA CONSORCIO Docto 0000049	-348,76
	CARTAO VISA ELECTRON LESSA E LUIZ SUPERME Docto 0050262	-16,75
	SALDO DO DIA	35,39
06/09	TRANSF CC PARA CC PJ ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURAN Docto 7216378	397,00
	CARTAO VISA ELECTRON SUPERMERCADO PAGUE M Docto 0940841	-32,58
	SALDO DO DIA	399,81
10/09	DOC CREDITO AUTOMATICO* LARISSA VIDA DA SILVA KLEINE Docto 0274225	400,00
	DEPOSITO C/C BDN Ags1914maq019574seq00506 Docto 9574506	350,00
	CARTAO VISA ELECTRON INVENTANDO COISAS Docto 0063916	-35,00
	CARTAO VISA ELECTRON REDE OBA HORTIFRUT	-46,00

Assinado eletronicamente por: VITOR MANFREDINI - 25/03/2019 16:44:21 - 802f751
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19032516331081800000104043989
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. 802f751 - Pág. 25
Número do documento: 19032516331081800000104043989



51% 17:52

Saldos e Extratos

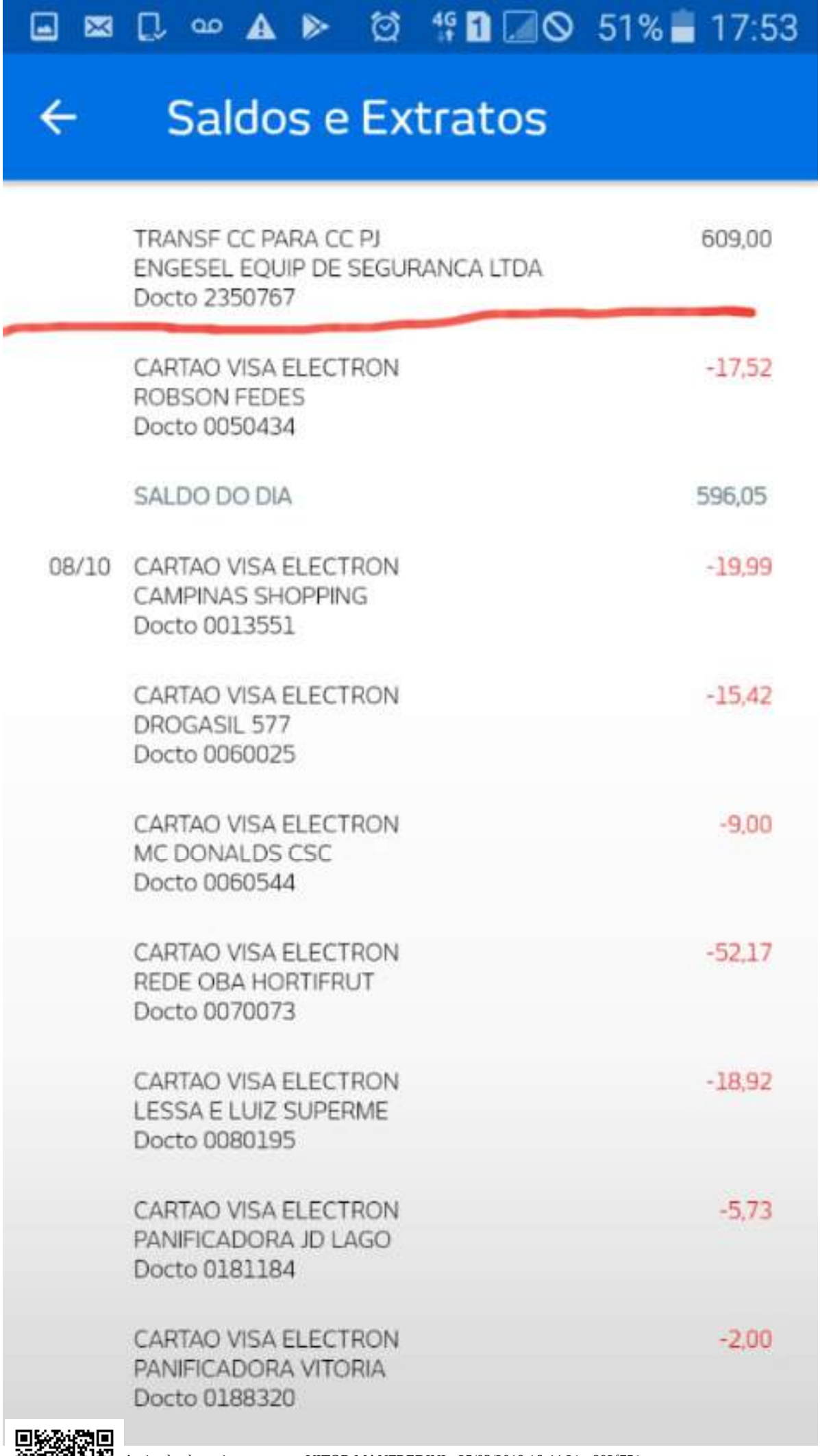
24/08	TED-TRANSF ELET DISPON REMET.LARISSA VIDA DA SILV Docto 9972403	786,55
	CARTAO VISA ELECTRON DROGASIL 577 Docto 0240238	-83,20
	SALDO DO DIA	704,97
27/08	RENDIMENTOS Poup Facil-Depos A Partir 4/5/12 Docto 2703715	0,10
	TRANSF FDOS DOC-E H BANK DEST.Felipe Siqueira de carvalho Docto 1420791	-65,00
	ESTORNO DE RENDIMENTOS * POUP FACIL-DEPOS A PARTIR 4/5/12 Docto 0004135	-0,10
	CARTAO VISA ELECTRON POSTO TAGUA Docto 0014633	-50,00
	CARTAO VISA ELECTRON ISSAO HAMASAKI ME Docto 0022854	-12,30
	CARTAO VISA ELECTRON EVANILDO LEITE TORRE Docto 0069226	-34,00
	CARTAO VISA ELECTRON NAIR TERESINHA RO Docto 0106025	-31,00



51% 17:53

Saldos e Extratos

14/09	TED-TRANSF ELET DISPON REMET.LARISSA VIDA DA SILV Docto 1187894	200,00
	CARTAO VISA ELECTRON PIZZARIA MIMOSA Docto 0710301	-30,00
	SALDO DO DIA	237,61
17/09	DEPOSITO C/C BDN Ags0046maq023044seq02763 Docto 3044763	20,00
	CONTA DE LUZ BRADESCO C-CPFL/SP Docto 6974031	-139,14
	SALDO DO DIA	118,47
18/09	CONTA DE AGUA E ESGOTO BRADESCO C-SANASA-CAMPINAS/SP Docto 6985994	-108,78
	SALDO DO DIA	9,69
19/09	CARTAO VISA ELECTRON BIROSCA DO CARLAO Docto 0034761	-7,00
	SALDO DO DIA	2,69
21/09	TRANSF CC PARA CC PJ ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURAN Docto 7216475	300,00
	CARTAO VISA ELECTRON Uber Do Brasil Tecno	-13,71



51% 17:53

← Saldos e Extratos

	TRANSF CC PARA CC PJ ENGESEL EQUIP DE SEGURANCA LTDA Docto 2350767	609,00
	CARTAO VISA ELECTRON ROBSON FEDES Docto 0050434	-17,52
	SALDO DO DIA	596,05
08/10	CARTAO VISA ELECTRON CAMPINAS SHOPPING Docto 0013551	-19,99
	CARTAO VISA ELECTRON DROGASIL 577 Docto 0060025	-15,42
	CARTAO VISA ELECTRON MC DONALDS CSC Docto 0060544	-9,00
	CARTAO VISA ELECTRON REDE OBA HORTIFRUT Docto 0070073	-52,17
	CARTAO VISA ELECTRON LESSA E LUIZ SUPERME Docto 0080195	-18,92
	CARTAO VISA ELECTRON PANIFICADORA JD LAGO Docto 0181184	-5,73
	CARTAO VISA ELECTRON PANIFICADORA VITORIA Docto 0188320	-2,00



51% 17:53

Saldos e Extratos

25/09	TRANSF CC PARA CC PJ ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURAN Docto 7216140	36,40
	CARTAO VISA ELECTRON DIA BRASIL LJ 304 Docto 0002015	-12,53
	CARTAO VISA ELECTRON SUPERMERCADO PAGUE M Docto 0092944	-39,76
	SALDO DO DIA	119,15
26/09	CARTAO VISA ELECTRON DROGARIA VIANA & Docto 0255784	-11,15
	CARTAO VISA ELECTRON ROBSON FEDES Docto 0260296	-19,58
	SALDO DO DIA	88,42
28/09	CARTAO VISA ELECTRON BIROSCA DO CARLAO Docto 0035292	-7,00
	SALDO DO DIA	81,42
TOTAL		81,42

Últimos Lançamentos

Data	Histórico	Valor (R$)



51% 17:53

Saldos e Extratos

21/09	TRANSF CC PARA CC PJ ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURAN Docto 7216475	300,00
	CARTAO VISA ELECTRON Uber Do Brasil Tecno Docto 0312333	-13,71
	SALDO DO DIA	288,98
24/09	CARTAO VISA ELECTRON POSTO TAGUA Docto 0018334	-35,00
	CARTAO VISA ELECTRON SUPERMERCADO PAGUE M Docto 0194649	-36,18
	CARTAO VISA ELECTRON LESSA E LUIZ SUPERME Docto 0220176	-15,67
	CARTAO VISA ELECTRON ROBSON FEDES Docto 0240268	-22,09
	CARTAO VISA ELECTRON PAG*Donatellohotdogs Docto 0287348	-18,00
	CARTAO VISA ELECTRON BIROSKA DO CARLAO Docto 0602569	-12,00
	CARTAO VISA ELECTRON RANCHO DAS FRUTAS Docto 0787990	-15,00
	SALDO DO DIA	135,04



51% 17:54

Saldos e Extratos

11/10	TRANSF CC PARA CC PJ ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURAN Docto 7216311	200,00
	CONTA DE LUZ BRADESCO C-CPFL/SP Docto 6977031	-143,19
	SALDO DO DIA	56,87
15/10	CARTAO VISA ELECTRON BIROSKA DO CARLAO Docto 0581303	-11,50
	SALDO DO DIA	45,37
17/10	CARTAO VISA ELECTRON DROGASIL 577 Docto 0692774	-22,35
	SALDO DO DIA	23,02
19/10	TRANSF CC PARA CC PJ ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURAN Docto 7216926	300,00
	CARTAO VISA ELECTRON BIROSKA DO CARLAO Docto 0581492	-13,00
	SALDO DO DIA	310,02
22/10	SAQUE C/C BDN AG02350MAQ006212SEQ0841620100755 Docto 6212416	-270,00
	CARTAO VISA ELECTRON SUPERMERCADO PAGUE M Docto 0983323	-40,00



51% 17:54

Saldos e Extratos

25/10	TRANSF CC PARA CC PJ ENGESEL EQUIP DE SEGURANCA LTDA Docto 2350151	100,00
	CARTAO VISA ELECTRON DIA BRASIL LJ 58 Docto 0005440	-31,71
	CARTAO VISA ELECTRON CASA DE CARNES 3N Docto 0514520	-17,60
	SALDO DO DIA	50,71
26/10	TRANSF CC PARA CC PJ ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURAN Docto 7216356	288,50
	CARTAO VISA ELECTRON ROBSON FEDES Docto 0260380	-8,98
	CARTAO VISA ELECTRON PIZZARIA MIMOSA LTDA Docto 0936621	-55,20
	SALDO DO DIA	275,03
29/10	CARTAO VISA ELECTRON ATACADAO 105 AS Docto 0011053	-3,94
	CARTAO VISA ELECTRON POSTO PRESIDENTE Docto 0090411	-20,00
	CARTAO VISA ELECTRON REDE OBA HORTIFRUT Docto 0280083	-46,66

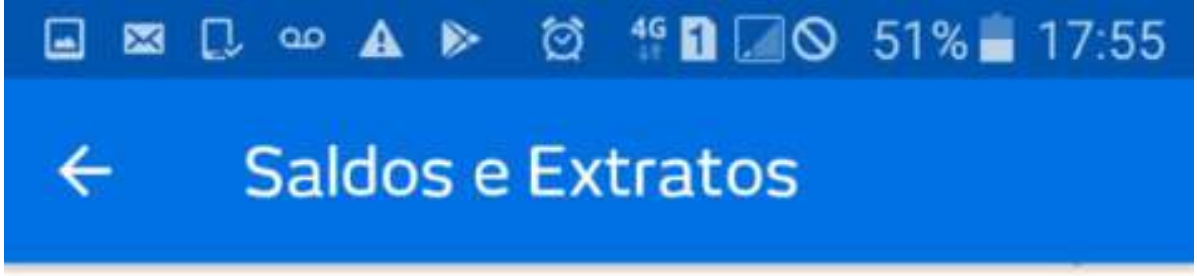
Assinado eletronicamente por: VITOR MANFREDINI - 25/03/2019 16:44:21 - 802f751
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19032516331081800000104043989
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. 802f751 - Pág. 32
Número do documento: 19032516331081800000104043989



51% 17:54

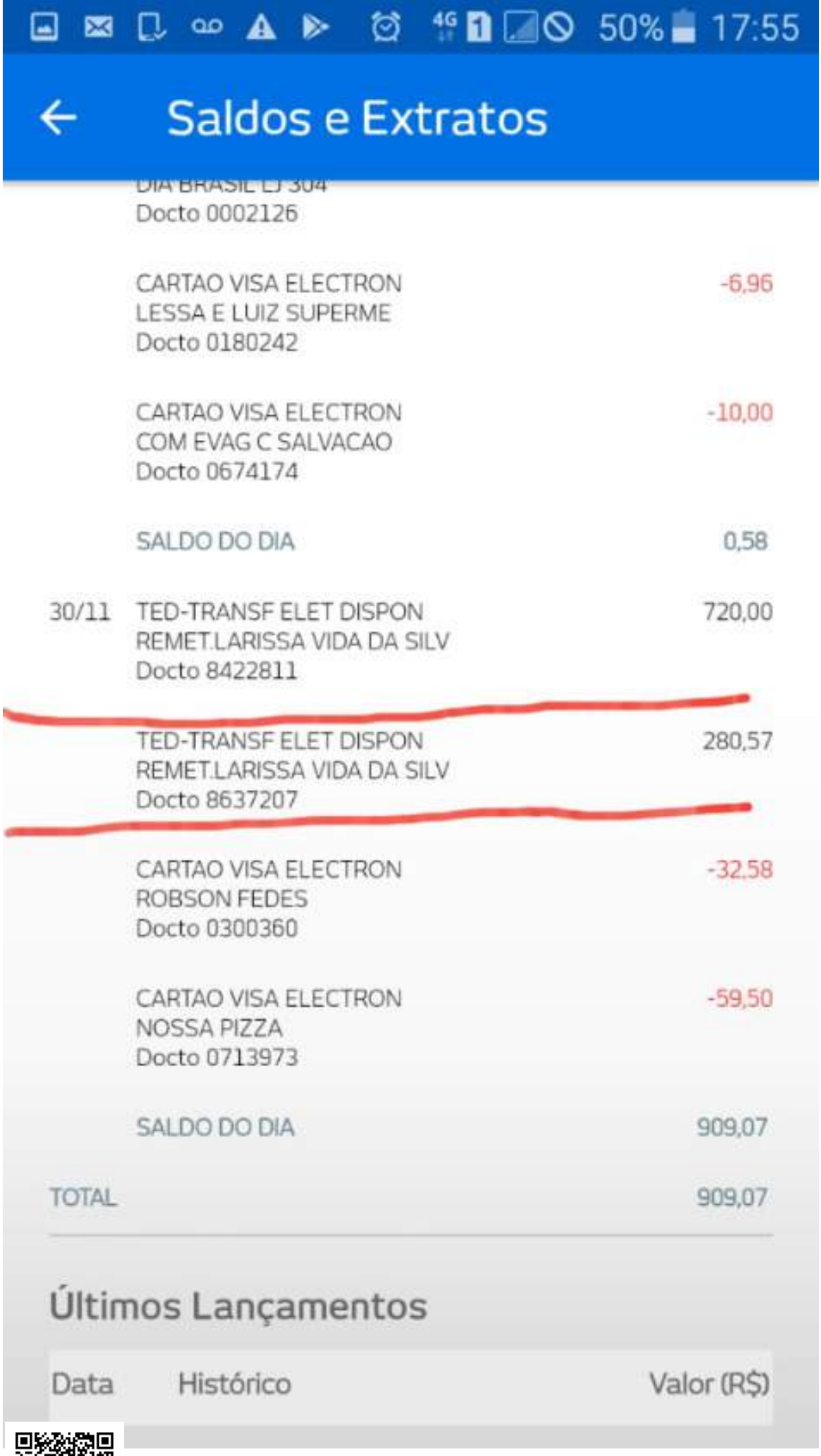
← Saldos e Extratos

08/11	TRANSF CC PARA CC PJ ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURAN Docto 7216959	786,00
	CARTAO VISA ELECTRON SUPERMERCADO PAGUE M Docto 0052494	-61,15
	CARTAO VISA ELECTRON POSTO PRESIDENTE Docto 0101620	-57,02
	SALDO DO DIA	672,05
09/11	TRANSF CC PARA CC PJ ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURAN Docto 7216435	400,00
	PAGTO ELETRON COBRANCA CONSORCIO Docto 0000051	-374,12
	PAGTO ELETRON COBRANCA CONVENIO Docto 0000052	-169,45
	CARTAO VISA ELECTRON DIA BRASIL LJ 304 Docto 0005567	-16,57
	CARTAO VISA ELECTRON LESSA E LUIZ SUPERME Docto 0090274	-15,38
	CARTAO VISA ELECTRON BIROSKA DO CARLAO Docto 0883467	-10,50



14/11	TRANSF CC PARA CC PJ ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURAN Docto 7216520	100,00
	CARTAO VISA ELECTRON LESSA E LUIZ SUPERME Docto 0140350	-4,96
	CARTAO VISA ELECTRON ROBSON FEDES Docto 0140432	-12,31
	CARTAO VISA ELECTRON FARMA MIXX Docto 0309037	-10,00
	CARTAO VISA ELECTRON SUMUP *LANCHESESTRE Docto 0560579	-10,00
	CARTAO VISA ELECTRON BIROSCA DO CARLAO Docto 0568538	-11,00
	SALDO DO DIA	86,38
16/11	CARTAO VISA ELECTRON SUPER UTILDISTRIB Docto 0160149	-12,98
	CARTAO VISA ELECTRON LESSA E LUIZ SUPERME Docto 0160314	-8,86
	CARTAO VISA ELECTRON HOT DOG FOOD TRUCKS Docto 0346902	-16,00

Assinado eletronicamente por: VITOR MANFREDINI - 25/03/2019 16:44:21 - 802f751
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19032516331081800000104043989
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. 802f751 - Pág. 34
Número do documento: 19032516331081800000104043989



50% 17:55

Saldos e Extratos

DIA BRASIL LJ 304
Docto 0002126

CARTAO VISA ELECTRON -6,96
LESSA E LUIZ SUPERME
Docto 0180242

CARTAO VISA ELECTRON -10,00
COM EVAG C SALVACAO
Docto 0674174

SALDO DO DIA 0,58

30/11 TED-TRANSF ELET DISPON 720,00
REMET.LARISSA VIDA DA SILV
Docto 8422811

TED-TRANSF ELET DISPON 280,57
REMET.LARISSA VIDA DA SILV
Docto 8637207

CARTAO VISA ELECTRON -32,58
ROBSON FEDES
Docto 0300360

CARTAO VISA ELECTRON -59,50
NOSSA PIZZA
Docto 0713973

SALDO DO DIA 909,07

TOTAL 909,07

Últimos Lançamentos

Data Histórico Valor (R$)



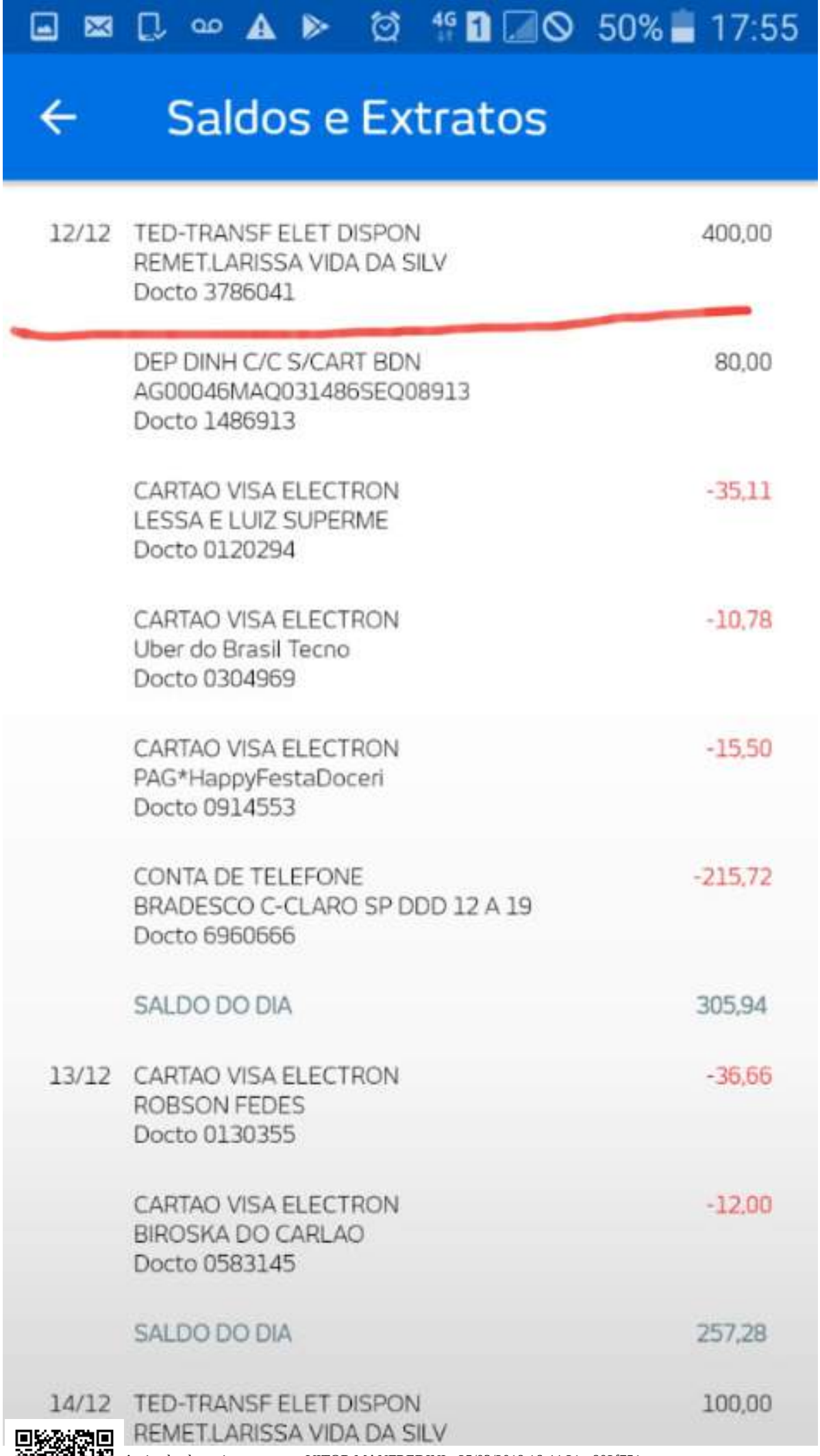
Saldos e Extratos

05/12	TRANSF CC PARA CC PJ ENGESEL EQUIP DE SEGURANCA LTDA Docto 2350664	300,00
	CARTAO VISA ELECTRON LESSA E LUIZ SUPERME Docto 0050301	-16,94
	CARTAO VISA ELECTRON ROBSON FEDES Docto 0050328	-35,28
	CARTAO VISA ELECTRON SHIMOZONO & FUKUS Docto 0559091	-11,40
	SAQUE C/C BANCO24HORAS 00031391 05120853 Docto 0512384	-100,00
	SALDO DO DIA	533,68
06/12	CARTAO VISA ELECTRON DIA BRASIL LJ 58 Docto 0002472	-29,89
	CARTAO VISA ELECTRON LESSA E LUIZ SUPERME Docto 0060314	-5,37
	CARTAO VISA ELECTRON PAO DE ACUCAR 246 Docto 0110576	-2,55
	CARTAO VISA ELECTRON POSTO PRESIDENTE Docto 0131191	-30,00
	CARTAO VISA ELECTRON	-13,00



07/12	TED-TRANSF ELET DISPON REMET.LARISSA VIDA DA SILV Docto 7994592	712,00
	TRANSF.AUT.C/C P/POUP. Flavio Ricardo Silva Docto 1028876	-398,00
	CARTAO VISA ELECTRON Uber do Brasil Tecno Docto 0325882	-21,58
	CARTAO VISA ELECTRON BIROSCA DO CARLAO Docto 0569809	-9,50
	SALDO DO DIA	695,79
10/12	DEP.DINHEIRO C/C-BDN AG01397MAQ060377SEQ05426 Docto 0377426	350,00
	PAGTO ELETRON COBRANCA PORTO SEGURO ADMINISTRADORA DE C Docto 0000053	-361,66
	CARTAO VISA ELECTRON ROBSON FEDES Docto 0100287	-36,86
	CARTAO VISA ELECTRON Uber do Brasil Tecno Docto 0296270	-6,44
	CARTAO VISA ELECTRON SUPERMERCADO PAGUE M Docto 0370605	-29,90

Assinado eletronicamente por: VITOR MANFREDINI - 25/03/2019 16:44:21 - 802f751
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19032516331081800000104043989
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. 802f751 - Pág. 37
Número do documento: 19032516331081800000104043989



50% 17:55

← Saldos e Extratos

12/12	TED-TRANSF ELET DISPON REMET.LARISSA VIDA DA SILV Docto 3786041	400,00
	DEP DINH C/C S/CART BDN AG00046MAQ031486SEQ08913 Docto 1486913	80,00
	CARTAO VISA ELECTRON LESSA E LUIZ SUPERME Docto 0120294	-35,11
	CARTAO VISA ELECTRON Uber do Brasil Tecno Docto 0304969	-10,78
	CARTAO VISA ELECTRON PAG*HappyFestaDoceri Docto 0914553	-15,50
	CONTA DE TELEFONE BRADESCO C-CLARO SP DDD 12 A 19 Docto 6960666	-215,72
	SALDO DO DIA	305,94
13/12	CARTAO VISA ELECTRON ROBSON FEDES Docto 0130355	-36,66
	CARTAO VISA ELECTRON BIROSKA DO CARLAO Docto 0583145	-12,00
	SALDO DO DIA	257,28
14/12	TED-TRANSF ELET DISPON REMET.LARISSA VIDA DA SILV	100,00

Assinado eletronicamente por: VITOR MANFREDINI - 25/03/2019 16:44:21 - 802f751
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19032516331081800000104043989
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. 802f751 - Pág. 38
Número do documento: 19032516331081800000104043989



14/12	TED-TRANSF ELET DISPON REMET.LARISSA VIDA DA SILV Docto 6542521	100,00
	TED-TRANSF ELET DISPON REMET.LARISSA VIDA DA SILV Docto 6566459	300,00
	REEMB TRANSAC CONTESTADA Docto 0141218	398,00
	CARTAO VISA ELECTRON POSTO TAGUA Docto 0005854	-30,00
	CARTAO VISA ELECTRON MC DONALDS CSC Docto 0140686	-33,00
	CARTAO VISA ELECTRON MC DONALDS CSC Docto 0140720	-25,40
	CARTAO VISA ELECTRON M. PLAY PARQUE DE Docto 0507555	-52,00
	CARTAO VISA ELECTRON SUCAO Docto 0685580	-7,90
	CARTAO VISA ELECTRON BOBS Docto 0713964	-12,00
	CARTAO VISA ELECTRON LA PANQUECA SHOPPING Docto 0825949	-13,90



50% 17:56

← Saldos e Extratos

20/12	TED-TRANSF ELET DISPON REMET.LARISSA VIDA DA SILV Docto 4279934	325,00
	CARTAO VISA ELECTRON DIA BRASIL LJ 304 Docto 0003550	-10,18
	CARTAO VISA ELECTRON BIROSKA DO CARLAO Docto 0080324	-7,00
	SAQUE C/C BANCO24HORAS 00010797 20121330 Docto 2012451	-70,00
	SALDO DO DIA	676,43
21/12	EMPRESTIMO PESSOAL Docto 9232245	2.510,00
	TED-TRANSF ELET DISPON REMET.METALURGICA MOR SA Docto 5910437	9,00
	TRANSFERENCIA C/P BDN Nilce Perez Monari Docto 7261593	-1.000,00
	CARTAO VISA ELECTRON POSTO JK Docto 0165471	-106,01
	CARTAO VISA ELECTRON RECAR/BAZAR PAPELARI Docto 0192550	-15,00
	CARTAO VISA ELECTRON	-40,87



50% 17:56

Saldos e Extratos

20/12	TED-TRANSF ELET DISPON REMET.LARISSA VIDA DA SILV Docto 4279934	325,00
	CARTAO VISA ELECTRON DIA BRASIL LJ 304 Docto 0003550	-10,18
	CARTAO VISA ELECTRON BIROSKA DO CARLAO Docto 0080324	-7,00
	SAQUE C/C BANCO24HORAS 00010797 20121330 Docto 2012451	-70,00
	SALDO DO DIA	676,43
21/12	EMPRESTIMO PESSOAL Docto 9232245	2.510,00
	TED-TRANSF ELET DISPON REMET.METALURGICA MOR SA Docto 5910437	9,00
	TRANSFERENCIA C/P BDN Nilce Perez Monari Docto 7261593	-1.000,00
	CARTAO VISA ELECTRON POSTO JK Docto 0165471	-106,01
	CARTAO VISA ELECTRON RECAR/BAZAR PAPELARI Docto 0192550	-15,00
	CARTAO VISA ELECTRON	-40,87



50% 17:56

Saldos e Extratos

PAG*SergioZenmitsuNa
Docto 0712485

SALDO DO DIA 458,44

28/12 TED-TRANSF ELET DISPON 100,00
REMET.LARISSA VIDA DA SILV
Docto 2427639

SAQUE C/C BDN -30,00
Ag00605maq003467seq0909328121204
Docto 3467093

CARTAO VISA ELECTRON -28,35
PIZZARIA MIMOSA LTDA
Docto 0279974

CARTAO VISA ELECTRON -12,98
SESC CAMPINAS
Docto 0280586

CARTAO VISA ELECTRON -71,15
FAVARE E MACOW
Docto 0361652

CARTAO VISA ELECTRON -15,40
LA PANQUECA SHOPPING
Docto 0688636

SALDO DO DIA 400,56

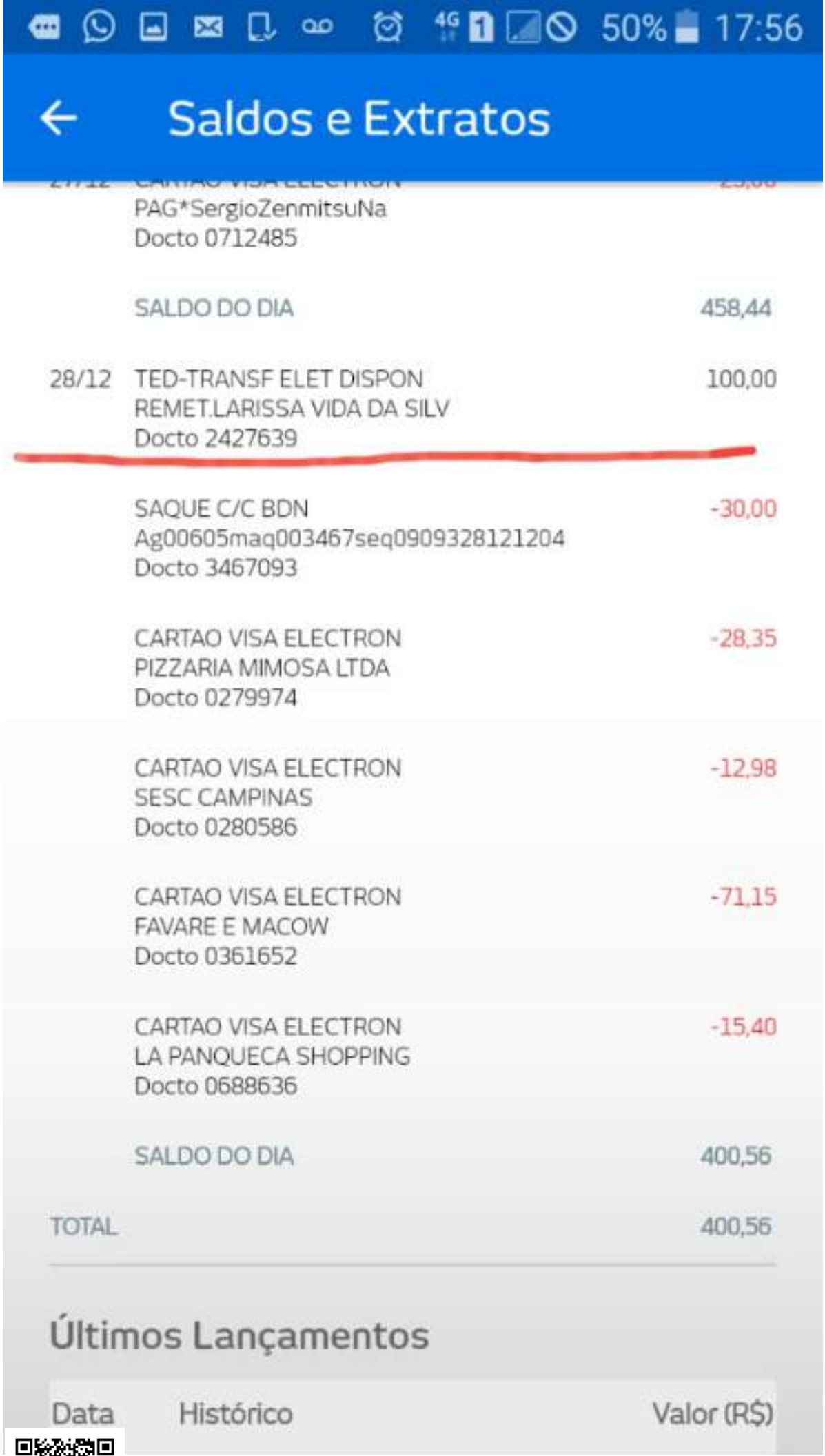
TOTAL 400,56

Últimos Lançamentos

Data Histórico Valor (R$)



04/01	TED-TRANSF ELET DISPON REMET.LARISSA VIDA DA SILV Docto 7034940	200,00
	CARTAO VISA ELECTRON LESSA E LUIZ SUPERME Docto 0040093	-30,15
	CARTAO VISA ELECTRON NOSSA PIZZA Docto 0714536	-32,25
	SALDO DO DIA	211,31
07/01	CARTAO VISA ELECTRON LESSA E LUIZ SUPERME Docto 0070277	-20,55
	CARTAO VISA ELECTRON ROBSON FEDES Docto 0070308	-17,04
	CARTAO VISA ELECTRON LA PANQUECA BANDEIRA Docto 0072529	-21,80
	CARTAO VISA ELECTRON LA PANQUECA BANDEIRA Docto 0086713	-5,00
	CARTAO VISA ELECTRON PC DA SILVA GAS Docto 0272638	-30,00
	CARTAO VISA ELECTRON AZE CAMPINAS Docto 0526192	-27,00



50% 17:56

Saldos e Extratos

PAG*SergioZenmitsuNa
Docto 0712485

SALDO DO DIA 458,44

28/12 TED-TRANSF ELET DISPON 100,00
REMET.LARISSA VIDA DA SILV
Docto 2427639

SAQUE C/C BDN -30,00
Ag00605maq003467seq0909328121204
Docto 3467093

CARTAO VISA ELECTRON -28,35
PIZZARIA MIMOSA LTDA
Docto 0279974

CARTAO VISA ELECTRON -12,98
SESC CAMPINAS
Docto 0280586

CARTAO VISA ELECTRON -71,15
FAVARE E MACOW
Docto 0361652

CARTAO VISA ELECTRON -15,40
LA PANQUECA SHOPPING
Docto 0688636

SALDO DO DIA 400,56

TOTAL 400,56

Últimos Lançamentos

Data Histórico Valor (R$)



50% 17:57

← Saldos e Extratos

08/01	TED-TRANSF ELET DISPON REMET.LARISSA VIDA DA SILV Docto 1606169	224,00
	SALDO DO DIA	303,92
09/01	CARTAO VISA ELECTRON SUPERMERCADO PAGUE M Docto 0556257	-8,97
	CARTAO VISA ELECTRON PAG*ClementePacheco Docto 0823993	-7,00
	CARTAO VISA ELECTRON PAG*ClementePacheco Docto 0832220	-1,00
	SALDO DO DIA	286,95
10/01	TED-TRANSF ELET DISPON REMET.LARISSA VIDA DA SILV Docto 3795056	400,00
	CARTAO VISA ELECTRON POSTO TAGUA Docto 0008744	-50,00
	CARTAO VISA ELECTRON ROBSON FEDES Docto 0100174	-17,56
	CARTAO VISA ELECTRON LESSA E LUIZ SUPERME Docto 0100189	-32,15
	CARTAO VISA ELECTRON VAREJAO DA ECOMON	-2,00



50% 17:57

Saldos e Extratos

11/01	TED-TRANSF ELET DISPON REMET.LARISSA VIDA DA SILV Docto 5287040	200,00
	CARTAO VISA ELECTRON LESSA E LUIZ SUPERME Docto 0110098	-7,98
	CARTAO VISA ELECTRON LESSA E LUIZ SUPERME Docto 0110346	-34,94
	SALDO DO DIA	696,52
14/01	RENDIMENTOS Poup Facil-Depos A Partir 4/5/12 Docto 1203715	0,27
	SAQUE C/C BDN AG00399MAQ036215SEQ06892130112l4 Docto 6215892	-60,00
	PAGTO ELETRON COBRANCA CONVENIO Docto 0000055	-163,71
	PAGTO ELETRON COBRANCA CONSORCIO Docto 0000056	-400,23
	CARTAO VISA ELECTRON AUTO POSTO SOLARIS D Docto 0111259	-20,00
	CARTAO VISA ELECTRON PAG*KiSaborCaseiro Docto 0954550	-45,00
	SALDO DO DIA	7,85

Assinado eletronicamente por: VITOR MANFREDINI - 25/03/2019 16:44:21 - 802f751
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19032516331081800000104043989
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. 802f751 - Pág. 46
Número do documento: 19032516331081800000104043989



50% 17:57

Saldos e Extratos

18/01	TED-TRANSF ELET DISPON REMET.LARISSA VIDA DA SILV Docto 2499175	300,00
	SALDO DO DIA	304,86
21/01	CARTAO VISA ELECTRON QUALYMAIS Docto 0191246	-33,76
	CONTA DE LUZ BRADESCO C-CPFL/SP Docto 6972031	-171,11
	CONTA DE AGUA E ESGOTO BRADESCO C-SANASA-CAMPINAS/SP Docto 6985994	-93,05
	SALDO DO DIA	6,94
22/01	CARTAO VISA ELECTRON DIA FRANQUIA 9555 Docto 0002968	-4,96
	SALDO DO DIA	1,98
25/01	TED-TRANSF ELET DISPON REMET.LARISSA VIDA DA SILV Docto 7569112	200,00
	SALDO DO DIA	201,98
28/01	CARTAO VISA ELECTRON STELO*CAROLA COST Docto 0073773	-30,00
	CARTAO VISA ELECTRON	-60,00

Assinado eletronicamente por: VITOR MANFREDINI - 25/03/2019 16:44:21 - 802f751
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19032516331081800000104043989
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. 802f751 - Pág. 47
Número do documento: 19032516331081800000104043989


47% 18:04
https://sisgr.caixa.gov.br/inte
REDE DE ATENDIMENTO | SOBRE A CAIXA | CAIXA CULTURAL | DOWNLOADS | OUVIDORIA | IMPRENSA | FALE CONO
CAIXA
A vida pede mais que um banco
VOCÊ CLIENTE
MENU MAXIMIZAR SAIR
FGTS PIS Seguro Desemprego Atualização Cadastral
Extrato Completo
Saiba mais
Extrato:1/12
PRÓXIMO EXTRATO
Nome: NATALIA GAMA CRUZ
PIS/PASEP: 127.70983.24-7
Empresa: ENGESEL EQUIP SEGURANCA LTDA
Inscrição: 45779006000147
Carteira de Trabalho: 0000867 - 00282
Tipo Conta: OPTANTE
Base da Conta: CP
Situação da Conta: A
Cód. Estab: 07140000196006
Categoria: 01
Conta FGTS: 00000137877
Data Admissão: 02/01/2018
Data/Cód. Movimentação: 25/01/2019 - J
Data Opção: 02/01/2018
Taxa Juros: 3%
Valor para Fins Rescisórios: R$ 0,00
SALDO: R$ 0,00
Atualizado em: 18/02/2019
SOBRE A CAIXA
Apresentação
Presidência e Vice-Presidência
Balanços e Demonstrativos
Processos de Contas Anuais
Trabalhar na CAIXA
Compras CAIXA
Parcerias
SERVIÇOS SOCIAIS
Benefícios Sociais
Cadastros e Cartões
Contribuição Social
FGTS
Transferência de Renda
Promoções Comerciais
FIES
FALE CONOSCO
Atendimento Comercial
SAC CAIXA | 0800 726 0101
Suporte tecnológico
Central de negociações de di
Ouvidoria CAIXA
Deficiente auditivo
English | Español
Política de Privacidade | Termos

SINDISEG
Sindicato da Indústria de Material de Segurança



CONVENÇÃO COLETIVA 2018-2019

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2018-2019

Entre as partes abaixo assinadas, de um lado, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Luvas, Bolsas e Peles de Resguardo e de Material de Segurança e Proteção ao Trabalho de São Paulo (CNPJ 52.042.082/0001-30), e, de outro lado, o

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS E AFINS DE DOIS CORREGOS E REGIÃO (cnpj 01.747.795/0001-69), e

Sindicato da Indústria de Material de Segurança e Proteção ao Trabalho no Estado de São Paulo (cnpj 48.073.746/0001-51),

fica estabelecida a presente convenção coletiva de trabalho, na forma dos artigos 611 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mediante as cláusulas que seguem.

CLÁUSULA 1ª. – AUMENTO DE SALÁRIOS.

I – Sobre os salários de 1º. de julho de 2 017, já aumentados exclusivamente em decorrência da convenção coletiva de trabalho anterior, será aplicado, em 1º. de julho de 2018, o percentual único, de 3,53% (três vírgula cinquenta e três por cento) aplicável para os trabalhadores que recebam salários-base de até R$ 7.369,46 (sete mil trezentos e sessenta e nove reais e quarenta e três centavos), e o valor fixo de R$ 260,14 (duzentos e sessenta reais e quatorze centavos) aplicável para os trabalhadores que recebam salários-base acima de R$ 7.369,46 (sete mil trezentos e sessenta e nove reais e quarenta e três centavos), correspondente ao período de 1º. de julho de 2017, inclusive, a 30 de junho de 2018, inclusive.

II – Serão compensados todos e quaisquer reajustamentos, antecipações, aumentos e/ou abonos, espontâneos ou compulsórios, incluídos os decorrentes de aplicação da legislação e acordos coletivos, concedidos a partir de 01/07/17, inclusive, e até 30/06/2018, inclusive, exceto os decorrentes de promoção, transferência, equiparação salarial, término de aprendizagem e aumento real ou de mérito, concedidos expressamente com esta natureza.

III – Para os empregados admitidos após 01/07/17 (data-base), deverão ser observados os critérios seguintes:

1. a) ao salário do admitido em função com paradigma, será aplicado o mesmo percentual de aumento salarial concedido ao paradigma, nos termos da presente cláusula, desde que não se ultrapasse o menor salário da função; e

1. b) tratando-se de função sem paradigma e para empresas constituídas após 01/07/17, serão aplicados percentuais salariais únicos e proporcionais ao tempo de serviço prestado após a data-base, por mês trabalhado ou fração superior a 15 dias, incidente sobre o salário da data da admissão, desde que não se ultrapasse o menor salário da função.

CLÁUSULA 2ª. – SALÁRIOS NORMATIVOS.

O salário normativo de admissão em 01.07.2018 será de R$ 1.297,56 (hum mil duzentos e noventa e sete reais e cinquenta e seis centavos), correspondente ao salário hora de R$ 5.898 e o salário normativo de efetivação será de R$ 1.408,44 (hum mil quatrocentos e oito reais e quarenta e quatro centavos), por mês correspondendo ao salário hora de R$ 6,402.

Entende-se por salário normativo de efetivação aquele que venha a ser pago após o período experimental.

Ficam excluídos desta cláusula os menores aprendizes, face ao disposto em cláusula específica contida na presente convenção, e as empresas que possuam quadro de pessoal organizado em carreira, na forma da Lei.

CLÁUSULA 3ª. – TAREFEIROS.

Para o empregado tarefeiro será observada a cláusula 1ª (reajustamento de salários) da presente convenção, com incidência sobre o valor da tarifa vigente em 01/07/17, bem como a cláusula 6ª (horas extraordinárias) desta convenção.

Sempre que houver alteração do valor das tarifas, as empresas entregarão aos empregados tarefeiros, lista contendo as tarefas e as tarifas respectivas, contra recibo.

Aplica-se ao empregado tarefeiro a cláusula 2ª (salários normativos) desta convenção, como garantia salarial mínima.

Alternativamente, ao empregado tarefeiro que possua mais de 12 meses de trabalho contínuo na mesma empresa, aplica-se, como garantia salarial mínima (se maior do que a anteriormente referida), a cada mês, a média dos valores da produção do próprio empregado, relativos aos 12 meses de trabalho imediatamente anteriores e calculados com as tarifas então vigentes.

As férias do empregado tarefeiro serão remuneradas com base na média dos valores efetivamente recebidos nos meses do respectivo período aquisitivo, inclusive dos DSR’s.

O 13º salário do empregado tarefeiro será pago com base na média dos valores efetivamente recebidos nos meses do ano correspondente, inclusive dos DSR’s.

CLÁUSULA 4ª. – SALÁRIO – SUBSTITUIÇÃO.

Enquanto perdurar a substituição interna que não tenha caráter meramente eventual ou de experiência, o empregado substituto fará jus ao salário contratual do substituído, a partir do décimo – quinto dia de substituição, sem considerar vantagens pessoais ou inerentes ao cargo.

Não se aplica esta cláusula a cargos de chefia ou gerência, bem como quando o substituído estiver sob amparo da Previdência Social.

CLÁUSULA 5ª. – SALÁRIO DO ADMITIDO EM LUGAR DO OUTRO.

Admitido empregado para a mesma função de outro dispensado por qualquer motivo, será garantido, àquele, salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais ou inerentes ao cargo.

Não se incluem nesta garantia cargos de chefia ou gerência, bem como funções individualizadas, isto é, aquelas que possuam um único empregado no seu exercício, e casos de remanejamento interno.

CLÁUSULA 6ª. – HORAS EXTRAORDINÁRIAS.

As horas extraordinárias, quando prestadas de 2ª. feira a sábado, serão remuneradas com 90% de acréscimo, em relação à hora normal, sem prejuízo de eventuais situações mais favoráveis já existentes nas empresas, excetuadas as horas suplementares prestadas em regime de acordos de compensação de horas ou quando se tratar de compensações de "dias-pontes".

As horas extraordinárias diárias, quando prestadas aos domingos, sem folga compensatória, feriados, folgas e dias já compensados, inclusive na hipótese do sábado ser compensado e dias-pontes já compensados, serão remunerados com 120% de acréscimo, em relação à hora normal.

CLÁUSULA 7ª. – ADIANTAMENTO DE SALÁRIOS (VALE).

As empresas concederão, aos empregados que não se oponham, adiantamento de salários, nas seguintes condições:

1. a) o adiantamento será equivalente a, no mínimo, 40% do salário nominal mensal, vigente à data do pagamento do vale, desde que o empregado já tenha trabalhado na quinzena, o período correspondente;

1. b) na ocorrência máxima de três faltas injustificadas na quinzena, o empregado também fará jus ao adiantamento salarial (vale), deduzido do salário nominal mensal do empregado o valor correspondente ao número de faltas, desde que não abonadas ou justificadas, ocorridas na quinzena sendo que ao resultado será aplicado o percentual de 40% (quarenta por cento);

1. c) o pagamento deverá ser efetuado até o dia 20 (vinte) de cada mês, antecipando-se para o primeiro dia útil antecedente caso este recaia em dia que não haja expediente na empresa, devendo ser pago durante a jornada de trabalho quando for liquidado em dinheiro;

1. d) o pagamento do vale quinzenal será também devido nos meses em que houver parcelas do 13º salário;

1. e) deverão ser mantidas as eventuais condições atuais mais favoráveis.

CLÁUSULA 8ª. – PAGAMENTO DE SALÁRIOS OU DO VALE, COM CHEQUE OU DEPÓSITO BANCÁRIO.

Quando o pagamento do salário ou do vale for feito por meio de cheque ou depósito bancário, será observado o disposto na Portaria MTb-3.281, de 07/12/84, sem que o empregado seja prejudicado no seu horário de refeição e repouso, previsto no artigo 71

da CLT, desde que o pagamento não seja efetuado diretamente pela empresa ou pelo posto bancário localizado nas dependências da mesma.

Art. 1º) As empresas situadas em perímetro urbano poderão efetuar o pagamento dos salários e da remuneração de férias através de conta bancária, aberta para esse fim, em nome de cada empregado e com o consentimento deste, em estabelecimento de crédito próximo ao local de trabalho, saque por meio de cartão magnético ou em cheque emitido diretamente pelo empregador em favor do empregado, salvo se o trabalhador for analfabeto, quando o pagamento somente poderá ser efetuado em dinheiro.

1. a) As condições de funcionamento de sistema previsto neste artigo serão estipuladas em convênio entre a empresa e o estabelecimento de crédito, de modo que o empregado possa utilizar a importância depositada de conformidade com o disposto no art. 145 e art. 459, parágrafo único e art. 465, todos da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º) Os pagamentos efetuados na forma do artigo 1, obrigam o empregador a assegurar ao empregado:

1. a) Horário que permita o desconto imediato do cheque ou saque por meio de cartão magnético;

1. b) Transporte, caso o acesso ao estabelecimento de crédito exija a utilização do mesmo;

1. c) Condição que impeça qualquer atraso no recebimento dos salários e da remuneração das férias;

1. d) O período destinado ao desconto do cheque não poderá prejudicar o intervalo das refeições (almoço e café quando existir).

CLÁUSULA 9ª. – DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO.

Fornecimento obrigatório, aos empregados, de demonstrativo de pagamento, contendo a identificação da empresa, com a discriminação das importâncias pagas, dos descontos efetuados, do recolhimento ao FGTS, especificando, também, o número de horas extraordinárias e noturnas trabalhadas e adicionais pagos no respectivo mês, respeitado o período de apropriação (abrangência das folhas de pagamento das empresas).

CLÁUSULA 10ª. – ADICIONAL NOTURNO.

O adicional noturno previsto na CLT (artigos 73 e seguintes) será de 30% de acréscimo, em relação à hora diurna, aplicando-se, também, aos casos de trabalho noturno em turnos de revezamento.

CLÁUSULA 11ª. – ATRASO DE PAGAMENTO.

Pelo não cumprimento, por parte da empresa, do prazo legal para pagamento de salários, será aplicado a multa de 6,75% do salário normativo de efetivação, vigente ao tempo da infração, por dia de atraso, revertida a favor do trabalhador, sem prejuízo das penalidades previstas em Lei.

O não pagamento do décimo – terceiro salário e da remuneração das férias nos prazos definidos em Lei, implicará, também, na mesma multa acima estipulada.

CLÁUSULA 12ª – ERROS NO PAGAMENTO DE SALÁRIOS.

Os erros comprovados e incontroversos que porventura ocorrerem no pagamento dos salários, serão corrigidos com o pagamento das diferenças no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a partir do efetivo recebimento e, em caso de não cumprimento desta cláusula, será aplicada a multa prevista na cláusula 11ª.

CLÁUSULA 13ª. – REGISTRO DA FUNÇÃO.

A empresa obriga-se a registrar na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), a função que o empregado estiver exercendo efetivamente, anotando as devidas alterações, inclusive de salário, excluídos os casos de substituição previstos no presente acordo, ressalvado o disposto na Portaria MTPS-3.626, de 13/11/91.

CLÁUSULA 14ª. – PROMOÇÕES.

A promoção do empregado para cargo de nível superior ao exercido, comportará um período experimental ou de treinamento não superior a 60 dias. Vencido o prazo experimental, a promoção e o respectivo aumento salarial serão anotados na CTPS.

Nos casos de abertura de processo seletivo, dar-se-á preferência ao recrutamento interno, com a extensão do direito a todo empregado, sem distinção de cargo, sexo ou área de atuação.

Nos processos internos de avaliação de desempenho e promoção, serão considerados como de efetivo exercício, os afastamentos decorrentes de acidente do trabalho, auxílio – doença, licença à gestante e doença profissional.

Será garantido ao empregado promovido para função ou cargo sem paradigma, um aumento salarial de, pelo menos, 10% (dez por cento), para os demais, após o período experimental ou de treinamento, será garantido o menor salário da função.

CLÁUSULA 15ª. – MÃO-DE-OBRA DE TERCEIROS, TEMPORÁRIA E TRABALHO EM DOMICÍLIO.

Na execução dos serviços da sua atividade produtiva fabril, as empresas não poderão se valer senão dos trabalhadores por elas contratados sob o regime da CLT, salvo nos casos definidos na Lei 6.019, de 03/01/74, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências, sendo certo que na utilização de mão-de-obra de terceiros, as empresas responsabilizar-se-ão solidariamente pelas obrigações trabalhistas eventualmente descumpridas pela empresa de mão-de-obra temporária, responsabilizando igualmente, pela indenização total dos trabalhadores envolvidos.

As empresas enviarão ao Sindicato profissional quando este solicitar esclarecimentos sobre a mão-de-obra terceirizada que utilizem e, exibição do contrato firmado com as empresas de trabalho temporário, podendo, igualmente, solicitar a interveniência do SINDISEG, sempre que houver negativa por parte das empresas em prestar esclarecimentos ou, exibir o contrato da aludida mão-de-obra.

Ressalva-se que uma vez caracterizado o trabalho a domicílio destinado à empresa, o respectivo trabalhador ficará abrangido pelas normas constantes da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA 16ª. – QUADRO DE AVISOS.

As empresas afixarão, em quadro de avisos situado em local visível e de fácil acesso, avisos de autoria e responsabilidade do Sindicato dos Trabalhadores, desde que previamente aprovados pela administração das mesmas empresas.

CLÁUSULA 17ª. – GESTANTES.

Garantia de emprego e salário às empregadas gestantes, desde a gravidez e até 90 dias após o término do período de afastamento legal, mesmo na hipótese de admissão mediante contrato por tempo determinado e de experiência, exceto nos casos de rescisões por justa causa, transações e pedidos de demissão.

Se rescindido o contrato de trabalho, a empregada deverá, se for o caso, avisar o empregador do seu estado de gestação, devendo comprová-lo dentro do prazo de 45 dias, a partir da notificação da dispensa. Em se tratando de gestação atípica, não revelada, esse prazo será estendido para 75 dias, devendo tal situação ser comprovada por atestado médico do INSS.

As empregadas lactantes, durante o período de 6 (seis) meses, a contar do nascimento da criança, poderão optar entre reduzir sua jornada de trabalho em 30 (trinta) minutos na entrada e 30 (trinta) minutos na saída, ou então, sair mais cedo 1 (uma) hora diariamente.

CLÁUSULA 18ª. – EMPREGADOS EM IDADE MILITAR.

Garantia de emprego e salário ao empregado em idade de prestação de Serviço Militar, desde o primeiro dia do ano em que completar 18 anos e até a incorporação e nos 75 dias após a baixa ou desligamento da unidade em que serviu, exceto nos casos de contratos por prazo determinado (inclusive os de experiência), rescisões por justa causa, transações e pedidos de demissão.

CLÁUSULA 19ª. – INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ.

Na ocorrência de invalidez permanente, atestada pelo INSS, a empresa pagará, ao próprio empregado, uma indenização equivalente a 02 salários nominais do empregado, vigentes à data do pagamento, garantida uma indenização mínima equivalente a 03 salários normativos de efetivação, vigentes à data do pagamento.

Esta indenização será paga tão logo seja apresentado o atestado fornecido pelo INSS.

As empresas que mantêm plano de seguro de vida em grupo, ou planos de benefícios complementares ou assemelhados à Previdência Social, por elas inteiramente custeadas, estão isentas do cumprimento desta cláusula.

No caso do seguro de vida estipular indenização inferior ao garantido por esta cláusula, a empresa pagará a diferença.

A presente indenização por invalidez será paga independentemente da indenização legal que porventura o empregado venha a receber ou pleitear em juízo.

CLÁUSULA 20ª. ESTABILIDADE PRÉ – APOSENTADORIA.

Garantia de emprego e salário aos empregados que estejam a 18 (dezoito) meses da aposentadoria proporcional, integral, por idade ou especial, nos seus limites mínimos, sendo que adquirido o direito à aposentadoria, cessa essa garantia.

CLÁUSULA 21ª. – ABONO – APOSENTADORIA.

Aos empregados com 04 anos ou mais de serviço contínuo, dedicados à mesma empresa ou a empresa do mesmo grupo econômico, quando vierem a se aposentar em qualquer uma das modalidades de aposentadoria, exceto no caso da aposentadoria por invalidez, enquanto essa não for convertida em definitiva, e mediante o protocolo da respectiva carta de concessão do benefício na empresa, será pago um abono equivalente a 03 salários normativos de efetivação previstos nesta convenção. Se a carta de concessão for entregue pelo INSS ou apresentada pelo empregado até o dia 15 do mês, o pagamento do abono deverá ocorrer dentro da folha de pagamento daquele mês, cujo vencimento se dá até o quinto dia útil do mês subsequente, caso contrário ficará relegada a obrigação de quitação para a folha de pagamento do mês posterior.

Se o empregado vier a se desligar em definitivo dessa mesma empresa, ou pedir demissão, ou vier a ser dispensado sem justa causa ou vier a falecer, de forma concomitante a concessão da aposentadoria pelo INSS, desde que devidamente comprovado mediante a apresentação da carta de concessão da aposentadoria nos termos do *caput*, fica garantido o pagamento do abono na forma prevista na presente cláusula. Caso a hipótese seja de falecimento do empregado, o mencionado abono será pago aos seus dependentes legalmente habilitados.

CLÁUSULA 22ª. – REEMBOLSO – CRECHE.

Com o objetivo de incrementar o amparo à maternidade e à infância, bem como propiciar a melhor utilização dos recursos despendidos normalmente pelas empresas, através de convênios – creche, as partes signatárias da presente convenção, analisada a Portaria MTb-3.296, de 03/09/86, estabelecem as seguintes condições que deverão ser adotadas por todas as empresas abrangidas pela presente convenção coletiva de trabalho, independentemente da idade da empregada e do número de mulheres empregadas no estabelecimento, com relação à manutenção e guarda dos filhos das suas empregadas, no período de amamentação:

1. a) as empresas obrigadas a manter local apropriado para a guarda e vigilância dos filhos das suas empregadas, no período de amamentação, na forma dos parágrafos primeiro e segundo do artigo 389 da CLT, concederão, alternativamente, às mesmas, um reembolso de despesas efetuadas para este fim;
2. b) o valor mensal do reembolso corresponderá a 20% do salário normativo de efetivação, vigente à época do reembolso;

1. c) dado o seu caráter substitutivo dos preceitos legais, bem como por ser meramente liberal e não remuneratório, o valor reembolsado não integrará a remuneração para quaisquer efeitos;

1. d) o reembolso beneficiará somente àquelas empregadas que estejam em serviço efetivo na empresa, sendo pago, porém, a despeito da morte da empregada;

1. e) o reembolso será devido independentemente do tempo de serviço na empresa e cessará no mês em que o filho complete 24 meses de idade ou cesse o contrato de trabalho;

1. f) em caso de parto múltiplo, o reembolso será devido em relação a cada filho, individualmente.

Ficam desobrigadas do reembolso as empresas que já mantenham ou venham a manter, em efetivo funcionamento, local para guarda ou creche na forma da Lei, bem como aquelas que já adotem ou venham a adotar sistemas semelhantes de pagamento ou reembolso em situações mais favoráveis.

CLÁUSULA 23ª. – FALTAS ABONADAS.

O trabalhador poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, desde que as faltas coincidam com as jornadas de trabalho e mediante comprovação:

1. a) até 02 dias consecutivos, em caso de falecimento de cônjuge, sogro ou sogra, ascendente, descendente, irmão ou irmã;

1. b) por 01 dia útil, para internação hospitalar de cônjuge, ascendente ou descendente;

1. c) até 05 dias úteis, para casamento;

1. d) por meio período de trabalho, para recebimento de abono ou cota referente ao PIS/PASEP, desde que o pagamento não seja efetuado diretamente pela empresa ou pelo posto bancário localizado nas dependências da empresa;

1. e) a empresa se obriga a não descontar o dia e o repouso remunerado e feriados da semana respectiva, nos casos de ausência ao serviço, motivada pela necessidade da obtenção da CTPS e da Cédula de Identidade, mediante comprovação em até 72 horas.

CLÁUSULA 24ª. – ATRASO – DESCONTO DO DSR.

Na hipótese de ocorrência de atraso ao trabalho na semana, desde que não superior a 5 (cinco) minutos diários e também condicionado a 25 (vinte e cinco) minutos por semana, não haverá desconto no salário do empregado, não podendo, igualmente, a empresa impedir o cumprimento do restante da jornada de trabalho, ressalvando-se as condições mais favoráveis existentes nas empresas.

CLÁUSULA 25ª. – EMPREGADA-ADOTANTE.

Às empregadas adotantes serão aplicadas as disposições constantes da Lei nº 10.421, de 15 de abril de 2002.

CLÁUSULA 26ª. – ABONO DE FALTAS OU SAÍDA ANTECIPADA DE ESTUDANTES.

Além do caso previsto na Lei 9 471, de 14/07/97 (exames vestibulares), serão abonadas as faltas do empregado estudante para prestação de exames em estabelecimentos de ensino oficial, autorizado ou reconhecido, desde que coincidentes com o horário de trabalho, pré-avisado o empregador, por escrito, com o mínimo de 48 horas e mediante comprovação posterior.

Quando os exames não coincidirem com o horário de trabalho, o empregado estudante terá sua saída antecipada em uma hora, observados os demais critérios desta cláusula.

CLÁUSULA 27ª. – DESCANSO SEMANAL REMUNERADO (DSR).

O desconto do Descanso Semanal Remunerado será procedido de forma proporcional, correspondendo a 1/5 ou a 1/6 do respectivo valor do DSR, por falta ao trabalho, em função da jornada semanal ser de 05 ou 06 dias, respectivamente.

CLÁUSULA 28ª. – INTERRUPÇÕES DO TRABALHO.

As interrupções do trabalho, de responsabilidade da empresa, não poderão ser descontadas ou compensadas posteriormente, assegurado aos tarefeiros, durante o período de tais interrupções, o valor correspondente à média aritmética dos reais/hora percebidos no mês anterior, inclusive dos DSRs, reajustados, se for o caso.

CLÁUSULA 29ª. – MARCAÇÃO DO CARTÃO DE PONTO NOS HORÁRIOS DE REFEIÇÃO.

As empresas poderão dispensar os empregados da marcação de ponto nos horários de início e término do intervalo de refeição, procedendo de conformidade com a Portaria MTb – 3.082, de 11/04/84, desde que os empregados não deixem o recinto da empresa.

CLÁUSULA 30ª. – ATESTADOS MÉDICOS/ODONTOLÓGICOS.

As empresas reconhecerão a validade dos atestados médicos ou odontológicos emitidos de conformidade com a Portaria MPAS-3.291, de 20/02/84, obedecida a seguinte ordem preferencial:

1. a) atestados emitidos pelo médico ou dentista da empresa ou por convênio porventura existente na empresa.

1. b) atestados emitidos pela Previdência Social;

1. c) atestados emitidos por médicos ou dentistas do SESI;

1. d) atestados emitidos por médicos ou dentistas do SUS;

1. e) atestados emitidos por médicos ou dentistas do Sindicato Profissional da categoria.

CLÁUSULA 31ª. – FÉRIAS.

O início das férias não poderá coincidir com sábados, domingos, feriados ou dias já compensados, devendo ser fixado a partir do primeiro dia útil da semana.

Na hipótese de o empregado vir a ser afastado pelo INSS, ser-lhe-á assegurado o cômputo do período de afastamento para os fins de férias, no primeiro ano de afastamento.

Quando as férias coletivas abrangerem os dias 25 de dezembro e 1º. de janeiro, estes dias não serão computados como férias, sendo, portanto, excluídos da contagem dos dias corridos regulamentares.

A concessão de férias será comunicada por escrito ao empregado, com antecedência de 30 dias, cabendo a este assinar a respectiva notificação.

Somente em casos excepcionais serão as férias individuais concedidas em dois períodos, um dos quais não poderá ser inferior a 10 dias corridos (§ 1º do art. 134 da CLT).

É devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA 32ª. – "DIAS – PONTES".

As empresas poderão liberar os trabalhadores em dias úteis intercalados com feriados e fins-de-semana, através da compensação anterior ou posterior dos respectivos dias, desde que aceita a liberação e a forma de compensação por, no mínimo, 2/3 dos seus empregados, inclusive mulheres e menores.

Idêntico procedimento poderá ser adotado nos dias de Carnaval.

CLÁUSULA 33ª. – MEDIDAS DE PROTEÇÃO NO TRABALHO E PRIMEIROS SOCORROS.

As empresas adotarão medidas de proteção, prioritariamente, de ordem coletiva, e, supletivamente, de ordem individual, em relação às condições de trabalho e segurança dos trabalhadores, na forma da Lei.

A partir do primeiro dia de trabalho do empregado de produção, a empresa procederá ao seu treinamento com Equipamento de Proteção Individual (EPI), legalmente necessário ao exercício das suas atribuições, bem como lhe dará conhecimento dos programas de prevenção desenvolvidos na própria empresa, inclusive contra incêndio.

Os treinamentos dos empregados contra incêndio serão ministrados preferencialmente no horário normal de trabalho. Quando necessário ministrar esses treinamentos fora da jornada de trabalho, as horas despendidas para tanto serão remuneradas como extraordinárias, nos termos da respectiva cláusula desta convenção.

As empresas, durante a jornada de trabalho, deverão estar equipadas com material necessário à prestação de primeiros socorros, levando em conta as características das atividades desenvolvidas. O material de primeiros socorros deverá ficar em local adequado para este fim, sob a responsabilidade de uma pessoa treinada para a prestação dos mesmos.

Nas empresas que utilizem mão-de-obra feminina, as enfermarias e caixas de primeiros socorros deverão conter absorventes higiênicos, para ocorrências emergenciais.

CLÁUSULA 34ª. – EXAMES MÉDICOS.

As empresas promoverão a implementação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, objetivando a promoção e preservação da saúde do conjunto dos trabalhadores, na forma da NR-7, da Portaria nº 3.214 de 08 de junho de 1978, e alterações posteriores.

Todos os trabalhadores que atuem em área de produção serão submetidos a exames médicos e laboratoriais periódicos, quando previstos na legislação.

O empregado será informado do resultado desses exames, podendo ser por escrito, a critério do médico.

CLÁUSULA 35ª. – CIPA.

As eleições para a CIPA serão precedidas de convocação escrita, por parte da empresa, com antecedência de 60 dias da data do pleito, fixando data, local e horário para sua realização, considerando-se todos os trabalhadores candidatos naturais. As inscrições dos candidatos far-se-ão nos termos do Edital, 45 dias antes do término do

mandato em curso enviando cópia do referido Edital ao Sindicato Profissional, dentro do prazo de 5 (cinco) dias após sua divulgação.

Na cédula eleitoral constarão o nome e o setor do trabalhador inscrito, bem como o seu apelido, desde que indicado pelo próprio trabalhador.

Todo o processo eleitoral e a respectiva apuração serão acompanhados pelos integrantes da CIPA em exercício, excetuados aqueles que se candidatarem à reeleição, ressalvado o direito de todos os candidatos presenciarem a apuração.

Com a finalidade de preparar a reunião mensal da CIPA, os membros efetivos dos representantes dos empregados, terão livre a hora que preceder a mencionada reunião, em local para que tal fim deverá ser providenciado pela empresa.

CLÁUSULA 36ª. – VESTUÁRIO.

Fornecimento obrigatório e gratuito aos empregados, com obrigatoriedade de uso por parte destes, de uniformes, sapatos e roupas, próprios para o trabalho, após o período de experiência e com observância dos preceitos e regulamentos das empresas, quando exigidos por estas, para prestação de serviços, bem como de EPI (Equipamento de Proteção Individual), quando exigido este pela Lei.

CLÁUSULA 37ª. – AVISO PRÉVIO.

Nos casos de rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, por parte do empregador, o aviso prévio obedecerá aos seguintes critérios:

1. a) será comunicado, pela empresa, por escrito e contra recibo, esclarecendo se será trabalhado ou não;

1. b) a redução de duas horas diárias, prevista no artigo 488 da CLT, será utilizada, atendendo à conveniência do empregado, no início ou no fim da jornada de trabalho, mediante opção única do empregado por um dos períodos, exercida no ato do recebimento do pré – aviso; da mesma forma, alternativamente, o empregado poderá optar por 01 dia livre por semana ou 07 dias corridos durante o período;

1. c) caso seja o empregado impedido pela empresa de prestar sua atividade profissional durante o aviso prévio, ficará ele desobrigado de comparecer à empresa, fazendo, no entanto, jus à remuneração integral;

1. d) fica garantido aos empregados com menos de 40 (quarenta) anos de idade, além do aviso prévio legal, uma indenização correspondente a mais 01 dia por ano ou fração superior a 06 meses de serviços prestados à mesma empresa;

1. e) nas empresas nas quais haja compensação das horas de trabalho dos sábados, o empregado sairá 02 horas e 24 minutos mais cedo do trabalho, de segunda a sexta-feira, assinalando-se que os referidos 24 minutos correspondem ao horário compensado do sábado.

1. f) o empregado que no curso do aviso prévio trabalhado, comprovar obtenção de um novo emprego, terá imediata liberação e indenização dos dias remanescentes.

1. g) As empresas deverão observar a nota técnica 184 do M.T.E., inclusive quanto a aplicação da tabela constante do item 2:

Tempo de Serviço (anos completos)	**Aviso Prévio Proporcional ao Tempo de Ser (n° de dias)**
0	30
1	33
2	36
3	39
4	42

5	45
6	48
7	51
8	54
9	57
10	60
11	63
12	66
13	69
14	72
15	75
16	78
17	81
18	84
19	87
20	90

CLÁUSULA 38ª. – AVISO PRÉVIO AOS EMPREGADOS COM MAIS DE QUARENTA ANOS DE IDADE.

Aos empregados com 40 (quarenta) anos ou mais de idade, fica assegurado, além do aviso prévio legal, uma indenização correspondente a mais 01 (um) dia por ano, ou fração superior a seis meses de serviços prestados à mesma empresa, acrescida de uma indenização suplementar equivalente a 05 (cinco) dias.

CLÁUSULA 39ª. – COMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO PREVIDENCIÁRIO (ACIDENTE DO TRABALHO).

A empresa complementará do 16º ao 90º dia, os salários do empregado afastado por acidente do trabalho devidamente comprovado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). A complementação corresponderá a diferença entre o efetivo salário do empregado e o valor realmente percebido do INSS.

CLÁUSULA 40ª. – GARANTIA AO EMPREGADO AFASTADO POR MOTIVO DE DOENÇA.

Será assegurado garantia de emprego e salário, a partir da alta previdenciária, ao empregado afastado do serviço por motivo de doença, em período igual ao do afastamento, limitado, porém, a um máximo de 60 (sessenta) dias, além do prazo do aviso prévio se for o caso e, desde que o benefício concedido pelo INSS em razão desse afastamento seja por período superior a 15 (quinze) dias.

CLÁUSULA 41ª. – ABONO DE FALTA PARA ACOMPANHAR FILHO AO MÉDICO.

Assegura-se o direito à ausência remunerada ao empregado para acompanhar filho ao médico, no máximo 6 (seis) dias ou 12 períodos de meio expediente no período de 12 (doze) meses, mediante comprovação no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA 42ª. – CARTA – AVISO DE DISPENSA.

Entrega aos empregados de carta – aviso, nos casos de dispensa sob alegação de prática de falta grave ou suspenso por motivo disciplinar, por escrito e contra recibo, das razões determinantes de sua dispensa ou suspensão com motivo sob pena de tornar a dispensa imotivada.

CLÁUSULA 43ª. – MUDANÇA DE MUNICÍPIO.

No caso de mudança de estabelecimento empresarial de município, para distância superior a 35 km, as empresas analisarão a situação de cada empregado que não as possa acompanhar por residir em local cuja distância seja superior a 35 km do novo estabelecimento, procurando viabilizar o desligamento do mesmo sem justa causa, comunicando a referida mudança tanto ao Sindicato Patronal como ao Sindicato Profissional, no prazo de 15 (quinze) dias anteriores à efetivação da mudança.

CLÁUSULA 44ª. – QUITAÇÃO E MULTA CORRESPONDENTE.

A liquidação dos direitos trabalhistas resultantes da rescisão incontroversa do contrato de trabalho sem justa causa, deverá ser efetivada no prazo legal.

O não cumprimento do prazo acima, acarretará multa diária, devida ao empregado a contar do primeiro dia após o decurso do prazo supra, até o efetivo pagamento, correspondente a 3,4% do salário normativo de efetivação, vigente à data da infração, sem prejuízo das penalidades previstas em Lei.

Ficam ressalvados os casos em que a empresa comprove não ser da sua responsabilidade a impossibilidade do acerto de contas, não se aplicando, também, às empresas que tiverem decretadas as suas concordatas ou falências.

CLÁUSULA 45ª. – CARTA DE REFERÊNCIA.

As empresas abrangidas por esta convenção não exigirão carta de referência aos candidatos a emprego, por ocasião do processo de seleção; o referido documento será fornecido apenas no caso do ex-empregado dele necessitar para ingresso em empresas não abrangidas por esta convenção.

Quando solicitados e desde que constem dos seus registros, a empresa informará os cursos concluídos pelo empregado.

CLÁUSULA 46ª. – TESTE ADMISSIONAL.

A realização de testes prático-operacionais, para fins de admissão, não poderá ultrapassar a 01 dia, devendo este dia ser remunerado.

As empresas que forneçam alimentação aos seus empregados no local de trabalho, proporcionarão alimentação gratuita aos candidatos em testes, desde que estes sejam coincidentes com os horários de refeição.

CLÁUSULA 47ª. – PERÍODO EXPERIMENTAL.

O contrato de experiência previsto no art. 455 da CLT, parágrafo único, será estipulado pelas empresas, observando-se um período mínimo de 30 (trinta) e máximo de 60 (sessenta) dias, sem prorrogação.

O ex-empregado readmitido para a mesma função que exercia ao tempo do seu desligamento e que não tenha permanecido fora dos quadros da empresa ou de empresa do mesmo grupo econômico, por mais de um ano, será dispensado do período de experiência.

CLÁUSULA 48ª. – CONTRIBUIÇÕES ASSOCIATIVAS.

A empresa que descontar e deixar de recolher ao Sindicato dos Trabalhadores as contribuições associativas, incorrerá em multa de valor correspondente a 30% (trinta por cento) do montante não recolhido, acrescido de 20% (vinte por cento) sobre o mesmo montante, por mês de atraso, revertida a favor daquela entidade sindical.

O recolhimento deverá ser efetuado diretamente ao Sindicato dos Trabalhadores, ou à agência bancária em que este Sindicato tenha conta corrente.

CLÁUSULA 49ª. – PREENCHIMENTO DE FORMULÁRIOS PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL.

As empresas deverão preencher a documentação exigida pelo INSS, quando solicitada pelo empregado, e fornecê-la obedecendo aos seguintes prazos máximos:

1. a) para fins de obtenção de auxílio – doença, 05 dias úteis;

1. b) para fins de aposentadoria, 10 dias úteis;

1. c) para fins de obtenção de aposentadoria especial, 15 dias úteis;

Ficam ressalvadas as situações mais favoráveis já existentes nas empresas.

CLÁUSULA 50ª. – APRENDIZES.

I – Será assegurado aos aprendizes do SENAI, durante o período de treinamento prático na empresa, um salário correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do salário normativo de efetivação da categoria, de acordo com a cláusula 2ª.

Os aprendizes, em empresas com 50 ou mais empregados, receberão 100% (cem por cento) do salário normativo de efetivação, nos últimos 06 meses de treinamento prático na empresa.

II – As empresas não poderão impedir o completo cumprimento do contrato de aprendizagem, inclusive no que se refere ao treinamento prático na empresa, a não ser por motivos disciplinares, escolares ou por mútuo acordo entre as partes.

III – Se efetivado na empresa, após a conclusão do aprendizado, e inexistindo vaga na função para a qual recebeu treinamento, poderá o mesmo ser aproveitado em função compatível, percebendo o menor salário dessa função. Ocorrendo a existência dessas vagas, elas serão preferencialmente dirigidas aos aprendizes.

IV – As condições e prazos de inscrição para seleção de candidatos a aprendizes do SENAI, deverão ser divulgados nos quadros de aviso, com antecedência.

CLÁUSULA 51ª. – REVISTA.

As empresas que adotarem o sistema de revista nos trabalhadores, o farão em local adequado e por pessoa do mesmo sexo, evitando-se eventuais constrangimentos ou revistas íntimas nas empregadas.

CLÁUSULA 52ª. – ELEIÇÕES SINDICAIS.

Desde que avisadas pelo Sindicato dos Trabalhadores, com a necessária e razoável antecedência, fica garantido pelas empresas o ingresso, nos seus estabelecimentos, de urnas coletoras eleitorais, com seus responsáveis legais, por ocasião do pleito destinado à renovação da administração do Sindicato dos Trabalhadores, cujos votos serão coletados em local apropriado e estabelecido pelas empresas.

CLÁUSULA 53ª. – SINDICALIZAÇÃO.

Com o objetivo de incrementar a sindicalização dos empregados abrangidos por esta convenção, as empresas permitirão, por 03 vezes durante a vigência desta convenção, a entrada, no seu recinto, de diretor legalmente eleito do Sindicato profissional ou pessoa por este credenciada por escrito, em datas adequadas, locais de fácil acesso aos trabalhadores e horários apropriados, escolhidos previamente pelas partes, de comum acordo, fora do ambiente da produção e preferencialmente nos períodos de descanso da jornada normal de trabalho, de forma a não interferir nas atividades das empresas.

O Sindicato dos Trabalhadores enviará, com a antecedência de 15 dias úteis, a respectiva correspondência à empresa, a qual deverá, dentro deste prazo, tomar as providências necessárias a possibilitar a sindicalização referida.

CLÁUSULA 54ª. – DIRIGENTE SINDICAL – COMUNICAÇÃO DA CANDITATURA, ELEIÇÃO, POSSE E FALTAS JUSTIFICADAS.

É assegurada a estabilidade provisória ao empregado dirigente sindical, ainda que a comunicação do registro da candidatura ou da eleição e da posse seja realizada fora do prazo previsto no art. 543, § 5º, da CLT, desde que a ciência ao empregador, por qualquer meio, ocorra na vigência do contrato de trabalho.

Os dias em que o diretor efetivo, legalmente eleito, da entidade sindical dos trabalhadores permanecer afastado da empresa, exercendo atividades sindicais, comprovadas previamente até o dia imediatamente anterior mediante correspondência da entidade sindical, não serão considerados para desconto do DSR, bem como para efeito de desconto do período de férias, nas proporções do art. 130 da CLT, até o limite total, qualquer que seja o número de diretores, de 12 faltas no período de 12 (doze)

meses, por empresa, sendo que os 6 (seis) primeiros dias de afastamento serão abonados pela empresa, desde que cumpridas as condições estabelecidas na presente cláusula.

CLÁUSULA 55ª. PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO.

As empresas não utilizarão os técnicos especializados em segurança e medicina do trabalho, definidos na NR-4, aprovada pela Portaria MTb-3.214/78 e alterações posteriores, no exercício de outras atividades, durante o horário da sua atuação no Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT).

CLÁUSULA 56ª. – UTILIZAÇÃO DOS SANITÁRIOS.

As empresas manterão os sanitários abertos durante a jornada de trabalho, inclusive 10 minutos antes e em igual espaço de tempo após a jornada.

O tempo de utilização das instalações sanitárias pelos trabalhadores ficará limitado às reais necessidades, coibindo-se abusos.

CLÁUSULA 57ª. – AUXÍLIO – FUNERAL.

No caso de falecimento de empregado (a), a empresa pagará, a título de auxílio – funeral, no ato da apresentação do respectivo atestado de óbito, 03 salários nominais, percebidos pelo empregado (a) à época do seu falecimento, juntamente com os salários e outras verbas do (a) empregado (a) falecido (a).

Caso se trate de falecimento de esposa (o) ou filho (a) de empregado (a), o valor será de 01 salário normativo de efetivação, percebido pelo (a) empregado (a) por ocasião da morte daqueles, a ser pago, mediante apresentação dos respectivos atestados de óbito e comprovantes das despesas, juntamente com o salário do mês desta apresentação.

CLÁUSULA 58ª. – ACIDENTE DO TRABALHO – GARANTIA E COMUNICAÇÃO.

Garantia de emprego e salário ao empregado que sofreu acidente do trabalho, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, após a alta médica e/ou cessação do auxílio doença acidentário, nos termos do artigo 118 da Lei 8.213 de 24 de julho de 1991, mesmo na hipótese de contrato de trabalho por tempo determinado ou de experiência.

Nos casos de acidente do trabalho com afastamento, as empresas deverão enviar cópia da comunicação do acidente (CAT) ao Sindicato Profissional, no prazo máximo de 10 (dez) dias, após a emissão daquela comunicação ao órgão competente.

CLÁUSULA 59ª. – COMPENSAÇÃO DE HORAS – FERIADOS AOS SÁBADOS.

Na hipótese de ocorrência de feriado em dia de sábado já compensado, deverá a empresa reduzir proporcionalmente a jornada na referida semana ou remunerar as horas correspondentes como extras.

CLÁUSULA 60ª. – CADEIRAS E BANCOS.

As empresas colocarão a disposição dos seus empregados cadeiras e bancos com assentos e encostos ajustáveis, inclusive nos serviços de mesas e bancadas ou na distribuição de tarefas, nos termos da NR-17 da Portaria de nº 3.214 de 08 de julho de 1978.

CLÁUSULA 61ª. – CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL/NEGOCIAL DOS EMPREGADOS.

As empresas procederão durante o prazo de vigência da presente convenção coletiva, a título de contribuição assistencial/negocial, aprovada pela respectiva assembléia geral da categoria profissional, aos descontos, dos salários nominais já reajustados, inclusive do 13º. Salário e das férias, de todos os empregados abrangidos por esta convenção,

representados pelo Sindicato dos Trabalhadores, a favor deste, e que deverão ser efetuados quando do pagamento dos salários, nos valores de 1,5% ao mês, até o limite máximo (teto), por empregado, a ser observado em cada um dos descontos, correspondente a 10,80% do salário normativo de efetivação.

Fica assegurado ao empregado o direito de oposição aos descontos, a ser exercido numa única vez durante a vigência desta convenção, até 10 (dez) dias da data da assinatura do presente instrumento, ou seja, de 27/08/2018 a 05/09/2018, inclusive para os admitidos durante a vigência da presente convenção, para os quais será observado o mesmo prazo a contar da data de admissão, implicando esta oposição na isenção de todos os descontos previstos nesta cláusula. Todavia, quanto aos empregados que não puderem exercer a oposição nas condições já mencionadas, por se encontrarem com o contrato de trabalho suspenso na forma da lei, terão os seus descontos postergados até o seu retorno ao serviço, oportunidade a partir da qual poderão se opor aos descontos até 10 (dez) dias após este retorno.

A oposição deverá ser feita através de carta de próprio punho, em três vias, protocoladas pessoalmente na Secretaria do Sindicato dos Trabalhadores, exceto para o empregado analfabeto, para quem o próprio Sindicato dos Trabalhadores preparará e protocolará, no prazo previsto, as três vias da carta referida, mediante simples manifestação verbal, por parte do empregado, feita pessoalmente na Secretaria do Sindicato dos Trabalhadores, do desejo de exercer seu direito de oposição aos descontos fora do horário de seu expediente de trabalho.

O empregado deverá entregar uma destas vias à empresa, mediante recibo, no prazo de dois dias úteis, a partir do dia seguinte ao do protocolo no Sindicato dos Trabalhadores.

As partes não criarão quaisquer incentivos ou obstáculos a que o empregado exerça seu direito de oposição aos descontos. Sendo nulos de pleno direito o envio pelo correio de abaixo assinados, correspondências ou quaisquer manifestações que não atendam o estipulado nesta cláusula.

O primeiro desconto abrangerá os meses de Julho e Agosto de 2018, que deverá ser efetuado pela empresa sobre os salários já reajustados dos referidos meses até o dia 30/09/2017, cujos recolhimentos deverão ocorrer até o dia 05 de outubro 2018.

Os demais recolhimentos destes descontos deverão ser feitos em conta vinculada sem limite, junto ao banco definido pelo Sindicato beneficiário, com vencimento no décimo

dia do mês seguinte ao dos descontos, através de guias especiais fornecidas pelo Sindicato dos Trabalhadores, até o dia 20 de cada um dos meses dos descontos.

A empresa que descontar e deixar de recolher ao Sindicato dos Trabalhadores as contribuições indicadas nesta cláusula, incorrerá em multa de valor correspondente a 10% do montante não recolhido, por mês de atraso, revertida a favor daquela entidade sindical.

As empresas fornecerão, no prazo de 20 dias, contados da data do recolhimento da contribuição assistencial/negocial, ao Sindicato dos Trabalhadores, em caráter confidencial, mediante recibo, uma relação contendo os nomes e os valores da referida contribuição dos seus empregados, excluídos os pertencentes a categorias profissionais diferenciadas, bem como liberais que exerçam opção, na forma da Lei.

A contribuição assistencial/negocial prevista nesta cláusula substitui inteiramente a denominada contribuição confederativa, tratada no inciso IV do art. 8°. da Constituição Federal, ainda pendente de regulamentação.

CLÁUSULA 62ª. – CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL/NEGOCIAL DOS EMPREGADORES

Durante o prazo da vigência da presente convenção coletiva, as empresas que sejam associadas ou não ao Sindicato da Indústria de Material de Segurança e Proteção ao Trabalho no Estado de São Paulo, recolherão ao mesmo, a título de contribuições assistenciais a taxa negocial, aprovada pela respectiva assembléia geral da categoria econômica, aberta à participação das empresas não associadas, quantias com base no capital social, vigente à época do recolhimento, conforme tabela abaixo.

		5 Parcelas iguais a v
		15/10/2018
		15/11/2018
Capital Social em R$	**Parcela Única em 15/10/2018 em R$.**	**15/12/2018**
		10/01/2019
		10/02/2019

		R$
De 0 a 10.000,00	500,00 – 10% = 450,00	100,00
De 10.001,00 a 30.000,00	1.000,00 – 10% = 900,00	200,00
De 30.001,00 a 100.000,00	1.500,00 – 10% = 1.350,00	300,00
Acima de 100.001,00	2.000,00 – 10% = 1.800,00	400,00

Os recolhimentos previstos nesta cláusula serão feitos através de boletos bancários a serem oportunamente fornecidos pelo beneficiário, revertendo os valores dos depósitos para fins sociais, administrativos e de manutenção da sede.

O descumprimento desta cláusula, no prazo estipulado, acarretará multa diária de 1,7% do salário normativo de efetivação, por infração, a reverter a favor do Sindicato patronal mencionado.

A taxa negocial assistencial prevista nesta cláusula substitui inteiramente a denominada contribuição confederativa, tratada no inciso IV do art. 8º. da Constituição Federal, ainda pendente de regulamentação.

CLÁUSULA 63ª. – PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS.

Será assegurado a todos os trabalhadores uma participação nos resultados, nos termos do art.7º da Constituição Federal, a quantia de R$ 590,12 (quinhentos e noventa reais e doze centavos), referente ao período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019, subdividida em duas parcelas a saber:

1. a primeira parcela, no valor de R$ 390,12 (trezentos e noventa reais e doze centavos) será paga a todos os empregados até o dia 10 dia do mês de setembro de 2018;

1. b) a segunda parcela, no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), a ser paga até o 5º dia útil do mês de março de 2019 será calculada em função do absenteísmo,

levando em consideração a quantia de R$ 200,00 (duzentos reais), sendo reduzida em 10% (dez por cento) para cada falta do trabalhador no período de 1º de julho de 2018 até 28 de fevereiro de 2019, consequentemente até 5 (cinco) faltas injustificadas;

1. c) a presente cláusula não se aplica às empresas que já possuem critérios próprios de participação nos lucros ou resultados.

1. d) a aplicação da presente cláusula, durante a vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, deverá ser calculada proporcionalmente para os empregados admitidos, demitidos ou que venham pedir demissão no decorrer da vigência deste instrumento, na proporção de 1/12 para cada mês em função da quantia de R$ 590,12 (quinhentos e noventa reais e doze centavos)

1. e) aos empregados demitidos, ou que venham a pedir demissão após o mês de março de 2019, até junho de 2019, não deverão sofrer qualquer desconto nas parcelas que já tenham recebido.

CLÁUSULA 64ª. – CUMPRIMENTO.

As partes comprometem-se a observar os dispositivos ora pactuados, ficando certo que a parte infratora incorrerá nas penalidades previstas nesta convenção e na legislação vigente.

CLÁUSULA 65ª. – MULTA.

Fica estipulada a multa de 10% (dez por cento) do salário normativo de efetivação, por empregado, nos casos de descumprimento das cláusulas da presente convenção, revertendo a favor da parte prejudicada.

A multa aqui prevista não se aplica em relação às cláusulas para as quais a legislação já estabeleça penalidades ou aquelas que nesta convenção, já tragam, no seu próprio bojo, punição pecuniária.

CLÁUSULA 66ª. – NORMAS CONSTITUCIONAIS.

A promulgação da legislação ordinária e/ou complementar, regulamentadora dos preceitos constitucionais, substituirá, onde aplicável, direitos e deveres previstos nesta convenção, ressalvando-se sempre as condições mais favoráveis aos empregados, vedada, em qualquer hipótese, a acumulação.

CLÁUSULA 67ª. – ALTERAÇÕES NA CONJUNTURA ECONÔMICA.

Caso venham a ocorrer, até o termo final desta Convenção Coletiva, significativas alterações nos índices salariais ou na conjuntura econômica, as partes assumem o compromisso de se reunir e debater a questão.

CLÁUSULA 68ª. – PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO.

O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação, total ou parcial, da presente convenção, ficará subordinado às normas estabelecidas pelo art. 615 da CLT.

CLÁUSULA 69ª. – ABRANGÊNCIA.

Este instrumento é válido para todas as categorias profissionais e econômicas das indústrias de material de segurança e proteção ao trabalho existentes nos municípios da base territorial dos sindicatos signatários.

CLÁUSULA 70ª. – SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS.

Será competente a Justiça do Trabalho para dirimir quaisquer divergências surgidas na aplicação da presente convenção coletiva de trabalho.

CLÁUSULA 71ª. – VIGÊNCIA.

Esta convenção terá vigência de 12 meses, isto é de 1º. de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

CLÁUSULA 72ª. – DIFERENÇAS SALARIAIS.

As obrigações de natureza econômica, no caso de eventuais diferenças deverão ser complementadas até o "vale" do mês de setembro de 2018, e especificadas posteriormente no respectivo demonstrativo de pagamento.

CLÁUSULA 73ª. – VALE TRANSPORTE.

As empresas fornecerão aos seus empregados vale transporte nos termos da legislação em vigor, e em quantidade suficiente à sua locomoção, da sua residência para a empresa e vice-versa,

CLÁUSULA 74ª. – FERRAMENTAS

Os empregados que utilizarem ferramentas para o desempenho de suas funções habituais as receberão gratuitamente, contra recibo, requisitando à empresa, a sua substituição quando houver o desgaste normal da ferramenta.

CLÁUSULA 75ª – DESCONTO ASSISTENCIAL EXCEPCIONAL.

Excepcionalmente no mês de setembro 2017, será descontada pela empresa dos salários de seus empregados não sócios e associados à entidade sindical profissional, uma contribuição única e excepcional aprovada pela assembléia geral de R$ 52,00 (cinquenta e dois reais), e recolhidas ao Sindicato Profissional até o dia 05/10/2018.

RECOMENDAÇÕES.

1. a) Recomenda-se às empresas e/ou trabalhadores a fiel observância das Normas Regulamentadoras (NR.s), aprovadas pelo Ministério do Trabalho e vigentes, que dispõem sobre Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho.

1. b) Recomenda-se às empresas solicitar os serviços do MEC ou do FENAME, para facilitar aos seus empregados a aquisição de material escolar ou fornecer no início do período de aulas, gratuitamente, material escolar necessário aos trabalhadores e seus filhos estudantes.

Por estarem justas e acertadas e para que produza efeitos jurídicos e legais, assinam as partes esta convenção, em 04 vias, comprometendo-se, consoante dispõe o art. 614 da CLT, a promover o depósito de 01 via da mesma, para fins de registro e arquivamento, na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, no Estado de São Paulo.

São Paulo, 27 de agosto de 2018.

Pelas entidades Sindicais dos Trabalhadores: Pelo Sindicato da Indústria:

_____ _____

CÉLIO DE SOUZA

Coordenador de Política Sindical SINDISEG

CPF/MF 051.817.858-75

RG – RG – 12.420.642-6

ADRIANO SERINO

Diretor – Presidente –

CPF – MF 25.042.158-50

RG – 28.754.198

_____

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de

Calçados e Afins de Dois Corregos e Região.

Antônio carlos dos reis

CPF/MF 036.553.958-92

rg – 6.761.994

Pela Comissão de Negociação dos Patronal:

Pela Comissão de Negociação

Trabalhadores:

_____ _____

GERALDO SANTIAGO PEREIRA,

Advogado (OAB/SP – 106 868)

CPF/MF 645.040.858-87

WALDYR PEREZ,

Coordenador da Comissão,

CPF/MF 842.579.898-15

RG – 5.896.778-8 RG – 7.506.410-8

_____

RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO

Advogado (OAB/SP – 162813) CPF/MF – 29639192805 RG – 23173837-7

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
12ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA e outros

D E S P A C H O

mcsc

Concedo à reclamante o prazo de 15 dias para que regularize sua representação processual eis que a procuração encontra-se apócrifa, sob pena de indeferimento da petição inicial.

Cumprido, intimem-se as partes da audiência designada, com as cautelas de praxe.

Em 4 de Abril de 2019.

Juiz(íza) do Trabalho

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
12ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA e outros

D E S P A C H O

mcsc

Concedo à reclamante o prazo de 15 dias para que regularize sua representação processual eis que a procuração encontra-se apócrifa, sob pena de indeferimento da petição inicial.

Cumprido, intimem-se as partes da audiência designada, com as cautelas de praxe.

Em 4 de Abril de 2019.

Juiz(íza) do Trabalho

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP.

Processo n º 0010396-28.2019.5.15.0131

NATALIA GAMA CRUZ, devidamente qualificada nos autos, por seus procuradores, que esta subscrevem, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, regularizar a representação processual, uma vez que, por um lapso, não foram anexadas na exordial a procuração e declaração de hipossuficiência assinadas.

Termos em que.

Pede deferimento.

Campinas, 08 de abril de 2019.

VITOR MANFREDINI **ENEIDA RUTE MANFREDINI**

OAB/SP 390.855 **OAB/SP 128.909**

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE: NATALIA GAMA CRUZ, brasileira, casada, desempregada, portadora do RG nº 28.663.854 e CPF/MF nº 313.210.128-10, residente e domiciliada na Rua Seis, n º 121, AP 43 Torre 28, Jardim Monte Alto, CEP 13064-845, Campinas/SP.

OUTORGADOS: ENEIDA RUTE MANFREDINI, brasileira, advogada, divorciada, inscrita na **OAB/SP sob nº 128909** e **VITOR MANFREDINI**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na **OAB/SP n. 390.855**, ambos com escritório na cidade de Campinas-São Paulo, sito à Rua Dr. Antonio de Castro Prado, n. 396, Taquaral, CEP: 13.076.130, Telefone (19) 3252.4794 e 3253.5082, E-mail: *manfredini.adv@aasp.org.br*

PODERES: Pelo presente instrumento (a/o) OUTORGANTE(S) acima qualificado outorga(m) ao(s) advogado(s) supra nomeado(s) os mais amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula "ad judicia", para representá-lo(s) em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo(s) nas contrárias, seguindo-se umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo ainda ao(s) outorgado(s) poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos, ou acordos, receber e dar quitação, representar o(s) outorgante(s) em audiência de conciliação de acordo, com as disposições dos artigos contidos no Novo Código de Processo Civil, podendo dito(s) procurador(es) substabelecerem tais poderes a outrem, com ou sem reservas de iguais, especialmente para distribuir ação trabalhista perante seus antigos empregadores.

Campinas, 11 de março de 2019.

Natália Gama Cruz

Assinado eletronicamente por: VITOR MANFREDINI - 08/04/2019 08:52:06 - f5569c1
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19040808514088300000104991383
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. f5569c1 - Pág. 1
Número do documento: 19040808514088300000104991383

Campinas, 11 de março de 2019.

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

NATALIA GAMA CRUZ, brasileira, casada, desempregada, portadora do RG nº 28.663.854 e CPF/MF nº 313.210.128-10, residente e domiciliada na Rua Seis, n º 121, AP 43 Torre 28, Jardim Monte Alto, CEP 13064-845, Campinas/SP, declaro para os devidos fins e para quem possa interessar, que sou pessoa pobre na acepção jurídica da palavra e tendo que ingressar em Juízo e não podendo arcar com as custas processuais sem prejuízo do sustento de minha família, requeiro a V.Exa., os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA.

Por ser a expressão da verdade, assino o presente para que surta seus jurídicos efeitos.

Natália Gama Cruz

Assinado eletronicamente por: VITOR MANFREDINI - 08/04/2019 08:52:06 - 63b90f2
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19040808515136900000104991399
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. 63b90f2 - Pág. 1
Número do documento: 19040808515136900000104991399

Poder Judiciário Federal
Jusiça do Trabalho - TRT 15ª Região

12ª Vara do Trabalho de Campinas

Divulgado em 09/04/2019

Publicado em 10/04/2019

Destinatário:
NATALIA GAMA CRUZ
null

PROCESSO: 0010396-28.2019.5.15.0131

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ

ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA CNPJ: 45.779.006/0001-47, E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA - EPP CNPJ: 09.462.901/0001-70

NOTIFICAÇÃO PJe-JT

Fica V. Sa. notificada acerca da audiência UNA agendada para **13/09/2019 10:35 horas,** sendo que a ausência implicará em arquivamento do feito nos termos do art. 844, CLT.

Nos termos do art. 825 da CLT c/c 852-H do mesmo Diploma, somente será aceita redesignação da audiência e consequente notificação da testemunha em caso de sua ausência ser acompanhada de prova escrita (carta convite) de que foi convidada e, ainda assim, não comparecer à audiência, mesmo perante feito em Rito Ordinário. Com isso, não há que falar em rol.

CAMPINAS, 9 de Abril de 2019.

al}.

ÃO AOS CORREIOS:
NCONTRADO O DESTINATÁRIO, DEVOLVER
HS., CONF. PAR. ÚNICO ART. 774 DA CLT.

Carta
9912353797-DR/S
TRT 15ª Regiã
CORREIOS

Poder Judiciário Federal
Justiça do Trabalho - TRT 15ª Região

12ª Vara do Trabalho de Campinas

Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123

(19) 32327997 - saj.12vt.campinas@trt15.jus.br

Registrado Postal nº JT 91715434 5 BR Postado em 11/04/2019

DESTINATÁRIO:

ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA
13060-110 - RUA MANOEL FERNANDES DIAS , 126 - JARDIM NOVO CAMPOS ELISEOS - CAMPINAS - SÃO PAULO

PROCESSO: 0010396-28.2019.5.15.0131

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA CNPJ: 45.779.006/0001-47, E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA - EPP CNPJ: 09.462.901/0001-70

NOTIFICAÇÃO JUDICIAL EM PROCESSO ELETRÔNICO (PJe)

Fica V. Sa. notificado para comparecer à audiência que se realizará no dia **13/09/2019 10:35 h**, na sala de audiências da **12ª Vara do Trabalho de Campinas**, situada à Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123. A petição inicial e documentos poderão ser acessados apenas em meio eletrônico, mediante consulta ao seguinte endereço na internet: **http://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam**, digitando no campo "número do documento" o(s) número(s) descrito(s) como chave(s) de acesso, abaixo identificado(s):

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Procuração	Procuração	19040808514088300000104991383
Declaração de Hipossuficiência	Declaração de Hipossuficiência	19040808515136900000104991399

Juntada	Manifestação	19040808505078000000104991352
Despacho	Notificação	19040416240284500000104863627
Despacho	Despacho	19040413124511400000104832594
TRCT	Documento Diverso	19032516324032200000104043876
CCT	Documento Diverso	19032516332182200000104044021
Procuração	Documento Diverso	19032516320559800000104043738
CTPS	Documento Diverso	19032516322727700000104043831
Hipossuficiencia	Documento Diverso	19032516322412000000104043816
Comprovante de endereço	Documento Diverso	19032516315973900000104043707
CNH	Documento Diverso	19032516315087700000104043667
Petição Inicial	Petição Inicial	19032516274496500000104042862

Caso V. S.ª não consiga consultá-los via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso a eles ou receber orientações.

PARA VISUALIZAÇÃO, UTILIZAR O NAVEGADOR MOZILLA FIREFOX

A audiência será UNA, nos termos da CLT.

A defesa e os documentos deverão ser apresentados dentro do Processo Judicial Eletrônico (PJe), acessado com assinatura digital, até o horário da abertura da audiência, nos termos da Lei 11.419 /2006, da Resolução 136/2014 do CSJT e do Provimento GP-VPJ-CR Nº 4/2013 do TRT da 15ª Região.

Caso a antecedência não seja observada, a defesa poderá ser apresentada oralmente em audiência, nos termos do artigo 847 da CLT.

Se V. S.ª não possuir equipamento para conversão ou escaneamento de documentos em formato PDF, deverá comparecer à Unidade Judiciária para proceder à adequação dos documentos por meio dos equipamentos disponíveis na Central de Atendimento.

Na audiência referida lhe é facultado fazer-se substituir por um preposto (empregado) que tenha conhecimento direto dos fatos, bem como fazer-se acompanhar por advogado(a), sendo que o não comparecimento à audiência poderá acarretar sérios prejuízos, presumindo-se aceitos como verdadeiros todos os fatos alegados pelo autor e constantes da petição inicial, nos termos do Art. 844 da CLT, esclarecendo, por fim que em se tratando de pessoa jurídica, deverá apresentar com a defesa a cópia atual do estatuto constitutivo (contrato social) de forma eletrônica.

Não será aceita contestação ou qualquer outro tipo de petição relativa a esse processo eletrônico que sejam encaminhadas por intermédio de e-Doc, protocolo integrado ou outros meios disponíveis no TRT da 15ª Região.

Nos termos do art. 825 da CLT c/c 852-H do mesmo Diploma, somente será aceita redesignação da audiência e consequente notificação da testemunha em caso de sua ausência ser acompanhada de prova escrita (carta convite) de que foi convidada e, ainda assim, não comparecer à audiência, mesmo perante feito em Rito Ordinário. Com isso, não há que falar em rol.

Em havendo pedido que necessite de perícia, as partes deverão apresentar quesitos e indicar assistente técnico até a data da audiência.

Salvo tratar-se de situação que efetivamente exija a adoção do procedimento, RECOMENDA-SE NÃO UTILIZAR

A OPÇÃO "SIGILO" QUANDO DA JUNTADA DA CONTESTAÇÃO E DOCUMENTOS.

CAMPINAS , 9 de Abril de 2019 .

ÃO AOS CORREIOS:
NCONTRADO O DESTINATÁRIO, DEVOLVER
HS., CONF. PAR. ÚNICO ART. 774 DA CLT.

Poder Judiciário Federal
Justiça do Trabalho - TRT 15ª Região

Carta
9912353797-DR/S
TRT 15ª Regiã
CORREIOS

12ª Vara do Trabalho de Campinas

Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123

(19) 32327997 - saj.12vt.campinas@trt15.jus.br

Registrado Postal nº JT 91715435 4 BR Postado em 11/04/2019

DESTINATÁRIO:

E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA - EPP
13060-858 - AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO , 543 - JARDIM CAMPOS ELISEOS - CAMPINAS - SÃO PAULO

PROCESSO: 0010396-28.2019.5.15.0131

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA CNPJ: 45.779.006/0001-47, E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA - EPP CNPJ: 09.462.901/0001-70

NOTIFICAÇÃO JUDICIAL EM PROCESSO ELETRÔNICO (PJe)

Fica V. Sa. notificado para comparecer à audiência que se realizará no dia **13/09/2019 10:35 h**, na sala de audiências da **12ª Vara do Trabalho de Campinas**, situada à Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123. A petição inicial e documentos poderão ser acessados apenas em meio eletrônico, mediante consulta ao seguinte endereço na internet: **http://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam**, digitando no campo "número do documento" o(s) número(s) descrito(s) como chave(s) de acesso, abaixo identificado(s):

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Procuração	Procuração	19040808514088300000104991383
Declaração de Hipossuficiência	Declaração de Hipossuficiência	19040808515136900000104991399

Juntada	Manifestação	19040808505078000000104991352
Despacho	Notificação	19040416240284500000104863627
Despacho	Despacho	19040413124511400000104832594
TRCT	Documento Diverso	19032516324032200000104043876
CCT	Documento Diverso	19032516332182200000104044021
Procuração	Documento Diverso	19032516320559800000104043738
CTPS	Documento Diverso	19032516322727700000104043831
Hipossuficiencia	Documento Diverso	19032516322412000000104043816
Comprovante de endereço	Documento Diverso	19032516315973900000104043707
CNH	Documento Diverso	19032516315087700000104043667
Petição Inicial	Petição Inicial	19032516274496500000104042862

Caso V. S.ª não consiga consultá-los via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso a eles ou receber orientações.

PARA VISUALIZAÇÃO, UTILIZAR O NAVEGADOR MOZILLA FIREFOX

A audiência será UNA, nos termos da CLT.

A defesa e os documentos deverão ser apresentados dentro do Processo Judicial Eletrônico (PJe), acessado com assinatura digital, até o horário da abertura da audiência, nos termos da Lei 11.419 /2006, da Resolução 136/2014 do CSJT e do Provimento GP-VPJ-CR Nº 4/2013 do TRT da 15ª Região.

Caso a antecedência não seja observada, a defesa poderá ser apresentada oralmente em audiência, nos termos do artigo 847 da CLT.

Se V. S.ª não possuir equipamento para conversão ou escaneamento de documentos em formato PDF, deverá comparecer à Unidade Judiciária para proceder à adequação dos documentos por meio dos equipamentos disponíveis na Central de Atendimento.

Na audiência referida lhe é facultado fazer-se substituir por um preposto (empregado) que tenha conhecimento direto dos fatos, bem como fazer-se acompanhar por advogado(a), sendo que o não comparecimento à audiência poderá acarretar sérios prejuízos, presumindo-se aceitos como verdadeiros todos os fatos alegados pelo autor e constantes da petição inicial, nos termos do Art. 844 da CLT, esclarecendo, por fim que em se tratando de pessoa jurídica, deverá apresentar com a defesa a cópia atual do estatuto constitutivo (contrato social) de forma eletrônica.

Não será aceita contestação ou qualquer outro tipo de petição relativa a esse processo eletrônico que sejam encaminhadas por intermédio de e-Doc, protocolo integrado ou outros meios disponíveis no TRT da 15ª Região.

Nos termos do art. 825 da CLT c/c 852-H do mesmo Diploma, somente será aceita redesignação da audiência e consequente notificação da testemunha em caso de sua ausência ser acompanhada de prova escrita (carta convite) de que foi convidada e, ainda assim, não comparecer à audiência, mesmo perante feito em Rito Ordinário. Com isso, não há que falar em rol.

Em havendo pedido que necessite de perícia, as partes deverão apresentar quesitos e indicar assistente técnico até a data da audiência.

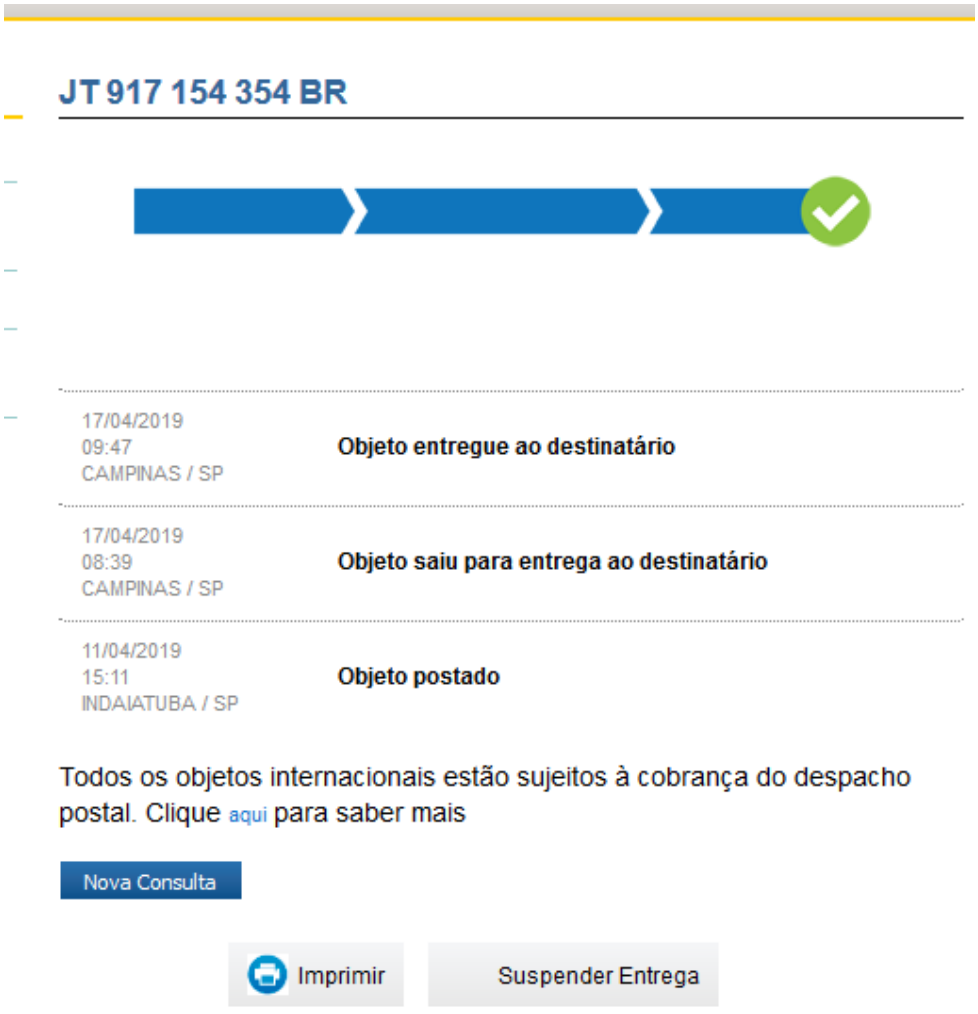
Salvo tratar-se de situação que efetivamente exija a adoção do procedimento, RECOMENDA-SE NÃO UTILIZAR

A OPÇÃO "SIGILO" QUANDO DA JUNTADA DA CONTESTAÇÃO E DOCUMENTOS.

CAMPINAS , 9 de Abril de 2019 .

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (2)

Certifico para os devidos fins que em pesquisa no site dos correios verificou-se que a notificação enviada à 2ª reclamada E. Vida da Silva equipamentos de Seguranca - epp foi entregue conforme segue:

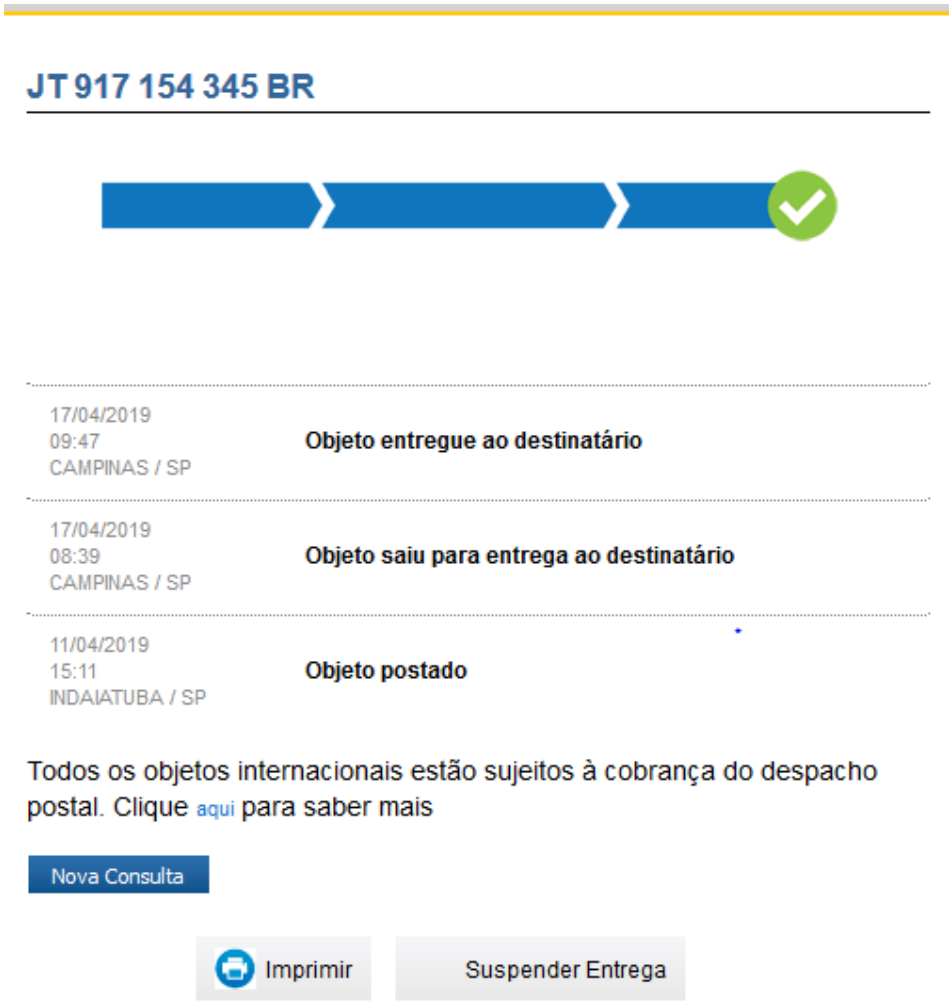


CAMPINAS/SP, 10 de setembro de 2019.

VIVIAM OLIVEIRA DA SILVA CANTALEJO
Secretário de Audiência

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (2)

Certifico para os devidos fins que em pesquisa no site dos correios verificou-se que a notificação enviada à reclamada ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA foi entregue conforme segue:



JT 917 154 345 BR

17/04/2019 09:47 CAMPINAS / SP	**Objeto entregue ao destinatário**
17/04/2019 08:39 CAMPINAS / SP	**Objeto saiu para entrega ao destinatário**
11/04/2019 15:11 INDAIATUBA / SP	**Objeto postado**

Todos os objetos internacionais estão sujeitos à cobrança do despacho postal. Clique aqui para saber mais

Nova Consulta

Imprimir Suspender Entrega

CAMPINAS/SP, 10 de setembro de 2019.

VIVIAM OLIVEIRA DA SILVA CANTALEJO
Secretário de Audiência



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
12ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA e outros

D E S P A C H O

vosc

Por motivo de readequação de pauta, fica redesignada a audiência UNA para o dia **27/09/2019 às 10h20min**, mantidas as cominações anteriores.

Intime-se com urgência. Caso as reclamadas não tenham constituído advogado, determino a expedição de mandado de citação tendo em vista a proximidade da audiência.

Em 11 de Setembro de 2019.

Juiz(íza) do Trabalho

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
12ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA e outros

D E S P A C H O

vosc

Por motivo de readequação de pauta, fica redesignada a audiência UNA para o dia **27/09/2019 às 10h20m in**, mantidas as cominações anteriores.

Intime-se com urgência. Caso as reclamadas não tenham constituído advogado, determino a expedição de mandado de citação tendo em vista a proximidade da audiência.

Em 11 de Setembro de 2019.

Juiz(íza) do Trabalho

Poder Judiciário Federal

Justiça do Trabalho - TRT 15ª Região

12ª Vara do Trabalho de Campinas

Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123

MANDADO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0010396-28.2019.5.15.0131 AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ

RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA e outros

O(a) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho, **ERICA ESCARASSATTE**, MANDA ao Oficial de Justiça que, à vista do presente e em seu cumprimento **intimar a reclamada abaixo do teor do despacho de ID271a66c:**

DESTINATÁRIO : Engesel Equipamentos de Seguranca LTDA CPJ: 45.779.006/0001-47
RUA MANOEL FERNANDES DIAS , 126
JARDIM NOVO CAMPOS ELISEOS - CAMPINAS - SP - CEP: 13060-110

"D E S P A C H O

vosc

Por motivo de readequação de pauta, fica redesignada a audiência UNA para o dia **27/09/2019 às 10h20m in**, mantidas as cominações anteriores.

Intime-se com urgência. Caso as reclamadas não tenham constituído advogado, determino a expedição de mandado de citação tendo em vista a proximidade da audiência.

Em 11 de Setembro de 2019.

ERICA ESCARASSATTE

Juiz(íza) do Trabalho"

A petição e documentos poderão ser acessados pela página eletrônica **(http://pje.trt15.jus.br/primeirograu /Processo/ConsultaDocumento/listView.seam)**, digitando a(s) chave(s) abaixo:

Documentos associados ao processo

Título	**Tipo**	**Chave de acesso****
Despacho	Notificação	19091110333936200000115430311
Despacho	Despacho	19091110194431300000115428014
Notificação entregue 1ª reclamada	Certidão	19091011015914800000115331262
Notificação entregue 2ª reclamada	Certidão	19091010595748000000115330822
Notificação	Notificação	19040911101939000000105114780
Notificação	Notificação	19040911101925800000105114778
Intimação	Intimação	19040911101907600000105114777
Procuração	Procuração	19040808514088300000104991383
Declaração de Hipossuficiência	Declaração de Hipossuficiência	19040808515136900000104991399
Juntada	Manifestação	19040808505078000000104991352
Despacho	Notificação	19040416240284500000104863627
Despacho	Despacho	19040413124511400000104832594
TRCT	Documento Diverso	19032516324032200000104043876
CCT	Documento Diverso	19032516332182200000104044021
Procuração	Documento Diverso	19032516320559800000104043738
Hipossuficiencia	Documento Diverso	19032516322412000000104043816
CTPS	Documento Diverso	19032516322727700000104043831
Comprovante de endereço	Documento Diverso	19032516315973900000104043707
CNH	Documento Diverso	19032516315087700000104043667
Petição Inicial	Petição Inicial	19032516274496500000104042862

Caso V. S.ª não consiga consultá-los via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso a eles ou receber orientações.

PARA VISUALIZAÇÃO, UTILIZAR O NAVEGADOR MOZILLA FIREFOX

Fica o Sr. Oficial de Justiça autorizado a valer-se do disposto nos artigos 212, 249, 252, 253, 846 e 846 §2º do CPC, requisitando força, com a mera apresentação deste à Autoridade Policial.

CUMPRA-SE, **na forma e sob as penas da lei**.

Esta é assinada pelo servidor, de ordem do MM. Juiz do Trabalho, nos termos do artigo 250, inciso VI do CPC.

CAMPINAS , 12 de Setembro de 2019 .

Poder Judiciário Federal

Justiça do Trabalho - TRT 15ª Região

12ª Vara do Trabalho de Campinas

Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123

MANDADO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0010396-28.2019.5.15.0131 AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ

RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA e outros

O(a) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho, **ERICA ESCARASSATTE**, MANDA ao Oficial de Justiça que, à vista do presente e em seu cumprimento **intimar a reclamada abaixo do teor do despacho de ID271a66c:**

DESTINATÁRIO: E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA - EPP
13060-858 - AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO , 543 - JARDIM CAMPOS ELISEOS - CAMPINAS - SÃO PAULO

"D E S P A C H O

vosc

Por motivo de readequação de pauta, fica redesignada a audiência UNA para o dia **27/09/2019 às 10h20min**, mantidas as cominações anteriores.

Intime-se com urgência. Caso as reclamadas não tenham constituído advogado, determino a expedição de mandado de citação tendo em vista a proximidade da audiência.

Em 11 de Setembro de 2019.

ERICA ESCARASSATTE

Juiz(íza) do Trabalho"

A petição e documentos poderão ser acessados pela página eletrônica **(http://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam)**, digitando a(s) chave(s) abaixo:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Despacho	Notificação	19091110333936200000115430311
Despacho	Despacho	19091110194431300000115428014
Notificação entregue 1ª reclamada	Certidão	19091011015914800000115331262
Notificação entregue 2ª reclamada	Certidão	19091010595748000000115330822
Notificação	Notificação	19040911101939000000105114780
Notificação	Notificação	19040911101925800000105114778
Intimação	Intimação	19040911101907600000105114777
Procuração	Procuração	19040808514088300000104991383
Declaração de Hipossuficiência	Declaração de Hipossuficiência	19040808515136900000104991399
Juntada	Manifestação	19040808505078000000104991352
Despacho	Notificação	19040416240284500000104863627
Despacho	Despacho	19040413124511400000104832594
TRCT	Documento Diverso	19032516324032200000104043876
CCT	Documento Diverso	19032516332182200000104044021
Procuração	Documento Diverso	19032516320559800000104043738
Hipossuficiencia	Documento Diverso	19032516322412000000104043816
CTPS	Documento Diverso	19032516322727700000104043831
Comprovante de endereço	Documento Diverso	19032516315973900000104043707
CNH	Documento Diverso	19032516315087700000104043667
Petição Inicial	Petição Inicial	19032516274496500000104042862

Caso V. S.ª não consiga consultá-los via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso a eles ou receber orientações.

PARA VISUALIZAÇÃO, UTILIZAR O NAVEGADOR MOZILLA FIREFOX

Fica o Sr. Oficial de Justiça autorizado a valer-se do disposto nos artigos 212, 249, 252, 253, 846 e 846 §2º do CPC, requisitando força, com a mera apresentação deste à Autoridade Policial.

CUMPRA-SE, **na forma e sob as penas da lei**.

Esta é assinada pelo servidor, de ordem do MM. Juiz do Trabalho, nos termos do artigo 250, inciso VI do CPC.

CAMPINAS , 12 de Setembro de 2019 .

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PROCESSO: ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA, E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA - EPP

ID do mandado: 0da8e84
Destinatário: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA.

Poder Judiciário Federal

Justiça do Trabalho - TRT 15ª Região

12ª Vara do Trabalho de Campinas

Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123

MANDADO - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0010396-28.2019.5.15.0131 AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ

RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA e outros

O(a) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho, ERICA ESCARASSATTE, MANDA ao Oficial de Justiça que, à vista do presente e em seu cumprimento intimar a reclamada abaixo do teor do despacho de ID271a66c:

DESTINATÁRIO : Engesel Equipamentos de Seguranca LTDA CPJ: 45.779.006/0001-47

RUA MANOEL FERNANDES DIAS , 126

JARDIM NOVO CAMPOS ELISEOS - CAMPINAS - SP - CEP: 13060-110

CERTIDÃO POSITIVA

Certifico e dou fé, eu, Oficial de Justiça Avaliador Federal subscrito, que, em cumprimento ao r. Mandado, compareci no dia 23/09/2019, às 14h31, na **RUA MANOEL FERNANDES DIAS , 126**

JARDIM NOVO CAMPOS ELISEOS - CAMPINAS - SP - CEP: 13060-110, e notifiquei a reclamada, **do despacho de ID271a66c**, na pessoa de Carina Eduarda Moreira, auxiliar de escritório da empresa, que de tudo ficou ciente e recebeu cópia da contrafé.

Ante o exposto, devolvo o presente Mandado à origem, permanecendo no aguardo de novas determinações.

Campinas, 23 de setembro de 2019.

Luís Carlos de Santana

Oficial de Justiça Avaliador Federal

CAMPINAS, 23 de Setembro de 2019

LUIS CARLOS DE SANTANA
Oficial de Justiça Avaliador Federal

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PROCESSO: ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA, E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA - EPP

ID do mandado: 65d493e
Destinatário: E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA - EPP.

CERTIDÃO POSITIVA

Certifico e dou fé, eu, Oficial de Justiça Avaliador Federal subscrito, que, em cumprimento ao r. Mandado, compareci no dia 23/09/2019, às 14h31, na AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO , 543, JARDIM CAMPOS ELISEOS, CAMPINAS - SP - CEP: 13060-110, e notifiquei a reclamada, **do despacho de ID271a66c**, na pessoa de Carina Eduarda Moreira, auxiliar de escritório da empresa, que de tudo ficou ciente e recebeu cópia da contrafé.

Ante o exposto, devolvo o presente Mandado à origem, permanecendo no aguardo de novas determinações.

Campinas, 23 de setembro de 2019.

CAMPINAS, 23 de Setembro de 2019

LUIS CARLOS DE SANTANA
Oficial de Justiça Avaliador Federal

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DO TRABALHO DA 12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

ANA PAULA MASCARO TEIXEIRA ALVES, advogada inscrita na OAB /SP 196.406, vem respeitosamente à presença de V. Exa., requerer a sua habilitação desta patrona nestes autos, conforme procuração, carta de preposição e contrato social que seguem em anexo.

Termos em que

Pede deferimento.

Campinas, 27 de setembro de 2019.

ANA PAULA MASCARO TEIXEIRA ALVES

OAB/SP 196.406

ENGESEL equipamentos de segurança ltda.

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na rua Manoel Fernandes Dias, 126, Jardim novo Campos Elíseos, na cidade de Campinas, SP, inscrita no C.G.G./CNPJ nº45.779.006/0001-47, por seu representante ao final assinado, nomeia e constitui como sua bastante procuradora a advogada Dra. **ANA PAULA MASCARO TEIXEIRA ALVES,** brasileira, casada, inscrita na OAB/SP sob nº196.406, com sede na Rua Jose de Almeida, 238; Nova Campinas, telefone: 991157703, a mesma outorgando os poderes contidos na clausula "*ad judicia et extra*" para o foro em geral, qualquer juízo, instância ou tribunal, com poderes específicos inclusive para impetrar mandado de segurança contra ato de qualquer autoridade constituída, representar o outorgante em qualquer repartição pública, podendo inclusive, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir ou renunciar ao direito a que se funda a ação, anuir, receber, dar quitação total ou parcial, aceitar ou propor acordos, substabelecer, e tudo mais que se tornar necessário para o cabal desempenho deste mandato, conjunta ou separadamente, especialmente no que diz respeito ao PROCESSO nº 0010396-28.2019.5.15.0131 junto a Justiça do Trabalho.

Campinas, 20 de setembro de 2019.

ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA.
WALMIR VIDA DA SILVA

Assinado eletronicamente por: ANA PAULA MASCARO TEIXEIRA ALVES - 26/09/2019 14:58:42 - 9e1a042
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092614583429600000116569952
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. 9e1a042 - Pág. 1
Número do documento: 19092614583429600000116569952

ENGESEL equipamentos de segurança ltda.

PREPOSIÇÃO

ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA, pessoa jurídica d.e direito privado, estabelecida na rua Manoel Fernandes Dias, 126, Jardim Novo Campos Elíseos, na cidade de Campinas, SP, inscrita no C.G.G./CNPJ nº45.779.006/0001-47, nomeia o (a) Sr(a) **LARISSA VIDA DA SILVA KLEINE**, portador (a) do RG nº 25.743.083-3 SSP/SP e CPF nº168.372.808-48, para representá-lo junto a Justiça do Trabalho em Campinas, no Processo nº0010396-28.2019.5.15.0131 junto a Justiça do Trabalho.

Campinas, 20 de setembro de 2019.

ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA
WALMIR VIDA DA SILVA

Assinado eletronicamente por: ANA PAULA MASCARO TEIXEIRA ALVES - 26/09/2019 14:58:42 - 9e1a042
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092614583429600000116569952
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. 9e1a042 - Pág. 2
Número do documento: 19092614583429600000116569952

MASCARO TEIXEIRA
Assessoria Jurídica

Ana Paula Mascaro Teixeira Alves
Advogada OAB/SP 196.406
Tel: (19) 3385.2854
Cel: (19) 99115.7703
anapaula@mascaroteixeira.adv.br
Rua Mogi Guaçu, 696 – Chácara da Barra
Campinas - SP

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DO TRABALHO DA 12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

PROCESSO nº 0010396-28.2019.5.15.0131
Reclamação Trabalhista

ENGESEL – EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA., pessoa jurídica estabelecida à Rua Manuel Fernandes Dias, nº 126, CEP 13059-210, Jardim Novo Campos Elíseos, nesta cidade e comarca de Campinas/SP, inscrita no CGC/MF sob o nº 45.779.006/0001-47, por sua advogada e bastante procuradora que esta subscreve, conforme procuração anexa, nos autos desta RECLAMAÇÃO TRABALHISTA que lhe move NATALIA GAMA CRUZ, vem, à elevada presença de V. Exa., apresentar sua CONTESTAÇÃO aos termos da inicial, para o que passa a expor e ao final requer:

I - DA INICIAL

Alega a Reclamante que foi contratada em 02/01/2018 para exercer a função de auxiliar de vendas, mediante o salário de R$ 1440,00.

Que recebia prêmios extra holerites no importe de R$ 1088,35.

Alega que também prestava serviços para a segunda reclamada e requer acúmulo de função por tal razão.

Pleiteia o pagamento de verbas rescisórias, aviso prévio, FGTS, diferenças de comissões dentre outros pedidos

Ocorre que o Reclamante distorce a verdade dos fatos, razão pela qual a presente reclamatória deverá ser julgada TOTALMENTE IMPROCEDENTE pelos fatos e motivos que se passa a expor nesta defesa.

Assinado eletronicamente por: ANA PAULA MASCARO TEIXEIRA ALVES - 27/09/2019 08:07:34 - b003b41
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092708042700500000116610581
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. b003b41 - Pág. 1
Número do documento: 19092708042700500000116610581

MASCARO TEIXEIRA
Assessoria Jurídica

Ana Paula Mascaro Teixeira Alves
Advogada OAB/SP 196.406
Tel: (19) 3385.2854
Cel: (19) 99115.7703
anapaula@mascaroteixeira.adv.br
Rua Mogi Guaçu, 696 – Chácara da Barra
Campinas - SP

II – PRELIMINARMENTE

1- Da Ilegitimidade De Parte Da Ré E Vida Da Silva Equipamentos De Segurança

Pretende a Autora a condenação solidária entre as Rés, sob o argumento de que as empresas fazem parte do mesmo grupo econômico e que até funcionam na mesma sede.

Todavia, a pretensão da Autora não merece acolhida, não havendo que se cogitar em responsabilidade solidária, nem tampouco subsidiária.

Relevante ressaltar, que a responsabilidade solidária não se presume, deriva de lei ou manifestação de vontade das partes contratantes, nos exatos termos descritos no art. 265 do Código Civil.

No presente caso não há previsão legal para a responsabilidade solidária, nem tampouco manifestação de vontade das partes nesse sentido, uma vez que inexiste a ocorrência de grupo econômico e a inexistência de sócios comuns.

Observe-se através do Contrato Social o sócio da E. Vida configurou no contrato social da Reclamada até o ano de 1998, sendo que após se retirou da sociedade, vindo a abrir outra empresa unipessoal em 2007.

Verifica-se que o objeto social das empresas não são o mesmo, uma vez que a primeira reclamada produz equipamentos de segurança, ao passo que a segunda reclamada apenas realiza a comercialização dos produtos, tal como fosse uma representante comercial.

Enfim, o Autor foi contratado por esta reclamada, resultando jamais ter mantido qualquer vínculo de subordinação ou dependência financeira com a Litisconsorte.

A Reclamante jamais prestou serviços para a 2ª Reclamada, que tratava-se de empresa unipessoal.

Assinado eletronicamente por: ANA PAULA MASCARO TEIXEIRA ALVES - 27/09/2019 08:07:34 - b003b41
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092708042700500000116610581
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. b003b41 - Pág. 2
Número do documento: 19092708042700500000116610581

MASCARO TEIXEIRA
Assessoria Jurídica

Ana Paula Mascaro Teixeira Alves
Advogada OAB/SP 196.406
Tel: (19) 3385.2854
Cel: (19) 99115.7703
anapaula@mascaroteixeira.adv.br
Rua Mogi Guaçu, 696 – Chácara da Barra
Campinas - SP

Isto posto, tendo em vista a ausência de base legal, não há que se falar em responsabilidade solidária da segunda reclamada.

Diante do exposto, requer-se a EXCLUSÃO DA LIDE da 2ª Reclamada E Vida da Silva Equipamentos de Segurança, sendo eventual responsabilidade totalmente da Contestante.

2- Da inépcia da inicial – Cerceamento de defesa

A petição inicial possui diversos vícios, o que cerceia o direito de defesa da Reclamada e lhe imputa o risco potencial de prejuízo.

Isso porque, pela análise da inicial, pretende a reclamante:

> Portanto, faz jus a Reclamante a integração dos valores de prêmio em seu salário, repercutindo no cálculo das horas extras, horas "in itinere", intervalo intrajornada, domingos e feriados, adicional noturno, aviso prévio, férias+1/3, 13º salário e FGTS+40%, pelo que se requer seja indenizada a reclamante nas seguintes verbas trabalhistas, pelo que segue:
>
> Diferença salarial do período trabalhado de 02/01/2018 a 27/02/2019, no valor de R$ 15.236,90 (quinze mil, duzentos e trinta e seis reais e noventa centavos);

Ocorre que, além de não haver pedidos relativos a horas *in etinere,* horas extras, intervalo intrajornada, a reclamada não compreendeu de onde decorreu o pedido de diferenças salariais, sendo tal pedido sem causa.

Note-se que a Reclamante alega que recebia prêmio de forma habitual, pretendendo receber a sua integração e depois pretende receber a diferenças salariais decorrentes da verba que não recebeu?

As contradições, vícios e ausência de pedido certo e determinado, cerceiam o pleno exercício do direito de defesa pela Reclamada, já que fica impedida de produzir provas relativas aos fatos obstativos do pleito.

Assinado eletronicamente por: ANA PAULA MASCARO TEIXEIRA ALVES - 27/09/2019 08:07:34 - b003b41
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092708042700500000116610581
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. b003b41 - Pág. 3
Número do documento: 19092708042700500000116610581

MASCARO TEIXEIRA
Assessoria Jurídica

Ana Paula Mascaro Teixeira Alves
Advogada OAB/SP 196.406
Tel: (19) 3385.2854
Cel: (19) 99115.7703
anapaula@mascaroteixeira.adv.br
Rua Mogi Guaçu, 696 – Chácara da Barra
Campinas - SP

Nos termos do art. 330, I, do CPC, são requisitos do pedido, que o mesmo seja **certo e determinado**, não se admitindo pedido implícito, ou seja, aquele reputado formulado, mesmo sem ter sido feito expressamente.

Assim, os pedidos relativos à condenação da Reclamada ao pagamento de reflexos de horas extras, horas in etinere e especialmente o de diferenças salariais devem ser considerados inaptos, nos termos do art. 330, I, §1º, I, do CPC, com a consequente extinção do processo sem resolução do mérito na forma do art. 485, I c/c art. 354 do CPC.

Assim, deve ser declarado inepto, por ausência de fundamentação lógica, o pedido de diferenças salariais.

III - DO MÉRITO

1- Da Remuneração

Alega a reclamante que recebia a importância R$ 1440,0,00 de salário fixo e mais comissões, de forma habitual de R$ 1088,00.

Ocorre que isso não é verdade.

Para fundamentar as suas alegações, junta os extratos bancários que demonstram vários depósitos diversos.

A Reclamada não impugna que efetuava o pagamento de salários de forma parcelada e que em alguns meses, não foi possível o depósito em sua totalidade, efetuando depósitos complementares no mês subsequente.

Ocorre, que de acordo com os extratos juntados pela reclamante, mês a mês, verifica-se o cumprimento integral dos salários, sendo que nos meses que não foram integralmente depositados, foram complementados nos meses subsequentes de forma que foi integralmente quitada a obrigação quanto aos pagamentos de salário.

Assinado eletronicamente por: ANA PAULA MASCARO TEIXEIRA ALVES - 27/09/2019 08:07:34 - b003b41
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092708042700500000116610581
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. b003b41 - Pág. 4
Número do documento: 19092708042700500000116610581

MASCARO TEIXEIRA
Assessoria Jurídica

Ana Paula Mascaro Teixeira Alves
Advogada OAB/SP 196.406
Tel: (19) 3385.2854
Cel: (19) 99115.7703
anapaula@mascaroteixeira.adv.br
Rua Mogi Guaçu, 696 – Chácara da Barra
Campinas - SP

Assim, a reclamada impugna a alegação de salário por fora, bem como a alegação de que a Reclamante recebia prêmios no importe de R$ 1088,00 em média.

Vale esclarecer que a reclamante junta arquivo com seus extratos bancários demonstrando vários depósitos, inclusive apontando depósitos repetidos , o que pode gerar confusão ou prejuízos para a reclamada.

Caso apurado mês a mês, os depósitos não totalizam a importância de R$ 1088,00 além do salário contratual, como pretende fazer parecer

Além do mais, a reclamante alega que recebia prêmios de forma habitual, mas alega que não recebeu prêmios nos meses de dezembro de 2018 e janeiro de 2019, mas não comprova em momento algum a existência de metas, que as atingiu e muito menos o compromisso de pagamento da reclamada.

Assim, fica impugnado o pedido de diferenças salariais e da sua consequente integração em aviso prévio, 13º salário, férias mais 1/3.

A Reclamante não faz jus ao recebimento do aviso prévio eis que pediu demissão e optou pelo não cumprimento.

Também não faz jus a multa de 40% do FGTS em decorrência do pedido de demissão.

2- Das férias não recebidas

Inobstante a reclamante ter usufruído suas férias, a reclamada deixou de efetuar o pagamento em época própria, mas computou a remuneração das férias no TRCT, conforme arquivo que segue anexo.

3- Das verbas rescisórias

De acordo com o TRCT que segue anexo, a reclamada computou o pagamento de verbas rescisórias devidas à reclamante, inclusive as férias que não foram pagas.

Assinado eletronicamente por: ANA PAULA MASCARO TEIXEIRA ALVES - 27/09/2019 08:07:34 - b003b41
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092708042700500000116610581
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. b003b41 - Pág. 5
Número do documento: 19092708042700500000116610581

MASCARO TEIXEIRA
Assessoria Jurídica

Ana Paula Mascaro Teixeira Alves
Advogada OAB/SP 196.406
Tel: (19) 3385.2854
Cel: (19) 99115.7703
anapaula@mascaroteixeira.adv.br
Rua Mogi Guaçu, 696 – Chácara da Barra
Campinas - SP

Note que o valor líquido da rescisão é de R$ 627,38, sendo que, neste ato, a reclamada comprova o pagamento de R$ 427,38, pagos à título de verbas rescisórias (pagamento em 01/03 e 22/03), havendo o saldo de R$ 200,00 a título de verbas rescisórias.

4- Do FGTS do período trabalhado

Por absoluta lealdade processual, a reclamada confessa que não efetuou o pagamento do FGTS na conta vinculada da reclamante.

Mas fica impugnado o seu levantamento em decorrência do pedido de demissão.

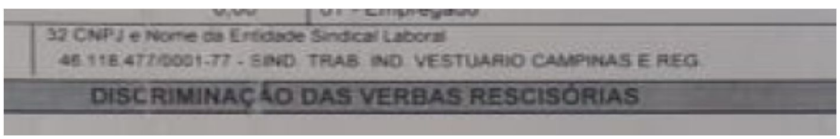
5- Das Infrações a Convenção Coletiva de Trabalho

Pretende a Reclamante o deferimento dos pedidos que foram baseados em norma coletiva, tais como, participação nos lucros e resultados e multas normativas.

Ocorre que a reclamada impugna os pedidos eis que não podem ser deferidos ao reclamante as vantagens financeiras previstas em CCT, quando não houver acordo entre o sindicato patronal da Reclamada com o sindicato de uma determinada categoria.

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Campinas e região e o que representa a categoria predominante da Reclamada é o sindicato das Empresas de Vestuários de Campinas

A atividade preponderante da reclamada é a convenção de roupas de seguranças e uniformes profissionais, sendo que o sindicato que representa a categoria profissional é o sindicato constante no campo 32 do TRCT juntado pela reclamante, qual seja:



Assinado eletronicamente por: ANA PAULA MASCARO TEIXEIRA ALVES - 27/09/2019 08:07:34 - b003b41
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092708042700500000116610581
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. b003b41 - Pág. 6
Número do documento: 19092708042700500000116610581

MASCARO TEIXEIRA
Assessoria Jurídica

Ana Paula Mascaro Teixeira Alves
Advogada OAB/SP 196.406
Tel: (19) 3385.2854
Cel: (19) 99115.7703
anapaula@mascaroteixeira.adv.br
Rua Mogi Guaçu, 696 – Chácara da Barra
Campinas - SP

Note que a CCT juntada pelo reclamante nos autos foi firmada exclusivamente pelos seguintes sindicatos:

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2018-2019

Entre as partes abaixo assinadas, de um lado, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Luvas, Bolsas e Peles de Resguardo e de Material de Segurança e Proteção ao Trabalho de São Paulo (CNPJ 52.042.082/0001-30), e, de outro lado, o

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS E AFINS DE DOIS CORREGOS E REGIÃO (cnpj 01.747.795/0001-69), e

Sindicato da Indústria de Material de Segurança e Proteção ao Trabalho no Estado de São Paulo (cnpj 48.073.746/0001-51),

Assim, restam impugnados os pedidos fundamentados na CCT juntada aos autos, qual seja, multa normativa, multa pelo atraso das férias e Participação nos lucros e resultados.

6- Das multas dos artigos 467 e 477 da CLT

Caso rescindido o contrato de trabalho por culpa da empregadora, o que se admite apenas por amor ao debate, os direitos da reclamante em receber as verbas rescisórias decorrentes da rescisão indireta do contrato de trabalho serão resultantes de comando sentencial, razão pela qual inaplicável o artigo 477 da CLT.

Assim, inexistem verbas incontroversas a serem pagas em primeira audiência, razão pela qual inaplicável o artigo 467 da CLT.

7- Do Dano Moral

Assinado eletronicamente por: ANA PAULA MASCARO TEIXEIRA ALVES - 27/09/2019 08:07:34 - b003b41
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092708042700500000116610581
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. b003b41 - Pág. 7
Número do documento: 19092708042700500000116610581

MASCARO TEIXEIRA
Assessoria Jurídica

Ana Paula Mascaro Teixeira Alves
Advogada OAB/SP 196.406
Tel: (19) 3385.2854
Cel: (19) 99115.7703
anapaula@mascaroteixeira.adv.br
Rua Mogi Guaçu, 696 – Chácara da Barra
Campinas - SP

Pretende a reclamante o ressarcimento por danos morais em decorrência de não ter seus direitos trabalhistas respeitados.

A Reclamada impugna todos os fatos alegados e que em tese ensejariam pedido de dano moral

A configuração do dano moral fica condicionada a 03 requisitos, que devem ser observados de forma cumulativa. Quais sejam: dano, nexo causal (ação do empregador), culpa do empregador.

A Reclamante recebeu seu salário em duas parcelas, dentro do mesmo mês e se tivesse trabalhando, não teria recebido o FGTS, eis que o seu recebimento fica vinculado a regras específicas.

A reclamante deixou de apresentar o requisito "dano", ou seja, em nenhum momento definiu se experimentou dano moral, qual foi este dano e qual sua intensidade, tornando o pedido improcedente.

Este é o entendimento abstraído da ilustre obra "Curso de Direito do Trabalho"1, do notável magistrado Mauricio Godinho Delgado, senão vejamos:

"(...). Há requisitos essenciais para a responsabilização empresarial. Sem a conjugação unitária de tais requisitos, não há que se falar em responsabilidade do empregador por qualquer das indenizações acima referidas.

Tais requisitos, em princípio, são: dano; nexo causal; culpa empresarial. (...)

No tocante ao dano alegado, é necessária a evidenciação de sua existência. Ainda que se saiba não ser essa evidência necessariamente material, ela tem de ser aferida, no caso concreto, com consistente segurança.(...)

Já no dano moral, no sentido estrito, no dano estético e em certas situações de dano à imagem torna-se mais subjetiva a aferição de dano e, desse modo, sua própria evidenciação processual. De todo modo, essa evidência tem de emergir do processo, sob pena de faltar um requisito essencial à incidência da indenização viabilizada pela ordem jurídica."

Assinado eletronicamente por: ANA PAULA MASCARO TEIXEIRA ALVES - 27/09/2019 08:07:34 - b003b41
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092708042700500000116610581
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. b003b41 - Pág. 8
Número do documento: 19092708042700500000116610581

MASCARO TEIXEIRA
Assessoria Jurídica

Ana Paula Mascaro Teixeira Alves
Advogada OAB/SP 196.406
Tel: (19) 3385.2854
Cel: (19) 99115.7703
anapaula@mascaroteixeira.adv.br
Rua Mogi Guaçu, 696 – Chácara da Barra
Campinas - SP

Desta forma, improcedente o pedido referente da condenação da reclamada por danos morais em decorrência do alegado descumprimento contratual.

Também fica impugnada a alegação da reclamante quanto ao assédio moral praticado por seu superior.

A Reclamante jamais foi exposta ao tratamento hostil e desrespeitoso por nenhum funcionário da Reclamada, sendo que jamais foi alegado que a reclamante possuía dois filhos e que cada um era de um pai.

Resta impugnada tal alegação e portanto a condenação da reclamada em decorrência do alegado assédio moral.

8- Do Valor dos pedidos de indenização por Danos Morais

Impugna-se o pedido no tocante ao valor certo e determinado que a reclamante impõe para condenação por dano moral.

Bem sabemos, não existe critério de tarifamento na lei que pudesse levar ao direito apontado pela reclamante, o que demonstra sua perspectiva de enriquecimento ilícito, violando, mais uma vez, a dignidade da justiça.

Em processo que envolve dano moral, sua condenação leva a um arbitramento monetário que depende de um juízo de equidade do Magistrado, segundo suas máximas qualidades de julgador, quais sejam: sensatez, equanimidade, isenção e imparcialidade.

No mais, o julgador pode orientar-se pelo velho critério da reparação de acordo à condição cultural e financeira da apontada vítima com a possibilidade de reparação do agressor, sem que causasse enriquecimento ilícito a uma parte e despesa desproporcional à outra.

O valor sugerido pela Reclamante a título de reparação pelos danos que alega ter sofrido se encontra muito além dos limites da razoabilidade,

Assinado eletronicamente por: ANA PAULA MASCARO TEIXEIRA ALVES - 27/09/2019 08:07:34 - b003b41
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092708042700500000116610581
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. b003b41 - Pág. 9
Número do documento: 19092708042700500000116610581

MASCARO TEIXEIRA
Assessoria Jurídica

Ana Paula Mascaro Teixeira Alves
Advogada OAB/SP 196.406
Tel: (19) 3385.2854
Cel: (19) 99115.7703
anapaula@mascaroteixeira.adv.br
Rua Mogi Guaçu, 696 – Chácara da Barra
Campinas - SP

razão pela qual impugna-se tais valores sugeridos pela Reclamante a título de reparação do dano moral.

Sequer há prejuízo tangível, sendo que as alegações da Reclamante dão conta de possível dano que possa ter ocorrido.

Assim, resta indevido o pagamento de danos morais, eis que a Reclamada jamais contribuiu com tal fato.

Neste sentido:

DANO MORAL – AUSÊNCIA DE PROVA – Para o deferimento de indenização por dano moral, deve o fato lesivo estar cabalmente comprovado nos autos, sem que reste dúvida quanto a sua ocorrência e ao prejuízo causado ao patrimônio moral do empregado. (TRT 12ª R. – RO-V 8474/2001 – (051712) – Florianópolis – 2ª T. – Red. p/o Ac. Juiz Dilnei Ângelo Biléssimo – J. 10.05.2002)

INDENIZAÇÃO – DANO MORAL – AUSÊNCIA DOS ELEMENTOS AUTORIZADORES – INDEVIDA – O art. 159 do CC consagra a regra de que todo aquele que causa dano a outrem é obrigado a repará-lo. Atento ao que dispõe o mencionado dispositivo legal, constata-se que quatro são os pressupostos da responsabilidade civil, quais sejam: ação ou omissão, culpa ou dolo, relação de causalidade e o dano experimentado pela vítima. Nesse passo, ausentes esses pressupostos, não há espaço para o indigitado dano moral. (TRT 15ª R. – Proc. 37887/01 – (6019/02) – 2ª T. – Rel. Juiz Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva – DOESP 20.06.2002 – p. 15)

Vale ressaltar que o ônus da prova cabe à Reclamante, diante da impugnação da Reclamada.

9- <u>Indenização para reparação de danos em decorrência de honorários advocatícios</u>

Assinado eletronicamente por: ANA PAULA MASCARO TEIXEIRA ALVES - 27/09/2019 08:07:34 - b003b41
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092708042700500000116610581
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. b003b41 - Pág. 10
Número do documento: 19092708042700500000116610581

MASCARO TEIXEIRA
Assessoria Jurídica

Ana Paula Mascaro Teixeira Alves
Advogada OAB/SP 196.406
Tel: (19) 3385.2854
Cel: (19) 99115.7703
anapaula@mascaroteixeira.adv.br
Rua Mogi Guaçu, 696 – Chácara da Barra
Campinas - SP

Impugnado o pedido.

A Reclamante não faz o pedido de recebimento de honorários advocatícios com base no artigo 791-A da CLT, mas pretende a reparação de danos pela contratação de advogado particular.

Não cabe condenação em honorários advocatícios nesta ação eis que a Reclamante não está assistida pelo Sindicato de Classe e não estando presente os requisitos da Lei nº 5584/70.

No presente caso, optando o Reclamante em contratar advogado particular e não o Sindicato da categoria profissional, não há que se falar em pagamento de indenização para custear os honorários advocatícios.

9-Compensação

"Ad cautelam", advindo condenação ao pagamento de quaisquer das verbas pleiteadas, o que se admite apenas por argumentar, requer-se a compensação de todos os valores comprovadamente pagos a qualquer título, durante o período laborativo conforme o artigo 767 da CLT.

10 - Dos cálculos apresentados pela Reclamante

A Reclamante em momento algum aponta como chegou aos valores declinados na inicial, o que impossibilita a impugnação dos mesmos.

A Reclamante não informa qual foi a base de cálculo utilizada na apuração das horas extras, qual o divisor, valor da hora unitária, acréscimos legais, o que torna impossível a impugnação numérica.

Restam impugnados os valores lançados pela Reclamante.

Reclamada não concorda com a jornada de trabalho alegada elo reclamante, razão pela qual impugna-se o pedido como um todo.

Assinado eletronicamente por: ANA PAULA MASCARO TEIXEIRA ALVES - 27/09/2019 08:07:34 - b003b41
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092708042700500000116610581
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. b003b41 - Pág. 11
Número do documento: 19092708042700500000116610581

MASCARO TEIXEIRA
Assessoria Jurídica

Ana Paula Mascaro Teixeira Alves
Advogada OAB/SP 196.406
Tel: (19) 3385.2854
Cel: (19) 99115.7703
anapaula@mascaroteixeira.adv.br
Rua Mogi Guaçu, 696 – Chácara da Barra
Campinas - SP

Assim, requer a apuração dos valores devidos em fase de liquidação de sentença, devendo ser oportunizado para a reclamada a apresentação dos cálculos que entende devidos.

11 - Dos Honorários Sucumbenciais

Nos termos do artigo:

Art. 791-A. [reforma trabalhista 2017] Novo artigo, vigência em 11/11/2017:
Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 13.7.2017)

Assim, caso o reclamante seja sucumbente nos objetos da ação, requer sejam arbitrados os honorários sucumbenciais em favo da patrona da Reclamada.

V - CONCLUSÃO

Indevidos juros e correção monetária, eis que são pleitos acessórios aos pedidos principais que hão se ser julgados improcedente, culminando também na improcedência destes.

Não cabe expedição de qualquer ofício, pois os pedidos são todos improcedentes, não tendo incorrido a reclamada em qualquer violação da lei.

Requer que, eventual condenação tenha seu valor compensado ou deduzido sobre os montantes comprovadamente pagos.

Resta impugnado o pedido de inversão do ônus da prova eis que o ônus é de quem alega, restando impossível a produção de prova negativa.

Assinado eletronicamente por: ANA PAULA MASCARO TEIXEIRA ALVES - 27/09/2019 08:07:34 - b003b41
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092708042700500000116610581
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. b003b41 - Pág. 12
Número do documento: 19092708042700500000116610581

MASCARO TEIXEIRA
Assessoria Jurídica

Ana Paula Mascaro Teixeira Alves
Advogada OAB/SP 196.406
Tel: (19) 3385.2854
Cel: (19) 99115.7703
anapaula@mascaroteixeira.adv.br
Rua Mogi Guaçu, 696 – Chácara da Barra
Campinas - SP

Ante o exposto, protestando melhor provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, principalmente pelo depoimento pessoal da reclamante, sob pena de confissão, oitiva de testemunhas, juntada de documentos e outras que se façam necessárias.

Nestes termos,
P. deferimento.
Campinas, 27 de setembro de 2019.

ANA PAULA MASCARO TEIXEIRA ALVES
OAB/SP nº 196.406

Assinado eletronicamente por: ANA PAULA MASCARO TEIXEIRA ALVES - 27/09/2019 08:07:34 - b003b41
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092708042700500000116610581
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. b003b41 - Pág. 13
Número do documento: 19092708042700500000116610581

CONTRATO DE TRABALHO A TÍTULO DE EXPERIÊNCIA

Entre a empresa ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA * * * * * * * * * * , com sede em CAMPINAS * a rua R MANOEL FERNANDES DIAS, 126 * * * * * * * * * * * * * CNPJ/CEI 45.779.006/0001-47** , doravante designada EMPREGADORA e NATALIA GAMA CRUZ * portador(a) da Carteira Profissional nr. 00867 Série 00282 a seguir chamado apenas EMPREGADO, e celebrado o presente CONTRATO DE EXPERIÊNCIA, que terá vigência a partir de **02 de Janeiro de 2018,** inicio prestação de serviços, de acordo com as condições a seguir especificadas:

1. Fica o EMPREGADO admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA para exercer as funções de AUX DE VENDAS * * * * * * * * * * * * mediante a remuneração de R$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais) * por Mes . A circunstância, porém, de ser o cargo especificado não importa na transferibilidade do EMPREGADO para outro serviço, no qual demonstre melhor capacidade de adaptação desde que compatível com sua condição pessoal.

2. O horário a ser obedecido será o seguinte: Diário SEGUNDA À SEXTA
Refeição 11:30 ÀS 12:30
07:30 ÀS 17:30

3. Faculta-se também o EMPREGADO a prestar serviços em horas extraordinárias, sempre que lhe for determinado pela EMPREGADORA, na forma prevista em lei. Na hipótese desta faculdade pela EMPREGADORA, o EMPREGADO receberá as horas extraordinárias com o acréscimo legal, salvo a ocorrência de compensação com a consequente redução da jornada em outro dia.

4. Aceita o EMPREGADO, expressamente, a condição de prestar serviço em qualquer dos turnos de trabalho, isto é, tanto durante o dia como a noite, desde que sem simultaneidade, observadas as prescrições legais reguladoras do assunto, quanto a remuneração.

5. Fica ajustado nos termos do que dispõe o § 1. do artigo 469, da Consolidação das Leis do Trabalho, que o EMPREGADO acatará ordem emanada da EMPREGADORA para a prestação de serviços tanto na localidade de celebração do Contrato de Trabalho como qualquer outra cidade, capital ou vila do Território Nacional, quer essa transferência seja transitória, quer seja definitiva.

6. No ato da assinatura deste contrato o EMPREGADO recebe o Regulamento Interno da Empresa, cujas cláusulas fazem parte do Contrato de Trabalho, e a violação de qualquer delas implicará em sanção, cuja graduação dependerá da mesma, culminando com a rescisão de Contrato.

7. Em caso de dano causado pelo EMPREGADO,fica a EMPREGADORA,autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo,o qual fará, com fundamento no §1o. do artigo 462 da Consolidação das Leis do Trabalho, já que essa possibilidade fica expressamente prevista em Contrato.

8. O presente contrato, vigerá durante 30 dias, sendo celebrado para as partes verificarem reciprocamente, a conveniência ou não de se vincularem em caráter definitivo a um Contrato de Trabalho. A empresa passando a conhecer as aptidões do EMPREGADO e suas qualidades pessoais e morais, o EMPREGADO verificando se o ambiente e os métodos de trabalho atendem à sua conveniência.

9. Opera-se a rescisão do presente contrato pela decorrência do prazo supra ou por vontade de uma das partes, rescindindo-se pela EMPREGADORA com justa causa, nenhuma indenização é devida, rescindindo-se sem justa causa, por parte da empregadora ou do empregado, antes do término do contrato, implicará em indenização de 50% dos salários devidos até o final, (metade do tempo combinado restante), conforme art. 479 e 480 da C.L.T., sem prejuízo do disposto no Reg. do FGTS. Nenhum aviso-prévio é devido pela rescisão do presente Contrato.

10. Na hipótese deste ajuste transformar-se em Contrato por Prazo Indeterminado, pelo decurso do tempo, continuarão em plena vigência as cláusulas de 1 (um) a 7 (sete), enquanto durarem as relações do EMPREGADO com a EMPREGADORA.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Experiência em duas vias, ficando a primeira em poder da EMPREGADORA e a segunda com o EMPREGADO, que dela dará o competente recibo.

CAMPINAS/SP, 02 de Janeiro de 2018

Natália Gama Cruz

Testemunha — **Empregado ou resp. qdo. menor**

Testemunha — **Empregador**

ENGESEL equipamentos de segurança ltda.

Termo de Prorrogação

Por mútuo acordo entre as partes, fica o presente Contrato de Experiência, que deveria vencer em 31 de Janeiro de 2018 , fica prorrogado até: 02 de Março de 2018

CAMPINAS/SP, 31 de Janeiro de 2018

Natália Gama Cruz

Testemunha — **Empregado ou resp. qdo. menor**

Testemunha — **Empregador**

ENGESEL equipamentos de segurança ltda. Via

ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA

FOLHAMATIC

0001 - ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA
R MANOEL FERNANDES DIAS, 126 - CAMPINAS
45.779.006/0001-47

Demonstrativo de Pagamento de Salário
MARCO/2018
Data do Crédito: 06/04/2018

Código - Nome do Funcionário
000866 - NATALIA GAMA CRUZ

C.B.O.	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	Fl.
4110-05			0003			1

Cod.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALARIO	30,0000	1.400,00	
1480	ARREDONDAMENTO ATUAL	2,0000	0,16	
5660	ARREDONDAMENTO ANTERIOR			0,16
9860	I N S S	8,0000		112,00

R.G.: 28.662.854-X
T.P.: MENSALISTA

Total de Vencimentos: 1.400,16
Total de Descontos: 112,16
TOTAL LÍQUIDO: 1.288,00

BCO: 237 - AG: 0605 - C/C: 0106659-5-CARGO: AUX DE VENDAS

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Calc. IRRF	Faixa IRRF
1.400,00	1.400,00	1.400,00	112,00	1.288,00	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

06/04/18 — DATA

Natalia Gama — ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA

FOLHAMATIC

0001 - ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA
R MANOEL FERNANDES DIAS, 126 - CAMPINAS
45.779.006/0001-47

Recibo de Pagamento de Salário
FEVEREIRO/2018
Data do Crédito: 07/03/2018

Código - Nome do Funcionário
000866 - NATALIA GAMA CRUZ

C.B.O.	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	Fl.
4110-05			0003			1

Cod.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	30,0000	1.400,00	
0003	COMPL. SALÁRIO		46,67	
1480	ARREDONDAMENTO ATUAL	2,0000	0,16	
5660	ARREDONDAMENTO ANTERIOR			0,10
5780	VALE TRANSPORTE	6,0000		84,00
9860	I.N.S.S.	8,0000		115,73

Falta R$ 84,00

R.G.: 6.662.854-X
T.P.: I ENSALISTA

Total de Vencimentos: 1.446,83
Total de Descontos: 199,83
TOTAL LÍQUIDO: 1.247,00

BCO.: 237 - AG.: 0605- - C/C: 0106659-5-CARGO: AUX DE VENDAS

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.400,00	1.446,67	1.446,67	115,73	1.330,94	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LIQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

02/04/18 — DATA

Natalia Gama — ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

Assinado eletronicamente por: ANA PAULA MASCARO TEIXEIRA ALVES - 27/09/2019 08:07:34 - 2b61b35
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092708052441200000116610609
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. 2b61b35 - Pág. 1
Número do documento: 19092708052441200000116610609

FOLHAMATIC

ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA

0001 - ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA...
R MANOEL FERNANDES DIAS, 126 - CAMPINAS
45.779.006/0001-47

Demonstrativo de Pagamento de Salário
MAIO/2018
Data do Crédito: 07/06/2018

Código - Nome do Funcionário
000866 - NATALIA GAMA CRUZ

C.B.O.	Emp. Local	Depto.	Setor	Seção	Fl.
4110-05		0003			1

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	30,0000	1.400,00	
1480	ARREDONDAMENTO ATUAL	2,0000	0,23	
5660	ARREDONDAMENTO ANTERIOR			0,23
5780	VALE TRANSPORTE	6,0000		84,00
9860	I.N.S.S.	8,0000		112,00

R.G. 28.662.854-X
T.P.: MENSALISTA

BCO.: 237 - AG.: 0605- - C/C: 0106659-5-CARGO: AUX DE VENDAS

Total de Vencimentos	Total de Descontos
1.400,23	196,23
TOTAL LÍQUIDO	1.204,00

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Calc. IRRF	Faixa IRRF
1.400,00	1.400,00	1.400,00	112,00	1.288,00	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

25/06/18 — DATA

Natália Gama — ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

FOLHAMATIC

0001 - ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA...
R MANOEL FERNANDES DIAS, 126 - CAMPINAS
45.779.006/0001-47

Recibo de Pagamento de Salário
ABRIL/2018
Data do Crédito: 07/05/2018

Código - Nome do Funcionário
000866 - NATALIA GAMA CRUZ

C.B.O.	Emp. Local	Depto.	Setor	Seção	Fl.
4110-05		0003			1

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	30,0000	1.400,00	
1480	ARREDONDAMENTO ATUAL	2,0000	0,23	
5660	ARREDONDAMENTO ANTERIOR			0,16
5850	ATRASOS (HS)	1,3800		8,78
9860	I.N.S.S.	8,0000		111,29

R.G. 28.662.854-X
T.P.: MENSALISTA

BCO.: 237 - AG.: 0605- - C/C: 0106659-5-CARGO: AUX DE VENDAS

Total de Vencimentos	Total de Descontos
1.400,23	120,23
TOTAL LÍQUIDO	1.280,00

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Calc. IRRF	Faixa IRRF
1.400,00	1.391,22	1.391,22	111,29	1.279,93	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

16/5/18. — DATA

Natália Gama — ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA

FOLHAMATIC

0001 - ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA...
R MANOEL FERNANDES DIAS, 126 - CAMPINAS
45.779.006/0001-47

Recibo de Pagamento de Salário
JANEIRO/2018
Data do Crédito: 07/02/2018

Código - Nome do Funcionário
000866 - NATALIA GAMA CRUZ

C.B.O.	Emp. Local	Depto.	Setor	Seção	Fl.
4110-05		0003			1

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	29,0000	1.256,67	
1480	ARREDONDAMENTO ATUAL	2,0000	0,10	
5004	VALES			64,80
5660	ARREDONDAMENTO ANTERIOR			0,04
5780	VALE TRANSPORTE	6,0000		75,40
9860	I.N.S.S.	8,0000		100,53

R.G.: 28.662.854-X
T.P.: MENSALISTA

BCO.: 237 - AG.: 0605- - C/C: 0106659-5-CARGO: AUX DE VENDAS

Total de Vencimentos	Total de Descontos
1.256,77	240,77
TOTAL LÍQUIDO	1.016,00

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.300,00	1.256,67	1.256,67	100,53	1.156,14	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

8 / 3 / 18
DATA

Natália Gama
ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

Assinado eletronicamente por: ANA PAULA MASCARO TEIXEIRA ALVES - 27/09/2019 08:07:34 - 2b61b35
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092708052441200000116610609
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 19092708052441200000116610609
ID. 2b61b35 - Pág. 3

ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA

FOLHAMATIC

0001 - ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA
R MANOEL FERNANDES DIAS, 126 - CAMPINAS
45.779.006/0001-47

Recibo de Pagamento de Salário
DEZEMBRO/2018
Data do Crédito: 07/01/2019

Código - Nome do Funcionário
000866 - NATALIA GAMA CRUZ

C.B.O.	Emp.	Local	Depto	Setor	Seção	Fl.
4110-05			0003			1

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	24,0000	1.152,00	
1180	FÉRIAS GOZADAS /RECEBIDAS	6,0000	288,00	
1440	1/3 FÉRIAS RECEBIDAS		96,00	
1480	ARREDONDAMENTO ATUAL	2,0000	0,56	
5600	DESC. DE FÉRIAS RECEBIDAS			352,55
5850	ATRASOS (HS)	23,1900		151,79
9850	INSS S/FÉRIAS	6,0000		31,45
9860	I.N.S.S.	8,0000		76,77

R.G. 28.663.854-X
T.P. MENSALISTA

BCO. 237 - AG. 0605- - C/C. 0106659-5 CARGO: AUX DE VENDAS

Total de Vencimentos	Total de Descontos
1.536,56	612,56
TOTAL LÍQUIDO	924,00

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.440,00	1.352,76	1.352,76	108,22	923,44	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

31 / 12 / 2018 — DATA

Natália Gama — ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA

FOLHAMATIC

0001 - ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA...
R MANOEL FERNANDES DIAS, 126 - CAMPINAS
45.779.006/0001-47

Recibo de Pagamento de Salário
OUTUBRO/2018
Data do Crédito: 07/11/2018

Código - Nome do Funcionário
000866 - NATALIA GAMA CRUZ

C.B.O.	Emp.	Local	Depto	Setor	Seção	Fl.
4110-05			0003			1

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	30,0000	1.440,00	
1480	ARREDONDAMENTO ATUAL	2,0000	0,04	
5660	ARREDONDAMENTO ANTERIOR			0,73
5850	ATRASOS (HS)	6,3300		41,43
9860	I.N.S.S.	8,0000		111,88

R.G. 28.862.854-X
T.P. MENSALISTA

BCO. 237 - AG. 0605- - C/C. 0106659-5 CARGO: AUX DE VENDAS

Total de Vencimentos	Total de Descontos
1.440,04	154,04
TOTAL LÍQUIDO	1.286,00

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.440,00	1.398,57	1.398,57	111,88	1.286,69	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

14 / 11 / 18 — DATA

Natália Gama — ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA

FOLHAMATIC

0001 - ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA...
R MANOEL FERNANDES DIAS, 126 - CAMPINAS
45.779.006/0001-47

Demonstrativo de Pagamento de Salário
JULHO/2018
Data do Crédito: 14/08/2018

Código - Nome do Funcionário
000866 - NATALIA GAMA CRUZ

C.B.O.	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	Fl.
4110-05			0003			1

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	30,0000	1.400,00	
1480	ARREDONDAMENTO ATUAL	2,0000	0,23	
5004	VALES			30,00
5660	ARREDONDAMENTO ANTERIOR			0,23
9860	I.N.S.S.	8,0000		112,00

R.G.: 28.662.854-X
T.P.: MENSALISTA

BCO.: 237 - AG.: 0605- - C/C: 0106659-5-CARGO: AUX DE VENDAS

Total de Vencimentos	Total de Descontos
1.400,23	142,23
TOTAL LÍQUIDO	1.258,00

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.400,00	1.400,00	1.400,00	112,00	1.288,00	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

14/8/18
DATA

Natália Gama.
ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA

FOLHAMATIC

0001 - ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA...
R MANOEL FERNANDES DIAS, 126 - CAMPINAS
45.779.006/0001-47

Recibo de Pagamento de Salário
JUNHO/2018
Data do Crédito: 06/07/2018

Código - Nome do Funcionário
000866 - NATALIA GAMA CRUZ

C.B.O.	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	Fl.
4110-05			0003			1

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	30,0000	1.400,00	
1480	ARREDONDAMENTO ATUAL	2,0000	0,23	
5004	VALES			10,00
5660	ARREDONDAMENTO ANTERIOR			0,23
9860	I.N.S.S.	8,0000		112,00

R.G.: 28.662.854-X
T.P.: MENSALISTA

O.: 237 - AG.: 0605- - C/C: 0106659-5-CARGO: AUX DE VENDAS

Total de Vencimentos	Total de Descontos
1.400,23	122,23
TOTAL LÍQUIDO	1.278,00

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.400,00	1.400,00	1.400,00	112,00	1.288,00	0,00

LARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

31/07/18
DATA

Natália Gama
ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

Assinado eletronicamente por: ANA PAULA MASCARO TEIXEIRA ALVES - 27/09/2019 08:07:34 - 2b61b35
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092708052441200000116610609
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. 2b61b35 - Pág. 5
Número do documento: 19092708052441200000116610609

ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA

FOLHAMATIC

0001 - ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA...
R MANOEL FERNANDES DIAS, 126 - CAMPINAS
45.779.006/0001-47

Demonstrativo de Pagamento de Salário
SETEMBRO/2018
Data do Crédito: 05/10/2018

Código - Nome do Funcionário
000866 - NATALIA GAMA CRUZ

C.B.O. 4110-05 | 0003// | Fl. 1

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	30,0000	1.440,00	
1480	ARREDONDAMENTO ATUAL	2,0000	0,73	
5650	FALTAS (DIAS)	2,0000		96,00
5660	ARREDONDAMENTO ANTERIOR			0,53
5850	ATRASOS (HS)	4,5800		29,96
9860	I.N.S.S.	8,0000		105,12

R.G.: 28.662.854-X
T.P.: MENSALISTA

BCO.: 237 - AG.: 0605- - C/C: 0106659-5-CARGO: AUX DE VENDAS

Total de Vencimentos	Total de Descontos
1.440,73	231,73
TOTAL LÍQUIDO	1.209,00

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Calc. IRRF	Faixa IRRF
1.440,00	1.314,02	1.314,02	105,12	1.208,90	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

__/__/__ (DATA) Natalia Gama (ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO)

ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA

FOLHAMATIC

0001 - ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA...
R MANOEL FERNANDES DIAS, 126 - CAMPINAS
45.779.006/0001-47

Recibo de Pagamento de Salário
AGOSTO/2018
Data do Crédito: 05/09/2018

Código - Nome do Funcionário
000866 - NATALIA GAMA CRUZ

C.B.O. 4110-05 | Emp. | Local | Depto. 0003 | Setor | Seção | Fl. 1

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	30,0000	1.440,00	
1480	ARREDONDAMENTO ATUAL	2,0000	0,63	
5004	VALES			30,00
5660	ARREDONDAMENTO ANTERIOR			0,83
9860	I.N.S.S.	8,0000		112,80

R.G.: 28.662.854-X
T.P.: MENSALISTA

: 237 - AG.: 0605- - C/C: 0106659-5-CARGO: AUX DE VENDAS

Total de Vencimentos	Total de Descontos
1.440,63	143,63
TOTAL LÍQUIDO	1.297,00

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Calc. IRRF	Faixa IRRF
1.440,00	1.410,00	1.410,00	112,80	1.297,20	0,00

ARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

06/09/2018 (DATA) Natalia Gama (ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO)

Assinado eletronicamente por: ANA PAULA MASCARO TEIXEIRA ALVES - 27/09/2019 08:07:34 - 2b61b35
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092708052441200000116610609
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. 2b61b35 - Pág. 6
Número do documento: 19092708052441200000116610609

ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA

0001 - ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA
R MANOEL FERNANDES DIAS, 126 - CAMPINAS
45.779.006/0001-47

FOLHAMATIC

Recibo de Pagamento de 13º Salário
NOVEMBRO/2018
Data do Crédito: 05/12/2018

Código - Nome do Funcionário
000866 - NATALIA GAMA CRUZ

C.B.O.	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	Fl.
4110-05			0003			1

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
1260	ADTO 13º SALÁRIO	12,0000	720,00	

R.G. 28.662.854-X
T.P. MENSALISTA

BCO. 237 - AG. 0605- - C/C. 0106659-5-CARGO: AUX DE VENDAS

Total de Vencimentos	Total de Descontos
720,00	0,00
TOTAL LÍQUIDO	720,00

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Calc. IRRF	Faixa IRRF
1.440,00	0,00	720,00	57,60	0,00	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

30/11/2018 — DATA

Natália — ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA

FOLHAMATIC

0001 - ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA
R MANOEL FERNANDES DIAS, 126 - CAMPINAS
45.779.006/0001-47

Recibo de Pagamento de 13º Salário
DEZEMBRO/2018
Data do Crédito: 20/12/2018

Código - Nome do Funcionário
000866 - NATALIA GAMA CRUZ

C.B.O.	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	Fl.
4110-05			0003			1

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
1270	13º SALÁRIO	12,0000	1.440,00	
1480	ARREDONDAMENTO ATUAL		0,20	
5620	DESC. ADIANT. 13º SALÁRIO			720,00
9860	I.N.S.S.	8,0000		115,20

R.G. 28.663.854-X
T.P. MENSALISTA

-CPF. 313.210.128-10 -Data Nasc. 14/08/1984
3CO. 237 - AG. 0605- - C/C. 0106659-5-CARGO: AUX DE VENDAS

Total de Vencimentos	Total de Descontos
1.440,20	835,20
TOTAL LÍQUIDO	605,00

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Calc. IRRF	Faixa IRRF
1.440,00	1.440,00	720,00	57,60	1.324,80	0,00

CLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

31/12/2018 — DATA

Natália Gama — ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

Assinado eletronicamente por: ANA PAULA MASCARO TEIXEIRA ALVES - 27/09/2019 08:07:34 - 2b61b35
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092708052441200000116610609
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. 2b61b35 - Pág. 7
Número do documento: 19092708052441200000116610609

AVISO DE FÉRIAS

Retorno: 26/01

CAMPINAS, 26 de Novembro de 2018

Ao(a) Sr.(a)

NATALIA GAMA CRUZ

Prezado(a) Senhor(a).

Tendo V. Sa. adquirido direito a férias no período compreendido entre 02 de Janeiro de 2018 * * * * * * * * a 01 de Janeiro de 2019 * * * * * * * , vimos, atendendo ao que dispõe o artigo 135 da Consolidação das Leis do Trabalho, AVISAR a V. Sa. que esta empresa resolveu concedê-las no período de 26 de Dezembro de 2018* * * * * * * a 24 de Janeiro de 2019* * * * * * * * , inclusive, pelo que deve V. Sa. comparecer ao nosso escritório no dia 24 de Dezembro de 2018* * * * * * , munido de sua carteira profissional a fim de receber a importância referente às citadas férias, conforme determina o artigo 145 e seu parágrafo único da referida consolidação.

Atenciosamente

ENGESEL equipamentos de segurança ltda.

ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA

Ciente em 20 / 12 / 18

Natália Gama Cruz

NATALIA GAMA CRUZ

C.T.P.S 00000867 - Série 00282

Assinado eletronicamente por: ANA PAULA MASCARO TEIXEIRA ALVES - 27/09/2019 08:07:34 - 19687af
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092708053624900000116610612
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. 19687af - Pág. 1
Número do documento: 19092708053624900000116610612

AVISO DE FÉRIAS

CAPÍTULO VI - TÍTULO II DA C.L.T.

DEC. - LEI No. 5452 DE 01/05/1943, COM AS ALTERAÇÕES DO DEC. - LEI No. 1535 DE 13/04/1977

AVISO PRÉVIO DE FÉRIAS - DE ACORDO COM O ART. 135 DA C.L.T., PARTICIPANDO NO MÍNIMO COM 30 DIAS DE ANTECEDÊNCIA

NOTIFICAÇÃO

NOME DO FUNCIONÁRIO **000866 - NATALIA GAMA CRUZ** Nº CART. PROF. **00867**

SÉRIE CART. PROF. **00282** CARGO **AUX DE VENDAS** DATA ADMISSÃO **02/01/2018**

PERÍODO

DE AQUISIÇÃO:	de	**02 DE JANEIRO DE 2018**	a	**01 DE JANEIRO DE 2019**
DE ABONO PECUNIÁRIO:	de		a	
DE GOZO DE FÉRIAS:	de	**26 DE DEZEMBRO DE 2018**	a	**24 DE JANEIRO DE 2019**

BASE DE CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO DAS FÉRIAS

FALTAS NÃO JUSTIFICADAS 3,00 SALÁRIO BASE 1.440,00

VENCIMENTOS		DESCONTOS	
1180 FÉRIAS GOZADAS /RECEBIDAS	1.440,00	9850 INSS S/FÉRIAS	157,24
1440 1/3 FÉRIAS RECEBIDAS	480,00		
TOTAL DE VENCIMENTOS:	**1.920,00**	TOTAL DE DESCONTOS:	157,24
		TOTAL LÍQUIDO:	**1.762,76**

Pelo presente comunicamos-lhe que, de acordo com a lei, ser-lhe-ão concedidas férias relativas ao período acima descrito e a sua disposição fica a importância líquida de R$ **1.762,76**

VALOR POR EXTENSO	um mil, setecentos e sessenta e dois reais e setenta e seis centavos **********

a ser paga antecipadamente.

CAMPINAS, 26 DE NOVEMBRO DE 2018

Natalia Gama Cruz

NATALIA GAMA CRUZ

ENGESEL equipamentos de segurança ltda

ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA

RECIBO DE FÉRIAS DE ACORDO COM O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 145 DA C.L.T.

Recebi da empresa **ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA** **********, estabelecida a **R MANOEL FERNANDES DIAS, 126 - JD. NOVO CAMPOS ELÍSEOS** ********** em **CAMPINAS** ********** estado **SP** a importância de R$ 1.762,76

VALOR POR EXTENSO	um mil, setecentos e sessenta e dois reais e setenta e seis centavos **********

que me é paga antecipadamente por motivo das minhas férias regulamentares, ora concedidas e que vou gozar de acordo com a descrição acima, tudo conforme o aviso que recebi em tempo, no qual dei o meu CIENTE.
Para clareza e documento, firmo o presente recibo, dando a firma plena e legal quitação.

CAMPINAS, 24 DE DEZEMBRO DE 2018

NATALIA GAMA CRUZ

Pedido de Demissão

Nome da Empresa

Através deste e por motivo de ordem particular, venho apresentar a V. Sas, em caráter definitivo e irrevogável, o meu pedido de demissão do emprego que ocupo nessa empresa desde a data de 25/01/19 de Janeiro de 2019.

Tendo interesse em retirar-me do serviço imediatamente, solicito de V. Sas a dispensa de quaisquer formalidades, especialmente de aviso prévio legal.

Campinas, 25 de janeiro de 2019

Natália Lima Cruz

ASSINATURA OU POLEGAR DIREITO

QUANDO MENOR - ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

IDENTIFICAÇÃO

Carteira Profissional Nº _____ Série _____ CPF _____

Nome _____

Seção _____ Cargo _____ Número _____

Testemunhas: Raquel F. Santos Ana Paula Santos

Resposta da Empresa

_____, _____ de _____ de _____

NOME	SEÇÃO	CARGO	NÚMERO

Acuso(amos) recebimento do seu pedido de demissão datado de _____ de _____ de _____, com o que CONCORDAMOS / NÃO CONCORDAMOS

☐ Solicit(o)(amos) passar por nosso caixa, afim de receber o que de direito, assinando o competente recibo.

☐ Solicit(o)(amos) passar por nosso Departamento de Pessoal para maiores esclarecimentos.

CARIMBO E ASSINATURA AUTORIZADA

Nota - É necessário a apresentação da carteira profissional, para as devidas anotações

Assinado eletronicamente por: ANA PAULA MASCARO TEIXEIRA ALVES - 27/09/2019 08:07:34 - 9f6e991
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092708060679000000116610623
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. 9f6e991 - Pág. 1
Número do documento: 19092708060679000000116610623

Eu Natália Gama Cruz peço demissão
da empresa Engsul Equipamentos de Segurança
a partir da data 25/01/19, por motivos particulares,
não vou cumprir aviso prévio.

Campinas, 25 de janeiro. 2019

16:30 hrs

CPF: 313.210.128-10

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADOR

01 CNPJ/CEI	02 Razão Social / Nome			
45.779.006/0001-47	ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA			
03 Endereço (logradouro, nº, andar, apartamento)				04 Bairro
R MANOEL FERNANDES DIAS, 126				JD. NOVO CAMPOS ELÍSEOS
05 Município	06 UF	07 CEP	08 CNAE	09 CNPJ/CEI Tomador / Obra
CAMPINAS	SP	13060-858	1413-4/01	45.779.006/0001-47

IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHADOR

10 PIS - PASEP	11 Nome			
12770983247	NATALIA GAMA CRUZ			
12 Endereço (logradouro, nº, andar, apartamento)				13 Bairro
R OCTAVIO CHINELATO, 00045 - LT A				VL AEROPORTO
14 Município	15 UF	16 CEP	17 Carteira de Trabalho (nº, série, UF)	18 CPF
CAMPINAS	SP	13052-223	00867 / 00282 / SP	313.210.128-10
19 Data de nascimento	20 Nome da mãe			
14/08/1984	ANA LUCIA GAMA			

DADOS DO CONTRATO

21 Tipo de Contrato				
Contrato trabalho por prazo indeterminado				
22 Causa do Afastamento				
Rescisão contratual a pedido do empregado				
23 Remuneração Mês Anterior Afast.	24 Data de admissão	25 Data do Aviso Prévio	26 Data de afastamento	27 Cód. Afastamento
1.440,00	02/01/2018	25/01/2019	25/01/2019	SJ1
28 Pensão alimentícia (%) (TRCT)	29 Pensão alimentícia (%) (Saque FGTS)	30 Categoria do trabalhador		
0,00	0,00	01 - Empregado		
31 Código Sindical	32 CNPJ e Nome da Entidade Sindical Laboral			
10114202515-6	46.118.47[illegible]/0001-77 - SIND. TRAB. IND. VESTUARIO CAMPINAS E REG.			

DISCRIMINAÇÃO DAS VERBAS RESCISÓRIAS

VERBAS RESCISÓRIAS

Rubrica	Valor	Rubrica	Valor	Rubrica	Valor
50 Saldo de 1 dias Sal. (líquido de 0 faltas acrescidas do DSR)	48,00	51 Comissões	0,00	52 Gratificações	0,00
53 Adicional de Insalubridade 0,00%	0,00	54 Adicional de Periculosidade 0,00%	0,00	55 Adicional Noturno 0,00 horas 0%	0,00
56.1 Horas Extras horas %	0,00				
57 Gorjetas	0,00	58 Descanso Semanal Remunerado (DSR)	0,00	59 Reflexo do DSR sobre Salário Variável	0,00
60 Multa Art. 477, § 8º/CLT	0,00	61 Multa Art. 479 CLT	0,00	62 Salário Familia	0,00
63 13º Salário Proporcional 1/12 avos	120,00	64.1 13º Salário Exercício /12 avos	0,00	65 Férias Proporcionais 1/12 avos	1.882,76
66.1 Fér. Venc. Per. Aquis. / / a / / /12 avos	0,00	67 Férias Vencidas (Reflexo/Dobra)	0,00	68 Terço Constitucional de Férias	40,00
69 Aviso-Prévio Indenizado	0,00	70 13º Salário (Aviso-Prévio Indenizado)	0,00	71 Férias Aviso-Prévio Indenizado	0,00
99 Ajuste do saldo devedor	0,00			TOTAL RESCISÓRIO BRUTO	2.090,76

DEDUÇÕES

Desconto	Valor	Desconto	Valor	Desconto	Valor
100 Pensão Alimentícia	0,00	101 Adiantamento Salarial	0,00	102 Adiantamento de 13º Salário	0,00
103 Aviso Prévio Indenizado	1.440,00	104 Inden. Art. 480 CLT	0,00	105 Empréstimo em Consignação	0,00
112.1 Previdência Social	13,22	112.2 Previdência Social - 13º Salário	9,60	114.1 IRRF	0,00
114.2 IRRF sobre 13º Salário	0,00	115 Arredondamento Anterior	0,56	TOTAL DAS DEDUÇÕES	1.463,38
				VALOR RESCISÓRIO LÍQUIDO	627,38

Assinado eletronicamente por: ANA PAULA MASCARO TEIXEIRA ALVES - 27/09/2019 08:07:35 - 67fee46
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092708062739400000116610627
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. 67fee46 - Pág. 1
Número do documento: 19092708062739400000116610627

ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA

DISCRIMINAÇÃO DAS VERBAS RESCISÓRIAS (RELATÓRIO PARA CONFERÊNCIA)

Data: 05/02/2019
Mês : 01/2019
Pág.: 0001

0001 - ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA

000866 - NATALIA GAMA CRUZ

Admissão: 02/01/2018 **Aviso Prévio:** 25/01/2019 **Afastamento:** 25/01/2019

Aviso Misto? NÃO **Projeção do Aviso:** 27/02/2019

Evento	Descrição	Ref.	Vencimentos	Descontos
0492	COMPLEMENTO DE FERIAS	0,00	1.762,76	0,00
1270	13º SALÁRIO	1,00	120,00	0,00
1290	FÉRIAS PROP. IND. RESCISÃO	1,00	120,00	0,00
1450	1/3 FÉRIAS RESCISÃO	0,00	40,00	0,00
1470	SALDO SALÁRIO RESCISÃO	1,00	48,00	0,00
5660	ARREDONDAMENTO ANTERIOR	0,00	0,00	0,56
5690	INSS S/ 13° SALÁRIO	8,00	0,00	9,60
8900	DESCONTO DE AVISO PRÉVIO	1,00	0,00	1.440,00
9860	I.N.S.S.	8,00	0,00	13,22
TOTAL BRUTO / TOTAL DAS DEDUÇÕES.....:			2.090,76	1.463,38
LÍQUIDO À RECEBER.....:				627,38

Assinado eletronicamente por: ANA PAULA MASCARO TEIXEIRA ALVES - 27/09/2019 08:07:35 - 67fee46
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092708062739400000116610627
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. 67fee46 - Pág. 2
Número do documento: 19092708062739400000116610627

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR

01 CNPJ/CEI	02 Razão Social / Nome
45.779.006/0001-47	ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA

TRABALHADOR

10 PIS - PASEP	11 Nome		
12770983247	NATALIA GAMA CRUZ		
17 Carteira de Trabalho (nº, série, UF)	18 CPF	19 Data de nascimento	20 Nome da mãe
00867 / 00282 / SP	313.210.128-10	14/08/1984	ANA LUCIA GAMA

CONTRATO

22 Causa do Afastamento				
Rescisão contratual a pedido do empregado				
24 Data de admissão	25 Data do Aviso Prévio	26 Data de afastamento	27 Cód. Afastamento	29 Pensão alimentícia (%) (Saque FGTS)
02/01/2018	25/01/2019	25/01/2019	SJ1	0,00
30 Categoria do trabalhador				
01 - Empregado				
31 Código Sindical	32 CNPJ e Nome da Entidade Sindical Laboral			
10114202515-6	46.118.477/0001-77 - SIND. TRAB. IND. VESTUARIO CAMPINAS E REG.			

Foi prestada, gratuitamente, assistência na rescisão do contrato de trabalho, nos termos do artigo n.º 477, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sendo comprovado neste ato o efetivo pagamento das verbas rescisórias especificadas no corpo do TRCT, no valor líquido de R$ 627,38 é parte integrante do presente Termo de Homologação.

As partes assistidas no presente ato de rescisão contratual foram identificadas como legítimas conforme previsto na Instrução Normativa/SRT n.º 15/2010.

Fica ressalvado o direito de o trabalhador pleitear judicialmente os direitos informados no campo 155 abaixo.

Cps, 15 de fevereiro de 2019

ENGESEL equipamentos de segurança ltda

150 Assinatura do Empregador ou Preposto
WALMIR VIDA DA SILVA
CPF: 098.995.108-15

151 Assinatura do Trabalhador
NATALIA GAMA CRUZ

Natália Gama Cruz
152 Assinatura do Responsável Legal do Trabalhador

153 Carimbo e Assinatura do Assistente

154 Nome do Órgão Homologador

155 Ressalvas

156 Informações à CAIXA:

A ASSISTÊNCIA NO ATO DA RESCISÃO CONTRATUAL É GRATUITA

Pode o trabalhador iniciar ação judicial quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho (Inc. XXIX, Art. 7º da Constituição Federal/1988).

UI

2019

ItaúUniclass

Comprovante de operação

DOC para outras pessoas ou empresas

Identificação no extrato: **DOC INT 091691 R NATALI**

Dados da conta debitada:

Nome: **LARISSA VIDA DA SILVA KLEINE**

Agência: **1419** Conta corrente: **24223-3**

Dados do DOC:

Nome do favorecido: **THIAGO ANDRE ROSA CRUZ**

CPF / CNPJ: **216.990.438-76**

Instituição financeira/ pagamento: **001 - BANCO DO BRASIL SA - 00000000**

Agência: **1890 CATEDRAL CAMPINAS-SP**

Conta corrente: **00000107283-8**

Valor do DOC: **R$ 200,00**

Finalidade: **01 - Crédito em conta corrente**

DOC solicitado em 22/03/2019 às 15:12:45 via Internet. Será enviado hoje.

Autenticação:

7FD3E5B7C923104F396C3131CCF8EC3B4B4F8B2C

NATHALIA Gomes

RESL

Consultas, informações e serviços transacionais, acesse itau.com.br/uniclass ou ligue 4004 4828 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800 970 4828 (demais localidades), todos os dias, 24 horas por dia ou procure sua agência. Reclamações, cancelamentos e informações gerais, ligue para o SAC: 0800 728 0728, todos os dias, 24 horas por dia. Se não ficar satisfeito com a solução apresentada, de posse do protocolo, contate a Ouvidoria: 0800 570 0011, em dias úteis, das 9h às 18h. Deficiente auditivo/fala: 0800 722 1722, todos os dias, 24 horas por dia. Ou entre em contato agora mesmo através do Fale conosco, no site do Itaú.

22/03/19

EK

PJe

Assinado eletronicamente por: ANA PAULA MASCARO TEIXEIRA ALVES - 27/09/2019 08:07:35 - 756c2a0
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092708065084900000116610638
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. 756c2a0 - Pág. 1
Número do documento: 19092708065084900000116610638

2019

ItaúUniclass

Itaú

Comprovante de operação

TED para outras pessoas ou empresas

Identificação no extrato: **INT TED 109468 R NATALI**

Dados da conta debitada:

Nome: **LARISSA VIDA DA SILVA KLEINE**

Agência: **1419** Conta corrente: **24223-3**

Dados da TED:

Rescisão

Nome do favorecido: **NATALIA GAMA**

CPF / CNPJ: **313.210.128-10**

Instituição financeira/ pagamento: **237 - BANCO BRADESCO S.A - 60746948**

Agência: **0605 AV.AMOREIRAS-U.CAMP.**

Conta corrente: **00000106659-5**

Valor da TED: **R$ 227,38**

Finalidade: **01 - Crédito em conta corrente**

TED solicitada em 01/03/2019 às 16:35:16 via Internet. Será enviado hoje.

Autenticação:

D424AD429A79EF4D43D190B7F978ED41A61A7E1C

Consultas, informações e serviços transacionais, acesse itau.com.br/uniclass ou ligue 4004 4828 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800 970 4828 (demais localidades), todos os dias, 24 horas por dia ou procure sua agência. Reclamações, cancelamentos e informações gerais, ligue para o SAC: 0800 728 0728, todos os dias, 24 horas por dia. Se não ficar satisfeito com a solução apresentada, de posse do protocolo, contate a Ouvidoria: 0800 570 0011, em dias úteis, das 9h às 18h. Deficiente auditivo/fala: 0800 722 1722, todos os dias, 24 horas por dia. Ou entre em contato agora mesmo através do Fale conosco, no site do Itaú.

12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

TERMO DE AUDIÊNCIA RELATIVO AO PROCESSO 0010396-28.2019.5.15.0131

Em 27 de setembro de 2019, na sala de sessões da 12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP, sob a direção da Exmo(a). Juíza ERICA ESCARASSATTE, realizou-se audiência relativa a Ação Trabalhista - Rito Ordinário número 0010396-28.2019.5.15.0131 ajuizada por NATALIA GAMA CRUZ em face de ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA.

Às 11h23min, aberta a audiência, foram, de ordem da Exmo(a). Juíza do Trabalho, apregoadas as partes.

Presente o reclamante, acompanhado do(a) advogado(a), Dr(a). VITOR MANFREDINI, OAB nº 390855/SP.

Presente o preposto do(a) reclamado(s) ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA, Sr(a). LARISSA VIDA DA SILVA KLEINE, acompanhado(a) do(a) advogado(a), Dr(a). ANA PAULA MASCARO TEIXEIRA ALVES, OAB nº 0196406/SP.

Ausente o reclamado E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA - EPP e seu advogado.

Diante da ausência injustificada do reclamado E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA - EPP, aplico-lhe(s) a pena de revelia, nos termos do art. 344 do CPC e Súmula 122 do colendo TST.

CONCILIAÇÃO REJEITADA.

Defesa escrita, com documentos.

Vista ao reclamante por 10 dias, a contar de 30/09/2019.

Dispensados reciprocamente os depoimentos pessoais.

Primeira testemunha do reclamante: Joice Borba Solazzi Lopes, identidade nº 42.557.7107, casada, vendedora, residente e domiciliada na Rua Luís Otávio Sartori Burnier Pessoa de Melo, nº 234, Campinas. **Testemunha contraditada** sob a alegação de que é amiga íntima do amizade, sendo por isso suspeita para depor, conforme art. 829 da CLT e interesse. Inquirida, respondeu: " "que conheceu o reclamante na reclamada; que não frequentam a casa uma da outra; que as famílias não se conhecem; que não saem juntas; que não frequentam os mesmos lugares; que foram apenas colegas de trabalho, que não tem interesse no processo da reclamante, que nada lhe foi oferecido para vir em juízo como testemunha, que lhe é indiferente o resultado do processo; que moveu ação contra a reclamada; que

não se recorda os pleitos do seu processo, e que não está patrocinada pelo mesmo escritório" . Nada mais. A patrona da reclamada neste ato exibe postagem de rede social na qual a testemunha parabeniza a reclamante pelo seu aniversário. Contradita rejeitada. Protestos da patrona da reclamada, que deverá juntar cópia da postagem no prazo de 5 dias. Advertida e compromissada. **Depoimento:** " que a depoente iniciou na reclamada em agosto de 2017 até agosto de 2019; que a depor era vendedora; que além do salário a depoente recebia premiação; que a premiação era paga pelo atingimento da meta e calculada em porcentagem sobre as vendas; que a depoente recebia em média de R$ 1.800/ R$ 1.500,00, que o pagamento era feito mediante depósito e de forma parcelada; que "um monte deixou de ser pagas"; que todos os vendedores recebiam esta premiação, inclusive a reclamante; que a porcentagem variava conforme escalonamento e que a depoente não se recorda os valores fixados na tabela; que a depoente atingia a meta mensalmente, mas nem todo mês recebia o valor porque a reclamada inadimplia; que a depoente não sabe se a reclamante recebeu todos os valores devidos a título de premiação; que havia um relatório de acompanhamento da meta; que a depoente fazia o cálculo da porcentagem em planilha de Excel e repassava ao proprietário da reclamada; que todos os vendedores, inclusive a reclamante, faziam este controle da forma mencionada; que os vendedores tinham acessos aos relatórios de vendas do mês pelo sistema da reclamada; que no final do mês era impressos individualmente e repassado para a supervisora; que a supervisora era a Raquel". Nada mais.

As partes requerem o encerramento da instrução processual. Defiro.

Razões finais poderão ser ofertadas no prazo de réplica.

Conciliação final rejeitada.

Venham os autos conclusos para julgamento.

As partes terão ciência da prolação de sentença através do DEJT.

Cientes os presentes.

Horário de encerramento 11h39min.

ERICA ESCARASSATTE

Juíza do Trabalho

Ata redigida por Viviam Oliveira da Silva Cantalejo, Secretário(a) de Audiência.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
12ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA e outros

SENTENÇA

Vistos, etc.

I - RELATÓRIO

NATALIA GAMA CRUZ propôs reclamação trabalhista em face de **ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA** e **E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA** e pleiteou a condenação do reclamado no pagamento de diferenças salariais (Prêmio), férias em dobro, FGTS não recolhido, PLR, multa normativa, multas dos artigo 467 e 477 da CLT, indenização por dano moral, honorários advocatícios e a concessão da justiça gratuita. Juntou documentos. Atribuiu à causa o valor de R$83.269,92.

Defesa e documentos anexados aos autos.

Na audiência (fls. 167), presente a reclamante e primeira reclamada, não se conciliaram. Ausente o segundo reclamado. Aplicada à segunda reclamada a pena de revelia, nos termos do art. 344 do CPC e Súmula 122 do C. TST. Dispensados reciprocamente os depoimentos. Ouvida a testemunha da autora. Sem mais provas, encerrou-se a instrução processual, facultada a apresentação de razões finais. Última proposta conciliatória rejeitada.

É o relatório.

Decido:

II - FUNDAMENTAÇÃO

Advento da lei 13.467/2017

As relações jurídicas de direito material devem respeitar o princípio da irretroatividade consagrado no art. 6º da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro, segundo a qual a lei nova não pode ser aplicada às situações jurídicas consumadas antes da sua vigência, na linha do ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada, expressamente garantidos pela Constituição da República, em seu artigo 5º, XXXVI.

Por conseguinte, as disposições da lei 13.467/2017 não se aplicam aos contratos de trabalhos havidos em período anterior a sua vigência.

Com referência as relações jurídicas de natureza processual, prevalece, no Brasil, a tese do *tempus regit actum*e a teoria do isolamento dos atos processuais, segundo as quais o ato observará a vigência da Lei no momento de sua prática, ressalvados aqueles realizados na vigência da Lei antiga, bem assim as situações jurídicas consolidadas.

Neste contexto, as relações processuais são compostas de atos complexos e sucessivos, devendo ser considerados, isoladamente, como atos jurídicos perfeitos e acabados, de modo que, se praticado na vigência da Lei velha, devem ser respeitados todos os seus efeitos, bem como, se praticados após a incidência na legislação posterior, às novas regras deve obediência. Interposta a ação antes da vigência da Lei n. 13.467/2017, deve-se observar as regras vigentes no momento da prática do ato processual, respeitadas as situações jurídicas consolidadas. Afasto, pois a preliminar arguida.

Inépcia da Inicial

Como se sabe, a petição inicial deve conter os elementos suficientes para a apresentação de defesa. Ao autor incumbe o ônus de narrar os fatos que dão fundamento ao seu pedido, dos quais decorre logicamente a conclusão. É certo que o § 1º do artigo 840 da CLT dispõe que a inicial deve conter uma breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio. Porém, em certos casos, não basta apenas a narração do ocorrido, sendo necessárias a explanação da causa de pedir bem como a fundamentação jurídica do pedido.

Com efeito, a exordial é uma das peças mais importantes do processo, pois delimita o objeto litigioso e, consequentemente, fixa os limites da prestação jurisdicional, ou seja, acaba por determinar o conteúdo da sentença, razão pela qual deve ser redigida cuidadosamente. Dessa forma, a petição deve obedecer a um encadeamento lógico dos fatos e fundamentos, para se chegar na conclusão, momento no qual será redigido o pedido Ao contrário do que alega a reclamada, observo que foi possível a apresentação de defesa sendo que todos os pedidos foram impugnados não restando qualquer prejuízo processual à reclamada.

Não configurada nenhuma das hipóteses previstas no artigo 840 da CLT, afasto a preliminar.

Ilegitimidade da segunda reclamada

O Direito Processual Brasileiro adota a teoria da asserção, pela qual as condições da ação são analisadas de forma abstrata.

A só existência de contrato administrativo entre o órgão público e empresa privada, para a prestação de serviços que envolvam trabalho de empregados da empresa privada contratada, já autoriza a propositura

de ação trabalhista contra os dois contratantes, visando apurar e distribuir entre eles, no curso da ação, as responsabilidades pelos valores devidos e não pagos aos trabalhadores.

Não se afastando a possibilidade nem mesmo com a existência de condição ou cláusula, no edital da licitação e no contrato definitivo, com pacto no sentido de que todas as obrigações trabalhistas sejam de responsabilidade apenas da empresa contratada. Tratando-se, esta discussão, de questão de fundo e não de condição da ação. A legitimação para vir responder ao pedido exige apenas que a parte autora detenha, contra a litisconsorte, uma pretensão juridicamente válida, ao menos em tese, apoiada em lei.

Neste diapasão, portanto, basta que o autor aponte seu suposto devedor, ou devedores, para que estes venham a compor o polo passivo da ação e responder aos termos do processo. A procedência ou improcedência, bem como a responsabilidade dos demandantes será analisada junto com o mérito, razão pela qual se afasta a preliminar arguida.

Grupo econômico - Responsabilidade dos reclamados

A autora alegou que foi contratada pelo primeiro reclamado e, no desempenho da atribuição de televendas, prestou serviços em prol de ambos os reclamados. Alegou formação de grupo econômico e pleiteou a responsabilização solidária dos demandados pelos créditos advindos da presente demanda.

A primeira reclamada defendeu-se e negou a formação de grupo econômico, sem que houvesse oposição da autora, que sequer apresentou réplica ou razões finais quando lhe foi oportunizado.

Além disso, no processo não ficou comprovada a formação de grupo econômico entre as reclamadas, não tendo a autora produzido qualquer prova neste sentido.

Logo, não reconheço a formação de grupo econômico entre as reclamadas.

No entanto, em vista da pena de revelia aplicada à segunda reclamada, esta responderá subsidiariamente pelos créditos da autora, que porventura advenham da presente demanda.

Prêmio

Alegou a reclamante que, além do salário fixo, recebia com habitualidade valores a título de premiação pelo cumprimento de metas, cuja média atingia o montante mensal de R$ 1.088,35 e pleiteou sua integração e pagamento dos reflexos nas demais verbas, além do pagamento dos valores relativos aos meses de dezembro/2018 (R$ 948,41) e janeiro/2019 (R$ 1.645,52), que não foram quitados pelo reclamado.

A reclamada negou o pagamento de premiação.

Ouvida, a testemunha da reclamante declarou que: **que além do salário a depoente recebia premiação; que a premiação era paga pelo atingimento da meta e calculada em porcentagem sobre as vendas; que a depoente recebia em média de R$ 1.800/ R$ 1.500,00, que o pagamento era feito mediante depósito e de forma parcelada; que "um monte deixou de ser pagas"; que todos os vendedores recebiam esta premiação, inclusive a reclamante; que a porcentagem variava conforme escalonamento e que a depoente não se recorda os valores fixados na tabela; que a depoente atingia a meta mensalmente, mas nem todo mês recebia o valor porque a reclamada inadimplia; que a depoente não sabe se a reclamante recebeu todos os valores devidos a título de premiação; que havia um relatório de acompanhamento da meta; que a depoente fazia o cálculo da porcentagem em planilha de Excel e repassava ao proprietário da reclamada; que todos os vendedores, inclusive a reclamante, faziam este controle da forma mencionada; que os vendedores tinham acessos aos**

relatórios de vendas do mês pelo sistema da reclamada; que no final do mês era impressos individualmente e repassado para a supervisora; que a supervisora era a Raquel"

A prova oral produzida pela autora demonstrou que era prática na reclamada o pagamento de premiação pelo atingimento de metas.

A seu turno, a reclamada não apresentou relatórios de controle das metas ou esclareceu os critérios utilizados para os cálculos. Sendo assim, acolho o valor médio mensal indicado na inicial.

No que refere aos valores não quitados nos meses de dezembro/2018 e janeiro/2019, os extratos colacionados pela autora nada comprovam, já que o documento não traz identificação de sua origem, tampouco as operações em destaque indicam a que título referem (de ID. 802f751)

Diante do exposto, acolho o pedido de integração do valor quitado mensalmente a título de prêmio, no importe médio de R$1.088,35 e condeno a reclamada a pagar à autora os reflexos em férias com 1/3, 13º salário e depósitos do FGTS.

Rejeito, contudo, o pedido de pagamento de valores a título de prêmios não quitados nos meses de dezembro/2018 e janeiro/2019.

Férias+1/3 (pagamento em dobro)

A reclamada é confessa quanto a ausência de quitação das férias no prazo legal.

O artigo 145 da CLT consigna expressamente a obrigatoriedade da quitação do valor das férias do empregado em até dois dias antes do seu início e a Súmula nº 450 do TST prevê o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto neste diploma legal.

Confessa a reclamada, acolho o pedido para condená-la no pagamento do valor das férias, apenas a dobra, inclusive o terço constitucional.

FGTS não recolhido

Confessa a reclamada, acolho o pedido para condená-la a regularizar os recolhimentos do FGTS na conta vinculada da autora, após o trânsito da decisão e mediante comprovação no processo, sob pena de execução direta.

Mulas dos artigos 467 e 477 da CLT

A reclamada é confessa, também, quanto ao inadimplemento do valor rescisório no prazo legal, o qual somente foi quitado parcialmente.

Logo, acolho o pedido para condenar a reclamada no pagamento das multas previstas nos artigos 467 e 477 da CLT, ante a ausência de quitação das rescisórias no prazo legal e do pagamento das incontroversas quando da audiência.

PLR - Multa normativa

A reclamante pleiteou o pagamento do PLR e aplicação de multa normativa pelo descumprimento de cláusulas da CCT, por parte do reclamante, e anexou ao processo a norma coletiva de ID

A reclamada impugnou o pleito da autora, fundamentado em norma que a ela não se aplicam. Alegou que o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Campinas e região é o real representante da categoria profissional da reclamante, conforme constou no campo nº 34 do TRCT (fls.21).

O enquadramento sindical determina-se pela categoria econômica e a sindicalização se processa com base na atividade principal da empresa pela qual foi contratado o empregado.

No caso, considerando o segmento do reclamado e considerando que constou do TRCT da autora a entidade sindical representativa da sua categoria profissional, rejeito os pedidos fundados em norma coletiva diversa.

Diante do exposto, rejeito os pedidos de pagamento do PLR e aplicação de multa normativa com base em norma de categoria profissional distinta da que pertence a reclamante.

Indenização por danos morais

A reclamante pleiteou indenização por dano moral e fundamentou a sua pretensão no descumprimento de obrigações contratuais e normativas por parte do reclamante.

O dano moral é caracterizado pela conduta reiterada do empregador ou seus prepostos, capaz de levar ao desequilíbrio emocional ou diminuição da autoestima do empregado, seja por meio de atos, palavras, gestos ou mesmo omissão. A conduta é de tal forma lesiva que fere a dignidade ou a integridade física ou moral do trabalhador, atingindo o mais íntimo de seu ser. Pode ocorrer tanto no sentido horizontal, quanto vertical, sendo este último mais comum.

A reclamada é confessa quanto ao inadimplemento das obrigações oriundas do contrato de trabalho, inclusive e principalmente a mora e/ou fracionamento no pagamento dos salários, o que, por si só, configura o dano moral, diante dos transtornos e prejuízos causados à reclamante, que foi privada de honrar compromissos e, quiçá, até de necessidades básicas.

Caracterizado o dano moral, a indenização é devida, para, de um lado, compensar o sofrimento da vítima do dano e, de outro, servir de fator inibidor de novas ocorrências lesivas pela adoção de posturas corretas por parte do empregador, com a necessária valorização da condição humana do empregado e observância das leis. A penalidade imposta também deve servir de exemplo à sociedade, de qual a reação que a ordem jurídica reserva para tais condutas.

No caso, tomando-se por base a remuneração do autor e a extensão do dano, arbitro a indenização por danos morais no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Não há incidência fiscal ou previdenciária sobre o valor deferido a título de dano moral, diante da natureza indenizatória da parcela, contudo, a importância deverá sofrer correção monetária a partir da data da publicação da sentença, além da incidência de juros moratórios a contar do ajuizamento da ação, nos termos do disposto no artigo 883, da CLT.

Demais pedidos e parâmetros para a liquidação

a) Justiça gratuita

O benefício da Justiça Gratuita, no âmbito trabalhista, é regulado pelo art. 790, § 3º, da CLT, o qual garante isenção do pagamento de custas a todo aquele que perceba salário igual ou inferior inferior a 40%

(quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social. Basta para tanto a mera declaração de hipossuficiência econômica firmada pela parte ou por seu advogado com poderes específicos, para fins de prova da miserabilidade jurídica, conforme entendimento consolidado por meio da Súmula nº 463 do C.TST e pela aplicação supletiva do art. 99, §3º, do CPC.

Não há prova que afaste a presunção de veracidade que recai sobre a declaração de hipossuficiência. Defiro a gratuidade judiciária postulada.

Reconheço a inconstitucionalidade da expressão "ainda que beneficiário da justiça gratuita" do parágrafo segundo do artigo 844 da CLT (com redação dada pela lei 13.467/17), por confronto direto com o disposto no artigo quinto, LXXIV, da Constituição da República, que, ao assegurar assistência judiciária "integral e gratuita", não admite exceções. Com efeito, a redação do texto constitucional é clara ao empregar o vocábulo "integral", o que implica no reconhecimento de que todas as despesas processuais devem ser dispensadas quando a parte é beneficiária da justiça gratuita, não cabendo ao legislador ordinário criar ressalvas.

b) Honorários advocatícios

A partir da vigência da lei 13.467/2017, passou a ser devido na Justiça do Trabalho honorários advocatícios sucumbenciais, sendo que a CLT assim passou a discipliná-lo:

Art. 791-A. Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

§ 1oOs honorários são devidos também nas ações contra a Fazenda Pública e nas ações em que a parte estiver assistida ou substituída pelo sindicato de sua categoria.

2oAo fixar os honorários, o juízo observará:

I - o grau de zelo do profissional;

II - o lugar de prestação do serviço;

III - a natureza e a importância da causa;

IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

§ 3oNa hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrará honorários de sucumbência recíproca, vedada a compensação entre os honorários.

§ 4oVencido o beneficiário da justiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.

Considerando as disposições acima transcritas é possível concluir que os honorários advocatícios sucumbenciais devidos ao patrono do reclamante será fixada pelo juízo na razão de 5% a 15% sobre o valor líquido da sentença (artigo 791-A caput).

Logo, feitas as considerações, fixo os honorários advocatícios sucumbenciais devidos pelas reclamadas ao patrono do reclamante em 10% incidente sobre o valor líquido da sentença, levando-se para tanto o grau de zelo e o trabalho realizado pelo nobre patrono do reclamante.

Enquanto os honorários advocatícios devidos pelo reclamante ao patrono da reclamada (sucumbência parcial) deverão ser arbitrados - artigo 791-A, parágrafo 3o da CLT, entendimento que se aplica levando-se em consideração os princípios da hipossuficiência e do acesso à Justiça pelo hipossuficiente.

Fixo os honorários sucumbências devidos pelo reclamante em R$1.000,00, porém, fica dispensada do pagamento porque lhe foi concedida a justiça gratuita integral.

c) Deduções / Compensações

Rejeito a compensação pleiteada pela reclamada em defesa, uma vez o instituto invocado refere-se a hipótese de extinção das obrigações pela existência de crédito recíproco e concorrente, o que não há.

Autorizo a dedução dos valores já quitados sob os mesmos títulos no curso do contrato de trabalho, desde que comprovados nos autos.

d) Descontos previdenciários

Conforme previsão contida no inciso VIII do artigo 114, da Constituição Federal de 1988 (Emenda Constitucional 20, de 1998), compete à Justiça do Trabalho: "executar, de ofício, as contribuições sociais previstas no art.195, I, a e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir". Portanto, com a modificação do texto constitucional, resta clara a competência material da Justiça do Trabalho para determinar o recolhimento das contribuições previdenciárias.

Cabe, portanto, a esta Justiça Especializada, nos processos trabalhistas em que se apurar verba integrante do salário de contribuição (decorrente de sentença condenatória ou transação homologada), determinar o recolhimento, mês a mês, do valor devido à contribuição social, bem como o abatimento dos valores recolhidos aos mesmos títulos e, inclusive, prosseguir na execução, em caso de inadimplemento.

Dessa forma, deve ser imposta, inclusive de ofício, a determinação dos recolhimentos a serem efetuados mês a mês, relativamente às verbas com natureza de salário-de-contribuição (art. 276, § 4º, do Decreto nº 3.048/99, que regulamente a Lei 8.212/91), de acordo com o previsto pela Súmula 368 do TST.

e) Descontos fiscais

Quanto aos descontos fiscais, entendo que a Justiça do Trabalho tem competência para autorizar a dedução fiscal, a ser realizada nos termos do art. 46, § 1º, da Lei 8541/92. Neste sentido, a Súmula 368 do TST.

Os rendimentos pagos em cumprimento de decisão judicial devem retidos na fonte pela parte obrigada ao pagamento, no momento em que o montante se tornar disponível para o credor. Conforme disposto no art. 46 da Lei 8.541/92 e Provimento da CGJT nº 03/2005, o empregador deverá, quando do pagamento das verbas objeto da presente condenação, reter o imposto devido pelo empregado ao fisco. A responsabilidade do empregador é limitada ao recolhimento da parcela devida a título de imposto de renda, mas é o contribuinte o detentor da renda, de tal sorte que não pode ser transferida à reclamada responsabilidade pelo pagamento.

Assim, determino a aplicação do disposto na Lei n. 7.713/1988 (art. 12-A) e na Instrução Normativa RFB n. 1.127/2011, quando da apuração do montante devido a título de imposto de renda, em sede de liquidação. Esclareço que a referida Instrução Normativa não alterou o regime de caixa, uma vez que não houve qualquer alteração quanto ao fato imponível (pagamento).

A alteração diz respeito à forma de apuração do tributo, através da qual se leva em consideração o período a que se referem os rendimentos recebidos acumuladamente. O grande benefício é a utilização de uma nova tabela de incidência quando houver o efetivo pagamento. Referida tabela é calculada pela multiplicação da quantidade de meses a que se referem os rendimentos recebidos acumuladamente pelos valores constantes da tabela progressiva mensal em vigência no mês do recebimento do crédito (mais uma vez a essência do regime de caixa). Assim, logra-se obter um efeito análogo ao da competência e, *po r incrível que possa parecer*, muito mais benéfico ao contribuinte em termos pecuniários do que o próprio regime de competência (essa constatação não é difícil de demonstrar, mas nos desviaria do cerne da questão). Além disso, essa tributação pelo regime de caixa ocorre de forma exclusiva na fonte e em separado dos demais rendimentos eventualmente auferidos no mês.

Aplicável à matéria também o entendimento da OJ 400 da SDI - I do C. TST.

f) Correção monetária

Para a fixação da época própria há que se levar em consideração que esta tem por objetivo manter o valor real do crédito trabalhista, impedindo que o devedor tenha vantagem decorrente da demora na satisfação do crédito.

Para tanto deverá ser observada a Súmula 381 do TST, utilizando-se o IPCA-E a partir de 25/03/2015 e a TRD para período anterior, conforme entendimento do TST na Arguição de Inconstitucionalidade - 479-60.2011.5.04.0231, restabelecida diante da improcedência da Reclamação Constitucional 22.012. Nem se argumente sobre o art. 879, §7º da CLT, incluído pela Lei 13.467/17, eis que o dispositivo é inconstitucional, pelos motivos explicitados na Arguição de Inconstitucionalidade acima referida.

Relativamente ao salário, a correção monetária flui a partir do mês subseqüente ao do vencimento da obrigação de pagá-lo, mesmo que o empregador tenha optado pelo pagamento dentro do próprio mês laborado.

g) Juros de mora

Juros moratórios de um por cento ao mês, *pro rata die*(Lei 8.177/1991, art. 39, § 1º), a contar do ajuizamento da demanda (CLT, art. 883), com observância da Súmula 200 do TST e Orientação Jurisprudencial 400 da SDI-I.

h) Cumprimento espontâneo da obrigação

Em que pese o entendimento desta juíza acerva da possibilidade de aplicação do instituto no Processo do Trabalho a fim de torná-lo célere e eficaz, cabe ressaltar que o Tribunal Superior do Trabalho, em sua composição plena, no julgamento do IRRR n° 1786-24.2015.5.04.0000, ocorrido no dia 21/08/2017, concluiu pela inaplicabilidade do artigo 523, §1º, do CPC/15 ao processo do trabalho. Logo, revejo entendimento anterior para seguir a decisão do C.TST.

i) Expedição de ofícios

Desnecessária a expedição de ofícios na forma requerida, uma vez que as irregularidades apontadas são bastante pontuais, de modo que, caso a parte sinta-se lesada, pode encaminhar diretamente as suas denúncias junto ao órgão referido.

III - DISPOSITIVO

Diante do exposto, nos autos da reclamação trabalhista que **NATALIA GAMA CRUZ** propôs em face de **ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA** e **E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA** julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos, nos termos da fundamentação supra que passa a fazer parte integrante deste dispositivo para todos os efeitos legais.

Custas processuais pela reclamada, no valor de R$600,00 calculadas sobre o valor de R$ 30.000,00, arbitrado à condenação.

Atentem as partes que a oposição infundada de embargos de declaração, com fito procrastinatório, será apenada com a multa prevista no artigo 1.026, parágrafo segundo do CPC, além do não conhecimento do recurso o que implica na não interrupção do prazo recursal. Para tanto, registro que os embargos de declaração só são oponíveis para fins de omissão, contradição e obscuridade (artigo 1.022 do CPC), não cabendo para reanálise de prova ou de teses jurídicas adotadas pelas partes em seus petitórios, nem mesmo para o caso de pré-questionamento.

Intimem-se as partes.

Campinas, 04 de novembro de 2019.

Érica Escarassatte

Juíza do Trabalho

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
12ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA e outros

SENTENÇA

Vistos, etc.

I - RELATÓRIO

NATALIA GAMA CRUZ propôs reclamação trabalhista em face de **ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA** e **E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA** e pleiteou a condenação do reclamado no pagamento de diferenças salariais (Prêmio), férias em dobro, FGTS não recolhido, PLR, multa normativa, multas dos artigo 467 e 477 da CLT, indenização por dano moral, honorários advocatícios e a concessão da justiça gratuita. Juntou documentos. Atribuiu à causa o valor de R$83.269,92.

Defesa e documentos anexados aos autos.

Na audiência (fls. 167), presente a reclamante e primeira reclamada, não se conciliaram. Ausente o segundo reclamado. Aplicada à segunda reclamada a pena de revelia, nos termos do art. 344 do CPC e Súmula 122 do C. TST. Dispensados reciprocamente os depoimentos. Ouvida a testemunha da autora. Sem mais provas, encerrou-se a instrução processual, facultada a apresentação de razões finais. Última proposta conciliatória rejeitada.

É o relatório.

Decido:

II - FUNDAMENTAÇÃO

Advento da lei 13.467/2017

As relações jurídicas de direito material devem respeitar o princípio da irretroatividade consagrado no art. 6º da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro, segundo a qual a lei nova não pode ser aplicada às situações jurídicas consumadas antes da sua vigência, na linha do ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada, expressamente garantidos pela Constituição da República, em seu artigo 5º, XXXVI.

Por conseguinte, as disposições da lei 13.467/2017 não se aplicam aos contratos de trabalhos havidos em período anterior a sua vigência.

Com referência as relações jurídicas de natureza processual, prevalece, no Brasil, a tese do *tempus regit actum*e a teoria do isolamento dos atos processuais, segundo as quais o ato observará a vigência da Lei no momento de sua prática, ressalvados aqueles realizados na vigência da Lei antiga, bem assim as situações jurídicas consolidadas.

Neste contexto, as relações processuais são compostas de atos complexos e sucessivos, devendo ser considerados, isoladamente, como atos jurídicos perfeitos e acabados, de modo que, se praticado na vigência da Lei velha, devem ser respeitados todos os seus efeitos, bem como, se praticados após a incidência na legislação posterior, às novas regras deve obediência. Interposta a ação antes da vigência da Lei n. 13.467/2017, deve-se observar as regras vigentes no momento da prática do ato processual, respeitadas as situações jurídicas consolidadas. Afasto, pois a preliminar arguida.

Inépcia da Inicial

Como se sabe, a petição inicial deve conter os elementos suficientes para a apresentação de defesa. Ao autor incumbe o ônus de narrar os fatos que dão fundamento ao seu pedido, dos quais decorre logicamente a conclusão. É certo que o § 1º do artigo 840 da CLT dispõe que a inicial deve conter uma breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio. Porém, em certos casos, não basta apenas a narração do ocorrido, sendo necessárias a explanação da causa de pedir bem como a fundamentação jurídica do pedido.

Com efeito, a exordial é uma das peças mais importantes do processo, pois delimita o objeto litigioso e, consequentemente, fixa os limites da prestação jurisdicional, ou seja, acaba por determinar o conteúdo da sentença, razão pela qual deve ser redigida cuidadosamente. Dessa forma, a petição deve obedecer a um encadeamento lógico dos fatos e fundamentos, para se chegar na conclusão, momento no qual será redigido o pedido Ao contrário do que alega a reclamada, observo que foi possível a apresentação de defesa sendo que todos os pedidos foram impugnados não restando qualquer prejuízo processual à reclamada.

Não configurada nenhuma das hipóteses previstas no artigo 840 da CLT, afasto a preliminar.

Ilegitimidade da segunda reclamada

O Direito Processual Brasileiro adota a teoria da asserção, pela qual as condições da ação são analisadas de forma abstrata.

A só existência de contrato administrativo entre o órgão público e empresa privada, para a prestação de serviços que envolvam trabalho de empregados da empresa privada contratada, já autoriza a propositura

de ação trabalhista contra os dois contratantes, visando apurar e distribuir entre eles, no curso da ação, as responsabilidades pelos valores devidos e não pagos aos trabalhadores.

Não se afastando a possibilidade nem mesmo com a existência de condição ou cláusula, no edital da licitação e no contrato definitivo, com pacto no sentido de que todas as obrigações trabalhistas sejam de responsabilidade apenas da empresa contratada. Tratando-se, esta discussão, de questão de fundo e não de condição da ação. A legitimação para vir responder ao pedido exige apenas que a parte autora detenha, contra a litisconsorte, uma pretensão juridicamente válida, ao menos em tese, apoiada em lei.

Neste diapasão, portanto, basta que o autor aponte seu suposto devedor, ou devedores, para que estes venham a compor o polo passivo da ação e responder aos termos do processo. A procedência ou improcedência, bem como a responsabilidade dos demandantes será analisada junto com o mérito, razão pela qual se afasta a preliminar arguida.

Grupo econômico - Responsabilidade dos reclamados

A autora alegou que foi contratada pelo primeiro reclamado e, no desempenho da atribuição de televendas, prestou serviços em prol de ambos os reclamados. Alegou formação de grupo econômico e pleiteou a responsabilização solidária dos demandados pelos créditos advindos da presente demanda.

A primeira reclamada defendeu-se e negou a formação de grupo econômico, sem que houvesse oposição da autora, que sequer apresentou réplica ou razões finais quando lhe foi oportunizado.

Além disso, no processo não ficou comprovada a formação de grupo econômico entre as reclamadas, não tendo a autora produzido qualquer prova neste sentido.

Logo, não reconheço a formação de grupo econômico entre as reclamadas.

No entanto, em vista da pena de revelia aplicada à segunda reclamada, esta responderá subsidiariamente pelos créditos da autora, que porventura advenham da presente demanda.

Prêmio

Alegou a reclamante que, além do salário fixo, recebia com habitualidade valores a título de premiação pelo cumprimento de metas, cuja média atingia o montante mensal de R$ 1.088,35 e pleiteou sua integração e pagamento dos reflexos nas demais verbas, além do pagamento dos valores relativos aos meses de dezembro/2018 (R$ 948,41) e janeiro/2019 (R$ 1.645,52), que não foram quitados pelo reclamado.

A reclamada negou o pagamento de premiação.

Ouvida, a testemunha da reclamante declarou que: **que além do salário a depoente recebia premiação; que a premiação era paga pelo atingimento da meta e calculada em porcentagem sobre as vendas; que a depoente recebia em média de R$ 1.800/ R$ 1.500,00, que o pagamento era feito mediante depósito e de forma parcelada; que "um monte deixou de ser pagas"; que todos os vendedores recebiam esta premiação, inclusive a reclamante; que a porcentagem variava conforme escalonamento e que a depoente não se recorda os valores fixados na tabela; que a depoente atingia a meta mensalmente, mas nem todo mês recebia o valor porque a reclamada inadimplia; que a depoente não sabe se a reclamante recebeu todos os valores devidos a título de premiação; que havia um relatório de acompanhamento da meta; que a depoente fazia o cálculo da porcentagem em planilha de Excel e repassava ao proprietário da reclamada; que todos os vendedores, inclusive a reclamante, faziam este controle da forma mencionada; que os vendedores tinham acessos aos**

relatórios de vendas do mês pelo sistema da reclamada; que no final do mês era impressos individualmente e repassado para a supervisora; que a supervisora era a Raquel"

A prova oral produzida pela autora demonstrou que era prática na reclamada o pagamento de premiação pelo atingimento de metas.

A seu turno, a reclamada não apresentou relatórios de controle das metas ou esclareceu os critérios utilizados para os cálculos. Sendo assim, acolho o valor médio mensal indicado na inicial.

No que refere aos valores não quitados nos meses de dezembro/2018 e janeiro/2019, os extratos colacionados pela autora nada comprovam, já que o documento não traz identificação de sua origem, tampouco as operações em destaque indicam a que título referem (de ID. 802f751)

Diante do exposto, acolho o pedido de integração do valor quitado mensalmente a título de prêmio, no importe médio de R$1.088,35 e condeno a reclamada a pagar à autora os reflexos em férias com 1/3, 13º salário e depósitos do FGTS.

Rejeito, contudo, o pedido de pagamento de valores a título de prêmios não quitados nos meses de dezembro/2018 e janeiro/2019.

Férias+1/3 (pagamento em dobro)

A reclamada é confessa quanto a ausência de quitação das férias no prazo legal.

O artigo 145 da CLT consigna expressamente a obrigatoriedade da quitação do valor das férias do empregado em até dois dias antes do seu início e a Súmula nº 450 do TST prevê o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto neste diploma legal.

Confessa a reclamada, acolho o pedido para condená-la no pagamento do valor das férias, apenas a dobra, inclusive o terço constitucional.

FGTS não recolhido

Confessa a reclamada, acolho o pedido para condená-la a regularizar os recolhimentos do FGTS na conta vinculada da autora, após o trânsito da decisão e mediante comprovação no processo, sob pena de execução direta.

Mulas dos artigos 467 e 477 da CLT

A reclamada é confessa, também, quanto ao inadimplemento do valor rescisório no prazo legal, o qual somente foi quitado parcialmente.

Logo, acolho o pedido para condenar a reclamada no pagamento das multas previstas nos artigos 467 e 477 da CLT, ante a ausência de quitação das rescisórias no prazo legal e do pagamento das incontroversas quando da audiência.

PLR - Multa normativa

A reclamante pleiteou o pagamento do PLR e aplicação de multa normativa pelo descumprimento de cláusulas da CCT, por parte do reclamante, e anexou ao processo a norma coletiva de ID

A reclamada impugnou o pleito da autora, fundamentado em norma que a ela não se aplicam. Alegou que o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Campinas e região é o real representante da categoria profissional da reclamante, conforme constou no campo nº 34 do TRCT (fls.21).

O enquadramento sindical determina-se pela categoria econômica e a sindicalização se processa com base na atividade principal da empresa pela qual foi contratado o empregado.

No caso, considerando o segmento do reclamado e considerando que constou do TRCT da autora a entidade sindical representativa da sua categoria profissional, rejeito os pedidos fundados em norma coletiva diversa.

Diante do exposto, rejeito os pedidos de pagamento do PLR e aplicação de multa normativa com base em norma de categoria profissional distinta da que pertence a reclamante.

Indenização por danos morais

A reclamante pleiteou indenização por dano moral e fundamentou a sua pretensão no descumprimento de obrigações contratuais e normativas por parte do reclamante.

O dano moral é caracterizado pela conduta reiterada do empregador ou seus prepostos, capaz de levar ao desequilíbrio emocional ou diminuição da autoestima do empregado, seja por meio de atos, palavras, gestos ou mesmo omissão. A conduta é de tal forma lesiva que fere a dignidade ou a integridade física ou moral do trabalhador, atingindo o mais íntimo de seu ser. Pode ocorrer tanto no sentido horizontal, quanto vertical, sendo este último mais comum.

A reclamada é confessa quanto ao inadimplemento das obrigações oriundas do contrato de trabalho, inclusive e principalmente a mora e/ou fracionamento no pagamento dos salários, o que, por si só, configura o dano moral, diante dos transtornos e prejuízos causados à reclamante, que foi privada de honrar compromissos e, quiçá, até de necessidades básicas.

Caracterizado o dano moral, a indenização é devida, para, de um lado, compensar o sofrimento da vítima do dano e, de outro, servir de fator inibidor de novas ocorrências lesivas pela adoção de posturas corretas por parte do empregador, com a necessária valorização da condição humana do empregado e observância das leis. A penalidade imposta também deve servir de exemplo à sociedade, de qual a reação que a ordem jurídica reserva para tais condutas.

No caso, tomando-se por base a remuneração do autor e a extensão do dano, arbitro a indenização por danos morais no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Não há incidência fiscal ou previdenciária sobre o valor deferido a título de dano moral, diante da natureza indenizatória da parcela, contudo, a importância deverá sofrer correção monetária a partir da data da publicação da sentença, além da incidência de juros moratórios a contar do ajuizamento da ação, nos termos do disposto no artigo 883, da CLT.

Demais pedidos e parâmetros para a liquidação

a) Justiça gratuita

O benefício da Justiça Gratuita, no âmbito trabalhista, é regulado pelo art. 790, § 3º, da CLT, o qual garante isenção do pagamento de custas a todo aquele que perceba salário igual ou inferior inferior a 40%

(quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social. Basta para tanto a mera declaração de hipossuficiência econômica firmada pela parte ou por seu advogado com poderes específicos, para fins de prova da miserabilidade jurídica, conforme entendimento consolidado por meio da Súmula nº 463 do C.TST e pela aplicação supletiva do art. 99, §3º, do CPC.

Não há prova que afaste a presunção de veracidade que recai sobre a declaração de hipossuficiência. Defiro a gratuidade judiciária postulada.

Reconheço a inconstitucionalidade da expressão "ainda que beneficiário da justiça gratuita" do parágrafo segundo do artigo 844 da CLT (com redação dada pela lei 13.467/17), por confronto direto com o disposto no artigo quinto, LXXIV, da Constituição da República, que, ao assegurar assistência judiciária "integral e gratuita", não admite exceções. Com efeito, a redação do texto constitucional é clara ao empregar o vocábulo "integral", o que implica no reconhecimento de que todas as despesas processuais devem ser dispensadas quando a parte é beneficiária da justiça gratuita, não cabendo ao legislador ordinário criar ressalvas.

b) Honorários advocatícios

A partir da vigência da lei 13.467/2017, passou a ser devido na Justiça do Trabalho honorários advocatícios sucumbenciais, sendo que a CLT assim passou a discipliná-lo:

Art. 791-A. Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

§ 1oOs honorários são devidos também nas ações contra a Fazenda Pública e nas ações em que a parte estiver assistida ou substituída pelo sindicato de sua categoria.

2oAo fixar os honorários, o juízo observará:

I - o grau de zelo do profissional;

II - o lugar de prestação do serviço;

III - a natureza e a importância da causa;

IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

§ 3oNa hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrará honorários de sucumbência recíproca, vedada a compensação entre os honorários.

§ 4oVencido o beneficiário da justiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.

Considerando as disposições acima transcritas é possível concluir que os honorários advocatícios sucumbenciais devidos ao patrono do reclamante será fixada pelo juízo na razão de 5% a 15% sobre o valor líquido da sentença (artigo 791-A caput).

Logo, feitas as considerações, fixo os honorários advocatícios sucumbenciais devidos pelas reclamadas ao patrono do reclamante em 10% incidente sobre o valor líquido da sentença, levando-se para tanto o grau de zelo e o trabalho realizado pelo nobre patrono do reclamante.

Enquanto os honorários advocatícios devidos pelo reclamante ao patrono da reclamada (sucumbência parcial) deverão ser arbitrados - artigo 791-A, parágrafo 3o da CLT, entendimento que se aplica levando-se em consideração os princípios da hipossuficiência e do acesso à Justiça pelo hipossuficiente.

Fixo os honorários sucumbências devidos pelo reclamante em R$1.000,00, porém, fica dispensada do pagamento porque lhe foi concedida a justiça gratuita integral.

c) Deduções / Compensações

Rejeito a compensação pleiteada pela reclamada em defesa, uma vez o instituto invocado refere-se a hipótese de extinção das obrigações pela existência de crédito recíproco e concorrente, o que não há.

Autorizo a dedução dos valores já quitados sob os mesmos títulos no curso do contrato de trabalho, desde que comprovados nos autos.

d) Descontos previdenciários

Conforme previsão contida no inciso VIII do artigo 114, da Constituição Federal de 1988 (Emenda Constitucional 20, de 1998), compete à Justiça do Trabalho: "executar, de ofício, as contribuições sociais previstas no art.195, I, a e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir". Portanto, com a modificação do texto constitucional, resta clara a competência material da Justiça do Trabalho para determinar o recolhimento das contribuições previdenciárias.

Cabe, portanto, a esta Justiça Especializada, nos processos trabalhistas em que se apurar verba integrante do salário de contribuição (decorrente de sentença condenatória ou transação homologada), determinar o recolhimento, mês a mês, do valor devido à contribuição social, bem como o abatimento dos valores recolhidos aos mesmos títulos e, inclusive, prosseguir na execução, em caso de inadimplemento.

Dessa forma, deve ser imposta, inclusive de ofício, a determinação dos recolhimentos a serem efetuados mês a mês, relativamente às verbas com natureza de salário-de-contribuição (art. 276, § 4º, do Decreto nº 3.048/99, que regulamente a Lei 8.212/91), de acordo com o previsto pela Súmula 368 do TST.

e) Descontos fiscais

Quanto aos descontos fiscais, entendo que a Justiça do Trabalho tem competência para autorizar a dedução fiscal, a ser realizada nos termos do art. 46, § 1º, da Lei 8541/92. Neste sentido, a Súmula 368 do TST.

Os rendimentos pagos em cumprimento de decisão judicial devem retidos na fonte pela parte obrigada ao pagamento, no momento em que o montante se tornar disponível para o credor. Conforme disposto no art. 46 da Lei 8.541/92 e Provimento da CGJT nº 03/2005, o empregador deverá, quando do pagamento das verbas objeto da presente condenação, reter o imposto devido pelo empregado ao fisco. A responsabilidade do empregador é limitada ao recolhimento da parcela devida a título de imposto de renda, mas é o contribuinte o detentor da renda, de tal sorte que não pode ser transferida à reclamada responsabilidade pelo pagamento.

Assim, determino a aplicação do disposto na Lei n. 7.713/1988 (art. 12-A) e na Instrução Normativa RFB n. 1.127/2011, quando da apuração do montante devido a título de imposto de renda, em sede de liquidação. Esclareço que a referida Instrução Normativa não alterou o regime de caixa, uma vez que não houve qualquer alteração quanto ao fato imponível (pagamento).

A alteração diz respeito à forma de apuração do tributo, através da qual se leva em consideração o período a que se referem os rendimentos recebidos acumuladamente. O grande benefício é a utilização de uma nova tabela de incidência quando houver o efetivo pagamento. Referida tabela é calculada pela multiplicação da quantidade de meses a que se referem os rendimentos recebidos acumuladamente pelos valores constantes da tabela progressiva mensal em vigência no mês do recebimento do crédito (mais uma vez a essência do regime de caixa). Assim, logra-se obter um efeito análogo ao da competência e, *po r incrível que possa parecer*, muito mais benéfico ao contribuinte em termos pecuniários do que o próprio regime de competência (essa constatação não é difícil de demonstrar, mas nos desviaria do cerne da questão). Além disso, essa tributação pelo regime de caixa ocorre de forma exclusiva na fonte e em separado dos demais rendimentos eventualmente auferidos no mês.

Aplicável à matéria também o entendimento da OJ 400 da SDI - I do C. TST.

f) Correção monetária

Para a fixação da época própria há que se levar em consideração que esta tem por objetivo manter o valor real do crédito trabalhista, impedindo que o devedor tenha vantagem decorrente da demora na satisfação do crédito.

Para tanto deverá ser observada a Súmula 381 do TST, utilizando-se o IPCA-E a partir de 25/03/2015 e a TRD para período anterior, conforme entendimento do TST na Arguição de Inconstitucionalidade - 479-60.2011.5.04.0231, restabelecida diante da improcedência da Reclamação Constitucional 22.012. Nem se argumente sobre o art. 879, §7º da CLT, incluído pela Lei 13.467/17, eis que o dispositivo é inconstitucional, pelos motivos explicitados na Arguição de Inconstitucionalidade acima referida.

Relativamente ao salário, a correção monetária flui a partir do mês subseqüente ao do vencimento da obrigação de pagá-lo, mesmo que o empregador tenha optado pelo pagamento dentro do próprio mês laborado.

g) Juros de mora

Juros moratórios de um por cento ao mês, *pro rata die*(Lei 8.177/1991, art. 39, § 1º), a contar do ajuizamento da demanda (CLT, art. 883), com observância da Súmula 200 do TST e Orientação Jurisprudencial 400 da SDI-I.

h) Cumprimento espontâneo da obrigação

Em que pese o entendimento desta juíza acerva da possibilidade de aplicação do instituto no Processo do Trabalho a fim de torná-lo célere e eficaz, cabe ressaltar que o Tribunal Superior do Trabalho, em sua composição plena, no julgamento do IRRR n° 1786-24.2015.5.04.0000, ocorrido no dia 21/08/2017, concluiu pela inaplicabilidade do artigo 523, §1º, do CPC/15 ao processo do trabalho. Logo, revejo entendimento anterior para seguir a decisão do C.TST.

i) Expedição de ofícios

Desnecessária a expedição de ofícios na forma requerida, uma vez que as irregularidades apontadas são bastante pontuais, de modo que, caso a parte sinta-se lesada, pode encaminhar diretamente as suas denúncias junto ao órgão referido.

III - DISPOSITIVO

Diante do exposto, nos autos da reclamação trabalhista que **NATALIA GAMA CRUZ** propôs em face de **ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA** e **E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA** julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos, nos termos da fundamentação supra que passa a fazer parte integrante deste dispositivo para todos os efeitos legais.

Custas processuais pela reclamada, no valor de R$600,00 calculadas sobre o valor de R$ 30.000,00, arbitrado à condenação.

Atentem as partes que a oposição infundada de embargos de declaração, com fito procrastinatório, será apenada com a multa prevista no artigo 1.026, parágrafo segundo do CPC, além do não conhecimento do recurso o que implica na não interrupção do prazo recursal. Para tanto, registro que os embargos de declaração só são oponíveis para fins de omissão, contradição e obscuridade (artigo 1.022 do CPC), não cabendo para reanálise de prova ou de teses jurídicas adotadas pelas partes em seus petitórios, nem mesmo para o caso de pré-questionamento.

Intimem-se as partes.

Campinas, 04 de novembro de 2019.

Érica Escarassatte

Juíza do Trabalho

ÃO AOS CORREIOS:
NCONTRADO O DESTINATÁRIO, DEVOLVER
HS., CONF. PAR. ÚNICO ART. 774 DA CLT.

Poder Judiciário Federal
Justiça do Trabalho - TRT 15ª Região

Carta
9912353797-DR/SI
TRT 15ª Regiã
CORREIOS

12ª Vara do Trabalho de Campinas
Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123
(19) 32327997 - saj.12vt.campinas@trt15.jus.br

Postado em 19/11/2019

Destinatário:

Nome fantasia: E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA - EPP
Endereço: AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO , 543, JARDIM CAMPOS ELISEOS, CAMPINAS - SP - CEP: 13060-858

NOTIFICAÇÃO JUDICIAL EM PROCESSO ELETRÔNICO (PJe)

Processo: **0010396-28.2019.5.15.0131 - Processo PJe-JT**
Classe: **AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)**
Autor: **NATALIA GAMA CRUZ**
Réu:**ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA CNPJ: 45.779.006/0001-47, E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA - EPP CNPJ: 09.462.901/0001-70**

Fica V. Sa. notificado da sentença de ID 50bfe94 cujo dispositivo segue abaixo:

"III - DISPOSITIVO

Diante do exposto, nos autos da reclamação trabalhista que **NATALIA GAMA CRUZ** propôs em face de **ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA** e **E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA** julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos, nos termos da fundamentação supra que passa a fazer parte integrante deste dispositivo para todos os efeitos legais.

Custas processuais pela reclamada, no valor de R$600,00 calculadas sobre o valor de R$ 30.000,00, arbitrado à condenação.

Atentem as partes que a oposição infundada de embargos de declaração, com fito procrastinatório, será apenada com a multa prevista no artigo 1.026, parágrafo segundo do CPC, além do não conhecimento do recurso o que implica na não interrupção do prazo recursal. Para tanto, registro que os embargos de declaração só são oponíveis para fins de omissão, contradição e obscuridade (artigo 1.022 do CPC), não cabendo para reanálise de prova ou de teses jurídicas adotadas pelas partes em seus petitórios, nem mesmo para o caso de pré-questionamento.

Intimem-se as partes.

Campinas, 04 de novembro de 2019.

Érica Escarassatte

Juíza do Trabalho"

A petição inicial e documentos poderão ser acessados apenas em meio eletrônico, mediante consulta ao seguinte endereço na internet: **http://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam**, digitando no campo "número do documento" o(s) número(s) descrito(s) como chave(s) de acesso, abaixo identificado(s):

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Sentença	Notificação	19110811431518700000119393096
Sentença	Sentença	19101814115208500000118072212
Ata da Audiência	Ata da Audiência	19092714431486300000116652680
Comprovante pgamento verbas rescisórias	Recibo	19092708065084900000116610638
Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT)	Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT)	19092708062739400000116610627
Pedido de demissão	Documento Diverso	19092708060679000000116610623
Recibo de Férias	Recibo de Férias	19092708053624900000116610612
Contracheque/Recibo de Salário	Contracheque/Recibo de Salário	19092708052441200000116610609

Contrato de Trabalho	Contrato de Trabalho	190927080502665000 00116610592
Contestação Primeira Reclamada	Contestação	190927080427005000 00116610581
Procuração	Procuração	190926145834296000 00116569952
Habilitação	Apresentação de Procuração	190926145729614000 00116569891
Devolução de mandado de ID 65d493e	Certidão	190923153435077000 00116268353
Devolução de mandado de ID 0da8e84	Certidão	190923153333911000 00116267919
Mandado	Mandado	190912114200299000 00115537621
Mandado	Mandado	190912114200205000 00115537620
Despacho	Notificação	190911103339362000 00115430311
Despacho	Despacho	190911101944313000 00115428014
Notificação entregue 1ª reclamada	Certidão	190910110159148000 00115331262
Notificação entregue 2ª reclamada	Certidão	190910105957480000 00115330822
Notificação	Notificação	190409111019390000 00105114780
Notificação	Notificação	190409111019258000 00105114778
Intimação	Intimação	190409111019076000 00105114777
Procuração	Procuração	190408085140883000 00104991383
Declaração de Hipossuficiência	Declaração de Hipossuficiência	190408085151369000 00104991399
Juntada	Manifestação	190408085050780000 00104991352
Despacho	Notificação	190404162402845000 00104863627
Despacho	Despacho	190404131245114000 00104832594
Saldo FGTS	Documento Diverso	190325163314776000 00104044003
TRCT	Documento Diverso	190325163240322000 00104043876
Holerites	Documento Diverso	190325163244751000 00104043893
Extrato pagamentos	Documento Diverso	190325163310818000 00104043989
CCT	Documento Diverso	190325163321822000 00104044021
Procuração	Documento Diverso	190325163205598000 00104043738

Hipossuficiencia	Documento Diverso	190325163224120000 00104043816
CTPS	Documento Diverso	190325163227277000 00104043831
Comprovante de endereço	Documento Diverso	190325163159739000 00104043707
CNH	Documento Diverso	190325163150877000 00104043667
Petição Inicial	Petição Inicial	190325162744965000 00104042862

Em 14 de Novembro de 2019.

VIVIAM OLIVEIRA DA SILVA CANTALEJO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (2)

Fica V.Sa intimado para tomar ciência que foi designado como perito, devendo entregar o laudo pericial até o dia 03/04/2020.

CAMPINAS/SP, 09 de dezembro de 2019.

ROSANA MIDORI DE SOUZA
Servidor

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
12ª Vara do Trabalho de Campinas

Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123
TEL.: (19) 32327997 - EMAIL: saj.12vt.campinas@trt15.jus.br

PROCESSO: 0010396-28.2019.5.15.0131

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA e outros

rms

D E S P A C H O

Para maior celeridade na fase processual que se inicia, em observância ao inciso LXXV, do artigo 5º da CF, combinado com o § 6º do artigo 879, da CLT., nomeio o perito, Sr. **EVANDO PEREIRA BARRETO,** para apresentar laudo pericial contábil, no prazo de 60 dias, a partir do recebimento da notificação desta medida, fixando o valor dos seus honorários em R$ 1.800,00, podendo este valor ser revisado, conforme se mostrar a complexidade e volume de trabalho.

O perito deverá pautar-se pelos princípios da imparcialidade, celeridade e economia processuais e, a injustificada inércia ou atraso na entrega do trabalho a ser elaborado, sujeitará o inadimplente às penalidades previstas no art. 468 do CPC de 2015, em especial a constante do § único deste aresto.

Critérios de apuração conforme o título executivo. No silêncio, observem-se os seguintes:

a) Responsabilidade pelo recolhimento do imposto de renda e contribuições sociais como os detalhamentos correlatos, conforme o verbete 368, itens II e III da Súmula do TST. Juros não se tributam (TST, SBDI, OJ, 400).

b) Atualização dos créditos constantes no título executivo a partir da data de vencimento prevista em texto normativo. Não existindo, será observado o verbete 381 da Súmula do TST. No caso de danos morais, quando concedidos, a recomposição ocorre a partir da sentença (STJ., Súmula, 362).

c) Juros consoante a Lei nº 8.177/1991, art. 39, § 1º e os verbetes 200 e 211 da Súmula e 300, OJ/SBDI-1 do TST. Nas causas contra a Fazenda Pública, juros conforme o verbete 7, OJ, Tribunal Pleno do TST ou, se foi condenada subsidiariamente, o verbete 382, OJ/SBDI-1 do TST. Não se aplica a Taxa Selic por existir critério próprio (CLT, art. 769) (TST, RR 0004217-34.2006.5.09.0663, 4ª T., Relator Fernando Enzo Ono, DEJT 20/05/2011).

d) Autorizada a dedução de pagamentos realizados sob a mesma rubrica das verbas acolhidas no título executivo, desde que comprovados até o encerramento da instrução, observando o verbete 415, OJ, da SBDI-1/TST.

e) Sobre a base de cálculo, nas prestações sucessivas será observada a evolução salarial. Nos outros casos, o salário da época de vencimento da verba. Salvo disposição específica no título executivo ou em texto normativo.

Após, venham conclusos para apreciação das contas.

Ciência às partes e ao Sr. Perito.

Em 9 de Dezembro de 2019

Juiz(íza) do Trabalho

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
12ª Vara do Trabalho de Campinas

Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123
TEL.: (19) 32327997 - EMAIL: saj.12vt.campinas@trt15.jus.br

PROCESSO: 0010396-28.2019.5.15.0131

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA e outros

rms

D E S P A C H O

Para maior celeridade na fase processual que se inicia, em observância ao inciso LXXV, do artigo 5º da CF, combinado com o § 6º do artigo 879, da CLT., nomeio o perito, Sr. **EVANDO PEREIRA BARRETO,** para apresentar laudo pericial contábil, no prazo de 60 dias, a partir do recebimento da notificação desta medida, fixando o valor dos seus honorários em R$ 1.800,00, podendo este valor ser revisado, conforme se mostrar a complexidade e volume de trabalho.

O perito deverá pautar-se pelos princípios da imparcialidade, celeridade e economia processuais e, a injustificada inércia ou atraso na entrega do trabalho a ser elaborado, sujeitará o inadimplente às penalidades previstas no art. 468 do CPC de 2015, em especial a constante do § único deste aresto.

Critérios de apuração conforme o título executivo. No silêncio, observem-se os seguintes:

a) Responsabilidade pelo recolhimento do imposto de renda e contribuições sociais como os detalhamentos correlatos, conforme o verbete 368, itens II e III da Súmula do TST. Juros não se tributam (TST, SBDI, OJ, 400).

b) Atualização dos créditos constantes no título executivo a partir da data de vencimento prevista em texto normativo. Não existindo, será observado o verbete 381 da Súmula do TST. No caso de danos morais, quando concedidos, a recomposição ocorre a partir da sentença (STJ., Súmula, 362).

c) Juros consoante a Lei nº 8.177/1991, art. 39, § 1º e os verbetes 200 e 211 da Súmula e 300, OJ/SBDI-1 do TST. Nas causas contra a Fazenda Pública, juros conforme o verbete 7, OJ, Tribunal Pleno do TST ou, se foi condenada subsidiariamente, o verbete 382, OJ/SBDI-1 do TST. Não se aplica a Taxa Selic por existir critério próprio (CLT, art. 769) (TST, RR 0004217-34.2006.5.09.0663, 4ª T., Relator Fernando Enzo Ono, DEJT 20/05/2011).

d) Autorizada a dedução de pagamentos realizados sob a mesma rubrica das verbas acolhidas no título executivo, desde que comprovados até o encerramento da instrução, observando o verbete 415, OJ, da SBDI-1/TST.

e) Sobre a base de cálculo, nas prestações sucessivas será observada a evolução salarial. Nos outros casos, o salário da época de vencimento da verba. Salvo disposição específica no título executivo ou em texto normativo.

Após, venham conclusos para apreciação das contas.

Ciência às partes e ao Sr. Perito.

Em 9 de Dezembro de 2019

Juiz(íza) do Trabalho

ÃO AOS CORREIOS:
NCONTRADO O DESTINATÁRIO, DEVOLVER
HS., CONF. PAR. ÚNICO ART. 774 DA CLT.

Poder Judiciário Federal
Justiça do Trabalho - TRT 15ª Região

Carta
9912353797-DR/SI
TRT 15ª Regiã
CORREIOS

12ª Vara do Trabalho de Campinas
Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123
(19) 32327997 - saj.12vt.campinas@trt15.jus.br

Postado em 14/01/2020

Destinatário: E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA - EPP
Endereço: AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO , 543, JARDIM CAMPOS ELISEOS, CAMPINAS - SP - CEP: 13060-858

NOTIFICAÇÃO JUDICIAL EM PROCESSO ELETRÔNICO (PJe)

Processo: **0010396-28.2019.5.15.0131 - Processo PJe-JT**
Classe: **AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)**
Autor: **NATALIA GAMA CRUZ**
Réu:**ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA CNPJ: 45.779.006/0001-47, E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA - EPP CNPJ: 09.462.901/0001-70**

Fica V. Sa. notificado do despacho cujo teor segue abaixo:

"

D E S P A C H O

Para maior celeridade na fase processual que se inicia, em observância ao inciso LXXV, do artigo 5º da CF, combinado com o § 6º do artigo 879, da CLT., nomeio o perito, Sr. **EVANDO PEREIRA BARRETO,** para apresentar laudo pericial contábil, no prazo de 60 dias, a partir do recebimento da notificação desta medida, fixando o valor dos seus honorários em R$ 1.800,00, podendo este valor ser revisado, conforme se mostrar a complexidade e volume de trabalho.

O perito deverá pautar-se pelos princípios da imparcialidade, celeridade e economia processuais e, a injustificada inércia ou atraso na entrega do trabalho a ser elaborado, sujeitará o inadimplente às penalidades previstas no art. 468 do CPC de 2015, em especial a constante do § único deste aresto.

Critérios de apuração conforme o título executivo. No silêncio, observem-se os seguintes:

a) Responsabilidade pelo recolhimento do imposto de renda e contribuições sociais como os detalhamentos correlatos, conforme o verbete 368, itens II e III da Súmula do TST. Juros não se tributam (TST, SBDI, OJ, 400).

b) Atualização dos créditos constantes no título executivo a partir da data de vencimento prevista em texto normativo. Não existindo, será observado o verbete 381 da Súmula do TST. No caso de danos morais, quando concedidos, a recomposição ocorre a partir da sentença (STJ., Súmula, 362).

c) Juros consoante a Lei nº 8.177/1991, art. 39, § 1º e os verbetes 200 e 211 da Súmula e 300, OJ/SBDI-1 do TST. Nas causas contra a Fazenda Pública, juros conforme o verbete 7, OJ, Tribunal Pleno do TST ou, se foi condenada subsidiariamente, o verbete 382, OJ/SBDI-1 do TST. Não se aplica a Taxa Selic por existir critério próprio (CLT, art. 769) (TST, RR 0004217-34.2006.5.09.0663, 4ª T., Relator Fernando Enzo Ono, DEJT 20/05/2011).

d) Autorizada a dedução de pagamentos realizados sob a mesma rubrica das verbas acolhidas no título executivo, desde que comprovados até o encerramento da instrução, observando o verbete 415, OJ, da SBDI-1/TST.

e) Sobre a base de cálculo, nas prestações sucessivas será observada a evolução salarial. Nos outros casos, o salário da época de vencimento da verba. Salvo disposição específica no título executivo ou em texto normativo.

Após, venham conclusos para apreciação das contas.

Ciência às partes e ao Sr. Perito.

Em 9 de Dezembro de 2019

Juiz(íza) do Trabalho"

Assinado eletronicamente por: **LUCIENE TAVARES TEIXEIRA** - 09/12/2019 14:02:07 - 1595ab1
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19120912562003000000121327174
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 19120912562003000000121327174

A petição inicial e documentos poderão ser acessados apenas em meio eletrônico, mediante consulta ao seguinte endereço na internet: **http://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam**, digitando no campo "número do documento" o(s) número(s) descrito(s) como chave(s) de acesso, abaixo identificado(s):

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Despacho	Notificação	19120914020773800000121336329
Despacho	Despacho	19120912562003000000121327174
Intimação	Intimação	19120912573466300000121327297
Intimação	Intimação	19111411272340500000119800210
Sentença	Notificação	19110811431518700000119393096
Sentença	Sentença	19101814115208500000118072212
Ata da Audiência	Ata da Audiência	19092714431486300000116652680
Comprovante pgamento verbas rescisórias	Recibo	19092708065084900000116610638
Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT)	Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT)	19092708062739400000116610627
Pedido de demissão	Documento Diverso	19092708060679000000116610623
Recibo de Férias	Recibo de Férias	19092708053624900000116610612
Contracheque/Recibo de Salário	Contracheque/Recibo de Salário	19092708052441200000116610609
Contrato de Trabalho	Contrato de Trabalho	19092708050266500000116610592
Contestação Primeira Reclamada	Contestação	19092708042700500000116610581
Procuração	Procuração	19092614583429600000116569952
Habilitação	Apresentação de Procuração	19092614572961400000116569891
Devolução de mandado de ID 65d493e	Certidão	19092315343507700000116268353
Devolução de mandado de ID 0da8e84	Certidão	19092315333391100000116267919
Mandado	Mandado	19091211420029900000115537621
Mandado	Mandado	19091211420020500000115537620
Despacho	Notificação	19091110333936200000115430311
		19091110194431300

Despacho	Despacho	00115428014
Notificação entregue 1ª reclamada	Certidão	190910110159148000 00115331262
Notificação entregue 2ª reclamada	Certidão	190910105957480000 00115330822
Notificação	Notificação	190409111019390000 00105114780
Notificação	Notificação	190409111019258000 00105114778
Intimação	Intimação	190409111019076000 00105114777
Procuração	Procuração	190408085140883000 00104991383
Declaração de Hipossuficiência	Declaração de Hipossuficiência	190408085151369000 00104991399
Juntada	Manifestação	190408085050780000 00104991352
Despacho	Notificação	190404162402845000 00104863627
Despacho	Despacho	190404131245114000 00104832594
Saldo FGTS	Documento Diverso	190325163314776000 00104044003
TRCT	Documento Diverso	190325163240322000 00104043876
Holerites	Documento Diverso	190325163244751000 00104043893
Extrato pagamentos	Documento Diverso	190325163310818000 00104043989
CCT	Documento Diverso	190325163321822000 00104044021
Procuração	Documento Diverso	190325163205598000 00104043738
Hipossuficiencia	Documento Diverso	190325163224120000 00104043816
CTPS	Documento Diverso	190325163227277000 00104043831
Comprovante de endereço	Documento Diverso	190325163159739000 00104043707
CNH	Documento Diverso	190325163150877000 00104043667
Petição Inicial	Petição Inicial	190325162744965000 00104042862

Em 10 de Dezembro de 2019.

ROSANA MIDORI DE SOUZA

ADVOCACIA MANFREDINI

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 12 VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

Processo n. **0010396-28.2019.5.15.0131**

NATALIA GAMA CRUZ, devidamente qualificada nos autos, por seu procurador, que esta subscreve, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, expor e requer o que segue.

No dia 9/12/2019, foi despachado a nomeação do Sr. Perito EVANDO PEREIRA BARRETO, para apresentar laudo pericial contábil, no prazo de 60 dias, a partir do recebimento da notificação desta medida, fixando o valor dos seus honorários em R$ 1.800,00, podendo este valor ser revisado, conforme se mostrar a complexidade e volume de trabalho.

Ocorre que, em 13/03/2020, mais de 90 dias após a nomeação e notificação do Sr. Perito, o mesmo não apresentou os cálculos.

Como sabido, as verbas se tratam de alimentos, tendo a Reclamante urgência no seu recebimento.

Isto posto, requer a intimação do Sr. Perito para que apresente os cálculos em 5 dias ou, não entendendo dessa forma, que seja designado novo perito para o caso.

Rua Dr. Antonio de Castro Prado, 396 – Taquaral, Campinas – São Paulo - CEP 13076-130
Fone (19) 3252-4794 / 99607-6677 / 99795-2795- E-mail: manfredini.adv@aasp.org.br e vitor_manfredini@hotmail.com

Assinado eletronicamente por: VITOR MANFREDINI - 13/03/2020 10:20:35 - b37dee1
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20031310200437700000126244638
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. b37dee1 - Pág. 1
Número do documento: 20031310200437700000126244638

Termos em que,

Pede Deferimento.

Campinas, 13 de março de 2020.

VITOR MANFREDINI

OAB/SP 390.855

Rua Dr. Antonio de Castro Prado, 396 – Taquaral, Campinas – São Paulo - CEP 13076-130

Fone (19) 3252-4794 / 99607-6677 / 99795-2795- E-mail: manfredini.adv@aasp.org.br e vitor_manfredini@hotmail.com

Assinado eletronicamente por: VITOR MANFREDINI - 13/03/2020 10:20:35 - b37dee1
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20031310200437700000126244638
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. b37dee1 - Pág. 2
Número do documento: 20031310200437700000126244638

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (2)

Destinatário: EVANDO PEREIRA BARRETO

Fica V.Sa intimado de que deverá entregar o laudo pericial até o dia 20/03/2020.

CAMPINAS/SP, 13 de março de 2020.

MARCIA CRISTINA SCALDINI DE CASTRO
Servidor

EVANDO PEREIRA BARRETO
Perito Judicial – CRC 1SP223.634

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS.

PROCESSO: 0010396-28.2019.5.15.0131

EVANDO PEREIRA BARRETO, perito nomeado nos autos do processo em referência, em que NATALIA GAMA CRUZ move contra ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA e E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA, tendo em vista o r. despacho (ID "1595ab1"), vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., apresentar o resultado do seu trabalho, consubstanciado no incluso **LAUDO PERICIAL**.

Isto posto, solicitamos perante a V. Exa., arbitrar os honorários para o presente trabalho que "data venia" são estimados em R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais), em conformidade com o valor estabelecido pelo MM. Juízo (ID "1595ab1"), em 09 de dezembro de 2019.

Requer, outrossim, se não forem pagos na data determinada por V.Exa., que haja a aplicação das cominações legais, inclusive juros.

Rua do Orfanato, 529, conj. 1004, Vila Prudente, São Paulo/SP – CEP 03131-010
Tel.: (11) 96404-5058 / e-mail: evandobarreto@gmail.com

EVANDO PEREIRA BARRETO
Perito Judicial – CRC 1SP223.634

Na expectativa de atendimento ao que ora requer, mui respeitosamente,

Pede Deferimento,
São Paulo/SP, 16 de março de 2020.

EVANDO PEREIRA BARRETO
- Perito do Juízo -

Rua do Orfanato, 529, conj. 1004, Vila Prudente, São Paulo/SP – CEP 03131-010
Tel.: (11) 96404-5058 / e-mail: evandobarreto@gmail.com

EVANDO PEREIRA BARRETO
Perito Judicial – CRC 1SP223.634

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS.

PROCESSO: 0010396-28.2019.5.15.0131

EVANDO PEREIRA BARRETO, Contador, inscrito no CRC 1SP.223.634/O-1, Perito Judicial nomeado nos autos do processo em referência, em que NATALIA GAMA CRUZ move contra ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA e E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA, dando cumprimento ao presente mandato, apresenta e submete à douta apreciação de V. Exa., o resultado de seu trabalho, consubstanciado no incluso

L A U D O P E R I C I A L

C O N T Á B I L

Rua do Orfanato, 529, conj. 1004, Vila Prudente, São Paulo/SP – CEP 03131-010
Tel.: (11) 96404-5058 / e-mail: evandobarreto@gmail.com

EVANDO PEREIRA BARRETO
Perito Judicial – CRC 1SP223.634

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Tem por objetivo o presente trabalho, dar cumprimento à r. Sentença de ID "50bfe94" que julgou PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados pela reclamante NATALIA GAMA CRUZ em face de ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA e E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA, nos termos da fundamentação da r. Decisão, para condenar ao pagamento de:

- Integração dos prêmios em décimo terceiro salário, férias acrescidas do terço constitucional e FGTS;
- Dobra de férias (2018/2019) acrescidas do terço constitucional;
- Diferenças dos depósitos fundiários de todo o período laboral;
- Multa do artigo 467 da CLT;
- Multa do §8ª, artigo 477 da CLT;
- Indenização por danos morais de R$ 5.000,00;
- Honorários advocatícios em favor do patrono da reclamante de 10% sobre o valor líquido apurado;

A r. Sentença determinou ainda que fossem observados os seguintes parâmetros:

- Responsabilidade subsidiária da segunda reclamada em todo o período de apuração;
- Autorizada a dedução de valores pagos a iguais títulos;
- Índices de correção monetária do mês subsequente ao da prestação do serviço;

Rua do Orfanato, 529, conj. 1004, Vila Prudente, São Paulo/SP – CEP 03131-010
Tel.: (11) 96404-5058 / e-mail: evandobarreto@gmail.com

EVANDO PEREIRA BARRETO
Perito Judicial – CRC 1SP223.634

- Juros de mora de 1% ao mês de forma simples, contados a partir da propositura da ação;
- Recolhimentos de encargos previdenciários calculados mês a mês, relativamente às verbas com natureza de salário-de-contribuição;
- Encargos fiscais conforme disposto na Lei n. 7.713/1988 (art. 12-A) e na Instrução Normativa RFB n. 1.127/2011.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Após análise e estudos dos autos, constatou-se que os documentos existentes são suficientes para a elaboração deste honroso encargo, não havendo necessidade de diligência para a conclusão do trabalho.

Assim sendo, passa à elaboração dos cálculos que ora apresenta, consubstanciados em 12 (doze) anexos elucidativos, que fazem parte integrante do presente laudo.

ANEXOS 01 a 02:

Demonstram a integração da média de prêmios reconhecida em sentença (R$ 1.088,35) em décimo terceiros salários e férias acrescidas do terço constitucional.

Rua do Orfanato, 529, conj. 1004, Vila Prudente, São Paulo/SP – CEP 03131-010
Tel.: (11) 96404-5058 / e-mail: evandobarreto@gmail.com

EVANDO PEREIRA BARRETO
Perito Judicial – CRC 1SP223.634

ANEXO 03:

Quadro demonstrativo da apuração da dobra de férias referente ao período aquisitivo 2018/2019, acrescidas do terço constitucional, considerando como base de cálculo a remuneração auferida pela reclamante, ou seja, salário base e média de prêmios reconhecida em sentença.

ANEXO 04:

Demonstra a apuração, mês a mês, do cálculo do fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), pela aplicação do percentual de 8%, calculadas sobre as verbas deferidas apuradas, bem como sobre a média de prêmios reconhecida na r. Sentença.

Conforme prevê a Orientação Jurisprudencial 195 da SDI-I do C. TST, não há incidência do FGTS sobre as férias indenizadas.

ANEXO 05:

Demonstra a apuração, mês a mês, das diferenças dos depósitos fundiários (FGTS) referente a todo o período laboral, pelo confronto entre os valores apurados e os recolhidos, conforme base de cálculo apontado nos comprovantes de pagamentos juntados aos autos.

Não há nos autos nenhum documento que comprove o recolhimento fundiário ao longo do contrato de trabalho.

Rua do Orfanato, 529, conj. 1004, Vila Prudente, São Paulo/SP – CEP 03131-010
Tel.: (11) 96404-5058 / e-mail: evandobarreto@gmail.com

EVANDO PEREIRA BARRETO
Perito Judicial – CRC 1SP223.634

ANEXO 06:

Apuram-se neste demonstrativo os valores das multas deferidas previstas nos artigos 467 e 477 da CLT.

Artigo 467 da CLT:

"Em caso de rescisão de contrato de trabalho, havendo controvérsia sobre o montante das verbas rescisórias, o empregador é obrigado a pagar ao trabalhador, à data do comparecimento à Justiça do Trabalho, a parte incontroversa dessas verbas, sob pena de pagá-las acrescidas de cinquenta por cento".

Artigo 477, § 8º da CLT:

"A inobservância do disposto no § 6º deste artigo sujeitará o infrator à multa de 160 BTN, por trabalhador, bem assim ao pagamento da multa a favor do empregado, em valor equivalente ao seu salário, devidamente corrigido pelo índice de variação do BTN, salvo quando, comprovadamente, o trabalhador der causa à mora". (grifo nosso)

ANEXO 07:

Neste anexo demonstra a atualização da indenização por danos morais no montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme determinação da r. Sentença, corrigidos a partir da data da publicação da sentença (08.11.2019).

Rua do Orfanato, 529, conj. 1004, Vila Prudente, São Paulo/SP – CEP 03131-010
Tel.: (11) 96404-5058 / e-mail: evandobarreto@gmail.com

EVANDO PEREIRA BARRETO
Perito Judicial – CRC 1SP223.634

ANEXO 08:

Apura-se neste anexo os valores referentes aos juros de mora, considerando 1,0% ao mês de forma simples, *pro rata die* (Lei 8.177/91, art. 39, §1º), contados a partir da data da propositura da ação (art. 883 da CLT), aplicados sobre as verbas deferidas apuradas e atualizadas.

Conforme súmula nº 439 do c. TST e art. 883 da CLT, os juros de mora sobre a indenização por danos morais incidem desde o ajuizamento da ação.

ANEXOS 09 e 10:

Quadros demonstrativos dos encargos previdenciários, observando os parâmetros determinados pela r. sentença, bem como na legislação pertinente, tendo por base as verbas deferidas apuradas, cota do empregado e empregador.

Para o ramo de atividade principal da reclamada (1413-4/01-Confecção de roupas profissionais, exceto sob medida), a empresa se enquadra no FPAS 507, sendo a seguinte distribuição:

FPAS 507	
(+) Previdência social	20,00%
(+) RAT (Risco de Acidente de Trabalho)	2,00%
(=) TOTAL DE ENCARGOS COTA EMPREGADOR	22,00%

Rua do Orfanato, 529, conj. 1004, Vila Prudente, São Paulo/SP – CEP 03131-010
Tel.: (11) 96404-5058 / e-mail: evandobarreto@gmail.com

Assinado eletronicamente por: EVANDO PEREIRA BARRETO - 20/03/2020 10:47:33 - 10219cd
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20032010472005500000126676566
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. 10219cd - Pág. 8
Número do documento: 20032010472005500000126676566

EVANDO PEREIRA BARRETO
Perito Judicial – CRC 1SP223.634

Em consulta ao portal do simples nacional, observamos que a reclamada não está enquadrada no referido programa, conforme documento anexado ao final deste trabalho.

ANEXO 11:

Quadro demonstrativo do cálculo dos encargos fiscais, tendo por base a IN 1127/2011 da SRF, ou seja, observou-se a média extraída da divisão do montante atualizado sem juros de mora por 3 (três) meses, já somados os décimos terceiros salários do período, resultando no enquadramento de isenção do referido imposto.

ANEXO 12:

Quadro Resumo Geral, onde são apresentadas todas as verbas apuradas, atualizadas até 01 de janeiro de 2020.

Correção Monetária: Os índices de correção utilizados referem-se ao mês seguinte à prestação do serviço, conforme artigo 39 da Lei 8.177/91, art. 459, §1º, da CLT e Súmula 381 do C. TST, sendo considerado à acumulação da taxa referencial (TRD) até 24 de março de 2015 e IPCA-e a partir de 25 de março de 2015.

NÃO HOUVE FORMULAÇÃO DE QUESITOS PELAS PARTES

Rua do Orfanato, 529, conj. 1004, Vila Prudente, São Paulo/SP – CEP 03131-010
Tel.: (11) 96404-5058 / e-mail: evandobarreto@gmail.com

EVANDO PEREIRA BARRETO
Perito Judicial
1SP223.634/O-1

QUADRO DEMONSTRATIVO DA INTEGRAÇÃO DOS PRÊMIOS PAGOS EM 13° SALÁRIO.

PROCESSO : 0010396-28.2019.5.15.0131
RECLAMANTE : NATALIA GAMA CRUZ
RECLAMADA : ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA e outras
ADMISSÃO : 02/01/2018
DEMISSÃO : 25/01/2019
DISTRIBUIÇÃO: 25/03/2019 ANEXO
PRESCRIÇÃO : 1

MÊS E ANO	MÉDIA DOS PRÊMIOS	VOLUME DE INTEG.	VALOR DO 13°SALÁRIO APURADO	CORREÇÃO MONETÁRIA 1-jan-20	VALOR DO 13°SALÁRIO CORRIGIDO
1	2	3	4	5	6
jan-18	1.088,35			1,0750556	0,00
fev-18	1.088,35			1,0709858	0,00
mar-18	1.088,35			1,0699159	0,00
abr-18	1.088,35			1,0676738	0,00
mai-18	1.088,35			1,0661811	0,00
jun-18	1.088,35			1,0544765	0,00
jul-18	1.088,35			1,0477707	0,00
ago-18	1.088,35			1,0464104	0,00
set-18	1.088,35			1,0454695	0,00
out-18	1.088,35			1,0394407	0,00
nov-18	1.088,35			1,0374695	0,00
dez-18	1.088,35			1,0391321	0,00
13°2018		12/12	1.088,35	1,0391321	1.130,94
jan-19	1.088,35			1,0360241	0,00
Verbas Rescisórias:					
13° Prop		01/12	90,70	1,0360241	93,96
F.Vencid					
F.Propor					
A.Prévio					
SOMA	14.148,55		1.179,05		1.224,90

Rua do Orfanato, 529, conj. 1004, Vila Prudente, São Paulo/SP – CEP 03131-010 - Tel.: (11) 96404-5058
e-mail: evandobarreto@gmail.com

EVANDO PEREIRA BARRETO
Perito Judicial
1SP223.634/O-1

QUADRO DEMONSTRATIVO DA INTEGRAÇÃO DOS PRÊMIOS PAGOS EM FÉRIAS + 1/3

PROCESSO : 0010396-28.2019.5.15.0131
RECLAMANTE : NATALIA GAMA CRUZ
RECLAMADA : ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA e outras
ADMISSÃO : 02/01/2018
DEMISSÃO : 25/01/2019
DISTRIBUIÇÃO: 25/03/2019 ANEXO
PRESCRIÇÃO : 2

MÊS E ANO	MÉDIA DOS PRÊMIOS	VOLUME DE INTEG.	VALOR DA APURADO FÉRIAS+1/3	CORREÇÃO MONETÁRIA 1-jan-20	REFLEXOS CORRIGIDO FÉRIAS+1/3
1	2	3	4	5	6
jan-18	1.088,35			1,0750556	0,00
fev-18	1.088,35			1,0709858	0,00
mar-18	1.088,35			1,0699159	0,00
abr-18	1.088,35			1,0676738	0,00
mai-18	1.088,35			1,0661811	0,00
jun-18	1.088,35			1,0544765	0,00
jul-18	1.088,35			1,0477707	0,00
ago-18	1.088,35			1,0464104	0,00
set-18	1.088,35			1,0454695	0,00
out-18	1.088,35			1,0394407	0,00
nov-18	1.088,35			1,0374695	0,00
dez-18	1.088,35		1.451,13	1,0391321	1.507,92
13°2018					
jan-19	1.088,35	12/12+1/3		1,0360241	0,00
Verbas Rescisórias:					
13° Prop					
F.Vencid					
F.Propor		01/12+1/3	120,92	1,0360241	125,28
A.Prévio					
SOMA	14.148,55		1.572,05		1.633,20

Rua do Orfanato, 529, conj. 1004, Vila Prudente, São Paulo/SP – CEP 03131-010 - Tel.: (11) 96404-5058
e-mail: evandobarreto@gmail.com

EVANDO PEREIRA BARRETO
Perito Judicial
1SP223.634/O-1

QUADRO DEMONSTRATIVO DA APURAÇÃO DA DOBRA DE FÉRIAS 2018/2019 + 1/3

PROCESSO : 0010396-28.2019.5.15.0131
RECLAMANTE : NATALIA GAMA CRUZ
RECLAMADA : ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA e outras
ADMISSÃO : 02/01/2018
DEMISSÃO : 25/01/2019
DISTRIBUIÇÃO: 25/03/2019 ANEXO
PRESCRIÇÃO : 3

MÊS E ANO	REMUNERAÇÃO M E N S A L	VOLUME DE INTEG.	DOBRA DAS FÉRIAS+1/3 APURADA	CORREÇÃO MONETÁRIA 1-jan-20	DOBRA DAS FÉRIAS+1/3 CORRIGIDAS
1	2	3	4	5	6
jan-18	2.388,35			1,0750556	0,00
fev-18	2.488,35			1,0709858	0,00
mar-18	2.488,35			1,0699159	0,00
abr-18	2.488,35			1,0676738	0,00
mai-18	2.488,35			1,0661811	0,00
jun-18	2.488,35			1,0544765	0,00
jul-18	2.488,35			1,0477707	0,00
ago-18	2.528,35			1,0464104	0,00
set-18	2.528,35			1,0454695	0,00
out-18	2.528,35			1,0394407	0,00
nov-18	2.528,35			1,0374695	0,00
dez-18	2.528,35		3.371,12	1,0391321	3.503,04
13°2018					
jan-19	2.528,35	12/12+1/3		1,0360241	0,00
Verbas Rescisórias:					
13° Prop					
F.Vencid					
F.Propor					
A.Prévio					
SOMA	32.488,55		3.371,12		3.503,04

Rua do Orfanato, 529, conj. 1004, Vila Prudente, São Paulo/SP – CEP 03131-010 - Tel.: (11) 96404-5058
e-mail: evandobarreto@gmail.com

EVANDO PEREIRA BARRETO
Perito Judicial
1SP223.634/O-1

QUADRO DEMONSTRATIVO DA APURAÇÃO, MÊS A MÊS, DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO (FGTS), SOBRE AS VERBAS DEFERIDAS APURADAS E SOBRE PRÊMIOS PAGOS

PROCESSO : 0010396-28.2019.5.15.0131
RECLAMANTE : NATALIA GAMA CRUZ
RECLAMADA : ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA e outras
ADMISSÃO : 02/01/2018
DEMISSÃO : 25/01/2019
DISTRIBUIÇÃO: 25/03/2019 ANEXO
PRESCRIÇÃO : 4

MÊS E ANO	BASE DE CÁLCULO FGTS S/ VERBAS A P U R A D A S	FGTS (8%) S/ VERBAS APURADAS	FGTS (8%) PRÊMIOS PAGOS	CORREÇÃO MONETÁRIA 1-jan-20	V A L O R CORRIGIDO FGTS (8%)
1	2	3	4	5	6
jan-18	0,00	0,00	87,07	1,0750556	93,60
fev-18	0,00	0,00	87,07	1,0709858	93,25
mar-18	0,00	0,00	87,07	1,0699159	93,16
abr-18	0,00	0,00	87,07	1,0676738	92,96
mai-18	0,00	0,00	87,07	1,0661811	92,83
jun-18	0,00	0,00	87,07	1,0544765	91,81
jul-18	0,00	0,00	87,07	1,0477707	91,23
ago-18	0,00	0,00	87,07	1,0464104	91,11
set-18	0,00	0,00	87,07	1,0454695	91,03
out-18	0,00	0,00	87,07	1,0394407	90,50
nov-18	0,00	0,00	87,07	1,0374695	90,33
dez-18	4.822,25	385,78	87,07	1,0391321	491,35
13°2018	1.088,35	87,07	0,00	1,0391321	90,48
jan-19	0,00	0,00	72,56	1,0360241	75,17
Verbas Rescisórias:					
13° Prop	90,70	7,26		1,0360241	7,52
F.Vencid					
F.Propor					
A.Prévio					
SOMA	6.001,30	480,10	1.117,37		1.676,32

Rua do Orfanato, 529, conj. 1004, Vila Prudente, São Paulo/SP – CEP 03131-010 - Tel.: (11) 96404-5058
e-mail: evandobarreto@gmail.com

EVANDO PEREIRA BARRETO
Perito Judicial
1SP223.634/O-1

QUADRO DEMONSTRATIVO DA APURAÇÃO, MÊS A MÊS, DAS DIFERENÇAS DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO (FGTS) REFERENTE AO PERÍODO LABORAL.

PROCESSO : 0010396-28.2019.5.15.0131
RECLAMANTE : NATALIA GAMA CRUZ
RECLAMADA : ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA e outras
ADMISSÃO : 02/01/2018
DEMISSÃO : 25/01/2019
DISTRIBUIÇÃO: 25/03/2019 ANEXO
PRESCRIÇÃO : 5

MÊS E ANO	BASE DE CÁLCULO FGTS REFERENTE PERÍODO LABORAL	FGTS 8,00%	(-) VALOR RECOLHIDO	DIFERENÇA FGTS APURADA	CORREÇÃO MONETÁRIA 1-jan-20	DIFERENÇA FGTS (8%) CORRIGIDA
1	2	3	4	5	6	7
jan-18	1.256,67	100,53		100,53	1,0750556	108,08
fev-18	1.446,67	115,73		115,73	1,0709858	123,95
mar-18	1.400,00	112,00		112,00	1,0699159	119,83
abr-18	1.391,22	111,30		111,30	1,0676738	118,83
mai-18	1.400,00	112,00		112,00	1,0661811	119,41
jun-18	1.400,00	112,00		112,00	1,0544765	118,10
jul-18	1.400,00	112,00		112,00	1,0477707	117,35
ago-18	1.410,00	112,80		112,80	1,0464104	118,04
set-18	1.314,02	105,12		105,12	1,0454695	109,90
out-18	1.398,57	111,89		111,89	1,0394407	116,30
nov-18	2.120,00	169,60		169,60	1,0374695	175,95
dez-18	2.072,76	165,82		165,82	1,0391321	172,31
13°2018						
jan-19	48,00	3,84		3,84	1,0360241	3,98
Verbas Rescisórias:						
13° Prop	120,00	9,60		9,60	1,0360241	9,95
F.Vencid						
F.Propor						
A.Prévio						
SOMA	18.177,91	1.454,23		1.454,23		1.531,98

Rua do Orfanato, 529, conj. 1004, Vila Prudente, São Paulo/SP – CEP 03131-010 - Tel.: (11) 96404-5058
e-mail: evandobarreto@gmail.com

EVANDO PEREIRA BARRETO
Perito Judicial
1SP223.634/O-1

QUADRO DEMONSTRATIVO DA APURAÇÃO DO CÁLCULO DAS MULTAS PREVISTAS DOS ARTIGOS 467 E 477 DA CLT.

PROCESSO : 0010396-28.2019.5.15.0131
RECLAMANTE : NATALIA GAMA CRUZ
RECLAMADA : ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA e outras
ADMISSÃO : 02/01/2018
DEMISSÃO : 25/01/2019
DISTRIBUIÇÃO: 25/03/2019 ANEXO
PRESCRIÇÃO : 6

MÊS E ANO	MULTA ART.467 DA CLT	MULTA ART.477 DA CLT	CORREÇÃO MONETÁRIA 1-jan-20	MULTA ART.467 CORRIGIDA	MULTA ART.477 CORRIGIDA
1	2	3	4	5	6
jan-18			1,0750556	0,00	0,00
fev-18			1,0709858	0,00	0,00
mar-18			1,0699159	0,00	0,00
abr-18			1,0676738	0,00	0,00
mai-18			1,0661811	0,00	0,00
jun-18			1,0544765	0,00	0,00
jul-18			1,0477707	0,00	0,00
ago-18			1,0464104	0,00	0,00
set-18			1,0454695	0,00	0,00
out-18			1,0394407	0,00	0,00
nov-18			1,0374695	0,00	0,00
dez-18			1,0391321	0,00	0,00
13°2018					
jan-19	1.791,37	2.528,35	1,0360241	1.855,91	2.619,43
Verbas Rescisórias:					
13° Prop					
F.Vencid					
F.Propor					
A.Prévio					
SOMA	1.791,37	2.528,35		1.855,91	2.619,43

Rua do Orfanato, 529, conj. 1004, Vila Prudente, São Paulo/SP – CEP 03131-010 - Tel.: (11) 96404-5058
e-mail: evandobarreto@gmail.com

EVANDO PEREIRA BARRETO
Perito Judicial
1SP223.634/O-1

QUADRO DEMONSTRATIVO DA APURAÇÃO DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

PROCESSO : 0010396-28.2019.5.15.0131
RECLAMANTE : NATALIA GAMA CRUZ
RECLAMADA : ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA e outras
ADMISSÃO : 02/01/2018
DEMISSÃO : 25/01/2019
DISTRIBUIÇÃO: 25/03/2019 ANEXO
PRESCRIÇÃO : 7

DATA DA PUBLICAÇÃO	INDENIZAÇÃO DANO MORAL DEFERIDA	CORREÇÃO MONETÁRIA 1-jan-20	INDENIZAÇÃO DANO MORAL CORRIGIDA
1	2	3	4
08/11/2019	5.000,00	1,0114677	5.057,34
Verbas Rescisórias:			
13° Prop			
F.Vencid			
F.Propor			
A.Prévio			
SOMA	5.000,00		5.057,34

Rua do Orfanato, 529, conj. 1004, Vila Prudente, São Paulo/SP – CEP 03131-010 - Tel.: (11) 96404-5058
e-mail: evandobarreto@gmail.com

EVANDO PEREIRA BARRETO
Perito Judicial
1SP223.634/O-1

QUADRO DEMONSTRATIVO DA APURAÇÃO, MÊS A MÊS, DOS JUROS DE MORA, CONTADOS A PARTIR DA DISTRIBUIÇÃO DA AÇÃO.

PROCESSO : 0010396-28.2019.5.15.0131
RECLAMANTE : NATALIA GAMA CRUZ
RECLAMADA : ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA e outras
ADMISSÃO : 02/01/2018
DEMISSÃO : 25/01/2019
DISTRIBUIÇÃO: 25/03/2019 ANEXO
PRESCRIÇÃO : 8

MÊS E ANO	TOTAL DAS VERBAS CORRIGIDAS ATÉ 01-jan-20	TX.JUROS DE MORA 9,20000%	VALOR DOS JUROS DE MORA	TOTAL APURADO COM J.DE MORA 01-jan-20
1	2	3	4	5
jan-18	201,68	9,20000%	18,55	220,24
fev-18	217,20	9,20000%	19,98	237,18
mar-18	212,99	9,20000%	19,59	232,58
abr-18	211,79	9,20000%	19,48	231,27
mai-18	212,24	9,20000%	19,53	231,77
jun-18	209,91	9,20000%	19,31	229,22
jul-18	208,58	9,20000%	19,19	227,77
ago-18	209,14	9,20000%	19,24	228,39
set-18	200,93	9,20000%	18,49	219,41
out-18	206,80	9,20000%	19,03	225,83
nov-18	266,29	9,20000%	24,50	290,78
dez-18	5.674,62	9,20000%	522,07	6.196,69
13º2018	1.221,41	9,20000%	112,37	1.333,78
jan-19	4.554,49	9,20000%	419,01	4.973,50
nov-19	5.057,34	9,20000%	465,28	5.522,61
Verbas Rescisórias:				
13º Prop F.Vencid	111,43	9,20000%	10,25	121,68
F.Propor A.Prévio	125,28	9,20000%	11,53	136,81
SOMA	19.102,11		1.757,39	20.859,51

Rua do Orfanato, 529, conj. 1004, Vila Prudente, São Paulo/SP – CEP 03131-010 - Tel.: (11) 96404-5058
e-mail: evandobarreto@gmail.com

EVANDO PEREIRA BARRETO
Perito Judicial
1SP223.634/O-1

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS TENDO COMO BASE AS VERBAS DEFERIDAS APURADAS, RESPEITANDO O TETO MENSAL – COTA EMPREGADO

PROCESSO : 0010396-28.2019.5.15.0131
RECLAMANTE : NATALIA GAMA CRUZ
RECLAMADA : ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA e outras
ADMISSÃO : 02/01/2018
DEMISSÃO : 25/01/2019
DISTRIBUIÇÃO: 25/03/2019 ANEXO
PRESCRIÇÃO : 9

MÊS E ANO	BASE DE CÁLCULO I N S S	T E T O SALÁRIO CONTRIBUIÇÃO	ALÍQUOTAS INSS-DESC SALÁRIO	VALOR APURADO I N S S	CORREÇÃO MONETÁRIA 1-jan-20	VALOR INSS RECLAMANTE 01-jan-20
1	2	3	4	5	6	7
jan-18	0,00	5.645,80	0,00%	0,00	1,0750556	0,00
fev-18	0,00	5.645,80	0,00%	0,00	1,0709858	0,00
mar-18	0,00	5.645,80	0,00%	0,00	1,0699159	0,00
abr-18	0,00	5.645,80	0,00%	0,00	1,0676738	0,00
mai-18	0,00	5.645,80	0,00%	0,00	1,0661811	0,00
jun-18	0,00	5.645,80	0,00%	0,00	1,0544765	0,00
jul-18	0,00	5.645,80	0,00%	0,00	1,0477707	0,00
ago-18	0,00	5.645,80	0,00%	0,00	1,0464104	0,00
set-18	0,00	5.645,80	0,00%	0,00	1,0454695	0,00
out-18	0,00	5.645,80	0,00%	0,00	1,0394407	0,00
nov-18	0,00	5.645,80	0,00%	0,00	1,0374695	0,00
dez-18	4.822,25	5.645,80	11,00%	530,45	1,0391321	551,21
13°2018	1.088,35	5.645,80	8,00%	87,07	1,0391321	90,48
jan-19	0,00	5.645,80	0,00%	0,00	1,0360241	0,00
Verbas Rescisórias:						
13° Prop	90,70	5.645,80	8,00%	7,26	1,0360241	7,52
F.Vencid						
F.Propor						
A.Prévio						
SOMA	6.001,30			624,77		649,20

Rua do Orfanato, 529, conj. 1004, Vila Prudente, São Paulo/SP – CEP 03131-010 - Tel.: (11) 96404-5058
e-mail: evandobarreto@gmail.com

EVANDO PEREIRA BARRETO
Perito Judicial
1SP223.634/O-1

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS TENDO COMO BASE AS VERBAS DEFERIDAS APURADAS, RESPEITANDO O TETO MENSAL – COTA EMPREGADOR

PROCESSO : 0010396-28.2019.5.15.0131
RECLAMANTE : NATALIA GAMA CRUZ
RECLAMADA : ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA e outras
ADMISSÃO : 02/01/2018
DEMISSÃO : 25/01/2019
DISTRIBUIÇÃO: 25/03/2019 ANEXO
PRESCRIÇÃO : 10

MÊS E ANO	BASE DE CÁLCULO I N S S	CORREÇÃO MONETÁRIA 1-jan-20	BASE DE CÁLCULO ATUALIZADA	COTA EMPREGADOR 20,00%	RAT 2,00%	VALOR INSS PARTE DO EMPREGADOR
1	2	3	4	5	6	7
jan-18	0,00	1,0750556	0,00	0,00	0,00	0,00
fev-18	0,00	1,0709858	0,00	0,00	0,00	0,00
mar-18	0,00	1,0699159	0,00	0,00	0,00	0,00
abr-18	0,00	1,0676738	0,00	0,00	0,00	0,00
mai-18	0,00	1,0661811	0,00	0,00	0,00	0,00
jun-18	0,00	1,0544765	0,00	0,00	0,00	0,00
jul-18	0,00	1,0477707	0,00	0,00	0,00	0,00
ago-18	0,00	1,0464104	0,00	0,00	0,00	0,00
set-18	0,00	1,0454695	0,00	0,00	0,00	0,00
out-18	0,00	1,0394407	0,00	0,00	0,00	0,00
nov-18	0,00	1,0374695	0,00	0,00	0,00	0,00
dez-18	4.822,25	1,0391321	5.010,96	1.002,19	100,22	1.102,41
13°2018	1.088,35	1,0391321	1.130,94	226,19	22,62	248,81
jan-19	0,00	1,0360241	0,00	0,00	0,00	0,00
Verbas Rescisórias:						
13° Prop	90,70	1,0360241	93,96	18,79	1,88	20,67
F.Vencid						
F.Propor						
A.Prévio						
SOMA	6.001,30		6.235,86	1.247,17	124,72	1.371,89

Rua do Orfanato, 529, conj. 1004, Vila Prudente, São Paulo/SP – CEP 03131-010 - Tel.: (11) 96404-5058
e-mail: evandobarreto@gmail.com

EVANDO PEREIRA BARRETO
Perito Judicial
1SP223.634/O-1

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS VERBAS QUE TEM INCIDÊNCIA NO IMPOSTO DE RENDA ATUALIZADOS SEM A INCLUSÃO DO JUROS DE MORA.

PROCESSO : 0010396-28.2019.5.15.0131
RECLAMANTE : NATALIA GAMA CRUZ
RECLAMADA : ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA e outras
ADMISSÃO : 02/01/2018
DEMISSÃO : 25/01/2019
DISTRIBUIÇÃO: 25/03/2019 ANEXO
PRESCRIÇÃO : 11

MÊS E ANO	BASE DE CÁLCULO I R P F	CORREÇÃO MONETÁRIA 1-jan-20	VALOR ATUALIZADO P/IMP RENDA	(-) INSS COTA RECLAMANTE	BASE IRPF SEM JUROS 01-jan-20	VALOR I.RENDA APURADO
1	2	3	4	5	6	7
jan-18	0,00	1,0750556	0,00	0,00	0,00	
fev-18	0,00	1,0709858	0,00	0,00	0,00	
mar-18	0,00	1,0699159	0,00	0,00	0,00	
abr-18	0,00	1,0676738	0,00	0,00	0,00	
mai-18	0,00	1,0661811	0,00	0,00	0,00	
jun-18	0,00	1,0544765	0,00	0,00	0,00	
jul-18	0,00	1,0477707	0,00	0,00	0,00	
ago-18	0,00	1,0464104	0,00	0,00	0,00	
set-18	0,00	1,0454695	0,00	0,00	0,00	
out-18	0,00	1,0394407	0,00	0,00	0,00	
nov-18	0,00	1,0374695	0,00	0,00	0,00	
dez-18	4.822,25	1,0391321	5.010,96	551,21	4.459,75	
13°2018	1.088,35	1,0391321	1.130,94	90,48	1.040,46	
jan-19	0,00	1,0360241	0,00	0,00	0,00	
Verbas Rescisórias:						QDTE.MESES
13° Prop	90,70	1,0360241	93,96	7,52	86,45	3
F.Vencid						MÉDIA
F.Propor						1.862,22
A.Prévio						VLR.I.RENDA
SOMA	6.001,30		6.235,86	649,20	5.586,66	0,00

Rua do Orfanato, 529, conj. 1004, Vila Prudente, São Paulo/SP – CEP 03131-010 - Tel.: (11) 96404-5058
e-mail: evandobarreto@gmail.com

EVANDO PEREIRA BARRETO
Perito Judicial
1SP223.634/O-1

Q U A D R O R E S U M O F I N A L

PROCESSO : 0010396-28.2019.5.15.0131
RECLAMANTE : NATALIA GAMA CRUZ
RECLAMADA : ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA e outras
ADMISSÃO : 02/01/2018
DEMISSÃO : 25/01/2019
DISTRIBUIÇÃO: 25/03/2019 ANEXO
PRESCRIÇÃO : 12

	VERBAS	CORRIGIDAS	ATÉ	01/01/2020
D I S C R I M I N A Ç Ã O D A S V E R B A S	PRINCIPAL APURADO	PRINCIPAL CORRIGIDO	JUROS DE MORA 9,20%	PRINCIPAL APURADO CORRIGIDO
1	2	3	4	5
VERBAS APURADAS				
(+) Intregração da média de prêmios em 13° salários	1.179,05	1.224,90	112,69	1.337,59
(+) Intregração da média de prêmios em férias +1/3	1.572,05	1.633,20	150,25	1.783,45
(+) Dobra de férias (2018/2019) + 1/3	3.371,12	3.503,04	322,28	3.825,32
(+) Multa Art. 467 da CLT	1.791,37	1.855,91	170,74	2.026,65
(+) Multa §8°, art. 477 da CLT	2.528,35	2.619,43	240,99	2.860,42
(+) Indenização por dano moral	5.000,00	5.057,34	465,28	5.522,61
(=) SUB-TOTAL	**15.441,95**	**15.893,82**	**1.462,23**	**17.356,05**
FGTS A RECOLHER				
(+) FGTS (8%) sobre verbas apuradas	1.597,48	1.676,32	154,22	1.830,54
(+) FGTS (8%) sobre período laborado	1.454,23	1.531,98	140,94	1.672,92
(=) VALOR BRUTO APURADO EM FAVOR DA RECLAMANTE	**18.493,66**	**19.102,11**	**1.757,39**	**20.859,51**
(-) Descontos previdenciários	624,77	649,20	0,00	649,20
(-) Imposto de Renda Conf. INRFB 1127/11 e OJ 400 C.TST				**ISENTO**
(=) VALOR LÍQUIDO APURADO PARA A RECLAMANTE	**17.868,89**	**18.452,92**	**1.757,39**	**20.210,31**
(+) Honorários advocatícios 10%	1.786,89	1.845,29	175,74	2.021,03
BASE DE CÁLCULO INSS - COTA EMPREGADOR 6.001,30				
: Empresa 20,00%	1.200,26	1.247,17	0,00	1.247,17
: RAT 2,00%	120,03	124,72	0,00	124,72
(+) ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS - COTA EMPREGADOR	**1.320,29**	**1.371,89**	**0,00**	**1.371,89**
(=) TOTAL APURADO DO PROCESSO	**21.600,83**	**22.319,29**	**1.933,13**	**24.252,43**

Responsabilidade subsidiária da segunda reclamada em todo o período de apuração

Rua do Orfanato, 529, conj. 1004, Vila Prudente, São Paulo/SP – CEP 03131-010 - Tel.: (11) 96404-5058
e-mail: evandobarreto@gmail.com

EVANDO PEREIRA BARRETO
Perito Judicial – CRC 1SP223.634

TERMO DE ENCERRAMENTO

O presente trabalho foi elaborado em obediência às determinações contidas nos rs. Julgados.

Posto isto, e nada mais havendo a considerar, dá por cumprido o mandato e encerra o presente LAUDO PERICIAL CONTÁBIL constituído de 12 (doze) anexos de cálculos e 10 (dez) folhas de texto.

São Paulo/SP, 16 de março de 2020.

EVANDO PEREIRA BARRETO
- Perito do Juízo -

Rua do Orfanato, 529, conj. 1004, Vila Prudente, São Paulo/SP – CEP 03131-010
Tel.: (11) 96404-5058 / e-mail: evandobarreto@gmail.com

Simples Nacional - Consulta Optantes

Data da consulta: 11/03/2020

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ : **45.779.006/0001-47**
A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial : **ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional : **NÃO optante pelo Simples Nacional**

Situação no SIMEI: **NÃO optante pelo SIMEI**

Períodos Anteriores

Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Opções pelo SIMEI em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Agendamentos (Simples Nacional)

Agendamentos no Simples Nacional: **Não Existem**

Eventos Futuros (Simples Nacional)

Eventos Futuros no Simples Nacional: **Não Existem**

Eventos Futuros (SIMEI)

Eventos Futuros no SIMEI: **Não Existem**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (2)

Tomar ciência da apresentação do laudo pericial contábil.

CAMPINAS/SP, 25 de março de 2020.

MARCIA CRISTINA SCALDINI DE CASTRO
Servidor

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (2)

Tomar ciência da apresentação do laudo pericial contábil.

CAMPINAS/SP, 25 de março de 2020.

MARCIA CRISTINA SCALDINI DE CASTRO
Servidor

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 12 VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

Processo n. **0010396-28.2019.5.15.0131**

NATALIA GAMA CRUZ, devidamente qualificada nos autos, por seu procurador, que esta subscreve, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, informar que concorda com o cálculo apresentado pelo perito, bem como que, passado o prazo de manifestação pela Reclamada, que a mesma seja intimada para efetuar o pagamento.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Campinas, 26 de março de 2020.

VITOR MANFREDINI

OAB/SP 390.855

ADVOCACIA MANFREDINI

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 12 VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

Processo n. **0010396-28.2019.5.15.0131**

NATALIA GAMA CRUZ, devidamente qualificada nos autos, por seu procurador, que esta subscreve, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, expor e requer o que segue.

No dia 20/03 foi apresentado o Laudo pelo Perito, no valor de R$ 24.252,43 (vinte e quatro mil, duzentos e cinquenta e dois reais e quarenta e três centavos).

As partes foram intimadas no dia 04/05 para manifestação, no prazo de 10 dias úteis, que finalizaram-se no dia 18/05.

Neste prazo, a Requerente apresentou sua concordância expressa com o cálculo.

Contudo, a Requerida, até o momento não se manifestou, aplicando-se assim a concordância tácita ao laudo pericial contábil, prescrevendo seu direito de manifestação e eventual impugnação.

Rua Dr. Antonio de Castro Prado, 396 – Taquaral, Campinas – São Paulo - CEP 13076-130
Fone (19) 3252-4794 / 99607-6677 / 99795-2795- E-mail: manfredini.adv@aasp.org.br e vitor_manfredini@hotmail.com

Assinado eletronicamente por: VITOR MANFREDINI - 25/05/2020 22:04:36 - e7575b9
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20052522040133400000129532605
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. e7575b9 - Pág. 1
Número do documento: 20052522040133400000129532605

Sendo assim, é a presente para requerer a intimação da Requerida para que efetue o pagamento do valor de R$ 24.252,43 (vinte e quatro mil, duzentos e cinquenta e dois reais e quarenta e três centavos), devidamente atualizado e com juros, até quitação total, no prazo de 3 dias, sob pena de penhora online, entre outros.

Termos em que,
Pede Deferimento.
Campinas, 25 de maio de 2020.

VITOR MANFREDINI
OAB/SP 390.855

Rua Dr. Antonio de Castro Prado, 396 – Taquaral, Campinas – São Paulo - CEP 13076-130
Fone (19) 3252-4794 / 99607-6677 / 99795-2795- E-mail: manfredini.adv@aasp.org.br e vitor_manfredini@hotmail.com

Assinado eletronicamente por: VITOR MANFREDINI - 25/05/2020 22:04:36 - e7575b9
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20052522040133400000129532605
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. e7575b9 - Pág. 2
Número do documento: 20052522040133400000129532605

PJe-Calc
Sistema de Cálculos Trabalhistas

Processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Cálculo: 253034

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante: **NATALIA GAMA CRUZ**
Reclamado: **ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA**
Período do Cálculo: **25/01/2019 a 25/01/2019** Data Ajuizamento: **25/03/2019** Data Liquidação: **29/05/2020**

Resumo da Atualização do Cálculo

Descrição do Saldo Devedor por Credor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	21.313,93
MULTAS / INDENIZAÇÕES DEVIDAS PARA PERITO CONTÁBIL	1.800,00
MULTAS / INDENIZAÇÕES DEVIDAS PARA PATRONO RECTE	2.140,09
MULTAS / INDENIZAÇÕES DEVIDAS PARA UNIÃO	600,00
MULTAS / INDENIZAÇÕES DEVIDAS PARA INSS	2.021,09
IRPF DEVIDO PELO RECLAMANTE	0,00
Total Devido Pelo Reclamado	**27.875,11**

Não houve eventos no período compreendido entre a data de liquidação do cálculo e a data de liquidação da atualização.

Critério da Atualização e Fundamentação Legal

1. Valores corrigidos pelo índice 'Tabela Única JT Diário', acumulado a partir do mês de vencimento.
2. Contribuições sociais sobre 'salários devidos vencidos antes de 05/03/2009' sem acréscimo de juros e multa, conforme Art. 276, caput do Decreto nº 3.048/99. Contribuições sociais sobre 'salários devidos vencidos a partir de 05/03/2009' com acréscimo de juros desde a prestação do serviço e sem acréscimos de multa.

3. Multa e/ou indenização informada corrigida pelo índice "IPCA-E", acumulado a partir do mês de vencimento.

Assinado eletronicamente por: KALOYAN UBIRAJARA PREGNOLATTO - 29/05/2020 14:19:47 - 37b531f
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20052914194716400000129834893
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 20052914194716400000129834893

Processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Cálculo: 253034

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante: **NATALIA GAMA CRUZ**
Reclamado: **ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA**
Período do Cálculo: **25/01/2019 a 25/01/2019** Data Ajuizamento: **25/03/2019** Data Liquidação: **29/05/2020**

Demonstrativo da Atualização do Cálculo

Saldo Devedor em 29/05/2020

Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
PRINCIPAL LÍQUIDO devida pelo Reclamado	-	-	18.626,68	1,000000000	18.626,68	0,00	18.626,68
Juros de Mora até 29/05/2020	-	-	913,31	1,000000000	913,31	0,00	913,31
Juros de Mora de 29/05/2020 até 29/05/2020	18.626,68	0,0000%	-	-	0,00	0,00	0,00
JUROS devida pelo Reclamado	-	-	1.773,94	1,000000000	1.773,94	0,00	1.773,94
Total Parcial					**21.313,93**	**0,00**	**21.313,93**

Descontar dos Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Imposto de Renda devido pelo Reclamante	-	-	-	-	0,00	0,00	0,00
Total Parcial					**0,00**	**0,00**	**0,00**

Outros Débitos do Reclamado	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
CUSTAS devida para UNIÃO	-	-	600,00	1,000000000	600,00	0,00	600,00
HONORÁRIOS CONTÁBEIS devida para PERITO CONTÁBIL	-	-	1.800,00	1,000000000	1.800,00	0,00	1.800,00
INSS RECTE devida para INSS	-	-	649,20	1,000000000	649,20	0,00	649,20
INSS RECDA devida para INSS	-	-	1.371,89	1,000000000	1.371,89	0,00	1.371,89
HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA devida para PATRONO RECTE	-	-	2.040,06	1,000000000	2.040,06	0,00	2.040,06
Juros de Mora até 29/05/2020	-	-	100,03	1,000000000	100,03	0,00	100,03
Juros de Mora de 29/05/2020 até 29/05/2020	2.040,06	0,0000%	-	-	0,00	0,00	0,00

Assinado eletronicamente por: KALOYAN UBIRAJARA PREGNOLATTO - 29/05/2020 14:19:47 - 37b531f
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20052914194716400000129834893
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 20052914194716400000129834893

Total Parcial	**6.561,18**	**0,00**	**6.561,18**

Assinado eletronicamente por: KALOYAN UBIRAJARA PREGNOLATTO - 29/05/2020 14:19:47 - 37b531f
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20052914194716400000129834893
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 20052914194716400000129834893

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0010396-28.2019.5.15.0131** - Ação Trabalhista - Rito Ordinário
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (2)

DECISÃO

Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123

TEL.: (19) 32327997 - EMAIL: saj.12vt.campinas@trt15.jus.br

PROCESSO: 0010396-28.2019.5.15.0131

CLASSE: Ação Trabalhista - Rito Ordinário

AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ

RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA e outros (2)

D E C I S Ã O

KP

Homologo os cálculos apresentados pelo(a) Perito, porque consentâneos com a r. sentença proferida, fixando o valor da execução, conforme planilha **ID: 37b531f**, em **R$ 27.875,11 (vinte e sete mil oitocentos e setenta e cinco reais e onze centavos)**, **atualizado até 29/05/2020.**

Os créditos decorrentes de condenação judicial serão atualizados e majorados por juros de mora contados desde o ajuizamento da ação até a data do efetivo pagamento.

É dispensada a intimação da União, nos termos da Portaria MF n. 582, de 11.12.2013.

As contribuições previdenciárias, deverão ser recolhidas pela reclamada por meio de guia e código próprios, mediante comprovação nos autos, no mesmo prazo de pagamento do valor exequendo.

Caso a parte devedora queira embargar os cálculos homologados deverá efetuar os recolhimentos previdenciários em guia própria e utilizando, para tanto, os Códigos a) 0173 - Contribuições referentes a Contribuinte Individual – NIT/PIS/PASEP; b) 0181 - Contribuição da Empresa para o INSS e Outras Entidades – CNPJ; c) 0199 - Contribuição da Empresa para o INSS e Outras Entidades – CEI; d) 0204 - Contribuição da Empresa somente para o INSS – CNPJ; e) 0212 - Contribuição da Empresa somente para o INSS – CEI, nos termos da Portaria CR 01 / ***2019 e Comunicado CR 14*** **/ 2019.**

Cite-se o executado para que promova o pagamento da dívida ou garantia da execução, no prazo de 48 horas, conforme previsão do art. 880 da CLT. Não há se falar em aplicação da multa prevista no art. 523, parágrafo primeiro do CPC, porquanto a mais alta Corte Trabalhista decidiu acerca de sua inaplicabilidade no processo do trabalho, no incidente de demandas repetitivas nº 0001786-24.2015.5.04.0000. No mesmo sentido, o entendimento cristalizado por este E. Tribunal, em decisão proferida no incidente de uniformização de jurisprudência nº 0006244-78.2015.5.15.0000.

No entanto, a citação deverá se dar na pessoa do patrono constituído, por meio de publicação oficial. Isso porque a citação pessoal prevista na norma trabalhista, encontra óbice no princípio constitucionalmente consagrado da celeridade processual e da vedação ao retrocesso social. Tal procedimento encontra amparo no disposto no art. 8º, I da Lei nº 6.830/80, que preconiza, aliás, a citação do executado pelo correio.

Ademais, a expedição de mandado exclusivamente para a citação do réu implicaria em verdadeiro gargalo nos procedimentos executórios, que atualmente estão pautados pelos convênios eletrônicos de pesquisa patrimonial e medidas executivas “on line”.

Para efetuar o pagamento do débito, o réu deverá:

1. - recolher o valor da contribuição previdenciária, devidamente atualizado com correção monetária até a data da citação, através de guia GPS, código 2909 (reclamação trabalhista - CNPJ) ou 2801 (reclamação trabalhista - CEI), o que for cabível, acompanhada da respectiva GFIP, com código de recolhimento 650, nos termos do art. 105 da IN RFB n. 971 /2009 e das orientações do Manual da GFIP, que podem ser consultadas no sítio da Receita Federal do Brasil;
2. - recolher o valor das custas processuais em guia própria (GRU, código 18740-2), se o caso;
3. - recolher os honorários periciais.

Decorrido *in albis*, prossiga-se regularmente com a execução do *quantum debeatur*, utilizando-se as ferramentas eletrônicas disponíveis.

Em havendo a decretação de subsidiariedade/solidariedade, prossiga-se em face desta da forma acima esposada.

Intimem-se as partes para informarem conta bancária para transferências de valores, se o caso.

CAMPINAS, 29 de maio de 2020.

LUCIENE TAVARES TEIXEIRA
Juiz(íza) do Trabalho

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS/SP - CEP: 13092-123

INTIMAÇÃO

Fica Vossa Senhoria intimada para tomar ciência do seguinte documento:

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0010396-28.2019.5.15.0131** - Ação Trabalhista - Rito Ordinário
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (2)

DECISÃO

Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123

TEL.: (19) 32327997 - EMAIL: saj.12vt.campinas@trt15.jus.br

PROCESSO: 0010396-28.2019.5.15.0131

CLASSE: Ação Trabalhista - Rito Ordinário

AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ

RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA e outros (2)

D E C I S Ã O

KP

Homologo os cálculos apresentados pelo(a) Perito, porque consentâneos com a r. sentença proferida, fixando o valor da execução, conforme planilha **ID: 37b531f**, em **R$ 27.875,11 (vinte e sete mil oitocentos e setenta e cinco reais e onze centavos)**, **atualizado até 29/05/2020.**

Os créditos decorrentes de condenação judicial serão atualizados e majorados por juros de mora contados desde o ajuizamento da ação até a data do efetivo pagamento.

É dispensada a intimação da União, nos termos da Portaria MF n. 582, de 11.12.2013.

As contribuições previdenciárias, deverão ser recolhidas pela reclamada por meio de guia e código próprios, mediante comprovação nos autos, no mesmo prazo de pagamento do valor exequendo.

Caso a parte devedora queira embargar os cálculos homologados deverá efetuar os recolhimentos previdenciários em guia própria e utilizando, para tanto, os Códigos a) 0173 - Contribuições referentes a Contribuinte Individual – NIT/PIS/PASEP; b) 0181 - Contribuição da Empresa para o INSS e Outras Entidades – CNPJ; c) 0199 - Contribuição da Empresa para o INSS e Outras Entidades – CEI; d) 0204 - Contribuição da Empresa somente para o INSS – CNPJ; e) 0212 - Contribuição da Empresa somente para o INSS – CEI, nos termos da Portaria CR 01 / ***2019 e Comunicado CR 14*** **/ 2019.**

Cite-se o executado para que promova o pagamento da dívida ou garantia da execução, no prazo de 48 horas, conforme previsão do art. 880 da CLT. Não há se falar em aplicação da multa prevista no art. 523, parágrafo primeiro do CPC, porquanto a mais alta Corte Trabalhista decidiu acerca de sua inaplicabilidade no processo do trabalho, no incidente de demandas repetitivas nº 0001786-24.2015.5.04.0000. No mesmo sentido, o entendimento cristalizado por este E. Tribunal, em decisão proferida no incidente de uniformização de jurisprudência nº 0006244-78.2015.5.15.0000.

No entanto, a citação deverá se dar na pessoa do patrono constituído, por meio de publicação oficial. Isso porque a citação pessoal prevista na norma trabalhista, encontra óbice no princípio constitucionalmente consagrado da celeridade processual e da vedação ao retrocesso social. Tal procedimento encontra amparo no disposto no art. 8º, I da Lei nº 6.830/80, que preconiza, aliás, a citação do executado pelo correio.

Ademais, a expedição de mandado exclusivamente para a citação do réu implicaria em verdadeiro gargalo nos procedimentos executórios, que atualmente estão pautados pelos convênios eletrônicos de pesquisa patrimonial e medidas executivas “on line”.

Para efetuar o pagamento do débito, o réu deverá:

1. - recolher o valor da contribuição previdenciária, devidamente atualizado com correção monetária até a data da citação, através de guia GPS, código 2909 (reclamação trabalhista - CNPJ) ou 2801 (reclamação trabalhista - CEI), o que for cabível, acompanhada da respectiva GFIP, com código de recolhimento 650, nos termos do art. 105 da IN RFB n. 971 /2009 e das orientações do Manual da GFIP, que podem ser consultadas no sítio da Receita Federal do Brasil;
2. - recolher o valor das custas processuais em guia própria (GRU, código 18740-2), se o caso;
3. - recolher os honorários periciais.

Decorrido *in albis*, prossiga-se regularmente com a execução do *quantum debeatur*, utilizando-se as ferramentas eletrônicas disponíveis.

Em havendo a decretação de subsidiariedade/solidariedade, prossiga-se em face desta da forma acima esposada.

Intimem-se as partes para informarem conta bancária para transferências de valores, se o caso.

CAMPINAS, 29 de maio de 2020.

LUCIENE TAVARES TEIXEIRA
Juiz(íza) do Trabalho

ADVOCACIA MANFREDINI

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 12 VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

Processo n. **0010396-28.2019.5.15.0131**

NATALIA GAMA CRUZ, devidamente qualificada nos autos, por seu procurador, que esta subscreve, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, expor e requer o que segue.

No dia 29/05/2020, em decisão de ID 30dcbab, Vossa Excelência homologou os cálculos apresentados pelo(a) Perito, porque consentâneos com a r. sentença proferida, fixando o valor da execução, conforme planilha ID: 37b531f, em R$ 27.875,11 (vinte e sete mil oitocentos e setenta e cinco reais e onze centavos), atualizado até 29/05/2020.

Determinando o pagamento em 48 hrs, sob pena de início da execução, o que não ocorreu.

Sendo assim, é a presente para que se inicie a execução, requerendo o que segue, nesta ordem:

1. Bacen-jud em nome de ambas as Reclamadas;
2. Rena-jud em nome de ambas as Reclamadas;
3. Info-jud em nome de ambas as Reclamadas;

Rua Dr. Antonio de Castro Prado, 396 – Taquaral, Campinas – São Paulo - CEP 13076-130
Fone (19) 3252-4794 / 99607-6677 / 99795-2795- E-mail: manfredini.adv@aasp.org.br e vitor_manfredini@hotmail.com

Assinado eletronicamente por: VITOR MANFREDINI - 25/06/2020 15:58:55 - 192faee
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20062515575517700000131643155
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. 192faee - Pág. 1
Número do documento: 20062515575517700000131643155

Em não sendo suficiente para adimplir com a presente execução, requer:

4. A desconsideração da personalidade jurídica de ambas as Reclamadas, realizando as pesquisas de Bacen/Rena/Info-jud em nome do todos os sócios;

5. A negativação do nome de todos os sócios perante o Serasa;

6. A suspensão do direito de dirigir, suspendendo a CNH de todos;

Por último, requer o seguimento da Execução em todos os meios em direito admitidos.

Em atendimento à decisão de ID 30dcbab, informa-se a conta bancária para eventuais transferências, Banco Itau, Ag 9079, CC 04110-0, CPF 421.173.408-30, Vitor Manfredini.

Termos em que,
Pede Deferimento.
Campinas, 25 de junho de 2020.

VITOR MANFREDINI
OAB/SP 390.855

Rua Dr. Antonio de Castro Prado, 396 – Taquaral, Campinas – São Paulo - CEP 13076-130
Fone (19) 3252-4794 / 99607-6677 / 99795-2795- E-mail: manfredini.adv@aasp.org.br e vitor_manfredini@hotmail.com

Assinado eletronicamente por: VITOR MANFREDINI - 25/06/2020 15:58:55 - 192faee
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20062515575517700000131643155
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. 192faee - Pág. 2
Número do documento: 20062515575517700000131643155

ADVOCACIA MANFREDINI

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 12 VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

Processo n. **0010396-28.2019.5.15.0131**

NATALIA GAMA CRUZ, devidamente qualificada nos autos, por seu procurador, que esta subscreve, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, expor e requer o que segue.

No dia 25/06/2020 foi peticionado pela Requerente o início da Execução, sob ID n. 192faee, porém, até o momento, sem movimentação nos autos.

Tendo em vista que o saldo executado é de caráter alimentar, pede-se urgência.

Termos em que,
Pede Deferimento.
Campinas, 18 de agosto de 2020.

Rua Dr. Antonio de Castro Prado, 396 – Taquaral, Campinas – São Paulo - CEP 13076-130
Fone (19) 3252-4794 / 99607-6677 / 99795-2795- E-mail: manfredini.adv@aasp.org.br e vitor_manfredini@hotmail.com

Assinado eletronicamente por: VITOR MANFREDINI - 18/08/2020 16:24:27 - 1fb3e2d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20081816233125000000135250683
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. 1fb3e2d - Pág. 1
Número do documento: 20081816233125000000135250683

VITOR MANFREDINI

OAB/SP 390.855

Rua Dr. Antonio de Castro Prado, 396 – Taquaral, Campinas – São Paulo - CEP 13076-130

Fone (19) 3252-4794 / 99607-6677 / 99795-2795- E-mail: manfredini.adv@aasp.org.br e vitor_manfredini@hotmail.com

Assinado eletronicamente por: VITOR MANFREDINI - 18/08/2020 16:24:27 - 1fb3e2d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20081816233125000000135250683
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. 1fb3e2d - Pág. 2
Número do documento: 20081816233125000000135250683

PJe-Calc
Sistema de Cálculos Trabalhistas

Processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Cálculo: 253034

PLANILHA DE CÁLCULO

Reclamante: **NATALIA GAMA CRUZ**
Reclamado: **ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA**
Período do Cálculo: **25/01/2019 a 25/01/2019** Data Ajuizamento: **25/03/2019** Data Liquidação: **15/09/2020**

Resumo do Cálculo

Descrição do Bruto Devido ao Reclamante	Valor Corrigido	Juros	Total
PRINCIPAL LÍQUIDO	18.618,77	1.576,59	20.195,36
JUROS	1.773,19	0,00	1.773,19
Total	**20.391,96**	**1.576,59**	**21.968,55**

Percentual de Parcelas Remuneratórias e Tributáveis: 0,00%

Descrição de Créditos e Descontos do Reclamante	Valor
PRINCIPAL LÍQUIDO	20.195,36
JUROS	1.773,19
Bruto Devido ao Reclamante	**21.968,55**
Total de Descontos	**0,00**
Líquido Devido ao Reclamante	**21.968,55**

Descrição de Débitos do Reclamado por Credor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	21.968,55
MULTAS / INDENIZAÇÕES DEVIDAS PARA PERITO CONTÁBIL	1.800,00
MULTAS / INDENIZAÇÕES DEVIDAS PARA PATRONO RECTE	2.211,87
MULTAS / INDENIZAÇÕES DEVIDAS PARA UNIÃO	600,00
MULTAS / INDENIZAÇÕES DEVIDAS PARA INSS	2.021,09
Total Devido pelo Reclamado	**28.601,51**

Critério de Cálculo e Fundamentação Legal

1. Valores corrigidos pelo índice 'Tabela Única JT Diário', acumulado a partir do mês de vencimento.
2. Contribuições sociais sobre 'salários devidos vencidos antes de 05/03/2009' sem acréscimo de juros e multa, conforme Art. 276, caput do Decreto nº 3.048/99. Contribuições sociais sobre 'salários devidos vencidos a partir de 05/03/2009' com acréscimo de juros desde a prestação do serviço e sem acréscimos de multa.

3. Multa e/ou indenização informada corrigida pelo índice "IPCA-E", acumulado a partir do mês de vencimento.

PJe Assinado eletronicamente por: ROSANA MIDORI DE SOUZA - Juntado em: 15/09/2020 15:25:03 - d867569

Processo: 0010396-28.2019.5.15.0131

Cálculo: 253034

PLANILHA DE CÁLCULO

Reclamante: **NATALIA GAMA CRUZ**

Reclamado: **ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA**

Período do Cálculo: **25/01/2019 a 25/01/2019** Data Ajuizamento: **25/03/2019** Data Liquidação: **15/09/2020**

Dados do Cálculo

Estado: **SP** Município: **CAMPINAS**
Regime de Trabalho: **Tempo Integral**
Maior Remuneração:
Prazo de Aviso Prévio: **Calculado**
Zerar Valor Negativo (Padrão): **Não**
Carga Horária (Padrão): **220,00**

Admissão: **02/01/2018**
Aplicar Prescrição Quinquenal: **Não**
Última Remuneração:
Projetar Aviso Prévio Indenizado: **Sim**
Considerar Feriados Estaduais: **Sim**
Sábado como Dia Útil: **Sim**

Demissão: **25/01/2019**
Aplicar Prescrição Trintenária: **Não**
Limitar Avos ao Período de Cálculo: **Não**
Considerar Feriados **Sim**

Faltas e Férias

FÉRIAS								
Relativa	**Período Aquisitivo**	**Período Concessívo**	**Prazo**	**Situação**	**Abono**	**Período de Gozo 1**	**Período de Gozo 2**	**Período de Gozo 3**
2018/2019	02/01/2018 a 01/01/2019	02/01/2019 a 01/01/2020	30	Indenizadas	Não	-	-	-

Demonstrativo de Multas / Indenizações

Nome: MULTAS / INDENIZAÇÕES DEVIDAS AO RECLAMANTE

Valores Informados						D = [(A x B) + C]
Ocorrência	**Descrição**	**Valor (A)**	**Índice correção (B)**	**Valor corrigido**	**Juros (C)**	**Total (D)**
01/01/2020	PRINCIPAL LÍQUIDO	18.452,92	1,008987998	18.618,77	1.576,59	20.195,36
01/01/2020	JUROS	1.757,39	1,008987998	1.773,19	0,00	1.773,19
				Total		**21.968,55**

Nome: MULTAS / INDENIZAÇÕES DEVIDAS A TERCEIROS PELO RECLAMADO

Valores Informados							D = [(A x B) + C]
Ocorrência	**Descrição**	**Terceiro**	**Valor (A)**	**Índice correção (B)**	**Valor corrigido**	**Juros (C)**	**Total (D)**
04/11/2019	CUSTAS	UNIÃO	600,00	1,000000000	600,00	0,00	600,00
01/01/2020	HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA	PATRONO RECTE	2.021,03	1,008987998	2.039,20	172,67	2.211,87
01/01/2020	INSS RECDA	INSS	1.371,89	1,000000000	1.371,89	0,00	1.371,89
09/12/2019	HONORÁRIOS CONTÁBEIS	PERITO CONTÁBIL	1.800,00	1,000000000	1.800,00	0,00	1.800,00
01/01/2020	INSS RECTE	INSS	649,20	1,000000000	649,20	0,00	649,20
					Total		**6.632,96**

PJe Assinado eletronicamente por: ROSANA MIDORI DE SOUZA - Juntado em: 15/09/2020 15:25:03 - d867569

6.632,96

Assinado eletronicamente por: ROSANA MIDORI DE SOUZA - Juntado em: 15/09/2020 15:25:03 - d867569
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/20091515250265900000137178807?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 20091515250265900000137178807

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SISBAJUD

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

DETALHAMENTO DA ORDEM JUDICIAL DE BLOQUEIO DE VALORES

Dados do Bloqueio

Situação da solicitação: **Respostas recebidas, processadas e disponibilizadas para consulta**

As ordens judiciais protocoladas até as 19h00min dos dias úteis serão consolidadas, transformadas em arquivos de remessa e disponibilizadas simultaneamente para todas as instituições financeiras até as 23h00min do mesmo dia. As ordens judiciais protocoladas após as 19h00min ou em dias não úteis serão tratadas e disponibilizadas às instituições financeiras no arquivo de remessa do dia útil imediatamente posterior.

Número do protocolo: 20200010806261

Data/hora de protocolamento: 15/09/2020 15:26

Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131

Juiz solicitante do bloqueio: LUCIENE TAVARES TEIXEIRA

Tipo/natureza da ação: Ação Trabalhista

CPF/CNPJ do autor/exequente da ação:

Nome do autor/exequente da ação: NATALIA GAMA CRUZ

Relação dos Réus/Executados

Réu/Executado
45779006000147: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA

Total bloqueado pelo bloqueio original e reiterações
R$ 0,00

Quantidade de não respostas da última protocolização
3

Respostas

BCO BRADESCO
Não informada

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
15 SET 2020 15:26	Bloqueio de Valores	LUCIENE TAVARES TEIXEIRA (protocolizada por ROSANA MIDORI DE SOUZA)	R$ 28.601,51	(02) Réu/executado	-	17 SET 2020 22:47

BCO BRASIL
Não informada

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
15 SET 2020 15:26	Bloqueio de Valores	LUCIENE TAVARES TEIXEIRA (protocolizada por ROSANA MIDORI DE SOUZA)	R$ 28.601,51	(00) Resposta negativa: o	-	18 SET 2020 00:12

BCO C6 S.A.
Não informada

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado

PJe Assinado eletronicamente por: ROSANA MIDORI DE SOUZA - Juntado em: 24/09/2020 18:36:25 - e1c5bbe

Respostas

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
15 SET 2020 15:26	Bloqueio de Valores	LUCIENE TAVARES TEIXEIRA (protocolizada por ROSANA MIDORI DE SOUZA)	R$ 28.601,51	(02) Réu/executado	-	18 SET 2020 17:33

PJe Assinado eletronicamente por: ROSANA MIDORI DE SOUZA - Juntado em: 24/09/2020 18:36:25 - e1c5bbe

Não respostas

BCO MERCANTIL DO BRASIL

Não informada

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
15 SET 2020 15:26	Bloqueio de Valores	LUCIENE TAVARES TEIXEIRA (protocolizada por ROSANA MIDORI DE SOUZA)	R$ 28.601,51	(98) Não-Resposta	-	21 SET 2020 05:03

ITAU CORRETORA DE VALORES S.A.

Não informada

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
15 SET 2020 15:26	Bloqueio de Valores	LUCIENE TAVARES TEIXEIRA (protocolizada por ROSANA MIDORI DE SOUZA)	R$ 28.601,51	(98) Não-Resposta	-	23 SET 2020 18:57

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Não informada

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
15 SET 2020 15:26	Bloqueio de Valores	LUCIENE TAVARES TEIXEIRA (protocolizada por ROSANA MIDORI DE SOUZA)	R$ 28.601,51	(98) Não-Resposta	-	23 SET 2020 18:57

Assinado eletronicamente por: ROSANA MIDORI DE SOUZA - Juntado em: 24/09/2020 18:36:25 - e1c5bbe
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/20092418362482800000137900196?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 20092418362482800000137900196

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0010396-28.2019.5.15.0131** - Ação Trabalhista - Rito Ordinário
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (2)

DESPACHO

Considerando que a pesquisa junto ao BacenJud já restou negativa/insuficiente em relação à executada principal, prossiga-se em face da subsidiária.

Dessa forma, intime-se a reclamada E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA-EPP para que, no prazo de 48 horas, efetue o pagamento do valor exequendo, sob pena de execução, bem como intime-se-a **da decisão do id 30dcbab**.

CAMPINAS/SP, 24 de setembro de 2020.

LUCIENE TAVARES TEIXEIRA
Juiz(íza) do Trabalho

Assinado eletronicamente por: LUCIENE TAVARES TEIXEIRA - Juntado em: 25/09/2020 09:58:22 - c756bd2
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/20092418383881600000137900379?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 20092418383881600000137900379

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS/SP - CEP: 13092-123

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID c756bd2 proferido nos autos.

DESPACHO

Considerando que a pesquisa junto ao BacenJud já restou negativa/insuficiente em relação à executada principal, prossiga-se em face da subsidiária.

Dessa forma, intime-se a reclamada E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA-EPP para que, no prazo de 48 horas, efetue o pagamento do valor exequendo, sob pena de execução, bem como intime-se-a **da decisão do id 30dcbab**.

CAMPINAS/SP, 24 de setembro de 2020.

LUCIENE TAVARES TEIXEIRA
Juiz(íza) do Trabalho

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0010396-28.2019.5.15.0131** - Ação Trabalhista - Rito Ordinário
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (2)



Remetente: 12ª Vara do Trabalho de Campinas
Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS/SP - CEP: 13092-123

Destinatário: E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA - EPP
Endereço: AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO , 543, JARDIM CAMPOS ELISEOS, CAMPINAS/SP - CEP: 13060-858

Registro Postal: CARTA SIMPLES
Data de Postagem: 30/09/2020

NOTIFICAÇÃO JUDICIAL

PJe Assinado eletronicamente por: ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA - Juntado em: 29/09/2020 15:49:09 - 91ed8b2

Processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ATOrd
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA, E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA - EPP

Fica V. Sa. notificado para:

Considerando que a pesquisa junto ao BacenJud já restou negativa/insuficiente em relação à executada principal, prossiga-se em face da subsidiária.Dessa forma, intime-se a reclamada E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA-EPP para que, no prazo de 48 horas, efetue o pagamento do valor exequendo, sob pena de execução, bem como intime-se-a da decisão do id 30dcbab.

Decisão id. 30dcbab:

Homologo os cálculos apresentados pelo(a) Perito, porque consentâneos com a r. sentençaproferida, fixando o valor da execução, conforme planilha , emID: 37b531f R$ 27.875,11 (vinte e, sete mil oitocentos e setenta e cinco reais e onze centavos)atualizado até29/05/2020.Os créditos decorrentes de condenação judicial serão atualizados e majorados por juros de moracontados desde o ajuizamento da ação até a data do efetivo pagamento.É dispensada a intimação da União, nos termos da Portaria MF n. 582, de 11.12.2013

As contribuições previdenciárias, deverão ser recolhidas pela reclamada por meio de guia ecódigo próprios, mediante comprovação nos autos, no mesmo prazo de pagamento do valorexequendo. Caso a parte devedora queira embargar os cálculos homologados deverá efetuar osrecolhimentos previdenciários em guia própria e utilizando, para tanto, os Códigos a) 0173- Contribuições referentes a Contribuinte Individual – NIT/PIS/PASEP; b) 0181 -Contribuição da Empresa para o INSS e Outras Entidades – CNPJ; c) 0199 - Contribuiçãoda Empresa para o INSS e Outras Entidades – CEI; d) 0204 - Contribuição da Empresasomente para o INSS – CNPJ; e) 0212 - Contribuição da Empresa somente para o INSS –CEI, nos termos da Portaria CR 01 / 2019 e Comunicado CR 14 / 2019.Cite-se o executado para que promova o pagamento da dívida ou garantia da execução, noprazo de 48 horas, conforme previsão do art. 880 da CLT. Não há se falar em aplicação damulta prevista no art. 523, parágrafo primeiro do CPC, porquanto a mais alta CorteTrabalhista decidiu acerca de sua inaplicabilidade no processo do trabalho, no incidentede demandas repetitivas nº 0001786-24.2015.5.04.0000. No mesmo sentido, o entendimentocristalizado por este E. Tribunal, em decisão proferida no incidente de uniformização dejurisprudência nº 0006244-78.2015.5.15.0000. No entanto, a citação deverá se dar na pessoa do patrono constituído, por meio de publicaçãooficial. Isso porque a citação pessoal prevista na norma trabalhista, encontra óbice no princípioconstitucionalmente consagrado da celeridade processual e da vedação ao retrocesso social. Talprocedimento

encontra amparo no disposto no art. 8º, I da Lei nº 6.830/80, que preconiza, aliás,a citação do executado pelo correio. Ademais, a expedição de mandado exclusivamente para a citação do réu implicaria emverdadeiro gargalo nos procedimentos executórios, que atualmente estão pautados pelosconvênios eletrônicos de pesquisa patrimonial e medidas executivas “on line”. Para efetuar o pagamento do débito, o réu deverá:- recolher o valor da contribuição previdenciária, devidamente atualizado com correçãomonetária até a data da citação, através de guia GPS, código 2909 (reclamação trabalhista- CNPJ) ou 2801 (reclamação trabalhista - CEI), o que for cabível, acompanhada darespectiva GFIP, com código de recolhimento 650, nos termos do art. 105 da IN RFB n. 971/2009 e das orientações do Manual da GFIP, que podem ser consultadas no sítio daReceita Federal do Brasil;- recolher o valor das custas processuais em guia própria (GRU, código 18740-2), se ocaso;- recolher os honorários periciais

Decorrido in albis, prossiga-se regularmente com a execução do quantum debeatur,utilizando-se as ferramentas eletrônicas disponíveis. Em havendo a decretação de subsidiariedade /solidariedade, prossiga-se em face desta da formaacima esposada. Intimem-se as partes para informarem conta bancária para transferências de valores, se o caso.

A petição inicial e documentos poderão ser acessados apenas em meio eletrônico, mediante consulta ao seguinte endereço na internet: **http://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam**, digitando no campo "número do documento" o(s) número (s) descrito(s) como chave(s) de acesso, abaixo identificado(s):

Descrição	Tipo de documento	Chave de acesso**
Intimação	Intimação	20092509581656700000137918616
Despacho	Despacho	20092418383881600000137900379
Bacen infrutífero	Documento Diverso	20092418362482800000137900196
Cálculos Atualizados	Documento Diverso	20091515250265900000137178807
Tutela Antecipada Incidental	Tutela Antecipada Incidental	20081816233125000000135250683
Início da Execução Forçada	Manifestação	20062515575517700000131643155
Intimação	Intimação	20052915240963900000129845632

Decisão	Decisão	200529142312545000 00129835508
Atualização	Planilha de Atualização de Cálculos	200529141947164000 00129834893
Execução	Manifestação	200525220401334000 00129532605
Concordância	Manifestação	200326184659895000 00126976400
Intimação	Intimação	200325142725711000 00126888398
Intimação	Intimação	200325142725542000 00126888397
Apresentação de Laudo Pericial	Apresentação de Laudo Pericial	200320104720055000 00126676566
Intimação	Intimação	200313163617374000 00126296194
Pedido de Laudo	Manifestação	200313102004377000 00126244638
Intimação	Intimação	191210123128663000 00121429609
Despacho	Notificação	191209140207738000 00121336329
Despacho	Despacho	191209125620030000 00121327174
Intimação	Intimação	191209125734663000 00121327297
Intimação	Intimação	191114112723405000 00119800210
Sentença	Notificação	191108114315187000 00119393096
Sentença	Sentença	191018141152085000 00118072212

Ata da Audiência	Ata da Audiência	190927144314863000 00116652680
Contestação Primeira Reclamada	Contestação	190927080427005000 00116610581
Contrato de Trabalho	Contrato de Trabalho	190927080502665000 00116610592
Contracheque/Recibo de Salário	Contracheque/Recibo de Salário	190927080524412000 00116610609
Recibo de Férias	Recibo de Férias	190927080536249000 00116610612
Pedido de demissão	Documento Diverso	190927080606790000 00116610623
Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT)	Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT)	190927080627394000 00116610627
Comprovante pgamento verbas rescisórias	Recibo	190927080650849000 00116610638
Habilitação	Apresentação de Procuração	190926145729614000 00116569891
Procuração	Procuração	190926145834296000 00116569952
Devolução de mandado de ID 65d493e	Certidão	190923153435077000 00116268353
Devolução de mandado de ID 0da8e84	Certidão	190923153333911000 00116267919
Mandado	Mandado	190912114200299000 00115537621
Mandado	Mandado	190912114200205000 00115537620
Despacho	Notificação	190911103339362000 00115430311
Despacho	Despacho	190911101944313000 00115428014

Notificação entregue 1ª reclamada	Certidão	190910110159148000 00115331262
Notificação entregue 2ª reclamada	Certidão	190910105957480000 00115330822
Notificação	Notificação	190409111019390000 00105114780
Notificação	Notificação	190409111019258000 00105114778
Intimação	Intimação	190409111019076000 00105114777
Juntada	Manifestação	190408085050780000 00104991352
Procuração	Procuração	190408085140883000 00104991383
Declaração de Hipossuficiência	Declaração de Hipossuficiência	190408085151369000 00104991399
Despacho	Notificação	190404162402845000 00104863627
Despacho	Despacho	190404131245114000 00104832594
Petição Inicial	Petição Inicial	190325162744965000 00104042862
CNH	Documento Diverso	190325163150877000 00104043667
Comprovante de endereço	Documento Diverso	190325163159739000 00104043707
Procuração	Documento Diverso	190325163205598000 00104043738
Hipossuficiencia	Documento Diverso	190325163224120000 00104043816
CTPS	Documento Diverso	190325163227277000 00104043831

TRCT	Documento Diverso	190325163240322000 00104043876
Holerites	Documento Diverso	190325163244751000 00104043893
Extrato pagamentos	Documento Diverso	190325163310818000 00104043989
Saldo FGTS	Documento Diverso	190325163314776000 00104044003
CCT	Documento Diverso	190325163321822000 00104044021

CAMPINAS/SP, 29 de setembro de 2020.

ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA
Servidor

Assinado eletronicamente por: ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA - Juntado em: 29/09/2020 15:49:09 - 91ed8b2
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/20092601202176300000137996437?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 20092601202176300000137996437

ADVOCACIA MANFREDINI

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 12 VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

Processo n. **0010396-28.2019.5.15.0131**

NATALIA GAMA CRUZ, devidamente qualificada nos autos, por seu procurador, que esta subscreve, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, expor e requer o que segue.

Já se passaram mais de um mês, desde a intimação do despacho de ID n. C756bd2.

Sendo assim, requer a execução forçada da segunda Executada.

Requer seja realizado o Bacen/Rena/Info e Serasa-jud.

Termos em que,
Pede Deferimento.
Campinas, 4 de novembro de 2020.

VITOR MANFREDINI
OAB/SP 390.855

Rua Dr. Antonio de Castro Prado, 396 – Taquaral, Campinas – São Paulo - CEP 13076-130
Fone (19) 3252-4794 / 99607-6677 / 99795-2795- E-mail: manfredini.adv@aasp.org.br e vitor_manfredini@hotmail.com

Assinado eletronicamente por: VITOR MANFREDINI - 04/11/2020 14:28:12 - 4f974a0
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20110414272805000000140489521
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. 4f974a0 - Pág. 1
Número do documento: 20110414272805000000140489521

PJe-Calc
Sistema de Cálculos Trabalhistas

Processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Cálculo: 253034

PLANILHA DE CÁLCULO

Reclamante: **NATALIA GAMA CRUZ**
Reclamado: **ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA**
Período do Cálculo: **25/01/2019 a 25/01/2019** Data Ajuizamento: **25/03/2019** Data Liquidação: **09/12/2020**

Resumo do Cálculo

Descrição do Bruto Devido ao Reclamante	Valor Corrigido	Juros	Total
PRINCIPAL LÍQUIDO	19.031,28	2.142,55	21.173,83
JUROS	1.812,47	0,00	1.812,47
Total	**20.843,75**	**2.142,55**	**22.986,30**

Percentual de Parcelas Remuneratórias e Tributáveis: 0,00%

Descrição de Créditos e Descontos do Reclamante	Valor
PRINCIPAL LÍQUIDO	21.173,83
JUROS	1.812,47
Bruto Devido ao Reclamante	**22.986,30**
Total de Descontos	**0,00**
Líquido Devido ao Reclamante	**22.986,30**

Descrição de Débitos do Reclamado por Credor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	22.986,30
MULTAS / INDENIZAÇÕES DEVIDAS PARA PERITO CONTÁBIL	1.800,00
MULTAS / INDENIZAÇÕES DEVIDAS PARA PATRONO RECTE	2.319,03
MULTAS / INDENIZAÇÕES DEVIDAS PARA UNIÃO	600,00
MULTAS / INDENIZAÇÕES DEVIDAS PARA INSS	2.021,09
Total Devido pelo Reclamado	**29.726,42**

Critério de Cálculo e Fundamentação Legal

1. Valores corrigidos pelo índice 'Tabela Única JT Diário', acumulado a partir do mês de vencimento.
2. Contribuições sociais sobre 'salários devidos vencidos antes de 05/03/2009' sem acréscimo de juros e multa, conforme Art. 276, caput do Decreto nº 3.048/99. Contribuições sociais sobre 'salários devidos vencidos a partir de 05/03/2009' com acréscimo de juros desde a prestação do serviço e sem acréscimos de multa.

3. Multa e/ou indenização informada corrigida pelo índice "IPCA-E", acumulado a partir do mês de vencimento.

PJe Assinado eletronicamente por: ROSANA MIDORI DE SOUZA - Juntado em: 09/12/2020 19:43:03 - 5021a69

Processo: 0010396-28.2019.5.15.0131

Cálculo: 253034

PLANILHA DE CÁLCULO

Reclamante: **NATALIA GAMA CRUZ**

Reclamado: **ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA**

Período do Cálculo: **25/01/2019 a 25/01/2019** Data Ajuizamento: **25/03/2019** Data Liquidação: **09/12/2020**

Dados do Cálculo

Estado: **SP** Município: **CAMPINAS**
Regime de Trabalho: **Tempo Integral**
Maior Remuneração:
Prazo de Aviso Prévio: **Calculado**
Zerar Valor Negativo (Padrão): **Não**
Carga Horária (Padrão): **220,00**

Admissão: **02/01/2018**
Aplicar Prescrição Quinquenal: **Não**
Última Remuneração:
Projetar Aviso Prévio Indenizado: **Sim**
Considerar Feriados Estaduais: **Sim**
Sábado como Dia Útil: **Sim**

Demissão: **25/01/2019**
Aplicar Prescrição Trintenária: **Não**
Limitar Avos ao Período de Cálculo: **Não**
Considerar Feriados **Sim**

Faltas e Férias

FÉRIAS								
Relativa	**Período Aquisitivo**	**Período Concessívo**	**Prazo**	**Situação**	**Abono**	**Período de Gozo 1**	**Período de Gozo 2**	**Período de Gozo 3**
2018/2019	02/01/2018 a 01/01/2019	02/01/2019 a 01/01/2020	30	Indenizadas	Não	-	-	-

Demonstrativo de Multas / Indenizações

Nome: MULTAS / INDENIZAÇÕES DEVIDAS AO RECLAMANTE

Valores Informados						D = [(A x B) + C]
Ocorrência	**Descrição**	**Valor (A)**	**Índice correção (B)**	**Valor corrigido**	**Juros (C)**	**Total (D)**
01/01/2020	PRINCIPAL LÍQUIDO	18.452,92	1,031342362	19.031,28	2.142,55	21.173,83
01/01/2020	JUROS	1.757,39	1,031342362	1.812,47	0,00	1.812,47
				Total		**22.986,30**

Nome: MULTAS / INDENIZAÇÕES DEVIDAS A TERCEIROS PELO RECLAMADO

Valores Informados							D = [(A x B) + C]
Ocorrência	**Descrição**	**Terceiro**	**Valor (A)**	**Índice correção (B)**	**Valor corrigido**	**Juros (C)**	**Total (D)**
04/11/2019	CUSTAS	UNIÃO	600,00	1,000000000	600,00	0,00	600,00
01/01/2020	HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA	PATRONO RECTE	2.021,03	1,031342362	2.084,37	234,66	2.319,03
01/01/2020	INSS RECDA	INSS	1.371,89	1,000000000	1.371,89	0,00	1.371,89
09/12/2019	HONORÁRIOS CONTÁBEIS	PERITO CONTÁBIL	1.800,00	1,000000000	1.800,00	0,00	1.800,00
01/01/2020	INSS RECTE	INSS	649,20	1,000000000	649,20	0,00	649,20
					Total		**6.740,12**

PJe Assinado eletronicamente por: ROSANA MIDORI DE SOUZA - Juntado em: 09/12/2020 19:43:03 - 5021a69

6.740,12

Assinado eletronicamente por: ROSANA MIDORI DE SOUZA - Juntado em: 09/12/2020 19:43:03 - 5021a69
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/20120919430303400000142815235?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 20120919430303400000142815235

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SISBAJUD

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

DETALHAMENTO DA ORDEM JUDICIAL DE BLOQUEIO DE VALORES

Dados do Bloqueio

Situação da solicitação: **Respostas recebidas, processadas e disponibilizadas para consulta**

As ordens judiciais protocoladas até as 19h00min dos dias úteis serão consolidadas, transformadas em arquivos de remessa e disponibilizadas simultaneamente para todas as instituições financeiras até as 23h00min do mesmo dia. As ordens judiciais protocoladas após as 19h00min ou em dias não úteis serão tratadas e disponibilizadas às instituições financeiras no arquivo de remessa do dia útil imediatamente posterior.

Número do protocolo:	20200011849072
Data/hora de protocolamento:	09/12/2020 19:44
Número do processo:	0010396-28.2019.5.15.0131
Juiz solicitante do bloqueio:	LUCIENE TAVARES TEIXEIRA
Tipo/natureza da ação:	Ação Trabalhista
CPF/CNPJ do autor/exequente da	31321012810
Nome do autor/exequente da ação:	NATALIA GAMA CRUZ

Relação dos Réus/Executados

Réu/Executado	Total bloqueado pelo bloqueio original e reiterações
09462901: E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA - EPP	R$ 0,00

Respostas

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
09 DEZ 2020 19:44	Bloqueio de Valores	LUCIENE TAVARES TEIXEIRA protocolado por (ROSANA MIDORI DE SOUZA)	R$ 29.726,42	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	11 DEZ 2020 20:43

BCO SANTANDER

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
09 DEZ 2020 19:44	Bloqueio de Valores	LUCIENE TAVARES TEIXEIRA protocolado por (ROSANA MIDORI DE SOUZA)	R$ 29.726,42	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	11 DEZ 2020 06:12

PJe Assinado eletronicamente por: ROSANA MIDORI DE SOUZA - Juntado em: 14/12/2020 14:09:49 - 6fb0f0d

Respostas

BCO BRADESCO

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
09 DEZ 2020 19:44	Bloqueio de Valores	LUCIENE TAVARES TEIXEIRA protocolado por (ROSANA MIDORI DE SOUZA)	R$ 29.726,42	(20) Resposta negativa: réu/executado possui apenas ativos comprometidos em composição de garantia ou em ciclo de liquidação ou resgate.	-	10 DEZ 2020 19:49

Réu/Executado
45779006: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA

Total bloqueado pelo bloqueio original e reiterações
R$ 0,00

Respostas

BCO C6 S.A.

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
09 DEZ 2020 19:44	Bloqueio de Valores	LUCIENE TAVARES TEIXEIRA protocolado por (ROSANA MIDORI DE SOUZA)	R$ 29.726,42	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	11 DEZ 2020 17:32

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
09 DEZ 2020 19:44	Bloqueio de Valores	LUCIENE TAVARES TEIXEIRA protocolado por (ROSANA MIDORI DE SOUZA)	R$ 29.726,42	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	11 DEZ 2020 20:43

BCO BRASIL

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
09 DEZ 2020 19:44	Bloqueio de Valores	LUCIENE TAVARES TEIXEIRA protocolado por (ROSANA MIDORI DE SOUZA)	R$ 29.726,42	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	11 DEZ 2020 19:03

PJe Assinado eletronicamente por: ROSANA MIDORI DE SOUZA - Juntado em: 14/12/2020 14:09:49 - 6fb0f0d

Respostas

BCO MERCANTIL DO BRASIL

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
09 DEZ 2020 19:44	Bloqueio de Valores	LUCIENE TAVARES TEIXEIRA protocolado por (ROSANA MIDORI DE SOUZA)	R$ 29.726,42	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	11 DEZ 2020 03:25

BCO BRADESCO

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
09 DEZ 2020 19:44	Bloqueio de Valores	LUCIENE TAVARES TEIXEIRA protocolado por (ROSANA MIDORI DE SOUZA)	R$ 29.726,42	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	10 DEZ 2020 19:48

Assinado eletronicamente por: ROSANA MIDORI DE SOUZA - Juntado em: 14/12/2020 14:09:49 - 6fb0f0d
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/20121414094912400000143023534?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 20121414094912400000143023534

PJe-Calc
Sistema de Cálculos Trabalhistas

Processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Cálculo: 253034

PLANILHA DE CÁLCULO

Reclamante **NATALIA GAMA CRUZ**
Reclamado: **ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA**
Período do Cálculo: **25/01/2019 a 25/01/2019** Data Ajuizamento: **25/03/2019** Data Liquidação: **27/01/2021**

Resumo do Cálculo

Descrição do Bruto Devido ao Reclamante	Valor Corrigido	Juros	Total
JUROS	1.831,68	0,00	1.831,68
PRINCIPAL LÍQUIDO	19.233,01	2.469,27	21.702,28
Total	**21.064,69**	**2.469,27**	**23.533,96**

Percentual de Parcelas Remuneratórias e Tributáveis: 0,00%

Descrição de Créditos e Descontos do Reclamante	Valor
JUROS	1.831,68
PRINCIPAL LÍQUIDO	21.702,28
Bruto Devido ao Reclamante	**23.533,96**
Total de Descontos	**0,00**
Líquido Devido ao Reclamante	**23.533,96**

Descrição de Débitos do Reclamado por Credor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	23.533,96
MULTAS / INDENIZAÇÕES DEVIDAS PARA PATRONO RECTE	2.376,91
MULTAS / INDENIZAÇÕES DEVIDAS PARA PERITO CONTÁBIL	1.800,00
MULTAS / INDENIZAÇÕES DEVIDAS PARA INSS	2.021,09
MULTAS / INDENIZAÇÕES DEVIDAS PARA UNIÃO	600,00
Total Devido pelo Reclamado	**30.331,96**

Critério de Cálculo e Fundamentação Legal

1. Valores corrigidos pelo índice 'Tabela Única JT Diário', acumulado a partir do mês de vencimento.
2. Contribuições sociais sobre 'salários devidos vencidos antes de 05/03/2009' sem acréscimo de juros e multa, conforme Art. 276, caput do Decreto nº 3.048/99. Contribuições sociais sobre 'salários devidos vencidos a partir de 05/03/2009' com acréscimo de juros desde a prestação do serviço e sem acréscimos de multa.
3. Multa e/ou indenização informada corrigida pelo índice "IPCA-E", acumulado a partir do mês de vencimento.
4. Juros simples de 1% a.m., pro rata dia, a partir de 25/03/2019 (Art. 39 da Lei nº 8177/91).

PJe Assinado eletronicamente por: ROSANA MIDORI DE SOUZA - Juntado em: 27/01/2021 18:45:03 - 29e35d8

Processo: 0010396-28.2019.5.15.0131

Cálculo: 253034

PLANILHA DE CÁLCULO

Reclamante **NATALIA GAMA CRUZ**

Reclamado: **ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA**

Período do Cálculo: **25/01/2019 a 25/01/2019** Data Ajuizamento: **25/03/2019** Data Liquidação: **27/01/2021**

Dados do Cálculo

Estado: **SP** Município: **CAMPINAS**
Regime de Trabalho: **Tempo Integral**
Maior Remuneração:
Prazo de Aviso Prévio: **Calculado**
Zerar Valor Negativo (Padrão): **Não**
Carga Horária (Padrão): **220,00**

Admissão: **02/01/2018**
Aplicar Prescrição Quinquenal: **Não**
Última Remuneração:
Projetar Aviso Prévio Indenizado: **Sim**
Considerar Feriados Estaduais: **Sim**
Sábado como Dia Útil: **Sim**

Demissão: **25/01/2019**
Aplicar Prescrição Trintenária: **Não**
Limitar Avos ao Período de Cálculo: **Não**
Considerar Feriados **Sim**

Faltas e Férias

FÉRIAS								
Relativa	**Período Aquisitivo**	**Período Concessívo**	**Prazo**	**Situação**	**Abono**	**Período de Gozo 1**	**Período de Gozo 2**	**Período de Gozo 3**
2018/2019	02/01/2018 a 01/01/2019	02/01/2019 a 01/01/2020	30	Indenizadas	Não	-	-	-

Demonstrativo de Multas / Indenizações

Nome: MULTAS / INDENIZAÇÕES DEVIDAS AO RECLAMANTE

Valores Informados						D = [(A x B) + C]
Ocorrência	**Descrição**	**Valor (A)**	**Índice correção**	**Valor corrigido**	**Juros (C)**	**Total (D)**
01/01/2020	JUROS	1.757,39	1,042274591	1.831,68	0,00	1.831,68
01/01/2020	PRINCIPAL LÍQUIDO	18.452,92	1,042274591	19.233,01	2.469,27	21.702,28
				Total		**23.533,96**

Nome: MULTAS / INDENIZAÇÕES DEVIDAS A TERCEIROS PELO RECLAMADO

Valores Informados							D = [(A x B) + C]
Ocorrência	**Descrição**	**Terceiro**	**Valor (A)**	**Índice correção**	**Valor corrigido**	**Juros (C)**	**Total (D)**
09/12/2019	HONORÁRIOS CONTÁBEIS	PERITO CONTÁBIL	1.800,00	1,000000000	1.800,00	0,00	1.800,00
04/11/2019	CUSTAS	UNIÃO	600,00	1,000000000	600,00	0,00	600,00
01/01/2020	INSS RECDA	INSS	1.371,89	1,000000000	1.371,89	0,00	1.371,89
01/01/2020	HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA	PATRONO RECTE	2.021,03	1,042274591	2.106,47	270,44	2.376,91
01/01/2020	INSS RECTE	INSS	649,20	1,000000000	649,20	0,00	649,20
					Total		**6.798,00**

PJe Assinado eletronicamente por: ROSANA MIDORI DE SOUZA - Juntado em: 27/01/2021 18:45:03 - 29e35d8

6.798,00

Assinado eletronicamente por: ROSANA MIDORI DE SOUZA - Juntado em: 27/01/2021 18:45:03 - 29e35d8
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21012718450336200000144484499?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 21012718450336200000144484499

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SISBAJUD

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

DETALHAMENTO DA ORDEM JUDICIAL DE BLOQUEIO DE VALORES

Dados do Bloqueio

Situação da solicitação: **Respostas recebidas, processadas e disponibilizadas para consulta**

As ordens judiciais protocoladas até as 19h00min dos dias úteis serão consolidadas, transformadas em arquivos de remessa e disponibilizadas simultaneamente para todas as instituições financeiras até as 23h00min do mesmo dia. As ordens judiciais protocoladas após as 19h00min ou em dias não úteis serão tratadas e disponibilizadas às instituições financeiras no arquivo de remessa do dia útil imediatamente posterior.

Número do protocolo:	20210000252297
Data/hora de protocolamento:	27/01/2021 18:46
Número do processo:	0010396-28.2019.5.15.0131
Juiz solicitante do bloqueio:	LUCIENE TAVARES TEIXEIRA
Tipo/natureza da ação:	Ação Trabalhista
CPF/CNPJ do autor/exequente da	31321012810
Nome do autor/exequente da ação:	NATALIA GAMA CRUZ

Relação dos Réus/Executados

Réu/Executado	Total bloqueado pelo bloqueio original e reiterações
09462901: E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA - EPP	R$ 0,00

Respostas

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
27 JAN 2021 18:46	Bloqueio de Valores	LUCIENE TAVARES TEIXEIRA protocolado por (ROSANA MIDORI DE SOUZA)	R$ 30.331,96	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	28 JAN 2021 21:00

BCO SANTANDER

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
27 JAN 2021 18:46	Bloqueio de Valores	LUCIENE TAVARES TEIXEIRA protocolado por (ROSANA MIDORI DE SOUZA)	R$ 30.331,96	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	28 JAN 2021 05:36

PJe Assinado eletronicamente por: ROSANA MIDORI DE SOUZA - Juntado em: 29/01/2021 12:01:08 - 4445d5e

Respostas

BCO BRADESCO

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
27 JAN 2021 18:46	Bloqueio de Valores	LUCIENE TAVARES TEIXEIRA protocolado por (ROSANA MIDORI DE SOUZA)	R$ 30.331,96	(20) Resposta negativa: réu/executado possui apenas ativos comprometidos em composição de garantia ou em ciclo de liquidação ou resgate.	-	27 JAN 2021 19:44

Réu/Executado
45779006: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA

Total bloqueado pelo bloqueio original e reiterações
R$ 0,00

Respostas

BCO C6 S.A.

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
27 JAN 2021 18:46	Bloqueio de Valores	LUCIENE TAVARES TEIXEIRA protocolado por (ROSANA MIDORI DE SOUZA)	R$ 30.331,96	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	28 JAN 2021 17:30

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
27 JAN 2021 18:46	Bloqueio de Valores	LUCIENE TAVARES TEIXEIRA protocolado por (ROSANA MIDORI DE SOUZA)	R$ 30.331,96	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	28 JAN 2021 20:54

BCO BRASIL

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
27 JAN 2021 18:46	Bloqueio de Valores	LUCIENE TAVARES TEIXEIRA protocolado por (ROSANA MIDORI DE SOUZA)	R$ 30.331,96	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	28 JAN 2021 19:01

PJe Assinado eletronicamente por: ROSANA MIDORI DE SOUZA - Juntado em: 29/01/2021 12:01:08 - 4445d5e

Respostas

BCO MERCANTIL DO BRASIL

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
27 JAN 2021 18:46	Bloqueio de Valores	LUCIENE TAVARES TEIXEIRA protocolado por (ROSANA MIDORI DE SOUZA)	R$ 30.331,96	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	28 JAN 2021 02:18

BCO BRADESCO

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
27 JAN 2021 18:46	Bloqueio de Valores	LUCIENE TAVARES TEIXEIRA protocolado por (ROSANA MIDORI DE SOUZA)	R$ 30.331,96	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	27 JAN 2021 19:45

Assinado eletronicamente por: ROSANA MIDORI DE SOUZA - Juntado em: 29/01/2021 12:01:08 - 4445d5e
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21012912010466100000144596953?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 21012912010466100000144596953

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0010396-28.2019.5.15.0131** - Ação Trabalhista - Rito Ordinário
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (2)

DESPACHO

Diante do resultado insuficiente/negativo da penhora *on-line*, prossiga-se com a expedição de mandado para pesquisa, utilizando os demais convênios disponíveis, nos termos do Provimento GP-CR N 05 /2018.

CAMPINAS/SP, 29 de janeiro de 2021.

LUCIENE TAVARES TEIXEIRA
Juiz(íza) do Trabalho

Assinado eletronicamente por: LUCIENE TAVARES TEIXEIRA - Juntado em: 29/01/2021 13:58:21 - 793a3b3
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21012912031986800000144597319?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 21012912031986800000144597319

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0010396-28.2019.5.15.0131** - Ação Trabalhista - Rito Ordinário
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (2)

MANDADO DE PESQUISAS BÁSICAS

Reclamada(s): ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA, CNPJ: 45.779.006/0001-47; E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA - EPP, CNPJ: 09.462.901/0001-70

Endereço da(s) reclamada(s):
ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA
RUA MANOEL FERNANDES DIAS , 126, JARDIM NOVO CAMPOS ELISEOS, CAMPINAS/SP - CEP: 13060-110

E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA - EPP
AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO , 543, JARDIM CAMPOS ELISEOS, CAMPINAS /SP - CEP: 13060-858

Reclamante(s): NATALIA GAMA CRUZ, CPF: 313.210.128-10

Valor do débito: R$ 30.331,96, atualizado para 27/01/2021.

Justiça Gratuita concedida: (x) sim, em 08/11/2019, ID. 50bfe94

Isenção de emolumentos para consulta ARISP: (x) sim, em 08/11/2019, ID. 50bfe94

Data da propositura da ação: 25/03/2019 16:45:07

De ordem do(a) MM. Juiz(a) do Trabalho, LUCIENE TAVARES TEIXEIRA, prossiga-se, por meio deste MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO, que deverá ser cumprido por um(a) dos(as) oficiais de justiça avaliadores(as), na forma do Provimento GP-CR nº 10/2018, o(a) qual

PJe Assinado eletronicamente por: ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA - Juntado em: 26/02/2021 01:46:08 - 6a227aa

deverá utilizar as ferramentas RENAJUD, INFOJUD, ARISP, além de quaisquer outras ferramentas criadas para serem usadas na execução, observados os convênios firmados por este E. TRT, visando a penhora de bens, tantos quantos bastem para a garantia da dívida.

Sendo localizado(s) veículo(s) deverá ser observada a parametrização local quanto à restrição a ser lançada. Eventual penhora e avaliação deverá registrá-la no RENAJUD.

Sendo localizado imóvel penhorável em nome do executado, a penhora deverá ser efetuada e imediatamente registrada no ARISP. Se imóvel localizado na própria jurisdição procederá à avaliação e as intimações necessárias. Na hipótese de ser localizado em outra jurisdição, deverá ser emitido termo de penhora. Caso sejam localizados imóveis, eventuais emolumentos decorrentes do registro da penhora deverão ser acrescidos ao valor da execução, na forma do art. 883 da CLT.

Poderá, nos termos da parametrização local, o(a) Oficial de Justiça, ainda, dirigir-se ao endereço da executada à procura de bens para satisfação da execução.

Autoriza-se, desde logo, que o Oficial de Justiça Avaliador se valha das prerrogativas previstas nos artigos 212, 249, 252, 253, 846, *caput* e § 2º, do CPC, requisitando força, com a mera apresentação deste à Autoridade Policial. Deverá o Oficial de Justiça proceder a todas as diligências necessárias para o fiel cumprimento do presente Mandado, efetivando a penhora, se necessário for, onde quer que se encontrem os bens (art. 845 do CPC), independente de nova ordem ou mandado.

Determina-se a utilização do banco de dados existente na extranet /jurídico/execuções, especialmente para registro de bens constritos e/ou expedição de certidão de execução frustrada, com a consequente informação de insolvência do devedor.

O(s) bem(ns) abaixo relacionado(s) já foram objeto de constrição ou pesquisados anteriormente ao Provimento GP-CR nº 10/2018, e

PJe Assinado eletronicamente por: ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA - Juntado em: 26/02/2021 01:46:08 - 6a227aa

desservem a execução: lote de terreno nº 41, da quadra "A", do loteamento "Condomínio Chácaras São Quirino", em Campinas-SP (matrícula nº 52586 do 1º CRI de Campinas)

Cumpra-se.

Este é assinado pelo(a) servidor(a) ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA, de ordem do(a) MM. Juiz do Trabalho, nos termos do artigo 250, inciso VI, do CPC.

CAMPINAS/SP, 26 de fevereiro de 2021.

ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA
Servidor

Assinado eletronicamente por: ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA - Juntado em: 26/02/2021 01:46:08 - 6a227aa
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21022601460494400000146447520?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 21022601460494400000146447520

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (2)

ID do mandado: {VAL $idMandado}
Destinatário: {VAL $nomeDestinatarioMandado}

CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE MANDADO

12ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo nº 0010396-28.2019.5.15.0131

Mandado PJE Id nº 6a227aa

Exequente: Natalia Gama Cruz

Executados consultados:

1) Engesel Equipamentos de Segurança Ltda (CNPJ 45.779.006/0001-47)

2) E. Vida da Silva Equipamentos de Segurança – EPP (CNPJ 09.462.901 /0001-70)

Data da distribuição da ação: 25/03/2019

Valor da execução: R$ 30.331,96 (atualizado até 27/01/2021)

CERTIDÃO - PESQUISA FERRAMENTAS ELETRÔNICAS

Assinado eletronicamente por: CRISTIANE CASTILHO MOUCO - Juntado em: 23/03/2021 21:12:43 - 4d21269

SOLICITAR RESERVA DE CRÉDITO NO PROC. 0000678-62.2012.5.15.0095

Certifico e dou fé, eu, Oficial de Justiça Avaliadora Federal subscrita, ter recebido o presente documento aos 26/02/2021 e que, em cumprimento ao r. Mandado, **procedi à pesquisa através das ferramentas eletrônicas (RENAJUD, INFOJUD-DOI/DIPJ, ARISP) de bens dos executados**.

Certifico, ainda, que a pesquisa através do sistema Arisp indicou apenas o seguinte imóvel de propriedade da empresa executada Engesel Equipamentos de Segurança Ltda:

- Matrícula 151.042 do 3º CRI de Campinas: Rua Manuel Fernandes Dias, 126, Jardim Novo Campos Elíseos, Campinas/SP, com área de 1.006,00m² (sede da empresa reclamada). Na matrícula consta o registro de oito penhoras, sendo duas trabalhistas e as demais Execuções Fiscais. Em consulta aos processos trabalhistas, constatei que um já se encontra arquivado (processo 0229500-95.2003.5.15.0094) e o segundo está em fase de execução (processo 0000678-62.2012.5.15.0095). Conforme AV.03, consta a penhora do bem aos 28/08/2017 no processo 0000678-62.2012.5.15.0095 em trâmite na 8ª Vara do Trabalho de Campinas, com execução no valor de R$ 40.991,47. O processo encontra-se pendente de julgamento de Embargos à Penhora opostos pela executada (08/02/2018), julgamento suspenso em virtude de acordo homologado (21/06/2018), que foi descumprido (20/12/2019), retornando à execução em 29/04/2020.

Quanto aos demais executados, não localizei bens livres e desembaraçados que pudessem garantir total ou parcialmente a execução.

Submeto à apreciação superior as informações acima, para prosseguimento com a solicitação de reserva de créditos no referido processo em que há restrição anterior.

PJe Assinado eletronicamente por: CRISTIANE CASTILHO MOUCO - Juntado em: 23/03/2021 21:12:43 - 4d21269

Certifico, ainda, que esta conclusão está fundamentada no Provimento GP CR 10/2018, assim como na parametrização local, elaborada em atendimento à Ordem de Serviço CR 03/2015.

Informo que foram inseridas no sistema EXE15 as informações previstas na Ordem de Serviço CR 05/2016.

Ante o exposto, devolvo o presente documento à origem, permanecendo no aguardo de novas determinações.

Campinas, 23 de março de 2021 (terça-feira).

, 23 de março de 2021

CRISTIANE CASTILHO MOUCO
Oficial de Justiça Avaliador Federal

Assinado eletronicamente por: CRISTIANE CASTILHO MOUCO - Juntado em: 23/03/2021 21:12:43 - 4d21269
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21032321123530900000148382879?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 21032321123530900000148382879

ADVOCACIA MANFREDINI

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 12 VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

Processo n. **0010396-28.2019.5.15.0131**

NATALIA GAMA CRUZ, devidamente qualificada nos autos, por seu procurador, que esta subscreve, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, expor e requer o que segue.

Conforme resultado da pesquisa de bens passíveis de penhora em nome de mabas as Requeridas, fora encontrado apenas um imóvel, que já se encontra penhorado em 8 processos.

Sendo assim, dificilmente será suficiente para adimplir com todas as obrigações financeiras sobre ele impostas, em especial o crédito trabalhista da Requerente.

Porém, requer seja averbada na matrícula do imóvel, apresentada no ID n. 4d21269, a penhora deste processo, no Valor da execução: R$ 30.331,96 (atualizado até 27/01/2021).

Dados do imóvel: Matrícula 151.042 do 3º CRI de Campinas: Rua Manuel Fernandes Dias, 126, Jardim Novo Campos Elíseos, Campinas/SP, com área de 1.006,00m² (sede da empresa reclamada).

Rua Dr. Antonio de Castro Prado, 396 – Taquaral, Campinas – São Paulo - CEP 13076-130
Fone (19) 3252-4794 / 99607-6677 / 99795-2795- E-mail: manfredini.adv@aasp.org.br e vitor_manfredini@hotmail.com

Assinado eletronicamente por: VITOR MANFREDINI - 24/03/2021 13:53:50 - 0027055
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=21032413333714500000148424819
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. 0027055 - Pág. 1
Número do documento: 21032413333714500000148424819

Bem como, de que seja solicitada a reserva de crédito no Proc. 0000678-62.2012.5.15.0095.

Por último, reitera-se o pedido de desconstituição da personalidade jurídica de ambas as Requeridas, para que seus sócios respondam diretamente pela obrigação.

Termos em que,
Pede Deferimento.
Campinas, 24 de março de 2021.

VITOR MANFREDINI
OAB/SP 390.855

Rua Dr. Antonio de Castro Prado, 396 – Taquaral, Campinas – São Paulo - CEP 13076-130
Fone (19) 3252-4794 / 99607-6677 / 99795-2795- E-mail: manfredini.adv@aasp.org.br e vitor_manfredini@hotmail.com

Assinado eletronicamente por: VITOR MANFREDINI - 24/03/2021 13:53:50 - 0027055
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=21032413333714500000148424819
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 ID. 0027055 - Pág. 2
Número do documento: 21032413333714500000148424819

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0010396-28.2019.5.15.0131** - Ação Trabalhista - Rito Ordinário
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (2)

JUCESP

CAMPINAS/SP, 30 de abril de 2021.

MARIA FABIANA MARAO FERRENHA
Diretor de Secretaria

Assinado eletronicamente por: MARIA FABIANA MARAO FERRENHA - Juntado em: 30/04/2021 16:10:57 - cc505fe
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21043016103437900000150953081?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 21043016103437900000150953081

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA

NESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS “EMPRESA”, “CAPITAL”, “ENDEREÇO”, “OBJETO SOCIAL” E “TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA” REFEREM-SE À SITUAÇÃO ATUAL DA EMPRESA, NA DATA DE EMISSÃO DESTE DOCUMENTO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS CINCO ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA OBTER O HISTÓRICO COMPLETO DA EMPRESA, CONSULTE A FICHA CADASTRAL COMPLETA.

EMPRESA

E. VIDA DA SILVA - EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

TIPO: EMPRESÁRIO (E.P.P.)

NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMISSÃO
35122831089	16/11/2007	30/04/2021 16:09:45

INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
30/10/2007	09.462.901/0001-70	

CAPITAL

R$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS)

ENDEREÇO

LOGRADOURO: AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO	NÚMERO: 543	
BAIRRO: JARDIM NOVO CAMPOS ELISEOS	COMPLEMENTO:	
MUNICÍPIO: CAMPINAS	CEP: 13060-100	UF: SP

OBJETO SOCIAL

INDÚSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA, VESTIMENTAS TECNICAS DE SEGURANÇA, ROUPAS PROFISSIONAIS, PROMOCIONAIS E TECIDOS TECNICOS, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO PARA AREAS INDUSTRIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPAROS.

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA

EMERSON VIDA DA SILVA, CUTIS: NÃO INF., NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 158.424.768-19, RG/RNE: 20627987 - SP (SSP-SP), RESIDENTE À RUA ANTONIO ABRAMIDES, 145, PARQUE SÃO QUIRINO, CAMPINAS - SP, CEP 13088-534, NA SITUAÇÃO DE EMPRESÁRIO.

5 ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS

NUM.DOC: 109.363/13-9 SESSÃO: 26/04/2013

ALTERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA / OBJETO SOCIAL DA SEDE PARA INDÚSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA, VESTIMENTAS TECNICAS DE SEGURANÇA, ROUPAS PROFISSIONAIS, PROMOCIONAIS E TECIDOS TECNICOS, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO PARA AREAS INDUSTRIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPAROS.

Documento Gratuito
Proibida a Comercialização

PJe Assinado eletronicamente por: MARIA FABIANA MARAO FERRENHA - Juntado em: 30/04/2021 16:10:57 - 956d694

INCLUSÃO DE CNPJ 09.462.901/0001-70
NUM.DOC: 247.843/13-1 SESSÃO: 29/07/2013
CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 100.000,00 (CEM MIL REAIS).
ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO, 543, JARDIM NOVO CAMPOS ELISEOS, CAMPINAS - SP, CEP 13060-100.
NUM.DOC: 828.363/14-6 SESSÃO: 07/11/2014
REGISTRO DA DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE – (EPP).

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35122831089
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 29/04/2021

JUCESP GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO documento assinado digitalmente

Ficha Cadastral Simplificada. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 151195331, sexta-feira, 30 de abril de 2021 às 16:09:45.

PJe

Assinado eletronicamente por: MARIA FABIANA MARAO FERRENHA - Juntado em: 30/04/2021 16:10:57 - 956d694
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21043016105690100000150953155?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 21043016105690100000150953155

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0010396-28.2019.5.15.0131** - Ação Trabalhista - Rito Ordinário
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (2)

Ficha cadastral da 1ª reclamada.

CAMPINAS/SP, 30 de abril de 2021.

MARCIA CRISTINA SCALDINI DE CASTRO
Secretário de Audiência

Assinado eletronicamente por: MARCIA CRISTINA SCALDINI DE CASTRO - Juntado em: 30/04/2021 17:54:04 - e62089b
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21043017534458200000150972007?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 21043017534458200000150972007

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA

NESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS “EMPRESA”, “CAPITAL”, “ENDEREÇO”, “OBJETO SOCIAL” E “TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA” REFEREM-SE À SITUAÇÃO ATUAL DA EMPRESA, NA DATA DE EMISSÃO DESTE DOCUMENTO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS CINCO ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA OBTER O HISTÓRICO COMPLETO DA EMPRESA, CONSULTE A FICHA CADASTRAL COMPLETA.

RECADASTRADA EM 1997, SOB N. 00052058597

EMPRESA

DENOMINAÇÃO ATUAL:
ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA.

DENOMINAÇÕES ANTERIORES:
ENGESEL ENGENHARIA DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA.

TIPO: SOCIEDADE LIMITADA

NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMISSÃO
35202096458	14/02/1975	30/04/2021 14:59:41

INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
14/02/1975	45.779.006/0001-47	

CAPITAL

R$ 420.000,00 (QUATROCENTOS E VINTE MIL REAIS)

ENDEREÇO

LOGRADOURO: RUA MANOEL FERNANDES DIAS	NÚMERO: 126	
BAIRRO: CENTRO	COMPLEMENTO:	
MUNICÍPIO: CAMPINAS	CEP: 13100-000	UF: SP

OBJETO SOCIAL

REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMÉRCIO DE MERCADORIAS EM GERAL NÃO ESPECIALIZADO

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA

MILTON VIDA DA SILVA, CUTIS: NÃO INF., NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 045.451.848-04, RG/RNE: 2691350 - SP, RESIDENTE À RUA BARATA RIBEIRO, 50, APT& 121, CENTRO, CAMPINAS - SP, CEP 13023-030, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 210.000,00.

WALMIR VIDA DA SILVA, CUTIS: NÃO INF., NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 098.995.108-15, RG/RNE: 3012177 - SP, RESIDENTE À RUA ANTONIO ABRAMIDES, 145, PQ. SAO QUIRINO, CAMPINAS - SP, CEP 13089-040, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 210.000,00.

Documento Gratuito
Proibida a Comercialização

PJe Assinado eletronicamente por: MARCIA CRISTINA SCALDINI DE CASTRO - Juntado em: 30/04/2021 17:54:04 - 4466343

5 ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS
NUM.DOC: 175.671/96-5 SESSÃO: 24/10/1996
CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 320.000,00 (TREZENTOS E VINTE MIL REAIS).
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE VALMIR VIDA DA SILVA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 098.995.108-15, RG/RNE: 3012177 - SP, RESIDENTE À RUA DR. ANTONIO ABRAMIDES, 145, CAMPINAS - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 144.000,00.
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MILTON VIDA DA SILVA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 045.451.848-04, RG/RNE: 2691350 - SP, RESIDENTE À RUA BARATA RIBEIRO, 50, APTO. 121, CAMPINAS - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 144.000,00.
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE EMERSON VIDA DA SILVA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 158.424.768-19, RG/RNE: 20627987 - SP, RESIDENTE À RUA DR. ANTONIO ABRAMIDES, 145, CAMPINAS - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 16.000,00.
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE ROBERTO CARVALHO VIDA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 150.373.198-70, RG/RNE: 20888309 - SP, RESIDENTE À RUA BARATA RIBEIRO, 50, APTO. 121, CAMPINAS - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 16.000,00.
ALTERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA / OBJETO SOCIAL DA SEDE PARA REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMÉRCIO DE MERCADORIAS EM GERAL NÃO ESPECIALIZADO.
NUM.DOC: 209.193/96-7 SESSÃO: 25/11/1996
ALTERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA / OBJETO SOCIAL DA SEDE PARA REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMÉRCIO DE MERCADORIAS EM GERAL NÃO ESPECIALIZADO.
NUM.DOC: 072.185/98-3 SESSÃO: 29/06/1998
CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 420.000,00 (QUATROCENTOS E VINTE MIL REAIS).
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE VALMIR VIDA DA SILVA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 098.995.108-15, RG/RNE: 3012177 - SP, RESIDENTE À RUA DR. ANTONIO ABRAMIDES, 145, PQ. SAO QUIRINO, CAMPINAS - SP, CEP 13089-040, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 210.000,00.
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MILTON VIDA DA SILVA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 045.451.848-04, RG/RNE: 2691350 - SP, RESIDENTE À RUA BARATA RIBEIRO, 50, APTO. 121, CENTRO, CAMPINAS - SP, CEP 13023-030, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 210.000,00.
RETIRA-SE DA SOCIEDADE EMERSON VIDA DA SILVA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 158.424.768-19, RG/RNE: 20627987 - SP, RESIDENTE À RUA DR. ANTONIO ABRAMIDES, 145, CAMPINAS - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 16.000,00.
RETIRA-SE DA SOCIEDADE ROBERTO CARVALHO VIDA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 150.373.198-70, RG/RNE: 20888309 - SP, RESIDENTE À RUA BARATA RIBEIRO, 50, APTO. 121, CAMPINAS - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 16.000,00.
NUM.DOC: 276.844/04-0 SESSÃO: 03/06/2004
ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:
ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE WALMIR VIDA DA SILVA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 098.995.108-15, RG/RNE: 3.012.177 - SP, RESIDENTE À RUA ANTONIO ABRAMIDES, 145, PQ. SAO QUIRINO, CAMPINAS - SP, CEP 13089-040, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 210.000,00.
ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE MILTON VIDA DA SILVA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 045.451.848-04, RG/RNE: 2.691.350 - SP, RESIDENTE À RUA BARATA RIBEIRO, 50, APT& 121, CENTRO, CAMPINAS - SP, CEP 13023-030, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 210.000,00.
ALTERAÇÃO DE OUTRAS CLAÚSULAS CONTRATUAIS/ESTATUTÁRIAS: ADAPTACAO AO NOVO CODIGO CIVIL.
INCLUSÃO DE CNPJ 45.779.006/0001-47
CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.
NUM.DOC: 177.627/15-3 SESSÃO: 17/04/2015
ARQUIVAMENTO DE PROCURACAO PUBLICA, CONFORME DISPOSTO NA IN N 28 DE 06/10/2014 E CNJ N 42 DE 31/10/2014.

PJe Assinado eletronicamente por: MARCIA CRISTINA SCALDINI DE CASTRO - Juntado em: 30/04/2021 17:54:04 - 4466343

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35202096458
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 30/04/2021

JUCESP GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO documento assinado digitalmente

Ficha Cadastral Simplificada. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 151186833, sexta-feira, 30 de abril de 2021 às 14:59:40.

PJe

Assinado eletronicamente por: MARCIA CRISTINA SCALDINI DE CASTRO - Juntado em: 30/04/2021 17:54:04 - 4466343
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21043017540136500000150972043?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 21043017540136500000150972043

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0010396-28.2019.5.15.0131** - Ação Trabalhista - Rito Ordinário
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (5)

DECISÃO

Considerando que as executadas não atenderam ao comando sentencial e que o descumprimento da sentença aliado à inexistência de numerário para bloqueio caracterizam sua inidoneidade financeira, com fundamento nos arts. 28, § 5º, do CDC, 134, VII, e 135 do CTN, 4º, V e §§ 2º e 3º, da Lei de Execução Fiscal - LEF e arts 8º, §1º, 10-A e 899 da CLT, instauro **incidente de desconsideração da personalidade jurídica,** previsto nos artigos 855-A da CLT e art. 133 a 137 do CPC.

Para possibilitar a tramitação do incidente, incluam-se, temporariamente, no polo passivo, o (s) sócio(s)atual(is): **MILTON VIDA DA SILVA,** CPF: 045.451.848-04, **WALMIR VIDA DA SILVA,** CPF: 098.995.108-15 (sócios da 1ª reclamada), bem como **EMERSON VIDA DA SILVA,** CPF: 158.424.768-19 (proprietário da 2ª reclamada).

Para tanto, deverá a Secretaria retificar a autuação e demais assentamentos para constar no polo passivo, além da empresa, o(s) sócio(s) retro qualificado (s).

Com base nos art. 300, 301 e 854 do CPC /2015, concedo, uma vez presentes seus requisitos, a

PJe Assinado eletronicamente por: ERICA ESCARASSATTE - Juntado em: 03/05/2021 08:04:38 - 91c9fd5

tutela provisória de urgência de caráter cautelar na forma de ARRESTO DE VALORES EM CONTAS BANCÁRIAS, pois o crédito de natureza alimentar se apresenta líquido, certo e exigível e as medidas executivas se mostraram infrutíferas. Nesse sentido, a intimação prévia dos sócios pode prejudicar o resultado útil do processo.

Sendo positiva a medida cautelar, ainda que de forma parcial, o bloqueio deverá ser convolado em arresto ou penhora, sem prejuízo do prazo infra, devendo-se intimar a(o) executada(o) e/ou o(a) sócio(a) interessado(a), independentemente da garantia integral do Juízo, para, querendo, opor embargos à execução, na forma do art. 884 da CLT.

Havendo bloqueio de ativos financeiros que alcancem ou superem o valor atualizado do débito em contas bancárias da(o) executada(o), fica desde já determinada a imediata liberação dos valores que superem o valor do débito nas contas da(o) executada(o) e a imediata liberação da totalidade dos valores bloqueados em contas do(s) sócio(s).

Havendo bloqueio de ativos financeiros que superem o valor atualizado do débito nas contas individuais de cada um dos sócios, fica desde já determinada a imediata liberação dos valores bloqueados em contas individuais de cada sócio que superem o valor total do débito. Considerando-se que cada um dos sócios poderá ser responsabilizado pela totalidade do débito, ficam estes cientes de que o desbloqueio de valores limitados ao total do débito em suas contas bancárias

PJe Assinado eletronicamente por: ERICA ESCARASSATTE - Juntado em: 03/05/2021 08:04:38 - 91c9fd5

individuais somente poderá ocorrer após o trânsito em julgado de decisão final no incidente de desconsideração da personalidade jurídica ou assunção de responsabilidade integral pelo débito por um deles, desde que garanta integralmente o Juízo.

Nos termos do art. 135 do citado Código, **intime(m)-se o(s) sócio(s) para se manifeste(m) e requeira(m) as provas cabíveis no prazo de 15 dias.**

Nesta oportunidade, deverá(ão), se for o caso e sob pena de preclusão, indicar bens livres e desembaraçados da(o) executada(o) suficientes para a quitação do débito exequendo e sujeitos à penhora com indicação dos respectivos valores e exibição de prova de propriedade com, tratando-se de bens imóveis ou veículos automotores, juntada de certidões negativas de ônus e observância da ordem de preferência legal, na forma dos arts. 4º, § 3º, da LEF, 774, V, 795, § 2º, e 835 do CPC e 769 e 899 da CLT.

Vindo os autos a(s) manifestação(ões), **intime-se o(a) exequente para se pronunciar em 15 dias**.

Durante o incidente, o processo ficará suspenso nos termos do §2º do art 855 -A da CLT.

Decorrido todos os prazos, venham os conclusos para decisão do incidente e prosseguimento da execução.

CAMPINAS/SP, 01 de maio de 2021.

PJe Assinado eletronicamente por: ERICA ESCARASSATTE - Juntado em: 03/05/2021 08:04:38 - 91c9fd5

ERICA ESCARASSATTE
Juíza do Trabalho Substituta

MCSC

Assinado eletronicamente por: ERICA ESCARASSATTE - Juntado em: 03/05/2021 08:04:38 - 91c9fd5
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21050114364281000000150990581?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 21050114364281000000150990581

PJe-Calc
Sistema de Cálculos Trabalhistas

Processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Cálculo: 253034

PLANILHA DE CÁLCULO

Reclamante **NATALIA GAMA CRUZ**
Reclamado: **ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA**
Período do Cálculo: **25/01/2019 a 25/01/2019** Data Ajuizamento: **25/03/2019** Data Liquidação: **25/07/2021**

Resumo do Cálculo

Descrição do Bruto Devido ao Reclamante	Valor Corrigido	Juros	Total
JUROS	1.907,30	0,00	1.907,30
PRINCIPAL LÍQUIDO	20.027,00	3.759,91	23.786,91
Total	**21.934,30**	**3.759,91**	**25.694,21**

Percentual de Parcelas Remuneratórias e Tributáveis: 0,00%

Descrição de Créditos e Descontos do Reclamante	Valor
JUROS	1.907,30
PRINCIPAL LÍQUIDO	23.786,91
Bruto Devido ao Reclamante	**25.694,21**
Total de Descontos	**0,00**
Líquido Devido ao Reclamante	**25.694,21**

Descrição de Débitos do Reclamado por Credor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	25.694,21
MULTAS / INDENIZAÇÕES DEVIDAS PARA PATRONO RECTE	2.605,23
MULTAS / INDENIZAÇÕES DEVIDAS PARA PERITO CONTÁBIL	1.800,00
MULTAS / INDENIZAÇÕES DEVIDAS PARA INSS	2.021,09
MULTAS / INDENIZAÇÕES DEVIDAS PARA UNIÃO	600,00
Total Devido pelo Reclamado	**32.720,53**

Critério de Cálculo e Fundamentação Legal

1. Valores corrigidos pelo índice 'Tabela Única JT Diário', acumulado a partir do mês de vencimento. Última taxa 'Tabela Única JT Diário' relativa a 07/2021.
2. Contribuições sociais sobre 'salários devidos vencidos antes de 05/03/2009' sem acréscimo de juros e multa, conforme Art. 276, caput do Decreto nº 3.048/99. Contribuições sociais sobre 'salários devidos vencidos a partir de 05/03/2009' com acréscimo de juros desde a prestação do serviço e sem acréscimos de multa.
3. Multa e/ou indenização informada corrigida pelo índice "IPCA-E", acumulado a partir do mês de vencimento.
4. Juros simples de 1% a.m., pro rata die, a partir de 25/03/2019 (Art. 39 da Lei nº 8177/91).

PJe Assinado eletronicamente por: ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA - Juntado em: 25/07/2021 01:12:29 - 5cabb60

Processo: 0010396-28.2019.5.15.0131

Cálculo: 253034

PLANILHA DE CÁLCULO

Reclamante **NATALIA GAMA CRUZ**

Reclamado: **ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA**

Período do Cálculo: **25/01/2019 a 25/01/2019** Data Ajuizamento: **25/03/2019** Data Liquidação: **25/07/2021**

Dados do Cálculo

Estado: **SP** Município: **CAMPINAS**
Regime de Trabalho: **Tempo Integral**
Maior Remuneração:
Prazo de Aviso Prévio: **Calculado**
Zerar Valor Negativo (Padrão): **Não**
Carga Horária (Padrão): **220,00**

Admissão: **02/01/2018**
Aplicar Prescrição Quinquenal: **Não**
Última Remuneração:
Projetar Aviso Prévio Indenizado: **Sim**
Considerar Feriados Estaduais: **Sim**
Sábado como Dia Útil: **Sim**

Demissão: **25/01/2019**
Aplicar Prescrição Trintenária: **Não**
Limitar Avos ao Período de Cálculo: **Não**
Considerar Feriados **Sim**

Faltas e Férias

FÉRIAS								
Relativa	**Período Aquisitivo**	**Período Concessívo**	**Prazo**	**Situação**	**Abono**	**Período de Gozo 1**	**Período de Gozo 2**	**Período de Gozo 3**
2018/2019	02/01/2018 a 01/01/2019	02/01/2019 a 01/01/2020	30	Indenizadas	Não	-	-	-

Demonstrativo de Multas / Indenizações

Nome: MULTAS / INDENIZAÇÕES DEVIDAS AO RECLAMANTE

Valores Informados						D = [(A x B) + C]
Ocorrência	**Descrição**	**Valor (A)**	**Índice correção**	**Valor corrigido**	**Juros (C)**	**Total (D)**
01/01/2020	JUROS	1.757,39	1,085302632	1.907,30	0,00	1.907,30
01/01/2020	PRINCIPAL LÍQUIDO	18.452,92	1,085302632	20.027,00	3.759,91	23.786,91
				Total		**25.694,21**

Nome: MULTAS / INDENIZAÇÕES DEVIDAS A TERCEIROS PELO RECLAMADO

Valores Informados							D = [(A x B) + C]
Ocorrência	**Descrição**	**Terceiro**	**Valor (A)**	**Índice correção**	**Valor corrigido**	**Juros (C)**	**Total (D)**
09/12/2019	HONORÁRIOS CONTÁBEIS	PERITO CONTÁBIL	1.800,00	1,000000000	1.800,00	0,00	1.800,00
04/11/2019	CUSTAS	UNIÃO	600,00	1,000000000	600,00	0,00	600,00
01/01/2020	INSS RECDA	INSS	1.371,89	1,000000000	1.371,89	0,00	1.371,89
01/01/2020	HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA	PATRONO RECTE	2.021,03	1,085302632	2.193,43	411,80	2.605,23
01/01/2020	INSS RECTE	INSS	649,20	1,000000000	649,20	0,00	649,20
					Total		**7.026,32**

PJe Assinado eletronicamente por: ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA - Juntado em: 25/07/2021 01:12:29 - 5cabb60

7.026,32

Assinado eletronicamente por: ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA - Juntado em: 25/07/2021 01:12:29 - 5cabb60
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21072501122907800000156921339?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 21072501122907800000156921339

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SISBAJUD

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

RECIBO DE PROTOCOLAMENTO DE DESDOBRAMENTO DE BLOQUEIO DE VALORES

Dados do Bloqueio

Situação da solicitação: **Ordem judicial ainda não disponibilizada para as instituições financeiras**

As ordens judiciais protocoladas até as 19h00min dos dias úteis serão consolidadas, transformadas em arquivos de remessa e disponibilizadas simultaneamente para todas as instituições financeiras até as 23h00min do mesmo dia. As ordens judiciais protocoladas após as 19h00min ou em dias não úteis serão tratadas e disponibilizadas às instituições financeiras no arquivo de remessa do dia útil imediatamente posterior.

Número do protocolo:	20210003389857
Data/hora de protocolamento:	25/07/2021 01:12
Número do processo:	0010396-28.2019.5.15.0131
Juiz solicitante do bloqueio:	ERICA ESCARASSATTE
Tipo/natureza da ação:	Ação Trabalhista
CPF/CNPJ do autor/exequente da ação:	31321012810
Nome do autor/exequente da ação:	natalia gama cruz
Protocolo de bloqueio agendado?	Não
Repetição programada?	Não
Ordem sigilosa?	Não

Relação dos Réus/Executados

Réu/Executado	Total bloqueado pelo bloqueio original e reiterações
04545184804: MILTON VIDA DA SILVA	R$ 0,00

Respostas

BCO SANTANDER

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
25 JUL 2021 01:12	Bloqueio de Valores	ERICA ESCARASSATTE protocolado por (ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA)	R$ 32.720,53	(05) Réu/executado sem saldo disponível devido a bloqueio total anterior.	-	27 JUL 2021 06:02

BCO BRADESCO

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
25 JUL 2021 01:12	Bloqueio de Valores	ERICA ESCARASSATTE protocolado por (ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA)	R$ 32.720,53	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	26 JUL 2021 20:36

PJe Assinado eletronicamente por: ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA - Juntado em: 28/07/2021 12:52:20 - e011e84

Respostas

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
25 JUL 2021 01:12	Bloqueio de Valores	ERICA ESCARASSATTE protocolado por (ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA)	R$ 32.720,53	(00) Resposta negativa: o réu/executado não é cliente (não possui contas) ou possui apenas contas inativas, ou a instituição não é responsável sobre o registro de titularidade, administração ou custódia dos ativos.	-	26 JUL 2021 22:59

BCO MERCANTIL DO BRASIL

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
25 JUL 2021 01:12	Bloqueio de Valores	ERICA ESCARASSATTE protocolado por (ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA)	R$ 32.720,53	(00) Resposta negativa: o réu/executado não é cliente (não possui contas) ou possui apenas contas inativas, ou a instituição não é responsável sobre o registro de titularidade, administração ou custódia dos ativos.	-	26 JUL 2021 21:36

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
25 JUL 2021 01:12	Bloqueio de Valores	ERICA ESCARASSATTE protocolado por (ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA)	R$ 32.720,53	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	27 JUL 2021 20:41

Réu/Executado
09462901: E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA - EPP

Total bloqueado pelo bloqueio original e reiterações
R$ 30,84

Respostas

BCO SANTANDER

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado

PJe Assinado eletronicamente por: ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA - Juntado em: 28/07/2021 12:52:20 - e011e84

Respostas

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
25 JUL 2021 01:12	Bloqueio de Valores	ERICA ESCARASSATTE protocolado por (ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA)	R$ 32.720,53	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	27 JUL 2021 05:52

BCO BRADESCO

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
25 JUL 2021 01:12	Bloqueio de Valores	ERICA ESCARASSATTE protocolado por (ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA)	R$ 32.720,53	(20) Resposta negativa: réu/executado possui apenas ativos comprometidos em composição de garantia ou em ciclo de liquidação ou resgate.	-	26 JUL 2021 20:33

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
25 JUL 2021 01:12	Bloqueio de Valores	ERICA ESCARASSATTE protocolado por (ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA)	R$ 32.720,53	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo.	R$ 30,84	27 JUL 2021 20:29
28 JUL 2021 12:52	Desbloqueio de Valores	ERICA ESCARASSATTE	R$ 30,84	Não enviada	-	-

Réu/Executado
09899510815: WALMIR VIDA DA SILVA

Total bloqueado pelo bloqueio original e reiterações
R$ 0,00

Respostas

BCO SANTANDER

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado

PJe Assinado eletronicamente por: ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA - Juntado em: 28/07/2021 12:52:20 - e011e84

Respostas

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
25 JUL 2021 01:12	Bloqueio de Valores	ERICA ESCARASSATTE protocolado por (ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA)	R$ 32.720,53	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	27 JUL 2021 05:47

BCO BRADESCO

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
25 JUL 2021 01:12	Bloqueio de Valores	ERICA ESCARASSATTE protocolado por (ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA)	R$ 32.720,53	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	26 JUL 2021 20:34

BCO BRASIL

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
25 JUL 2021 01:12	Bloqueio de Valores	ERICA ESCARASSATTE protocolado por (ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA)	R$ 32.720,53	(00) Resposta negativa: o réu/executado não é cliente (não possui contas) ou possui apenas contas inativas, ou a instituição não é responsável sobre o registro de titularidade, administração ou custódia dos ativos.	-	27 JUL 2021 00:18

BCO MERCANTIL DO BRASIL

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
25 JUL 2021 01:12	Bloqueio de Valores	ERICA ESCARASSATTE protocolado por (ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA)	R$ 32.720,53	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	27 JUL 2021 02:35

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado

PJe Assinado eletronicamente por: ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA - Juntado em: 28/07/2021 12:52:20 - e011e84

Respostas

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
25 JUL 2021 01:12	Bloqueio de Valores	ERICA ESCARASSATTE protocolado por (ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA)	R$ 32.720,53	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	27 JUL 2021 20:29

Réu/Executado
15842476819: EMERSON VIDA DA SILVA

Total bloqueado pelo bloqueio original e reiterações
R$ 0,00

Respostas

BANCO XP S.A.

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
25 JUL 2021 01:12	Bloqueio de Valores	ERICA ESCARASSATTE protocolado por (ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA)	R$ 32.720,53	(00) Resposta negativa: o réu/executado não é cliente (não possui contas) ou possui apenas contas inativas, ou a instituição não é responsável sobre o registro de titularidade, administração ou custódia dos ativos.	-	26 JUL 2021 20:29

BCO SANTANDER

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
25 JUL 2021 01:12	Bloqueio de Valores	ERICA ESCARASSATTE protocolado por (ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA)	R$ 32.720,53	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	27 JUL 2021 05:58

BCO BRADESCO

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
25 JUL 2021 01:12	Bloqueio de Valores	ERICA ESCARASSATTE protocolado por (ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA)	R$ 32.720,53	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	26 JUL 2021 20:33

PJe Assinado eletronicamente por: ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA - Juntado em: 28/07/2021 12:52:20 - e011e84

Respostas

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
25 JUL 2021 01:12	Bloqueio de Valores	ERICA ESCARASSATTE protocolado por (ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA)	R$ 32.720,53	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	27 JUL 2021 02:59

XP INVESTIMENTOS CCTVM S/A

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
25 JUL 2021 01:12	Bloqueio de Valores	ERICA ESCARASSATTE protocolado por (ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA)	R$ 32.720,53	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	27 JUL 2021 17:40

BCO FATOR

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
25 JUL 2021 01:12	Bloqueio de Valores	ERICA ESCARASSATTE protocolado por (ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA)	R$ 32.720,53	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	27 JUL 2021 13:18

BCO SAFRA

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
25 JUL 2021 01:12	Bloqueio de Valores	ERICA ESCARASSATTE protocolado por (ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA)	R$ 32.720,53	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	27 JUL 2021 18:24

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
25 JUL 2021 01:12	Bloqueio de Valores	ERICA ESCARASSATTE protocolado por (ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA)	R$ 32.720,53	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	27 JUL 2021 20:41

PJe Assinado eletronicamente por: ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA - Juntado em: 28/07/2021 12:52:20 - e011e84

Réu/Executado
45779006: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA

Total bloqueado pelo bloqueio original e reiterações
R$ 0,00

Respostas

BCO BRADESCO

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
25 JUL 2021 01:12	Bloqueio de Valores	ERICA ESCARASSATTE protocolado por (ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA)	R$ 32.720,53	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	26 JUL 2021 20:33

BCO BRASIL

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
25 JUL 2021 01:12	Bloqueio de Valores	ERICA ESCARASSATTE protocolado por (ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA)	R$ 32.720,53	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	27 JUL 2021 19:13

BCO MERCANTIL DO BRASIL

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
25 JUL 2021 01:12	Bloqueio de Valores	ERICA ESCARASSATTE protocolado por (ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA)	R$ 32.720,53	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	27 JUL 2021 02:35

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
25 JUL 2021 01:12	Bloqueio de Valores	ERICA ESCARASSATTE protocolado por (ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA)	R$ 32.720,53	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	27 JUL 2021 20:34

Assinado eletronicamente por: ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA - Juntado em: 28/07/2021 12:52:20 - e011e84
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21072812521967000000157145283?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 21072812521967000000157145283

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (5)

DESPACHO

Diante do resultado negativo da penhora on-line, prossiga-se com a expedição de mandado para pesquisa, utilizando os demais convênios disponíveis, nos termos do Provimento GP-CR N 05/2018.

CAMPINAS/SP, 28 de julho de 2021

ERIKA DE FRANCESCHI
Juíza do Trabalho Substituta

ABCS

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (5)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID a95d535 proferido nos autos.

DESPACHO

Diante do resultado negativo da penhora on-line, prossiga-se com a expedição de mandado para pesquisa, utilizando os demais convênios disponíveis, nos termos do Provimento GP-CR N 05/2018.

CAMPINAS/SP, 28 de julho de 2021

ERIKA DE FRANCESCHI
Juíza do Trabalho Substituta

ABCS

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (5)

MANDADO DE PESQUISAS BÁSICAS

Reclamada(s): ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA, CNPJ: 45.779.006/0001-47; E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA - EPP, CNPJ: 09.462.901/0001-70; MILTON VIDA DA SILVA, CPF: 045.451.848-04; WALMIR VIDA DA SILVA, CPF: 098.995.108-15; EMERSON VIDA DA SILVA, CPF: 158.424.768-19

Endereço da(s) reclamada(s):

ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA
RUA MANOEL FERNANDES DIAS , 126, JARDIM NOVO CAMPOS ELISEOS, CAMPINAS/SP - CEP: 13060-110

E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA - EPP
AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO , 543, JARDIM CAMPOS ELISEOS, CAMPINAS/SP - CEP: 13060-858

MILTON VIDA DA SILVA
BARATA RIBEIRO, 50, APTO 121, VILA ITAPURA, CAMPINAS/SP - CEP: 13023-030

WALMIR VIDA DA SILVA
AVENIDA JOSE DE SOUZA CAMPOS , 422, NOVA CAMPINAS, CAMPINAS/SP - CEP: 13092-123

EMERSON VIDA DA SILVA
RUA OITO ALAMEDA DO IPE ROXO, QD U LT5 FAZ 2 MARIAS, DUAS MARIAS, MONTE ALEGRE DO SUL/SP - CEP: 13820-000

Houve desconsideração da personalidade jurídica e incluídos o (s) seguinte(s) sócios, nas respectivas datas:

PJe Assinado eletronicamente por: ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA - Juntado em: 17/10/2021 01:35:17 - 1ea2636

Em 03/05/2021: MILTON VIDA DA SILVA, CPF: 045.451.848-04; WALMIR VIDA DA SILVA, CPF: 098.995.108-15; EMERSON VIDA DA SILVA, CPF: 158.424.768-19

Em 03/05/2021: EMERSON VIDA DA SILVA, CPF: 158.424.768-19

Reclamante(s): NATALIA GAMA CRUZ, CPF: 313.210.128-10

Valor do débito: R$ 32.720,53, atualizado para 25/07/2021.

Justiça Gratuita concedida: (x) sim, em 08/09/2019, ID. 50bfe94

Isenção de emolumentos para consulta ARISP: (x) sim, em 08/09/2019, ID. 50bfe94

Data da propositura da ação: 25/03/2019 16:45:07

De ordem do(a) MM. Juiz(a) do Trabalho, ERIKA DE FRANCESCHI, prossiga-se, por meio deste MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO, que deverá ser cumprido por um(a) dos(as) oficiais de justiça avaliadores(as), na forma do Provimento GP-CR nº 10/2018, o qual deverá utilizar as ferramentas RENAJUD, INFOJUD, ARISP, além de quaisquer outras ferramentas criadas para serem usadas na execução, observados os convênios firmados por este E. TRT, visando a penhora de bens, tantos quantos bastem para a garantia da dívida.

Sendo localizado(s) veículo(s) deverá ser observada a parametrização local quanto à restrição a ser lançada. Eventual penhora e avaliação deverá registrá-la no RENAJUD.

Sendo localizado imóvel penhorável em nome do executado, a penhora deverá ser efetuada e imediatamente registrada no Arisp. Se imóvel localizado na própria jurisdição procederá à avaliação e as intimações necessárias. Na hipótese de ser localizado em outra jurisdição, deverá ser emitido termo de penhora. Caso sejam localizados imóveis, eventuais emolumentos decorrentes do registro da penhora deverão ser acrescidos ao valor da execução, na forma do art. 883 da CLT.

PJe Assinado eletronicamente por: ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA - Juntado em: 17/10/2021 01:35:17 - 1ea2636

Caso sejam localizados imóveis no Estado de São Paulo, eventuais emolumentos decorrentes do registro da penhora deverão ser recolhidos ao final ou por ocasião do registro de arrematação ou adjudicação, conforme item 1.7 do anexo II da Lei Estadual nº 11.331/2002.

Poderá, nos termos da parametrização local, o Oficial de Justiça, ainda, dirigir-se ao endereço da executada à procura de bens para satisfação da execução.

Autoriza-se, desde logo, que o Oficial de Justiça Avaliador se valha das prerrogativas previstas nos artigos 212, 249, 252, 253, 846, *caput* e § 2º, do CPC, requisitando força, com a mera apresentação deste à Autoridade Policial. Deverá o Oficial de Justiça proceder a todas as diligências necessárias para o fiel cumprimento do presente Mandado, efetivando a penhora, se necessário for, onde quer que se encontrem os bens (art. 845 do CPC), independente de nova ordem ou mandado.

Determina-se a utilização do banco de dados existente na extranet/jurídico/execuções, especialmente para registro de bens constritos e/ou expedição de certidão de execução frustrada, com a consequente informação de insolvência do devedor.

Cumpra-se.

Este é assinado pelo(a) servidor(a) ARTHUR BARRETO COELHO E SILVA, de ordem do(a) MM. Juiz do Trabalho, nos termos do artigo 250, inciso VI, do CPC.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (5)

ID do mandado: {VAL $idMandado}
Destinatário: {VAL $nomeDestinatarioMandado}

CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE MANDADO

Id do Mandado: 1ea2636

certidão em pdf

CAMPINAS/SP, 07 de março de 2022.

FLAVIA DE CAMARGO BARROS DE CASTRO
Oficial de Justiça Avaliador Federal

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (5)

ID do mandado: {VAL $idMandado}
Destinatário: {VAL $nomeDestinatarioMandado}

CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE MANDADO

Id do Mandado: 1ea2636
Destinatário: {VAL $PAC.nome_endereco_destinatario}

CAMPINAS/SP, 07 de março de 2022.

FLAVIA DE CAMARGO BARROS DE CASTRO
Oficial de Justiça Avaliador Federal

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (5)

ID do mandado: {VAL $idMandado}
Destinatário: {VAL $nomeDestinatarioMandado}

CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE MANDADO

Id do Mandado: 1ea2636

certidão para regularização

CAMPINAS/SP, 07 de março de 2022.

FLAVIA DE CAMARGO BARROS DE CASTRO
Oficial de Justiça Avaliador Federal

Id 1ea2636 - 12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (5)
Reclamada(s):
ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA, CNPJ: 45.779.006/0001-47;
E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA - EPP, CNPJ: 09.462.901/0001-70;
MILTON VIDA DA SILVA, CPF: 045.451.848-04;
WALMIR VIDA DA SILVA, CPF: 098.995.108-15;
EMERSON VIDA DA SILVA, CPF: 158.424.768-19
Houve desconsideração da personalidade jurídica e incluídos o
(s) seguinte(s) sócios, nas respectivas datas em 03/05/2021:
MILTON VIDA DA SILVA, CPF: 045.451.848-04;
WALMIR VIDA DA SILVA, CPF: 098.995.108-15;
EMERSON VIDA DA SILVA, CPF: 158.424.768-19
Reclamante(s): NATALIA GAMA CRUZ, CPF: 313.210.128-10
Valor do débito: R$ 32.720,53, atualizado para 25/07/2021.
Justiça Gratuita concedida: (x) sim, em 08/09/2019, ID. 50bfe94
Isenção de emolumentos para consulta ARISP: (x) sim, em 08/09/2019, ID. 50bfe94
Data da propositura da ação: 25/03/2019 16:45:07

CERTIDÃO POSITIVA

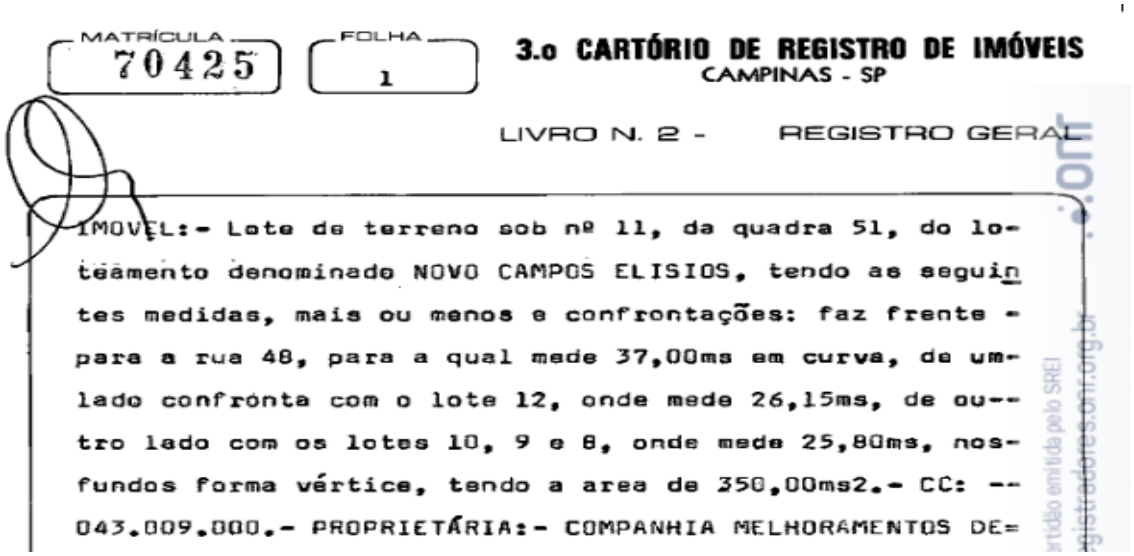
Certifico e dou fé que recebi o presente mandado para pesquisa com as ferramentas eletrônicas. Certifico que em consulta ao convênio Arisp - o 3º. Cartório de Registro de Imóveis de Campinas ao pesquisar o executado WALMIR VIDA DA SILVA, CPF: 098.995.108-15; foi localizado imóvel conforme segue:

Protocolo	Cartório	Tipo
SPH22010017857D	3º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE CAMPINAS - SP	Pedido Pessoa
Nº Processo	**Nome / Razão**	**CNPJ / CPF**
00103962820195150131	WALMIR VIDA DA SILVA	098.995.108-15

Tipo Resposta
Certidão

Observações

Resposta (As Pesquisas foram feitas com base na data da Solicitação 14/1/2022):



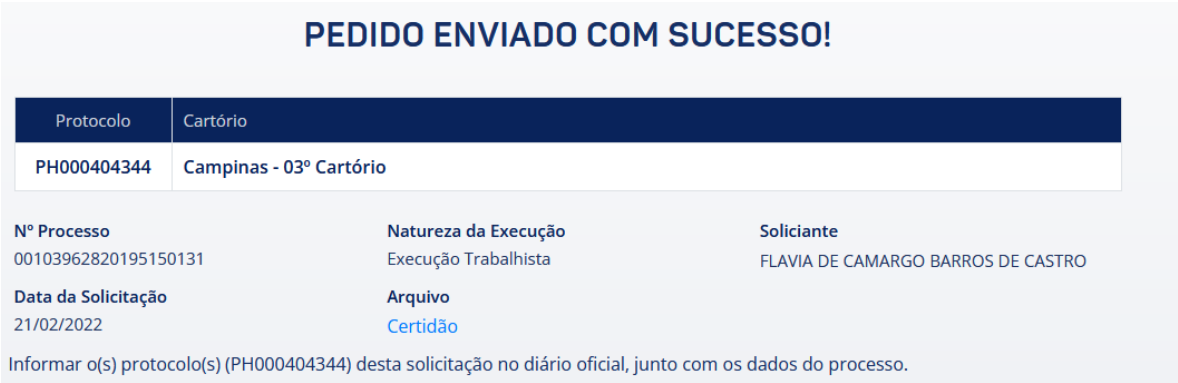
MATRÍCULA 70425 | FOLHA 1

3.o CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CAMPINAS - SP

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL

IMOVEL:- Lote de terreno sob nº 11, da quadra 51, do loteamento denominado NOVO CAMPOS ELISIOS, tendo as seguintes medidas, mais ou menos e confrontações: faz frente - para a rua 48, para a qual mede 37,00ms em curva, de um lado confronta com o lote 12, onde mede 26,15ms, de outro lado com os lotes 10, 9 e 8, onde mede 25,80ms, nos fundos forma vértice, tendo a area de 350,00ms2.- CC: -- 043.009.000.- PROPRIETÁRIA:- COMPANHIA MELHORAMENTOS DE=

NOS TERMOS DA PARAMETRIZAÇÃO DA CENTRAL DE MANDADOS DE CAMPINAS PROCEDI À PENHORA DIRETAMENTE JUNTO AO CONVÊNIO ARISP, CONFORME PROTOCOLO: PH000404344



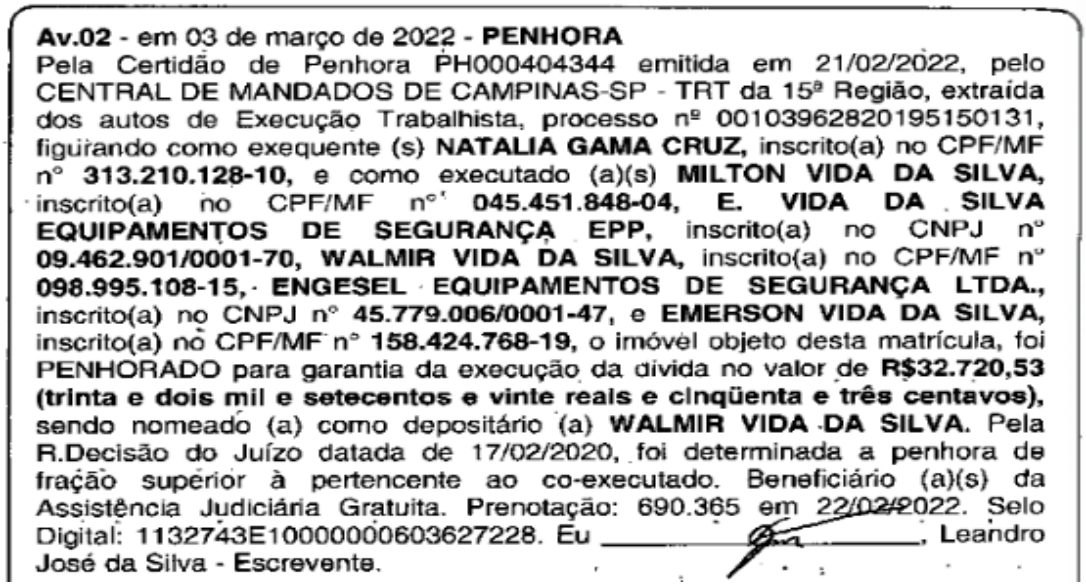
PEDIDO ENVIADO COM SUCESSO!

Protocolo	Cartório
PH000404344	Campinas - 03º Cartório

Nº Processo	Natureza da Execução	Soliciante
00103962820195150131	Execução Trabalhista	FLAVIA DE CAMARGO BARROS DE CASTRO
Data da Solicitação	**Arquivo**	
21/02/2022	Certidão	

Informar o(s) protocolo(s) (PH000404344) desta solicitação no diário oficial, junto com os dados do processo.

RESPOSTA - Matrícula com averbação da penhora:



Av.02 - em 03 de março de 2022 - **PENHORA**
Pela Certidão de Penhora PH000404344 emitida em 21/02/2022, pelo CENTRAL DE MANDADOS DE CAMPINAS-SP - TRT da 15ª Região, extraída dos autos de Execução Trabalhista, processo nº 00103962820195150131, figurando como exequente (s) **NATALIA GAMA CRUZ,** inscrito(a) no CPF/MF nº **313.210.128-10,** e como executado (a)(s) **MILTON VIDA DA SILVA,** inscrito(a) no CPF/MF nº **045.451.848-04, E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EPP,** inscrito(a) no CNPJ nº **09.462.901/0001-70, WALMIR VIDA DA SILVA,** inscrito(a) no CPF/MF nº **098.995.108-15, ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA.,** inscrito(a) no CNPJ nº **45.779.006/0001-47,** e **EMERSON VIDA DA SILVA,** inscrito(a) no CPF/MF nº **158.424.768-19,** o imóvel objeto desta matrícula, foi PENHORADO para garantia da execução da dívida no valor de **R$32.720,53 (trinta e dois mil e setecentos e vinte reais e cinqüenta e três centavos),** sendo nomeado (a) como depositário (a) **WALMIR VIDA DA SILVA.** Pela R.Decisão do Juízo datada de 17/02/2020, foi determinada a penhora de fração superior à pertencente ao co-executado. Beneficiário (a)(s) da Assistência Judiciária Gratuita. Prenotação: 690.365 em 22/02/2022. Selo Digital: 1132743E10000000603627228. Eu _____, Leandro José da Silva - Escrevente.

Para localizar o imóvel, enviei email à Prefeitura Municipal de Campinas solicitando localização do lote, e recebi a resposta:

SAC Tributário ter., 22 de fev. 11:04 (há 13 dias)
para mim

Sr(a). Flavia de Camargo Barros de Castro,

Protocolo de Atendimento: 20220156285

Prezado(a) contribuinte

Conforme solicitado, segue o código cartográfico 3431.61.74.0251.01001 RUA MANUEL FERNANDES DIAS 170

ATENÇÃO:
Se você precisar comparecer em uma das unidades Porta Aberta, saiba que todos os atendimentos são agendados.

Providencie o agendamento no Portal do Cidadão: https://cidadao.campinas.sp.gov.br/

A agenda de atendimento é disponibilizada de acordo com a capacidade do posto.

A Secretaria Municipal de Finanças agradece o seu contato.

Atenciosamente

José Torres

Assim, como o endereço do imóvel encontra-se em área diversa da de atuação desta oficial:

Manoel Fernandes Dias, rua – Jd. Novo Campos Elíseos	B	166A5

procedo à devolução do mandado para CONSTATAÇÃO E AVALIAÇÃO, nos termos das ordens da E. Corregedoria e fico no aguardo de novas determinações. Campinas, 07 de março de 2021, segunda-feira. Flávia de C. Barros de Castro - Oficial de Justiça Avaliadora Federal.

Assinado eletronicamente por: FLAVIA DE CAMARGO BARROS DE CASTRO - Juntado em: 07/03/2022 16:45:05 - df6a390
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22030716432446500000171220227?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 22030716432446500000171220227

Para verificar a autenticidade, acesse https://registradores.onr.org.br/validacao.aspx e digite o hash 1ce24055-70a2-4e37-8f9a-803c0347a95c

MATRÍCULA 70425 | FOLHA 1

3.o CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CAMPINAS - SP

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL

IMOVEL:- Lote de terreno sob nº 11, da quadra 51, do loteamento denominado NOVO CAMPOS ELISIOS, tendo as seguintes medidas, mais ou menos e confrontações: faz frente - para a rua 48, para a qual mede 37,00ms em curva, de um- lado confronta com o lote 12, onde mede 26,15ms, de ou-- tro lado com os lotes 10, 9 e 8, onde mede 25,80ms, nos- fundos forma vértice, tendo a area de 350,00ms2.- CC: -- 043.009.000.- PROPRIETÁRIA:- COMPANHIA MELHORAMENTOS DE= CAMPINAS S/A, com sede em São Paulo, Capital, à rua Boa- Vista nº 84, 3º andar, inscrita no CGC sob nº - - - - -- 61.472.429/0001-76.- TITULO AQUISITIVO:- Transc. nº15.677 deste cartorio.- Campinas, 09 de janeiro de 1984.- O OFI CIAL .- *Maria Silvia Siqueira de Carvalho*
Oficial Maior

R.1.- Em 09 de janeiro de 1984.- Pela escritura de 21/9/ 83, do 1º tab. local (Lº 930, fls 68), a proprietária -- acima qualificada, VENDEU o imovel objeto da presente -- matricula, à ELISABETH AMARAL DA SILVA, brasileira, professora, RG. nº 6.031.542-SP, CIC nº 139.407.408/53, casada com WALMIR VIDA DA SILVA, sob o regime de comunhão- de bens, antes da.lei 6515/77, residente nesta cidade, à rua Sinésio de Mello e Oliveira, nº 147, pelo preço de - Cr$ 500.000,00.- A ESC. .-
LILIANE MARIA MENINSRONI
Escrevente Autorizado

vide verso

Certidão emitida pelo SREI www.registradores.onr.org.br Serviço de Atendimento Eletrônico Compartilhado saec

Esse documento foi assinado digitalmente por TIAGO ALVES DE OLIVEIRA - 03/03/2022 16:53

PJe Assinado eletronicamente por: FLAVIA DE CAMARGO BARROS DE CASTRO - Juntado em: 07/03/2022 16:45:05 - 67aa3ab

Para verificar a autenticidade, acesse https://registradores.onr.org.br/validacao.aspx e digite o hash 1ce24055-70a2-4e37-8f9a-803c0347a95c

MATRÍCULA 70425 | FOLHA 01 VERSO

Av.02 - em 03 de março de 2022 - **PENHORA**
Pela Certidão de Penhora PH000404344 emitida em 21/02/2022, pelo CENTRAL DE MANDADOS DE CAMPINAS-SP - TRT da 15ª Região, extraída dos autos de Execução Trabalhista, processo nº 00103962820195150131, figurando como exequente (s) **NATALIA GAMA CRUZ,** inscrito(a) no CPF/MF nº **313.210.128-10,** e como executado (a)(s) **MILTON VIDA DA SILVA,** inscrito(a) no CPF/MF nº **045.451.848-04, E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EPP,** inscrito(a) no CNPJ nº **09.462.901/0001-70, WALMIR VIDA DA SILVA,** inscrito(a) no CPF/MF nº **098.995.108-15, ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA.,** inscrito(a) no CNPJ nº **45.779.006/0001-47,** e **EMERSON VIDA DA SILVA,** inscrito(a) no CPF/MF nº **158.424.768-19,** o imóvel objeto desta matrícula, foi PENHORADO para garantia da execução da dívida no valor de **R$32.720,53 (trinta e dois mil e setecentos e vinte reais e cinqüenta e três centavos),** sendo nomeado (a) como depositário (a) **WALMIR VIDA DA SILVA.** Pela R.Decisão do Juízo datada de 17/02/2020, foi determinada a penhora de fração superior à pertencente ao co-executado. Beneficiário (a)(s) da Assistência Judiciária Gratuita. Prenotação: 690.365 em 22/02/2022. Selo Digital: 1132743E10000000603627228. Eu _____, Leandro José da Silva - Escrevente.

O ATO ACIMA É O ÚLTIMO PRATICADO NESTA MATRÍCULA

CERTIFICO, que o imóvel objeto da presente cópia da Matrícula nº 70425 tem a sua situação com referência a alienação e constituições de ônus reais, ações reais ou pessoais reipersecutórios, integralmente noticiadas na presente. Extraída sob a forma de documento eletrônico mediante processo de certificação digital disponibilizada pela ICP – Brasil, nos termos da Medida Provisória n. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001, devendo para validade ser conservada em meio eletrônico, bem como comprovada a autoria e integridade. Abrangendo a presente, apenas as mutações ocorridas até o dia útil imediatamente anterior a data da sua expedição. **CERTIFICO AINDA,** que a presente certidão foi extraída nos termos do art. 19, §1º, da Lei n. 6015/73. Dou fé, data abaixo indicada. Tiago Alves de Oliveira - Escrevente

Campinas - SP, quinta-feira, 3 de março de 2022 Selo Digital: 1132743E10000000603402022X

Ao Oficial.:	R$ 0,00
Ao Estado.:	R$ 0,00
Ao Sec.Fazenda.:	R$ 0,00
Ao Reg. Civil.:	R$ 0,00
Ao Trib. Just.:	R$ 0,00
Ao Iss.:	R$ 0,00
Ao Fedmp.:	R$ 0,00
Total.:	R$ 0,00

Protocolo: 690365
Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico https://selodigital.tjsp.jusbr

Certidão emitida pelo SREI www.registradores.onr.org.br
saec Serviço de Atendimento Eletrônico Compartilhado
Esse documento foi assinado digitalmente por TIAGO ALVES DE OLIVEIRA - 03/03/2022 16:53
Assinado eletronicamente por: FLAVIA DE CAMARGO BARROS DE CASTRO - Juntado em: 07/03/2022 16:45:05 - 67aa3ab
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22030716435211600000171220333?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 22030716435211600000171220333

Estado: São Paulo

Tribunal: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15° REGIÃO

Comarca: CAMPINAS

Foro: CAMPINAS

Vara: CENTRAL DE MANDADOS DE CAMPINAS

Escrivão/Diretor: ANDREA AZEVEDO

CERTIDÃO DE PENHORA

Certifico para fins de averbação da penhora da propriedade ou de direitos sobre o(s) imóvel(is) efetuada no processo como adiante se contém:

PROCESSO

NATUREZA DO PROCESSO: EXECUÇÃO TRABALHISTA

Número de ordem: 00103962820195150131

Exequente(s)

NATALIA GAMA CRUZ

CPF: 313.210.128-10

Executado(a, os, as)

ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA

CNPJ: 45.779.006/0001-47

E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EPP

CNPJ: 09.462.901/0001-70

MILTON VIDA DA SILVA

CPF: 045.451.848-04

WALMIR VIDA DA SILVA

CPF: 098.995.108-15

EMERSON VIDA DA SILVA

CPF: 158.424.768-19

PJe Assinado eletronicamente por: FLAVIA DE CAMARGO BARROS DE CASTRO - Juntado em: 07/03/2022 16:45:04 - 56d83bc

Terceiro(s)

Valor da dívida: R$ 32.720,53

IMÓVEIS PENHORADOS

1.

Protocolo de Penhora Online: PH000404344

Endereço do imóvel: lote 11 quadra 51 Rua 48

Bairro: Loteamento Novo Campos Eliseos

Município: Campinas

Estado: São Paulo

Número da Matrícula: 22010017857D

Cartório de Registro de Imóveis: 3º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE CAMPINAS - SP

DADOS INFORMATIVOS:

TIPO DA CONSTRIÇÃO: PENHORA

Data do auto ou termo: 21/2/2022

Percentual penhorado (%): 100,00

Percentual do proprietário ou titular de direitos sobre o imóvel (Compromissário comprador, devedor fiduciante etc.): % 50,00

Houve decisão judicial para a penhora de fração superior à pertencente ao executado.

Data da decisão: 17/2/2020 | Folhas: OS 01/2020

Nome do proprietário ou titular de direitos sobre o imóvel: WALMIR VIDA DA SILVA

O Proprietário ou titular de direitos sobre o imóvel é parte no processo? Sim

Nome do depositário: Walmir Vida da Silva

Eventual necessidade de intimação de cônjuge será analisada nos autos pelo Magistrado.

EMOLUMENTOS

Beneficiário de assistência judiciária gratuita

Data da decisão: 8/9/2019

Folhas: id 50bfe94

ADVOGADO/SOLICITANTE

Nome:

PJe Assinado eletronicamente por: FLAVIA DE CAMARGO BARROS DE CASTRO - Juntado em: 07/03/2022 16:45:04 - 56d83bc

Telefone para contato:

E-mail:

Número OAB:

Estado OAB:

O referido é verdade e dou fé.

Data: 21/02/2022 16:05:39

Emitido por: FLAVIA DE CAMARGO BARROS DE CASTRO

Cargo:

Documento eletrônico produzido conforme disposto no artigo 837 do CPC, devendo para validade e acesso no Oficial de Registro de Imóveis ser transmitido e recepcionado em meio eletrônico no site http://novo.oficioeletronico.com.br, cujo *download* comprova sua autoria e integridade.
Dados preenchidos em formulário eletrônico, dispensadas a qualificação completa das partes e a descrição completa do imóvel.

Assinado eletronicamente por: FLAVIA DE CAMARGO BARROS DE CASTRO - Juntado em: 07/03/2022 16:45:04 - 56d83bc
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22030716441372100000171220411?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 22030716441372100000171220411

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (5)

ID do mandado: {VAL $idMandado}
Destinatário: {VAL $nomeDestinatarioMandado}

CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE MANDADO

12ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo nº 0010396-28.2019.5.15.0131

Exequente: Natalia Gama Cruz

Executado/Destinatário: Walmir Vida da Silva

Mandado PJE Id nº 1ea2636

Endereço da diligência: Rua Manuel Fernandes Dias, 170, Jardim Novo Campos Elíseos, Campinas/SP

Valor da execução: R$ 32.720,53 (atualizado até 25/07/2021)

CERTIDÃO DE CONSTATAÇÃO E AVALIAÇÃO

Certifico e dou fé, eu, Oficial de Justiça Avaliadora Federal subscrita, que, em cumprimento ao r. Mandado, compareci no dia 09/03/2022, às

PJe Assinado eletronicamente por: CRISTIANE CASTILHO MOUCO - Juntado em: 09/03/2022 22:49:11 - 9c6d083

13h53, na Rua Manuel Fernandes Dias, 170, Jardim Novo Campos Elíseos, Campinas/SP, onde **procedi à constatação e avaliação do imóvel sob matrícula 70.425 do 3º CRI de Campinas, penhorado a termo, conforme Auto de Avaliação anexo.**

No local, constatei que o terreno faz parte da empresa Engesel e se encontra todo murado, sem entrada pela Rua Manuel Fernandes Dias. O acesso se faz pela Av. Presidente Juscelino, 543, passando por outros lotes. Na empresa Engesel, fui atendida pelo Sr. Walmir Vida da Silva, CPF 098.995.108-15, sócio, a quem de tudo dei ciência e entreguei a contrafé.

Certifico, outrossim, que intimei o executado Walmir Vida da Silva da penhora, avaliação e sua nomeação como depositário do bem.

Trata-se de um terreno com área de 350,00m² em formato triangular, dentro da empresa Engesel, possuindo um barracão de construção muito antiga na divisa com o muro. Barracão em precário estado de conservação. Seguem anexos demonstrativo IPTU 2022, mapa zoneamento e fotos da fachada do imóvel.

Esclareço que o imóvel foi avaliado com base no valor do metro quadrado da região, com depreciação de 10% sobre o preço (regateio), tendo em conta a litigiosidade do bem, bem como as peculiaridades do imóvel em questão, tudo conforme a Parametrização de Avaliações de Imóveis deste Regional.

Ante o exposto, devolvo o r. Documento à origem, ficando no aguardo de novas determinações.

CAMPINAS/SP, 09 de março de 2022.

CRISTIANE CASTILHO MOUCO
Oficial de Justiça Avaliador Federal

Assinado eletronicamente por: CRISTIANE CASTILHO MOUCO - Juntado em: 09/03/2022 22:49:11 - 9c6d083
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22030922471966100000171482957?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 22030922471966100000171482957

Prefeitura Municipal de Campinas

07/03/2022 17:07:15

Demonstrativo do Lançamento do IPTU/Taxas 2022 (Exercício)

Identificação do Imóvel

Cód. Cartográfico:	3431.61.74.0251.01001
Tipo Lote:	PREDIAL
Uso do Imóvel:	3 - Comercial
Cód. Anterior:	02-043009000
*****LOCALIZAÇÃO*****	
Quarteirão/Quadra:	03635-51
Lote/Sublote:	011-
Logradouro:	RUA MANUEL FERNANDES DIAS
Número:	170
Complemento:	
Bairro/Loteamento:	JARDIM NOVO CAMPOS ELÍSEOS
CEP:	13060-110
Zoneamento:	11

Dados do Terreno

Área do Terreno:	350,00
Área Terreno Não Trib.:	0,00
Valor do Metro 2:	R$ 818,37 / UFIC 194,4601
Valor de m² por laudo:	Não
Padrão Zoneamento Tributário:	C
Fatores de Correção:	0,7071
FG / FP / FV / FA / FB:	NÃO / SIM / NÃO / NÃO / NÃO
FLE / FZ / FE / FC / FL:	NÃO / NÃO / NÃO / NÃO / NÃO
Área Excedente m2:	0,00
Valor da Área Excedente:	R$ 0,00 / UFIC 0,0000
Valor do Terreno:	R$ 202.535,22 / UFIC 48.126,4193
Vl.Terreno(Art. 19 LC 181/17):	R$ 182.281,70 / UFIC 43.313,7774
Frente:	37,00
Testada Beneficiada:	,00
Custo UFIC m3 / Linear:	0,2324
Frequência Coleta Lixo:	3 a 4 vezes por semana
Frequência Lixo dias/Ano:	156
Posição do Lote:	Meio de Quadra

Dados Gerais da Edificação

Fatores de Correção:	1,0000
FV / FB:	NÃO / NÃO
FC / FL:	NÃO / NÃO
Área Total Construída:	350,00
Área Total Constr. Não Trib.:	0,00
Valor Total da Construção:	R$ 153.235,48 / UFIC 36.411,8155

Dados da Dependência

Dependência	1
Área da Dependência:	350,00
Área Não Trib. da Dep.:	,00
Valor Metro 2 Construção:	R$ 639,15 / UFIC 151,8741
Ano de Depreciação:	1989
Fator de Depreciação:	0,6850
Valor da Dependência:	R$ 153.235,48 / UFIC 36.411,8155
Tipo Padrão Construção:	NRH-2-0

Dados Tributários

Exercício:	2022
Emissão:	01/2022
Valor da UFIC:	4,2084
Desc. Adimplência:	Não
Valor Venal do Imóvel:	R$ 355.770,71 / UFIC 84.538,2349
Vl.Imóvel(Art. 19 LC 181/17):	R$ 335.517,19 / UFIC 79.725,5929
Ind. Vl. Venal Dec. Judicial:	
Alíquota:	1,1000%
Desconto Fixo:	UFIC 0,0000
Valor do IPTU:	R$ 3.690,69 / UFIC 876,9815
Valor do IPTU com Limitador:	R$ 3.690,69 / UFIC 876,9815
Valor Taxa de Lixo:	R$ 1.369,25 / UFIC 325,3600
Valor Taxa de Sinistro:	R$ 0,00 / UFIC 0,0000
Valor Compensado:	R$ 0,00 / UFIC 0,0000
Desc.(Art.19-B Lei 11.111/01):	UFIC 0,0000
Desc.(Art.20 Lei 11.111/01):	UFIC 0,0000
Valor Total Lançado:	R$ 5.059,93 / UFIC 1.202,3415
Desconto IPTU Digital:	R$ 0,00 / UFIC 0,0000
Desc. Ct. única + Adimplência:	5,0000%

PJe Assinado eletronicamente por: CRISTIANE CASTILHO MOUCO - Juntado em: 09/03/2022 22:49:11 - a82b8a8

Valor da Cota única:	R$ 4.806,94 / UFIC 1.142,2244
Desc. Parcelas IPTU:	0,0000%
Número de Parcelas	11
Valor das Parcelas:	R$ 459,99 / UFIC 109,3038
Venc. 1ª Parc./Cota Única:	26/01/2022
Isenção de Imposto:	Motivo de Isenção de Imposto
Isenção de Ofício:	
Imunidade:	
Vl. Renúncia - IPTU:	R$ 0,00 / UFIC 0,0000
Isenção de Taxas:	
Vl. Renúncia - Lixo:	R$ 0,00 / UFIC 0,0000
Vl. Renúncia - Sinistro:	R$ 0,00 / UFIC 0,0000
Perda Isenção Imposto:	
Perda Isenção Ofício:	
Ind. de Benefício CAIF:	N
Ind. Adesão IPTU Digital:	
Ind. Anexação de Fato:	Não
Alteração Cadastral:	
Ind. Lançamento Inibido:	

(FG) Fator Gleba (FP) Fator Profundidade (FV) Fator Verticalização (FA) Fator Área (FB) Fator Bolsão (FLE) Fator Lote Encravado (FZ) Fator Zoneamento (FE)Fator Esquina (FC) Fator Condomínio (FL) Fator Loteamento

Assinado eletronicamente por: CRISTIANE CASTILHO MOUCO - Juntado em: 09/03/2022 22:49:11 - a82b8a8
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22030922485492200000171482985?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 22030922485492200000171482985

SEPLURB Prefeitura Municipal de Campinas
Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo
DUOS - Departamento de Uso e Ocupação do Solo

O material aqui apresentado tem caráter consultivo.
Qualquer documento oficial deverá ser obtido mediante solicitação de ficha informativa à Prefeitura.

Cód.Cartográfico: **3431.61.74.0251**

Atenção: Desenho do imóvel ainda não verificado pela coordenadoria DIDC/CSGBCA.

Ver Google Maps Fotos Fachada PMC

Zoneamento

Zoneamento: **ZM2** (Zona Mista 2) LC n°208/2018

Ocupações:
CSEI, HCSEI, HMH, HMV, HU

Usos: NOVO Tabela CNAE (22/07/2021) Verifica CNAE
CABI, CAMI, CVBI, CVMI, SBI, SMI, EBI, EMI, UP, UR, SRF*

PD2018 Macrozona: **Macrometropolitana**
PD2018 Área de Planej. e Gestão(APG): **Santa Lúcia**
PD2018 Unidade Territorial Básica(UTB): **MM-61**

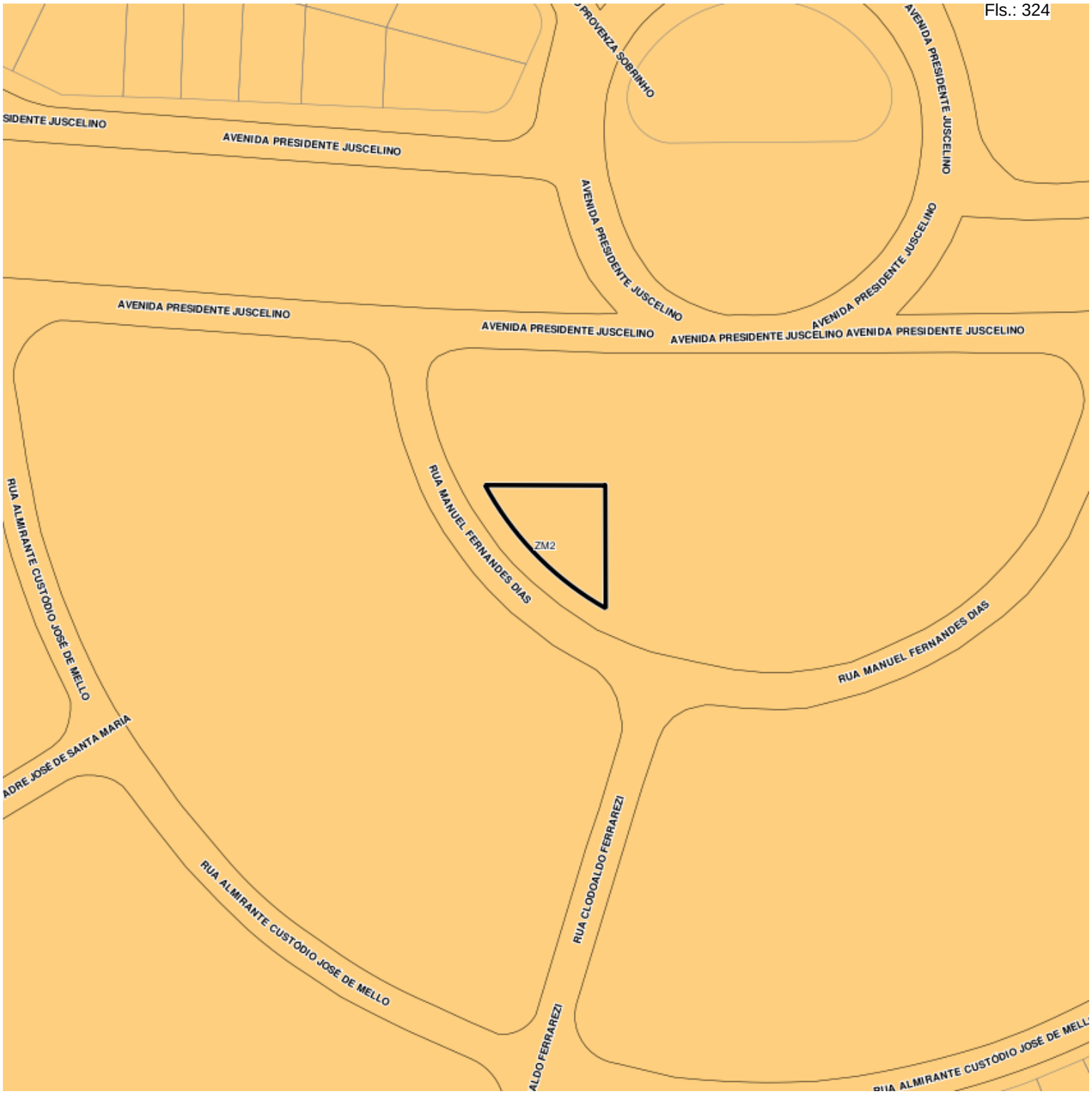
NOVO Hierarquia do sistema viário conforme decreto n° 21.384 de 15 de março de 2021

Deverão ser observadas a Resolução CONAMA/04 e a Portaria 249/GC5/2011/COMAER, referentes ao risco aviário da lei Nº 12.725, de 16 de outubro de 2012.

Restrições Aeroportuárias

Desenho

PJe Assinado eletronicamente por: CRISTIANE CASTILHO MOUCO - Juntado em: 09/03/2022 22:49:12 - 052bfc6



Detalhe zoneamento - Situação sem escala

PJe Assinado eletronicamente por: CRISTIANE CASTILHO MOUCO - Juntado em: 09/03/2022 22:49:12 - 052bfc6



Ortofoto PMC Campinas - Jul/2014 - Situação sem escala

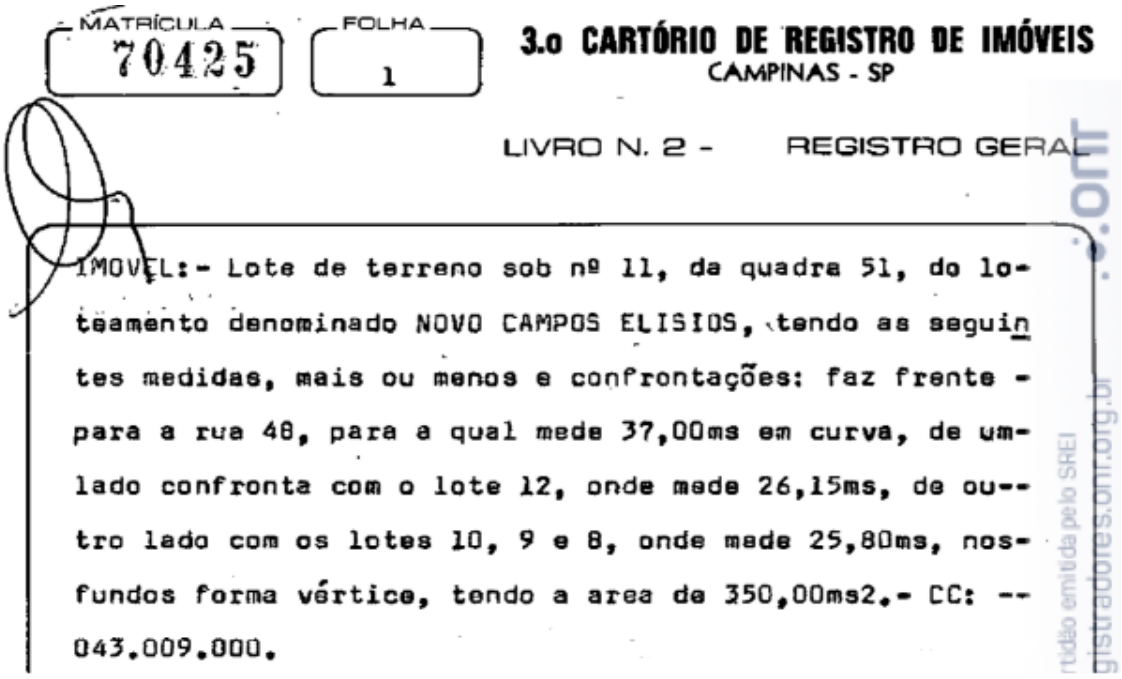
Assinado eletronicamente por: CRISTIANE CASTILHO MOUCO - Juntado em: 09/03/2022 22:49:12 - 052bfc6
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22030922485564500000171482986?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 22030922485564500000171482986

JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CENTRAL DE MANDADOS DE CAMPINAS

12ª Vara do Trabalho de Campinas
Processo nº 0010396-28.2019.5.15.0131
Exequente: Natalia Gama Cruz
Executado/Destinatário: Walmir Vida da Silva
Mandado PJE Id nº 1ea2636
Endereço da diligência: Rua Manuel Fernandes Dias, 170, Jardim Novo Campos Elíseos, Campinas/SP
Valor da execução: R$ 32.720,53 (atualizado até 25/07/2021)

AUTO DE AVALIAÇÃO

Aos **09 (nove)** dias do mês de **março** do ano de **dois mil e vinte e dois**, eu, Oficial de Justiça Avaliadora Federal subscrita, em cumprimento ao r. Mandado, passado a favor de NATALIA GAMA CRUZ, exequente, contra WALMIR VIDA DA SILVA + 4, executado, depois de preenchidas as formalidades legais, **procedi à avaliação do imóvel sob matrícula 70.425 do 3º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas, penhorado a termo**, com as seguintes características:



MATRÍCULA 70425 FOLHA 1

3.o CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CAMPINAS - SP

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL

IMOVEL:- Lote de terreno sob nº 11, da quadra 51, do loteamento denominado NOVO CAMPOS ELISIOS, tendo as seguintes medidas, mais ou menos e confrontações: faz frente - para a rua 48, para a qual mede 37,00ms em curva, de um- lado confronta com o lote 12, onde mede 26,15ms, de ou-- tro lado com os lotes 10, 9 e 8, onde mede 25,80ms, nos- fundos forma vértice, tendo a area de 350,00ms2.- CC: -- 043.009.000.

gistradores.org.br

AVALIAÇÃO: avalio o bem penhorado em **R$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais)**, conforme pesquisa realizada junto ao mercado imobiliário da região.

Cristiane Castilho Mouco
Oficial de Justiça Avaliadora Federal
(assinado eletronicamente)

Assinado eletronicamente por: CRISTIANE CASTILHO MOUCO - Juntado em: 09/03/2022 22:49:12 - d1366c8
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22030922485587100000171482987?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 22030922485587100000171482987

Fotos Imóvel





Assinado eletronicamente por: CRISTIANE CASTILHO MOUCO - Juntado em: 09/03/2022 22:49:12 - e6c599b
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22030922485614900000171482988?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 22030922485614900000171482988

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (5)

DESPACHO

Com a penhora e avaliação do imóvel de matrícula nº 425 do 3º CRI de Campinas, bem como da intimação do executado WALMIR VIDA DA SILVA pelo Sr. Oficial de Justiça, intime-se seu cônjuge ELISABETH AMARAL DA SILVA.

Ciência à exequente.

Decorrido "in albis" designe-se a hasta pública.

CAMPINAS/SP, 10 de março de 2022

ERICA ESCARASSATTE
Juíza do Trabalho Substituta

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (5)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID bff2322 proferido nos autos.

DESPACHO

Com a penhora e avaliação do imóvel de matrícula nº 425 do 3º CRI de Campinas, bem como da intimação do executado WALMIR VIDA DA SILVA pelo Sr. Oficial de Justiça, intime-se seu cônjuge ELISABETH AMARAL DA SILVA.

Ciência à exequente.

Decorrido "in albis" designe-se a hasta pública.

CAMPINAS/SP, 10 de março de 2022

ERICA ESCARASSATTE
Juíza do Trabalho Substituta

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (5)

NOTIFICAÇÃO

ELISABETH AMARAL DA SILVA
Rua Doutor Antônio Abramides, 145, PARQUE SAO QUIRINO, CAMPINAS/SP - CEP: 13088-534

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

Número do documento: 22031015224842400000171545067
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22031015224842400000171545067?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO CARTA_SIMPLES).

ADVOCACIA MANFREDINI

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 12 VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

Processo n. **0010396-28.2019.5.15.0131**

NATALIA GAMA CRUZ, devidamente qualificada nos autos, por seu procurador, que esta subscreve, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, expor e requer o que segue.

Conforme se verifica no andamento processual, existe imóvel penhorado, ciência do Executado e ciência da esposa do Executado desde maio de 2022.

Não houve manifestação pelas partes interessadas nos embargos da execução ou penhora.

Isto posto, requer ao digno juízo, seja dado andamento ao processo e colocação do imóvel penhorado em hasta pública.

Termos em que,
Pede Deferimento.
Campinas, 17 de março de 2023.

VITOR MANFREDINI
OAB/SP 390.855

Rua Dr. Antonio de Castro Prado, 396 – Taquaral, Campinas – São Paulo - CEP 13076-130
Fone (19) 3252-4794 / 99607-6677 / 99795-2795- E-mail: manfredini.adv@aasp.org.br e vitor_manfredini@hotmail.com

Assinado eletronicamente por: VITOR MANFREDINI - Juntado em: 17/03/2023 16:24:36 - 29ee392
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23031716242721200000197626958?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 23031716242721200000197626958

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (5)

DESPACHO

Tendo em vista que a coproprietária foi notificada por carta simples, determino, por cautela, a renovação da diligência por carta com AR.

Sem prejuízo, considerando que a certidão da matrícula do imóvel penhorado é antiga e pode estar desatualizada, protocole a secretaria, via ARISP, o pedido de certidão atualizada.

Para isso, considerando o caráter alimentar das verbas trabalhistas, concedo isenção dos emolumentos devidos em razão da consulta a ser realizada no sistema "Penhora Online - Arisp", com fundamento no § 5º do art. 98 do CPC.

Decorrido o prazo, determino a realização de HASTA ÚNICA através da ferramenta eletrônica dos Leilões Judiciais, na forma do provimento GP-CR 04/2019 TRT 15, a cargo dos leiloeiros oficiais sorteados.

Quem pretender arrematar os bens penhorados deverá comparecer no local, no dia oportunamente designado para a hasta, ou ofertar lances pela Internet através do site do leiloeiro sorteado, devendo para tanto efetuar cadastramento prévio. Em sendo aceito o lance o arrematante deverá recolher o sinal de 20% e a comissão do leiloeiro na data designada para a realização da hasta, para fins de lavratura do termo próprio, ficando ciente de que o saldo remanescente deverá ser pago no dia útil subsequente, sob pena de perder o sinal ofertado em favor da execução.

Compete ao leiloeiro sorteado, na forma do provimento GP-CR 04/2019, entre outras atribuições:

a) elaborar o edital e promover a ampla divulgação do leilão, por meio de material impresso para o público em geral, mala direta, publicação em jornal de grande circulação, rede mundial de computadores, inclusive com imagens reais dos bens nesse canal de circulação, para melhor aferição de suas características (§ 1o. do artigo 3º / artigo 22 alínea "b");

PJe Assinado eletronicamente por: VINICIUS DE MIRANDA TAVEIRA - Juntado em: 13/06/2023 09:53:08 - da63aa5

b) providenciar a remoção do bem, quando determinada pelo Juiz, arcando a executada com o pagamento das despesas relativas à remoção e estadia do bem no depósito (artigo 22 alínea "a");

c) encaminhar os comprovantes de pagamento, na mesma data da sua efetivação, para a Seção de Hastas e Juízo da execução, assim como comunicar a não realização dos depósitos tempestivamente (§ 2º artigo 8º);

d) o lance mínimo será definido pelo juízo da execução, levando-se em consideração a utilidade para garantia do pagamento da execução e direito de terceiros coproprietários.

É vedado aos Srs. Depositários criarem embaraços à visitação dos bens sob sua guarda, sob pena de ofensa ao art. 77, inciso IV, do NCPC, ficando desde logo autorizado o uso de força policial, se necessário.

Compete ao Juiz ao em exercício na Seção de Hastas Públicas, conforme artigos 6o, 11o . e 7o do Provimento GP/CR 04-2019:

a- decidir os incidentes processuais que envolvam a hasta;

b- receber e apreciar petições e demais expedientes relativos aos processos em pauta;

c- fiscalizar a atividade de leiloeiro e manter a ordem no decorrer da realização da hasta, relatando à Corregedoria a ocorrência de eventuais incidentes;

d- deliberar sobre a aceitação de lances parcelados;

e- assinar, finda a hasta os autos de arrematação positivos e negativos, tornando com isso irretratável o ato.

Poderá o exequente também ARREMATAR os bens, em igualdade de condições com outros interessados, prevalecendo o maior lance, sem exibir o preço, exceto se este exceder o seu crédito (artigo 10º do provimento GP-CR 04-2019) art. 895, §§ 1º e 2º, do NCPC c/c art. 769 da CLT), respondendo pelo pagamento da comissão do leiloeiro.

Quem pretender remir a dívida, nos termos do artigo 13 da Lei nº 5.584/70 e na forma da nova redação do artigo 826 do NCPC, aqui de aplicação supletiva, por força do artigo 769 da CLT, deverá comprovar o depósito do valor integral do crédito exequendo, inclusive reserva de numerários, acrescido das demais despesas processuais, tais como custas, editais, honorários periciais e outras, até a

PJe Assinado eletronicamente por: VINICIUS DE MIRANDA TAVEIRA - Juntado em: 13/06/2023 09:53:08 - da63aa5

data e hora designados para a hasta pública, excepcionalmente vedado para tal finalidade o uso do protocolo integrado. Nesse caso, arcará com o pagamento do valor devido ao leiloeiro de 5% da avaliação, conforme art. 25, § 3° do Provimento GP-CR nº 04-2019.

O acordo celebrado entre as partes com desconstituição da penhora e consequente retirada do feito da pauta de hastas públicas importará no pagamento, pela executada, da comissão de 5% sobre o valor da avaliação, conforme art. 25, inciso VI, do Provimento GP-CR nº 04-2019.

Quando o leilão for realizado, no entanto suspensos os seus efeitos, o arrematante estará dispensado do depósito do sinal, devendo proceder o depósito integral no prazo de 24 horas, após notificado para tal, uma vez resolvidos os incidentes.

Os Embargos à arrematação, de acordo com o art. 903 do NCPC, não terão efeito suspensivo da venda realizada, considerando-se perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os Embargos.

Conforme dispõe o parágrafo único do art. 130 do Código Tributário Nacional CTN, nas hipóteses de arrematação judicial de bens imóveis os créditos tributários sobre eles incidentes sub-rogam-se no respectivo preço. No caso de bens móveis, observar-se-á as disposições do edital.

Nos estritos casos do art. 903 do NCPC e § 1o. e 2o. do artigo 25 do provimento GPCR , caso desfeita ou anulada a arrematação, será o leiloeiro intimado a fim de, em 48 horas, depositar nos autos a comissão recebida.

O prazo para eventuais embargos à arrematação ou adjudicação passará a fluir da data da hasta pública, independentemente de nova notificação.

A publicação do edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos.

Além do valor devido ao leiloeiro e demais despesas com a hasta pública, a executada arcará ainda com o pagamento das despesas processuais fixadas no art. 789-A, da CLT, no que for aplicável ao caso concreto.

Fixo o lance mínimo em 65% do valor da avaliação.

Ciência às partes.

CAMPINAS/SP, 01 de junho de 2023

PJe Assinado eletronicamente por: VINICIUS DE MIRANDA TAVEIRA - Juntado em: 13/06/2023 09:53:08 - da63aa5

VINICIUS DE MIRANDA TAVEIRA
Juiz do Trabalho Substituto

Assinado eletronicamente por: VINICIUS DE MIRANDA TAVEIRA - Juntado em: 13/06/2023 09:53:08 - da63aa5
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23060116110566800000203488967?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 23060116110566800000203488967

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (5)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID da63aa5 proferido nos autos.

DESPACHO

Tendo em vista que a coproprietária foi notificada por carta simples, determino, por cautela, a renovação da diligência por carta com AR.

Sem prejuízo, considerando que a certidão da matrícula do imóvel penhorado é antiga e pode estar desatualizada, protocole a secretaria, via ARISP, o pedido de certidão atualizada.

Para isso, considerando o caráter alimentar das verbas trabalhistas, concedo isenção dos emolumentos devidos em razão da consulta a ser realizada no sistema "Penhora Online - Arisp", com fundamento no § 5º do art. 98 do CPC.

Decorrido o prazo, determino a realização de HASTA ÚNICA através da ferramenta eletrônica dos Leilões Judiciais, na forma do provimento GP-CR 04/2019 TRT 15, a cargo dos leiloeiros oficiais sorteados.

Quem pretender arrematar os bens penhorados deverá comparecer no local, no dia oportunamente designado para a hasta, ou ofertar lances pela Internet através do site do leiloeiro sorteado, devendo para tanto efetuar cadastramento prévio. Em sendo aceito o lance o arrematante deverá recolher o sinal de 20% e a comissão do leiloeiro na data designada para a realização da hasta, para fins de lavratura do termo próprio, ficando ciente de que o saldo remanescente deverá ser pago no dia útil subsequente, sob pena de perder o sinal ofertado em favor da execução.

Compete ao leiloeiro sorteado, na forma do provimento GP-CR 04/2019, entre outras atribuições:

a) elaborar o edital e promover a ampla divulgação do leilão, por meio de material impresso para o público em geral, mala direta, publicação em jornal

PJe Assinado eletronicamente por: VINICIUS DE MIRANDA TAVEIRA - Juntado em: 13/06/2023 09:54:08 - 9e7f998

de grande circulação, rede mundial de computadores, inclusive com imagens reais dos bens nesse canal de circulação, para melhor aferição de suas características (§ 1o. do artigo 3º / artigo 22 alínea "b");

b) providenciar a remoção do bem, quando determinada pelo Juiz, arcando a executada com o pagamento das despesas relativas à remoção e estadia do bem no depósito (artigo 22 alínea "a");

c) encaminhar os comprovantes de pagamento, na mesma data da sua efetivação, para a Seção de Hastas e Juízo da execução, assim como comunicar a não realização dos depósitos tempestivamente (§ 2º artigo 8º);

d) o lance mínimo será definido pelo juízo da execução, levando-se em consideração a utilidade para garantia do pagamento da execução e direito de terceiros coproprietários.

É vedado aos Srs. Depositários criarem embaraços à visitação dos bens sob sua guarda, sob pena de ofensa ao art. 77, inciso IV, do NCPC, ficando desde logo autorizado o uso de força policial, se necessário.

Compete ao Juiz ao em exercício na Seção de Hastas Públicas, conforme artigos 6o, 11o . e 7o do Provimento GP/CR 04-2019:

a- decidir os incidentes processuais que envolvam a hasta;

b- receber e apreciar petições e demais expedientes relativos aos processos em pauta;

c- fiscalizar a atividade de leiloeiro e manter a ordem no decorrer da realização da hasta, relatando à Corregedoria a ocorrência de eventuais incidentes;

d- deliberar sobre a aceitação de lances parcelados;

e- assinar, finda a hasta os autos de arrematação positivos e negativos, tornando com isso irretratável o ato.

Poderá o exequente também ARREMATAR os bens, em igualdade de condições com outros interessados, prevalecendo o maior lance, sem exibir o preço, exceto se este exceder o seu crédito (artigo 10º do provimento GP-CR 04-2019) art. 895, §§ 1º e 2º, do NCPC c/c art. 769 da CLT), respondendo pelo pagamento da comissão do leiloeiro.

Quem pretender remir a dívida, nos termos do artigo 13 da Lei nº 5.584/70 e na forma da nova redação do artigo 826 do NCPC, aqui de aplicação

PJe Assinado eletronicamente por: VINICIUS DE MIRANDA TAVEIRA - Juntado em: 13/06/2023 09:54:08 - 9e7f998

supletiva, por força do artigo 769 da CLT, deverá comprovar o depósito do valor integral do crédito exequendo, inclusive reserva de numerários, acrescido das demais despesas processuais, tais como custas, editais, honorários periciais e outras, até a data e hora designados para a hasta pública, excepcionalmente vedado para tal finalidade o uso do protocolo integrado. Nesse caso, arcará com o pagamento do valor devido ao leiloeiro de 5% da avaliação, conforme art. 25, § 3° do Provimento GP-CR nº 04-2019.

O acordo celebrado entre as partes com desconstituição da penhora e consequente retirada do feito da pauta de hastas públicas importará no pagamento, pela executada, da comissão de 5% sobre o valor da avaliação, conforme art. 25, inciso VI, do Provimento GP-CR nº 04-2019.

Quando o leilão for realizado, no entanto suspensos os seus efeitos, o arrematante estará dispensado do depósito do sinal, devendo proceder o depósito integral no prazo de 24 horas, após notificado para tal, uma vez resolvidos os incidentes.

Os Embargos à arrematação, de acordo com o art. 903 do NCPC, não terão efeito suspensivo da venda realizada, considerando-se perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os Embargos.

Conforme dispõe o parágrafo único do art. 130 do Código Tributário Nacional CTN, nas hipóteses de arrematação judicial de bens imóveis os créditos tributários sobre eles incidentes sub-rogam-se no respectivo preço. No caso de bens móveis, observar-se-á as disposições do edital.

Nos estritos casos do art. 903 do NCPC e § 1o. e 2o. do artigo 25 do provimento GPCR , caso desfeita ou anulada a arrematação, será o leiloeiro intimado a fim de, em 48 horas, depositar nos autos a comissão recebida.

O prazo para eventuais embargos à arrematação ou adjudicação passará a fluir da data da hasta pública, independentemente de nova notificação.

A publicação do edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos.

Além do valor devido ao leiloeiro e demais despesas com a hasta pública, a executada arcará ainda com o pagamento das despesas processuais fixadas no art. 789-A, da CLT, no que for aplicável ao caso concreto.

Fixo o lance mínimo em 65% do valor da avaliação.

Ciência às partes.

PJe Assinado eletronicamente por: VINICIUS DE MIRANDA TAVEIRA - Juntado em: 13/06/2023 09:54:08 - 9e7f998

CAMPINAS/SP, 01 de junho de 2023

VINICIUS DE MIRANDA TAVEIRA
Juiz do Trabalho Substituto

Assinado eletronicamente por: VINICIUS DE MIRANDA TAVEIRA - Juntado em: 13/06/2023 09:54:08 - 9e7f998
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23061309530969300000204186162?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 23061309530969300000204186162

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (5)

é NOTIFICAÇÃO

ELISABETH AMARAL DA SILVA
Rua Doutor Antônio Abramides, 145, PARQUE SAO QUIRINO, CAMPINAS/SP - CEP: 13088-534

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

Penhora:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22030716441372100000171220411?instancia=1

Avaliação:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22030922485587100000171482987?instancia=1

Despacho:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23060116110566800000203488967?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO COM_AR).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (5)

Protocolo de Certidões

O seu protocolo de certidão foi registrado em nosso sistema.

Tipo:	Matrícula
Nome:	3º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE CAMPINAS - SP
Nº do Processo:	0010396-28.2019.5.15.0131
CPF:	098.995.108-15

Protocolo(s)	Cartório(s)
SPH23060061443D	3º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE CAMPINAS - SP

Dados de entrega:

O prazo para visualização das certidões é de 5 dias úteis.

CAMPINAS/SP, 22 de junho de 2023.

MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS
Diretor de Secretaria

Assinado eletronicamente por: MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS - Juntado em: 22/06/2023 15:21:58 - 5f85051
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23062215215251300000205027574?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 23062215215251300000205027574

Valide aqui
a certidão.

CNM 113274.2.0070425-32

MATRÍCULA 70425 | FOLHA 1

3.o CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CAMPINAS - SP

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL

IMOVEL:- Lote de terreno sob nº 11, da quadra 51, do loteamento denominado NOVO CAMPOS ELISIOS, tendo as seguintes medidas, mais ou menos e confrontações: faz frente - para a rua 48, para a qual mede 37,00ms em curva, de um- lado confronta com o lote 12, onde mede 26,15ms, de outro lado com os lotes 10, 9 e 8, onde mede 25,80ms, nos- fundos forma vértice, tendo a area de 350,00ms2.- CC: -- 043.009.000.- PROPRIETÁRIA:- COMPANHIA MELHORAMENTOS DE= CAMPINAS S/A, com sede em São Paulo, Capital, à rua Boa- Vista nº 84, 3º andar, inscrita no CGC sob nº - - - - - -- 61.472.429/0001-76.- TITULO AQUISITIVO:- Transc. nº15.677 deste cartorio.- Campinas, 09 de janeiro de 1984.- O OFICIAL _____.- *Maria Silvia Siqueira de Carvalho*
Oficial Maior

R.1.- Em 09 de janeiro de 1984.- Pela escritura de 21/9/ 83, do 1º tab. local (Lº 930, fls 68), a proprietária -- acima qualificada, VENDEU o imovel objeto da presente -- matricula, à ELISABETH AMARAL DA SILVA, brasileira, professora, RG. nº 6.031.542-SP, CIC nº 139.407.408/53, casada com WALMIR VIDA DA SILVA, sob o regime de comunhão- de bens, antes da.lei 6515/77, residente nesta cidade, à rua Sinésio de Mello e Oliveira, nº 147, pelo preço de - Cr$ 500.000,00.- A ESC. _____.-
LILIANE MARIA MENINGRONI
Escrevente Autorizado

vide verso

Valide a certidão clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/29ZQU-3VJQK-8JLV6-YSEWE
Documento assinado digitalmente www.registradores.onr.org.br
Serviço de Atendimento Eletrônico Compartilhado
Assinado eletronicamente por: MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS - Juntado em: 23/06/2023 18:00:58 - ddb724d

Valide aqui
a certidão.

CNM 113274.2.0070425-32

MATRÍCULA 70425 | FOLHA 01 VERSO

Av.02 - em 03 de março de 2022 - **PENHORA**
Pela Certidão de Penhora PH000404344 emitida em 21/02/2022, pelo CENTRAL DE MANDADOS DE CAMPINAS-SP - TRT da 15ª Região, extraída dos autos de Execução Trabalhista, processo nº 00103962820195150131, figurando como exequente (s) **NATALIA GAMA CRUZ,** inscrito(a) no CPF/MF nº **313.210.128-10,** e como executado (a)(s) **MILTON VIDA DA SILVA,** inscrito(a) no CPF/MF nº **045.451.848-04, E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EPP,** inscrito(a) no CNPJ nº **09.462.901/0001-70, WALMIR VIDA DA SILVA,** inscrito(a) no CPF/MF nº **098.995.108-15, ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA.,** inscrito(a) no CNPJ nº **45.779.006/0001-47,** e **EMERSON VIDA DA SILVA,** inscrito(a) no CPF/MF nº **158.424.768-19,** o imóvel objeto desta matrícula, foi PENHORADO para garantia da execução da dívida no valor de **R$32.720,53 (trinta e dois mil e setecentos e vinte reais e cinqüenta e três centavos),** sendo nomeado (a) como depositário (a) **WALMIR VIDA DA SILVA.** Pela R.Decisão do Juízo datada de 17/02/2020, foi determinada a penhora de fração superior à pertencente ao co-executado. Beneficiário (a)(s) da Assistência Judiciária Gratuita. Prenotação: 690.365 em 22/02/2022. Selo Digital: 1132743E10000000603627228. Eu _____, Leandro José da Silva - Escrevente.

O ATO ACIMA É O ÚLTIMO PRATICADO NESTA MATRÍCULA

CERTIFICO, que o imóvel objeto da presente cópia da Matrícula nº 70425 tem a sua situação com referência a alienação e constituições de ônus reais, ações reais ou pessoais reipersecutórios, integralmente noticiadas na presente. Extraída sob a forma de documento eletrônico mediante processo de certificação digital disponibilizada pela ICP – Brasil, nos termos da Medida Provisória n 2.200-2 de 24 de agosto de 2001, devendo para validade ser conservada em meio eletrônico, bem como comprovada a autoria e integridade. Abrangendo a presente, apenas as mutações ocorridas até o dia útil imediatamente anterior a data da sua expedição. Dou fé, data abaixo indicada. Anderson Aparecido Furlane Poiati - Escrevente

Campinas - SP, quinta-feira, 22 de junho de 2023 — Selo Digital: 1132743E10000000610045231

Ao Oficial.:	R$ 0,00
Ao Estado.:	R$ 0,00
Ao Sec.Fazenda.:	R$ 0,00
Ao Reg. Civil.:	R$ 0,00
Ao Trib. Just.:	R$ 0,00
Ao Iss.:	R$ 0,00
Ao Fedmp.:	R$ 0,00
Total.:	R$ 0,00

Protocolo: 656227
Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico https://selodigital.tjsp.jusbr

Valide a certidão clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/29ZQU-3VJQK-8JLV6-YSEWE

Documento assinado digitalmente
www.registradores.onr.org.br

saec Serviço de Atendimento Eletrônico Compartilhado

Assinado eletronicamente por: MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS - Juntado em: 23/06/2023 18:00:58 - ddb724d
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23062318005721100000205156807?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 23062318005721100000205156807

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (5)

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, a juntada do despacho exarado no processo n. 0010428-47.2019.5.15.0094, em que se solicita reserva de numerário no presente feito.

Era o que me cumpria a certificar.

CAMPINAS/SP, 29 de junho de 2023.

JULIO CESAR NEVES DE OLIVEIRA
Servidor

Assinado eletronicamente por: JULIO CESAR NEVES DE OLIVEIRA - Juntado em: 29/06/2023 12:06:04 - 6afbc0c
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23062912054193100000205565701?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 23062912054193100000205565701

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0010428-47.2019.5.15.0094
AUTOR: ELVECIO JOSE DA SILVA
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (5)

DESPACHO

Da consulta do sistema interno do EXE15, verifica-se que há execução mais avançada em face da executada nos autos 0010396-28.2019.5.15.0131 da 12 VT de Campinas/SP, bem como que há penhora de imóveis formalizada naqueles autos.

Assim, solicite-se a reserva de crédito, nos termos da OS CR nº 09 /2018 deste Tribunal, bem como com aparo nos artigos 765 e 878 da Consolidação das Leis do Trabalho e no artigo 5º, II, Provimento 10/2018 deste Tribunal.

Deverá a Secretaria enviar cópia desta decisão, via correio eletrônico à 12 VT de Campinas/SP, que servirá como ofício para reserva de numerários, nos termos da ORDEM DE SERVIÇO CR Nº 9/2018.

Valor total da execução: R$ 210.404,00, em 25/10/2022.

————————————————————

Quanto ao prosseguimento da ação na qual já há pedido de reserva de valores perante a Vara que prossegue a execução centralizada contra o mesmo devedor, este juízo não vislumbra meios para prosseguir a presente execução, até porque o Ato Regulamentar GR-CR nº 02/2018, em seu artigo 15, § 3º, diz que fica "vedada a condução da execução pelo Juízo".

O formato de agrupamento de execuções está amparado nos artigos 765 e 878 da Consolidação das Leis do Trabalho, no Ato Regulamentar GP-CR N. 002/2018, no art. 3º da **PROVIMENTO GP-CR Nº 10/2018** e na Recomendação GP-CR nº 08/2014 deste Tribunal, posto que em consonância com o poder de cautela do Juiz, bem como aos princípios do aproveitamento dos atos processuais e da celeridade processual, assegurando a tramitação do processo em tempo razoável, como preconizado pelo artigo 5º, inciso LXXVIII, da Constituição da República.

PJe Assinado eletronicamente por: CAROLINA SFERRA CROFFI HEINEMANN - Juntado em: 23/11/2022 12:01:52 - 965e649
PJe Assinado eletronicamente por: JULIO CESAR NEVES DE OLIVEIRA - Juntado em: 29/06/2023 12:06:04 - b7d8336

Tudo com vistas a uniformizar os procedimentos de execução, a fim de evitar a repetição de atos processuais e a provocação de reiterados pedidos /incidentes pelas partes sobre a mesma matéria.

Estes autos ficarão SOBRESTADOS POR 01 ANO, aguardando a regular tramitação do processo em que houve a reserva.

Caso negativa a reserva, por insuficiência de valores a serem destinados a este trabalhador ou por acordo no outro processo que não contemple este processo, deverá o exequente informar imediatamente para prosseguimento.

Intimem-se os advogados.

CAMPINAS/SP, 23 de novembro de 2022

CAROLINA SFERRA CROFFI HEINEMANN
Juíza do Trabalho Substituta

Assinado eletronicamente por: CAROLINA SFERRA CROFFI HEINEMANN - Juntado em: 23/11/2022 12:01:52 - 965e649
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22112310040968700000190892629?instancia=1
Número do processo: 0010428-47.2019.5.15.0094
Número do documento: 22112310040968700000190892629

Assinado eletronicamente por: JULIO CESAR NEVES DE OLIVEIRA - Juntado em: 29/06/2023 12:06:04 - b7d8336
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23062912055925800000205565759?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 23062912055925800000205565759

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (5)

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
eCarta

BH926369407BR

Processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Destinatário: ELISABETH AMARAL DA SILVA
Órgão Julgador: Assessoria de Execução III de Campinas

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.

Data do evento	Descrição	Cidade/UF
29/06/2023 13:28	**Objeto entregue ao destinatário**	**CAMPINAS / SP**
29/06/2023 12:33	**Objeto saiu para entrega ao destinatário**	**CAMPINAS / SP**
28/06/2023 11:22	**Objeto postado**	**INDAIATUBA / SP**

CAMPINAS/SP, 29 de junho de 2023.

MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS
Diretor de Secretaria

Assinado eletronicamente por: MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS - Juntado em: 29/06/2023 18:25:33 - be7064e
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23062918253008900000205643367?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 23062918253008900000205643367

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (5)

Certifico, para os devidos fins, que, em cumprimento ao despacho de id: da63aa5, procedi à liberação do bem para hasta pública no sistema EXE15.

CAMPINAS/SP, 21 de julho de 2023.

MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (5)

DESPACHO

Aguarde-se a designação da hasta pública pela Central de Mandados de Campinas.

CAMPINAS/SP, 21 de julho de 2023

VINICIUS DE MIRANDA TAVEIRA
Juiz do Trabalho Substituto

Assinado eletronicamente por: VINICIUS DE MIRANDA TAVEIRA - Juntado em: 23/07/2023 20:02:05 - cd37434
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23072114423375000000207265636?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 23072114423375000000207265636

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (5)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID cd37434 proferido nos autos.

DESPACHO

Aguarde-se a designação da hasta pública pela Central de Mandados de Campinas.

CAMPINAS/SP, 21 de julho de 2023

VINICIUS DE MIRANDA TAVEIRA
Juiz do Trabalho Substituto

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (5)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID cd37434 proferido nos autos.

DESPACHO

Aguarde-se a designação da hasta pública pela Central de Mandados de Campinas.

CAMPINAS/SP, 21 de julho de 2023

VINICIUS DE MIRANDA TAVEIRA
Juiz do Trabalho Substituto

Processo Nº ATSum-0011908-14.2022.5.15.0043

AUTOR	J.V.D.S.
ADVOGADO	VICTOR GUILHERME DE CARVALHO BRUNELLO(OAB: 393962/SP)
RÉU	S.W.C.D.A.D.V.L.
CUSTOS LEGIS	M.P.D.T.
PERITO	M.G.O.

Intimado(s)/Citado(s):

- J.V.D.S.

Tomar ciência do(a) Intimação de ID c07c073.

Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas da Justiça do Trabalho Campinas

Edital

EDITAL HASTA PÚBILA 02/2023

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Hasta Pública nº 02/2023 - CAMPINAS

Data da Hasta:21/09/2023–11horas

Leiloeiro: Carlo Ferrari – JUCESP 917

Endereço Eletrônico:www.carloferrarileiloes.com.br

Endereço Físico: Rua Ernesto Anuchi, nº 630, Jardim Maggiori, Condomínio Piemonte, Lote 1 Quadra 1, Casa 11. Araraquara/SP, CEP: 14.806-434

A Excelentíssima Senhora Doutora**CRISTIANE MONTENEGRO RONDELLI**, Juíza do Trabalho Coordenadora da Central de Mandados de Campinas, na forma da lei e nos termos do Provimento GP-CR nº 04/2019 c/c Provimento GP-CR 05/2022, faz saber que será realizada**HASTA PÚBLICA na modalidade EXCLUSIVAMENTE ELETRÔNICA no dia21 de setembrode 2023,**conforme autorizado na PORTARIA CONJUNTA GP-VPA-VPJ-CR Nº 005/2020.

Observando a condição atual de hasta realizada apenas na modalidade eletrônica, os lotes que não receberem lances até o horário**das 11h do dia designado para a hasta (21/09/2023), serão levados ao repasse.**

A**partir das 11h00 do dia21desetembrode 2023**terá início o**repasse**,**quando os lotes poderão ser desmembrados e o pagamento poderá ser parcelado**, desde que mantido o percentual de lance mínimo fixado (art. 4º, parágrafo único, do Provimento GP-CR nº 04/2019).

Os lances dos bens dos processos abaixo discriminados serão recepcionados através do site**www.carloferrarileiloes.com.br**a partir da data de publicação do edital, até o dia**21/09/2023**, observado o horário de encerramento da hasta pública, que dependerá da demanda diante da oferta.

O PREGÃO DO REPASSEserá transmitido online e ao vivo pelo Leiloeiro através do seu site, a partir das 11h00 do dia**21/09/2023**, de acordo com o Regulamento das Hastas Públicas de Campinas, constante ao final deste Edital.

1- Processo: 0147900-94.2000.5.15.0114 - 9ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

1.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 36656 - 1º Cartório – CAMPINAS/SP.

Descrição: Parte ideal correspondente à 50% doLote de terreno nº 1, da quadra B, no Jardim Soleil, em Valinhos, nesta comarca, com área de 396,47ms², medindo e confrontando: pela frente por 5,41ms, com rua dois e por 14,39 ms, em curva, com a confluência da rua Dois e via marginal; à direita por 29,09ms, com lote 2; no fundo por 14,30ms, com a Fazenda Tapera; e à esquerda por 19,59ms, com via marginal.

Em AV3/36.656, a rua dois recebeu a denominação de Rua Professor José Leme do Prado.

Ônus/Observação: Observação:

Consta em auto de reavaliação que, durante a diligência, o Sr. Nadir Francisco Calvi "apresentou a planta do projeto completo junto à Prefeitura Municipal de Valinhos - Secr. Planejamento e Meio Ambiente (proc. 9575/11 de 15/06/2011) referente à ampliação da construção comercial, na qual há indicação da metragem construída total de 417,84m² (consoante auto de avaliação transcrito no mandado)."

Ônus:

São coproprietários do imóvel penhorado (50% da matrícula) o Sr. Nadir Calvi Filho, RG nº 5.713.073-SSP/SP e CPF/MF nº 357.283.108-34 e sua esposa, Sra. Rosa Helena dos Santos, RG nº 282.936.

Av1/36656: sobre o imóvel incide servidão administrativa de viela sanitária a favor da Municipalidade de Valinhos.

R.5/36656 - Penhora de 50% - processo 1479/2000-4 CPE - 9ª Vara do Trabalho de Campinas - 08/10/2002.

Av.7/36656 - Penhora de 50% do imóvel - Execução Civil nº 0004028022003 - 3º Ofício Judicial da Comarca de Valinhos -

Assinado eletronicamente por: SORAYA DE OLIVEIRA VIEIRA DA SILVA - Juntado em: 02/08/2023 15:43:15 - bb32c58

27/03/2018

Av. 8/36656 - ordem de Indisponibilidade de Bens - Vara do Trabalho de Guaxupé/MG - processo nº 01507006719995030081. 11/04/2018

Av. 9/36656 - Penhora do imóvel - 3º Ofício Judicial da Comarca de Valinhos - Execução civil nº 3002182442013 - 23/09/2021

Proprietários:LUCINETI BELOMO CALVI - CPF: 281.063.078-08 e NADIR FRANCISCO CALVI - CPF: 966.939.408-20.

Removido:Não.

Localização: Lote de terreno nº 1, da quadra B, 12, Complemento: QuadraB, Bairro: Jardim Soleil, VALINHOS/SP.

Quantidade:1.

Percentual da Penhora:50,00%.

Valor Unitário (% Penhorado):R$ 2.416.000,00.

Valor Total Penhorado:R$ 2.416.000,00.

Lance Mínimo (50%):R$ 1.208.000,00.

Data da Avaliação:12/05/2022.

Data Penhora:12/04/2002.

Ordem da Penhora:1.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

2- Processo: 0010200-37.2003.5.15.0093 - 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

2.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 8495 - 2º Cartório – CAMPINAS/SP.

Descrição: Parte ideal correspondente à 50% doLote 06, da quadra 34, à Rua 30, do Loteamento Jardim Santa Genebra, Gleba II, Barão Geraldo, que mede 15,00m por 35,00m da frente aos fundos, e de ambos os lados, com a área total de 525,00 m², confrontações com os lotes 5, 7 e 20.

Ônus/Observação: Coproprietária: MARIA DO CARMO PRIETO CAMPOS.

Está sendo levado à hasta a fração ideal de 50% do bem, por força da decisão dos Embargos de Terceiro nº 0010984-52.2019.5.15.0093.

Ainda conforme decisão dos Embargos de Terceiro nº 0010984-52.2019.5.15.0093, ficou resguardado o direito de habitação da coproprietária, conforme transcrito: devendo se restringir a penhora à fração ideal do executado no imóvel, bem como, em caso de alienação de tal fração ideal, deverá ser resguardado o direito de a embargante residir no imóvel.

Proprietários:ADYR DE OLIVEIRA CAMPOS - CPF: 023.351.828-20.

Removido:Não

Localização: Rua Décio de Almeida Filho, 300, CAMPINAS/SP.

Quantidade:1.

Percentual da Penhora:50,00%.

Valor Unitário (% Penhorado):R$ 958.570,00.

Valor Total Penhorado:R$ 958.570,00.

Lance Mínimo (50%):R$ 479.285,00.

Data da Avaliação:10/02/2022.

Data Penhora:22/04/2013.

Ordem da Penhora:1.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

3- Processo: 0150000-51.2002.5.15.0114 - 9ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

3.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 99002 - 3º Cartório – CAMPINAS/SP.

Descrição: Lote de terreno sob nº 16 da quadra J do loteamento denominado JARDIM IRMÃOS SIGRIST, medindo 20,97m de frente para a rua 05; 10,26m do lado direito com a propriedade de Waldemar Rodrigues; 25,12m do lado esquerdo com os lotes 02, 15; 13,37m nos fundos com o lote 01, encerrando a área total de 252,72m².

Ônus/Observação: Obs.: Conforme auto de penhora juntado nos autos do processo nº 0150000-51.2002.5.15.0114 (id: d385ef4): “sobre o terreno se encontra edificada uma residência, em alvenaria, contendo 02 dorm., sala, cozinha, banheiro, varanda e abrigo coberto para veículo, com cerca de 75,00 m² de área construída”.

Ônus: Av.03 - penhora no processo nº 0150000-51.2002.5.15.0114 em trâmite pela 9ª Vara do Trabalho de Campinas.

Proprietários:CONSTRUTORA MARCONDES MACHADO LTDA. - CNPJ: 47.371.976/0001-34.

Removido:Não.

Localização: Rua Palmeira Imperial, 554, CAMPINAS/SP.

Quantidade:1.

Percentual da Penhora:100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado):R$ 220.000,00.

Valor Total Penhorado:R$ 220.000,00.

Lance Mínimo (50%):R$ 110.000,00.

Data da Avaliação:31/08/2021.

Data Penhora:03/09/2013.

Ordem da Penhora:1.

PJe Assinado eletronicamente por: SORAYA DE OLIVEIRA VIEIRA DA SILVA - Juntado em: 02/08/2023 15:43:15 - bb32c58

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

4- Processo: 0126600-71.2002.5.15.0093 - 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

4.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 86989 - 3º Cartório – CAMPINAS/SP.

Descrição: Apartamento nº 11 do 1º andar, do Bloco G Prédio G-2 do Conjunto Residencial Jardim Dom Nery, à Rua Maestro Diogo Hugo Bratficher sob nº 70, Gleba 1, Quarteirão nº 2.275 do Cadastro Municipal, com a área útil de 48,86 ms² - área comum de 6,46 ms² computada à área da escola, somando a área total de 55,32 ms² correspondendo-lhe a porcentagem ideal de 0,25127% e a cota parte ideal de 63,56 ms² no terreno; e uma vaga no estacionamento, descoberto com o mesmo número do apartamento.

Ônus/Observação:lance mínimo de 90% sobre o valor da avaliação.

Ônus:

Av. 06 - PENHORA - 2ª VT de Americana - processo 201300-58.2006;

Av.07 indisponibilidade proc.0073900-06.2002.5.15.0001 1ª VT Campinas;

Av.09 penhora proc.0073900-06.2002.5.15.0001 1ª VT Campinas;

Av.10 penhora 0015700-68.2002.5.15.0045 - 2ª VT de São José dos Campos;

AV.11 indisponibilidade 00145100-22.2001.5.15.0074 1ª VT Lençóis Paulista;

AV. penhora proc.0009171-372017 Execução Civil - 5º Ofício Cível da Comarca de Campinas-SP;

Proprietários:RENATO FERNANDES MACHADO - CPF: 102.240.018-50;

Removido:Não.

Localização: Rua Maestro Diogo Hugo Bratficher, 70, CAMPINAS/SP.

Quantidade:1.

Percentual da Penhora:100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado):R$ 240.000,00.

Valor Total Penhorado:R$ 240.000,00.

Lance Mínimo (90%):R$ 216.000,00.

Data da Avaliação:09/05/2022.

Data Penhora:05/05/2015.

Ordem da Penhora:1.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

5- Processo: 0079300-06.2009.5.15.0114 - 9ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

5.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 10796 - 1º Cartório – BOITUVA/SP.

Descrição:TERRENO urbano, sem benfeitorias, situado na cidade de Iperó, desta Comarca, à Rua Maria Nucci, lado par, distante 43,10m (quarenta e três metros e dez centímetros) em reta do início da curvatura da Rua Magdalena Pereira Gamero, na quadra completada pela Rua Benedito Pires Rodrigues – Vice Prefeito e Avenida Brasil, constituído pelo Lote nº 22, da Gleba "C", do Desmembramento "Jardim Mariana", medindo 6,10m (seis metros e dez centímetros) de frente; do lado direito de quem da rua olha para o terreno, mede 22,08m (vinte e dois metros e oito centímetros), confrontando com o lote n° 23; do lado esquerdo mede 22,06m (vinte e dois metros e seis centímetros), confrontando o lote nº 21 e nos fundos mede 6,10m (seis metros e dez centímetros), confrontando com propriedade de Luíza Gamero Eid e seu marido, encerrando a área de 135,40m² (cento e trinta e cinco metros e quarenta decímetros quadrados).

Ônus/Observação:Ônus:

R1: Arrolamento fiscal de bens - Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas - Serviço de Fiscalização – SEFIS;

Av. 2: Indisponibilidade - Processo n. 00135709520134036105 - 5ª Vara Cível de Campinas - TRF 3ª Região;

Av. 3: Indisponibilidade - Processo n. 00135709520134036105 - 5ª Vara Cível de Campinas - TRF 3ª Região;

Av. 4: Penhora - Processo n. 0079300-06.2009.5.15.0114 - TRT 15ª Região - Central de Mandados de Campinas;

Av. 5: Indisponibilidade - Processo n. 00074136720174036105 - TRF 3ª Região - 9ª Vara Federal de Campinas;

Av. 6: Indisponibilidade - Processo n. 00087880620174036105 - TRF 3ª Região - 9ª Vara Federal de Campinas;

Av. 9: Indisponibilidade - Processo n. 50068127320174036105 - 3ª Vara Federal Cível – Campinas;

Av. 10: Penhora - Processo n. 00088432520154036105 - 3ª Vara Federal de Campinas;

Av. 11: Indisponibilidade - Processo n. 00563005920065020464 - TST - 2ª Região de São Paulo – GAEPP;

Av. 12: Indisponibilidade - Processo n. 01279004320015020262 - TRT - 2ª Região de São Paulo – GAEPP;

Av. 13 - Penhora - Processo n. 0009336-65.2002.8.26.0161 - TJ/SP - 3º Ofício Cível da Comarca de Diadema;

Av. 14 - Penhora - Processo n. 00232353620208260053 - TJ/SP - 15ª Vara da Fazenda Pública do Foro de São Paulo-SP;

PJe Assinado eletronicamente por: SORAYA DE OLIVEIRA VIEIRA DA SILVA - Juntado em: 02/08/2023 15:43:15 - bb32c58

Av. 15 - Indisponibilidade - Processo n. 00122512620195150007 - TRT 15ª Região - 1ª Vara do Trabalho de Americana-SP;

Av. 16 - Penhora - Processo n. 00111149-36-2014-5-15-0106 - 2ª Vara do Trabalho de São Carlos/SP;

Av. 17 - Penhora - Processo n. 0011824-90.2016.4.03.6105 - 5ª Vara Federal de Campinas/SP;

Av. 18 - Indisponibilidade - Processo n. 00730001620015020261 - TRT 2ª Região – GAEPP;

Proprietários:JOSÉ LUÍS RICARDO - CPF: 017.104.968-35.

Removido:Não.

Localização: Rua Cantagalo, 74, Complemento: Conjunto 810, Bairro:Vila Gomes Cardim, SÃO PAULO/SP,CEP:03319000.

Quantidade:1.

Percentual da Penhora:100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado):R$ 48.880,76.

Valor Total Penhorado:R$ 48.880,76.

Lance Mínimo (50%):R$ 24.440,38.

Data da Avaliação:31/08/2022.

Data Penhora:27/10/2016.

Ordem da Penhora:1.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

5.2 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 10797 - 1º Cartório – BOITUVA/SP.

Descrição:TERRENO urbano, sem benfeitorias, situado na cidade de Iperó, desta Comarca, à Rua Maria Nucci, lado par, distante 37,00m (trinta e sete metros) em reta do início da curvatura da Rua Magdalena Pereira Gamero, na quadra completada pela Rua Benedito Pires Rodrigues Vice Prefeito e Avenida Brasil, constituído pelo Lote nº 23, da Gleba C, do Desmembramento Jardim Mariana, medindo 6,10m (seis metros e dez centímetros) de frente; do lado direito de quem da rua olha para o terreno, mede 22,10 (vinte e dois metros e dez centímetros), confrontando com o lote nº 24; do lado esquerdo mede 22,08m (vinte e dois metros e oito centímetros) confrontando com o lote nº 22 e nos fundos mede 6,10m (seis metros e dez centímetros), confrontando com propriedade de Luíza Gamero Eid e seu marido, encerrando a área de 135,52m² (cento e trinta e cinco metros e cinquenta e dois centímetros quadrados).

Ônus/Observação:Ônus:

R1: Arrolamento fiscal de bens - Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas - Serviço de Fiscalização – SEFIS;

Av. 2: Indisponibilidade - Processo n. 00135709520134036105 - 5ª Vara Cível de Campinas - TRF 3ª Região;

Av. 3: Indisponibilidade - Processo n. 00135709520134036105 - 5ª Vara Cível de Campinas - TRF 3ª Região;

Av. 4: Penhora - Processo n. 0079300-06.2009.5.15.0114 - TRT 15ª Região - Central de Mandados de Campinas;

Av. 5: Indisponibilidade - Processo n. 00074136720174036105 - TRF 3ª Região - 9ª Vara Federal de Campinas;

Av. 6: Indisponibilidade - Processo n. 00087880620174036105 - TRF 3ª Região - 9ª Vara Federal de Campinas;

Av. 9: Indisponibilidade - Processo n. 50068127320174036105 - 3ª Vara Federal Cível – Campinas;

Av. 10: Penhora - Processo n. 00088432520154036105 - 3ª Vara Federal de Campinas;

Av. 11: Indisponibilidade - Processo n. 00563005920065020464 - TST - 2ª Região de São Paulo – GAEPP;

Av. 12: Indisponibilidade - Processo n. 01279004320015020262 - TRT - 2ª Região de São Paulo – GAEPP;

Av. 13 - Penhora - Processo n. 0009336-65.2002.8.26.0161 - TJ/SP - 3º Ofício Cível da Comarca de Diadema;

Av. 14 - Penhora - Processo n. 00232353620208260053 - TJ/SP - 15ª Vara da Fazenda Pública do Foro de São Paulo-SP;

Av. 15 - Indisponibilidade - Processo n. 00122512620195150007 - TRT 15ª Região - 1ª Vara do Trabalho de Americana-SP;

Av. 16 - Penhora - Processo n. 00111149-36-2014-5-15-0106 - 2ª Vara do Trabalho de São Carlos/SP;

Av. 17 - Penhora - Processo n. 0011824-90.2016.4.03.6105 - 5ª Vara Federal de Campinas/SP;

Av. 18 - Indisponibilidade - Processo n. 00730001620015020261 - TRT 2ª Região – GAEPP.

Proprietários:JOSÉ LUÍS RICARDO - CPF: 017.104.968-35.

Removido:Não.

Localização: Rua Cantagalo, 74, Complemento: Conjunto 810, Bairro: Vila Gomes Cardim, BOITUVA/SP,CEP:03319000.

Quantidade:1.

Percentual da Penhora:100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado):R$ 48.924,08.

Valor Total Penhorado:R$ 48.924,08.

Lance Mínimo (50%):R$ 24.462,04.

Data da Avaliação:31/08/2022.

Data Penhora:27/10/2016.

Ordem da Penhora:1.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

5.3 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 10798 - 1º Cartório – BOITUVA/SP.

PJe Assinado eletronicamente por: SORAYA DE OLIVEIRA VIEIRA DA SILVA - Juntado em: 02/08/2023 15:43:15 - bb32c58

Descrição:TERRENO urbano, sem benfeitorias, situado na cidade de Iperó, desta Comarca, à Rua Maria Nucci, lado par, distante 30,90m (trinta metros e noventa centímetros) em reta do início da curvatura da Rua Magdalena Pereira Gamero, na quadra completada pela Rua Benedito Pires Rodrigues Vice Prefeito e Avenida Brasil, constituído pelo Lote nº 24, da Gleba C, do Desmembramento Jardim Mariana, medindo 6,10m (seis metros e dez centímetros) de frente; do lado direito de quem da rua olha para o terreno, mede 22,11 (vinte e dois metros e onze centímetros), confrontando com o lote nº 25; do lado esquerdo mede 22,10m (vinte e dois metros e dez centímetros) confrontando com o lote nº 23 e nos fundos mede 6,10m (seis metros e dez centímetros), confrontando com propriedade de Luíza Gamero Eid e seu marido, encerrando a área de 135,64m² (centro e trinta e cinco metros e sessenta e quatro centímetros quadrados.

Ônus/Observação:Ônus:

R1: Arrolamento fiscal de bens - Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas - Serviço de Fiscalização – SEFIS;

Av. 2: Indisponibilidade - Processo n. 00135709520134036105 - 5ª Vara Cível de Campinas - TRF 3ª Região;

Av. 3: Indisponibilidade - Processo n. 00135709520134036105 - 5ª Vara Cível de Campinas - TRF 3ª Região;

Av. 4: Penhora - Processo n. 0079300-06.2009.5.15.0114 - TRT 15ª Região - Central de Mandados de Campinas;

Av. 5: Indisponibilidade - Processo n. 00074136720174036105 - TRF 3ª Região - 9ª Vara Federal de Campinas;

Av. 6: Indisponibilidade - Processo n. 00087880620174036105 - TRF 3ª Região - 9ª Vara Federal de Campinas;

Av. 9: Indisponibilidade - Processo n. 50068127320174036105 - 3ª Vara Federal Cível – Campinas;

Av. 10: Penhora - Processo n. 00088432520154036105 - 3ª Vara Federal de Campinas;

Av. 11: Indisponibilidade - Processo n. 00563005920065020464 - TST - 2ª Região de São Paulo – GAEPP;

Av. 12: Indisponibilidade - Processo n. 01279004320015020262 - TRT - 2ª Região de São Paulo – GAEPP;

Av. 13 - Penhora - Processo n. 0009336-65.2002.8.26.0161 - TJ/SP - 3º Ofício Cível da Comarca de Diadema;

Av. 14 - Penhora - Processo n. 00232353620208260053 - TJ/SP - 15ª Vara da Fazenda Pública do Foro de São Paulo-SP;

Av. 15 - Indisponibilidade - Processo n. 00122512620195150007 - TRT 15ª Região - 1ª Vara do Trabalho de Americana-SP;

Av. 16 - Penhora - Processo n. 00111149-36-2014-5-15-0106 - 2ª Vara do Trabalho de São Carlos/SP;

Av. 17 - Penhora - Processo n. 0011824-90.2016.4.03.6105 - 5ª Vara Federal de Campinas/SP;

Av. 18 - Indisponibilidade - Processo n. 00730001620015020261 - TRT 2ª Região – GAEPP;

Proprietários:JOSÉ LUÍS RICARDO - CPF: 017.104.968-35.

Removido:Não.

Localização: Rua Cantagalo, 74, Complemento: Conjunto 810, Bairro: Vila Gomes Cardim, BOITUVA/SP, CEP: 03319000.

Quantidade:1.

Percentual da Penhora:100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado):R$ 48.967,40.

Valor Total Penhorado:R$ 48.967,40.

Lance Mínimo (50%):R$ 24.483,70.

Data da Avaliação:31/08/2022.

Data Penhora:27/10/2016.

Ordem da Penhora:1.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

VALOR TOTAL PENHORADO:R$ 146.772,24.

VALOR TOTAL DO LANCE MÍNIMO:R$ 73.386,12.

6- Processo: 0078700-58.2003.5.15.0093 - 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

6.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 32124 - 1º Cartório - AMPARO/SP

Descrição: Unidade 30, Gleba A do Condomínio Fazenda Arcadas, unidade está descrita no item Unidade nº 30 (Rs. 11 e 12/32.124) Fração Ideal de 0,5965% da matrícula 32124 CRI de Amparo-SP: - a unidade mede 30,17m em reta para a Via de Acesso 1; do lado direito de quem da via de acesso olha para o imóvel mede 44,24m e confronta com o terreno da Unidade 31; do lado esquerdo mede 37,66m e confronta com o terreno da Unidade 29; nos fundos mede 30,19m e confronta com a gleba reservada ao proprietário, encerrando a área total de 1.228,40m², com Área Utilização Exclusiva de 1.228,40m²; Área comum real de 937,57m²; Área total real de 2.165,97m² e Fração Ideal de Terreno de 0,5965%. Será edificada no terreno uma casa com 164,00m² de área construída, contendo dois pavimentos sendo o pavimento inferior constituído de varanda, hall, sala, lavabo, cozinha, área de serviço, banho de empregada e escada de acesso ao pavimento superior e o pavimento superior, constituído de três (03) dormitórios, sendo um com banho privativo e escada de acesso ao térreo.

Ônus/Observação:R.12 - Alienação Fiduciária - Arcadas Empreendimentos e Incorporações Imobiliárias Ltda. (em 11/03/2010);

PJe Assinado eletronicamente por: SORAYA DE OLIVEIRA VIEIRA DA SILVA - Juntado em: 02/08/2023 15:43:15 - bb32c58

Av. 98 - Indisponibilidade - 0078700-58.2003.5.15.0093 - 6ª Vara do Trabalho de Campinas;

Av. 113 - Indisponibilidade - 00103139120145150032 - 2ª Vara do Trabalho de Campinas;

Av. 133 - Penhora - Fração Ideal de 0,5965% - Unidade 30 da Gleba A - 0078700-58.2003.5.15.0093 - 6ª Vara do Trabalho de Campinas.

Proprietários:ROBSON CAMARGO - CPF: 049.475.888-02.

Removido:Não.

Localização: Rod. João Beira, 5325, Complemento: Unidade 30, Gleba A - Condomínio Fazenda Arcadas,Bairro:Distrito de Arcadas, AMPARO/SP.

Quantidade:1.

Percentual da Penhora:100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado):R$ 350.000,00.

Valor Total Penhorado:R$ 350.000,00.

Lance Mínimo (50%):R$ 175.000,00.

Data da Avaliação:17/06/2019.

Data Penhora:23/07/2019.

Ordem da Penhora:1.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

7- Processo: 0010708-72.2017.5.15.0131 - 12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

7.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 3760 - 1º Cartório – CARAGUATATUBA/SP.

Descrição: Terreno designado como lote n.14 da quadra "U" no loteamento Jardim Nomar, Praia das Palmeiras, Caraguatatuba/SP, de frente para a Avenida Duque de Caxias, com área total de 350 m². Em Av. 04, verifica-se que no terreno foi edificado um prédio sob. n. 323 da Avenida Duque de Caxias, contendo dois dormitórios, dois banheiros, cozinha, varanda, sala de estar, sala de tv, sala de jantar com área construída de 98,60 m². Auto de reavaliação descreve a edificação como uma casa de morada, padrão antigo, murada.

Ônus/Observação: Av. 7 - Indisponibilidade - processo 00110750220175150130 - 11ª Vara do Trabalho de Campinas;

Av. 8 - Indisponibilidade - processo 00104982720175150032 - 2ª Vara do Trabalho de Campinas;

Av. 9 - Indisponibilidade - processo 00107148520175150032 - 2ª Vara do Trabalho de Campinas;

Av. 10 - Penhora - processo 0010708-72.2017.5.15.0131 - 12ª Vara do Trabalho de Campinas;

Av. 11 - Indisponibilidade - processo 00108646320175150130 - 11ª Vara do Trabalho de Campinas;

Av. 12 - Indisponibilidade - processo 00106645220175150130 - 1ª Vara do Trabalho de Campinas;

Av. 13 - Indisponibilidade - processo 00116269620175150092 - 5ª Vara do Trabalho de Campinas;

Av. 14 - Indisponibilidade - processo 00108465620175150093 - 6ª Vara do Trabalho de Campinas;

Av. 15 - Indisponibilidade - processo 00120547820175150092 - 5ª Vara do Trabalho de Campinas;

Proprietários:IAN ARCAS - CPF: 326.797.978-17.

Removido:Não.

Localização: Avenida Duque de Caxias, 323, CARAGUATATUBA/SP.

Quantidade:1.

Percentual da Penhora:100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado):R$ 431.897,74.

Valor Total Penhorado:R$ 431.897,74.

Lance Mínimo (50%):R$ 215.948,87.

Data da Avaliação:23/11/2021.

Data Penhora:13/08/2019.

Ordem da Penhora:1.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

8- Processo: 0001766-10.2013.5.15.0093 - 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

8.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 23602 - 1º Cartório – SUMARÉ/SP.

Descrição: Lote de terreno sob nº 23 da quadra D, quarteirão 450 do loteamento denominado Jardim Sumarezinho, situado no distrito de Hortolândia, Comarca de Sumaré-SP, medindo 10,00 metros de frente para a Rua J; igual medida nos fundos; por 25 metros da frente aos fundos, de ambos os lados, com a área de 250,00 metros quadrados, confrontando pelo lado direito, de quem da rua olha o terreno, com o lote 22, pelo lado esquerdo com o lote 24, e fundos com o lote 7; localizado pelo lado direito, de quem em transito pela rua J, vai em direção a rua B.

Ônus/Observação: Coproprietária: RACHEL GUIMARÃES BITTENCOURT TROYSE.

Atenção:lance mínimo fixado em 80% do valor da avaliação.

Proprietários:AFONSO TROYSE NETO - CPF: 102.197.568-05.

PJe Assinado eletronicamente por: SORAYA DE OLIVEIRA VIEIRA DA SILVA - Juntado em: 02/08/2023 15:43:15 - bb32c58

Removido:Não.

Localização: Rua Osório Cândido da Silva, Complemento: entre os números 515-A e 555-B, Bairro: Jardim Sumarezinho,SUMARÉ/SP.

Quantidade:1.

Percentual da Penhora:100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado):R$ 168.750,00.

Valor Total Penhorado:R$ 168.750,00.

Lance Mínimo (80%):R$ 135.000,00.

Data da Avaliação:06/04/2022.

Data Penhora:13/01/2020.

Ordem da Penhora:1.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

9- Processo: 0011040-11.2018.5.15.0032 - 2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

9.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 145676 - 1º Cartório - PRAIA GRANDE/SP.

Descrição: Apartamento número 303, localizado no terceiro andar ou quarto pavimento do EDIFÍCIO ALOHA, situado na Avenida Presidente Castelo Branco, 11.292, esquina com a Rua 8 de Dezembro, na Vila Mirim, nesta cidade, com a área útil de 78,09 m², área comum de 41,41 m², área total de 119,50 m², correspondendo-lhe tanto no terreno como nas demais coisas de uso comum a fração ideal de 2,2228% do todo do terreno, confrontando pela frente com a circulação e com o apartamento número 304, do lado direito com o apartamento número 304, do lado esquerdo com o apartamento número 302, e nos fundos, em linhas quebradas, com a área de recuo, cabendo-lhe o direito ao uso de apenas uma vaga na garagem coletiva do prédio, na ordem de chegada.

Proprietários:PEDRO ANTÔNIO MICELI - CPF: 011.230.807-47.

Removido:Não.

Localização: Avenida Presidente Castelo Branco, 11.292,Bairro: Vila Mirim, PRAIA GRANDE/SP.

Quantidade:1.

Percentual da Penhora:100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado):R$ 300.000,00.

Valor Total Penhorado:R$ 300.000,00.

Lance Mínimo (50%):R$ 150.000,00.

Data da Avaliação:12/11/2021.

Data Penhora:05/11/2020.

Ordem da Penhora:1.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

10- Processo: 0158600-61.2002.5.15.0114 - 9ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

10.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 19798 - 1º Cartório - SÃO SEBASTIÃO/SP.

Descrição: Um terreno, compreendendo os lotes nº 1 e 2 da quadra nº 2, no loteamento denominado Sitio São Benedito, localizado na praia de Barequeçaba, em São Sebastião, medindo em conjunto 20,00m de frente para Rua um, por 32m da frente dos fundos, de ambos os lados, tendo nos fundos a largura de 20m, confrontando do lado direito de quem da Rua um olha para o imóvel, com lote nº 3 de propriedade de Armando Massarolo Ou Armando Mazzarolo e sua mulher, e do lado esquerdo, com a Rua 7 com a qual faz esquina e para onde também faz frente, e nos fundos com propriedade de Benedito Faria Pacheco, encerrando uma área de 640m².

No referido imóvel foi edificada uma casa de 473m² de construção.

Cadastro municipal 3134143427600800000 e 3134143427600900000.

Ônus/Observação: Consta no auto de penhora juntado sob id: ef17388 no processo nº 0158600- 61.2002.5.15.0114 que: "o atendente Victor Hugo Nonato Lemes me informou que sobre o referido terreno foi edificada uma casa residencial de 473,1 ms² - essa informação não está na matrícula".

Ônus:

Av. 5 - registro de indisponibilidade no processo nº 00506000620025150068 da Vara do Trabalho de Adamantina;
Av. 6 - registro de penhora no processo nº 0022000-46.2006.5.15.0129 da Central de Mandados de Campinas;
Av. 7 - registro de penhora no processo nº 0158600-61.2002.5.15.0114 da 9ª Vara do Trabalho de Campinas;
Av. 8 - registro de penhora no processo nº 0264900-53.2003.5.02.0056.

-penhorado 100% do imóvel, porém o executado é proprietário de apenas 50%. Coproprietária: Maria Berenice Pereira. Lance mínimo fixado em 55% do valor da avaliação, conforme despacho no processo nº 0158600-61.2002.5.15.0114.

Proprietários:MARCEL DE AZEVEDO TOCCI - CPF: 026.011.258-53.

Removido:Não.

Localização: Alameda dos Eucaliptos, 356,Bairro:Barequeçaba, São Sebastião/SP, CEP: 11612746.

Assinado eletronicamente por: SORAYA DE OLIVEIRA VIEIRA DA SILVA - Juntado em: 02/08/2023 15:43:15 - bb32c58

Quantidade:1.

Percentual da Penhora:100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado):R$ 1.350.000,00.

Valor Total Penhorado:R$ 1.350.000,00.

Lance Mínimo (55%):R$ 742.500,00.

Data da Avaliação:17/05/2021.

Data Penhora:13/03/2021.

Ordem da Penhora:1.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

11- Processo: 0010558-58.2021.5.15.0129 - 10ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

11.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 110351 - 3º Cartório – CAMPINAS/SP.

Descrição: Uma unidade autônoma designada por Conjunto Comercial sob nº 53, localizada no 5º andar do Edifício Comercial Glicério, situado à Avenida Francisco Glicério, 297, nesta cidade, com as seguintes áreas: útil de 30,16 m², comum de 12,615 m², total de 42,775 m² e fração ideal de 2,243370% no terreno onde se encontra construído o Edifício.

Ônus/Observação: Registro de indisponibilidade AV.04, processo 0076500-34.1995.5.15.0069.

Não será admitida a adjudicação e/ou arrematação mediante pagamento com utilização de créditos ou qualquer outro título, mas tão somente, mediante a utilização de dinheiro, que permita o imediato proveito econômico aos credores.

Proprietários:ALEXANDRE CONCEIÇÃO CECCONI - CPF: 090.030.818-40.

Removido:Não.

Localização: Avenida Francisco Glicério, 297, Complemento: conjunto comercial 53, CAMPINAS/SP.

Quantidade:1.

Percentual da Penhora:100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado):R$ 120.640,00.

Valor Total Penhorado:R$ 120.640,00.

Lance Mínimo (50%):R$ 60.320,00.

Data da Avaliação:18/05/2021.

Data Penhora:18/05/2021.

Ordem da Penhora:1.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

12- Processo: 0001050-17.2013.5.15.0114 - 9ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

12.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 13768 - 1º Cartório – CAMPINAS/SP.

Descrição: Prédio, respectivo terreno e quintal, sito à rua Padre Almeida, nº 639, nesta cidade e 1º subdistrito, cujo terreno, resultado de unificação dos lotes nº 19 e 20, do quarteirão nº159 do cadastro Municipal, tem as seguintes medidas: 18,00 mts e frente para a referida rua, mesma medida nos fundos, onde existe uma viela de faixa sanitária; por 35,00 mts de frente aos fundos, de ambos os lados, com a área de 630,00mts², confrontando lateralmente com os lotes nº 18 e 21.

Ônus/Observação:Ônus:

Av.18 - penhora no processo nº 00079876120154036105 em trâmite pelo Juízo da 5ª Vara Federal de Campinas;

Av.19 - penhora no processo nº 0022283-54.2016.4.03.6105 em trâmite pelo Juízo da 3ª Vara Federal de Campinas.

Proprietários:RESTAURANTE MATSU CAMBUI FESTAS E EVENTOS EIRELI ME - CNPJ: 07.746.591/0001-90.

Removido:Não.

Localização: Rua Padre Almeida, 639, Bairro: Cambuí, CAMPINAS/SP.

Quantidade:1.

Percentual da Penhora:100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado):R$ 1.900.000,00.

Valor Total Penhorado:R$ 1.900.000,00.

Lance Mínimo (50%):R$ 950.000,00.

Data da Avaliação:17/08/2021.

Data Penhora:18/06/2021.

Ordem da Penhora:1.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

13- Processo: 0039000-98.2003.5.15.0053 - 4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

13.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 15427 - 1º Cartório – BAURU/SP.

Descrição: Imóvel de matrícula 15.427, 1º RI Bauru/SP, contribuinte nº 3/3320/011. Lote de terreno, sem benfeitorias, sob nº 11, quadra 13, Jardim Alto Bauru situado à rua 5, quarteirão 2, lado ímpar, distante 55,0 metros da esquina da rua 12, com área de 250,00 metros quadrados, medindo 10,0 metros de frente e de fundos, por 25,0 metros de cada lado, confrontando na frente com a

PJe Assinado eletronicamente por: SORAYA DE OLIVEIRA VIEIRA DA SILVA - Juntado em: 02/08/2023 15:43:15 - bb32c58

citada via pública, de um lado com o lote 10, de outro com o lote 12, e pelos fundos com o lote 21. Lote localizado em região urbana abrangida por área de preservação ambiental denominada apa campo novo, regulamentada pela lei municipal 4.605/2000.

Ônus/Observação: Referido lote está localizados na quadra 3320 do Jardim Alto Bauru - Mandado de avaliação ID.f46700a.

Ônus:

Av.3 - indisponibilidade no processo nº 00012929320115150130;

Av.4 - penhora no processo nº 0001292-93.2011.5.15.0130;

Av.5 - penhora no processo nº 0039000-98.2003.5.15.0053.

Proprietários:RUBENS CIGALLA - CPF: 277.784.368-68 e SUELI DE FIGUEIREDO CIGALLA - CPF: 968.470.428-34.

Removido:Não.

Localização:RUA CINCO, Complemento: Lote 11 Quadra 13, Bairro: Jardim Alto Bauru, BAURU/SP, CEP: 17035560.

Quantidade:1.

Percentual da Penhora:100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado):R$ 20.000,00.

Valor Total Penhorado:R$ 20.000,00.

Lance Mínimo (50%):R$ 10.000,00.

Data da Avaliação:17/09/2022.

Data Penhora:27/07/2021.

Ordem da Penhora:1.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

14- Processo: 0000361-21.2013.5.15.0001 - 1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

14.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 33379 - 3º Cartório – CAMPINAS/SP.

Descrição: Lote de terreno sob nº 35 da quadra 65, do Novo Campos Elísios, medindo 10,00ms de frente para a rua 56 - igual medida nos fundos, por 33,00ms em ambos os lados, com a área de 330,00m², confronta com os lotes 15, 34 e 36. Atual Rua Itatiba, nº 485.

Ônus/Observação: Coproprietária: ADELMA DA COSTA ALMEIDA.

ATENÇÃO: Lance mínimo de 60% do valor da avaliação.

Ônus:

Av.09: penhora no processo nº 00007042120135150032 em trâmite pela 2ª Vara do Trabalho de Campinas/SP;

Av.10: indisponibilidade no processo nº 0000361212013 em trâmite pela 1ª Vara do Trabalho de Campinas/SP;

Av. 11: indisponibilidade no processo nº 00106421720145150093 em trâmite pela 6ª Vara do Trabalho de Campinas/SP;

Av. 12: Penhora no processo nº 0000361-21.2013.5.15.0001 em trâmite pela 1ª Vara do Trabalho de Campinas/SP;

Av. 13: indisponibilidade no processo nº 00019550720125150001 em trâmite pela 1ª Vara do Trabalho de Campinas/SP;

Proprietários: João Rocha de Almeida - CPF: 496.830.209-68.

Removido:Não.

Localização: Rua Itatiba, 485,Bairro:Jardim Novo Campos Elíseos, CAMPINAS/SP, CEP: 13050545.

Quantidade:1.

Percentual da Penhora:100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado):R$ 400.000,00.

Valor Total Penhorado:R$ 400.000,00.

Lance Mínimo (60%):R$ 240.000,00.

Data da Avaliação:04/11/2021.

Data Penhora:04/11/2021.

Ordem da Penhora:1.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

15- Processo: 0010025-21.2018.5.15.0092 - 5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

15.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 29117 - 2º Cartório – CAMPINAS/SP.

Descrição: Lote de terreno nº 08 da quadra "K" do loteamento Jardim Chapadão - continuação 2º Gleba, nesta cidade, medindo 12,00 ms. de frente para a rua 114; 30,00 ms. de um lado, confrontando com o lote 7; 30,00 ms. do outro lado, confrontando com o lote 9; 12,00 ms. de fundos, confrontando com o lote 23, com a área de 360,00 metros quadrados.

Ônus/Observação: Lance mínimo:80% do valor da avaliação.

Coproprietária:MARISTELA MINARDI PAGANELLI DE OLIVEIRA.

Informação do auto de avaliação:"Sobre o imóvel há construção não averbada, sedo uma residência com aproximadamente 220m², composta de garagem coberta para dois veículos, sala, lavabo, sala de jantar com área de luz/corredor lateral, cozinha, despensa e área de serviço, três suítes, nos fundos quintal com edícula com churrasqueira, banheiro e dormitório."

Proprietários:GLAUCE HELAINE PAGANELLI - CPF: 108.080.488-99.

Removido:Não.

Localização: Rua Álvaro Antônio Zini, Lote 08, Complemento: Loteamento Jardim Chapadão, Bairro: Jardim Chapadão,CAMPINAS/SP, CEP: 13070150.

PJe Assinado eletronicamente por: SORAYA DE OLIVEIRA VIEIRA DA SILVA - Juntado em: 02/08/2023 15:43:15 - bb32c58

Quantidade:1.

Percentual da Penhora:100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado):R$ 875.000,00.

Valor Total Penhorado:R$ 875.000,00.

Lance Mínimo (80%):R$ 700.000,00.

Data da Avaliação:02/03/2022.

Data Penhora:17/02/2022.

Ordem da Penhora:1.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

16- Processo: 0010396-28.2019.5.15.0131 - 12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

16.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 70425 - 3º Cartório – CAMPINAS/SP.

Descrição: Lote de terreno sob nº 11, da quadra 51, do loteamento denominado Novo Campos Elíseos, tendo as seguintes medidas, mais ou menos e confrontações: faz frente para a rua 48, para a qual mede 37,00ms em curva, de um lado confronta com o lote 12, onde mede 26,15ms, de outro lado com os lotes 10, 9 e 8, onde mede 25,80ms, nos fundos forma vértice, tendo a área de 350,00ms².

Ônus/Observação:ATENÇÃO: Lance mínimo de 65% do valor da avaliação, conforme decisão id: da63aa5 do processo nº 0010396-28.2019.5.15.0131.

Coproprietária:ELISABETH AMARAL DA SILVA.

Ônus:

Av.02 - penhora no processo nº 00103962820195150131 em trâmite pela 12ª Vara do Trabalho de Campinas/SP.

Proprietários:WALMIR VIDA DA SILVA - CPF: 098.995.108-15.

Removido:Não.

Localização: Rua Manuel Fernandes Dias, 170,Bairro:Jardim Novo Campos Elíseos, CAMPINAS/SP,CEP: 13060110.

Quantidade:1.

Percentual da Penhora:100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado):R$ 400.000,00.

Valor Total Penhorado:R$ 400.000,00.

Lance Mínimo (65%):R$ 260.000,00.

Data da Avaliação:09/03/2022.

Data Penhora:21/02/2022.

Ordem da Penhora:1.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

17- Processo: 0010809-86.2018.5.15.0095 - 8ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

17.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 126536 - 2º Cartório – CAMPINAS/SP.

Descrição: Lote de terreno nº 17 da quadra R, do loteamento denominado PARQUE VIA NORTE, nesta cidade, 2ª Circunscrição Imobiliária, medindo 10,00 metros de frente para a Rua 28; 10,00 metros nos fundos, onde confronta com o lote 07; 25,00 metros do lado direito, onde confronta com o lote 18; 25,00 metros do lado esquerdo, onde confronta com o lote 16, com a área de 250,00m². CCPM nº 055.032.501; Código Cartográfico 3411.41.84.0247.00000.

Segundo o auto de reavaliação, o terreno está localizado na rua das Caviúnas (antiga Rua 28), nº 17 da quadra "R" - Parque Via Norte.

Ônus/Observação: Av. 01 - Viela sanitária de 3,0 m de largura nos fundos.

Av. 02 - Alienação fiduciária junto a Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.;

Av. 08 - Indisponibilidade -processo nº 00107503520145180102 - 2ª Vara do Trabalho de Rio Verde/GO;

Av. 09 - Indisponibilidade - processo nº 00128352820135180102 - 2ª Vara do Trabalho de Rio Verde/GO;

Av. 10 - Indisponibilidade -processo nº 00102004020145180102 - 2ª Vara do Trabalho de Rio Verde/GO;

Av. 11 - Indisponibilidade -processo nº 00105667920145180102 - 2ª Vara do Trabalho de Rio Verde/GO;

Av.12 - Indisponibilidade - processo nº 00110171020145180101 - 1ª Vara do Trabalho de Rio Verde/GO;

Av.13 - Indisponibilidade - processo nº 00128352820135180102 - 2ª Vara do Trabalho de Rio Verde/GO;

Av. 14 - Penhora - 100% dos direitos de devedor fiduciante - processo 0010809-86.2018.5.15.0095 – 8ª Vara do Trabalho de Campinas;

Av.15 - Penhora - 100% direitos de devedor fiduciante - processo 0012367-27.2014.5.15.0130 - 11ª Vara

do Trabalho de Campinas;

Av.17- Penhora - 100% direitos devedor fiduciante - processo 0011451-68.2018.5.15.0092 - 5ª Vara do

Trabalho de Campinas;

Av.19 - Indisponibilidade - processo 00128534920135180102 - 2ª Vara do Trabalho de Rio Verde/GO;

Av.20 - Indisponibilidade - processo 03717953020148090178 - Juizado Especial Cível e Criminal de Santa

Helena de Goiás/GO;

PJe Assinado eletronicamente por: SORAYA DE OLIVEIRA VIEIRA DA SILVA - Juntado em: 02/08/2023 15:43:15 - bb32c58

Av. 21 - Penhora - processo 1026268-67.2016.8.26.0114 - 1º Ofício Cível de Campinas/SP.

Proprietários:LUIZ ANTÔNIO PERES MOLINA - CPF: 779.503.218-49.

Removido:Não.

Localização: Rua das Caviúnas, 405, Complemento: Lote 17, quadraR, Bairro:Parque Via Norte, CAMPINAS/SP, CEP: 13064778.

Quantidade:1.

Percentual da Penhora:100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado):R$ 290.000,00.

Valor Total Penhorado:R$ 290.000,00.

Lance Mínimo (50%):R$ 145.000,00.

Data da Avaliação:24/02/2022.

Data Penhora:24/02/2022.

Ordem da Penhora:1.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

18- Processo: 0010574-89.2022.5.15.0092 - 5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

18.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 47708 - 2º Cartório – CAMPINAS/SP.

Descrição: Lote de terra sob nº 13, do loteamento denominado CHÁCARAS RECREIO UIRAPURU, situado no Distrito de Barão Geraldo, medindo 23,00m de frente para a Estrada do Uirapuru, do lado direito mede 65,50m, confrontando com o lote 14 e nos fundos mede 23,00, confrontando compropriedade de João Batista Antonioli, com a área de 1.506,50m².

Ônus/Observação:Ônus:

Av.08 - penhora no processo nº 0015941-19.2016 em trâmite pelo 3º Ofício Cível do Foro Regional de São Miguel Paulista Comarca de São Paulo/SP;

Av.09 - indisponibilidade no processo nº 00031906420135020056 em trâmite pelo Juízo Auxiliar de Conciliação em Execução de São Paulo/SP;

Av.10 - indisponibilidade no processo nº 00002644020135030135 em trâmite pela 3ª Vara do Trabalho de Governador Valadares/MG;

Av.11 - indisponibilidade no processo nº 00105438020165030135 em trâmite pela 3ª Vara do Trabalho de Governador Valadares/MG;

Av.12 - indisponibilidade no processo nº 50107669420188130701 em trâmite pela 1ª Vara Cível de Uberada/MG;

Av.13 - indisponibilidade no processo nº 10000293820205200006 em trâmite pelo Grupo Auxiliar de Execução e Pesquisa Patrimonial - GAEPP de São Paulo/SP;

Av.14 - indisponibilidade no processo nº 00021261720175050631 em trâmite pela Vara de Brumado/BA;

Av.15 - indisponibilidade no processo nº 00002734120135050020 em trâmite pela Vara de Irece/BA;

Av.16 - indisponibilidade no processo nº 00100702201950301350 em trâmite pela 3ª Vara do Trabalho de Governador Valadares/MG;

Av.17 - indisponibilidade no processo nº 00113302220205180016 em trâmite pela 16ª Vara do Trabalho de Goiânia/GO;

Av.18 - indisponibilidade no processo nº 00008897420105020081 em trâmite pelo Grupo Auxiliar de Execução e Pesquisa Patrimonial - GAEPP de São Paulo/SP;

Av.19 - indisponibilidade no processo nº 00086389420208260564 em trâmite pelo 2º Ofício Cível de São Bernardo do Campo/SP;

Av.20 - indisponibilidade no processo nº 00005302720175050201 em trâmite pela Vara de Itaberaba/BA;

Av.21 - indisponibilidade no processo nº 00007677620185050023 em trâmite pela Central de Execução e Expropriação de Salvador/BA;

Av.22 - indisponibilidade no processo nº 00111815320205180007 em trâmite pela 7ª Vara do Trabalho de Goiânia/GO;

Av.23 - indisponibilidade no processo nº 00008162320195200005 em trâmite pela 5ª Vara do Trabalho de Aracaju/SE;

Av.24 - penhora no processo nº 0010574-89.2022.5.15.0090 da Central de Mandados de Campinas/SP;

Av.25 - indisponibilidade no processo nº 00002680920215050631 em trâmite pela Vara de Brumado/BA;

Av.26 - indisponibilidade no processo nº 00107720620215180181 em trâmite pela Vara do Trabalho de São Luís de Montes Belo/GO;

Av.27 - indisponibilidade no processo nº 00020391020165200007 em trâmite pela 7ª Vara do Trabalho de Aracaju/SE;

Av.28 - indisponibilidade no processo nº 00007426020165050661 em trâmite pela Vara do Trabalho de Barreiras/BA;

Av.29 - indisponibilidade no processo nº 10010761120215020039 em trâmite pelo Grupo Auxiliar de Execução e Pesquisa Patrimonial - GAEPP de São Paulo/SP.

Av.30/47.708 – Indisponibilidade de bens nos autos nº 0010134-42.2021.5.03.0099, em trâmite na 3ª Vara do Trabalho de Governador Valadares/MG;

Av.31/47.708 – Indisponibilidade de bens nos autos nº 0001391-71.2017.5.05.0020, em trâmite na 20ª Vara do Trabalho de Salvador/BA.

Proprietários:VIAÇÃO NOVO HORIZONTE LTDA. - CNPJ: 60.829.264/0001-84.

Removido:Não.

Localização: Rua Uirapuru, 265,BairroJardim São Gonçalo,

Assinado eletronicamente por: SORAYA DE OLIVEIRA VIEIRA DA SILVA - Juntado em: 02/08/2023 15:43:15 - bb32c58

CAMPINAS/SP, CEP: 13082706.

Quantidade:1.

Percentual da Penhora:100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado):R$ 949.095,00.

Valor Total Penhorado:R$ 949.095,00.

Lance Mínimo (50%):R$ 474.547,50.

Data da Avaliação:12/07/2022.

Data Penhora:14/06/2022.

Ordem da Penhora:1.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

18.2 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 47709 - 2º Cartório – CAMPINAS/SP.

Descrição: Lote de terra sob o nº 14, do loteamento denominado CHÁCARAS RECREIO UIRAPURU, situado no Distrito de Barão Geraldo, desta Comarca, medindo 23,00m de frente para a Estrada do Uirapuru, do lado direito mede 65,50m, confrontando com o lote 13; do lado esquerdo 65,50m, onde faz esquina com a estrada A e nos fundos mede 23,00m, confrontando com a propriedade de João Batista Antonioli, com área de 1.506,50m² .

Imóvel unificado na PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, terreno de 3.013,00m² e área de construção de 277,71m². Edificação datada de 1990.

Ônus/Observação:Ônus:

Av.08 - penhora no processo nº 0015941-19.2016 em trâmite pelo 3º Ofício Cível do Foro Regional de São Miguel Paulista Comarca de São Paulo/SP;

Av.09 - indisponibilidade no processo nº 00031906420135020056 em trâmite pelo Juízo Auxiliar de Conciliação em Execução de São Paulo/SP;

Av.10 - indisponibilidade no processo nº 00002644020135030135 em trâmite pela 3ª Vara do Trabalho de Governador Valadares/MG;

Av.11 - indisponibilidade no processo nº 00105438020165030135 em trâmite pela 3ª Vara do Trabalho de Governador Valadares/MG;

Av.12 - indisponibilidade no processo nº 50107669420188130701 em trâmite pela 1ª Vara Cível de Uberada/MG;

Av.13 - indisponibilidade no processo nº 1000029382020520006 em trâmite pelo Grupo Auxiliar de Execução e Pesquisa Patrimonial - GAEPP de São Paulo/SP;

Av.14 - indisponibilidade no processo nº 00021261720175050631 em trâmite pela Vara de Brumado/BA;

Av.15 - indisponibilidade no processo nº 0000273412013505020 em trâmite pela Vara de Irece/BA;

Av.16 - indisponibilidade no processo nº 00100702201950301 35 em trâmite pela 3ª Vara do Trabalho de Governador Valadares/MG;

Av.17 - indisponibilidade no processo nº 00113302220205180016 em trâmite pela 16ª Vara do Trabalho de Goiania/GO;

Av.18 - indisponibilidade no processo nº 00008897420105020081 em trâmite pelo Grupo Auxiliar de Execução e Pesquisa Patrimonial - GAEPP de São Paulo/SP;

Av.19 - indisponibilidade no processo nº 00086389420208260564 em trâmite pelo 2º Ofício Cível de São Bernardo do Campo/SP;

Av.20 - indisponibilidade no processo nº 00005302720175050201 em trâmite pela Vara de Itaberaba/BA;

Av.21 - indisponibilidade no processo nº 00007677620185050023 em trâmite pela Central de Execução e Expropriação de Salvador/BA;

Av.22 - indisponibilidade no processo nº 00111815320205180007 em trâmite pela 7ª Vara do Trabalho de Goiania/GO;

Av.23 - indisponibilidade no processo nº 00008162320195200005 em trâmite pela 5ª Vara do Trabalho de Aracaju/SE;

Av.24 - penhora no processo nº 0010574-89.2022.5.15.0090 da Central de Mandados de Campinas/SP;

Av.25 - indisponibilidade no processo nº 00002680920215050631 em trâmite pela Vara de Brumado/BA;

Av.26 - indisponibilidade no processo nº 00107720620215180181 em trâmite pela Vara do Trabalho de São Luis de Montes Belo/GO;

Av.27 - indisponibilidade no processo nº 00020391020165200007 em trâmite pela 7ª Vara doTrabalho de Aracaju/SE;

Av.28 - indisponibilidade no processo nº 00007426020165050661 em trâmite pela Vara do Trabalho de Barreiras/BA;

Av.29 - indisponibilidade no processo nº 10010761120215020039 em trâmite pelo Grupo Auxiliar de Execução e Pesquisa Patrimonial - GAEPP de São Paulo/SP;

Proprietários:VIAÇÃO NOVO HORIZONTE LTDA. - CNPJ: 60.829.264/0001-84.

Removido:Não.

Localização:RUA UIRAPURU, 265, Bairro: JARDIM SÃO GONÇALO, CAMPINAS/SP, CEP: 13082706.

Quantidade:1.

Percentual da Penhora:100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado):R$ 1.248.982,92.

Valor Total Penhorado:R$ 1.248.982,92.

Lance Mínimo (50%):R$ 624.491,46.

Data da Avaliação:12/07/2022.

Data Penhora:14/06/2022.

Ordem da Penhora:1.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

Assinado eletronicamente por: SORAYA DE OLIVEIRA VIEIRA DA SILVA - Juntado em: 02/08/2023 15:43:15 - bb32c58

VALOR TOTAL PENHORADO:R$ 2.198.077,92

VALOR TOTAL DO LANCE MÍNIMO:R$ 1.099.038,96

19- Processo: 0010080-84.2020.5.15.0032 - 2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

19.1 Tipo do Bem: Veículo

Identificação: Placa: CTP5558.

Descrição: Veículo automotor da marca Volkswagen, modelo Saveiro CL 1.6 MI, ano de fabricação/modelo 1999-1999, de placa CTP-5558.

Ônus/Observação:Ônus:

Proc.: 00100808420205150032 (2ª Vara do Trabalho de Campinas): Restrições de penhora e transferência;

Proc.: 1306/2008 (6ª Vara do Trabalho de Campinas): Restrição de circulação.

Obs.: Conforme auto de avaliação da oficiala de justiça: "(...) o veículo encontra-se no pátio do no Departamento de Estradas e Rodagem (Grupo Carvalho) à sorte de intempéries climáticas e circunstanciais e já sem funcionamento há lapso bastante significativo de tempo, de modo que a conclusão sobre seu exato estado conservação e performance técnica parece requerer uma análise profissional pormenorizada realizada depois da devida análise de seus componentes mecânicos".

Proprietários:GERENCIA RECURSOS HUMANOS E SERVIÇOS TEMPORÁRIOS LTDA. - ME - CNPJ: 61.639.068/0001-00.

Removido:Não.

Localização: Rodovia Orlando Quagliato - Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Cruz do Rio Pardo, SANTA CRUZ DO RIO PARDO/SP.

Quantidade:1.

Percentual da Penhora:100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado):R$ 3.000,00.

Valor Total Penhorado:R$ 3.000,00.

Lance Mínimo (50%):R$ 1.500,00.

Data da Avaliação:25/11/2021.

Data Penhora:25/07/2022.

Ordem da Penhora:1.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

20- Processo: 0002125-46.2013.5.15.0129 - 10ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

20.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 31003 - 1º Cartório – UBATUBA/SP.

Descrição: Um lote de terreno sem benfeitorias, sob nº 11 da quadra 43 do loteamento denominado "Jardim Cracóvia", situado no bairro do Pereque-Assú, perímetro urbano, medindo 11,00 ms. de frente para a rua César Frank, com fundos correspondentes, onde confronta com parte dos lotes 06 e 05, por 25,00 ms. da frente aos fundos de ambos os lados, confrontando pelo lado direito quem da frente olha com o lote nº 12, e, do lado esquerdo, com o lote nº 10, encerrando a área de 275,00 ms².

Ônus/Observação: OBS.: Conforme auto de penhora juntado sob id: 1e2848a no processo nº 0002125-46.2013.5.15.0129, consta que há área construída de 70m² tratando-se de uma edícula antiga que necessita reparos - essa informação não consta na matrícula.

Proprietários:ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DAS INDUSTRIAS METALÚRGICAS E OUTRAS CATEGORIAS DE CAMPINAS - CNPJ: 54.152.657/0001-01

Removido:Não

Localização: Rua César Frank, Complemento: Lote 09, Quadra 43, Loteamento Jardim Cracóvia,Bairro: Parque Açu, UBATUBA/SP, CEP: 11695130.

Quantidade:1.

Percentual da Penhora:100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado):R$ 260.000,00.

Valor Total Penhorado:R$ 260.000,00.

Lance Mínimo (50%):R$ 130.000,00.

Data da Avaliação:30/08/2022.

Data Penhora:30/08/2022.

Ordem da Penhora:1.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

20.2 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 30796 - 1º Cartório – UBATUBA/SP e Matrícula: 30797 - 1º Cartório – UBATUBA/SP.

Descrição:Matrícula nº 30796: Um lote de terreno sem benfeitorias, sob nº 09 da quadra 43, do loteamento denominado "Jardim Cracóvia", situado no bairro Pereque-Assu, perímetro urbano, medindo de frente em reta 3,00 metros para a César Frank, em curva entre a Rua César Frank e Avenida Mato Grosso, onde mede 9,59 metros, do lado esquerdo de quem de frente olha mede 21,00 metros confrontando com a Avenida Mato Grosso, do lado direito mede 25,00 metros, confrontando com o lote nº 10, e, nos fundos mede 16,00 metros confrontando com o lote nº 08 e parte do lote nº 07, encerrando uma área de 321,00ms².

PJe Assinado eletronicamente por: SORAYA DE OLIVEIRA VIEIRA DA SILVA - Juntado em: 02/08/2023 15:43:15 - bb32c58

Matrícula nº 30797: Um lote de terreno sem benfeitorias, sob nº 10 da quadra 43, do loteamento denominado "Jardim Cracóvia", situado no bairro Pereque-Assu, perímetro urbano, medindo 11,00 metros de frente para a Rua César Frank, com fundos correspondentes onde confronta com parte dos lotes nºs 07 e 06, por 25,00 metros da frente aos fundos de ambos os lados, confrontando do lado direito com o lote nº 11, e, do lado esquerdo com o lote nº 11, e, do lado esquerdo com o lote número 09, encerrando uma área de 275,00ms².

Ônus/Observação:OBS.: certidão id: 32afa6d do processo nº 0002125-46.2013.5.15.0129 - consta que há um prédio construído sobre os lotes onde aparentemente funciona uma pousada parasindicalizados da associação, sendo que o oficial de justiça foi informado que não há moradores fixos, sendo que uma zeladora costuma ir até o local - essa informação não se encontra na matrícula.

Proprietários:ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DAS INDUSTRIAS METALÚRGICAS E OUTRAS CATEGORIAS DE CAMPINAS - CNPJ: 54.152.657/0001-01.

Removido:Não.

Localização: Rua César Frank, Complemento: lotes nº 09 e 10 da quadra 43, do loteamento denominado
"Jardim Cracóvia", Bairro: Pereque-Assu, UBATUBA/SP.

Quantidade:1.

Percentual da Penhora:100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado):R$ 820.000,00.

Valor Total Penhorado:R$ 820.000,00.

Lance Mínimo (50%):R$ 410.000,00.

Data da Avaliação:30/08/2022.

Data Penhora:30/08/2022.

Ordem da Penhora:1.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

VALOR TOTAL PENHORADO:R$ 1.080.000,00.

VALOR TOTAL DO LANCE MÍNIMO:R$ 540.000,00.

21- Processo: 0176300-29.2007.5.15.0129 - 10ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

21.1 Tipo do Bem: Veículo

Identificação: Placa: JSK2981 Renavam: 152600736 Chassi: 9BD15844AA6318995.

Descrição: Um veículo marca Fiat/Uno, modelo Mille Way Economy, ano de fabricação 2009, ano do modelo 2010, cor prata, álcool/gasolina, dotado de quatro (4) portas, placas JSK 2981, chassi 9BD15844AA6318995, Renavam 00152600736, apresentando lataria em bom estado, porém com alguns riscos, capô com pintura queimada pelo sol, pneus em bom estado de conservação, bancos em bom estado de conservação, sendo que o veículo apresentou funcionamento normal.

Ônus/Observação: Restrição Renajud: Licenciamento, penhora.

Proprietários: Maria Geruza Ana Godez - CPF: 048.553.728-11.

Removido:Não.

Localização: Rua Oscar Leite Penteado, 172, CAMPINAS/SP.

Quantidade:1.

Percentual da Penhora:100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado):R$ 17.000,00.

Valor Total Penhorado:R$ 17.000,00.

Lance Mínimo (50%):R$ 8.500,00.

Data da Avaliação:13/11/2022.

Data Penhora:13/11/2022.

Ordem da Penhora:1.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

22- Processo: 0062500-05.2006.5.15.0114 - 9ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

22.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 151783 - 3º Cartório – CAMPINAS/SP.

Descrição: Imóvel: Um Terreno designado por Remanescente do lote 23 do quarteirão 1254 do Cadastro Municipal nesta cidade, assim descrito e caracterizado: medindo 91,30m de frente para a Rua 07 de setembro; do lado direito mede 9,45m, pela Avenida Ipiranga; nos fundos mede 98,00m, onde confronta com o lote 02; lado esquerdo mede 8,00, pelo novo alinhamento da Via Expressa São Paulo, encerrando a
área de 593,98m². Possuindo o seguinte Código Cartográfico: 3423.43.83.8001.

Ônus/Observação: Av. 02: penhora no processo nº 885/2012 da 5ª Vara Cível do Estado de São Paulo;
Av. 03: penhora no processo nº 0000445-23.2013.5.15.0130 da 11ª Vara do Trabalho de Campinas;
Av. 04: penhora no processo nº 0012404-60.2017.5.15.0094 da 7ª Vara do Trabalho de Campinas;

Proprietários:CENTRO DE CONTROLE E INVESTIGAÇÃO IMUNOL:DR.AC CORSINI - CNPJ: 54.695.440/0001-30.

Removido:Não.

PJe Assinado eletronicamente por: SORAYA DE OLIVEIRA VIEIRA DA SILVA - Juntado em: 02/08/2023 15:43:15 - bb32c58

Localização: Rua Sete de Setembro, S/N, Complemento: Terreno designado por remanescente do Lote 23 do quarteirão 1254 do Cadastro Municipal nesta cidade, Bairro: VILA INDUSTRIAL, CAMPINAS/SP, CEP: 13035350.

Quantidade:1.

Percentual da Penhora:100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado):R$ 560.000,00.

Valor Total Penhorado:R$ 560.000,00.

Lance Mínimo (50%):R$ 280.000,00.

Data da Avaliação:17/11/2022.

Data Penhora:17/11/2022.

Ordem da Penhora:1.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

23- Processo: 0011365-97.2018.5.15.0092 - 5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

23.1 Tipo do Bem: Veículo

Identificação: Placa: EYG3725 Renavam: 330142933 Chassi: 9BD15802AC6592331.

Descrição:01 veículo, marca/modelo FIAT/UNO MILLE ECONOMY, ano/modelo 2011/2012, placa EYG3725, chassi 9BD15802AC6592331, RENAVAM 330142933, cor Branca, 2 portas, câmbio manual, combustível álcool/gasolina.

Proprietários:TECMAR ELEVADORES LTDA. - CNPJ: 02.635.701/0001-22.

Removido:Não.

Localização: Rua José Lombardoso, 340, Bairro: Jardim Petrópolis, CAMPINAS/SP, CEP: 13052185.

Quantidade:1.

Percentual da Penhora:100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado):R$ 10.000,00.

Valor Total Penhorado:R$ 10.000,00.

Lance Mínimo (50%):R$ 5.000,00.

Data da Avaliação:25/01/2023.

Data Penhora:25/01/2023.

Ordem da Penhora:1.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

24- Processo: 0010495-91.2014.5.15.0092 - 5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

24.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 74499 - 1º Cartório - SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP.

Descrição: Apartamento nº 38, localizado no 3º andar do Edifício Park Plaza Residence Service contendo sala, um dormitório, banheiro e locar para preparo de alimentos; com área privativa de 35m², vaga de garagem indistinta.

Proprietários:INTERNACIONAL RUBBER SEALS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. - CNPJ: 04.547.319/0001-92.

Removido:Não.

Localização: Avenida Nações Unidas, 595, Bairro: Chácara Inglesa, São Bernardo do Campo/SP, CEP: 09726110.

Quantidade:1.

Percentual da Penhora:100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado):R$ 230.000,00.

Valor Total Penhorado:R$ 230.000,00.

Lance Mínimo (50%):R$ 115.000,00.

Data da Avaliação:28/04/2023.

Data Penhora:29/03/2023.

Ordem da Penhora:1.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

25- Processo: 0001940-72.2013.5.15.0043 - 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

25.1 Tipo do Bem: Veículo

Identificação: Placa: GAM6J01.

Descrição:TOYOTA ETIOS SEDÃ XS 1.5 AUTOMÁTICO, 2016/2017, PLACA GAM6J01, cor predominante prata, em regular estado de conservação, porém necessitando de pequenos reparos na lataria, mas em funcionamento (foi dada partida), com odômetro marcando 77.482km.

Proprietários:DIVINO CUSTODIO DA SILVA - CPF: 257.553.478-08.

Removido:Não.

Localização: Rua Ana Borges Orsolini, 545, Bairro: Parque Via Norte, CAMPINAS/SP, CEP: 13065810.

Quantidade:1.

Percentual da Penhora:100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado):R$ 55.000,00.

Valor Total Penhorado:R$ 55.000,00.

Lance Mínimo (50%):R$ 27.500,00.

Data da Avaliação:21/06/2023.

Data Penhora:21/06/2023.

PJe Assinado eletronicamente por: SORAYA DE OLIVEIRA VIEIRA DA SILVA - Juntado em: 02/08/2023 15:43:15 - bb32c58

Ordem da Penhora:1.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

REGULAMENTO E DISPOSIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO NA HASTA PÚBLICA UNIFICADA DA CIRCUNSCRIÇÃO DE CAMPINAS - TRT 15ª REGIÃO

1. CADASTRO PARA PARTICIPAR DO LEILÃO ELETRÔNICO:

1.1) Quem pretender arrematar os citados bens, deverá efetuar seu cadastro, que deverá ser feito antecipadamente no site**: www.carloferrarileiloes.com.br.**Ocadastro implicará a aceitação da integralidade das disposições do Provimento GP-CR Nº 04/2019, do TRT da 15ª Região, assim como das demais condições dispostas neste edital.

1.2) Após o cadastro, deverão ser encaminhados ao leiloeiro, no e-mail**contato@carloferrarileiloes.com.br,**osarquivos digitalizados, com imagens legíveis, dos seguintes documentos:

- **TERMO DE ADESÃO**, com cláusula específica de que o licitante presta as informações com veracidade, na forma da lei, sob pena de caracterização de crime, valendo o simples recebimento do e-mail como prova para este fim;
- Carteira de identidade (RG) ou documento equivalente (carteira nacional de habilitação, documento de identidade expedido por entidades de classe ou órgãos públicos);
- Cadastro de pessoa física (CPF);
- Comprovante de estado civil;
- Comprovante de residência em nome do interessado;
- Contrato social e alterações, na hipótese de se tratar de pessoa jurídica.

1.2.1) Alternativamente, os citados documentos, em cópias autenticadas, poderão ser encaminhados no endereço físico:**Rua Ernesto Anuchi, nº 630, Jardim Maggiori, Condomínio Piemonte, Lote 1 Quadra 1, Casa 11. Araraquara/SP, CEP: 14.806-434**

1.3) Os documentos acima discriminados deverão ser recepcionados pelo leiloeiro**até a data designada para o encerramento do leilão eletrônico, sob pena de não ser efetivada a validação do cadastro efetuado**(§3º, art. 12 do Provimento GP-CR nº 04/2019).

1.3.1) Considerando que a hasta será realizada exclusivamente na modalidade eletrônica não haverá possibilidade do cadastro presencial.

1.4)O cadastro é pessoal e intransferível, sendo o interessado responsável pelo cumprimento dos prazos fixados neste edital, assim como pelos lances realizados com seu login e senha, sob pena de multa a ser fixada pelo Juízo responsável pela hasta.

1.5)O cadastro e a participação no leilão eletrônico constituem faculdade dos licitantes, eximindo-se o TRT da 15ª Região de eventuais problemas técnicos ou operacionais que obstem, no todo ou em parte, a efetiva participação do interessado no ato (art. 13 do Provimento GP-CR n. 04/2019).

2. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HASTA PÚBLICA:

2.1)O leilão será realizado EXCLUSIVAMENTE na modalidade eletrônica. Os bens serão anunciados no ambiente virtual do leiloeiro, no sítio eletrônico**www.carloferrarileiloes.com.br**e serão vendidos um a um em caráter*ad-corpus*e no estado de conservação em que se encontram.

2.2)A hasta estará a cargo do Leiloeiro Oficial designado**CARLO FERRARI – JUCESP nº 917,**o qual fica responsável por:

a)divulgara hasta com especial enfoque para na publicidade da modalidade de sua realização,exclusivamente eletrônica, em mídias eletrônicas, tais como redes sociais e portais de notícias, além da publicação do competente edital, com, no mínimo, 20 (vinte) dias úteis de antecedência, nos termos do art. 2ª do Provimento GP-CR Nº 04/2019, no site nacionalwww.PUBLICJUD.com.br;

PJe Assinado eletronicamente por: SORAYA DE OLIVEIRA VIEIRA DA SILVA - Juntado em: 02/08/2023 15:43:15 - bb32c58

b)providenciar a remoção do(s) bem(ns), quando determinada pela Juíza, fazendo jus o leiloeiro ao ressarcimento das despesas ocorridas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, bem como a armazenagem, na forma do artigo 789-A, VIII, da CLT, que serão acrescidas à execução, mesmo nas hipóteses em que depois da remoção do(s) bem(ns) sobrevier substituição da penhora, pagamento, remição, conciliação ou adjudicação.

2.3)O leiloeiro fica responsável pelo regular funcionamento do site no que diz respeito às informações lá disponibilizadas, zelando pela regularidade, transparência e regular acesso dos interessados na igualdade de oportunidade de ofertas de lances.

2.4)O usuário cadastrado terá conhecimento dos lances ofertados, por meio de informação disponibilizada pelo leiloeiro na página eletrônica, assim como de eventual proposta de parcelamento;

2.5)O usuário cadastrado poderá ofertar novo lance, que será devidamente divulgado no ambiente virtual supramencionado, propiciando a concorrência em igualdade de condições aos interessados; Assim, a cada novo lance, o sistema permanecerá aberto para novo lance por mais 3 minutos, a fim de possibilitar a concorrência.

2.6)O ambiente de lances do leiloeiro deverá prever a aquisição do bem individualizado ou do lote integral, em condomínio de licitantes.

2.7)O aludido ambiente virtual do leiloeiro deve possibilitar o registro de data e hora dos lances para verificação e certificação da ordem dos lances, tanto do arrematante vencedor quanto do arrematante vencido, assim como das condições de pagamento.

3. DOS LANCES

3.1) No primeiro pregão – totalmente eletrônico - os bens serão anunciados junto ao site do leiloeiro por lotes, vendidos um a um, sem desmembramento, em caráter*ad corpus*e nas condições e no estado de conservação em que se encontram, até as 11 horas da data designada, não podendo, os licitantes, alegarem desconhecimento deste estado, dos ônus que sejam de conhecimento público, dos itens descritos neste edital, bem como, dos ônus e observações publicados na descrição do lote no portal onde ocorrerá o leilão eletrônico, que será alimentado até o momento da arrematação e conterá todas as informações obtidas sobre cada item, sendo, portanto, da responsabilidade do arrematante observar.

3.2) Os bens que não forem objeto de arrematação no primeiro pregão, serão apregoados novamente na mesma data, ao final da hasta,**durante o repasse**, e permanecerão disponíveis para lances com duração de 20 minutos para todos os lotes**,**ocasião em que poderão ser desmembrados e o pagamento poderá ser parcelado, mantendo-se o mesmo percentual de lance mínimo praticado no primeiro pregão.

3.3) Por ocasião do repasse, os interessados poderão fazer outras propostas exclusivamente através do site do leiloeiro. O lance ficará disponibilizado no site possibilitando a livre concorrência e haverá consulta ao Juiz Coordenador da Central de Campinas que avaliará a proposta e, sendo interessante para a solução do processo,**respeitadas as limitações quanto ao preço vil (v.item 10.i),**deliberará pela aceitação ou não desta.

3.4) Será observado como lance mínimo a percentagem sobre o valor da avaliação definida pelo Juízo da Execução. Não existindo definição pelo Juízo da Execução do lance mínimo, esse será de 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação para bens imóveis e veículos e 50% (cinquenta por cento) para os demais bens.

3.5) Desde a data da publicação do presente Edital, o leilão eletrônico estará disponível para recepção de lances por meio do site do leiloeiro na internet**www.carloferrarileiloes.com.br**, sendo certo que:

1. O leilão na forma de aquisição do lote integral, sem desmembramento e sem parcelamento, acontecerá a partir da data de publicação deste edital até o encerramento da hasta, que não tem horário marcado, dependendo da demanda de oferta e da procura;

1. A fim de garantir a plena isonomia entre os participantes, a realização dos lances deve ocorrer**exclusivamente**por meio do respectivo sítio eletrônico, através da utilização de login e senha;

1. O usuário cadastrado poderá ofertar novo lance, que será devidamente anunciado no ambiente virtual do leiloeiro,

Assinado eletronicamente por: SORAYA DE OLIVEIRA VIEIRA DA SILVA - Juntado em: 02/08/2023 15:43:15 - bb32c58

propiciando a concorrência em igualdade de condições aos interessados;

1. Os licitantes que pretenderem arrematar em condomínio deverão informar ao leiloeiro via e-mail, enviando as condições da proposta para pregão eletrônico e verbal;

1. O aludido ambiente virtual do leiloeiro deve possibilitar a comunicação com os licitantes, inclusive com registro de data e hora, para verificação e certificação da ordem dos lances, do arrematante vencedor e do arrematante vencido assim como as condições de pagamento deste último.

3.6) Para dirimir eventuais dúvidas e questionamentos, o leiloeiro deverá manter em seu site, em local de fácil visualização, telefones e formas para contato com a equipe do leiloeiro.

3.7) Compete ao Juízo responsável pela hasta pública, na forma do artigo 7º do Provimento GP-CR Nº 04/2019, proceder ao cancelamento de qualquer oferta quando não for possível autenticar a identidade do usuário, quando houver descumprimento das condições estabelecidas no Edital ou no referido Provimento ou quando a proposta apresentar irregularidade facilmente detectável.

4)Arrematado o bem, o leiloeiro enviará ao arrematante, por mensagem eletrônica, as guias de depósito e os dados bancários para pagamento imediato do valor da arrematação e da comissão, respectivamente, observados os percentuais devidos e a forma de pagamentos previstos neste edital.

5)Na data da Hasta Pública, sendo a arrematação para pagamento à vista, o arrematante deverá pagar parcela correspondente a, no mínimo 20% (vinte por cento) do valor do lance, além da comissão do leiloeiro, de 5% (cinco por cento) também sobre o valor do lance, admitindo-se pagamento em moeda corrente e comprovação de transferência online ou guia de depósito.

5.1)O saldo remanescente deverá ser pago no primeiro dia útil subsequente à data da realização da hasta, diretamente na agência bancária autorizada;

5.2)A realização tempestiva dos pagamentos deve ser comprovada até 24 horas após sua efetivação, mediante envio de mensagem eletrônica do arrematante acompanhada dos documentos, para o endereço eletrônico do Leiloeiro, que a encaminhará à Central de Mandados de Campinas e ao Juízo da execução.

5.3) Cabe ao leiloeiro verificar a tempestividade dos pagamentos.

5.3.1)A não realização dos depósitos dos valores devidos no prazo fixado deverá ser comunicada imediatamente pelo leiloeiro àCentral de Mandadosde Campinas, informando, ainda, os 3 (três) lances subsequentes, para que seus ofertantes possam exercer o direito de opção, sem prejuízo da possibilidade de reparação de prejuízos prevista no disposto no caput do artigo 903 do Código de Processo Civil.

6)Ressalvada a hipótese do artigo 903, parágrafo 5º, do Código de Processo Civil, a desistência da arrematação ou a ausência do depósito do saldo remanescente no prazo fixado acarretará a perda, em favor da execução, do valor já pago, além da comissão destinada ao leiloeiro, voltando os bens a novo leilão, do qual não serão admitidos a participar o arrematante (art.897 do CPC).

7)O credor que não adjudicar os bens constritos perante o Juízo da Execução antes de designada data para o leilão pela Corregedoria Regional, com sorteio de leiloeiro e geração de relatório por sistema eletrônico, só poderá adquiri-los em hasta pública na condição de arrematante, com preferência na hipótese de igualar o maior lance, respondendo, porém, pelo pagamento da comissão do leiloeiro, na forma do art. 6º do Provimento GP-CR nº 04/2019.

8)Se o crédito do (s) exequente(s) for(em) suficiente(s) para a aquisição do bem na hasta e o exequente que tiver interesse na arrematação, deverá observar as seguintes regras:

a)fazer seu cadastro junto ao sítio eletrônico do leiloeiro e enviar e-mail através do endereço:**contato@carloferrarileiloes.com.br,**informando que tem a intenção de exercer seu direito de preferência e encaminhando os documentos elencados no item 1.2.

b)Não haver determinação expressa no juízo da execução que impeça a arrematação nesta modalidade;

c)Na hipótese de o exequente ser o único credor trabalhista com crédito habilitado nos autos da execução em que foi determinada a

Assinado eletronicamente por: SORAYA DE OLIVEIRA VIEIRA DA SILVA - Juntado em: 02/08/2023 15:43:15 - bb32c58

alienação do bem penhorado, a arrematação com a utilização dos créditos somente será deferida se, por ocasião da realização da hasta pública, apresentar certidão atualizada do seu crédito, até o dia útil imediatamente anterior à data da hasta pública, bem como certidão que comprove ser ele/a o único credor trabalhista com crédito habilitado nos autos em que foi determinada a alienação do bem penhorado.

d)Na hipótese de existirmais de um credortrabalhista com crédito habilitado nos autos em que foi determinada a alienação do bem penhorado, a arrematação com a utilização dos créditos somente será deferidase houver petição no aludido processo (PJE) de todos os credores manifestando o desejo de arrematar conjuntamente o bem, hipótese na qual cada um deles adquirirá uma parte ideal proporcional ao seu crédito, cabendo-lhes pagar, também de forma proporcional, a comissão fixada ao leiloeiro;

e)Na hipótese da alínea anterior, caso não haja a concordância de arrematação conjunta de todos os credores, o exequente que pretender arrematar os bens estará obrigado a exibir a integralidade do preço(diferença entre seu crédito e o lance eventualmente ofertado ou, se não houver, entre o seu crédito e o valor do lance mínimo),sobpena de indeferimento do pedido de arrematação.

9)Caso o arrematante seja o próprio credor e o seu crédito seja inferior ao valor do lance mínimo, deverá ser efetuado, no prazo de 3 (três) dias, o depósito da diferença entre o valor do maior lance e do seu crédito ou da diferença entre o valor do seu crédito e o montante do lance mínimo, sob pena de tornar sem efeito a arrematação, realizando-se novo leilão à custa do exequente (§1º do art. 892 do Código de Processo Civi) ou, se for o caso, de atribuí -la ao licitante concorrente. Nesta hipótese, a comissão do leiloeiro, calculada sobre o valor do lance, deverá ser paga por ocasião do encerramento da hasta pública.

10) Exclusivamente para o repasse,ointeressadoqueadquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar proposta para parcelamento do pagamento da arrematação, observadas as seguintes regras:

a)Para bens imóveis: A proposta conterá oferta de pagamento de pelo menos25% (vinte e cinco por cento)do valor do lance à vista e o restante parceladono máximo em30 (trinta)parcelas, quando se tratar de imóveis; nos casos de parcelamento de pagamento de bens imóveis, a carta de arrematação ficará condicionada ao pagamento integral das parcelas.

a.1)eventual antecipação de entrega da carta de arrematação deverá ser requerida ao Juízo da Execução, a quem caberá a decisão.

b)Para bens móveis: a proposta conterá oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parceladono máximo em6 (seis)parcelas. Nos casos de parcelamento de pagamento de bens móveis, a carta de arrematação ficará condicionada ao pagamento integral das parcelas.

b.1) Eventual antecipação de entrega da carta de arrematação deverá ser requerida ao Juízo da Execução, mediante caução idônea, ficando à decisão deste o deferimento da carta em comento;

c)Nos casos de parcelamento, será utilizado o índice SELIC para corrigir monetariamente as prestações ou outro índice que venha a substituir o fixado;

c.1) Casos excepcionais, o índice de atualização poderá ser diferenciado do constante no item “c”, a depender do deferimento da Magistrada responsável pela hasta, o que deverá estar consignado no Auto de Arrematação.

d)A apresentação da proposta de parcelamento não suspende o leilão.

e)A opção pelo parcelamento deve ser efetuada no momento do lance. Em não se fazendo neste momento, presume-se que o lance foi dado à vista, não podendo posteriormente o arrematante solicitar referido parcelamento.

f)Propostas de parcelamentos em condições iguais, prevalecerá a formulada em primeiro lugar.

g)A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de parcelamento, desde que os valores das propostas sejam iguais;

h)Havendo mais de uma proposta de parcelamento será considerada a mais vantajosa aquela que contenha maior valor real, devendo, entretanto, as propostas serem analisadas pelo leiloeiro e enviadas à Juíza Coordenadora para dirimir eventual dúvida.

i)Não será aceito lance que ofereça preço inferior ao mínimo estipulado pelo juiz da execução e constante do edital.

PJe Assinado eletronicamente por: SORAYA DE OLIVEIRA VIEIRA DA SILVA - Juntado em: 02/08/2023 15:43:15 - bb32c58

j)Sempre que houver dúvidas na análise das propostas de pagamento por parte do leiloeiro, esse deverá realizar contato prévio com a Juíza para finalizar a arrematação.

k)A imissão na posse de bens arrematados parceladamente ficará condicionada ao pagamento total do valor do lance.

k.1.)O Juízo da Execução poderá decidir de forma distinta pela imissão da posse do bem arrematado, seguindo seu entendimento judicial.

l)Deferido o parcelamento, no caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, sendo que multa será revertida em favor do exequente;

m)O inadimplemento de uma ou mais parcelas da arrematação autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação perante o Juízo da execução;

n)Além da comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a cargo do arrematante, fará jus o (a) leiloeiro (a) ao ressarcimento das despesas ocorridas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, bem como a armazenagem, na forma do artigo 789-A, VIII, da CLT, que serão acrescidas à execução.

o)O executado ressarcirá as despesas, inclusive se, depois da remoção, sobrevier substituição da penhora, conciliação, pagamento, remição ou adjudicação. Se o valor da arrematação for superior ao crédito do exequente, as despesas poderão ser deduzidas do produto da arrematação.

p)Os bens que se enquadram na hipótese do art. 1.331 do Código Civil deverão observar as regras lá existente e, especificamente no tocante a vaga de garagem, deverá ser demonstrado no ato da arrematação (por e-mail enviado ao leiloeiro) a condição de condômino ou a expressa autorização para alienação a pessoa estranha ao condomínio na convenção do condomínio.

11)Não será devida a comissão ao (à) Leiloeiro (a) na hipótese de desistência de que trata o parágrafo 5º do artigo 903 do Código de Processo Civil, de anulação da arrematação ou se negativo o resultado da hasta.

11.1) Anulada ou verificada a ineficácia da arrematação ou ocorrendo a desistência prevista no parágrafo 5º do artigo 903 do Código de Processo Civil, o (a) leiloeiro (a) devolverá ao arrematante o valor recebido a título de comissão corrigido pela taxa SELIC, imediatamente após o recebimento da comunicação pelaCentral de Mandadosde Campinas.

11.2) Na hipótese de acordo ou pagamento do débito após a publicação do edital, mas antes da data de encerramento da hasta pública, o leiloeiro fará jus à comissão no montante de 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação do bem.

12) Concretizada a arrematação, o leiloeiro procederá à expedição do Auto de Arrematação, enviando-o assinado pelo leiloeiro e pelo arrematante, àCentral de Mandadosde Campinas, por e-mail, para revisão e remessa à Juíza Coordenadora Interina.

12.1) Caberá ao leiloeiro, ao final do certamente, remeter ao e-mail institucional daCentral de Mandadosde Campinas (central.campinas@trt15.jus.br) assim como ao Juízo de cada execução, em mensagens individualizadas, os documentos dos arrematantes, os comprovantes de pagamento e a devolução do auto de arrematação assinado digitalmente tanto pelo leiloeiro como pelo arrematante ou seu representante/procurador.

13) Os participantes dos leilões judiciais promovidos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, incluídos os eventuais arrematantes dos lotes oferecidos, não poderão alegar desconhecimento das condições do certame, dos encargos do bem, das condições e prazos de pagamento ou das despesas e custas relativas às Hastas Públicas.

14) Nos termos do Art. 110 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e de acordo com as Recomendações da Ata de Correição Ordinária/2020 daCentral de mandadosde Campinas, a arrematação em hasta pública se reveste de**natureza originária**, ficando o arrematante isento do pagamento com relação aos débitos tributários, cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens e direitos adquiridos judicialmente estejam ou não inscritos na dívida ativa, ao determinar a alienação de bem através de leilão judicial ou iniciativa particular.

PJe Assinado eletronicamente por: SORAYA DE OLIVEIRA VIEIRA DA SILVA - Juntado em: 02/08/2023 15:43:15 - bb32c58

15) As despesas de transferência do bem arrematado, tais como custo de registro no Cartório de Registro de Imóveis, transferência a órgão de trânsito, entre outras, não se enquadram na previsão das alíneas antecedentes, e serão suportadas pelo arrematante.

16) Em relação às despesas incidentes sobre veículos, tais como IPVA e multas, não serão imputadas ao arrematante. Nestes casos o veículo será entregue livre e desembaraçado de qualquer encargo.

17) Os Embargos à arrematação, de acordo com o artigo 903 do Novo Código de Processo Civil, não terão efeito suspensivo da venda realizada, considerando-se perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos.

18)O prazo para eventuais embargos à arrematação ou adjudicação passará a fluir da data da Hasta Pública, independentemente de nova notificação.

19) Fica autorizado o(a) leiloeiro(a) ou pessoa por ele(a) expressamente designada a fazer a vistoria dos bens penhorados, podendo fotografá-los, bem como solicitar, em caráter de urgência, as respectivas certidões de regularidade nos órgãos de interesse, em especial Prefeitura, Detran, Ciretran, Cartórios de Registro de Imóveis, Cartório de Títulos e Documentos, INCRA, dentre outros que se fizerem necessários.

19.1)É vedado aos depositários criar embaraços à visitação dos bens sob sua guarda, em dias úteis, das 8h às 18h, ou por meio de serviço de agendamento de visitas, sob pena de ofensa ao artigo 77, inciso IV, do CPC, ficando, desde logo, autorizado o uso de força policial, se necessário.

19.2)O leiloeiro deverá envidar esforços para visitar e fotografar o bem, divulgando as fotos no site, disponibilizando também informações que sejam úteis quanto à localização dos lotes. A autorização para visitação do bem será enviada ao leiloeiro via e-mail, pelaCentral de Mandadosde Campinas.

20)O leiloeiro deverá publicar o presente edital em jornal de ampla circulação local, isto é, nas cidades que constituem a área da presenteda Circunscrição, a fim de respeitar o princípio da publicidade.

20.1)A divulgação dos lotes deverá ser feita também por outros meios eletrônicos a fim de ampliar o público-alvo.

21) Os casos omissos e as dúvidas quanto à aplicabilidade do Provimento GP-CR Nº 04/2019 serão resolvidos por ato conjunto da Presidência e da Corregedoria deste Tribunal, sendo as ocorrências ou problemas judiciais dirimidos pela Juíza Coordenadora daCentral de Mandadosde Campinas.

22) Por intermédio deste Edital, ficam intimadas as partes, respectivos patronos, em especial o(a) executado(a) e/ou sócios, inclusive cônjuges ou companheiros, bem como terceiros, suprindo eventual insucesso de qualquer outra forma legalmente estabelecida para notificação.

Publique-se.

Ciência às partes, cônjuges, credores hipotecários e fiduciários.

Oficiem-se os Juízos que determinaram averbações de ônus nos bens que estão incluídos nesta hasta, para ciência e providências que entenderem cabíveis.

Campinas, 01 de agosto de 2023.

CRISTIANE MONTENEGRO RONDELLI
JUÍZA DO TRABALHO COORDENADORA DA DIVISÃO DE EXECUÇÃO DE CAMPINAS

Notificação

Processo Nº ACPCiv-0012527-92.2016.5.15.0094

AUTOR	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS DE CAMPINAS E REGIAO
ADVOGADO	ALINE CARLA LOPES BELLOTI(OAB: 329455/SP)
ADVOGADO	LEANDRO THOMAZ DA SILVA SOUTO MAIOR(OAB: 302778/SP)
ADVOGADO	LUCIANA LUCENA BAPTISTA BARRETTO(OAB: 229762/SP)
ADVOGADO	LOUISE HELENE DE AZEVEDO TEIXEIRA(OAB: 375105/SP)
ADVOGADO	DANIELA COSTA GERELLI(OAB: 288180/SP)
ADVOGADO	NILO DA CUNHA JAMARDO BEIRO(OAB: 108720/SP)
ADVOGADO	THIAGO SABBAG MENDES(OAB: 273920/SP)
ADVOGADO	TALITA HARUMI MORITA(OAB: 301750/SP)
ADVOGADO	FERNANDO JOSE HIRSCH(OAB: 164164/SP)
RÉU	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO	VINICIUS GREGHI LOSANO(OAB: 243087/SP)

Assinado eletronicamente por: SORAYA DE OLIVEIRA VIEIRA DA SILVA - Juntado em: 02/08/2023 15:43:15 - bb32c58
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23080215431359000000208096532?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 23080215431359000000208096532

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (5)

DESPACHO

Intimem-se as partes e terceiros interessados, se houver, para tomarem ciência do edital de Hasta Pública nº 02/2023, disponibilizado no DEJT, dia 01/08/2023, caderno 3777/2023, páginas 5965/5985, que será realizada na modalidade eletrônica, no dia 21/09/2023, às 11h no endereço eletrônico: www.carloferrarileiloes.com.br.

CAMPINAS/SP, 10 de agosto de 2023

ERICA ESCARASSATTE
Juíza do Trabalho Substituta

Assinado eletronicamente por: ERICA ESCARASSATTE - Juntado em: 15/08/2023 14:05:29 - 55dbac0
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A REGIAO:03773524000103
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23081015232152400000208749218?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 23081015232152400000208749218

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (5)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 55dbac0 proferido nos autos.

DESPACHO

Intimem-se as partes e terceiros interessados, se houver, para tomarem ciência do edital de Hasta Pública nº 02/2023, disponibilizado no DEJT, dia 01/08/2023, caderno 3777/2023, páginas 5965/5985, que será realizada na modalidade eletrônica, no dia 21/09/2023, às 11h no endereço eletrônico: www.carloferrarileiloes.com.br.

CAMPINAS/SP, 10 de agosto de 2023

ERICA ESCARASSATTE
Juíza do Trabalho Substituta

Assinado eletronicamente por: ERICA ESCARASSATTE - Juntado em: 15/08/2023 14:06:29 - 4093ef8
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A REGIAO:03773524000103
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23081514053016400000209022480?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 23081514053016400000209022480

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (5)

é NOTIFICAÇÃO

E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA - EPP
AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO , 543, JARDIM CAMPOS ELISEOS, CAMPINAS/SP - CEP: 13060-858

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23081015232152400000208749218?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO COM_AR).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (5)

é NOTIFICAÇÃO

MILTON VIDA DA SILVA
BARATA RIBEIRO, 50, APTO 121, VILA ITAPURA, CAMPINAS/SP - CEP: 13023-030

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23081015232152400000208749218?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO COM_AR).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (5)

é NOTIFICAÇÃO

WALMIR VIDA DA SILVA
AVENIDA JOSE DE SOUZA CAMPOS , 422, NOVA CAMPINAS, CAMPINAS/SP - CEP: 13092-123

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23081015232152400000208749218?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO COM_AR).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (5)

é NOTIFICAÇÃO

EMERSON VIDA DA SILVA
RUA OITO ALAMEDA DO IPE ROXO, QD U LT5 FAZ 2 MARIAS, DUAS MARIAS, MONTE ALEGRE DO SUL/SP - CEP: 13820-000

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23081015232152400000208749218?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO COM_AR).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (5)

é NOTIFICAÇÃO

ELISABETH AMARAL DA SILVA
Rua Doutor Antônio Abramides, 145, PARQUE SAO QUIRINO, CAMPINAS/SP - CEP: 13088-534

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23081015232152400000208749218?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO COM_AR).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (5)

é NOTIFICAÇÃO

WALMIR VIDA DA SILVA
Rua Groeningen, 51, Nova Holanda, HOLAMBRA/SP - CEP: 13825-000

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23081015232152400000208749218?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO COM_AR).

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS - SP

Processo nº **0010396-28.2019.5.15.0131**

Reclamação Trabalhista

NATALIA GAMA DA CRUZ E ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA, respectivamente Reclamante e Reclamada, já devidamente qualificadas nos autos desta **RECLAMAÇÃO TRABALHISTA**, vêm através de seus advogados, informar que as partes se compuseram nos seguintes termos:

A reclamada pagará à reclamante a importância líquida de **R$ 40.000,00 (QUARENTA mil reais)**, em 18 (DEZEOITO) parcelas mensais e sucessivas, sendo as 10 (dez) primeiras de R$ 2000,00 e as 8 (oito) subsequente de R$ 2500,00 a serem pagas todos os dias 28 de cada mês, iniciando em setembro de 2024.

O pagamento das parcelas deverá ser feito na conta corrente do patrono da Reclamante junto ao Banco Itau, agência 9079, conta corrente 04110-0, CPF nº 421.173.408-30.

Em caso de inadimplência ou mora, fica convencionada a aplicação de multa de 50% do saldo remanescente, a ser pago em favor da Reclamante e o vencimento antecipado das parcelas que faltarem para o término do acordo.

As partes informam que o presente acordo foi realizado a título de pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 10.000,00, indenização por diferenças salarias R$ 10.000,00, FGTS R$ 7000,00, aviso Prévio R$ 3000,00, sendo que as demais parcelas tem cunho salarial, no importe de R$ 10.000,00.

Os recolhimentos fiscais e previdenciários, assim como as custas processuais ficarão a cargo da Reclamada que deverá comprovar os recolhimentos no prazo legal

PJe Assinado eletronicamente por: VITOR MANFREDINI - Juntado em: 15/09/2023 18:10:37 - 1ed769f

Desta forma, requerem as partes se digne este MM. Juízo a homologar o presente ajuste.

Em razão do acordo firmado, a reclamante concorda com a suspensão do leilão até o pagamento integral do acordo.

Após o cumprimento do acordo firmado entre as partes, o Reclamante dará à Reclamada a mais plena, geral e irrevogável quitação do objeto da reclamatória, de todo o extinto contrato de trabalho, para mais nada reclamar em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal.

E por estarem assim ajustados, requererem a homologação do acordo, para que surta seus regulares efeitos.

Termos em que,
Pede deferimento,
Campinas, 15 de setembro de 2023.

ANA PAULA MASCARO TEIXEIRA ALVES
OAB/SP 196.406 - Advogada Reclamada

VITOR MANFREDINI
OAB/SP 390 .855 – Advogado Reclamante

Assinado eletronicamente por: VITOR MANFREDINI - Juntado em: 15/09/2023 18:10:37 - 1ed769f
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23091518102704900000211610880?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 23091518102704900000211610880

MASCARO TEIXEIRA
Assessoria Jurídica

Ana Paula Mascaro Teixeira Alves
Advogada OAB/SP 196.406
Tel: (19) 3385.2854
Cel: (19) 99115.7703
anapaula@mascaroteixeira.adv.br
Rua Mogi Guaçu, 696 – Chácara da Barra
Campinas - SP

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DO TRABALHO DA 12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

PROCESSO nº 0010396-28.2019.5.15.0131
Reclamação Trabalhista

ENGESEL – EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA., já qualificada nos autos do processo em epigrafe, por sua advogada e bastante procuradora que esta subscreve, conforme procuração anexa, nos autos desta RECLAMAÇÃO TRABALHISTA que lhe move NATALIA GAMA CRUZ, vem, à elevada presença de V. Exa., ratificar o acordo formulado entre as partes, requerendo para tanto a juntada da minuta assinada.

DIANTE DA COMPOSIÇÃO ENTRE AS PARTES, REQUER A URGENTE SUSPENSÃO DO LEILÃO DESIGNADO PARA O DIA 21/09/2023 ATÉ O EFETIVO CUMPRIMENTO DO ACORDO.

Nestes termos,
P. deferimento.
Campinas,18 de setembro de 2023.

ANA PAULA MASCARO TEIXEIRA ALVES
OAB/SP nº 196.406

Assinado eletronicamente por: ANA PAULA MASCARO TEIXEIRA ALVES - Juntado em: 18/09/2023 09:51:02 - 47ae94b
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23091809493377600000211647727?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 23091809493377600000211647727

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS - SP

Processo nº **0010396-28.2019.5.15.0131**

Reclamação Trabalhista

NATALIA GAMA DA CRUZ E ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA, respectivamente Reclamante e Reclamada, já devidamente qualificadas nos autos desta **RECLAMAÇÃO TRABALHISTA**, vêm através de seus advogados, informar que as partes se compuseram nos seguintes termos:

A reclamada pagará à reclamante a importância líquida de **R$ 40.000,00 (QUARENTA mil reais)**, em 18 (DEZEOITO) parcelas mensais e sucessivas, sendo as 10 (dez) primeiras de R$ 2000,00 e as 8 (oito) subsequente de R$ 2500,00 a serem pagas todos os dias 28 de cada mês, iniciando em setembro de 2024.

O pagamento das parcelas deverá ser feito na conta corrente do patrono da Reclamante junto ao Banco Itau, agência 9079, conta corrente 04110-0, CPF nº 421.173.408-30.

Em caso de inadimplência ou mora, fica convencionada a aplicação de multa de 50% do saldo remanescente, a ser pago em favor da Reclamante e o vencimento antecipado das parcelas que faltarem para o término do acordo.

As partes informam que o presente acordo foi realizado a título de pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 10.000,00, indenização por diferenças salarias R$ 10.000,00, FGTS R$ 7000,00, aviso Prévio R$ 3000,00, sendo que as demais parcelas tem cunho salarial, no importe de R$ 10.000,00.

Os recolhimentos fiscais e previdenciários, assim como as custas processuais ficarão a cargo da Reclamada que deverá comprovar os recolhimentos no prazo legal

PJe Assinado eletronicamente por: ANA PAULA MASCARO TEIXEIRA ALVES - Juntado em: 18/09/2023 09:51:02 - cd04869

Desta forma, requerem as partes se digne este MM. Juízo a homologar o presente ajuste.

Em razão do acordo firmado, a reclamante concorda com a suspensão do leilão até o pagamento integral do acordo.

Após o cumprimento do acordo firmado entre as partes, o Reclamante dará à Reclamada a mais plena, geral e irrevogável quitação do objeto da reclamatória, de todo o extinto contrato de trabalho, para mais nada reclamar em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal.

E por estarem assim ajustados, requererem a homologação do acordo, para que surta seus regulares efeitos.

Termos em que,
Pede deferimento,
Campinas, 15 de setembro de 2023.

ANA PAULA MASCARO TEIXEIRA ALVES
OAB/SP 196.406 - Advogada Reclamada

VITOR MANFREDINI
OAB/SP 390 .855 – Advogado Reclamante

Assinado eletronicamente por: ANA PAULA MASCARO TEIXEIRA ALVES - Juntado em: 18/09/2023 09:51:02 - cd04869
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23091809505751900000211647905?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 23091809505751900000211647905

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO V DE CAMPINAS
ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (5)

DESPACHO

Deixa-se de homologar o acordo, por ora.

Mantém-se a hasta pública, suspendendo seus efeitos.

Primeiramente, necessária se faz a ratificação dos termos da composição pelas partes.

Consigna-se, outrossim, que no caso de eventual homologação do acordo, além de eventuais despesas processuais (previdência social, imposto de renda, custas processuais, honorários periciais etc) é devido a comissão ao leiloeiro, no importe de 2% do valor da avaliação (R$ 8.000,00), conforme edital de hasta pública.

Oportunamente, remetam-se os autos ao CEJUSC, para ratificação dos termos do acordo.

Intimem-se.

CAMPINAS/SP, 19 de setembro de 2023

VINICIUS DE MIRANDA TAVEIRA
Juiz do Trabalho Substituto

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO V DE CAMPINAS
ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (5)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 0e9aa45 proferido nos autos.

DESPACHO

Deixa-se de homologar o acordo, por ora.

Mantém-se a hasta pública, suspendendo seus efeitos.

Primeiramente, necessária se faz a ratificação dos termos da composição pelas partes.

Consigna-se, outrossim, que no caso de eventual homologação do acordo, além de eventuais despesas processuais (previdência social, imposto de renda, custas processuais, honorários periciais etc) é devido a comissão ao leiloeiro, no importe de 2% do valor da avaliação (R$ 8.000,00), conforme edital de hasta pública.

Oportunamente, remetam-se os autos ao CEJUSC, para ratificação dos termos do acordo.

Intimem-se.

CAMPINAS/SP, 19 de setembro de 2023

VINICIUS DE MIRANDA TAVEIRA
Juiz do Trabalho Substituto

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO I DE CAMPINAS
ATOrd 0010491-24.2020.5.15.0131
AUTOR: MARIA NAZARE OLIVEIRA LIMA
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (3)

DESPACHO

Vistos,

Diante do certificado pelo Oficial de Justiça Avaliador Federal, id: 9a4baa1, verifica-se que há execução mais avançada em face dos executados nos autos **0011243-36.2019.5.15.0032, 0011876-63.2016.5.15.0093 e 0010396-28.2019.5.15.0131, da 2ª, 6ª e 12ª VT de Campinas,** bem como que há penhora formalizada naqueles autos capaz de garantir a presente execução.

Assim, solicite-se a reserva de crédito, nos termos da OS CR nº 09 /2018 deste Tribunal, bem como com aparo nos artigos 765 e 878 da Consolidação das Leis do Trabalho e no artigo 5º, II, Provimento 10/2018 deste Tribunal.

Deverá a Secretaria juntar cópia desta decisão e certificar diretamente no processo.

Valor total da execução: R$69.191,57,em 21/09/2022.

Quanto ao prosseguimento da ação na qual já há pedido de reserva de valores perante a Vara que prossegue a execução centralizada contra o mesmo devedor, este juízo não vislumbra meios para prosseguir a presente execução, até porque o Ato Regulamentar GR-CR nº 02/2018, em seu artigo 15, § 3º, diz que fica "vedada a condução da execução pelo Juízo".

O formato de agrupamento de execuções está amparado nos artigos 765 e 878 da Consolidação das Leis do Trabalho, no Ato Regulamentar GP-CR N. 002/2018, no art. 3º da PROVIMENTO GP-CR Nº 10/2018 e na Recomendação GP-CR nº 08/2014 deste Tribunal, posto que em consonância com o poder de cautela do Juiz, bem como aos princípios do aproveitamento dos atos processuais e da celeridade processual, assegurando a tramitação do processo em tempo razoável, como preconizado pelo artigo 5º, inciso LXXVIII, da Constituição da República.

Tudo com vistas a uniformizar os procedimentos de execução, a fim de evitar a repetição de atos processuais e a provocação de reiterados pedidos /incidentes pelas partes sobre a mesma matéria.

PJe Assinado eletronicamente por: VINICIUS DE MIRANDA TAVEIRA - Juntado em: 14/09/2023 16:52:18 - 3bffb1b
PJe Assinado eletronicamente por: JULIO CESAR NEVES DE OLIVEIRA - Juntado em: 28/09/2023 10:46:47 - 498d50d

Estes autos ficarão **SOBRESTADOS POR 02 ANOS,** aguardando a regular tramitação do processo em que houve a reserva.

Caso negativa a reserva, por insuficiência de valores a serem destinados a este trabalhador ou por acordo no outro processo que não contemple este processo, deverá o exequente informar imediatamente para prosseguimento.

Intimem-se.

CAMPINAS/SP, 13 de setembro de 2023

VINICIUS DE MIRANDA TAVEIRA
Juiz do Trabalho Substituto

Assinado eletronicamente por: VINICIUS DE MIRANDA TAVEIRA - Juntado em: 14/09/2023 16:52:18 - 3bffb1b
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23091317383353100000211396648?instancia=1
Número do processo: 0010491-24.2020.5.15.0131
Número do documento: 23091317383353100000211396648

Assinado eletronicamente por: JULIO CESAR NEVES DE OLIVEIRA - Juntado em: 28/09/2023 10:46:47 - 498d50d
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23092810464387300000212610388?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 23092810464387300000212610388

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO I DE CAMPINAS
ATOrd 0010491-24.2020.5.15.0131
AUTOR: MARIA NAZARE OLIVEIRA LIMA
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (3)

DESPACHO

Vistos,

Diante do certificado pelo Oficial de Justiça Avaliador Federal, id: 9a4baa1, verifica-se que há execução mais avançada em face dos executados nos autos **0011243-36.2019.5.15.0032, 0011876-63.2016.5.15.0093 e 0010396-28.2019.5.15.0131, da 2ª, 6ª e 12ª VT de Campinas,** bem como que há penhora formalizada naqueles autos capaz de garantir a presente execução.

Assim, solicite-se a reserva de crédito, nos termos da OS CR nº 09 /2018 deste Tribunal, bem como com aparo nos artigos 765 e 878 da Consolidação das Leis do Trabalho e no artigo 5º, II, Provimento 10/2018 deste Tribunal.

Deverá a Secretaria juntar cópia desta decisão e certificar diretamente no processo.

Valor total da execução: R$69.191,57,em 21/09/2022.

Quanto ao prosseguimento da ação na qual já há pedido de reserva de valores perante a Vara que prossegue a execução centralizada contra o mesmo devedor, este juízo não vislumbra meios para prosseguir a presente execução, até porque o Ato Regulamentar GR-CR nº 02/2018, em seu artigo 15, § 3º, diz que fica "vedada a condução da execução pelo Juízo".

O formato de agrupamento de execuções está amparado nos artigos 765 e 878 da Consolidação das Leis do Trabalho, no Ato Regulamentar GP-CR N. 002/2018, no art. 3º da PROVIMENTO GP-CR Nº 10/2018 e na Recomendação GP-CR nº 08/2014 deste Tribunal, posto que em consonância com o poder de cautela do Juiz, bem como aos princípios do aproveitamento dos atos processuais e da celeridade processual, assegurando a tramitação do processo em tempo razoável, como preconizado pelo artigo 5º, inciso LXXVIII, da Constituição da República.

Tudo com vistas a uniformizar os procedimentos de execução, a fim de evitar a repetição de atos processuais e a provocação de reiterados pedidos /incidentes pelas partes sobre a mesma matéria.

PJe Assinado eletronicamente por: VINICIUS DE MIRANDA TAVEIRA - Juntado em: 14/09/2023 16:52:18 - 3bffb1b
PJe Assinado eletronicamente por: JULIO CESAR NEVES DE OLIVEIRA - Juntado em: 28/09/2023 10:47:57 - 72d4ba4

Estes autos ficarão **SOBRESTADOS POR 02 ANOS,** aguardando a regular tramitação do processo em que houve a reserva.

Caso negativa a reserva, por insuficiência de valores a serem destinados a este trabalhador ou por acordo no outro processo que não contemple este processo, deverá o exequente informar imediatamente para prosseguimento.

Intimem-se.

CAMPINAS/SP, 13 de setembro de 2023

VINICIUS DE MIRANDA TAVEIRA
Juiz do Trabalho Substituto

Assinado eletronicamente por: VINICIUS DE MIRANDA TAVEIRA - Juntado em: 14/09/2023 16:52:18 - 3bffb1b
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23091317383353100000211396648?instancia=1
Número do processo: 0010491-24.2020.5.15.0131
Número do documento: 23091317383353100000211396648

Assinado eletronicamente por: JULIO CESAR NEVES DE OLIVEIRA - Juntado em: 28/09/2023 10:47:57 - 72d4ba4
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23092810475188400000212610564?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 23092810475188400000212610564

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS - SP

Processo nº 0010396-28.2019.5.15.0131

Reclamação Trabalhista

NATALIA GAMA DA CRUZ E ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA, respectivamente Reclamante e Reclamada, já devidamente qualificadas nos autos desta RECLAMAÇÃO TRABALHISTA, vêm através de seus advogados, expor e requerer o que segue:

Após a quitação do acordo, requer a concessão de 60 (sessenta) dias para a quitação dos demais encargos processuais como custas processuais, INSS, imposto de renda, honorários periciais, além da comissão ao leiloeiro, mantendo-se o acordo nos termos em que foi pactuado.

Isto posto, requer a homologação do presente acordo.

Termos em que,

Pede deferimento,

Campinas, 28 de setembro de 2023.

_____

ANA PAULA MASCARO TEIXEIRA ALVES

OAB/SP 196.406 - Advogada Reclamada

Assinado eletronicamente por: ANA PAULA MASCARO TEIXEIRA ALVES - Juntado em: 28/09/2023 13:18:21 - cd73347
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23092813181542100000212631394?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 23092813181542100000212631394

MARTINS & RODRIGUES
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

TRABALHISTA - PREVIDENCIÁRIO - CÍVEL
AURELINO RODRIGUES DA SILVA - **OAB-SP 279.502**
LUIS GUSTAVO TOLEDO MARTINS - **OAB-SP 309.241**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DO TRABALHO DA 7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP.

PROCESSO PILOTO N.º 0010396-28.2019.5.15.0131

ELVECIO JOSE DA SILVA, por seu procurador *in fine* assinado, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, nos autos da Reclamação Trabalhista em face de **ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS,** já qualificada, expor e requerer o que segue.

Considerando a petição de id 47ae94b, feita pelo executado, vem o reclamante se manifestar no sentido de NÃO LIBERAÇÃO DA RESTRIÇÃO DO IMÓVEL DEVIDAMENTE PENHORADO considerando que o crédito do obreiro ainda não foi integralmente satisfeito, razão pela qual requer-se a **CONTINUIDADE DA REALIZAÇÃO DA HASTA PÚBLICA DO IMÓVEL DE MATRÍCULA 70.425, do 3ª CRI DE CAMPINAS**.

Requer-se que, em havendo arremate, seja o exequente devidamente intimado nos autos para manifestar-se em termos de prosseguimento.

Deste modo, apresentadas as justificativas, requer-se o prosseguimento da demanda, bem como deferimento dos pedidos supra, objetivando satisfazer o crédito exequendo, tendo em vista possuir **natureza alimentar.**

Termos em que
Pede deferimento.

Campinas, 05 de outubro de 2023.

LUÍS GUSTAVO TOLEDO MARTINS
OAB/SP 309.241

Assinado eletronicamente por: LUIS GUSTAVO TOLEDO MARTINS - Juntado em: 05/10/2023 17:37:28 - 450386e
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23100517372145700000213273264?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 23100517372145700000213273264

RODRIGO PARADELLA DE QUEIROZ
OAB/SP 289.936

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA DECIMA SEGUNDA VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

PROCESSO n° 0010396-28.2019.5.15.0131

AMF INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES – EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 24.974.662/0001-20, com sede na Rua José de Alencar, nº 707, 2º Andar, Conjunto 03, Centro, Campinas/SP, CEP 13013-040 e pelos autos da *Reclamação Trabalhista*, que move **NATALIA GAMA CRUZ** em face de **ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA E OUTRO** e que tramita perante esse Juízo e Cartório, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, manifestar seu interesse quanto a aquisição do lote levado à Hasta Pública, apresentando, para tanto, PROPOSTA CONDICIONAL DE ARREMATAÇÃO, nos termos a seguir:

Conforme alteração trazida no CPC/2015, tem-se a possibilidade de apresentação de proposta ao Juízo, para arrematação parcelada do bem constante em hasta púbica condicionada as seguintes exigências legais:

> *"Art. 879.* ***A alienação far-se-á:***
> ***I - por iniciativa particular;***
> *II - em leilão judicial eletrônico ou presencial."*
>
> *"Art. 895.* ***O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito****:*
> *(...)*
> *§ 1º. A proposta conterá, em qualquer hipótese,* ***oferta de pagamento de pelo menos <u>vinte e cinco por cento</u> do valor do lance à vista e o restante parcelado em até***

PJe Assinado eletronicamente por: RODRIGO PARADELLA DE QUEIROZ - Juntado em: 05/10/2023 18:09:41 - f50cf11

RODRIGO PARADELLA DE QUEIROZ
OAB/SP 289.936

> ***30 (trinta) meses***, *garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis."*

Ainda, o artigo 891, do mesmo diploma legal conceitua o que é peço vil:

> *"Art. 891. Não será aceito lance que ofereça preço vil."*
>
> *Parágrafo único. Considera-se vil o preço inferior ao mínimo estipulado pelo juiz e constante do edital, e, não tendo sido fixado preço mínimo,* ***considera-se vil o preço inferior a cinquenta por cento do valor da avaliação****."*

Neste contexto, tem-se as avaliações dos lotes abaixo:

> ***Terreno c/ 350m², lote 11, quadra 51, Rua Manuel Fernandes Dias, 170, Bairro Jardim Novo Campos Elíseos, 3° CRI 70425, Campinas/SP. (Proc. 0010396-28.2019.5.15.0131 - 12ª VT de Campinas) (R$ 400.000,00) CAMPINAS/SP***

Sendo assim, o peticionário, na qualidade de terceiro interessado na arrematação do referido bem e, nos termos dos artigos supracitados, apresenta a sua **PROPOSTA**, a qual espera ser analisada e aprovada por este Juízo:

- Valor da avaliação = R$ 400.000,00.
- Limite para preço vil (50% - art. 981 CPC/15) = **R$ 200.000,00.**
- **VALOR PROPOSTO PARA ARREMATAÇÃO = R$ 210.000,00**
- **PAGAMENTO À VISTA**, por meio de depósito judicial em até 24horas após a homologação do Juízo **mediante emissão da carta de Arrematação e mandado de imissão.**

Condiciona a presente proposta ao aceite desde MM Juízo, bem como que eventuais débitos existentes sobre o bem até a data da

PJe Assinado eletronicamente por: RODRIGO PARADELLA DE QUEIROZ - Juntado em: 05/10/2023 18:09:41 - f50cf11

RODRIGO PARADELLA DE QUEIROZ
OAB/SP 289.936

assinatura da Carta de Arrematação e imissão na posse sejam quitados com o produto da venda, nos termos do artigo 130 do CTN, respectivamente.

Nestes termos, requer e espera o interessado na arrematação que sua proposta seja analisada e admitida por este Juízo, a fim de convalidar o intento na expropriação do bem por preço justo.

Termos em que, pede deferimento.
Campinas, 28 de junho de 2023.

RODRIGO PARADELLA DE QUEIROZ
OAB/SP 289.936

Assinado eletronicamente por: RODRIGO PARADELLA DE QUEIROZ - Juntado em: 05/10/2023 18:09:41 - f50cf11
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23100518073156300000213277137?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 23100518073156300000213277137

RODRIGO PARADELLA DE QUEIROZ
OAB/SP 289.936

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, **AMF INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES – EIRELI**, empresa individual de responsabilidade limitada, com CNPJ sob o nº 24.974.662/0001-20 constituída por *ALESSANDRO MANTOVI FURLAN,* brasileiro, portador do RG nº 285137268 SSP/SP e inscrito no CPF nº 267.152.928-76, com sede na Av. Dr. Jose de Alencar, nº 707, 2° Andar, Sala 03, Centro, Campinas/SP, CEP 13013-040, nomeia e constitui seu procurador o advogado **RODRIGO PARADELLA DE QUEIROZ**, inscrito na OAB/SP sob nº 289.936, ao qual confere e outorga os poderes para o foro em geral, com a cláusula "***ad judicia et extra***", em qualquer juízo, instância ou tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e defender nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, dando tudo por bom, firme e valioso, ***EXCLUSIVAMENTE*** para Arrematação do imóvel situado na Rua Manuel Fernandes Dias, nº 170, Bairro Jardim Novo Campos Elíseos (Proc. 0010396-28.2019.5.15.0131 - 12ª VT de Campinas)

Campinas, 05 de outubro de 2023.

AMF INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES – EIRELI

Avenida Doutor Hermas Braga, nº 393 – Nova Campinas – Campinas-SP – CEP: 13092-133
Tel: (19) 3755-1600 – Cel/WhatsApp: (19) 99686-5645 – rparadella.adv@terra.com.br

Assinado eletronicamente por: RODRIGO PARADELLA DE QUEIROZ - Juntado em: 05/10/2023 18:09:41 - cc62364
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23100518074308900000213277162?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 23100518074308900000213277162

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO V DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (4)

Certifico que a notificação enviada ao executado WALMIR VIDA DA SILVA (ID. 764a61b) foi devolvida com a informação: Mudou-se.

CAMPINAS/SP, 27 de outubro de 2023.

FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA
Servidor

Assinado eletronicamente por: FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA - Juntado em: 27/10/2023 14:14:46 - 00d3257
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23102714140392800000214870705?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 23102714140392800000214870705

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DO TRABALHO DA 7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

PROCESSO PILOTO: 0001791-46.2013.5.15.0053

LEANDRO DOS SANTOS RODRIGUES DE ALMEIDA, habilitado desses autos, por seu procurador infra assinado, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, nos autos da Reclamação Trabalhista em face de ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS, já qualificada, expor e requerer o que segue.

Considerando a petição de id 47ae94b da reclamada executada, vem o reclamante se manifestar no sentido da NÃO LIBERAÇÃO DA RESTRIÇÃO DO IMÓVEL DEVIDAMENTE PENHORADO considerando que o crédito do obreiro ainda não foi integralmente satisfeito, razão pela qual requer-se a CONTINUIDADE DA REALIZAÇÃO DA HASTA PÚBLICA DO IMÓVEL DE MATRÍCULA 70.425, do 3ª CRI DE CAMPINAS.

Nesses termos,

Pede deferimento.

Campinas, 27 de novembro de 2023

ROGÉRIO LUÍS TEIXEIRA DRUMOND

OAB/SP 139736

Assinado eletronicamente por: ROGERIO LUIS TEIXEIRA DRUMOND - Juntado em: 04/12/2023 09:33:11 - efb4c6f
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23112714430163700000216894174?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 23112714430163700000216894174

RODRIGO PARADELLA DE QUEIROZ
OAB/SP 289.936

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA DECIMA SEGUNDA VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

PROCESSO n° 0010396-28.2019.5.15.0131

AMF INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES – EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 24.974.662/0001-20, com sede na Rua José de Alencar, nº 707, 2º Andar, Conjunto 03, Centro, Campinas/SP, CEP 13013-040 e pelos autos da *Reclamação Trabalhista*, que move **NATALIA GAMA CRUZ** em face de **ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA E OUTRO** e que tramita perante esse Juízo e Cartório, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, face a manifestação do Exequente de Id:efb4c6f, reitera o seu interesse na aquisição do lote levado à Hasta Pública, ratificando os termos da PROPOSTA CONDICIONAL DE ARREMATAÇÃO, Id:f50cf11, datada de 05 de outubro de 2023.

Em consequência, requer e espera a interessada na arrematação que sua proposta seja analisada e admitida por este Juízo, a fim de convalidar o intento na expropriação do bem por preço justo.

Termos em que, pede deferimento.
Campinas, 06 de dezembro de 2023.

RODRIGO PARADELLA DE QUEIROZ
OAB/SP 289.936

Assinado eletronicamente por: RODRIGO PARADELLA DE QUEIROZ - Juntado em: 06/12/2023 16:12:58 - eb1c3d1
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23120616125219500000217737108?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 23120616125219500000217737108

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

ÓRGÃO CENTRALIZADOR DE HASTA PÚBLICA: Divisão de Execução de Campinas

AUTO NEGATIVO DE LEILÃO JUDICIAL

PROCESSO Nº ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131

LEILÃO JUDICIAL Nº 2/2023-Divisão de Execução de Campinas

JUIZ(ÍZA) RESPONSÁVEL: CRISTIANE MONTENEGRO RONDELLI

LEILOEIRO: CARLO FERRARI

Ao(s) 21 dia(s) do mês de setembro de 2023, perante o(a) Excelentíssimo(a) Juiz(íza) responsável pelo Órgão Centralizador de Hasta Pública de Divisão de Execução de Campinas, com as formalidades legais, foi determinado o praceamento do(s) bem(ns) penhorado(s) na execução movida em desfavor de WALMIR VIDA DA SILVA - CPF: 098.995.108-15, conforme descrição a seguir:

Tipo do bem: Imóvel

Identificação: Matrícula 70425 - 3º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Lote de terreno sob nº 11, da quadra 51, do loteamento denominado Novo Campos Elíseos, tendo as seguintes medidas, mais ou menos e confrontações: faz frente para a rua 48, para a qual mede 37,00ms em curva, de um lado confronta com o lote 12, onde mede 26,15ms, de outro lado com os lotes 10, 9 e 8, onde mede 25,80ms, nos fundos forma vértice, tendo a área de 350,00ms2.

Ônus/Observação: Ônus/Observação: ATENÇÃO: Lance mínimo de 65% do valor da avaliação, conforme decisão id: da63aa5 do processo nº 0010396-28.2019.5.15.0131 Coproprietária: ELISABETH AMARAL DA SILVA Ônus: Av.02 - penhora no processo nº 00103962820195150131 em trâmite pela 12ª Vara do Trabalho de Campinas/SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 400.000,00

PJe Assinado eletronicamente por: FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA - Juntado em: 16/02/2024 14:33:30 - 8f5b6ae

Valor Total Penhorado: R$ 400.000,00

Data Avaliação: 09/03/2022

Apregoado(s) o(s) bem(ns) penhorado(s), **não houve lanço algum**.

Pelo(a) Juiz(íza) responsável foi determinado o encerramento do leilão judicial.

Eu, FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, lavrei e digitei o presente auto.

CARLO FERRARI

Leiloeiro

CRISTIANE MONTENEGRO RONDELLI

Juiz(íza) Responsável pelo Órgão Centralizador de Hasta Pública

Assinado eletronicamente por: FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA - Juntado em: 16/02/2024 14:33:30 - 8f5b6ae
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24021614332986600000221391148?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 24021614332986600000221391148

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (4)

DESPACHO

Ciência às partes do resultado negativo da tentativa de alienação do imóvel matrícula 70425 do 3º CRI Campinas.

Mantenha-se, por ora, a penhora.

Encaminhem-se os autos ao CEJUSC, para ratificação do acordo (Id 47ae94b), conforme determinado em Id 0e9aa45.

Após, voltem conclusos para prosseguimento.

CAMPINAS/SP, 16 de fevereiro de 2024

GILVANDRO DE LELIS OLIVEIRA
Juiz do Trabalho Substituto

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (4)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 86b813a proferido nos autos.

DESPACHO

Ciência às partes do resultado negativo da tentativa de alienação do imóvel matrícula 70425 do 3º CRI Campinas.

Mantenha-se, por ora, a penhora.

Encaminhem-se os autos ao CEJUSC, para ratificação do acordo (Id 47ae94b), conforme determinado em Id 0e9aa45.

Após, voltem conclusos para prosseguimento.

CAMPINAS/SP, 16 de fevereiro de 2024

GILVANDRO DE LELIS OLIVEIRA
Juiz do Trabalho Substituto

RODRIGO PARADELLA DE QUEIROZ
OAB/SP 289.936

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA DECIMA SEGUNDA VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

PROCESSO n° 0010396-28.2019.5.15.0131

AMF INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES – EIRELI, já qualificada, e pelos autos da *Reclamação Trabalhista*, que move **NATALIA GAMA CRUZ** em face de **ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA E OUTRO** e que tramita perante esse Juízo e Cartório, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, opor Vossa Excelência, opor **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** em face da v. decisão de Id.86b813a, com fundamento no art. 1.023, do Código de Processo Civil, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos.

DA DECISÃO EMBARGADA

Ao dar regular andamento ao feito, assim determinou este MM. Juízo:

DESPACHO

Ciência às partes do resultado negativo da tentativa de alienação do imóvel matrícula 70425 do 3º CRI Campinas.

Mantenha-se, por ora, a penhora.

Encaminhem-se os autos ao CEJUSC, para ratificação do acordo (Id 47ae94b), conforme determinado em Id 0e9aa45.

Após, voltem conclusos para prosseguimento.

CAMPINAS/SP, 16 de fevereiro de 2024

GILVANDRO DE LELIS OLIVEIRA
Juiz do Trabalho Substituto

PJe Assinado eletronicamente por: RODRIGO PARADELLA DE QUEIROZ - Juntado em: 27/02/2024 14:58:31 - 059f0cb

RODRIGO PARADELLA DE QUEIROZ
OAB/SP 289.936

Contudo, certamente pelos inúmeros peticionamento que sucederam, bem como a certidão de id.8f5b6ae, o que certamente o levou ao erro, deixou, data máxima vênia, de analisar a PROPOSTA CONDICIONAL DE ARREMATAÇÃO, **Id.f50cf11**, datada de 05 de outubro de 2023, reiterada no **Id.eb1c3d1**, em 06 de dezembro de 2023.

Em consequência, requer e espera a interessada na arrematação que sua proposta seja analisada e admitida por este Juízo, a fim de convalidar o intento na expropriação do bem por preço justo.

Termos em que, pede deferimento.
Campinas, 27 de fevereiro de 2024.

RODRIGO PARADELLA DE QUEIROZ
OAB/SP 289.936

Assinado eletronicamente por: RODRIGO PARADELLA DE QUEIROZ - Juntado em: 27/02/2024 14:58:31 - 059f0cb
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24022714582501700000222327052?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 24022714582501700000222327052

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (4)

DESPACHO

Petição **Id f50cf11:** Considerando que a hasta pública foi realizada em 21/09/2023, indefiro, por se tratar de proposta extemporânea, elaborada após o encerramento do certame, e em afronta ao artigo 895, incisos I e II do CPC.

Prossiga-se, conforme despacho anterior.

CAMPINAS/SP, 24 de abril de 2024

VINICIUS DE MIRANDA TAVEIRA
Juiz do Trabalho Substituto

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CEJUSC CAMPINAS - JT CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO
PROCESSO: ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (4)

Certifico o envio dos autos ao Cejusc.

Era o que me cumpria certificar.

CAMPINAS/SP, 02 de maio de 2024.

FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA
Servidor

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CEJUSC CAMPINAS - JT CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO
ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (4)

DESPACHO

Considerando que a atividade de conciliar as partes é das mais relevantes, porque implica na célere solução do processo e na verdadeira pacificação social, finalidade precípua do Poder Judiciário;

Considerando que a tentativa de conciliar as partes em conflito pode ocorrer em qualquer momento processual;

Considerando o Provimento GP-CR Nº 01 de 16 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a realização das audiências nas unidades judiciárias de 1º grau, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região;

Considerando a possibilidade de realização de audiências telepresenciais, híbridas ou presenciais no Cejusc (atentando-se para os processos que tramitam pelo Juízo 100% Digital);

Considerando, por fim, a existência de ferramenta eletrônica virtual gratuita, de amplo acesso, a qual permite a realização de videoconferências remotamente;

Designa-se audiência de tentativa de conciliação para o **dia 17/06/2024 16:32 horas, sala 2,** que será mediada pelo próprio Magistrado ou por servidor (a) qualificado(a) e por ele supervisionado(a), a ser realizada virtualmente ou, a critério das partes e advogados, presencialmente na cobertura do Fórum Trabalhista de Campinas, localizado na Avenida José de Souza Campos, 422.

Fica, desde já, deferida a participação das partes e patronos à distância, virtualmente, independente de manifestação nos autos, por intermédio da ferramenta ***Zoom***, disponível em versão para celular e para computador, sendo obrigatória a utilização da ferramenta para os processos que tramitam pelo Juízo 100% Digital.

A fim de possibilitar a efetiva participação, a(s) parte(s) e advogado(s) deverão seguir o seguinte tutorial básico:

1) Para o acesso através do aplicativo *Zoom Cloud Meeting:*

Utilizando-se o computador ou o celular, os participantes deverão acessar a sala virtual através do endereço eletrônico (*link*), que será disponibilizado nos autos através de certidão, em até 1 (um) dia antes da audiência.

Antes de permitir o acesso à sala virtual, caso o programa *Zoom Cloud Meeting* não esteja instalado no equipamento, será automaticamente disponibilizada a opção da sua instalação.

Destaca-se que no celular é necessário instalar o programa *Zoom*.

2) Para o acesso através dos navegadores de internet (somente para computadores):

Em não querendo ou não sendo possível a instalação do programa *Zoom*, os participantes poderão ingressar na sessão virtual utilizando o navegador de internet, acessando o endereço eletrônico que será disponibilizado, e clicando em "*ingresse a partir do seu navegador*"

No horário da audiência, deverão as partes acessar o *link* para ingressar no ambiente virtual da audiência.

Lembrar de habilitar câmera e áudio a fim de que sua participação possa ser o mais próximo possível do que ocorre em uma audiência presencial.

A título de princípio colaborativo, tendo em vista que não há equipamento suficiente para todos na Unidade e que alguns dos disponíveis não possuem condições técnicas hábeis a viabilizar a participação efetiva de todas as partes, **em caso de audiências híbridas as partes e/ou seus patronos que preferirem comparecer à audiência de forma presencial, deverão estar munidos de seu próprio computador ou telefone móvel com o programa *Zoom* devidamente instalado e acesso à internet para participar da audiência**, a fim de contribuir para o bom andamento dos trabalhos, evitando eventual redesignação.

Eventual participação a distância do mediador se dará excepcionalmente, mediante prévia autorização do Tribunal Regional do Trabalho por meio de procedimento específico (Proad).

PJe Assinado eletronicamente por: CAIO RODRIGUES MARTINS PASSOS - Juntado em: 06/05/2024 17:27:42 - 2cd0b43

A participação das partes e advogados é imprescindível, tanto para a tentativa de conciliação como para encaminhamentos que visem a efetividade e o trâmite do processo em tempo razoável, como preconizado pelo artigo 5 º inciso LXXVII da Constituição da República.

Independentemente da fase em que se encontrar o processo, a critério do Juízo de Origem, o não comparecimento injustificado de quaisquer das partes à audiência para tentativa de conciliação poderá ser considerado como ato atentatório à dignidade da Justiça, com as consequências previstas no art. 77, IV e §2º, CPC c/c 769, CLT, assim como nos termos do art. 17, Resolução Administrativa 04/2017, TRT 15ª Região.

Caso não apresentados, as partes deverão trazer seus cálculos de liquidação até a data da audiência. Ainda que já haja cálculos apresentados nos autos, as partes deverão trazê-los atualizados para a audiência, a fim de embasar e facilitar a negociação.

Ficam cientes as partes de que as decisões proferidas em audiência não serão objeto de posterior notificação, porque serão tidas como proferidas nos termos da Súmula 197, TST.

Devolvam-se os autos à Vara do Trabalho de origem onde aguardarão a audiência designada no Cejusc, devendo retornar oportunamente a essa Unidade.

Intimem-se as partes por meio de seus patronos, cientificando as pessoas jurídicas que deverão comparecer representadas por prepostos ou advogados habilitados a transigir, receber intimação e dar e receber quitação.

CAMPINAS/SP, 02 de maio de 2024

CAIO RODRIGUES MARTINS PASSOS
Juiz do Trabalho Substituto

Assinado eletronicamente por: CAIO RODRIGUES MARTINS PASSOS - Juntado em: 06/05/2024 17:27:42 - 2cd0b43
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A REGIAO:03773524000103
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24050211534688900000227999757?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 24050211534688900000227999757

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CEJUSC CAMPINAS - JT CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO
ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (4)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 2cd0b43 proferido nos autos.

DESPACHO

Considerando que a atividade de conciliar as partes é das mais relevantes, porque implica na célere solução do processo e na verdadeira pacificação social, finalidade precípua do Poder Judiciário;

Considerando que a tentativa de conciliar as partes em conflito pode ocorrer em qualquer momento processual;

Considerando o Provimento GP-CR Nº 01 de 16 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a realização das audiências nas unidades judiciárias de 1º grau, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região;

Considerando a possibilidade de realização de audiências telepresenciais, híbridas ou presenciais no Cejusc (atentando-se para os processos que tramitam pelo Juízo 100% Digital);

Considerando, por fim, a existência de ferramenta eletrônica virtual gratuita, de amplo acesso, a qual permite a realização de videoconferências remotamente;

Designa-se audiência de tentativa de conciliação para o **dia 17/06/2024 16:32 horas, sala 2,** que será mediada pelo próprio Magistrado ou por servidor (a) qualificado(a) e por ele supervisionado(a), a ser realizada virtualmente ou, a critério das partes e advogados, presencialmente na cobertura do Fórum Trabalhista de Campinas, localizado na Avenida José de Souza Campos, 422.

Fica, desde já, deferida a participação das partes e patronos à distância, virtualmente, independente de manifestação nos autos, por intermédio da

PJe Assinado eletronicamente por: CAIO RODRIGUES MARTINS PASSOS - Juntado em: 06/05/2024 17:28:42 - 741068a

ferramenta ***Zoom***, disponível em versão para celular e para computador, sendo obrigatória a utilização da ferramenta para os processos que tramitam pelo Juízo 100% Digital.

A fim de possibilitar a efetiva participação, a(s) parte(s) e advogado(s) deverão seguir o seguinte tutorial básico:

1) Para o acesso através do aplicativo *Zoom Cloud Meeting:*

Utilizando-se o computador ou o celular, os participantes deverão acessar a sala virtual através do endereço eletrônico (*link*), que será disponibilizado nos autos através de certidão, em até 1 (um) dia antes da audiência.

Antes de permitir o acesso à sala virtual, caso o programa *Zoom Cloud Meeting* não esteja instalado no equipamento, será automaticamente disponibilizada a opção da sua instalação.

Destaca-se que no celular é necessário instalar o programa *Zoom*.

2) Para o acesso através dos navegadores de internet (somente para computadores):

Em não querendo ou não sendo possível a instalação do programa *Zoom*, os participantes poderão ingressar na sessão virtual utilizando o navegador de internet, acessando o endereço eletrônico que será disponibilizado, e clicando em "*ingresse a partir do seu navegador*"

No horário da audiência, deverão as partes acessar o *link* para ingressar no ambiente virtual da audiência.

Lembrar de habilitar câmera e áudio a fim de que sua participação possa ser o mais próximo possível do que ocorre em uma audiência presencial.

A título de princípio colaborativo, tendo em vista que não há equipamento suficiente para todos na Unidade e que alguns dos disponíveis não possuem condições técnicas hábeis a viabilizar a participação efetiva de todas as partes, **em caso de audiências híbridas as partes e/ou seus patronos que preferirem comparecer à audiência de forma presencial, deverão estar munidos de seu próprio computador ou telefone móvel com o programa *Zoom* devidamente instalado e acesso à internet para participar da audiência**, a fim de contribuir para o bom andamento dos trabalhos, evitando eventual redesignação.

PJe Assinado eletronicamente por: CAIO RODRIGUES MARTINS PASSOS - Juntado em: 06/05/2024 17:28:42 - 741068a

Eventual participação a distância do mediador se dará excepcionalmente, mediante prévia autorização do Tribunal Regional do Trabalho por meio de procedimento específico (Proad).

A participação das partes e advogados é imprescindível, tanto para a tentativa de conciliação como para encaminhamentos que visem a efetividade e o trâmite do processo em tempo razoável, como preconizado pelo artigo 5 º inciso LXXVII da Constituição da República.

Independentemente da fase em que se encontrar o processo, a critério do Juízo de Origem, o não comparecimento injustificado de quaisquer das partes à audiência para tentativa de conciliação poderá ser considerado como ato atentatório à dignidade da Justiça, com as consequências previstas no art. 77, IV e §2º, CPC c/c 769, CLT, assim como nos termos do art. 17, Resolução Administrativa 04/2017, TRT 15ª Região.

Caso não apresentados, as partes deverão trazer seus cálculos de liquidação até a data da audiência. Ainda que já haja cálculos apresentados nos autos, as partes deverão trazê-los atualizados para a audiência, a fim de embasar e facilitar a negociação.

Ficam cientes as partes de que as decisões proferidas em audiência não serão objeto de posterior notificação, porque serão tidas como proferidas nos termos da Súmula 197, TST.

Devolvam-se os autos à Vara do Trabalho de origem onde aguardarão a audiência designada no Cejusc, devendo retornar oportunamente a essa Unidade.

Intimem-se as partes por meio de seus patronos, cientificando as pessoas jurídicas que deverão comparecer representadas por prepostos ou advogados habilitados a transigir, receber intimação e dar e receber quitação.

CAMPINAS/SP, 02 de maio de 2024

CAIO RODRIGUES MARTINS PASSOS
Juiz do Trabalho Substituto

Assinado eletronicamente por: CAIO RODRIGUES MARTINS PASSOS - Juntado em: 06/05/2024 17:28:42 - 741068a
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A REGIAO:03773524000103
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24050617274311000000228327050?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 24050617274311000000228327050

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CEJUSC CAMPINAS - JT CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO
PROCESSO: ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (4)

NOTIFICAÇÃO

EMERSON VIDA DA SILVA
RUA OITO ALAMEDA DO IPE ROXO, QD U LT5 FAZ 2 MARIAS, DUAS MARIAS, MONTE ALEGRE DO SUL/SP - CEP: 13820-000

Fica V. Sa. notificada do despacho proferido neste processo designando a audiência de tentativa de conciliação para o **dia 17/06/2024 16:32 horas, sala 2.**

O inteiro teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24050211534688900000227999757?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO COM_AR).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CEJUSC CAMPINAS - JT CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO
PROCESSO: ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (4)

NOTIFICAÇÃO

WALMIR VIDA DA SILVA
Rua Groeningen, 51, Nova Holanda, HOLAMBRA/SP - CEP: 13825-000

Fica V. Sa. notificada do despacho proferido neste processo designando a audiência de tentativa de conciliação para o **dia 17/06/2024 16:32 horas, sala 2.**

O inteiro teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24050211534688900000227999757?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO COM_AR).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CEJUSC CAMPINAS - JT CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO
PROCESSO: ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (4)

NOTIFICAÇÃO

MILTON VIDA DA SILVA
BARATA RIBEIRO, 50, APTO 121, VILA ITAPURA, CAMPINAS/SP - CEP: 13023-030

Fica V. Sa. notificada do despacho proferido neste processo designando a audiência de tentativa de conciliação para o **dia 17/06/2024 16:32 horas, sala 2.**

O inteiro teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24050211534688900000227999757?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO COM_AR).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CEJUSC CAMPINAS - JT CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO
PROCESSO: ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (4)

NOTIFICAÇÃO

E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA - EPP
AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO, 543, JARDIM CAMPOS ELISEOS, CAMPINAS/SP - CEP: 13060-858

Fica V. Sa. notificada do despacho proferido neste processo designando a audiência de tentativa de conciliação para o **dia 17/06/2024 16:32 horas, sala 2.**

O inteiro teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24050211534688900000227999757?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO COM_AR).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CEJUSC CAMPINAS - JT CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO
PROCESSO: ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (4)

LINK PARA ACESSO À AUDIÊNCIA - FERRAMENTA ZOOM

Certifico que a audiência de tentativa de conciliação designada poderá ser acessada por intermédio da ferramenta **ZOOM**.

O link para acesso segue abaixo:

https://trt15-jus-br.zoom.us/j/87683045371?pwd=UUg4RlBGQW4yYVdNSjRXMC9qMDFXZz09

Para ingressar na sala virtual será necessário se identificar e fornecer os seguintes dados, **se solicitado**:

ID da reunião: 876 8304 5371

Senha de acesso: 843100

CAMPINAS/SP, 06 de junho de 2024.

MARIA ROBERTA SOARES DO NASCIMENTO
Secretário de Audiência

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CEJUSC CAMPINAS - JT Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas da Justiça do Trabalho
ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
RECLAMANTE: NATALIA GAMA CRUZ
RECLAMADO(A): ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (5)

TERMO DE MEDIAÇÃO JUDICIAL

CEJUSC-JT 1º GRAU CAMPINAS

12ª Vara do Trabalho de Campinas

PROCESSO Nº.0010396-28.2019.5.15.0131

AUTOR(ES): NATALIA GAMA CRUZ

RÉU(S): ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA

RÉU(S): E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA - EPP

RÉU(S): MILTON VIDA DA SILVA

RÉU(S): WALMIR VIDA DA SILVA

RÉU(S): EMERSON VIDA DA SILVA

Fase do Processo: *( ) Conhecimento ( ) Liquidação (X) Execução*

Modalidade: *( ) Físico (X) Eletrônico "Pje/Migrado"*

Em **17/06/2024**, no CEJUSC-JT 1º GRAU CAMPINAS, situado à Avenida José de Souza Campos, nº 422, cobertura do Fórum Trabalhista de Campinas, de forma presencial /no ambiente virtual do TRT 15ª REGIÃO, sob a responsabilidade do(a) Exmo(a) Juiz(a) **Dr.(a) Caio Rodrigues Martins Passos**, ora atuando como Mediadora, **Maria Roberta Soares do Nascimento**, ocorre a presente audiência de mediação e tentativa de conciliação e/ou homologação de acordo, com encaminhamento do feito.

PJe Assinado eletronicamente por: CAIO RODRIGUES MARTINS PASSOS - Juntado em: 17/06/2024 17:38:59 - 69c220e

Presente(s) o/a(s) reclamante(s)/exequente(s) **NATALIA GAMA CRUZ - CPF: 313.210.128-10** e presente seu/sua(s) advogado/a(s) Dr.(a) **VITOR MANFREDINI**, OAB /SP n.**390.855**.

Presente(s) o/a(s) reclamado/a(s)/executado/a(s) **ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - CNPJ: 45.779.006/0001-47**, representado/a(s) pelo/a(s) (sócio/a(s) /preposto/a(s)/proprietário/a(s)) Sr.(a) **LARISSA VIDA DA SILVA**, RG/CPF: **25748083-3**, e presente(s) seu(s)/sua(s) advogado/a(s), Dr.(a) **ANA PAULA MASCARO TEIXEIRA ALVES,** OAB/SP n.**196.406**.

Ausente(s) o/a(s) reclamado/a(s)/executado/a(s) **E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA - EPP - CNPJ: 09.462.901/0001-70**, e ausente(s) seu(s)/sua(s) advogado/a (s).

Ausente(s) o/a(s) reclamado/a(s)/executado/a(s) **MILTON VIDA DA SILVA - CPF: 045.451.848-04**, e ausente(s) seu(s)/sua(s) advogado/a(s).

Ausente(s) o/a(s) reclamado/a(s)/executado/a(s) **WALMIR VIDA DA SILVA - CPF: 098.995.108-15**, e ausente(s) seu(s)/sua(s) advogado/a(s).

Ausente(s) o/a(s) reclamado/a(s)/executado/a(s) **EMERSON VIDA DA SILVA - CPF: 158.424.768-19**, e ausente(s) seu(s)/sua(s) advogado/a(s).

Juntada de documentos:

Fica deferido, desde já, o prazo de **05 (cinco)** dias para juntada de quaisquer documentos de representação que se fizerem necessários, por **quaisquer das partes**, tais como carta de preposição, substabelecimento, procuração, contrato social e estatuto constitutivo.

CONCILIADOS

Após esclarecimentos e ampla negociação com a mediação do(a) servidor(a) qualificado(a) acima, as partes celebram o seguinte acordo, que submetem à homologação:

A parte reclamante esteve presente na audiência realizada, declarando estar ciente dos termos do acordo e ratificando-o expressamente.

DEFINIÇÃO DO ACORDO

A parte reclamada **ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - CNPJ:45.779.006 /0001-47** pagará à parte reclamante a **importância LÍQUIDA TOTAL de R$40.000,00 (quarenta mil reais), em 18 parcelas**, sendo as **10 primeiras** parcelas no valor de **R$2.000,00,** e as **08** parcelas **subsequentes** no valor de **R$2.500,00,** vencíveis para todo dia **28** ou no primeiro dia imediato quando este recair em sábado, domingo ou feriado, iniciando-se no mês de **setembro** de 20**23** e as demais em cada mês subsequente, através de depósito bancário na conta-corrente do(a) patrono(a) da parte autora, cujos dados constam da petição de acordo.

A reclamante informa que já recebeu **09** parcelas do acordo.

QUITAÇÃO

A parte reclamante, uma vez cumpridas as obrigações avençadas, dá plena e geral quitação quanto ao objeto do presente processo **e eventuais direitos oriundos do extinto contrato de trabalho ou da extinta relação jurídica havida entre a parte autora e a(s) reclamada(s) supracitada(s) neste acordo,** tendo plena ciência da quitação ofertada e dos efeitos daí advindos.

MULTA

Em caso de inadimplência total ou parcial, bem como para o caso de atraso em quaisquer das parcelas, a parte reclamada responderá pelo pagamento de multa no importe de **50%** sobre o saldo remanescente do acordo a partir de sua inadimplência ou atraso, com vencimento antecipado das parcelas vincendas.

HOMOLOGAÇÃO

Homologa-se o acordo para que surta seus jurídicos e legais efeitos, especialmente em relação à forma de pagamento, multa e abrangência da quitação.

DISCRIMINAÇÃO DAS VERBAS

Desnecessária a discriminação das verbas, ante a existência de cálculos já homologados. Assim, a base de cálculo para apuração do valor devido a título de previdência social/IR é proporcional **ao valor do acordo firmado entre as partes,** levando-se em conta **a decisão** de **fls./ID.30dcbab** (OJ. 376, SDI-1, C. TST).

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Contribuições previdenciárias, deverão ser comprovadas nos autos 60 dias após o pagamento integral do acordo ou da presente data, se já quitado, sob pena de execução. No mesmo prazo, deverá a parte reclamada comprovar nos autos, sob pena de preclusão, sua eventual opção pelo SIMPLES.

CONTRIBUIÇÕES FISCAIS - (IR)

PJe Assinado eletronicamente por: CAIO RODRIGUES MARTINS PASSOS - Juntado em: 17/06/2024 17:38:59 - 69c220e

Não são devidas contribuições fiscais, nos termos das Instruções Normativas n.º 1500 /2014, com as pertinentes alterações, e 1127/2010, ambas da Secretaria da Receita Federal.

CUSTAS

Custas já fixadas ficam a cargo da parte reclamada, que deverá recolher ou comprovar que já o fez no prazo de 30 dias após o pagamento integral do acordo ou da presente data, se já quitado, sob pena de execução.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Decorridos **05** dias após o pagamento integral do acordo ou da presente data, se já quitado, sem que haja qualquer provocação da parte demandante e nada mais havendo, serão os autos remetidos ao arquivo.

No inadimplemento da obrigação e para fins do art. 878 da CLT, fica a parte reclamada ciente de que não será novamente intimada/citada para o pagamento do débito, tendo em vista que conhece o valor a ser quitado. Será presumida a sua insolvência, com a consequente inserção de seus nomes no BNDT, independentemente de nova ciência. Serão, igualmente, realizados os demais atos necessários à efetiva constrição de bens, reprise-se, independentemente de nova ordem ou despacho, porque de todas as consequências de seu inadimplemento a devedora está ciente e com elas concorda.

Responderá a parte reclamante, nos autos desse próprio processo, pelos prejuízos que causar à parte reclamada, em razão da execução das medidas em comento, na hipótese de noticiar incorretamente o descumprimento do acordo.

HONORÁRIOS PERICIAIS

Considerando a necessidade de parcelamento requerida pela reclamada e visando o incentivo à composição, vez que a reclamante ratificou o acordo em relação ao seu crédito líquido e à forma de pagamento, honorários periciais **contábeis já fixados em sentença,** a cargo da parte reclamada, que providenciará a transferência/depósito diretamente ao perito, caso exista a informação da conta bancária deste nos autos, não havendo, a parte devedora concorda em quitá-los **em 05 parcelas,** sendo a **primeira no prazo de 30 dias**, após o pagamento integral do acordo feito com a reclamante ou da presente data, se já quitado, e as demais em cada mês subsequente, sob pena de execução. Cumprido, **LIBERE-SE** ao Sr. Expert.

COMISSÃO LEILOEIRO

Considerando a necessidade de parcelamento requerida pela reclamada e visando o incentivo à composição, vez que a reclamante ratificou o acordo em relação ao seu crédito líquido e à forma de pagamento, a comissão do Leiloeiro **já fixados no despacho ID.0e9aa45,** a cargo da parte devedora, que providenciará a transferência /depósito diretamente ao leiloeiro, caso exista a informação da conta deste nos

PJe Assinado eletronicamente por: CAIO RODRIGUES MARTINS PASSOS - Juntado em: 17/06/2024 17:38:59 - 69c220e

autos, não havendo, a parte devedora deverá quitá-los nos autos **em 05 parcelas,** sendo a **primeira no prazo em 30 dias**, após o pagamento integral do acordo feito com a reclamante, e as demais em cada mês subsequente, sob pena de execução. Cumprido, **LIBERE-SE** ao Sr. Leiloeiro.

LIBERAÇÃO DE BEM(BENS)

Após a quitação do acordo e cumpridos os prazos acima, providencie a Secretaria da vara de origem a liberação dos bloqueios/penhoras relacionados a estes autos. **Providencie a secretaria/assessoria correspondente.**

SUSPENSÃO - RECLAMADA

Fica suspenso o feito em face das demais reclamada(s) até o cumprimento integral do acordo.

Em caso de descumprimento do acordo, a responsabilidade das demais reclamada(s) será analisada nos autos, se ainda não definida pelo juízo da origem.

Desnecessária a intimação da União em face do valor das contribuições previdenciárias ser inferior a R$40.000,00, nos termos da Portaria PGF/AGU nº 47 /2023.

Após o cumprimento da avença, reputo extinta a execução, com fulcro no inciso II do **art..924** do Código de Processo Civil.

Decorridos os prazos supra e nada mais havendo, arquivem-se.

Cientes os presentes, tendo realizado a leitura da ata durante esta sessão.

Prestação Jurisdicional entregue.

Devolvam-se os autos à Secretaria atentando-se para o cumprimento do Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT nº 2 e 3 de maio de 2019 que acrescentou o art. 2º -B no Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT nº 1 de maio de 2018, servindo a presente ata como despacho, nos termos do artigo 15 da Ordem de Serviço CR-NUPEMEC nº 01/2021.

"JTe ***- APLICATIVO JUSTIÇA DO TRABALHO ELETRÔNICA*** *- Acompanhe o andamento das pautas de audiência, inicie chat com outros usuários da ferramenta, verifique a tramitação, consulte decisões e sentenças e até selecione processos favoritos para recebimento de notificações acerca da movimentação. Frisa-se, porém, que as consultas realizadas pelo aplicativo* **JTe** *possuem caráter meramente informativo, não substituindo as intimações realizadas no PJe, nem ocasionando início da contagem de prazos processuais.***" *[Disponível** *tanto para* ***Iphone,*** *quanto para* ***Android].***

CAIO RODRIGUES MARTINS PASSOS
Juiz(a) do Trabalho

PJe Assinado eletronicamente por: CAIO RODRIGUES MARTINS PASSOS - Juntado em: 17/06/2024 17:38:59 - 69c220e

Ata redigida por *DAVI DE MATOS CARDOSO ARAUJO*, *Secretário(a) de Audiência.*

Assinado eletronicamente por: CAIO RODRIGUES MARTINS PASSOS - Juntado em: 17/06/2024 17:38:59 - 69c220e
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24061717361707600000231969194?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 24061717361707600000231969194

ADVOCACIA MANFREDINI

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

Processo n. **0010396-28.2019.5.15.0131**

NATALIA GAMA DA CRUZ, devidamente qualificada nos autos, por seu procurador que esta subscreve, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, expor e requerer o que segue.

Houve acordo entre as partes, que fora reafirmado em audiência de conciliação.

Pagamento de R$ 40.000,00 em 10 parcelas mensais e consecutivas de R$ 2.000,00 + 8 parcelas de R$ 2.500,00.

A Reclamada havia pago até a data da audiência 9 parcelas.

Ocorre que, ficou sem pagar os meses de junho e julho.

Foi acordado novo parcelamento das parcelas atrasadas, + continuação dos pagamentos mensais vincendos.

A Reclamada pagou apenas uma das parcelas atrasadas, em 4 parcelas de R$ 500,00 por semana.

Ainda existe uma parcela em atraso + a parcela que venceu de agosto.

Fone (19) 9 9607-6677 - E-mail: vitor_manfredini@hotmail.com

PJe Assinado eletronicamente por: VITOR MANFREDINI - Juntado em: 02/09/2024 14:37:02 - 538dfda

Após inúmeras tentativas de negociação e novos parcelamentos para a Reclamada, ficou claro que esta não irá realizar os pagamentos corretamente, bem como não informou nenhuma forma de pagamento das parcelas em atraso e das parcelas vincendas.

Isto posto, é a presente para informar que o acordo foi descumprido pela Reclamada, houve o pagamento total de R$ 20.000,00, restando outros R$ 20.000,00 em aberto.

Requer a aplicação da multa de 50% estipulada em acordo, vencimento antecipado das demais parcelas, e reabertura da execução forçada nos autos, onde já se encontra penhorado imóvel.

Valor do débito aberto de R$ 30.000,00, que devem ser pagos com juros e correção monetária até final quitação.

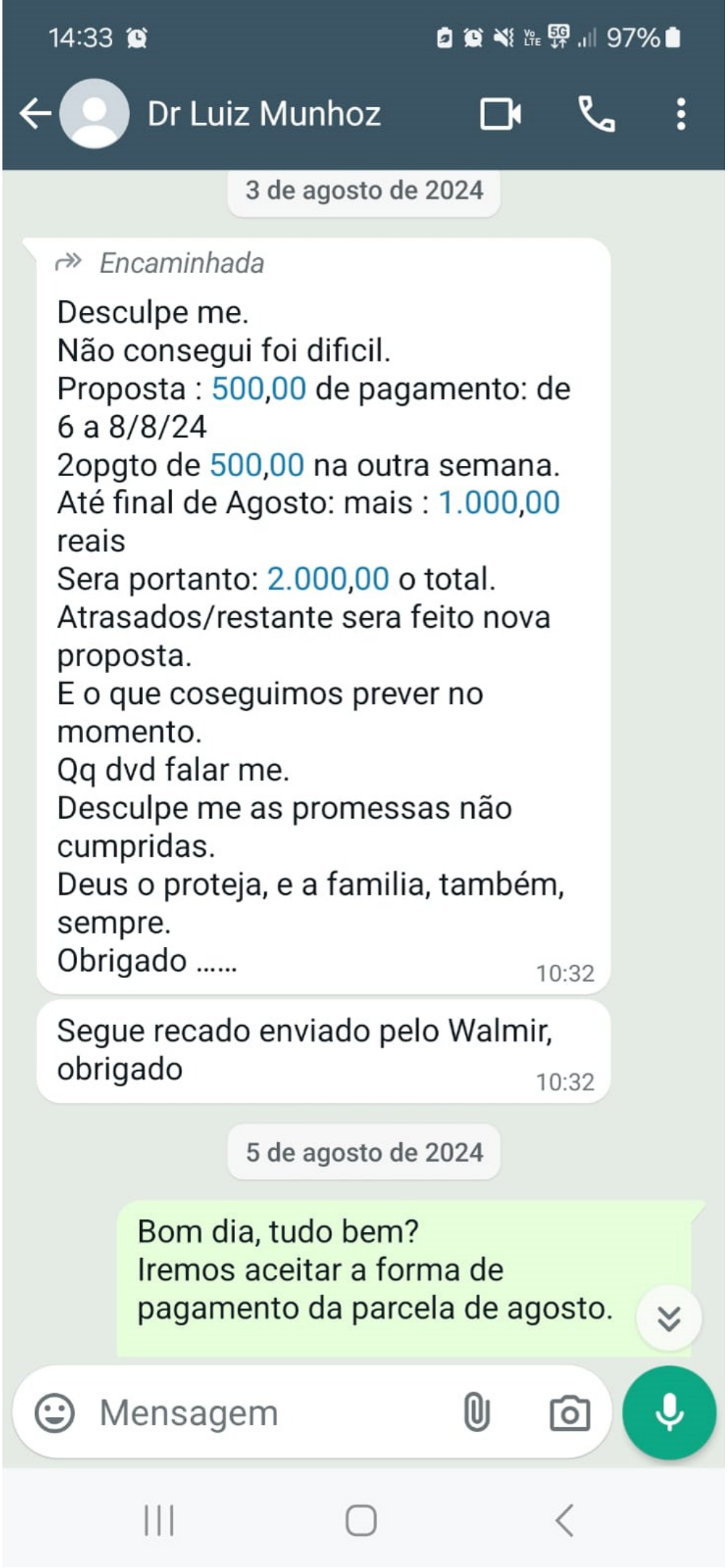
Termos em que,
Pede Deferimento.
Campinas, 02 de setembro de 2024.

VITOR MANFREDINI
OAB/SP 390.855

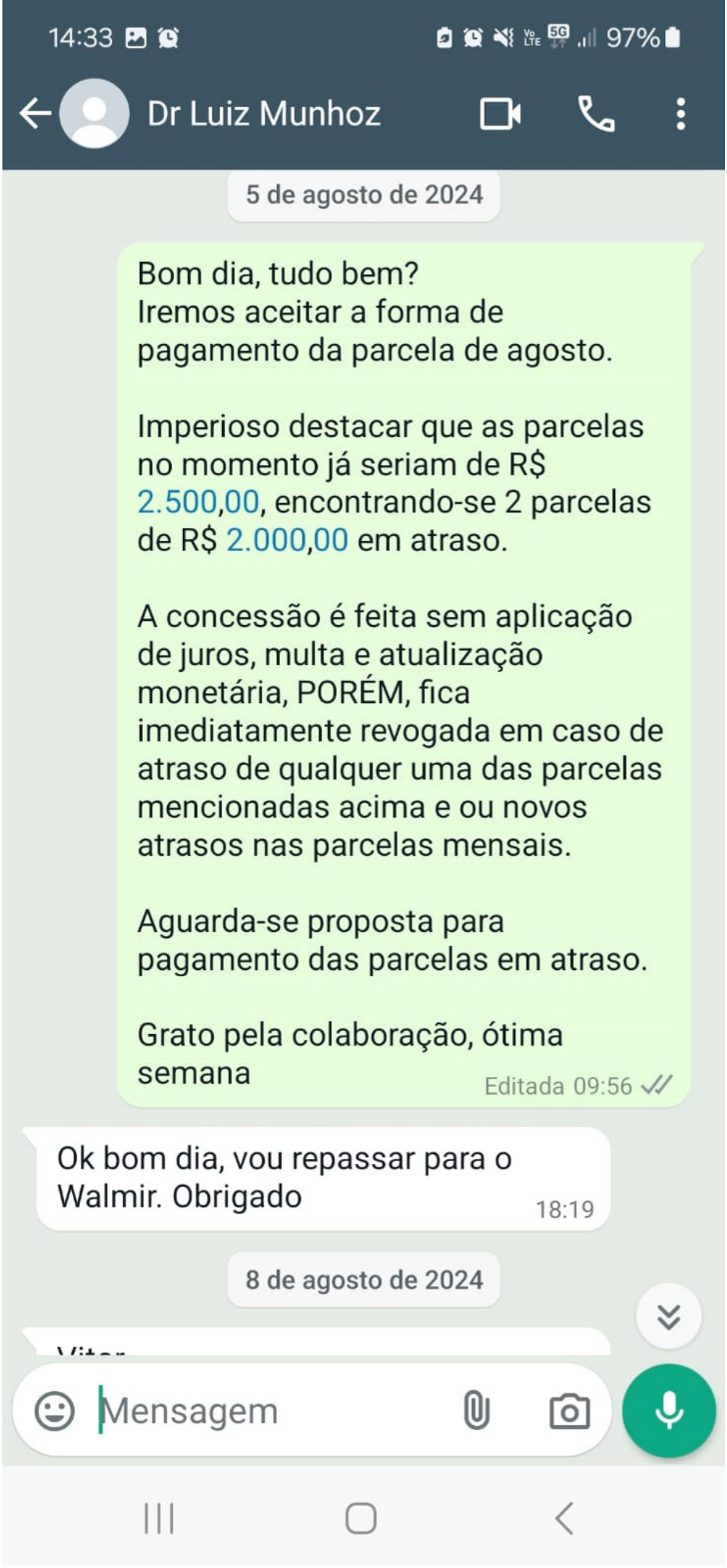
PJe Assinado eletronicamente por: VITOR MANFREDINI - Juntado em: 02/09/2024 14:37:02 - 538dfda

Fone (19) 9 9607-6677 - E-mail: vitor_manfredini@hotmail.com

Assinado eletronicamente por: VITOR MANFREDINI - Juntado em: 02/09/2024 14:37:02 - 538dfda
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24090214361827700000238536791?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 24090214361827700000238536791



Assinado eletronicamente por: VITOR MANFREDINI - Juntado em: 02/09/2024 14:37:02 - 875a17d



Assinado eletronicamente por: VITOR MANFREDINI - Juntado em: 02/09/2024 14:37:02 - 875a17d



Assinado eletronicamente por: VITOR MANFREDINI - Juntado em: 02/09/2024 14:37:02 - 875a17d
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24090214363536000000238536838?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 24090214363536000000238536838

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO I DE CAMPINAS
ATSum 0010964-61.2020.5.15.0114
AUTOR: AMANDA GRECCO MOURA
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (2)

DESPACHO

Da consulta do sistema interno do ExePje, verifica-se que há execução mais avançada em face da executada nos autos 0011243-36.2019.5.15.0032, 0011876.63.2016.5.15.0093 e 0010396-28.2019.5.15.0131.

Assim, solicite-se a reserva de crédito, nos termos da OS CR nº 09/2018 deste Tribunal, bem como com aparo nos artigos 765 e 878 da Consolidação das Leis do Trabalho e no artigo 5º, II, Provimento 10/2018 deste Tribunal.

Deverá a Secretaria juntar cópia deste despacho nos autos 0011243-36.2019.5.15.0032, 0011876.63.2016.5.15.0093 e 0010396-28.2019.5.15.0131, que servirá como **ofício** para reserva de numerário, nos termos da ORDEM DE SERVIÇO CR Nº 9/2018

- **Valor total da execução: R$ 2.668,21, em 31/10/2024.**

O formato de agrupamento de execuções está amparado nos artigos 765 e 878 da Consolidação das Leis do Trabalho, no Ato Regulamentar GP-CR N. 002/2018, no art. 3º da PROVIMENTO GP-CR Nº 10 /2018 e na Recomendação GP-CR nº 08/2014 deste Tribunal, posto que em consonância com o poder de cautela do Juiz, bem como aos princípios do aproveitamento dos atos processuais e da celeridade processual, assegurando a tramitação do processo em tempo razoável, como preconizado pelo artigo 5º, inciso LXXVIII, da Constituição da República.

Tudo com vistas a uniformizar os procedimentos de execução, a fim de evitar a repetição de atos processuais e a provocação de reiterados pedidos/incidentes pelas partes sobre a mesma matéria.

Estes autos ficarão SOBRESTADOS POR 02 ANOS, aguardando a regular tramitação do processo em que houve a reserva.

PJe Assinado eletronicamente por: ERICA KAZUMI NAKAMURA - Juntado em: 19/11/2024 19:54:18 - 619905f
PJe Assinado eletronicamente por: THELMA ZAMBROTI RODRIGUES - Juntado em: 22/11/2024 15:41:43 - 65b6f6b

Caso negativa a reserva, por insuficiência de valores a serem destinados a este trabalhador ou por acordo no outro processo que não contemple este processo, deverá o exequente informar imediatamente para prosseguimento.

Intimem-se.

CAMPINAS/SP, 19 de novembro de 2024

ERICA KAZUMI NAKAMURA
Juíza do Trabalho Substituta

Assinado eletronicamente por: ERICA KAZUMI NAKAMURA - Juntado em: 19/11/2024 19:54:18 - 619905f
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24111910385932000000245525065?instancia=1
Número do processo: 0010964-61.2020.5.15.0114
Número do documento: 24111910385932000000245525065

Assinado eletronicamente por: THELMA ZAMBROTI RODRIGUES - Juntado em: 22/11/2024 15:41:43 - 65b6f6b
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24112215414349100000245870593?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 24112215414349100000245870593

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (4)

DESPACHO

Vistos, etc.

Informa o reclamante, em Id 538dfda, o descumprimento do acordo homologado em 17/06/2024, requerendo o prosseguimento da execução no valor remanescente de R$30.000,00, válido para 02/09/2024.

Defiro.

Prossiga-se com a expropriação do imóvel penhorado nos autos, matrícula 70425 do 3º CRI de Campinas. de propriedade de WALMIR VIDA DA SILVA.

Considerando que a última avaliação foi realizada há mais de 2 (dois) anos, expeça-se mandado de reavaliação.

Cumprido, voltem conclusos para prosseguimento.

Ciência às partes.

Cumpra-se. Intimem-se.

CAMPINAS/SP, 26 de novembro de 2024

VINICIUS DE MIRANDA TAVEIRA
Juiz do Trabalho Substituto

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (4)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 4bd0b6b proferido nos autos.

DESPACHO

Vistos, etc.

Informa o reclamante, em Id 538dfda, o descumprimento do acordo homologado em 17/06/2024, requerendo o prosseguimento da execução no valor remanescente de R$30.000,00, válido para 02/09/2024.

Defiro.

Prossiga-se com a expropriação do imóvel penhorado nos autos, matrícula 70425 do 3º CRI de Campinas. de propriedade de WALMIR VIDA DA SILVA.

Considerando que a última avaliação foi realizada há mais de 2 (dois) anos, expeça-se mandado de reavaliação.

Cumprido, voltem conclusos para prosseguimento.

Ciência às partes.

Cumpra-se. Intimem-se.

CAMPINAS/SP, 26 de novembro de 2024

VINICIUS DE MIRANDA TAVEIRA
Juiz do Trabalho Substituto

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (4)

MANDADO DE REAVALIAÇÃO

DESTINATÁRIO:

WALMIR VIDA DA SILVA
Endereço: RUA MANOEL FERNANDES DIAS, 170, JARDIM NOVO CAMPOS ELISEOS, CAMPINAS/SP - CEP: 13060-110

O(A) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho, VINICIUS DE MIRANDA TAVEIRA, MANDA ao(à) Oficial(a) de Justiça que, à vista do presente e em seu cumprimento proceda à **REAVALIAÇÃO** do(s) bem(ns) penhorado(s) no precitado feito, no auto de penhora (id: 56d83bc) datado de 21/02/2022, assim descrito(s): IMÓVEL MATRÍCULA 70425 - 3º CRI CAMPINAS (Id ddb724d), localizado no endereço indicado no campo "DESTINATÁRIO", avaliado(s) em R$400.000,00 em 09/03/2022 (id: d1366c8), de propriedade do(a) executado(a) WALMIR VIDA DA SILVA, CPF: 098.995.108-15.

Deverá também o(a) Oficial(a) de Justiça Avaliador(a) certificar no auto de reavaliação o atual estado de conservação e/ou de funcionamento dos bens supra detalhados.

Deverá ser informado, ainda, o valor das custas dos atos do Oficial de Justiça, sendo R$11,06 (se área urbana) ou R$22,13 (se área rural).

Autoriza-se, desde logo, que o(a) oficial(a) de justiça avaliador(a) se valha das prerrogativas previstas nos artigos 212, 249, 252, 253, 845 e 846, caput e § 2º, do CPC, autorizado o arrombamento e a requisição de força policial com a mera apresentação deste à autoridade policial. Havendo necessidade de remoção, nas hipóteses da parametrização, fica desde já autorizada a conclusão do ato iniciado durante o dia após as 20h, na forma do § 1º do art. 212.

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei.

PJe Assinado eletronicamente por: FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA - Juntado em: 10/12/2024 13:28:15 - 1568d57

Este é assinado pelo(a) servidor(a), de ordem do(a) MM. Juiz(a) do Trabalho, nos termos do artigo 250, inciso VI, do CPC.

Valide aqui
a certidão.

CNM 113274.2.0070425-32

MATRÍCULA 70425 | FOLHA 1

3.o CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CAMPINAS - SP

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL

IMOVEL:- Lote de terreno sob nº 11, da quadra 51, do loteamento denominado NOVO CAMPOS ELISIOS, tendo as seguintes medidas, mais ou menos e confrontações: faz frente - para a rua 48, para a qual mede 37,00ms em curva, de um- lado confronta com o lote 12, onde mede 26,15ms, de ou-- tro lado com os lotes 10, 9 e 8, onde mede 25,80ms, nos- fundos forma vértice, tendo a area de 350,00ms2.- CC: -- 043.009.000.- PROPRIETÁRIA:- COMPANHIA MELHORAMENTOS DE= CAMPINAS S/A, com sede em São Paulo, Capital, à rua Boa- Vista nº 84, 3º andar, inscrita no CGC sob nº - - - - -- 61.472.429/0001-76.- TITULO AQUISITIVO:- Transc. nº15.677 deste cartorio.- Campinas, 09 de janeiro de 1984.- O OFICIAL .- *Maria Silvia Siqueira de Carvalho*
Oficial Maior

R.1.- Em 09 de janeiro de 1984.- Pela escritura de 21/9/ 83, do 1º tab. local (Lº 930, fls 68), a proprietária -- acima qualificada, VENDEU o imovel objeto da presente -- matricula, à ELISABETH AMARAL DA SILVA, brasileira, professora, RG. nº 6.031.542-SP, CIC nº 139.407.408/53, casada com WALMIR VIDA DA SILVA, sob o regime de comunhão- de bens, antes da.lei 6515/77, residente nesta cidade, à rua Sinésio de Mello e Oliveira, nº 147, pelo preço de - Cr$ 500.000,00.- A ESC. .-
LILIANE MARIA MENINGRONI
Escrevente Autorizado

vide verso

Valide a certidão clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/29ZQU-3VJQK-8JLV6-YSEWE
Documento assinado digitalmente www.registradores.onr.org.br
SREC Serviço de Atendimento Eletrônico Compartilhado
PJe Assinado eletronicamente por: MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS - Juntado em: 23/06/2023 18:00:58 - ddb724d
PJe Assinado eletronicamente por: FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA - Juntado em: 10/12/2024 13:28:15 - 597877a

Valide aqui a certidão.

CNM 113274.2.0070425-32

MATRÍCULA 70425 | FOLHA 01 VERSO

Av.02 - em 03 de março de 2022 - **PENHORA**
Pela Certidão de Penhora PH000404344 emitida em 21/02/2022, pelo CENTRAL DE MANDADOS DE CAMPINAS-SP - TRT da 15ª Região, extraída dos autos de Execução Trabalhista, processo nº 00103962820195150131, figurando como exequente (s) **NATALIA GAMA CRUZ,** inscrito(a) no CPF/MF nº **313.210.128-10,** e como executado (a)(s) **MILTON VIDA DA SILVA,** inscrito(a) no CPF/MF nº **045.451.848-04, E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EPP,** inscrito(a) no CNPJ nº **09.462.901/0001-70, WALMIR VIDA DA SILVA,** inscrito(a) no CPF/MF nº **098.995.108-15, ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA.,** inscrito(a) no CNPJ nº **45.779.006/0001-47,** e **EMERSON VIDA DA SILVA,** inscrito(a) no CPF/MF nº **158.424.768-19,** o imóvel objeto desta matrícula, foi PENHORADO para garantia da execução da dívida no valor de **R$32.720,53 (trinta e dois mil e setecentos e vinte reais e cinqüenta e três centavos),** sendo nomeado (a) como depositário (a) **WALMIR VIDA DA SILVA.** Pela R.Decisão do Juízo datada de 17/02/2020, foi determinada a penhora de fração superior à pertencente ao co-executado. Beneficiário (a)(s) da Assistência Judiciária Gratuita. Prenotação: 690.365 em 22/02/2022. Selo Digital: 1132743E10000000603627228. Eu _____, Leandro José da Silva - Escrevente.

O ATO ACIMA É O ÚLTIMO PRATICADO NESTA MATRÍCULA

CERTIFICO, que o imóvel objeto da presente cópia da Matrícula nº 70425 tem a sua situação com referência a alienação e constituições de ônus reais, ações reais ou pessoais reipersecutórios, integralmente noticiadas na presente. Extraída sob a forma de documento eletrônico mediante processo de certificação digital disponibilizada pela ICP – Brasil, nos termos da Medida Provisória n 2.200-2 de 24 de agosto de 2001, devendo para validade ser conservada em meio eletrônico, bem como comprovada a autoria e integridade. Abrangendo a presente, apenas as mutações ocorridas até o dia útil imediatamente anterior a data da sua expedição. Dou fé, data abaixo indicada. Anderson Aparecido Furlane Poiati - Escrevente

Campinas - SP, quinta-feira, 22 de junho de 2023 — Selo Digital: 1132743E10000000010045233

Ao Oficial.:	R$ 0,00
Ao Estado.:	R$ 0,00
Ao Sec.Fazenda.:	R$ 0,00
Ao Reg. Civil.:	R$ 0,00
Ao Trib. Just.:	R$ 0,00
Ao Iss.:	R$ 0,00
Ao Fedmp.:	R$ 0,00
Total.:	R$ 0,00

Protocolo: 656227
Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico https://selodigital.tjsp.jusbr

Valide a certidão clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/29ZQU-3VJQK-8JLV6-YSEWE

Documento assinado digitalmente www.registradores.onr.org.br

saec Serviço de Atendimento Eletrônico Compartilhado

Assinado eletronicamente por: MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS - Juntado em: 23/06/2023 18:00:58 - ddb724d
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23062318005721100000205156807?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 23062318005721100000205156807

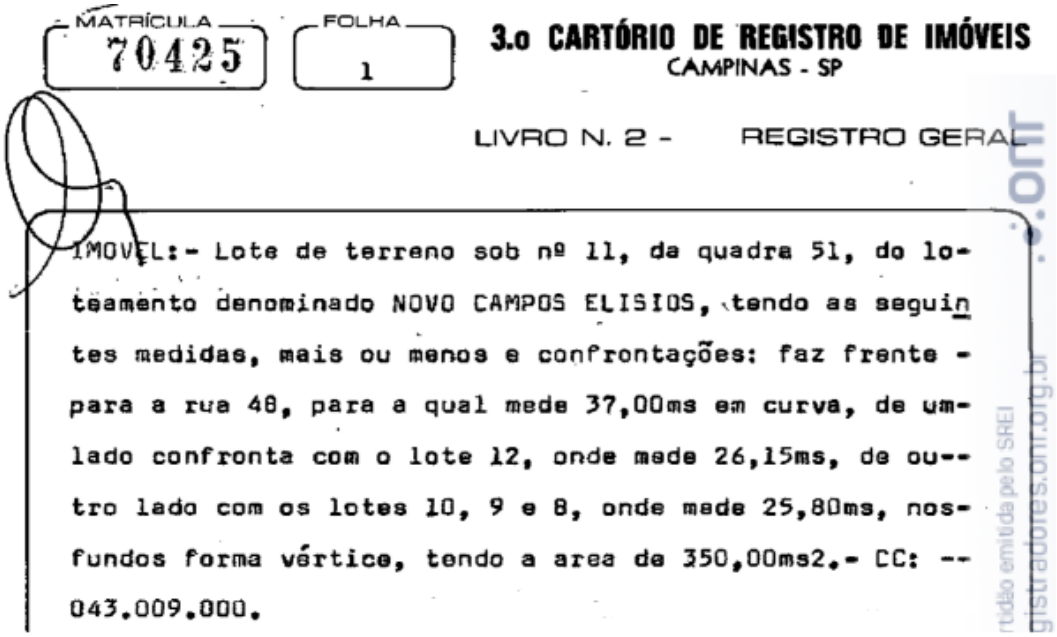
Assinado eletronicamente por: FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA - Juntado em: 10/12/2024 13:28:15 - 597877a
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24121013281364600000247404953?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 24121013281364600000247404953

JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CENTRAL DE MANDADOS DE CAMPINAS

12ª Vara do Trabalho de Campinas
Processo nº 0010396-28.2019.5.15.0131
Exequente: Natalia Gama Cruz
Executado/Destinatário: Walmir Vida da Silva
Mandado PJE Id nº 1ea2636
Endereço da diligência: Rua Manuel Fernandes Dias, 170, Jardim Novo Campos Elíseos, Campinas/SP
Valor da execução: R$ 32.720,53 (atualizado até 25/07/2021)

AUTO DE AVALIAÇÃO

Aos **09 (nove)** dias do mês de **março** do ano de **dois mil e vinte e dois**, eu, Oficial de Justiça Avaliadora Federal subscrita, em cumprimento ao r. Mandado, passado a favor de NATALIA GAMA CRUZ, exequente, contra WALMIR VIDA DA SILVA + 4, executado, depois de preenchidas as formalidades legais, **procedi à avaliação do imóvel sob matrícula 70.425 do 3º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas, penhorado a termo**, com as seguintes características:



MATRÍCULA 70425 — FOLHA 1

3.o CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CAMPINAS - SP

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL

IMOVEL:- Lote de terreno sob nº 11, da quadra 51, do loteamento denominado NOVO CAMPOS ELISIOS, tendo as seguintes medidas, mais ou menos e confrontações: faz frente - para a rua 48, para a qual mede 37,00ms em curva, de um- lado confronta com o lote 12, onde mede 26,15ms, de ou-- tro lado com os lotes 10, 9 e 8, onde mede 25,80ms, nos- fundos forma vértice, tendo a area de 350,00ms2.- CC: -- 043.009.000.

rtidão emitida pelo SREI
gistradores.org.br

AVALIAÇÃO: avalio o bem penhorado em **R$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais)**, conforme pesquisa realizada junto ao mercado imobiliário da região.

Cristiane Castilho Mouco
Oficial de Justiça Avaliadora Federal
(assinado eletronicamente)

Assinado eletronicamente por: CRISTIANE CASTILHO MOUCO - Juntado em: 09/03/2022 22:49:12 - d1366c8
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22030922485587100000171482987?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 22030922485587100000171482987

Assinado eletronicamente por: FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA - Juntado em: 10/12/2024 13:28:15 - 2901bd0
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24121013281366600000247404954?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 24121013281366600000247404954

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (4)

CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE MANDADO

Id do Mandado: 1568d57

Destinatário: WALMIR VIDA DA SILVA

Certifico e dou fé que, em cumprimento ao r. Mandado, compareci no dia 12/12/2024 no endereço Rua Manuel Fernandes Dias, 170, Jardim Novo Campos Elíseos, Campinas/SP, onde procedi à reavaliação do imóvel sob matrícula 70.425 do 3º CRI de Campinas, penhorado a termo, conforme Auto de Avaliação anexo. Uma vez no local, verifiquei que o terreno faz parte da empresa Engesel e se encontra todo murado, sem entrada pela Rua Manuel Fernandes Dias. O acesso se faz pela Av. Presidente Juscelino, 543, passando por outros lotes.

Certifico que fui atendido pelo Executado Walmir Vida da Silva, e o intimei da avaliação, tendo o mesmo recebido a contrafé do mandado e o auto de avaliação por mim assinado.

Ademais, ressalto que o imóvel foi reavaliado com base no valor do metro quadrado da região, com depreciação de 9% sobre o preço (regateio), tendo em conta a litigiosidade do bem, bem como as peculiaridades do imóvel em questão, tudo conforme a Parametrização de Avaliações de Imóveis deste Regional. Assim, **avaliei o imóvel em R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais),** conforme auto e demonstrativo de avaliação em anexo.

Além disso, nos termos do art. 789-A, inciso II, alínea “a” da CLT, indico como custas desta diligência o valor de R$ 11,06 (onze reais e seis centavos).

Devolvo o presente mandado, estando à disposição para o cumprimento de ulteriores determinações.

CAMPINAS/SP, 14 de dezembro de 2024.

JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 15ª REGIÃO

CENTRAL DE MANDADOS DE CAMPINAS

ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
EXEQUENTE: NATALIA GAMA CRUZ
EXECUTADA: WALMIR VIDA DA SILVA
Mandado de Id 1568d57

AUTO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEL

No dia 12/12/2024, em cumprimento ao mandado de Id 1568d57, emitido no processo em epígrafe, procedi à avaliação do imóvel **matrícula nº 70.425, do 3º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Campinas/SP**, abaixo descrito, conforme documento de Id 597877a:

MATRÍCULA 70425 | FOLHA 1

CNM 113274.2.0070425-32

3.o CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CAMPINAS - SP

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL

IMÓVEL:- Lote de terreno sob nº 11, da quadra 51, do loteamento denominado NOVO CAMPOS ELISIOS, tendo as seguintes medidas, mais ou menos e confrontações: faz frente - para a rua 48, para a qual mede 37,00ms em curva, de um lado confronta com o lote 12, onde mede 26,15ms, do outro lado com os lotes 10, 9 e 8, onde mede 25,80ms, nos fundos forma vértice, tendo a area de 350,00ms2.- CC: --

Endereço: RUA MANOEL FERNANDES DIAS, 170, JARDIM NOVO CAMPOS ELISEOS, CAMPINAS/SP - CEP: 13060-110.

Estado de conservação: REGULAR

Ocupação: ENGEGEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (WALMIR VIDA DA SILVA)

Avaliação: conforme pesquisa realizada junto ao mercado imobiliário da região, e ajuste após visita ao local. Avalio em:

R$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS)

Para constar, lavrei o presente e dou fé.

HENRIQUE CARRETA PIMENTEL
Oficial de Justiça Avaliador Federal

Assinado eletronicamente por: HENRIQUE CARRETA PIMENTEL - Juntado em: 14/12/2024 20:49:49 - 65c5b98
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24121420464458200000247823847?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 24121420464458200000247823847

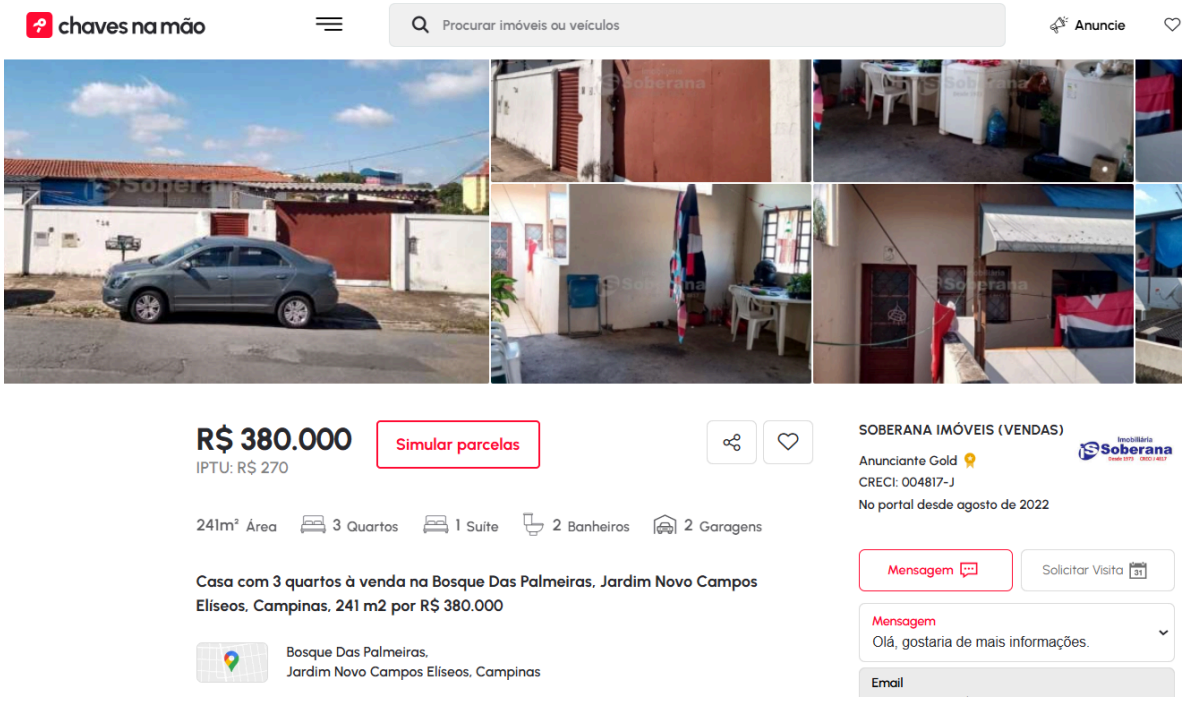
CENTRAL DE MANDADOS DE CAMPINAS

ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
EXEQUENTE: NATALIA GAMA CRUZ
EXECUTADO: WALMIR VIDA DA SILVA
MANDADO DE ID 1568d57
VALOR DO DÉBITO: R$30.000,00, válido para 02/09/2024 (Id 4bd0b6b)

DEMONSTRATIVO DE AVALIAÇÃO

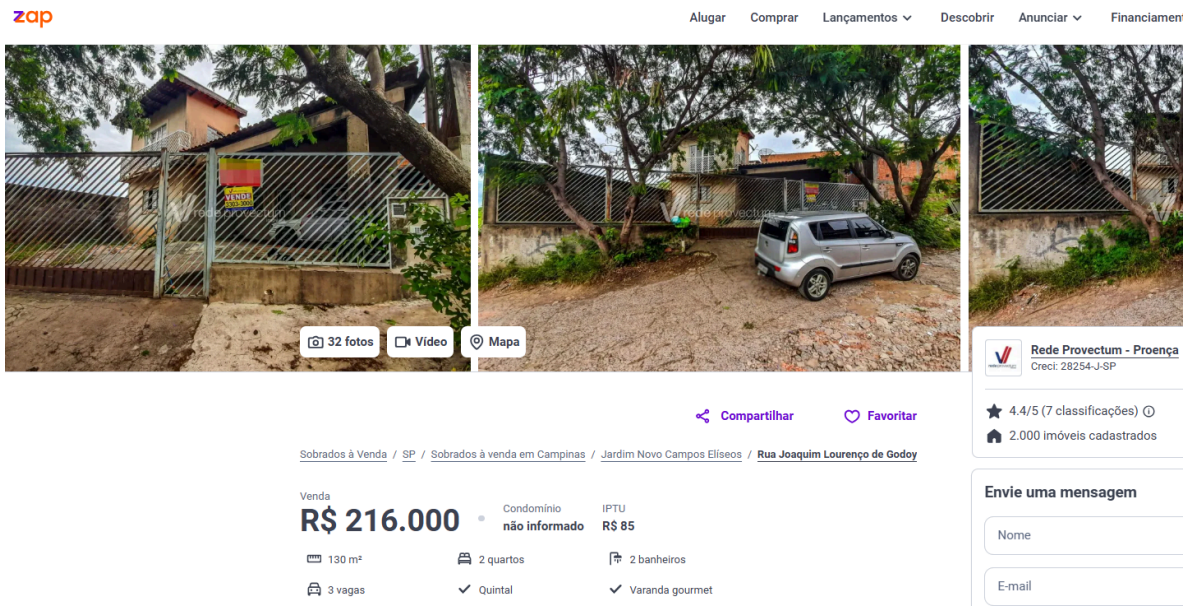
A avaliação do imóvel inscrito na **matrícula nº 70.425, do 3º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Campinas/SP,** com endereço na RUA MANOEL FERNANDES DIAS, 170, JARDIM NOVO CAMPOS ELISEOS, CAMPINAS/SP - CEP: 13060-110, foi realizada utilizando o valor do metro quadrado na região, com base em amostras obtidas em sites especializados em vendas de imóveis, conforme os anúncios abaixo, além de depreciação realizada após visita ao imóvel.

Anúncio 01 (Chaves na Mão - Soberana Imóveis):

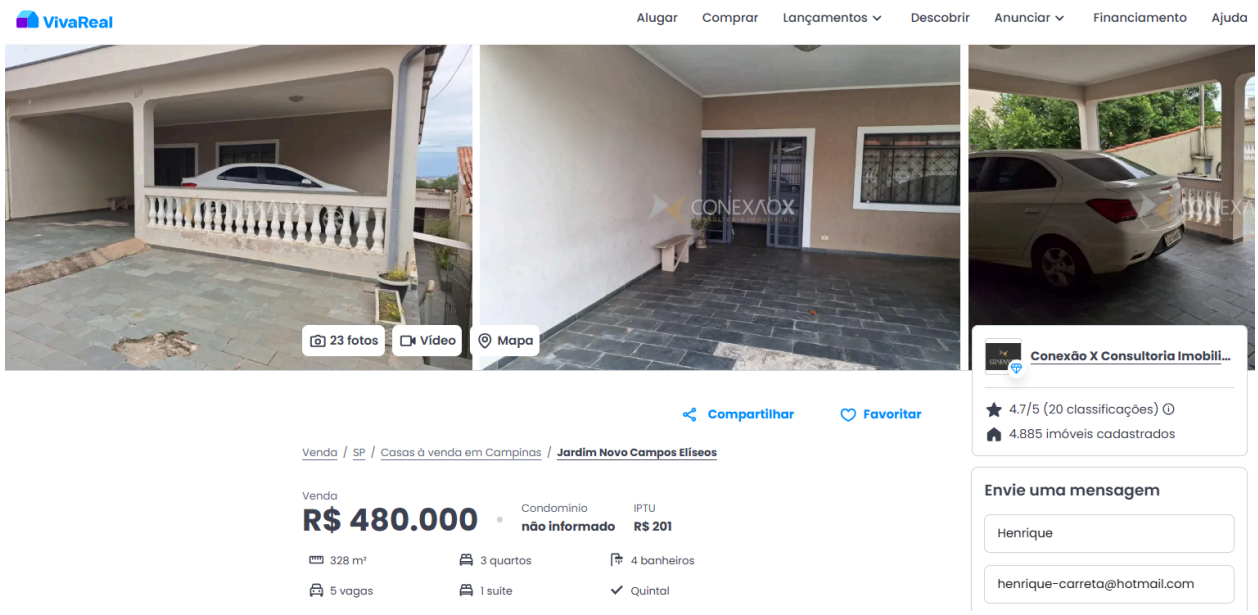


Assinado eletronicamente por: HENRIQUE CARRETA PIMENTEL - Juntado em: 14/12/2024 20:49:49 - 09df072

Anúncio 02 (ZAP Imóveis - Rede Provectum):



Anúncio 03 (Viva Real - Conexão X Consultoria Imobiliária):



Diante do exposto, e considerando ainda depreciação realizada após visita ao imóvel, avalio o imóvel em: **R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).**

PJe Assinado eletronicamente por: HENRIQUE CARRETA PIMENTEL - Juntado em: 14/12/2024 20:49:49 - 09df072

Cálculo do valor médio do m² com base nas amostras coletadas:

Informações dos anúncios			
Anúncios	M²	Valor (R$)	Valor m² (R$)
Anúncio 01	241 m²	R$ 380.000,00	R$ 1576,76
Anúncio 02	130 m²	R$ 216.000,00	R$ 1661,53
Anúncio 03	328 m²	R$ 480.000,00	R$ 1463,41
Total			R$ 4.701,7
Média (divisão por 3)			**R$** 1.567,23 **aproximadamente R$ 1566,00**

Cálculo do valor do imóvel:

Área do imóvel	350,00 m²
Valor do m²	R$ 1566,00
Valor do imóvel conforme anúncios	**R$ 548.100,00**
Valor do imóvel após depreciação (9%)	**R$ 498.771,00 aproximadamente R$ 500.000,00**

Assinado eletronicamente por: HENRIQUE CARRETA PIMENTEL - Juntado em: 14/12/2024 20:49:49 - 09df072
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24121420464560700000247823848?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 24121420464560700000247823848

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (4)

DESPACHO

Vistos.

Intimem-se as partes e terceiros interessados, se houver, para ciência da reavaliação do imóvel matrícula n. 70425, do 3º CRI de Campinas (Id d66871e).

O executado Walmir Vida da Silva já foi intimado e tomou ciência do auto de avaliação, conforme informado pelo Oficial de Justiça.

Após o prazo legal, voltem conclusos para prosseguimento da expropriação.

Intimem-se.

CAMPINAS/SP, 03 de fevereiro de 2025

VINICIUS DE MIRANDA TAVEIRA
Juiz do Trabalho Substituto

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (4)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 58b83d5 proferido nos autos.

DESPACHO

Vistos.

Intimem-se as partes e terceiros interessados, se houver, para ciência da reavaliação do imóvel matrícula n. 70425, do 3º CRI de Campinas (Id d66871e).

O executado Walmir Vida da Silva já foi intimado e tomou ciência do auto de avaliação, conforme informado pelo Oficial de Justiça.

Após o prazo legal, voltem conclusos para prosseguimento da expropriação.

Intimem-se.

CAMPINAS/SP, 03 de fevereiro de 2025

VINICIUS DE MIRANDA TAVEIRA
Juiz do Trabalho Substituto

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (4)

é NOTIFICAÇÃO

ELISABETH AMARAL DA SILVA
Rua Doutor Antônio Abramides, 145, PARQUE SAO QUIRINO, CAMPINAS/SP - CEP: 13088-534

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25020308473324500000250156356?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO COM_AR).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (4)

NOTIFICAÇÃO

E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA - EPP
AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO, 543, JARDIM CAMPOS ELISEOS, CAMPINAS/SP - CEP: 13060-858

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25020308473324500000250156356?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO CARTA_SIMPLES).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (4)

NOTIFICAÇÃO

MILTON VIDA DA SILVA
BARATA RIBEIRO, 50, APTO 121, VILA ITAPURA, CAMPINAS/SP - CEP: 13023-030

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25020308473324500000250156356?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO CARTA_SIMPLES).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (4)

NOTIFICAÇÃO

WALMIR VIDA DA SILVA
Rua Groeningen, 51, Nova Holanda, HOLAMBRA/SP - CEP: 13825-000

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25020308473324500000250156356?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO CARTA_SIMPLES).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0010396-28.2019.5.15.0131
AUTOR: NATALIA GAMA CRUZ
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (4)

NOTIFICAÇÃO

EMERSON VIDA DA SILVA
RUA OITO ALAMEDA DO IPE ROXO, QD U LT5 FAZ 2 MARIAS, DUAS MARIAS, MONTE ALEGRE DO SUL/SP - CEP: 13820-000

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25020308473324500000250156356?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO CARTA_SIMPLES).

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo 0010394-75.2020.5.15.0114

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 18/03/2020
Valor da causa: R$ 37.938,80

Partes:

AUTOR: MATHEUS AUGUSTO FERNANDES DE MORAIS
ADVOGADO: ELIANA REGINA CORDEIRO BASTIDAS
ADVOGADO: ANA PAULA TORRES CARVALHO
ADVOGADO: FLAVIA APARECIDA BONELLI FERNANDES
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA
ADVOGADO: ANA PAULA MASCARO TEIXEIRA ALVES
RÉU: E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA - EPP
RÉU: MILTON VIDA DA SILVA
RÉU: WALMIR VIDA DA SILVA
RÉU: EMERSON VIDA DA SILVA
TERCEIRO INTERESSADO: ANDRE LUIS RIGONI DE OLIVEIRA

PJe Documento assinado eletronicamente por ADRIANA COUTINHO MOREIRA XAVIER, em 20/02/2025, às 12:52:03 - 637644c

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO I DE CAMPINAS
ATSum 0010394-75.2020.5.15.0114
AUTOR: MATHEUS AUGUSTO FERNANDES DE MORAIS
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (4)

DECISÃO

Vistos, etc.

Da consulta do sistema interno do EXE15, verifica-se que há execução mais avançada em face da executada nos autos do processo nº 10.396-28.2019.5.15.0131, da 12ª VT de CAMPINAS, bem como que há penhora formalizada naqueles autos capaz de garantir a presente execução.

Assim, solicite-se a reserva de crédito, nos termos da OS CR nº 09/2018 deste Tribunal, bem como com amparo nos artigos 765 e 878 da Consolidação das Leis do Trabalho e no artigo 5º, II, Provimento 10/2018 deste Tribunal.

Deverá a Secretaria Conjunta proceder à juntada da presente decisão que, ora faço força de OFÍCIO, nos autos do processo em trâmite na 12ª VT de CAMPINAS, nos termos da ORDEM DE SERVIÇO CR Nº 9 /2018.

- **Valor total da execução: R$ 11.549,14,em 14/02/2025**

O formato de agrupamento de execuções está amparado nos artigos 765 e 878 da Consolidação das Leis do Trabalho, no Ato Regulamentar GP-CR N. 002/2018, no art. 3º da PROVIMENTO GP-CR Nº 10 /2018 e na Recomendação GP-CR nº 08/2014 deste Tribunal, posto que em consonância com o poder de cautela do Juiz, bem como aos princípios do aproveitamento dos atos processuais e da celeridade processual, assegurando a tramitação do processo em tempo razoável, como preconizado pelo artigo 5º, inciso LXXVIII, da Constituição da República.

Tudo com vistas a uniformizar os procedimentos de execução, a fim de evitar a repetição de atos processuais e a provocação de reiterados pedidos/incidentes pelas partes sobre a mesma matéria.

PJe Assinado eletronicamente por: ERIKA FERRARI ZANELLA - Juntado em: 14/02/2025 12:27:29 - 610d213

PJe Documento assinado eletronicamente por ADRIANA COUTINHO MOREIRA XAVIER, em 20/02/2025, às 12:52:03 - 637644c

Estes autos ficarão SOBRESTADOS POR 02 ANOS, aguardando a regular tramitação do processo em que houve a reserva.

Caso negativa a reserva, por insuficiência de valores a serem destinados a este trabalhador ou por acordo no outro processo que não contemple este processo, deverá o exequente informar imediatamente para prosseguimento.

Intimem-se.

CAMPINAS/SP, 14 de fevereiro de 2025.

ERIKA FERRARI ZANELLA
Juíza do Trabalho Substituta

STB

Assinado eletronicamente por: ERIKA FERRARI ZANELLA - Juntado em: 14/02/2025 12:27:29 - 610d213
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25021411295100800000251404615?instancia=1
Número do processo: 0010394-75.2020.5.15.0114
Número do documento: 25021411295100800000251404615

Documento assinado eletronicamente por ADRIANA COUTINHO MOREIRA XAVIER, em 20/02/2025, às 12:52:03 - 637644c
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25022012425522400000251979141?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 25022012425522400000251979141

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
0010396-28.2019.5.15.0131
: NATALIA GAMA CRUZ
: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (4)

DESPACHO

Trata-se de penhora que recaiu sobre o imóvel objeto da matrícula nº 70425 do 3º CRI Campinas/SP, devidamente registrada na referida matrícula e avaliado por R$ 500.000,00, em 12/12/2024, restando útil para a execução.

O executado proprietário do imóvel, os coproprietários, os credores fiduciários e terceiros interessados (fraude à execução ou doação) foram devidamente intimados para ciência da penhora, nos termos do art. 884 da CLT.

O proprietário do imóvel foi nomeado como depositário fiel.

Assim, julgo subsistente a penhora e determino a realização de HASTA ÚNICA através da ferramenta eletrônica dos Leilões Judiciais, na forma do provimento GP-CR 04/2019 TRT 15, e alterações subsequentes, a cargo dos leiloeiros oficiais sorteados.

O lance mínimo fica estipulado em 75% do valor da avaliação.

Quem pretender remir a dívida, nos termos do artigo 13 da Lei nº 5.584/70 e na forma da nova redação do artigo 826 do NCPC, aqui de aplicação supletiva, por força do artigo 769 da CLT, deverá comprovar o depósito do valor integral do crédito exequendo, **incluindo aquele proveniente de reservas de numerário e demais execuções trabalhistas a que a parte esteja sujeita no âmbito deste Fórum Trabalhista de Campinas**, acrescido das demais despesas processuais, tais como custas, editais, honorários periciais, despesas com a hasta pública, despesas processuais fixadas no art. 789-A da CLT e outras, até a data e hora designados para a hasta pública. Nesse caso, arcará com o pagamento de comissão ao leileoeiro no importe de **2% (dois por cento)** do valor da avaliação, conforme art. 25, § 4°, do Provimento GP-CR nº 04-2019.

Na hipótese de acordo celebrado entre as partes com desconstituição da penhora e consequente retirada do feito da pauta de hastas

PJe Documento assinado eletronicamente por RICARDO TSUIOSHI FUKUDA SANCHEZ, em 21/03/2025, às 13:04:01 - b046670

públicas, ficará a parte executada responsável pelo pagamento da comissão de **2% (dois por cento)** sobre o valor da avaliação ao leileoeiro, conforme art. 25, § 4, do Provimento GP-CR nº 04-2019.

Os Embargos à arrematação, de acordo com o art. 903 do NCPC, não terão efeito suspensivo da venda realizada, considerando-se perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os Embargos.

Conforme dispõe o parágrafo único do art. 130 do Código Tributário Nacional CTN, nas hipóteses de arrematação judicial de bens imóveis os créditos tributários sobre eles incidentes sub-rogam-se no respectivo preço. No caso de bens móveis, observar-se-á as disposições do edital.

O prazo para eventuais embargos à arrematação ou adjudicação passará a fluir da data da hasta pública, independentemente de nova notificação.

A publicação do edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos.

Sem prejuízo, considerando que a certidão da matrícula do imóvel penhorado é antiga e pode estar desatualizada, protocole a secretaria, via ARISP, o pedido de certidão atualizada.

Para isso, considerando o caráter alimentar das verbas trabalhistas, concedo isenção dos emolumentos devidos em razão da consulta a ser realizada no sistema "Penhora Online - Arisp", com fundamento no § 5º do art. 98 do CPC.

Ciência às partes.

CAMPINAS/SP, 18 de março de 2025

RICARDO TSUIOSHI FUKUDA SANCHEZ
Juiz do Trabalho Substituto

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
0010396-28.2019.5.15.0131
: NATALIA GAMA CRUZ
: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (4)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID b046670 proferido nos autos.

DESPACHO

Trata-se de penhora que recaiu sobre o imóvel objeto da matrícula nº 70425 do 3º CRI Campinas/SP, devidamente registrada na referida matrícula e avaliado por R$ 500.000,00, em 12/12/2024, restando útil para a execução.

O executado proprietário do imóvel, os coproprietários, os credores fiduciários e terceiros interessados (fraude à execução ou doação) foram devidamente intimados para ciência da penhora, nos termos do art. 884 da CLT.

O proprietário do imóvel foi nomeado como depositário fiel.

Assim, julgo subsistente a penhora e determino a realização de HASTA ÚNICA através da ferramenta eletrônica dos Leilões Judiciais, na forma do provimento GP-CR 04/2019 TRT 15, e alterações subsequentes, a cargo dos leiloeiros oficiais sorteados.

O lance mínimo fica estipulado em 75% do valor da avaliação.

Quem pretender remir a dívida, nos termos do artigo 13 da Lei nº 5.584/70 e na forma da nova redação do artigo 826 do NCPC, aqui de aplicação supletiva, por força do artigo 769 da CLT, deverá comprovar o depósito do valor integral do crédito exequendo, **incluindo aquele proveniente de reservas de numerário e demais execuções trabalhistas a que a parte esteja sujeita no âmbito deste Fórum Trabalhista de Campinas**, acrescido das demais despesas processuais, tais como custas, editais, honorários periciais, despesas com a hasta pública, despesas processuais fixadas no art. 789-A da CLT e outras, até a data e hora designados para a hasta pública. Nesse caso, arcará com o pagamento de comissão ao leileoeiro no importe de **2% (dois por cento)** do valor da avaliação, conforme art. 25, § 4°, do Provimento GP-CR nº 04-2019.

PJe Documento assinado eletronicamente por RICARDO TSUIOSHI FUKUDA SANCHEZ, em 21/03/2025, às 13:05:01 - 38fa951

Na hipótese de acordo celebrado entre as partes com desconstituição da penhora e consequente retirada do feito da pauta de hastas públicas, ficará a parte executada responsável pelo pagamento da comissão de **2% (dois por cento)** sobre o valor da avaliação ao leileoeiro, conforme art. 25, § 4, do Provimento GP-CR nº 04-2019.

Os Embargos à arrematação, de acordo com o art. 903 do NCPC, não terão efeito suspensivo da venda realizada, considerando-se perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os Embargos.

Conforme dispõe o parágrafo único do art. 130 do Código Tributário Nacional CTN, nas hipóteses de arrematação judicial de bens imóveis os créditos tributários sobre eles incidentes sub-rogam-se no respectivo preço. No caso de bens móveis, observar-se-á as disposições do edital.

O prazo para eventuais embargos à arrematação ou adjudicação passará a fluir da data da hasta pública, independentemente de nova notificação.

A publicação do edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos.

Sem prejuízo, considerando que a certidão da matrícula do imóvel penhorado é antiga e pode estar desatualizada, protocole a secretaria, via ARISP, o pedido de certidão atualizada.

Para isso, considerando o caráter alimentar das verbas trabalhistas, concedo isenção dos emolumentos devidos em razão da consulta a ser realizada no sistema "Penhora Online - Arisp", com fundamento no § 5º do art. 98 do CPC.

Ciência às partes.

CAMPINAS/SP, 18 de março de 2025

RICARDO TSUIOSHI FUKUDA SANCHEZ
Juiz do Trabalho Substituto

Documento assinado eletronicamente por RICARDO TSUIOSHI FUKUDA SANCHEZ, em 21/03/2025, às 13:05:01 - 38fa951
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25032113040189600000254600864?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 25032113040189600000254600864

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
0001791-46.2013.5.15.0053
: LEANDRO DOS SANTOS RODRIGUES DE ALMEIDA
: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (2)

DESPACHO / OFÍCIO

Revejo o despacho anterior.

Pelo que verifico da decisão juntada sob id: c763412, exarada nos autos do processo nº 0010396-28.2019.5.15.0131, o bem imóvel de Matrícula nº 70.425 do 3º CRI de Campinas/SP vai à leilão naquele processo.

Serve o presente despacho, assinado eletronicamente, como OFÍCIO solicitando reserva de numerário no importe de R$ 31.636,66, válido para 01/08/2024, sendo:

- Principal líquido: R$ 28.793,93;
- Contribuições previdenciárias: R$ 1.699,67;
- Honorários periciais: R$ 727,40;
- Custas: R$ 415,66.

Encaminhe-se o presente ofício ao processo supracitado, juntamente com a planilha de id: 291afac e aguarde-se o resultado da hasta pública.

CAMPINAS/SP, 24 de março de 2025

MARIANA CAVARRA BORTOLON VAREJAO
Juíza do Trabalho Substituta

Documento assinado eletronicamente por MARIANA CAVARRA BORTOLON VAREJAO, em 25/03/2025, às 17:08:18 - 2e44dfb
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25032416270013000000254804580?instancia=1
Número do processo: 0001791-46.2013.5.15.0053
Número do documento: 25032416270013000000254804580

Documento assinado eletronicamente por MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS, em 26/03/2025, às 12:36:08 - 7466921
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25032612355382100000255040059?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 25032612355382100000255040059

PJe-Calc
Sistema de Cálculos Trabalhistas

Processo: 0001791-46.2013.5.15.0053
Cálculo: 262197

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante **LEANDRO DOS SANTOS RODRIGUES DE ALMEIDA**
Reclamado: **ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA**
Período do Cálculo: **19/02/2018 a 19/06/2020** Data Ajuizamento: **19/02/2018** Data Liquidação: **01/08/2024**

Resumo da Atualização do Cálculo

Descrição do Saldo Devedor por Credor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	28.793,93
HONORÁRIOS DO PERITO PARA PERITO	727,40
INSS RECLAMADA PARA UNIÃO	1.228,49
INSS RECLAMANTE PARA UNIÃO	471,18
IRPF DEVIDO PELO RECLAMANTE	0,00
CUSTAS JUDICIAIS DEVIDAS PELO RECLAMADO	415,66
Total Devido Pelo Reclamado	**31.636,66**

Eventos ocorridos: Pagamento em 14/12/2022 no valor de R$ 4.134,75.

Critério da Atualização e Fundamentação Legal

1. Valores corrigidos pelo índice 'Tabela JT Diária', acumulado a partir do mês subsequente ao vencimento, conforme súmula nº 381 do TST. Última taxa 'Tabela JT Diária' relativa a 31/07/2024.
2. Juros simples de 1% a.m., pro rata die, a partir de 19/02/2018 (Art. 39 da Lei nº 8177/91).

PJe Assinado eletronicamente por: MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS - Juntado em: 01/08/2024 15:45:43 - 291afac
PJe Documento assinado eletronicamente por MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS, em 26/03/2025, às 12:36:08 - 9a1c744

Processo: 0001791-46.2013.5.15.0053

Cálculo: 262197

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante **LEANDRO DOS SANTOS RODRIGUES DE ALMEIDA**

Reclamado: **ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA**

Período do Cálculo: **19/02/2018 a 19/06/2020** Data Ajuizamento: **19/02/2018** Data Liquidação: **01/08/2024**

Demonstrativo da Atualização do Cálculo

Atualização do Cálculo (Folha/ID não informado) até 14/12/2022, data do(s) evento(s) Pagamento (VALOR LIBERADO ID: 491861A).

Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Principal Corrigido	-	-	14.400,00	1,015662728	14.625,54	2.620,70	12.004,84
Juros de Mora até 19/02/2018	-	-	0,00	1,015662728	0,00	0,00	0,00
Juros de Mora de 20/02/2018 até 14/12/2022	14.625,54	57,7730%	-	-	8.449,61	1.514,05	6.935,56
MULTA DE 50% PELO DESCUMPRIMENTO DO ACORDO devida pelo Reclamado	-	-	7.200,00	1,015662728	7.312,77	0,00	7.312,77
Total Parcial					**30.387,92**	**4.134,75**	**26.253,17**

Descontar dos Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
INSS RECLAMANTE devida para UNIÃO	-	-	255,67	1,015662728	259,67	0,00	259,67
Juros de Mora até 19/02/2018	-	-	0,00	1,015662728	0,00	0,00	0,00
Juros de Mora de 20/02/2018 até 14/12/2022	259,67	57,7730%	-	-	150,02	0,00	150,02
Imposto de Renda devido pelo Reclamante	-	-	-	-	0,00	0,00	0,00
Total Parcial					**409,69**	**0,00**	**409,69**

Outros Débitos do Reclamado	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
INSS RECLAMADA devida para UNIÃO	-	-	666,59	1,015662728	677,03	0,00	677,03
Juros de Mora até 19/02/2018	-	-	0,00	1,015662728	0,00	0,00	0,00
Juros de Mora de 20/02/2018 até 14/12/2022	677,03	57,7730%	-	-	391,14	0,00	391,14
HONORÁRIOS DO PERITO devida para PERITO	-	-	700,00	1,015662728	710,96	0,00	710,96

PJe Assinado eletronicamente por: MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS - Juntado em: 01/08/2024 15:45:43 - 291afac

PJe Documento assinado eletronicamente por MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS, em 26/03/2025, às 12:36:08 - 9a1c744

Custas Judiciais devidas pelo Reclamado	-	-	-	-	406,27	0,00	406,27
Total Parcial					**2.185,40**	**0,00**	**2.185,40**

Saldo Devedor em 01/08/2024

Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Principal Corrigido	-	-	12.004,84	1,023119612	12.282,39	0,00	12.282,39
Juros de Mora até 14/12/2022	-	-	6.935,56	1,023119612	7.095,91	0,00	7.095,91
Juros de Mora de 15/12/2022 até 01/08/2024	12.282,39	19,5806%	-	-	2.404,97	0,00	2.404,97
MULTA DE 50% PELO DESCUMPRIMENTO DO ACORDO devida pelo Reclamado	-	-	7.312,77	1,023119612	7.481,84	0,00	7.481,84
Total Parcial					**29.265,11**	**0,00**	**29.265,11**

Descontar dos Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
INSS RECLAMANTE devida para UNIÃO	-	-	259,67	1,023119612	265,67	0,00	265,67
Juros de Mora até 14/12/2022	-	-	150,02	1,023119612	153,49	0,00	153,49
Juros de Mora de 15/12/2022 até 01/08/2024	265,67	19,5806%	-	-	52,02	0,00	52,02
Imposto de Renda devido pelo Reclamante	-	-	-	-	0,00	0,00	0,00
Total Parcial					**471,18**	**0,00**	**471,18**

Outros Débitos do Reclamado	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
INSS RECLAMADA devida para UNIÃO	-	-	677,03	1,023119612	692,68	0,00	692,68
Juros de Mora até 14/12/2022	-	-	391,14	1,023119612	400,18	0,00	400,18
Juros de Mora de 15/12/2022 até 01/08/2024	692,68	19,5806%	-	-	135,63	0,00	135,63
HONORÁRIOS DO PERITO devida para PERITO	-	-	710,96	1,023119612	727,40	0,00	727,40
Custas Judiciais devidas pelo Reclamado	-	-	-	-	415,66	0,00	415,66
Total Parcial					**2.371,55**	**0,00**	**2.371,55**

Demonstrativo de Custas Judiciais

PJe Assinado eletronicamente por: MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS - Juntado em: 01/08/2024 15:45:43 - 291afac

PJe Documento assinado eletronicamente por MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS, em 26/03/2025, às 12:36:08 - 9a1c744

Custas Judiciais devidas 14/12/2022

Custas pelo Reclamado

CUSTAS DE CONHECIMENTO

Ocorrência	Valor	Juros	Índice Corr.	Valor Corr.	Juros Corr.	Taxa	Juros	Total
19/02/2018	400,00	-	1,015662728	406,27	0,00	-	0,00	406,27

DIFERENÇA DE CUSTAS DO RECLAMADO

Ocorrência	Valor Corr	Juros	Devido	Pago	Dif. Custas	Dif. Juros	Total
14/12/2022	406,27	0,00	406,27	0,00	406,27	0,00	406,27

Custas Judiciais devidas 01/08/2024

Custas pelo Reclamado

CUSTAS DE CONHECIMENTO

Ocorrência	Valor	Juros	Índice Corr.	Valor Corr.	Juros Corr.	Taxa	Juros	Total
19/02/2018	400,00	-	1,039144456	415,66	0,00	-	0,00	415,66

DIFERENÇA DE CUSTAS DO RECLAMADO

Ocorrência	Valor Corr	Juros	Devido	Pago	Dif. Custas	Dif. Juros	Total
01/08/2024	415,66	0,00	415,66	0,00	415,66	0,00	415,66

PJe Assinado eletronicamente por: MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS - Juntado em: 01/08/2024 15:45:43 - 291afac

PJe Documento assinado eletronicamente por MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS, em 26/03/2025, às 12:36:08 - 9a1c744

Assinado eletronicamente por: MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS - Juntado em: 01/08/2024 15:45:43 - 291afac
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24080115454288300000235765198?instancia=1
Número do processo: 0001791-46.2013.5.15.0053
Número do documento: 24080115454288300000235765198

Documento assinado eletronicamente por MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS, em 26/03/2025, às 12:36:08 - 9a1c744
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25032612360030600000255040082?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 25032612360030600000255040082

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS/SP

PROCESSO Nº 0010396-28.2019.5.15.0131

LEANDRO DOS SANTOS RODRIGUES DE ALMEIDA, credor trabalhista das reclamadas, vem, por intermédio de seu advogado adiante assinado, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requerer a juntada do ofício expedido nos autos do processo nº 0001791-46.2013.5.15.0053.

Dessa forma, requer a reserva de numerário no importe de R$ 31.636,66, válido para 01/08/2024, bem como a habilitação de seu patrono nesses autos.

Nesses termos,

Pede deferimento.

Campinas, 26 de março de 2025

ROGÉRIO LUÍS TEIXEIRA DRUMOND

OAB/SP 139.736

Documento assinado eletronicamente por ROGERIO LUIS TEIXEIRA DRUMOND, em 04/04/2025, às 12:37:53 - e01dd9e
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25032610230771200000255017221?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 25032610230771200000255017221

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0001791-46.2013.5.15.0053

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 20/09/2013
Valor da causa: R$ 103.616,17

Partes:

AUTOR: LEANDRO DOS SANTOS RODRIGUES DE ALMEIDA
ADVOGADO: ROGERIO LUIS TEIXEIRA DRUMOND
RÉU: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA
ADVOGADO: ANA PAULA MASCARO TEIXEIRA ALVES
RÉU: MILTON VIDA DA SILVA
RÉU: WALMIR VIDA DA SILVA

PJe Documento assinado eletronicamente por ROGERIO LUIS TEIXEIRA DRUMOND, em 04/04/2025, às 12:37:53 - de93c99

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
0001791-46.2013.5.15.0053
: LEANDRO DOS SANTOS RODRIGUES DE ALMEIDA
: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (2)

DESPACHO / OFÍCIO

Revejo o despacho anterior.

Pelo que verifico da decisão juntada sob id: c763412, exarada nos autos do processo nº 0010396-28.2019.5.15.0131, o bem imóvel de Matrícula nº 70.425 do 3º CRI de Campinas/SP vai à leilão naquele processo.

Serve o presente despacho, assinado eletronicamente, como OFÍCIO solicitando reserva de numerário no importe de R$ 31.636,66, válido para 01/08/2024, sendo:

- Principal líquido: R$ 28.793,93;
- Contribuições previdenciárias: R$ 1.699,67;
- Honorários periciais: R$ 727,40;
- Custas: R$ 415,66.

Encaminhe-se o presente ofício ao processo supracitado, juntamente com a planilha de id: 291afac e aguarde-se o resultado da hasta pública.

CAMPINAS/SP, 24 de março de 2025

MARIANA CAVARRA BORTOLON VAREJAO
Juíza do Trabalho Substituta

Documento assinado eletronicamente por MARIANA CAVARRA BORTOLON VAREJAO, em 25/03/2025, às 17:08:18 - 2e44dfb
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25032416270013000000254804580?instancia=1
Número do processo: 0001791-46.2013.5.15.0053
Número do documento: 25032416270013000000254804580

Documento assinado eletronicamente por ROGERIO LUIS TEIXEIRA DRUMOND, em 04/04/2025, às 12:37:53 - de93c99
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25032610280039200000255018039?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 25032610280039200000255018039

RECORRIDO	SKALA SOLUCAO EM SERVICOS - EIRELI
ADVOGADO	MARIA APARECIDA RIBEIRO LIMA(OAB: 411467/SP)
PERITO	HENRIQUE COUTINHO PEREIRA

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUDIO APARECIDO GARCIA
- HENRIQUE COUTINHO PEREIRA
- MUNICIPIO DE INDAIATUBA
- SKALA SOLUCAO EM SERVICOS - EIRELI

Processo Nº ROT-0012269-30.2023.5.15.0129

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	JULIANA BENATTI
Revisor	JULIANA BENATTI
RECORRENTE	DIOGO DIAS DE OLIVEIRA
ADVOGADO	MARCO AUGUSTO DE ARGENTON E QUEIROZ(OAB: 163741/SP)
RECORRENTE	REDE EDUCACIONAL DECISAO S.A.
ADVOGADO	JOEL FERREIRA VAZ FILHO(OAB: 169034/SP)
RECORRIDO	DIOGO DIAS DE OLIVEIRA
ADVOGADO	MARCO AUGUSTO DE ARGENTON E QUEIROZ(OAB: 163741/SP)
RECORRIDO	REDE EDUCACIONAL DECISAO S.A.
ADVOGADO	JOEL FERREIRA VAZ FILHO(OAB: 169034/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DIOGO DIAS DE OLIVEIRA
- REDE EDUCACIONAL DECISAO S.A.

Processo Nº AP-0148700-50.2005.5.15.0049

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	JULIANA BENATTI
Revisor	JULIANA BENATTI
AGRAVANTE	POLIMIX CONCRETO LTDA
ADVOGADO	CELIO AMARAL(OAB: 80931/SP)
ADVOGADO	IGOR HENRY BICUDO(OAB: 222546/SP)
AGRAVADO	ANGELO FERNANDO PORTA
ADVOGADO	GUILHERME NORI(OAB: 196470/SP)
AGRAVADO	UNIÃO FEDERAL (PGF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANGELO FERNANDO PORTA
- POLIMIX CONCRETO LTDA
- UNIÃO FEDERAL (PGF)

Os embargos de declaração eventualmente interpostos em face dos acórdãos poderão ser julgados na forma prevista no artigo 1º da Resolução Administrativa nº 21/2015, publicado no DEJT de 10 de dezembro de 2015.

DIVISÃO DE EXECUÇÃO DE CAMPINAS - TRT15

Edital

ERRATA - Edital Hasta Pública 01/2025 - Campinas

Hasta Pública nº 01/2025 - CAMPINAS

Data da Hasta: 22/05/2025 14:00

Leiloeiro: Gilberto Fortes do Amaral Filho

Endereço Eletrônico: www.grupolance.com.br

Endereço Físico: Avenida Miguel Stefano, nº 3335, Balneário Cidade Atlântica, Guarujá/SP, CEP 11.440-533.

A EXcelentíssima Juíza do Trabalho **BRUNA MÜLLER STRAVINSKI,** Coordenadora da Divisão de Execução de Campinas, na forma da Lei e nos termos do Provimento nº GP-CR nº 04/2019 e Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR 05/2020, ambas com as alterações subsequentes, do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, FAZ SABER que será realizada **HASTA PÚBLICA, na modalidade EXCLUSIVAMENTE ELETRÔNICA, no dia 22 de maio de 2025**, nos termos do artigo 11 e seguintes do normativo supra.

Os lances dos bens dos processos abaixo discriminados serão recepcionados através do site **www.grupolance.com** a partir da data de publicação do edital, até o dia **22/05/2025**, observado o horário de encerramento da hasta pública, que dependerá da demanda diante da oferta.

O PREGÃO DO REPASSE será transmitido online e ao vivo pelo Leiloeiro através do seu site, a partir das **11h00** do dia **22/05/2025**, de acordo com o Regulamento das Hastas Públicas de Campinas, constante ao final deste Edital.

1: 0119800-21.2002.5.15.0095 - Assessoria de Execução III de Campinas

1.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 26231 - 1º Cartório - SAO JOSE DO RIO PARDO/SP

Descrição: Um terreno, sem benfeitorias, situado com frente para a Rua Major Pacheco, na cidade de São Sebastião da Grama, nesta comarca de São José do Rio Pardo, medindo 14,50 metros de frente, igual medida nos fundos, por 31,00 metros da frente aos fundos, de ambos os lados, confrontando com a mencionada via pública, Elias de Andrade Dias, Hélio Giacon, José Senhoras, Alexandre Taramelli e Leonídio de Andrade Dias.

Av. 03: Edificação - (...) é esta para ficar constando que no imóvel retro descrito, anteriormente ao exercício de 1966, foi edificada uma casa de morada, com a área de 211,00 metros quadrados, situada com frente para a Rua Major Pacheco, na cidade de São Sebastião da Grama, a qual recebeu o número 253"

Ônus/Observação: OBS: Lance mínimo: 75% do valor da avaliação

Ônus: R.23: Hipoteca em favor de Banco do Brasil S/A R.24: Hipoteca em favor de Banco do Brasil S/A Av.26: Penhora - processo 00009634120125150 35 (Carta Precatória Executória) - Vara do Trabalho de São José do Rio Pardo-SP

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:14:28 - 9a72490

Proprietários: CELIA MARIA DOS REIS DIAS VEIGA CELESTE
CPF: 024.654.068-09
Removido: Não
Localização: Rua Major Pacheco Número: 253 Cidade: SAO SEBASTIAO DA GRAMA UF: SP
Quantidade: 1
Percentual da Penhora: 100,00%
Valor Unitário (% Penhorado): R$ 500.000,00
Valor Total Penhorado: R$ 500.000,00
Data Avaliação: 28/07/2023
Data Penhora: 19/12/2012
Ordem da Penhora: 1
Valor do lance mínimo (75%): R$ 375.000,00
Anexo(s) do bem:
Não há anexos cadastrados para este bem

2: 0079800-96.2004.5.15.0001 - Assessoria de Execução III de Campinas
2.1 Tipo do Bem: Imóvel
Identificação: Matrícula: 33581 - 1º Cartório - CAMPINAS/SP
Descrição: Lote de terreno nº 20 da quadra "G" do loteamento Jardim Guarany, com área de 288,35 metros quadrados, de frente para a Rua Antonio Encarnação Junior.
1) Imóvel constante da matrícula 33581 do 1º CRI de Campinas, SP, consistindo no lote de terreno nº 20 da quadra G do loteamento Jardim Guarani, Rua Antônio Encarnação Júnior, 35, com área de 288,35m 2.
Observações: Sobre o terreno há um sobrado com 332,43m² de área construída, de acordo com informações do cadastro municipal. O executado informou que o terreno somente possui 250m² de terreno, pois já estava ocupado em pequena parte pela construção dos fundos, quando foi adquirido. O imóvel possui 3 pavimentos, 6 banheiros (dois na parte de baixo, um na área de lazer, e três na área superior, sendo dois deles em 2 suítes); na parte inferior há uma garagem e um depósito, além do hall de entrada. No piso médio, há uma cozinha, área de serviço, despensa, duas salas de visita e uma sala de jantar, no piso superior há quatro quartos, sendo duas suítes.
Ônus/Observação: Av.10: Penhora no processo 1011861-27.2014 (4ª Vara Cível de Campinas) Av. 11: Penhora no processo 0001425-40.2015.5.15.0118 (Vara do Trabalho de Itapira) Av. 12: Indisponibilidade no processo 00014254020125150118 (Vara do Trabalho de Itapira) Av. 13: Penhora de 50% no processo 00072118520128260114 (1º Ofício Cível da Comarca de Campinas) Av. 14: Penhora de 50% no processo 0039280-34.2017.8.26.0114 (9º Ofício Cível da Comarca de Campinas) Av. 15: Arresto de 50% no processo nº 0065347-12.2012 (1º Ofício Cível da Comarca de Campinas)
Removido: Não
Localização: Rua Antonio Encarnação Júnior Número: 35
Bairro: Jardim Guarany Cidade: CAMPINAS UF: SP
CEP: 13100216
Quantidade: 1
Percentual da Penhora: 100,00%
Valor Unitário (% Penhorado): R$ 1.330.000,00
Valor Total Penhorado: R$ 1.330.000,00
Data Avaliação: 16/09/2024
Data Penhora: 29/04/2013
Ordem da Penhora: 1
Valor do lance mínimo (50%): R$ 665.000,00
Anexo(s) do bem:
fotos do imóvel de matrícula 33581 https://pje.trt15.jus.br/exe-pje/execucao/publico/download-bem-anexo/19410

3: 0020300-98.2008.5.15.0053 - Assessoria de Execução III de Campinas
3.1 Tipo do Bem: Imóvel
Identificação: Matrícula: 63898 - 1º Cartório - TATUI/SP
Descrição: Um lote de terreno, sem benfeitorias, sob nº 08-A da quadra GG, com frente para a rua 27, no loteamento denominado Jardim Rosa Garcia, nesta cidade de Tatui-SP, com as seguintes medidas e confrontações: medindo 5,00m de frente para a referida rua, 5,00m nos fundos onde divide com o lote 19, do lado direito de quem da rua olha para o imóvel mede 25,00m da frente aos fundos e divide com o lote 08, do lado esquerdo de quem da rua olha para o imóvel, mede 25,00m da frente aos fundos e divide com o lote 09, encerrando a área total de 125,00m², existindo nos fundos do imóvel uma faixa de 3,00m de largura reservado para Viela Sanitária.
Ônus/Observação: Co Proprietária: MARIA STELLA SALVUCCI RODRIGUES **OBSERVAÇÃO**: Lance mínimo de 90% do valor da avaliação. **ÔNUS**: Av.2 - penhora no processo nº 1535/2006 - execução fiscal Av. 3 - penhora no processo nº 5.383/2005 - execução fiscal Av.4 - contrato padrão, arquivado no próprio CRI de Tatuí, constando restrições de uso do imóvel a serem observadas pelos proprietários Av.5 - penhora no processo nº 0020300-98.2008.5.15.0053.
Proprietários: PAULO EDUARDO FRANCO ABDALLA
CPF: 017.268.908-21
PEDRO HENRIQUE DELAMAIN PUPO NOGUEIRA
CPF: 024.999.548-41
Removido: Não

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:14:28 - 9a72490

Localização: Rua Vicente Manoel de Oliveira Bairro: Jardim Rosa Garcia Cidade: TATUI UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 65.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 65.000,00

Data Avaliação: 19/12/2023

Data Penhora: 03/06/2015

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (90%): R$ 58.500,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

4: 0001210-47.2010.5.15.0114 - Assessoria de Execução III de Campinas

4.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 81154 - 1º Cartório - SUMARÉ/SP

Descrição: Lote de terreno sob nº 06 da quadra 57 do loteamento denominado JARDIM MARIA ANTONIA, situado no distrito de Nova Veneza, município e comarca de Sumaré/SP, medindo 10,00 metros de frente para a rua 10; igual medida nos fundos onde confronta com o lote 37, por 25,00 metros da frente aos fundos de ambos os lados, confrontando pelo lado direito de quem da rua olha para o imóvel com o lote 05 e pelo lado esquerdo confronta com o lote 07, com a área total de 250,00 metros quadrados, existindo nos fundos viela sanitária.

Ônus/Observação: Obs. 1: consta em certidão de OJ de id: 4046bee que: "O imóvel recebeu os números 817 e 831 pela rua Nice Maria Consulin dos Reis e sendo duas casas geminadas de padrão baixo na frente e uma edícula nos fundos, imóvel de alvenaria coberto com telhas de fibrocimento. Obs. 2: há terceira co proprietário Obs. 3: lance mínimo de 90% do valor da avaliação Ônus: Av.4 - penhora no processo nº 0001210-47.2010.5.15.0114 (este) Av.5 - indisponibilidade no processo nº 0160400-17.2007.5.15.0093.

Proprietários:

JOAO BATISTA SATIRO DA SILVA

CNPJ: 68.001.353/0001-40

Removido: Não

Localização: Rua Nice Maria Consulin dos Reis Bairro, Nova Veneza Complemento, nºs 817 e 831, SUMARÉ UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 255.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 255.000,00

Data Avaliação: 19/09/2023

Data Penhora: 09/09/2015

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (90%): R$ 229.500,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

5: 0078300-34.2009.5.15.0093 - Assessoria de Execução III de Campinas

5.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 35282 - 18º Cartório - SÃO PAULO/SP

Descrição: Um terreno situado à rua F-Dois, constituído pelo Lote n. 27 da Quadra n. 3, Gleba A, da Vila Perus, no distrito de Perus, medindo 10m de frente para a referida rua, do lado esquerdo de quem estando na rua F-Dois olha para o lote; 25 m confinando com o Lote 26. do lado direito 25 m confinando com o Lote 3, todos da mesma quadra com a área de 250 m2.

Ônus/Observação: Observação: Oficial de Justiça constatou que há uma casa em regular estado de conservação construída sobre o terreno Há coproprietário (ANDERSON PEDRONI) Lance mínimo de 85% do valor da avaliação Ônus: Av.05 - penhora no processo nº 0209800-23.2006.5.15.0129 Av.06 - penhora no processo nº 1000545-45.2017.5.02.0012 (averbada por ordem do processo nº 0078300-34.2009.5.15.0093).

Proprietários:

ALAYDE ALVES PEDRONI

CPF: 100.346.998-13

Removido: Não

Localização: Rua Xavier de Castro, Número 129, VL Perus, SÃO PAULO/SP, CEP: 05208-200

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 480.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 480.000,00

Data Avaliação: 03/12/2022

Data Penhora: 31/10/2015

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (85%): R$ 408.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

6: 0012095-39.2017.5.15.0094 - Assessoria de Execução III de Campinas

6.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 106706 - 1º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Apartamento nº 75 (setenta e cinco), localizado no 7º andar ou pavimento do Edifício Habitat Cambuí, situado à Rua

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:14:28 - 9a72490

Barreto Leme nº 1.920, nesta cidade e 1ª Circunscrição Imobiliária, constituído de sala de jantar / estar, dois (2) dormitórios, cozinha com lavanderia, banheiro e varanda, com área total de 104.0275m², sendo 52,7200m² de área privativa e 51,3075m² de área comum, da qual uma área de 10,3500 m² corresponde à área comum de garagem não proporcional - com direito a uma vaga de garagem indeterminada para guarda e estacionamento de um veículo, cabendo a esse apartamento uma fração ideal de 0,953126% no terreno do edifício, terreno este designado por Lote 14, do quarteirão 605 do cadastro municipal, com a área de 1.779,70 m², descrito e caracterizado na matrícula 95.302.

Ônus/Observação: Observação: Lance mínimo de 60% do valor da execução. Há terceira co proprietária (MARIA OTILIA VIEIRA AGRESTE DOS SANTOS) Ônus: Av.2 - penhora na CP nº 0012095 -39.2017.5.15.0094 (por determinação do processo nº 0001347-32.2015.5.06.0008 - 8ª VT Recife/PE) Av.3 - penhora no processo nº 0005200-97.2008.5.02.0075 Av.4 - penhora no processo nº 0011692-49.2017.5.15.0004

Proprietários:

RODOLFO MARTINES DOS SANTOS

CPF: 184.267.308-41

Removido: Não

Localização: Rua Barreto Leme Número: 1920, Cambuí, Complemento: Ap. 75, CAMPINAS, SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 600.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 600.000,00

Data Avaliação: 20/02/2018

Data Penhora: 20/02/2018

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (60%): R$ 360.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

7: 0001928-96.2013.5.15.0095 - Assessoria de Execução III de Campinas

7.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 66540 - 1º Cartório - SUMARÉ/SP

Descrição: Lote 06, da Quadra 38 do Loteamento denominado Jardim Nova Hortolândia, Comarca de Sumaré-SP, medindo 5,00 metros de frente para a Rua 25, 14,00 metros nos fundos onde confronta com o Lote 07, por 16,00 metros da frente aos fundos do lado direito, confrontando de quem da rua olha para o imóvel da Rua 30 e pelo lado esquerdo mede 26,00 metros onde confronta com o Lote 05, medindo 14,14 metros no arco de esquina formado pelas Ruas 25 e 30, com área de 346,62 metros quadrados.

Ônus/Observação: Lance mínimo: 69% do valor da avaliação. AV.3: PENHORA - PROCESSO 0010781-92.2014.5.15.0051 AV.4: PENHORA- PROCESSO 0001928-96.2013.5.15.0095 AV.5: PENHORA PROCESSO 0010387-54.2015.5.15.0051 AV.6: PENHORA- PROCESSO 0010091-66.2014.5.15.0051 AV.7: PENHORA- PROCESSO 0010729-64.2016.5.15.0137 AV.8: INDISPONIBILIDADE - PROCESSO 0010745-47.2018.5.15.0137 AV.9: INDISPONIBILIDADE - PROCESSO 0010039-98.2017.5.15.0137 AV.10: PENHORA - PROCESSO 0011490-19.2015.5.15.0012

Proprietários:

CLAUDETE PERES DA SILVA

CPF: 137.653.898-97

Removido: Não

Localização: Rua 25, lote 06 da quadra 38 Bairro: Jardim Nova Hortolândia Cidade: HORTOLÂNDIA UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 332.684,70

Valor Total Penhorado: R$ 332.684,70

Data Avaliação: 28/09/2023

Data Penhora: 01/10/2018

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (69%): R$ 229.552,44

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

8: 0010782-36.2016.5.15.0043 - Assessoria de Execução III de Campinas

8.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 8721 - 1º Cartório - CAFELÂNDIA/SP

Descrição: Um (1) lote de terreno, de formato regular, sem qualquer benfeitoria, situado nesta cidade, distrito de Paz, município e comarca de Cafelândia, Estado de São Paulo, identificado como sendo o lote 25 (vinte e cinco) da quadra B, do Loteamento denominado JARDIM ALTO CAFEZAL, com as seguintes medidas e confrontações: - pela frente mede 10,00m (dez) metros com frente para a Avenida A, confrontando: à esquerda, 26,00 (vinte e seis) metros com o lote 24; à direita, 26,00 (vinte e seis) metros com o lote 26; e aos fundos, 10,00 (dez) metros com Constantino Fabricio Junior, perfazendo uma área de 260,00m² (duzentos e sessenta metros quadrados).

Ônus/Observação: Obs.: conforme consta no auto de penhora e avaliação de id: cf6d834 do processo nº 0010782-36.2016.5.15.0043: "Dados Municipais - consta edificação no total

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:14:28 - 9a72490

de 175,82m², certidão do valor venal em anexo; Benfeitorias - Conforme vistoria in loco e fotos em anexo, trata-se de dois imóveis edificados no mesmo terreno. Aos fundos uma residência e na frente um prédio inacabado onde funciona uma vidraçaria de propriedade dos executados que trabalham no local; Ocupação: Residem no imóvel aos fundos os executados (EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA e FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA) e sua família, razão pela qual procedi com a penhora somente do imóvel da frente, comercial que possui 124,92m², tendo em vista a proteção da lei 8009/90." Ônus: R04 - penhora no processo nº 0010782-36.2016.5.15.0043 em trâmite pela 3ª Vara do Trabalho de Campinas/SP

Proprietários:

FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA

CPF: 100.935.398-51

Removido: Não

Localização: Av. Miguel Jeronymo Guerreiro Número: 338

Bairro: Jd. Alto Cafezal Cidade: CAFELÂNDIA UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 158.600,00

Valor Total Penhorado: R$ 158.600,00

Data Avaliação: 15/02/2024

Data Penhora: 30/10/2018

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 79.300,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

9: 0002800-98.2006.5.15.0114 - Assessoria de Execução III de Campinas

9.1 Tipo do Bem: Imóvel - REMIÇÃO/ACORDO

Identificação: Matrícula: 6737 - 1º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Lote de terreno n. 11 (onze), da quadra 15 (quinze), do loteamento denominado "Jardim Sant´Ana - 1ª Parte", nesta cidade o qual possui a área total de 420,00 mts 2, medindo: 12,00 mts de frente para a avenida Ester Moretzshon Camargo; mesma medida nos fundos; por 35,00 mts da frente aos fundos, de ambos os lados, confrontando na integridade, com os lotes n.s 10, 12, 25 e 26, existindo em toda a extensão dos fundos, uma viela sanitária, com a largura de 3,00 mts.

Ônus/Observação: Av.23: Penhora - processo 0002800-98.2006.5.15.0114 - 9ª Vara do Trabalho de Campinas

Proprietários:

MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL

CPF: 102.139.368-10

SÉRGIO PARREIRA SANDOVAL

CPF: 014.607.578-15

Removido: Não

Localização: Av. Esther Moretzshon Camargo Número: 686

Bairro: Vila Nogueira Cidade: CAMPINAS UF: SP

CEP: 13088-010

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 510.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 510.000,00

Data Avaliação: 24/03/2023

Data Penhora: 15/08/2019

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 255.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

10: 0012380-93.2014.5.15.0043 - Divisão de Execução de Campinas

10.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 10355 - 1º Cartório - JAGUARIÚNA/SP

Descrição: DESCRIÇÃO: Imóvel Matriculado sob o nº 10.355, no Cartório de Registro de Imóveis de Jaguariúna/SP (medidas e confrontações especificadas na certidão do referido cartório, que faz parte integrante dos autos), com a seguinte descrição: UM IMÓVEL RURAL, CONSTITUÍDO PELA GLEBA DE TERRAS, DESIGNADA "B", DENOMINADA SÍTIO FRANCISCO DE ASSIS, situado neste distrito, município e comarca de Jaguariúna-SP., com a área de 139,110.00 m2. (cento e trinta e nove mil, cento e dez metros quadrados), equivalentes a 13,91,10 has (treze hectares, noventa e um ares e dez centiares) de terras. O referido imóvel rural apresenta acesso sem asfalto, topografia em desnível, com declives e aclives, estrutura de pesqueiro e haras, com edificações, na maioria de padrão simples, sendo a casa sede em padrão médio de construção, em razoável estado de conservação, no geral, que foram consideradas na avaliação.

UM IMÓVEL RURAL, CONSTITUÍDO PELA GLEBA DE TERRAS, DESIGNADA 'B', DENOMINADA SÍTIO FRANCISCO DE ASSIS, situado neste distrito, município e comarca de JAGUARIÚNA – SP, com a área de 139.110,00 m² (cento e trinta e nove mil, cento e dez metros quadrados), equivalentes a 13,91,10 has (treze hectares, noventa e um ares e dez centiares) de terras, contendo uma casa de morada e um rancho construídos de tijolos e cobertos de telhas, compreendida dentro das seguintes divisas e confrontações: inicia-se no ponto "C", assinalado em planta e cravado na vértice formado pela gleba aqui descrita, com propriedade de Francisco Carlos de

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:14:28 - 9a72490

Santis e a Gleba “A” (remanescente); daí, segue na extensão de 758,10m (setecentos e cinquenta e oito metros e dez centímetros) com rumo de 5º45’SW até o ponto “D”, situado à margem direita do Rio Camanducaia, confrontando desde o ponto “C” até o ponto “D” com propriedade de Francisco Carlos de Santis; daí segue rio acima à distância de 382,00 m (trezentos e oitenta e dois metros) até encontrar o ponto “E”, situado no vértice formado pela propriedade aqui descrita com propriedade de Antonio Carvalhal dos Santos e margem direita do rio Camanducaia; daí segue, na extensão de 625,70 m (seiscentos e vinte e cinco metros e setenta centímetros) com rumo de 3º25”NE até o ponto “F”, daí segue na extensão de 32,50m (trinta e dois metros e cinquenta centímetros) com rumo de 86º25”SW, até o ponto “G”, daí segue na extensão de 95,00 m (noventa e cinco metros) com rumo de 5º45’NE até o ponto “H”, daí segue na extensão de 73,80 m (setenta e três metros e oitenta centímetros) com rumo de 18º45’NE até o ponto “I”, daí segue na extensão de 17,60 m (dezessete metros e sessenta centímetros) com rumo de 2º25’NE até o ponto “J”, daí segue a extensão de 69,00 m (sessenta e nove metros) com rumo de 17º25’NE até o ponto “K”, confrontando desde o ponto “E” até o ponto “K”, com propriedade de Antonio Carvalhal dos Santos; daí segue a extensão de 151,00 m (cento e cinquenta e um metros) com rumo de 81º05’NE até o ponto “N”, daí segue na extensão de 100,00m (cem metros), com rumo de 87º55’ NE até o ponto “M”, daí segue na extensão de 82,00m (oitenta e dois metros) com rumo de 57º45’ NE até o ponto “C”, onde teve início esta descrição, confrontando desde o ponto “K” até o ponto “C”, com a Gleba “A” (remanescente). Identificação Cadastral: Cadastrado no INCRA sob nº 624.101.007.471-0, com os seguintes dados: denominação do imóvel rural: SÍTIO SÃO FRANCISCO DE ASSIS – área total: 13.9000 ha, indicações para a localização do imóvel rural: Estrada Municipal Jaguariúna ao bairro Jardim – município sede do imóvel rural: Jaguariúna – módulo rural: 30,2222 ha, nº módulos rurais 0,45, módulo fiscal: 10,0000 ha, nº módulos fiscais: 1,3900, fração mínima de parcelamento 2,0000 ha, área registrada 13,9000 ha, posse a justo título: 0,0000, posse por simples ocupação: 0,0000, em nome de Moacir Bagarolli Filho, nº do CCIR: 11918294091, número do imóvel na Receita Federal – NIRF: 0.327.410-1. Cadastro Nacional de Matrícula (CNM) nº 146282.2.0010355-02. Imóvel matriculado sob nº 10.355 do RGI de Jaguariúna – SP. OBS: 1) Conforme Av.05/10.355 a alienação feita pelo executado, registrada sob o nº 01 da matrícula supra, foi declarada ineficaz em decorrência da declaração de fraude à execução. 2) Conforme Auto de Avaliação, o imóvel apresenta acesso sem asfalto, topografia em desnível, com declives e aclives. 3) Conforme Auto de Reavaliação, o imóvel está localizado em área rural (Sítio São Francisco de Assis), Bairro Bom Jardim, em Jaguariúna/SP. Trata-se de um imóvel rural, sendo seu acesso através de estrada de terra. Há edificações em padrão simples de construção, em razoável estado de conservação/manutenção. O imóvel conta com muitas áreas verdes, com diversas árvores e pastos.

Ônus/Observação: Nos termos do parágrafo único do artigo 130 do Código Tributário Nacional e artigo 122 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a aquisição através de alienação judicial (expropriação), tem natureza jurídica de AQUISIÇÃO ORIGINÁRIA, ou seja, o arrematante e o bem adquirido não respondem por nenhum débito que incida sobre o bem (seja ele móvel ou imóvel), especialmente IPTU, IPVA, MULTAS E JUROS, DÉBITOS CONDOMINIAIS, que são de responsabilidade do executado, nos termos dos artigos 1.430 do Código Civil e 908, § 1º do Código de Processo Civil. Conforme já decidiu o TST (TST-RO-6626-42.2013.5.15.0000; TST REENEC E RO - 75700- 07.2009.5.05.0000; TST-ReeNec e RO-12600-56.2009.5.09.0909; TST-RXOF e ROAG - 58400-44.2005.5.06.0000; TST-RXOF e ROMS-25600-26.2006.5.06.0000). VALOR MÍNIMO: 70% (setenta por cento) da avaliação. DA ARREMATAÇÃO “COM CRÉDITOS”: Se o crédito dos exequentes for suficiente para a aquisição do bem na alienação por iniciativa particular, e os exequentes desejarem oferecer proposta de arrematação utilizando tal crédito, serão observadas as seguintes regras: a) Na hipótese de o exequente ser o único credor trabalhista com crédito habilitado nos autos da execução em que foi determinada a alienação do bem penhorado, a arrematação com a utilização dos créditos somente será deferida se, por ocasião da realização da alienação por iniciativa particular, apresentar ao Corretor responsável a certidão atualizada do seu crédito, até o dia útil imediatamente anterior à data da alienação, bem como certidão que comprove ser ele/a o único credor trabalhista com crédito habilitado nos autos em que foi determinada a alienação do bem penhorado, tendo em vista o disposto no §1º do art. 892 do Código de Processo Civil (“Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente”); b) Na hipótese de existir mais de um credor trabalhista com crédito habilitado nos autos em que foi determinada a alienação do bem penhorado, a arrematação com a utilização dos créditos somente será deferida se todos os credores trabalhistas se fizerem presentes, pessoalmente ou devidamente representados por procurador com poderes específicos para tal ato, e manifestarem o desejo de arrematar conjuntamente o bem, hipótese na qual cada

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:14:28 - 9a72490

um deles adquirirá uma parte ideal proporcional ao seu crédito, cabendo-lhes pagar proporcionalmente à comissão fixada ao Corretor Judicial. c) Na hipótese da alínea anterior, caso não haja a concordância de arrematação conjunta de todos os credores, será indeferida a arrematação por crédito. d) Na hipótese da alínea b, em que a arrematação será feita coletivamente por todos os credores trabalhistas, os interessados e/ou seus procuradores deverão informar ao Corretor responsável da aquisição coletiva naqueles exatos moldes, apresentando ao gestor nomeado as respectivas procurações e certidões atualizadas dos seus créditos, até o dia útil imediatamente anterior à data da alienação, bem como certidão que comprove serem eles/as os únicos credores trabalhistas com créditos habilitados no processo piloto.

Proprietários:

CARLOS GUEDES DE CARVALHO

CPF: 188.183.308-96

Removido: Não

Localização: Estrada Municipal Jaguariúna ao Bairro Bom Jardim, s/nº, Rua Primo Dal'Bo, Número: s/nº Bairro: Rural Complemento: - Centro Equestre/Pesqueiro Monte Bello, JAGUARIÚNA UF: SP, CEP: 13913192

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 15.000.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 15.000.000,00

Data Avaliação: 16/04/2024

Data Penhora: 04/12/2019

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (70%): R$ 10.500.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

11: 0011050-37.2016.5.15.0093 - Assessoria de Execução III de Campinas

11.1 Tipo do Bem: Veículo

Identificação: Placa: FGR3066 Renavam: 493554955 Chassi: KMHDH41EBDU555500

Descrição: VEÍCULO MARCA HYUNDAI, MODELO ELANTRA GLS, 1.8, 5 portas, PLACA: FGR3066, CHASSI: KMHDH41EBDU555500, RENAVAM 00493554955, ANO 2012 E MODELO: 2013, COR: BRANCA, DIREÇÃO: hidráulica; CÂMBIO: automático; MOTOR: gasolina, Pneus: meia vida, Pintura/ Lataria: com pequenos arranhões, em bom estado de uso e conservação.

Proprietários:

CARLOS DE JESUS ROMERO

CPF: 304.632.628-91

Removido: Não

Localização: RUA FRANCISCO FADIM Número: 520

Bairro: MORUMBI Complemento: BL. A, AP 101

Cidade: PAULINIA UF: SP

CEP: 13140-726

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 58.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 58.000,00

Data Avaliação: 31/01/2024

Data Penhora: 09/11/2020

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 29.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

12: 0025600-47.2001.5.15.0001 - Assessoria de Execução III de Campinas

12.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 76047 - 1º Cartório - SÃO PAULO/SP

Descrição: Apartamento nº35 3º ou 4º andar do pavimento do EDIFÍCIO JOSÉ ADOLPHO CHAVES AMARANTE, área útil 33,84M2, área comum 14,14M2, área total construída 47,96M2 e fração ideal do terreno 12,62m2.

Ônus/Observação: Observação: lance mínimo no valor de 50% do valor da avaliação Ônus: R-3: Hipoteca em favor da Caixa Econômica Federal Av.04 - indisponibilidade - processo 482004320025150093 - 6ª Vara do Trabalho de Campinas. Av 05 - indisponibilidade - processo 00007637320135070018 - 18ª Vara do Trabalho de Fortaleza. Av.06 - penhora - processo 00025141920145020077 - 7ª Vara do Trabalho de São Paulo. Av.07 - indisponibilidade - processo 00007637320135070018 - 18ª Vara do Trabalho de Fortaleza. Av.08 - indisponibilidade - processo 01230000219975150066 - 3ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto. Av.09 - indisponibilidade - processo 01009005019975150067 - 4ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto. Av.10 - indisponibilidade - processo 00018957420135070016 - 16ª Vara do Trabalho de Fortaleza. Av.11 - indisponibilidade - processo 00358000620085050015 - 15ª Vara do Trabalho de Salvador. Av.12 - indisponibilidade - processo 01230000219975150066 - 3ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto. Av.13 - penhora - processo 0025600-47.2001.5.15.0001 - 1ª Vara do Trabalho de Campinas.

Proprietários:

SILVANA MARIA SANTOS SOARES

CPF: 106.529.238-44

Removido: Não

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:14:28 - 9a72490

Localização: Rua Barão de Iguape Número: 546

Bairro: Liberdade Complemento: apto 35 Ed. José Adolpho Chaves Amarante

Cidade: SAO PAULO UF: SP, CEP: 01507001

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 215.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 215.000,00

Data Avaliação: 28/04/2024

Data Penhora: 20/08/2021

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 107.500,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

13: 0010624-57.2018.5.15.0092 - Assessoria de Execução III de Campinas

13.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 91410 - 2º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Apartamento nº 114 do 11º andar, do CONDOMÍNIO EDIFÍCIO "PARATI", situado à Rua Jorge Miranda nº 104, Centro, nesta Cidade e Comarca de Campinas, 2ª Circunscrição Imobiliária, composto de uma sala de estar e jantar, um WC, um dormitório com banheiro (suíte), cozinha e área de serviço, e com as seguintes áreas: útil de 52,4600 m², comum de 17,08517 m², total de 69,54517 m², fração ideal no terreno de 8,61218 m² ou 1,28041%.

Ônus/Observação: Observação: Lance mínimo de 75% do valor da avaliação Ônus: Av.06 - penhora no processo nº 0010624-57.2018.5.15.0092 Av.07 - indisponibilidade no processo nº 0010624-57.2018.5.15.0092 Av.08 - indisponibilidade no processo nº 0010624-57.2018.5.15.0092

Proprietários:

THAMAR SUELLY HENRRIQUE

CPF: 674.007.798-34

Removido: Não

Localização: Rua Jorge Miranda Número: 104

Bairro: Centro Complemento: Ap. 114, 11º andar

Cidade: CAMPINAS UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 300.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 300.000,00

Data Avaliação: 22/05/2023

Data Penhora: 13/09/2021

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (75%): R$ 225.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

13.2 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 30639 - 4º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Apartamento nº 707, localizado no 6º andar ou 7º pavimento, no bloco 6, do Parque Patagônia, construído com frente para a Avenida Brasília, nº 1760, situado no Município de Paulínia-SP, nesta comarca de Campinas, e 4ª Circunscrição Imobiliária, composto da seguinte forma: 02 dormitórios, escritório, banheiro, sala, cozinha, circulação, confronta sua integridade, considerando quem de dentro do apartamento, olha para o hall, pela frente com o hall social e apartamento final 5 do andar, lado direito com o apartamento final 8 do andar, lado esquerdo e fundos áreas comuns do condomínio, com a área real total de 107,64000m², área real privativa coberta de 60,77m², área real de estacionamento 12,00m², área real de uso comum de 34,87000m², e fração ideal do terreno de 0,006561783%, cabendo a essa unidade a vaga de garagem nº 50.

Ônus/Observação: Observação: Lance mínimo de 75% do valor da avaliação Ônus: Av.07 - penhora no processo nº 0010624-57.2018.5.15.0092. Av.08 - indisponibilidade no processo nº 0010624-57.2018.5.15.0092. Av.09 - indisponibilidade no processo nº 0010624-57.2018.5.15.0092.

Proprietários:

THAMAR SUELLY HENRRIQUE

CPF: 674.007.798-34

Removido: Não

Localização: Avenida Brasília Número: 1760

Complemento: Ap. 707, Bloco 6

Cidade: PAULINIA UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 275.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 275.000,00

Data Avaliação: 30/05/2023

Data Penhora: 13/09/2021

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (75%): R$ 206.250,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

Valor total do lote: R$ 575.000,00

Lance mínimo total do lote: R$ 431.250,00

14: 0010145-80.2019.5.15.0043 - Assessoria de Execução III de Campinas

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:14:28 - 9a72490

14.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 157899 - 2º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Apartamento nº 67, localizado no 6º andar, do Condomínio "EDIFÍCIO INAÍRA", situado na Rua Culto à Ciência, nº 257, nesta Comarca de Campinas/SP, 2ª Circunscrição Imobiliária, com a seguinte descrição: área privativa de 32,13m², comum de 12,7884m², área total de 44,9184m², fração ideal do terreno de 5,7220m² ou 0,8346%.

Ônus/Observação: OBSERVAÇÕES: 1) Lance mínimo no importe de 75% do valor da avaliação; 2) Há terceira co proprietário; 3) Deve ser adquirido em conjunto com o imóvel de Matrícula nº 157.900 do 2º CRI de Campinas/SP (vaga de garagem).

Proprietários:

WALTERCIDES BATISTA DA SILVEIRA

CPF: 189.079.386-87

Removido: Não

Localização: Rua Culto à Ciência Número: 257

Complemento: Ap. 67

Cidade: CAMPINAS UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 128.520,00

Valor Total Penhorado: R$ 128.520,00

Data Avaliação: 25/03/2024

Data Penhora: 02/12/2021

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (75%): R$ 96.390,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

14.2 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 157900 - 2º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Box de Estacionamento nº 06, localizado no subsolo do Condomínio "EDIFÍCIO INAÍRA", situado na Rua Culto à Ciência, nº 257, nesta Comarca de Campinas/SP, 2ª Circunscrição Imobiliária, com a seguinte descrição: área útil de 16,00m², comum de 17,5200m², total de 33,52m², fração ideal do terreno de 1,7446m² ou 0,2545%.

Ônus/Observação: OBSERVAÇÕES: 1) Lance mínimo no importe de 75% do valor da avaliação; 2) Há terceira co proprietário; 3) Deve ser adquirido em conjunto com o imóvel de Matrícula nº 157.899 do 2º CRI de Campinas/SP (apartamento).

Proprietários:

WALTERCIDES BATISTA DA SILVEIRA

CPF: 189.079.386-87

Removido: Não

Localização: Rua Culto à Ciência Número: 257

Complemento: Box de estacionamento nº 06

Cidade: CAMPINAS UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 35.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 35.000,00

Data Avaliação: 25/03/2024

Data Penhora: 02/12/2021

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (75%): R$ 26.250,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

Valor total do lote: R$ 163.520,00

Lance mínimo total do lote: R$ 122.640,00

15: 0010396-28.2019.5.15.0131 - Assessoria de Execução III de Campinas

15.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 70425 - 3º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Lote de terreno sob nº 11, da quadra 51, do loteamento denominado Novo Campos Elíseos, tendo as seguintes medidas, mais ou menos e confrontações: faz frente para a rua 48, para a qual mede 37,00ms em curva, de um lado confronta com o lote 12, onde mede 26,15ms, de outro lado com os lotes 10, 9 e 8, onde mede 25,80ms, nos fundos forma vértice, tendo a área de 350,00ms2.

Ônus/Observação: OBSERVAÇÕES ATENÇÃO: Lance mínimo de 75% do valor da avaliação. Co Proprietária: ELISABETH AMARAL DA SILVA ÔNUS: Av.02 - penhora no processo nº 00103962820195150131 em trâmite pela 12ª Vara do Trabalho de Campinas/SP.

Proprietários:

WALMIR VIDA DA SILVA

CPF: 098.995.108-15

Removido: Não

Localização: Rua Manuel Fernandes Dias Número: 170

Bairro: Jardim Novo Campos Elíseos Cidade: CAMPINAS UF: SP

CEP: 13060110

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 500.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 500.000,00

Data Avaliação: 12/12/2024

Data Penhora: 21/02/2022

Ordem da Penhora: 1

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:14:28 - 9a72490

Valor do lance mínimo (75%): R$ 375.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

16: 0000949-37.2013.5.15.0095 - Assessoria de Execução III de Campinas

16.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 10200 - 3º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Prédio, respectivo terreno e quintal, a rua Francisco Teodoro 587, medindo em seu todo 5,00m de frente, igual largura nos fundos, por 40,00m da frente aos fundos, com área de 200,00m2, confrontando com o prédio 595 de Francisco Said ou sucessores e Marta Prestes ou sucessores.

Ônus/Observação: Observação: Co-proprietário: MARIO TRENTIN, Valor do lance mínimo: 75% da avaliação Certidão de id: a420fe3 do Processo nº 0000949-37.2013.5.15.0095: "imóvel fechado e desabitado há muito tempo (aproximadamente 18 anos), existindo no terreno edificação inacabada; fachada do imóvel fechada por dois portões de metal (garagem e acesso), pintados na cor amarela, e vizinhos informam tratar-se de uma construção “embargada” por irregularidades na obra" Ônus: Av.04: Ação de Execução de Título Extrajudicial - 6ª Vara Cível da Comarca de Itapira-SP - processo 1041397-49.2015.8.26.0114 Av.05: Penhora - 6ª Vara Cível da Comarca de Itapira-SP - processo 1041397-49.2015.8.26.0114 Av. 06: Penhora - 8ª Vara do Trabalho de Campinas - processo 0000949-37.2013.5.15.0095 Av.07: Averbação Premonitória - 1ª Vara Regional de Vila Mimosa da Comarca de Campinas - processo 1000551-46.2016.8.26.0084.

Proprietários:

MARIA MADALENA PINTO CATAO TRENTIN

CPF: 099.729.678-08

Removido: Não

Localização: Rua Francisco Teodoro Número: 587

Cidade: CAMPINAS UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 420.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 420.000,00

Data Avaliação: 14/01/2025

Data Penhora: 06/05/2022

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (75%): R$ 315.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

17: 0086300-67.2002.5.15.0093 - Assessoria de Execução III de Campinas

17.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 17758 - 1º Cartório - IGUAPE/SP

Descrição: Lote de terreno sob nº 56 (cinquenta e seis), da quadra nº 5 (cinco), do loteamento denominado 'Balneários dos Meninos', situado na Ilha Comprida, neste município de Iguape, medindo 10,00m por 10,00m com a área de 270,00m², fazendo frente para a Rua 'B', confrontando do lado direito com o lote nº 55 (cinquenta e cinco), do lado esquerdo com o lote nº 57 (cinquenta e sete), e nos fundos com o lote nº 9 (nove).

Ônus/Observação: OBSERVAÇÕES: Lote está em local sem infraestrutura, desprovido de acesso à luz elétrica e água, em área de vegetação nativa, inóspita, encravado em região de proteção ambiental (APA), de difícil licenciamento para ocupação e edificação. Há terceira co proprietária; Lance mínimo de 100% do valor da avaliação ÔNUS: Ônus: Av.3 - restrição ambiental - imóvel inserido em área de proteção ambiental denominada APA da Ilha Comprida Av.4 - indisponibilidade no processo nº 02507003120035020027 Av.5 - penhora no processo nº 0086300-67.2002.5.15.0093

Proprietários:

MAURICIO MILNER

CPF: 025.379.588-53

Removido: Não

Localização: QUADRA 05, LOTE 56 Bairro: Balneario dos Meninos Cidade: ILHA COMPRIDA UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 15.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 15.000,00

Data Avaliação: 21/07/2023

Data Penhora: 29/06/2022

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (100%): R$ 15.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

17.2 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 45749 - 1º Cartório - COTIA/SP

Descrição: Unidade autônoma nº 36, do Condomínio das Graças, situado no Bairro da Graça, neste Município e Comarca de Cotia, Estado de São Paulo, que assim se descreve: com a área total de 659,50 m², medindo 15,00 metros de frente para a Passagem 01, pelo lado direito de quem da frente da passagem olha para a unidade autônoma mede 44,00 metros e confronta com a unidade autônoma nº 36, pelo lado esquerdo mede 34,00 metros e confronta

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:14:28 - 9a72490

com a unidade autônoma nº 34 e nos fundos, onde também faz frente para a Passagem 02, mede 21,50 metros, correspondente a uma fração ideal no terreno de 0,01742%.

Ônus/Observação: OBSERVAÇÕES: Há terceira co proprietária; Lance mínimo de 100% do valor da avaliação. ÔNUS: Av.03 - penhora no processo nº 0086300-67.2002.5.15.0093 Av.04 - indisponibilidade no processo nº 0086300-67.2002.5.15.0093 Av.05 - indisponibilidade no processo nº 0015700- 51.2004.5.02.0048 Av.06 - indisponibilidade no processo nº 0227000-69.2003.5.02.0433 Av.07 - indisponibilidade no processo nº 0250700-31.2003.5.02.0027

Proprietários:

MAURICIO MILNER

CPF: 025.379.588-53

Removido: Não

Localização: RUA DAS DÁLIAS Número: 13

Bairro: CONDOMINIO DAS GRAÇAS, Complemento: Ap. 36

Cidade: COTIA UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 62.916,30

Valor Total Penhorado: R$ 62.916,30

Data Avaliação: 27/06/2023

Data Penhora: 29/06/2022

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (100%): R$ 62.916,30

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

Valor total do lote: R$ 77.916,03

Valor mínimo total do lote: R$ 77.916,03

18: 0011335-78.2019.5.15.0043 - Assessoria de Execução III de Campinas

18.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 30808 - 1º Cartório - PEDREIRA/SP

Descrição: Lote de terreno sob nº 02 (dois) da Quadra E, com a área de 250,00 metros quadrados, com a frente para a Rua 04, para a qual mede 10,00m (dez metros), igual largura na linha do fundo, confrontando com o lote nº 45; 25,00m (vinte e cinco metros) da frente ao fundo, em ambos os lados, confrontando do lado direito com o lote nº 03 e do lado esquerdo com o lote nº 01, possuindo faixa "non aedificandi", destinada a viela sanitária, com largura de 3,00 metros, localizada no fundo do lote.

Ônus/Observação: Observação: Lance mínimo de 60% do valor da execução. Sobre o lote há uma edificação térrea (residencial), padrão médio de construção.

Proprietários:

ANTÔNIO CARLOS DURANTE

CPF: 247.781.808-28

Removido: Não

Localização: Rua Otávio Antoniacci Número: 89

Bairro: Jardim Pinheiros Cidade: JAGUARIÚNA UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 550.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 550.000,00

Data Avaliação: 08/08/2023

Data Penhora: 07/12/2022

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (60%): R$ 330.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

19: 0010520-46.2022.5.15.0053 - Assessoria de Execução III de Campinas

19.1 Tipo do Bem: Veículo

Identificação: Placa: AHX6489

Descrição: Veículo VW Fusca 1600, 1994, placa AHX 6489, cor prata.

Ônus/Observação: Observação: Lance mínimo de 100% do valor da avaliação

Proprietários:

FRANCISCO RODRIGUES NETO

CPF: 179.005.168-16

VANDA HELOIZA DE SYLLOS ROSA RODRIGUES

CPF: 126.567.888-03

Removido: Não

Localização: Av. ENGENHEIRO JOSÉ FRANCISCO HOMEM DE MELO Número: 1155 Cidade: CAMPINAS UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 28.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 28.000,00

Data Avaliação: 25/01/2023

Data Penhora: 25/01/2023

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (100%): R$ 28.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

20: 0011635-33.2020.5.15.0131 - Assessoria de Execução III de Campinas

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:14:28 - 9a72490

20.1 Tipo do Bem: Veículo

Identificação: Placa: FGU4734

Descrição: Veículo Marca Honda city EX CVT, placas 4734

Ônus/Observação: Veículo em bom estado e em funcionamento. Lance mínimo de 75% do valor da avaliação (0011635-33.2020.5.15.0131)

Proprietários:

DANUBIA DOMINGUES FERREIRA

CNPJ: 19.164.236/0001-91

Removido: Não

Localização: Av. dos Pioneiros Número: 450

Bairro: Parque Villa Flores Complemento: casa 25

Cidade: SUMARÉ UF: SP

CEP: 13175-668

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 62.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 62.000,00

Data Avaliação: 20/02/2024

Data Penhora: 20/02/2024

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (75%): R$ 46.500,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

21: 0010614-76.2019.5.15.0092 - Assessoria de Execução III de Campinas

21.1 Tipo do Bem: Imóvel - EXCLUÍDO

Identificação: Matrícula: 201653 - 3º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: imóvel de matrícula 201.653, do 3o CRI de Campinas, lote 27, quadra D, loteamento Jardim Santa Maria. Conforme croqui informado pela Prefeitura no site zoneamento on line, através do código cartográfico 514221850373-00000, estive no local e constatei tratar-se de terreno sem construção, situado à rua Prof. Paulo Freire, bairro Vista Alegre.

Um terreno designado por Lote 27 da Quadra 'D' do loteamento denominado Jardim Santa Maria, nesta cidade, assim descrito e caracterizado: medindo 12,00m de frente para a rua 01; 12,60m nos fundos, por 25,00m de ambos os lados confrontando com os lotes 26, 28, e 20, encerrando a área de 307,00m².

Ônus/Observação: OBSERVAÇÕES: Código cartográfico correto: 5124.6340.0335.00000 Certidão de id. 0f76761 da CP 0010614-76.2019.5.15.0092: O bairro (onde se encontra o imóvel) está situado na periferia da cidade, parcialmente urbanizado, com alto índice de violência e lotes invadidos e sem regularização. ÔNUS: Av.01 - penhora Av.03 - indisponibilidade Av.05 - arresto Av.06 a 10 - indisponibilidade Av.11 - penhora Av.12 e 13 - indisponibilidade Av.14 - penhora Av.15 - indisponibilidade Av.16 - penhora Av.17 a 21- indisponibilidade Av.22 - penhora Av.23 e 24 - indisponibilidade Av.25 - penhora Av.26 a 54 - indisponibilidade Av.55 - penhora Av.56 a 84 - indisponibilidade Av.85 - penhora Av.86 e 87 - indisponibilidade Av.88 – penhora.

Removido: Não

Localização: Rua Pedro Colombari Bairro: Bairro Vista Alegre Complemento: Em frente à esquina da Rua Lourival de Almeida Cidade: CAMPINAS UF: SP

CEP: 13055603

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 115.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 115.000,00

Data Avaliação: 04/03/2022

Data Penhora: 13/05/2024

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 57.500,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

22: 0010399-24.2017.5.15.0043 - Divisão de Execução de Campinas

22.1 Tipo do Bem: Imóvel – EFEITO SUSPENSO

Identificação: Matrícula: 4835 - 1º Cartório - VINHEDO/SP

Descrição: Terreno constituído pelo Lote 11, Quadra 09, do Loteamento denominado Residencial Reserva Sapucaia II, Município de Louveira/SP, com área de 525,00 metros quadrados. Cadastro de contribuinte: 41143-41-62-06096-00011.

Proprietários:

IVONE MARIA SALES

CPF: 103.038.308-16

Removido: Não

Localização: Alameda dos Hibiscos Número: 0

Bairro: Santa Isabel Cidade: LOUVEIRA UF: SP

CEP: 13291-174

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 397.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 397.000,00

Data Avaliação: 07/06/2024

Data Penhora: 07/06/2024

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 198.500,00

Anexo(s) do bem:

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:14:28 - 9a72490

Não há anexos cadastrados para este bem

23: 0010722-52.2023.5.15.0129 - Divisão de Execução de Campinas

23.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 152723 - 1º Cartório - ITANHAÉM/SP

Descrição: TERRENO, LOTE 05, QUADRA R (LADO MORRO), COM 264 METROS QUADRADOS; LOTE DE TERRENO SEM DEMARCAÇÃO, COM MATA NATIVA E SEM ACESSO; NO BAIRRO BALNEÁRIO MARTINEZ, RUA JOSÉ MARTINEZ, 0, MONGAGUÁ/SP, CEP: 11730-000.

Proprietários:

IAC DO BRASIL REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA

CNPJ: 65.408.114/0001-10

Removido: Não

Localização: RUA JOSÉ MARTINEZ Número: 0

Bairro: BALNEÁRIO MARTINEZ Complemento: LOTE 05 QUADRA R

Cidade: MONGAGUÁ UF: SP

CEP: 11730-000

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 5.475,00

Valor Total Penhorado: R$ 5.475,00

Data Avaliação: 15/10/2024

Data Penhora: 29/10/2024

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 2.737,50

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

23.2 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 152724 - 1º Cartório - ITANHAÉM/SP

Descrição: TERRENO, LOTE 06, QUADRA R (LADO MORRO), COM 264 METROS QUADRADOS; LOTE DE TERRENO SEM DEMARCAÇÃO, COM MATA NATIVA E SEM ACESSO; NO BAIRRO BALNEÁRIO MARTINEZ, MONGAGUÁ/SP, CEP: 11730-000

Proprietários:

IAC DO BRASIL REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA

CNPJ: 65.408.114/0001-10

Removido: Não

Localização: RUA JOSÉ MARTINEZ Número: 0

Bairro: BALNEÁRIO MARTINEZ Complemento: LOTE 06 QUADRA R

Cidade: MONGAGUÁ UF: SP

CEP: 11730-000

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 5.475,00

Valor Total Penhorado: R$ 5.475,00

Data Avaliação: 15/10/2024

Data Penhora: 29/10/2024

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 2.737,50

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

23.3 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 152725 - 1º Cartório - ITANHAÉM/SP

Descrição: TERRENO, LOTE 12, QUADRA R (LADO MORRO), COM 264 METROS QUADRADOS; LOTE DE TERRENO SEM DEMARCAÇÃO, COM MATA NATIVA E SEM ACESSO; NO BAIRRO BALNEÁRIO MARTINEZ, MONGAGUÁ/SP, CEP: 11730-000.

Proprietários:

IAC DO BRASIL REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA

CNPJ: 65.408.114/0001-10

Removido: Não

Localização: RUA JOSÉ MARTINEZ Número: 0

Bairro: BALNEÁRIO MARTINEZ Complemento: LOTE 12 QUADRA R

Cidade: MONGAGUÁ UF: SP

CEP: 11730-000

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 5.475,00

Valor Total Penhorado: R$ 5.475,00

Data Avaliação: 15/10/2024

Data Penhora: 29/10/2024

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 2.737,50

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

Valor total do lote: R$ 16.425,00

Valor mínimo total do lote: R$ 8.212,50

REGULAMENTO E DISPOSIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO NA HASTA PÚBLICA UNIFICADA DA CIRCUNSCRIÇÃO DE CAMPINAS - TRT 15ª REGIÃO

1. CADASTRO PARA PARTICIPAR DO LEILÃO ELETRÔNICO:

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:14:28 - 9a72490

1.1) Quem pretender arrematar os citados bens, deverá efetuar seu cadastro, que deverá ser feito antecipadamente no site: **www.grupolance.com.br.** O cadastro implicará a aceitação da integralidade das disposições do Provimento GP-CR Nº 04/2019, do TRT da 15ª Região, assim como das demais condições dispostas neste edital.

1.2) Após o cadastro, deverão ser encaminhados ao leiloeiro, no e-mail **contato@grupolance.com.br,** os arquivos dos seguintes documentos:

- **TERMO DE ADESÃO** assinado e com firma reconhecida em cartório ou encaminhado por arquivo eletrônico com a devida assinatura digital válida no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil), com cláusula específica de que o licitante presta as informações com veracidade, na forma da lei, sob pena de caracterização de crime, valendo o simples recebimento do e-mail como prova para este fim;
- Cópia autenticada da Carteira de identidade (RG) ou documento equivalente (carteira nacional de habilitação, documento de identidade expedido por entidades de classe ou órgãos públicos);
- Cópia autenticada do Cadastro de pessoa física (CPF);
- Original ou cópia autenticada do Comprovante de estado civil;
- Cópia autenticada dos documentos do cônjuge (RG/CPF);
- Comprovante de residência em nome do interessado;
- E-mail para intimação processual e telefone para contato.
- **Na hipótese de se tratar de pessoa jurídica:**
- Cópia autenticada do Contrato social e alterações;
- Cartão CNPJ;
- Cópia autenticada dos documentos do representante (RG/CPF);
- Comprovante de endereço em nome da empresa;

Alternativamente os documentos previstos nos itens acima podem ser enviados em arquivo eletrônico, desde que permitam a aferição de sua autenticidade pela Internet. Todos os documentos referidos deverão ser recepcionados pelo leiloeiro até a data designada para a realização do leilão eletrônico, sob pena de não ser efetivada a validação do cadastro efetuado.

É obrigação do arrematante fornecer e-mail e telefone para localização, em qualquer caso. Na omissão, o leiloeiro será responsável pela juntada aos autos dos documentos pessoais e de representação do arrematante, comprovante de pagamento das parcelas, transferência do bem e imissão de posse.

1.2.1) Alternativamente, os citados documentos, em cópias autenticadas, poderão ser encaminhados no endereço físico: Avenida Miguel Stefano, nº 3335, CEP 11.440-533, Balneário Cidade Atlântica, Guarujá-SP.

1.3) Os documentos acima discriminados deverão ser recepcionados pelo leiloeiro **até a data designada para o encerramento do leilão eletrônico, sob pena de não ser efetivada a validação do cadastro efetuado** (§3º, art. 12 do Provimento GP-CR nº 04/2019).

1.3.1) Considerando que a hasta será realizada exclusivamente na modalidade eletrônica não haverá possibilidade do cadastro presencial. Caso o participante necessite de auxílio ou estrutura para participação no leilão, poderá comparecer ao Fórum Trabalhista de Campinas, situado na Avenida José de Souza Campos, nº 422, Chácara da Barra, 8º andar, com uma hora de antecedência para que seja providenciada a estrutura e o auxílio necessários à sua participação.

1.4) O cadastro é pessoal e intransferível, sendo o interessado responsável pelo cumprimento dos prazos fixados neste edital,

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:14:28 - 9a72490

assim como pelos lances realizados com seu login e senha, sob pena de multa a ser fixada pelo Juízo responsável pela hasta.

1.5) O cadastro e a participação no leilão eletrônico constituem faculdade dos licitantes, eximindo-se o TRT da 15ª Região de eventuais problemas técnicos ou operacionais que obstem, no todo ou em parte, a efetiva participação do interessado no ato (art. 13 do Provimento GP-CR n. 04/2019).

2. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HASTA PÚBLICA:

2.1) O leilão será realizado EXCLUSIVAMENTE na modalidade eletrônica. Os bens serão anunciados no ambiente virtual do leiloeiro, no sítio eletrônico **www.grupolance.com.br** e serão vendidos um a um em caráter *ad-corpus* e no estado de conservação em que se encontram.

2.2) A hasta estará a cargo do Leiloeiro Oficial designado **Gilberto Fortes do Amaral Filho,** o qual fica responsável por:

a) divulgar a hasta com especial enfoque para na publicidade da modalidade de sua realização, exclusivamente eletrônica, em mídias eletrônicas, tais como redes sociais e portais de notícias, além da publicação do competente edital, com, no mínimo, 20 (vinte) dias úteis de antecedência, nos termos do art. 2ª do Provimento GP-CR Nº 04/2019, no site nacional www.PUBLICJUD.com.br;

b) providenciar a remoção do(s) bem(ns), quando determinada pela Juíza, fazendo jus o leiloeiro ao ressarcimento das despesas ocorridas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, bem como a armazenagem, na forma do artigo 789-A, VIII, da CLT, que serão acrescidas à execução, mesmo nas hipóteses em que depois da remoção do(s) bem(ns) sobrevier substituição da penhora, pagamento, remição, conciliação ou adjudicação.
Consoante o art. 826 e 903 do CPC/2015, a remição pode ocorrer enquanto não assinado o auto de arrematação pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, momento em que a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável.

2.3) O leiloeiro fica responsável pelo regular funcionamento do site no que diz respeito às informações lá disponibilizadas, zelando pela regularidade, transparência e regular acesso dos interessados na igualdade de oportunidade de ofertas de lances.

2.4) O usuário cadastrado terá conhecimento dos lances ofertados, por meio de informação disponibilizada pelo leiloeiro na página eletrônica, assim como de eventual proposta de parcelamento;

2.5) O usuário cadastrado poderá ofertar novo lance, que será devidamente divulgado no ambiente virtual supramencionado, propiciando a concorrência em igualdade de condições aos interessados; assim, a cada novo lance, o sistema permanecerá aberto para novo lance por mais 3 minutos, a fim de possibilitar a concorrência.

2.6) O ambiente de lances do leiloeiro deverá prever a aquisição do bem individualizado ou do lote integral, em condomínio de licitantes.

2.7) O aludido ambiente virtual do leiloeiro deve possibilitar o registro de data e hora dos lances para verificação e certificação da ordem dos lances, tanto do arrematante vencedor quanto do arrematante vencido, assim como das condições de pagamento.

3. DOS LANCES

3.1) O leilão ocorrerá conforme o seguinte cronograma:

1. **Abertura do leilão para recepção de lances:** dar-se-á a partir do dia 23/04/2025, sendo os lances recebidos no ambiente virtual disponibilizado pelo Leiloeiro Oficial.

1. **Realização do 1º Pregão:** o primeiro pregão será realizado no dia **22/05/2025, às 14h00**, com transmissão ao vivo, pelo Leiloeiro Oficial, ocasião em que serão analisados os lances já existentes. **Os lotes serão apregoados e encerrados um a um, com a declaração do lance vencedor, ou o repasse do lote para o 2º pregão.**

1. **Realização do 2º Pregão (repasse):** o segundo pregão será realizado no mesmo dia, após o encerramento do 1º pregão, depois de curto intervalo a ser definido, no ato, pelo Leiloeiro Oficial, durante a transmissão ao vivo. No repasse, os lotes serão anunciados e encerrados, um a um, com o registro dos lances, no ambiente virtual, ocasião em que poderão ser desmembrados e o pagamento poderá ser parcelado, mantendo-se o mesmo percentual de lance mínimo praticado no primeiro pregão. Por

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:14:28 - 9a72490

ocasião do repasse, os interessados poderão fazer outras propostas exclusivamente através do site do leiloeiro, tais propostas estarão sujeitas a aprovação, no ato, pela Juíza Coordenadora da Divisão de Execução de Campinas, conforme critérios estabelecidos neste edital.

1. **Ajuste das Propostas:** durante o anúncio de cada lote, conforme item “c” acima, as propostas serão analisadas pela Juíza Coordenadora, que poderá, por intermédio do Leiloeiro Oficial, contatar as(os) licitantes para ajustarem suas propostas, caso não atendam aos critérios de aprovação. Tal período findará com a aprovação ou rejeição das propostas existentes. Poderá a Juíza Coordenadora, neste momento, adiar o encerramento de determinado lote, passando à análise e encerramento dos lotes seguintes, caso as circunstâncias exijam maior tempo para o ajuste de propostas.

1. **Encerramento do 2º Pregão:** analisadas todas as propostas e declaradas(os) as(os) vencedoras(es), será encerrado o 2º pregão.

1. **Encerramento do Leilão:** ocorrerá no mesmo dia, 22/05/2025, após o cumprimento de todas as etapas acima.

3.2) Será observado como lance mínimo a percentagem sobre o valor da avaliação definida pelo Juízo da Execução. Não existindo definição pelo Juízo da Execução do lance mínimo, esse será de 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação para bens imóveis e veículos e 50% (cinquenta por cento) para os demais bens.

3.3) Desde a data da publicação do presente Edital, o leilão eletrônico estará disponível para recepção de lances por meio do site do leiloeiro na internet **www.grupolance.com.br**, sendo certo que:

1. O leilão na forma de aquisição do lote integral, sem desmembramento e sem parcelamento, acontecerá a partir da data de publicação deste edital até o encerramento da hasta, **que tem horário marcado, podendo prorrogar a depender** da demanda de oferta e da procura;

1. A fim de garantir a plena isonomia entre os participantes, a realização dos lances deve ocorrer **exclusivamente** por meio do respectivo sítio eletrônico, através da utilização de login e senha;

1. O usuário cadastrado poderá ofertar novo lance, que será devidamente anunciado no ambiente virtual do leiloeiro, propiciando a concorrência em igualdade de condições aos interessados;

1. Os licitantes que pretenderem arrematar em condomínio deverão informar ao leiloeiro via e-mail, enviando as condições da proposta para pregão eletrônico e verbal;

1. O aludido ambiente virtual do leiloeiro deve possibilitar a comunicação com os licitantes, inclusive com registro de data e hora, para verificação e certificação da ordem dos lances, do arrematante vencedor e do arrematante vencido, assim como as condições de pagamento deste último.

3.4) Para dirimir eventuais dúvidas e questionamentos, o leiloeiro deverá manter em seu site, em local de fácil visualização, telefones e formas para contato com a equipe do leiloeiro.

3.5) Compete ao Juízo responsável pela hasta pública, na forma do artigo 7º do Provimento GP-CR Nº 04/2019, proceder ao cancelamento de qualquer oferta quando não for possível autenticar a identidade do usuário, quando houver descumprimento das condições estabelecidas no Edital ou no referido Provimento ou quando a proposta apresentar irregularidade facilmente detectável.

4) Arrematado o bem, o leiloeiro enviará ao arrematante, por mensagem eletrônica, as guias de depósito e os dados bancários para pagamento imediato do valor da arrematação e da comissão, respectivamente, observados os percentuais devidos e a forma de

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:14:28 - 9a72490

pagamentos previstos neste edital.

5) Na data da Hasta Pública, sendo a arrematação para pagamento à vista, o arrematante deverá pagar parcela correspondente a, no mínimo 20% (vinte por cento) do valor do lance, além da comissão do leiloeiro, de 5% (cinco por cento) também sobre o valor do lance, admitindo-se pagamento em moeda corrente e comprovação de transferência online ou guia de depósito.

5.1) O saldo remanescente deverá ser pago no primeiro dia útil subsequente à data da realização da hasta, diretamente na agência bancária autorizada;

5.2) A realização tempestiva dos pagamentos deve ser comprovada até 24 horas após sua efetivação, mediante envio de mensagem eletrônica do arrematante acompanhada dos documentos, para o endereço eletrônico do Leiloeiro, que a encaminhará à Central de Mandados de Campinas e ao Juízo da execução.

5.3) Cabe ao leiloeiro verificar a tempestividade dos pagamentos.

5.3.1) A não realização dos depósitos dos valores devidos no prazo fixado deverá ser comunicada imediatamente pelo leiloeiro à Central de Mandados de Campinas, informando, ainda, os 3 (três) lances subsequentes, para que seus ofertantes possam exercer o direito de opção, sem prejuízo da possibilidade de reparação de prejuízos prevista no disposto no caput do artigo 903 do Código de Processo Civil.

6) Ressalvada a hipótese do artigo 903, parágrafo 5º, do Código de Processo Civil, a desistência da arrematação ou a ausência do depósito do saldo remanescente no prazo fixado acarretará a perda, em favor da execução, do valor já pago, além da comissão destinada ao leiloeiro, voltando os bens a novo leilão, do qual não serão admitidos a participar o arrematante (art.897 do CPC).

7) O credor que não adjudicar os bens constritos perante o Juízo da Execução antes de designada data para o leilão pela Corregedoria Regional, com sorteio de leiloeiro e geração de relatório por sistema eletrônico, só poderá adquiri-los em hasta pública na condição de arrematante, com preferência na hipótese de igualar o maior lance, respondendo, porém, pelo pagamento da comissão do leiloeiro, na forma do art. 6º do Provimento GP-CR nº 04/2019.

8) Se o crédito do (s) exequente(s) for(em) suficiente(s) para a aquisição do bem na hasta e o exequente que tiver interesse na arrematação, deverá observar as seguintes regras:

a) fazer seu cadastro junto ao sítio eletrônico do leiloeiro e enviar e-mail através do endereço: **contato@grupolance.com.br**, informando que tem a intenção de exercer seu direito de preferência e encaminhando os documentos elencados no item 1.2.

b) Não haver determinação expressa no juízo da execução que impeça a arrematação nesta modalidade;

c) Na hipótese de o exequente ser o único credor trabalhista com crédito habilitado nos autos da execução em que foi determinada a alienação do bem penhorado, a arrematação com a utilização dos créditos somente será deferida se, por ocasião da realização da hasta pública, apresentar certidão atualizada do seu crédito, até o dia útil imediatamente anterior à data da hasta pública, bem como certidão que comprove ser ele/a o único credor trabalhista com crédito habilitado nos autos em que foi determinada a alienação do bem penhorado.

d) Na hipótese de existir mais de um credor trabalhista com crédito habilitado nos autos em que foi determinada a alienação do bem penhorado, a arrematação com a utilização dos créditos somente será deferida se houver petição no aludido processo (PJE) de todos os credores manifestando o desejo de arrematar conjuntamente o bem, hipótese na qual cada um deles adquirirá uma parte ideal proporcional ao seu crédito, cabendo-lhes pagar, também de forma proporcional, a comissão fixada ao leiloeiro;

e) Na hipótese da alínea anterior, caso não haja a concordância de arrematação conjunta de todos os credores, o exequente que pretender arrematar os bens estará obrigado a exibir a integralidade do preço (diferença entre seu crédito e o lance eventualmente ofertado ou, se não houver, entre o seu crédito e o valor do lance mínimo), sob pena de indeferimento do pedido de arrematação.

9) Caso o arrematante seja o próprio credor e o seu crédito seja inferior ao valor do lance mínimo, deverá ser efetuado, no prazo de 3 (três) dias, o depósito da diferença entre o valor do maior lance e do seu crédito ou da diferença entre o valor do seu crédito e o montante do lance mínimo, sob pena de tornar sem efeito a arrematação, realizando-se novo leilão à custa do exequente (§1º do art. 892 do Código de Processo Civi) ou, se for o caso, de atribuí-la ao licitante concorrente. Nesta hipótese, a comissão do leiloeiro, calculada sobre o valor do lance, deverá ser paga por ocasião do encerramento da hasta pública.

10) Exclusivamente para o repasse, o interessado que adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar proposta para

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:14:28 - 9a72490

parcelamento do pagamento da arrematação, observadas as seguintes regras:

a) Para bens imóveis: A proposta conterá oferta de pagamento de pelo menos **30%** (trinta por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado no máximo em 11 (onze) parcelas, quando se tratar de imóveis; nos casos de parcelamento de pagamento de bens imóveis, a carta de arrematação será expedida com hipoteca judiciária, que só será extinta após a integral quitação das parcelas.

b) Para bens móveis: a proposta conterá oferta de pagamento de pelo menos **30%** (trinta por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado no máximo em 11 (onze) parcelas. Nos casos de parcelamento de pagamento de bens móveis, a carta de arrematação ficará condicionada ao pagamento integral das parcelas.

b.1) Eventual antecipação de entrega da carta de arrematação deverá ser requerida ao Juízo da Execução, mediante caução idônea, ficando à decisão deste o deferimento da carta em comento;

c) Nos casos de parcelamento, será utilizado o índice SELIC (Receita Federal) para corrigir monetariamente as prestações ou outro índice que venha a substituir o fixado;

c.1) Casos excepcionais, o índice de atualização poderá ser diferenciado do constante no item "c", a depender do deferimento da Magistrada responsável pela hasta, o que deverá estar consignado no Auto de Arrematação.

d) A apresentação da proposta de parcelamento não suspende o leilão.

e) A opção pelo parcelamento deve ser efetuada no momento do lance. Em não se fazendo neste momento, presume-se que o lance foi dado à vista, não podendo posteriormente o arrematante solicitar referido parcelamento.

f) Propostas de parcelamentos em condições iguais, prevalecerá a formulada em primeiro lugar.

g) A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de parcelamento, desde que os valores das propostas sejam iguais;

h) Havendo mais de uma proposta de parcelamento será considerada a mais vantajosa aquela que contenha maior valor real, devendo, entretanto, as propostas serem analisadas pelo leiloeiro e enviadas à Juíza Coordenadora para dirimir eventual dúvida.

i) Não será aceito lance que ofereça preço inferior ao mínimo estipulado pelo juiz da execução e constante do edital.

j) Sempre que houver dúvidas na análise das propostas de pagamento por parte do leiloeiro, esse deverá realizar contato prévio com a Juíza para finalizar a arrematação.

k) A imissão na posse de bens arrematados parceladamente ficará condicionada ao pagamento total do valor do lance.

k.1.) O Juízo da Execução poderá decidir de forma distinta pela imissão da posse do bem arrematado, seguindo seu entendimento judicial.

l) Deferido o parcelamento, no caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, sendo que multa será revertida em favor do exequente;

m) O inadimplemento de uma ou mais parcelas da arrematação autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação perante o Juízo da execução;

n) Além da comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a cargo do arrematante, fará jus o (a) leiloeiro (a) ao ressarcimento das despesas ocorridas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, bem como a armazenagem, na forma do artigo 789-A, VIII, da CLT, que serão acrescidas à execução.

o) O executado ressarcirá as despesas, inclusive se, depois da remoção, sobrevier substituição da penhora, conciliação, pagamento, remição ou adjudicação. Se o valor da arrematação for superior ao crédito do exequente, as despesas poderão ser deduzidas do produto da arrematação.

p) Os bens que se enquadram na hipótese do art. 1.331 do Código Civil deverão observar as regras lá existente e, especificamente no tocante a vaga de garagem, deverá ser demonstrado no ato da

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:14:28 - 9a72490

arrematação (por e-mail enviado ao leiloeiro) a condição de condômino ou a expressa autorização para alienação a pessoa estranha ao condomínio na convenção do condomínio.

11) A alienação de bens cuja propriedade não seja apenas do devedor ou devedores, sendo o bem em parte de pessoas não executada, será realizada observando-se as regras abaixo:
11.1) Caso o interessado não seja coproprietário do bem oferecido, terá de oferecer quanto à cota-parte de propriedade da pessoa não executada lance à vista, não se admitindo quanto a essa parcela do bem qualquer tipo de parcelamento. Será admitido apenas o parcelamento da cota-parte correspondente ao devedor ou devedores da ação trabalhista, a qual seguirá as regras já previstas neste edital para tal tipo de arrematação;
11.2) Caso o(s) coproprietário(s) não executado deseje adquirir o bem, estará desobrigado de depositar o valor referente à sua cota-parte e, em optando por assim agir, também nada receberá no Juízo de Execução quando da eventual distribuição de valores em favor de outros coproprietários não devedores.
11.3) Caberá ao interessado comprovar documentalmente, no momento da hasta, a sua condição de coproprietário, bem como a de não executado, apresentando, obrigatoriamente, certidão da matrícula do imóvel atualizada (em prazo não superior a 30 dias contados da data da realização da hasta pública) e certidão emitida pela Vara do Trabalho no máximo de 10 (dez) dias contados da data da realização da hasta pública, da qual conste o nome de todos os executados do processo em que o bem está sendo alienado.

12) Não será devida a comissão ao (à) Leiloeiro (a) na hipótese de desistência de que trata o parágrafo 5º do artigo 903 do Código de Processo Civil, de anulação da arrematação ou se negativo o resultado da hasta.

12.1) Anulada ou verificada a ineficácia da arrematação ou ocorrendo a desistência prevista no parágrafo 5º do artigo 903 do Código de Processo Civil, o (a) leiloeiro (a) devolverá ao arrematante o valor recebido a título de comissão corrigido pela taxa SELIC (Receita Federal), imediatamente após o recebimento da comunicação pela Central de Mandados de Campinas.

12.2) Na hipótese de acordo ou pagamento do débito após a publicação do edital, mas antes da data de encerramento da hasta pública, o leiloeiro fará jus à comissão no montante de **2% (dois por cento) sobre o valor do ACORDO.**

13) Concretizada a arrematação, o leiloeiro procederá à expedição do Auto de Arrematação, enviando-o assinado pelo leiloeiro e pelo arrematante, à Central de Mandados de Campinas, por e-mail, para revisão e remessa à Juíza Coordenadora da Divisão de Execução de Campinas.

13.1) Caberá ao leiloeiro, ao final do certamente, remeter ao e-mail institucional da Divisão de Execução de Campinas (divisaoexecucao.campinas@trt15.jus.br) assim como ao Juízo de cada execução, em mensagens individualizadas, os documentos dos arrematantes, os comprovantes de pagamento e a devolução do auto de arrematação assinado digitalmente tanto pelo leiloeiro como pelo arrematante ou seu representante/procurador.

14) Os participantes dos leilões judiciais promovidos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, incluídos os eventuais arrematantes dos lotes oferecidos, não poderão alegar desconhecimento das condições do certame, dos encargos do bem, das condições e prazos de pagamento ou das despesas e custas relativas às Hastas Públicas.

15) Nos termos do Art. 110 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e de acordo com as Recomendações da Ata de Correição Ordinária/2020 da Central de mandados de Campinas, a arrematação em hasta pública se reveste de **natureza originária**, ficando o arrematante isento do pagamento com relação aos débitos tributários, cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens e direitos adquiridos judicialmente estejam ou não inscritos na dívida ativa, ao determinar a alienação de bem através de leilão judicial ou iniciativa particular.

Do mesmo modo, nos termos do disposto nos artigos 1.430 do Código Civil e 908, § 1º do Código de Processo Civil, por força da aquisição originária da coisa, eventuais débitos que recaiam sobre o bem até a data da hasta pública, inclusive os de natureza *propter rem* (Ex.: débitos condominiais), sub-rogam-se sobre o respectivo preço, observada a ordem de preferência.

16) As despesas de transferência do bem arrematado, tais como emolumentos de registro no Cartório de Registro de Imóveis, transferência a órgão de trânsito, entre outras, não se enquadram na previsão das alíneas antecedentes, e serão suportadas pelo arrematante.

17) Em relação às despesas incidentes sobre veículos, tais como

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:14:28 - 9a72490

IPVA e multas, não serão imputadas ao arrematante. Nestes casos o veículo será entregue livre e desembaraçado de qualquer encargo.

18) Os Embargos à arrematação, de acordo com o artigo 903 do Novo Código de Processo Civil, não terão efeito suspensivo da venda realizada, considerando-se perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos.

19) O prazo para eventuais embargos à arrematação ou adjudicação passará a fluir da data da Hasta Pública, independentemente de nova notificação.

20) Fica autorizado o(a) leiloeiro(a) ou pessoa por ele(a) expressamente designada a fazer a vistoria dos bens penhorados, podendo fotografá-los, bem como solicitar, em caráter de urgência, as respectivas certidões de regularidade nos órgãos de interesse, em especial Prefeitura, DETRAN, CIRETRAN, Cartórios de Registro de Imóveis, Cartório de Títulos e Documentos, INCRA, dentre outros que se fizerem necessários.

20.1) É vedado aos depositários criar embaraços à visitação dos bens sob sua guarda, em dias úteis, das 8h às 18h, ou por meio de serviço de agendamento de visitas, sob pena de ofensa ao artigo 77, inciso IV, do CPC, ficando, desde logo, autorizado o uso de força policial, se necessário.

20.2) O leiloeiro deverá envidar esforços para visitar e fotografar o bem, divulgando as fotos no site, disponibilizando também informações que sejam úteis quanto à localização dos lotes. A autorização para visitação do bem será enviada ao leiloeiro via e-mail, pela Central de Mandados de Campinas.

21) O leiloeiro deverá publicar o presente edital em jornal de ampla circulação local, isto é, nas cidades que constituem a área da presente da Circunscrição, a fim de respeitar o princípio da publicidade.

21.1) A divulgação dos lotes deverá ser feita também por outros meios eletrônicos a fim de ampliar o público-alvo.

22) Os casos omissos e as dúvidas quanto à aplicabilidade do Provimento GP-CR Nº 04/2019 serão resolvidos por ato conjunto da Presidência e da Corregedoria deste Tribunal, sendo as ocorrências ou problemas judiciais dirimidos pela Juíza Coordenadora da Central de Mandados de Campinas.

22) Por intermédio deste Edital, ficam intimadas as partes, respectivos patronos, em especial o(a) executado(a) e/ou sócios, inclusive cônjuges ou companheiros, bem como terceiros, suprindo eventual insucesso de qualquer outra forma legalmente estabelecida para notificação.

Publique-se.

Ciência às partes, cônjuges, credores hipotecários e fiduciários.

Oficiem-se os Juízos que determinaram averbações de ônus nos bens que estão incluídos nesta hasta, para ciência e providências que entenderem cabíveis.

Campinas, 07 de abril de 2025

BRUNA MÜLLER STRAVINSKI
JUÍZA DO TRABALHO COORDENADORA DA DIVISÃO DE EXECUÇÃO DE CAMPINAS

VARA DO TRABALHO DE TEODORO SAMPAIO

Despacho

Despacho

Processo Nº RTOrd[rt]-0014000-10.1999.5.15.0127

Processo Nº RTOrd[rt]-00140/1999-127-15-00.4

RECLAMANTE	Alcides Godoi
Advogado	Antonio Gonzaga Ribeiro Jardim(OAB: 121506SPD)
RECLAMANTE	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
RECLAMADO	Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.
Advogado	Raquel Cristina da Silva Medina(OAB:)

Ao(s) advogado(s) do(s) RECLAMADO(s): Ciência do ofício 68/2025, determinando a transferência de valores para o processo 0101077-90.2017.5.01.0038, da 38ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ. -

Despacho

Processo Nº RTOrd[rt]-0080800-83.2000.5.15.0127

Processo Nº RTOrd[rt]-00808/2000-127-15-00.9

RECLAMANTE	Salvador Pereira de Lima
Advogado	Antonio Gonzaga Ribeiro Jardim(OAB: 121506SPD)
RECLAMANTE	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
RECLAMADO	Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.
Advogado	Raquel Cristina da Silva Medina(OAB:)

Ao(s) advogado(s) do(s) RECLAMADO(s): Ciência do ofício

Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:14:28 - 9a72490
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25040909142308000000256382923?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 25040909142308000000256382923

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
0010396-28.2019.5.15.0131
: NATALIA GAMA CRUZ
: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (4)

DESPACHO

Ciência às partes, coproprietários e terceiros interessados, se houver, do Edital de Hasta Pública 01/2025, disponibilizado no DEJT n. 4198/2025 em 7 /4/2025, a ser realizada na modalidade eletrônica, em **22/5/2025**.

No silêncio, aguarde-se a realização do certame.

Intimem-se.

CAMPINAS/SP, 09 de abril de 2025

RICARDO TSUIOSHI FUKUDA SANCHEZ
Juiz do Trabalho Substituto

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
0010396-28.2019.5.15.0131
: NATALIA GAMA CRUZ
: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (4)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID e47dbbf proferido nos autos.

DESPACHO

Ciência às partes, coproprietários e terceiros interessados, se houver, do Edital de Hasta Pública 01/2025, disponibilizado no DEJT n. 4198/2025 em 7 /4/2025, a ser realizada na modalidade eletrônica, em **22/5/2025**.

No silêncio, aguarde-se a realização do certame.

Intimem-se.

CAMPINAS/SP, 09 de abril de 2025

RICARDO TSUIOSHI FUKUDA SANCHEZ
Juiz do Trabalho Substituto

Documento assinado eletronicamente por RICARDO TSUIOSHI FUKUDA SANCHEZ, em 10/04/2025, às 17:00:23 - 628cdae
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25041016592371100000256606151?instancia=1
Número do processo: 0010396-28.2019.5.15.0131
Número do documento: 25041016592371100000256606151

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: 0010396-28.2019.5.15.0131
: NATALIA GAMA CRUZ
: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (4)

é NOTIFICAÇÃO

WALMIR VIDA DA SILVA
Rua Groeningen, 51, Nova Holanda, HOLAMBRA/SP - CEP: 13825-000

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25040909152258300000256383056?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO COM_AR).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: 0010396-28.2019.5.15.0131
: NATALIA GAMA CRUZ
: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (4)

é NOTIFICAÇÃO

ELISABETH AMARAL DA SILVA
Rua Doutor Antônio Abramides, 145, PARQUE SAO QUIRINO, CAMPINAS/SP - CEP: 13088-534

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25040909152258300000256383056?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO COM_AR).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: 0010396-28.2019.5.15.0131
: NATALIA GAMA CRUZ
: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (4)

NOTIFICAÇÃO

E. VIDA DA SILVA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA - EPP
AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO, 543, JARDIM CAMPOS ELISEOS, CAMPINAS/SP - CEP: 13060-858

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25040909152258300000256383056?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO CARTA_SIMPLES).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: 0010396-28.2019.5.15.0131
: NATALIA GAMA CRUZ
: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (4)

NOTIFICAÇÃO

MILTON VIDA DA SILVA
BARATA RIBEIRO, 50, APTO 121, VILA ITAPURA, CAMPINAS/SP - CEP: 13023-030

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25040909152258300000256383056?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO CARTA_SIMPLES).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: 0010396-28.2019.5.15.0131
: NATALIA GAMA CRUZ
: ENGESEL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA E OUTROS (4)

NOTIFICAÇÃO

EMERSON VIDA DA SILVA
RUA OITO ALAMEDA DO IPE ROXO, QD U LT5 FAZ 2 MARIAS, DUAS MARIAS, MONTE ALEGRE DO SUL/SP - CEP: 13820-000

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25040909152258300000256383056?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO CARTA_SIMPLES).

SUMÁRIO

Documentos			
Id.	**Data da Assinatura**	**Documento**	**Tipo**
0aa554e	25/03/2019 16:44	Petição Inicial	Petição Inicial
0d94c80	25/03/2019 16:44	CNH	Documento Diverso
c968a59	25/03/2019 16:44	Comprovante de endereço	Documento Diverso
650e525	25/03/2019 16:44	Procuração	Documento Diverso
520f341	25/03/2019 16:44	Hipossuficiencia	Documento Diverso
b58a40c	25/03/2019 16:44	CTPS	Documento Diverso
fa98c3b	25/03/2019 16:44	TRCT	Documento Diverso
ffdcd1f	25/03/2019 16:44	Holerites	Documento Diverso
802f751	25/03/2019 16:44	Extrato pagamentos	Documento Diverso
bdb74e3	25/03/2019 16:44	Saldo FGTS	Documento Diverso
979f917	25/03/2019 16:44	CCT	Documento Diverso
e9c2ae3	04/04/2019 16:24	Despacho	Despacho
775a492	04/04/2019 16:24	Despacho	Notificação
4b9b857	08/04/2019 08:52	Juntada	Manifestação
f5569c1	08/04/2019 08:52	Procuração	Procuração
63b90f2	08/04/2019 08:52	Declaração de Hipossuficiência	Declaração de Hipossuficiência
5fbee2c	09/04/2019 11:10	Intimação	Intimação
dc8b463	09/04/2019 11:10	Notificação	Notificação
46ea31a	09/04/2019 11:10	Notificação	Notificação
c338d13	10/09/2019 11:00	Notificação entregue 2ª reclamada	Certidão
9b96459	10/09/2019 11:02	Notificação entregue 1ª reclamada	Certidão
271a66c	11/09/2019 10:33	Despacho	Despacho
74ee4d5	11/09/2019 10:33	Despacho	Notificação
0da8e84	12/09/2019 11:42	Mandado	Mandado
65d493e	12/09/2019 11:42	Mandado	Mandado
929d258	23/09/2019 15:34	Devolução de mandado de ID 0da8e84	Certidão
edae5b4	23/09/2019 15:36	Devolução de mandado de ID 65d493e	Certidão
91b424a	26/09/2019 14:58	Habilitação	Apresentação de Procuração
9e1a042	26/09/2019 14:58	Procuração	Procuração
b003b41	27/09/2019 08:07	Contestação Primeira Reclamada	Contestação
1fcb23b	27/09/2019 08:07	Contrato de Trabalho	Contrato de Trabalho
2b61b35	27/09/2019 08:07	Contracheque/Recibo de Salário	Contracheque/Recibo de Salário
19687af	27/09/2019 08:07	Recibo de Férias	Recibo de Férias

9f6e991	27/09/2019 08:07	Pedido de demissão	Documento Diverso
67fee46	27/09/2019 08:07	Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT)	Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT)
756c2a0	27/09/2019 08:07	Comprovante pgamento verbas rescisórias	Recibo
839455a	28/09/2019 09:18	Ata da Audiência	Ata da Audiência
50bfe94	08/11/2019 11:43	Sentença	Sentença
4805aa5	08/11/2019 11:43	Sentença	Notificação
1f5dbcb	14/11/2019 11:27	Intimação	Intimação
c7c9257	09/12/2019 12:57	Intimação	Intimação
1595ab1	09/12/2019 14:02	Despacho	Despacho
f077b64	09/12/2019 14:02	Despacho	Notificação
55966e0	10/12/2019 12:31	Intimação	Intimação
b37dee1	13/03/2020 10:20	Pedido de Laudo	Manifestação
910a2a7	13/03/2020 16:36	Intimação	Intimação
10219cd	20/03/2020 10:47	Apresentação de Laudo Pericial	Apresentação de Laudo Pericial
c46c109	25/03/2020 14:27	Intimação	Intimação
2c0256a	25/03/2020 14:27	Intimação	Intimação
d32ef5b	26/03/2020 18:46	Concordância	Manifestação
e7575b9	25/05/2020 22:04	Execução	Manifestação
37b531f	29/05/2020 14:19	Atualização	Planilha de Atualização de Cálculos
30dcbab	29/05/2020 15:24	Decisão	Decisão
51e1a8c	29/05/2020 15:25	Intimação	Intimação
192faee	25/06/2020 15:58	Início da Execução Forçada	Manifestação
1fb3e2d	18/08/2020 16:24	Tutela Antecipada Incidental	Manifestação
d867569	15/09/2020 15:25	Cálculos Atualizados	Documento Diverso
e1c5bbe	24/09/2020 18:36	Bacen infrutífero	Documento Diverso
c756bd2	25/09/2020 09:58	Despacho	Despacho
153befd	25/09/2020 09:59	Intimação	Intimação
91ed8b2	29/09/2020 15:49	Intimação	Intimação
4f974a0	04/11/2020 14:28	Pedido de Pesquisa de Ativos	Manifestação
5021a69	09/12/2020 19:43	Cálculos Atualizados	Documento Diverso
6fb0f0d	14/12/2020 14:09	SISBAJUD infrutífero	Documento Diverso
29e35d8	27/01/2021 18:45	Cálculos atualizados	Documento Diverso
4445d5e	29/01/2021 12:01	Sisbajud infrutífero	Documento Diverso
793a3b3	29/01/2021 13:58	Mandado	Despacho
6a227aa	26/02/2021 01:46	Mandado	Mandado
4d21269	23/03/2021 21:12	Certidão de Oficial de Justiça	Certidão

0027055	24/03/2021 13:53	Penhora e Desconsideração da personalidade jurídica	Manifestação
cc505fe	30/04/2021 16:10	JUCESP	Certidão
956d694	30/04/2021 16:10	jucesp e vida da silva	Documento Diverso
e62089b	30/04/2021 17:54	Certidão (Jucesp 1ª reclamada)	Certidão
4466343	30/04/2021 17:54	JucespEngesel	Documento Diverso
91c9fd5	03/05/2021 08:04	Decisão	Decisão
5cabb60	25/07/2021 01:12	Cálculos atualizados	Certidão
e011e84	28/07/2021 12:52	Sisbajud infrutífero	Certidão
a95d535	28/07/2021 13:30	Despacho	Despacho
a8d0e1b	28/07/2021 13:31	Intimação	Intimação
1ea2636	17/10/2021 01:35	Mandado	Mandado
5ef3346	07/03/2022 15:53	Certidão de Oficial de Justiça	Certidão
c14e041	07/03/2022 15:55	Certidão de Oficial de Justiça	Certidão
608bfcf	07/03/2022 16:45	Certidão de Oficial de Justiça	Certidão
df6a390	07/03/2022 16:45	Ferramenta positiva Engesel	Documento Diverso
67aa3ab	07/03/2022 16:45	matrícula 70425	Certidão do Cartório de Registro de Imóveis
56d83bc	07/03/2022 16:45	Termo de penhora matrícula 70425	Documento Diverso
9c6d083	09/03/2022 22:49	Certidão de Oficial de Justiça	Certidão
a82b8a8	09/03/2022 22:49	Demonstrativo IPTU	Documento Diverso
052bfc6	09/03/2022 22:49	Mapa zoneamento	Documento Diverso
d1366c8	09/03/2022 22:49	Auto de Avaliação	Documento Diverso
e6c599b	09/03/2022 22:49	Fotos imóvel	Fotografia
bff2322	14/03/2022 13:59	Despacho	Despacho
8d52eac	14/03/2022 14:00	Intimação	Intimação
7acc15c	16/05/2022 11:16	Intimação	Intimação
29ee392	17/03/2023 16:24	Pedido de Leilão	Manifestação
da63aa5	13/06/2023 09:53	Despacho	Despacho
9e7f998	13/06/2023 09:54	Intimação	Intimação
6eeab3a	22/06/2023 15:17	Intimação	Intimação
5f85051	22/06/2023 15:21	Solicitação de matrícula via ARISP	Certidão
ddb724d	23/06/2023 18:00	Matricula nº 70.425 do 3º CRI de Campinas	Certidão
6afbc0c	29/06/2023 12:06	Reserva de Numerário	Certidão
b7d8336	29/06/2023 12:06	despacho	Documento Diverso
be7064e	29/06/2023 18:25	Notificação entregue em 29/06/2023	Certidão
903d724	21/07/2023 14:41	Bem liberado para hasta pública	Certidão
cd37434	23/07/2023 20:02	Despacho	Despacho
05cf5fd	23/07/2023 20:03	Intimação	Intimação
813bb5f	23/07/2023 20:03	Intimação	Intimação

bb32c58	02/08/2023 15:43	Edital de Hasta	Certidão
55dbac0	15/08/2023 14:05	Despacho	Despacho
4093ef8	15/08/2023 14:06	Intimação	Intimação
91e5d4a	16/08/2023 14:06	Intimação	Intimação
25786cd	16/08/2023 14:06	Intimação	Intimação
764a61b	16/08/2023 14:06	Intimação	Intimação
ad2aa32	16/08/2023 14:06	Intimação	Intimação
9852d03	16/08/2023 14:06	Intimação	Intimação
c90f2a6	30/08/2023 12:24	Intimação	Intimação
1ed769f	15/09/2023 18:10	Acordo	Acordo
47ae94b	18/09/2023 09:51	Acordo	Acordo
cd04869	18/09/2023 09:51	Acordo Natália e Engesel	Documento Diverso
0e9aa45	20/09/2023 16:51	Despacho	Despacho
3e55a21	20/09/2023 16:52	Intimação	Intimação
498d50d	28/09/2023 10:46	despacho com força de ofício solicitando reserva de numerário 0010491-24.2020.5.15.0131	Certidão
72d4ba4	28/09/2023 10:47	despacho com força de ofício solicitando reserva de numerário 0010491-24.2020.5.15.0131	Certidão
cd73347	28/09/2023 13:18	Manifestação	Manifestação
450386e	05/10/2023 17:37	Peticionamento Avulso	Manifestação
f50cf11	05/10/2023 18:09	Peticionamento Avulso	Manifestação
cc62364	05/10/2023 18:09	Procuração AMF Manoel	Procuração
00d3257	27/10/2023 14:14	devolução de notificação - WALMIR VIDA DA SILVA	Certidão
efb4c6f	04/12/2023 09:33	Peticionamento Avulso	Manifestação
eb1c3d1	06/12/2023 16:12	Peticionamento Avulso	Manifestação
8f5b6ae	16/02/2024 14:33	Auto Negativo de Hasta Pública	Certidão
86b813a	16/02/2024 18:06	Despacho	Despacho
e8364a1	16/02/2024 18:07	Intimação	Intimação
059f0cb	27/02/2024 14:58	Peticionamento Avulso	Manifestação
c89d45f	24/04/2024 17:35	Despacho	Despacho
ee27d1b	02/05/2024 11:50	Envio Cejusc	Certidão
2cd0b43	06/05/2024 17:27	Despacho	Despacho
741068a	06/05/2024 17:28	Intimação	Intimação
bf1110c	06/05/2024 18:02	Notificação	Notificação
9f57be1	06/05/2024 18:02	Notificação	Notificação
a65534e	06/05/2024 18:02	Notificação	Notificação
eb9b35c	06/05/2024 18:02	Notificação	Notificação
e5ba53a	06/06/2024 11:32	Link - Audiência	Certidão
69c220e	17/06/2024 17:38	Ata da Audiência	Ata da Audiência

538dfda	02/09/2024 14:37	Reabertura da Execução Forçada. Acordo Descumprido	Manifestação
875a17d	02/09/2024 14:37	Conversa	Documento Diverso
65b6f6b	22/11/2024 15:41	solicitação de reserva de numerário (proc 0010964-61.2020.5.15.0114)	Ofício
4bd0b6b	02/12/2024 18:15	Despacho	Despacho
eae9341	02/12/2024 18:16	Intimação	Intimação
1568d57	10/12/2024 13:28	Mandado de Reavaliação	Mandado de Citação, Penhora e Avaliação
597877a	10/12/2024 13:28	Documento_ddb724d	Mandado de Citação, Penhora e Avaliação
2901bd0	10/12/2024 13:28	Documento_d1366c8	Mandado de Citação, Penhora e Avaliação
d66871e	14/12/2024 20:49	Certidão de Oficial de Justiça	Certidão
65c5b98	14/12/2024 20:49	Auto de avaliação	Documento Diverso
09df072	14/12/2024 20:49	Demonstrativo de avaliação de imóvel	Documento Diverso
58b83d5	06/02/2025 19:22	Despacho	Despacho
516815e	06/02/2025 19:23	Intimação	Intimação
d96fc3f	14/02/2025 10:46	Intimação	Intimação
6277346	14/02/2025 10:46	Intimação	Intimação
7b1068c	14/02/2025 10:46	Intimação	Intimação
7c909af	14/02/2025 10:46	Intimação	Intimação
ba4746c	14/02/2025 10:46	Intimação	Intimação
637644c	20/02/2025 12:52	Solicitação de reserva de numerário	Certidão
b046670	21/03/2025 13:04	Despacho	Despacho
38fa951	21/03/2025 13:05	Intimação	Intimação
7466921	26/03/2025 12:36	Solicitação de reserva de numerário	Ofício
9a1c744	26/03/2025 12:36	Planilha de cálculos	Planilha de Cálculos
e01dd9e	04/04/2025 12:37	Peticionamento Avulso	Manifestação
de93c99	04/04/2025 12:37	Documento_2e44dfb	Documento Diverso
9a72490	09/04/2025 09:14	Edital de Hasta Pública 01/2025	Documento Diverso
e47dbbf	10/04/2025 16:59	Despacho	Despacho
628cdae	10/04/2025 17:00	Intimação	Intimação
e531eda	11/04/2025 10:22	Intimação	Intimação
a289ec1	11/04/2025 10:22	Intimação	Intimação
7d882f3	11/04/2025 10:23	Intimação	Intimação
1a8d92c	11/04/2025 10:23	Intimação	Intimação
68e0de0	11/04/2025 10:23	Intimação	Intimação